



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Urá Lobato Martins


Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

Urá Lobato Martins

**Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo
adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro**



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estado e Política Pública.

Orientador: Prof. Dr. Theotônio dos Santos Júnior

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M386 Martins, Urá Lobato.
Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro / Urá Lobato Martins. – 2017.
457 f.

Orientador: Theotônio dos Santos Júnior
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação

1. Democracia – Teses. 2. Orçamento participativo – Rio de Janeiro, RJ – Teses. 3. Cidadania – Teses. I. Santos Júnior, Theotônio dos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 321(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Urá Lobato Martins

**Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo
adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estado e Política Pública.

Aprovada em 01 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Theotônio dos Santos Júnior (Orientador)
Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira
Faculdade de Educação – UERJ

Prof^a. Dra. Marise Nogueira Ramos
Faculdade de Educação – UERJ

Prof. Dr. Aurélio Wander Chaves Bastos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Sérgio Luiz Pinheiro Sant'anna
Universidade Cândido Mendes

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Francisco de Assis Martins (em memória), minha referência de integridade, humildade e amor, a quem dedico todas as minhas lutas e conquistas diárias.

AGRADECIMENTOS

À Deus que me concedeu a força necessária para transpor os obstáculos que surgiram durante esse percurso acadêmico, bem como à minha família e a todos que contribuíram para a conclusão dessa etapa.

À Faperj pelo auxílio financeiro decorrente da concessão de bolsa Doutorado.

Ao meu orientador Prof. Theotônio dos Santos, pela oportunidade e pelas orientações no decorrer do curso. Agradeço à Prof^a. Marise Ramos que contribuiu para o aperfeiçoamento da pesquisa, bem como aos membros da banca que também contribuíram para o aprimoramento do trabalho, agregando com novas perspectivas.

À UERJ, pela sua importância no contexto educacional, sendo referência de excelência de ensino público, com destaque ao seu ambiente acolhedor e sua perspectiva inclusiva.

A todos os professores do PPFH que contribuíram para meu progresso intelectual e pessoal, bem como a todos os funcionários e colaboradores que compõem a Secretaria do curso. Aos colegas da turma de Doutorado de 2014, em especial, ao Vinícius Ferreira, pela amizade, generosidade e parceria durante todo o curso.

A todos os Entrevistados que aceitaram participar dessa pesquisa, doando um pouco de seu tempo, a maioria abrindo a porta de suas casas para que eu pudesse realizar a entrevista.

RESUMO

MARTINS, Urá Lobato. *Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro*. 2017. 457 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o Orçamento Participativo é uma experiência concreta que pode gerar resultados positivos e/ou negativos, sendo um processo construído historicamente, razão pela qual é necessário analisar as forças sociais em jogo. Seguindo esta perspectiva, buscou-se identificar os limites e as possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo, adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos, a partir da discussão de concepções teóricas contra-hegemônicas. Após revisitar alguns estudos sobre o Orçamento Participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, realizou-se uma pesquisa empírica em Volta Redonda através de entrevistas semiestruturadas, com base nas seguintes categorias: análise da participação dos cidadãos na construção da metodologia utilizada para a captação da vontade popular; Formas de convocação da sociedade civil; Perspectiva da participação social: consultiva ou impositiva?; e Correlação de forças. Ao final, confirmou-se a hipótese no sentido de que o orçamento participativo não é apenas uma questão interna ao Estado brasileiro e suas respectivas unidades federativas, considerando seu papel formativo de sujeitos políticos, através do fortalecimento da consciência política, contrapondo-se à perspectiva de cidadania individual. Tal concepção deriva do entendimento no sentido de que a participação social deve ser concebida na perspectiva de um processo que sofre influência das correlações das forças sociais existentes, bem como da própria contradição decorrente do sistema econômico. Por ser um processo, seu êxito não pode ser visualizado considerando apenas um momento histórico, na medida em que o Orçamento Participativo revela uma tendência política no sentido de abrir canais de participação popular. Nesse contexto, torna-se necessária uma mudança de paradigma, para que a participação social passe a ser concebida na perspectiva de um processo que deve permear toda a dinâmica do instrumento participativo.

Palavras-chave: Democracia. Orçamento participativo. Sujeitos políticos.

ABSTRACT

MARTINS, Urá Lobato. *Citizenship and participatory democracy: a study of the participative budget adopted by the municipalities of the State of Rio de Janeiro*. 2017. 457 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

The research was based on the assumption that the Participatory Budget is a concrete experience that can generate positive and / or negative results, being a process historically constructed, which is why it is necessary to analyze the social forces at play. Following this perspective, it was sought to identify the limits and possibilities of the policy of elaboration of the participatory budget, adopted by the municipalities of the State of Rio de Janeiro, to contribute to the formation of political subjects, starting from the discussion of counter-hegemonic theoretical conceptions . After reviewing some studies on Participatory Budgeting adopted by municipalities in the State of Rio de Janeiro, an empirical research was conducted in Volta Redonda through semi-structured interviews, based on the following categories: citizen participation analysis in the construction of the methodology used for the capturing the popular will; Ways of convening civil society; Perspective of social participation: advisory or tax ?; and Correlation of forces. In the end, the hypothesis was confirmed that the participatory budget is not only an internal question to the Brazilian State and its respective federative units, considering its formative role of political subjects, through the strengthening of the political conscience, opposing to the perspective of individual citizenship. Such a conception derives from the understanding that social participation must be conceived in the perspective of a process that is influenced by the correlations of existing social forces, as well as by the contradiction itself arising from the economic system. Because it is a process, its success can not be seen considering only a historical moment, insofar as the Participatory Budget reveals a political tendency to open channels of popular participation. In this context, a paradigm shift is necessary, so that social participation can be conceived in the perspective of a process that must permeate the whole dynamics of the participatory instrument.

Keywords: Democracy. Participatory budgeting. Political subjects.

RESUMEN

MARTINS, Urá Lobato. *Ciudadanía y democracia participativa: un estudio del presupuesto participativo adoptado por los municipios del Estado de Río de Janeiro*. 2017. 457 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

La investigación partió del supuesto de que el Presupuesto Participativo es una experiencia concreta que puede generar resultados positivos y / o negativos, siendo un proceso construido históricamente, por lo que es necesario analizar las fuerzas sociales en juego. Siguiendo esta perspectiva, se buscó identificar los límites y las posibilidades de la política de elaboración del presupuesto participativo, adoptada por los municipios del Estado de Río de Janeiro, contribuir a la formación de sujetos políticos, a partir de la discusión de concepciones teóricas contrahegemónicas. Después de revisar algunos estudios sobre el Presupuesto Participativo adoptado por municipios del Estado de Río de Janeiro, se realizó una investigación empírica en Volta Redonda a través de entrevistas semiestructuradas, con base en las siguientes categorías: análisis de la participación de los ciudadanos en la construcción de la metodología utilizada para la investigación captación de la voluntad popular; Formas de convocatoria de la sociedad civil; Perspectiva de la participación social: consultiva o impositiva?; y Correlación de fuerzas. Al final, se confirmó la hipótesis en el sentido de que el presupuesto participativo no es sólo una cuestión interna al Estado brasileño y sus respectivas unidades federativas, considerando su papel formativo de sujetos políticos, a través del fortalecimiento de la conciencia política, contraponiéndose a la perspectiva de ciudadanía individual. Tal concepción deriva del entendimiento en el sentido de que la participación social debe ser concebida en la perspectiva de un proceso que sufre influencia de las correlaciones de las fuerzas sociales existentes, así como de la propia contradicción derivada del sistema económico. Por ser un proceso, su éxito no puede ser visualizado considerando apenas un momento histórico, en la medida en que el Presupuesto Participativo revela una tendencia política para abrir canales de participación popular. En ese contexto, se hace necesario un cambio de paradigma, para que la participación social pase a ser concebida en la perspectiva de un proceso que debe permear toda la dinámica del instrumento participativo.

Palabras-clave: Democracia. Presupuestación participativa. Sujetos políticos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumentos de controle institucional durante o mandato	54
Quadro 2 – Análise comparativa dos mecanismos de participação existentes na Venezuela, Bolívia e Equador	66
Quadro 3 – Níveis de autonomia local em Kerala	71
Quadro 4 – Componentes essenciais do planejamento participativo em Kerala	72
Quadro 5 - Dimensão participativa do Orçamento Participativo	74
Quadro 6 - Instâncias do Orçamento Participativo de Porto Alegre	84
Quadro 7 – Metodologia do Orçamento-cidadão realizado nos anos de 1997 a 1998 no município do Rio de Janeiro	105
Quadro 8 - Efeitos do orçamento participativo de Barra Mansa na cultura política local	112
Quadro 9 – Evolução político-industrial do município de Volta Redonda.....	135
Quadro 10 – Setores administrativos do Orçamento Participativo de Volta Redonda.....	143
Quadro 11 – Categorias de análise.....	150

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CIDADANIA E DEMOCRACIA: HISTORICIDADE, CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS	20
1.1	Cidadania: delimitações e rupturas conceituais	20
1.2	Contextualização histórica e contradições da doutrina liberal	25
1.3	Concepção democrática hegemônica	30
1.4	Democracia deliberativa	33
1.5	A lógica totalizante do capitalismo e sua repercussão na esfera democrática	36
1.6	Paradigma em construção: perspectivas contra-hegemônicas da democracia	41
2	CONTROLE POPULAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	49
2.1	Condições de possibilidade para o controle popular das políticas públicas	49
2.1.1	<u>Etapas das políticas públicas</u>	49
2.2	Accountability: instrumentos de controle do poder estatal	52
2.2.1	<u>Instrumentos de controle institucional durante o mandato: Controle parlamentar, Controle judicial, Controle administrativo-procedimental, Controle dos programas governamentais e Controle social</u>	53
2.2.2	<u>O papel do orçamento participativo como mecanismo de controle social</u> ..	55
3	PARTICIPAÇÃO POPULAR E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	59
3.1	A constitucionalização de instrumentos democráticos em prol da participação popular	59
3.2	Experiências participativas na América Latina	65
3.3	Planejamento participativo: análise do caso de Kerala	69
3.4	Enfoques teóricos acerca do Orçamento Participativo	73
3.5	Orçamento participativo no cenário brasileiro	80
3.5.1	<u>Origem e evolução histórica</u>	80
3.5.2	<u>Avanços legislativos sobre questões orçamentárias</u>	90

3.6	Disputas e condicionantes culturais que permeiam a participação popular	96
3.6.1	<u>Tensões e correlações de forças</u>	96
3.6.2	<u>Condicionantes culturais marcadas por padrões clientelistas</u>	100
4	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DE VOLTA REDONDA	104
4.1	Adoção do Orçamento Participativo por municípios do Estado do Rio de Janeiro	104
4.1.1	<u>Experiência participativa de Angra dos Reis</u>	106
4.1.2	<u>Experiência participativa de Barra Mansa</u>	108
4.1.3	<u>Experiência participativa de Itaboraí</u>	112
4.1.4	<u>Experiência participativa de Macaé</u>	114
4.1.5	<u>Experiência participativa de Niterói</u>	116
4.1.6	<u>Experiência participativa de Rio das Ostras</u>	121
4.2	Orçamento Participativo de Volta Redonda: contextualização histórica, gênese e metodologia	123
4.2.1	<u>A construção de sujeitos políticos em Volta Redonda: contextualização da luta democrática</u>	123
4.2.1.1	Impactos decorrentes da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional.....	123
4.2.1.2	A força sindical e sua repercussão na luta democrática.....	127
4.2.1.3	O movimento emancipacionista de Volta Redonda	133
4.2.2	<u>Gênese e metodologia do Orçamento Participativo de Volta Redonda</u>	137
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	145
5.1	Delimitações teóricas e metodológicas	145
5.2	Categorias e questões centrais da pesquisa	150
5.2.1	<u>Construção da metodologia para captação da vontade popular</u>	150
5.2.2	<u>Formas de convocação da sociedade civil</u>	156
5.2.3	<u>Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?</u>	159
5.2.4	<u>Correlação de forças</u>	166
5.3	Participação popular e controle social: limites e possibilidades do orçamento participativo contribuir para a formação de sujeitos políticos	174
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	192

REFERÊNCIAS	204
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com membros do governo municipal.	220
APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com membros da sociedade civil.	221
APÊNDICE C – Conjunto das transcrições das entrevistas	222
APÊNDICE D – Termos de consentimento livre e esclarecido utilizado com membros do governo municipal.....	456
APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido utilizado com membros da sociedade civil.....	457

INTRODUÇÃO

As relações econômicas e políticas ocorrem em planos de abrangência distintos – nacional e internacional, embora haja uma correlação entre elas. Segundo Milton Santos (2008), há dois circuitos do capital: superior e inferior. O circuito inferior seria caracterizado pelos trabalhos simples, baixos salários, uso intensivo de trabalho, relações diretas, etc. Em contrapartida, o circuito superior possui como características o uso de alta tecnologia, capital intensivo, bancos, exportações, transportes, serviços modernos, relações impessoais, etc.

Dessa forma, Santos (2008) ensina que o circuito de capital superior resulta da modernização tecnológica, sendo que suas relações ocorrem no plano exterior. O circuito inferior, por sua vez, seria o resultado de atividades de menor dimensão, embora tenha grande importância. Em suma, “o circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, enquanto o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região” (SANTOS, 2008, p. 48).

O tema objeto da presente pesquisa está situado no âmbito do circuito inferior do capital. Parte de uma concepção de que a economia e a política não são categorias que merecem análise separada. Ao contrário, conforme ensina Wood (2011), a política proporciona condições para determinadas relações econômicas, transformando-as.

Há uma clara necessidade de ampliar a democracia, para que possam ser supridas as deficiências e fragilidades que permeiam o exercício da democracia representativa. Nesse sentido, Santos (2003) ensina que a renovação da teoria democrática implica na formulação de critérios democráticos de participação política que não fiquem restritos ao âmbito da votação. Requer, para tanto, uma maior articulação entre democracia representativa e democracia participativa, através da utilização de novos instrumentos de participação.

Nesse contexto, um dos instrumentos importantes de participação social é o Orçamento Participativo, mediante o estabelecimento de um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade, viabilizando uma maior participação popular na tomada de decisão acerca do direcionamento dos recursos públicos, garantindo, assim, uma maior legitimidade às políticas públicas.

Há um novo paradigma em torno da gestão das políticas públicas, através de uma ampliação do espaço público, no sentido de incentivar a participação popular, inserindo o cidadão em tal debate. Seguindo esta diretriz, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 2000), ao tratar sobre transparência, estabeleceu no inciso I do artigo 48 que a transparência da gestão fiscal também será assegurada através do: “I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos”.

A Lei n. 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), por sua vez, determina em seu artigo 4º, III, f, que serão utilizados como instrumentos o planejamento municipal, em especial, gestão orçamentária participativa. O artigo 40, § 4º, I, da referida lei estabelece que no processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais deverão garantir “a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

O Estatuto da Cidade estabelece, ainda, em seu artigo 43 que para garantir a gestão democrática da cidade devem ser utilizados, dentre outros instrumentos: órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Por fim, para que seja aprovada a proposta orçamentária pela Câmara Municipal, o artigo 44 do Estatuto da Cidade estabelece como condição obrigatória: a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.

No entanto, sabe-se que o fato de existirem normas possibilitando a participação do cidadão, não é suficiente para que tal participação ocorra no plano concreto. Tal implementação depende de um conjunto de fatores capazes de possibilitar uma mudança real e concreta na sociedade, ou seja, é necessário dar condições de possibilidade para tanto.

A problemática reside no fato de o Orçamento Participativo ser adotado somente por alguns municípios brasileiros (Porto Alegre, Belo Horizonte, Santo André, dentre outros), sendo que não há totalidade, nem tampouco continuidade, no âmbito nacional, conforme indica o estudo de Pires; Martins; Del Mônico (2012).

Tal conjuntura revela que há uma certa resistência do Poder Executivo em adotar o orçamento participativo, em detrimento aos direitos democráticos. Sobre a questão, Bava (2002) ressalta que existe uma resistência em incorporar a participação nos governos, pois a garantia de processos participativos estaria em segundo plano, sendo priorizada a construção de imagem pública, capaz de gerar boa avaliação em novas eleições, “(...) ganhando espaço os programas de emergência, que apresentem resultados materiais imediatos e que se constituem, em sua grande maioria, um socorro assistencialista” (BAVA, 2002, p. 77).

O Orçamento Participativo pode ser analisado através de vários enfoques, seja através da metodologia aplicada, desenho institucional, atores sociais envolvidos, acompanhamento de resultados, análise da eficácia, dentre outros. A presente pesquisa teve como particularidade a análise de tal instrumento participativo com destaque para o aspecto da *participação social*, tendo como delimitação espacial o orçamento participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o Orçamento Participativo é uma experiência concreta, em função disso, sua análise deve considerar seu caráter dinâmico, na medida em que é um processo construído historicamente, sendo permeado pelos condicionamentos culturais, sociais, políticos e econômicos de cada localidade, razão pela qual pode gerar resultados negativos e/ou positivos, considerando cada contexto.

Seguindo essa perspectiva, a pesquisa teve como *objetivo geral*: identificar limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo, adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos, a partir da discussão de concepções teóricas contra-hegemônicas.

A pesquisa foi norteadada pelos seguintes *objetivos específicos*:

1. Pesquisar as concepções de democracia que podem ser utilizadas em prol da participação popular no processo decisório sobre políticas públicas, com a finalidade de delimitar a construção das seguintes categorias: cidadania, democracia participativa e participação social;
2. Compreender a evolução da democracia participativa através da introdução do orçamento participativo no cenário brasileiro;
3. Identificar os principais entraves à efetiva participação do cidadão através do orçamento participativo;

4. Analisar o processo de tomada de decisão, via orçamento participativo, através de suas tensões e correlações de forças, com a finalidade de captar as possíveis repercussões no processo de formação de sujeitos políticos;
5. Realizar pesquisa de campo para verificar as afirmações contidas no embasamento teórico, expondo o caso do Orçamento Participativo adotado na cidade de Volta Redonda/RJ.

A hipótese é no sentido de que o orçamento participativo não é apenas uma questão interna ao Estado brasileiro e suas respectivas unidades federativas, considerando seu papel formativo de sujeitos políticos, através do fortalecimento da consciência política, contrapondo-se à perspectiva de cidadania individual.

Dessa forma, o trabalho possui como tema central o estudo do orçamento participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, em especial, o município de Volta Redonda, dando-se ênfase para o seu papel formativo de sujeitos políticos.

A eleição do município de Volta Redonda para ser objeto de pesquisa empírica decorreu da utilização de dois critérios. Primeiramente, elegeu-se como critério o tamanho populacional, tendo sido selecionados os municípios do Estado do Rio de Janeiro com mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes, resultando em 25 (vinte e cinco) municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2014, quais sejam: Rio de Janeiro (6.453.682 habitantes); São Gonçalo (1.031.903 habitantes); Duque de Caxias (878.402 habitantes); Nova Iguaçu (806.177 habitantes); Niterói (495.470 habitantes); Campos dos Goytacazes (480.648 habitantes); Belford Roxo (479.386 habitantes); São João de Meriti (460.711 habitantes); Petrópolis (298.017 habitantes); Volta Redonda (262.259 habitantes); Magé (233.634 habitantes); Macaé (229.624 habitantes); Itaboraí (227.168 habitantes); Cabo Frio (204.486 habitantes); Angra dos Reis (184.940 habitantes); Nova Friburgo (184.460 habitantes); Barra Mansa (179.697 habitantes); Teresópolis (171.482 habitantes); Mesquita (170.473 habitantes); Nilópolis (158.299); Maricá (143.111 habitantes); Queimados (142.709 habitantes); Rio das Ostras (127.171 habitantes); Resende (124.316 habitantes) e Araruama (120.948 habitantes).

Considerando que a adoção do orçamento participativo ainda é restrita no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, foram pesquisados alguns estudos sobre o

orçamento participativo de tais municípios. Optou-se pela realização de revisão bibliográfica das pesquisas sobre o orçamento participativo aplicado pelos seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis (GUERRA, 2008); Barra Mansa (ARAÚJO, 2002; NEVES, 2006); Itaboraí (ALVES; GURGEL, 2014); Macaé (ALVITOS, 2014); Niterói (SILVA, 2001; BEZERRA, 2004; SANTOS, 2008; SILVA; NEVES; GUIMARÃES, 2009; e SILVA, 2011); e Rio das Ostras (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com o estudo realizado por Pires; Martins; Del Mônico (2012), com base nas dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação que trataram sobre o orçamento participativo no período de 1989 a 2010, existiam os seguintes casos relevantes pelo critério da longevidade, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis (1989 a 2000), Barra Mansa (1993 a 2004) e Volta Redonda (1993 a 2004).

A seguir, foi eleito o Município de Volta Redonda para a pesquisa empírica em função da carência de pesquisas científicas com tal objeto, bem como pelo fato de ter sido um dos poucos municípios do Rio de Janeiro que teve experiência relativamente duradoura na utilização do orçamento participativo. Além disso, tal município apresenta antecedente histórico marcado por resistências e lutas democráticas que permearam a construção dos sujeitos políticos em Volta Redonda.

O Orçamento Participativo de Volta Redonda foi estruturado com base em divisões setoriais. Dessa forma, os bairros foram divididos em 12 (doze) setores, totalizando 88 bairros, mas com 84 presidentes de associação em atividade, uma vez que alguns presidentes respondem por mais de um bairro, em razão da proximidade e tamanho populacional do bairro.

A pesquisa empírica foi feita a partir de uma amostra de 30% do percentual do universo (84 Presidentes de Associação de Moradores que participaram do orçamento participativo de Volta Redonda), totalizando 25 membros da sociedade civil que foram entrevistados. Além disso, foram entrevistados dois membros do governo municipal: o Secretário Municipal de Planejamento e o Gerente de Projetos e Obras do FURBAN (Fundo Comunitário). Portanto, ao total foram entrevistadas 27 (vinte e sete) pessoas, sendo 2 membros do governo municipal e 25 membros da sociedade civil, sendo que no Apêndice C consta a transcrição integral de tais entrevistas.

A pesquisa empírica foi realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2016, através de entrevistas semiestruturadas, sendo que uma parte dos

objetivos da pesquisa foi definida previamente, através de perguntas básicas (conforme Roteiros contidos nos Apêndices A e B), sendo que durante as entrevistas tais objetivos sofreram redefinição e/ou complementação, gerando indagações novas ou complementares.

Os entrevistados não foram selecionados a partir de critérios numéricos, ao contrário, considerou-se a representatividade dos atores sociais dentre as lideranças locais, sendo selecionados os atores considerados mais significativos. No caso específico, buscou-se retratar a experiência dos Presidentes das Associações de Moradores de Volta Redonda, considerando toda a representatividade política que possuem dentro da dinâmica do Orçamento Participativo.

A pesquisa utilizou o método qualitativo, com a finalidade de captar as interações que permeiam o fenômeno estudado. Como técnicas de pesquisa foi utilizada a pesquisa bibliográfica, bem como documentos oficiais, textos legais, estudos científicos e demais trabalhos sobre o tema.

Os dados empíricos foram analisados através da técnica *Análise de Conteúdo* proposta por Bardin (2016), sendo que a pesquisa empírica foi orientada por categorias de análise, as quais estão descritas no último capítulo deste trabalho, seguindo abordagem qualitativa e interpretativa.

Além disso, a pesquisa utilizou como abordagem algumas categorias do materialismo histórico dialético proposto por Marx (1984), razão pela qual o fenômeno foi analisado considerando as suas mediações históricas; a totalidade das relações que determinam o fenômeno; as contradições que formam o problema; além da análise das correlações de forças existentes.

O trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo são analisadas diversas concepções de democracia, tendo sido delimitadas as seguintes categorias: cidadania, democracia participativa e participação social. Aspectos contraditórios da doutrina liberal e da concepção democrática hegemônica são mencionados e contextualizados. Além disso, é analisada a lógica totalizante do capitalismo e sua repercussão na esfera democrática. Por fim, são apresentadas as concepções teóricas contra-hegemônicas que podem ser utilizadas em prol da participação popular no processo decisório sobre políticas públicas.

O segundo capítulo trata sobre o controle popular das políticas públicas, tendo como objetivo analisar as condições de possibilidade para o controle popular durante as etapas das políticas públicas, quais sejam: Formulação da agenda;

Elaboração; Formulação; Implementação; Execução; Acompanhamento e Avaliação, seguindo a classificação proposta por Saraiva (2006). Além disso, são analisados os seguintes instrumentos de controle institucional durante o mandato: Controle parlamentar; Controle judicial; Controle administrativo-procedimental; Controle do desempenho dos programas governamentais; Controle social. Ao final, delimitam-se os contornos do controle social, com enfoque para o orçamento participativo como mecanismo de controle social das políticas públicas.

No terceiro capítulo a reflexão está voltada para a constitucionalização de instrumentos participativos. Com o intuito de estabelecer um diálogo com outras ideias e formatos participativos, são expostas algumas experiências participativas no âmbito da América Latina, bem como a experiência do Planejamento Participativo adotado em Kerala, na Índia. Demonstrada a importância do fenômeno objeto da pesquisa, bem como apresentados alguns fatores que permeiam o tema, são expostos os referenciais teóricos acerca do Orçamento Participativo. A partir de uma perspectiva histórica, é analisada a origem e evolução do orçamento participativo no cenário brasileiro, bem como são investigados os avanços legislativos acerca do tema. Ao final, são discutidas as tensões e correlações de forças que permeiam o processo de tomada de decisão, via orçamento participativo, sendo analisados os principais entraves à efetiva participação popular.

No quarto capítulo, a investigação consiste na análise de algumas experiências participativas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (Angra dos Reis; Barra Mansa; Itaboraí; Macaé; Niterói; e Rio das Ostras). A seguir, é exposto o caso de Volta Redonda, município selecionado para ser objeto de pesquisa empírica, contextualizando-se como se deu a luta democrática na cidade, bem como os impactos decorrentes da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e a respectiva força sindical. Para tanto, foram analisados alguns estudos sobre Volta Redonda, os quais seguiram a seguinte perspectiva: Medeiros (2004) pesquisou a construção da identidade social dos trabalhadores da CSN, considerando a relação entre usina e cidade, inseridas na lógica do mercado e do capital; Mangabeira (1993) analisou os dilemas do novo sindicalismo, bem como o contexto em que se deu as lutas políticas e democráticas no seio de Volta Redonda, remetendo à necessidade de analisar a configuração espacial da cidade (construção do espaço urbano); Palmeira (2012) analisa as transformações que ocorreram em Volta Redonda, no período de 1992 a 2008, considerando a crise estrutural do capitalismo

enfrentada desde a década de 70, dentro do contexto pós-privatização da CSN; Pereira (2007) faz uma reconstrução da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, apresentando relações sobre a conjuntura política e econômica, bem como o rumo do sindicalismo brasileiro. Além disso, é apresentada a gênese e a metodologia do Orçamento Participativo de Volta Redonda, delimitando o papel dos principais atores sociais envolvidos na dinâmica, bem como indicando de que forma foi estruturado o instrumento participativo.

No quinto capítulo são expostas as delimitações teóricas e metodológicas adotadas na pesquisa, tendo sido indicadas as categorias que foram objeto de análise. A partir disso, são apresentados os resultados da pesquisa empírica realizada em Volta Redonda, a qual teve como finalidade captar as possíveis repercussões no processo de formação de sujeitos políticos, sendo que pesquisa foi norteada pelos seguintes eixos: a) análise da participação dos cidadãos na construção da metodologia utilizada para a captação da vontade popular: discussão ou imposição?; b) formas de convocação da população; c) participação social na construção das políticas públicas: perspectiva consultiva ou impositiva?; d) Correlação de forças. Por fim, são analisados os limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo contribuir para a formação de sujeitos políticos.

1 CIDADANIA E DEMOCRACIA: HISTORICIDADE, CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS

1.1 Cidadania: delimitações e rupturas conceituais

A delimitação conceitual da cidadania está vinculada ao contexto histórico em que se deu o fenômeno democrático. Logo, não é um conceito estanque, pois além de representar a estruturação política da sociedade a ser analisada, revela a disputa pela forma de interpretar o mundo, através do fortalecimento de lógicas específicas. Nesse sentido, Demo (2009) explica que o termo cidadania está imbuído de traços históricos conservadores. A título de exemplo, o autor menciona que na Grécia a cidadania era reservada a uma pequena elite, sendo que na perspectiva liberal, os cidadãos seriam os detentores de capital e poder.

Na realidade, conforme ressalta Coutinho (1999, p. 43), a concepção grega de cidadania não possuía dimensão universal, visto que “estavam excluídos dos direitos de cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros, os quais, em conjunto, constituíam mais de três quartos da população adulta ateniense”. O autor acrescenta, ainda, que os direitos de cidadania abrangiam apenas os direitos políticos, não sendo incluídos os direitos civis. Sendo assim, Coutinho (1999) destaca que era garantido, ainda que parcialmente, apenas o direito de participação no governo, ocorrendo restrição com relação ao direito de liberdade de pensamento e direito de expressão.

Ao analisar os modelos democráticos, Held (1992, p. 50, tradução nossa) menciona que a *Democracia Clássica* (ateniense) seguia o princípio justificativo no sentido de que “(...) os cidadãos devem gozar de igualdade política para que possam ser livres para governar e ser governados”¹. O autor ensina que a democracia clássica era constituída pela participação direta dos cidadãos nas funções legislativa e judicial, tendo a assembleia como poder soberano. Porém, existiam condições gerais que revelavam o caráter antidemocrático e excludente de

¹ O texto em língua estrangeira é: “Los ciudadanos deben disfrutar de la igualdad política para que puedan ser libres para gobernar y ser a su vez gobernados.”

tal “democracia”, pois a economia de Atenas era baseada no regime da escravidão, razão pela qual o exercício democrático era feito apenas pelos homens “livres”.

Dessa forma, Held (1992) ressalta que a democracia ateniense era respaldada em bases nada democráticas, sendo eminentemente patriarcal, pois a cidadania era restrita a um número relativamente pequeno de pessoas. Nesse contexto, as mulheres eram subjugadas, ficando confinadas ao trabalho doméstico, pois não possuíam direitos políticos, sendo que os direitos civis também estavam limitados. Havia, assim, uma restrição com relação ao debate público, o qual era um dever apenas dos homens maiores de vinte anos, excluídos os imigrantes e os escravos.

Revela-se questionável essa suposta democracia ateniense alicerçada em práticas excludentes, alijando grande parte da população do exercício da cidadania. Com efeito, tal cidadania era meramente formal, pois seguia o conceito de cidadania da época, o que não significa dizer que o modelo ateniense é um modelo de democracia. Ao contrário, muitas lutas foram necessárias para a inclusão de minorias no processo político. Evidencia-se, assim, que a construção de uma suposta igualdade política era, na verdade, apenas uma medida para legitimar a atuação da classe dominante da época.

Para Coutinho (1999), a democracia pode ser vista como uma tentativa para superar a alienação na esfera da política, sendo que as expressões soberania popular, democracia e cidadania devem ser consideradas dentro de seu contexto histórico, pois no decorrer do tempo tais expressões ganham novas e ricas determinações. Sendo assim, a cidadania não seria algo que é concedido de forma definitiva, nem tampouco “é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 1999, p. 42).

Outra questão que merece destaque é a delimitação conceitual da democracia. Sobre a questão, Held (1992) explica que surge um problema ao definir cada elemento que compõe o conceito de democracia, como por exemplo, o conceito de povo. Em razão disso, o autor apresenta as seguintes indagações: quem faz parte desse povo? Qual tipo de participação é concedida? Com acerto, o autor menciona a longa e significativa história no sentido de restringir o conceito de povo a determinados grupos. Dessa forma, Held (1992) esclarece que as primeiras e mais

influentes doutrinas liberais concebiam os homens como seres livres e iguais, portadores de direitos naturais inalienáveis. No entanto, as mulheres não estavam incluídas em tal conceito, pois a atenção era voltada aos homens proprietários.

Ao comparar as concepções de Hobbes e Locke, o mencionado autor sustenta que Hobbes parte da premissa de que o ser humano é egoísta, sendo que através de um contrato social os indivíduos poderiam renunciar certos direitos, os quais seriam transferidos a uma autoridade, através da criação de um único poder político. Porém, Held (1992) entende que Hobbes fracassou ao articular princípios com a finalidade de delimitar a ação estatal, com vistas a alcançar uma esfera livre das interferências estatais, qual seja, a sociedade civil.

Held (1992) explica que Locke também considerava que o mundo político resultava da existência anterior de indivíduos portadores de direitos naturais. Porém, ao contrário de Hobbes, concebia os indivíduos como seres que se encontram originariamente em estado de natureza, sendo livres e iguais. Além disso, Locke não seguia a tese de que a formação do Estado resultava da transferência de todos os direitos ao ente estatal.

Montesquieu, segundo Held (1992), apresentou distinção mais precisa que a feita por Locke, com relação aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, na medida em que Montesquieu defendia a necessidade de uma divisão e equilíbrio institucional dos poderes, através de um sistema de *freios e contrapesos*.

Para Held (1992), Hobbes apontava para um Estado protetor que afastaria os perigos que seriam gerados, caso os cidadãos tivessem livre arbítrio, enquanto que Locke não considerava coerente supor que os governantes garantiriam a possibilidade de os cidadãos conquistarem livremente seus interesses. Held (1992) destaca, ainda, que Locke e Montesquieu defendiam a necessidade de limitar o poder político legalmente estabelecido.

Outro modelo democrático é a *Democracia Protetora*, que teve amparo nos pensamentos de Jeremy Bentham e James Mill, os quais defendiam a necessidade de mecanismos políticos, como o voto secreto, votações regulares, abolição dos poderes da monarquia, divisão dos poderes dentro do Estado, dentre outros, segundo Held (1992). "A democracia protetora enfatizou a centralidade das

instituições democráticas para proteger os governados de todos os tipos de tirania e, em particular, da opressão do Estado" (HELD, 1992, p. 60, tradução nossa)².

Paulani (1999) destaca que Bentham não concordava com as premissas do Contratualismo, pois entendia que a obediência civil só estaria justificada se houvesse uma contribuição para a felicidade geral. A autora explica que Bentham partia do pressuposto utilitarista de que o homem era motivado por interesses próprios, sendo que a comunidade era concebida como um corpo fictício. Em razão disso, Bentham “conclui que o interesse da comunidade só pode ser definido como a soma dos interesses de seus diversos membros. Sendo assim, cada indivíduo, ao perseguir seu próprio bem, está também perseguindo o bem do conjunto” (PAULANI, 1999, p. 117).

Posteriormente, surgiu a *Democracia Desenvolvimentista*, a qual considerava a necessidade de sufrágio universal, governo representativo, eleição direta, voto secreto, debate público, emancipação política da mulher, mas com preservação da divisão tradicional do trabalho doméstico, de acordo com Held (1992). Na realidade, conforme ressalta o referido autor, a participação política era vista como meio para expansão da capacidade individual, ou seja, o viés desse tipo de democracia seguia critérios individuais, na medida em que não concebia a democracia e participação política como uma construção coletiva, efetivamente emancipadora.

A teoria da *Democracia Desenvolvimentista Racional* teve como um dos maiores expoentes o teórico Rousseau (2001), que mesmo considerando sagrado o direito de propriedade, entendia que tal direito estava limitado, uma vez que deveria garantir apenas as necessidades materiais. Porém, Rousseau peca ao não incluir as mulheres em sua defesa democrática.

Em contrapartida, Held (1992) aponta que Wollstonecraft e Mill não aceitavam a subjugação da mulher a funções apenas domésticas, motivo pelo qual defendiam a necessidade de sua emancipação como uma condição necessária à liberdade. No que tange à inclusão da mulher na política, Held (1992) ressalta que o argumento de Mill tinha cunho liberal, pois considerava que a desigualdade entre os sexos privaria a sociedade de talentos e faculdades mentais necessárias que deveriam estar disponíveis para o bem da humanidade. Segundo Held (1992), Mill entendia que era

² O texto em língua estrangeira é: “La democracia protectora subrayaba el carácter central de las instituciones democráticas para proteger a los gobernados de todo tipo de tiranía y, em particular, de la opresión del estado”.

incabível aplicar a ideia da democracia grega para o contexto moderno, em função dos limites geográficos e físicos, em razão disso, defendia como forma ideal de governo o sistema representativo.

Contra-pondo-se ao modelo liberal, Dagnino (2004) propõe a construção de um novo conceito de cidadania que promova transformações internas na sociedade, não sendo reduzido a um mero conceito formal. Diante disso, a autora defende que a cidadania não está restrita ao vínculo com o Estado, devendo emergir dentro da própria sociedade, pois a construção da cidadania, no sentido de reconhecimento de direitos, seria fruto de um “(...) processo de transformação de práticas arraigadas na sociedade como um todo, cujo significado está longe de ficar limitado à aquisição formal e legal de um conjunto de direitos e, portanto, ao sistema político-judicial” (DAGNINO, 2004, p. 105).

Segundo perspectiva crítica, Wood (2011) faz um contraponto entre a antiga democracia e a democracia capitalista moderna, ao afirmar que há uma coexistência da desigualdade de classe com a liberdade e igualdade cívicas. Assim, na sociedade capitalista estaria presente a pressão econômica exercida pelo capitalista³, em detrimento dos produtores primários, sendo que tal sujeição independeria da condição política, segundo a autora.

Em outras palavras, Wood (2011) destaca que nas sociedades capitalistas há a separação da condição cívica da situação de classe, pois o direito de cidadania não depende da posição socioeconômica. Por outro lado, a igualdade cívica não afetaria, diretamente, a desigualdade de classe. Em razão disso, a democracia formal não seria capaz de alterar a exploração de classe existente.

Dessa forma, a cidadania e a democracia foram concebidas com ênfase para o aspecto do interesse individual, do desenvolvimento das capacidades, sem considerar a desigualdade socioeconômica e as contradições internas do sistema econômico. Verifica-se, assim, que a existência de um suposto direito formal de cidadania camufla desigualdades sociais que prejudicam seu pleno exercício, uma vez que a efetiva participação requer condições de possibilidade para tanto.

³ “O poder do capitalista de se apropriar da mais-valia dos trabalhadores não depende de privilégio jurídico nem de condição cívica, mas do fato de os trabalhadores não possuírem propriedade, o que os obriga a trocar sua força de trabalho por um salário para ter acesso aos meios de trabalho e de subsistência. Os trabalhadores estão sujeitos tanto ao poder do capital quanto aos imperativos de competição e da maximização dos lucros” (WOOD, 2011, p. 173).

1.2 Contextualização histórica e contradições da doutrina liberal

O Liberalismo teve como pretensão restringir os poderes estatais, bem como delimitar uma esfera privada especial, a qual ficaria independente da ação do Estado, de acordo com Held (1992). Nesse sentido, o autor ressalta que as diversas correntes liberais tinham em comum o direcionamento no sentido de que o estado constitucional deveria ser garantido, bem como a propriedade privada e a economia de mercado competitiva, em prol dos interesses individuais. Para tanto, a liberdade de mercado necessitava da intervenção mínima do governo, pois não havia a concepção de igualdade no sentido de diminuir as discrepâncias sociais e econômicas. Ao contrário, foi concedida a liberdade suficiente para gerar a emancipação da burguesia.

Na verdade, a ideologia burguesa pretendia direcionar as relações capitalistas como sendo uma forma ideal de sociedade, sendo que a concepção liberal preconizava a necessidade do livre mercado⁴, segundo Theotônio dos Santos (2016). Marx criticou tal pretensão, “ao identificar na proposta teórica do liberalismo e da economia política clássica uma tentativa de transformar as leis de funcionamento de um concreto histórico em leis gerais da sociedade humana em abstrato” (SANTOS, 2016, p. 27).

Nesse sentido, Macpherson (1991) enfatiza a questão de o Liberalismo ter como essência a escolha, uma vez que tem como premissa o indivíduo racional e maximizador. Segundo o autor, os primeiros liberais consideravam este tipo de indivíduo, sendo que a essência humana era representada pelo livre gozo e desenvolvimento da natureza que Deus havia concedido.

Dessa forma, defendia-se a emancipação do indivíduo através do poder da razão, mas tal concepção emancipatória é individual, pois de acordo com a visão liberal, “(...) o bem geral é, pois, redutível à soma dos bens individuais. O motor da

⁴ “Tratava-se de articular a tese de que não há alternativa para a concepção econômica neoliberal. Esta economia expressaria a eficácia do livre mercado, que não garantia, no entanto, os direitos sociais dos trabalhadores. Conseqüentemente, seria necessário combinar o neoliberalismo econômico com um programa de políticas sociais (ou compensatórias, como o concebiam o FMI e o Banco Mundial) para que fossem aceitos os efeitos negativos “provisórios” da “transição” para o “livre mercado”. Era evidente a debilidade teórica e prática desta proposta que foi, em seguida, abandonada, na medida em que o neoliberalismo se mostrava cada vez mais insustentável tanto no plano teórico-doutrinário como no prático” (SANTOS, 2016, p. 533).

ordem é o indivíduo em busca de seus interesses; o social e o político não fazem senão permitir o jogo deste dinamismo” (LESBAUPIN, 1984, p. 44).

Em razão disso, foi atribuída primazia aos direitos individuais, em especial, ao direito de propriedade. Para Lesbaupin (1984), mesmo com a expansão de direitos, através do acréscimo dos direitos sociais e econômicos, tais direitos ficaram subordinados aos direitos individuais. Dentro dessa lógica, havia uma aceitação implícita da desigualdade social, segundo o referido autor, na medida em que uma parte da sociedade não teve acesso à propriedade, não usufruindo de todos os direitos, sendo que a participação social da população menos favorecida ocorreu de forma subordinada. Consta-se que “os direitos propostos pelo liberalismo clássico são universais em sua formulação, mas esta universalidade é abstrata, na medida em que os direitos são realmente particulares” (LESBAUPIN, 1984, p. 164-165).

Dito de outra forma, a propriedade gerava riquezas e influência social aos teóricos defensores das doutrinas liberais, classe protagonista que lutava por um autogoverno da sociedade civil. Com efeito, a igualdade e a liberdade, segundo a ótica liberal, somente poderão ser compreendidas considerando o papel do liberalismo na transição da ordem econômico-social feudal para o capitalismo, visto que representou uma nova ideologia que garantiu justificção racional às novas relações sociais estabelecidas em prol da nova classe burguesa (LESBAUPIN, 1984).

Não havia, assim, coesão social. As relações eram baseadas na livre concorrência, pois o liberalismo não tinha o intuito de proteger o indivíduo, mas sim, o proprietário, uma vez que estava baseado no direito de propriedade, concebido como direito natural. Para tanto, buscou-se libertar o possuidor dos meios de produção, através da emancipação de tudo que impedia sua expansão completa. Logo, era um direito de liberdade que favorecia uma minoria (LESBAUPIN, 1984).

Na esfera econômica, segundo a ótica liberal, prevalecia a suposta “liberdade contratual”, isto é, entre pessoas desiguais (empresários/assalariados) poderia haver situação de ofensa a direito fundamental, pois segundo a visão liberal, não competia ao Estado interferir nesse campo. A título de exemplo, Bobbio (1998) menciona que a Corte Suprema dos Estados Unidos considerou que determinadas leis que fixaram mínimos salariais e máximos de horas de trabalho, estariam violando o princípio constitucional da liberdade, visto que tais regras não seriam necessárias para a

proteção dos direitos fundamentais, mas sim, representariam limitações "arbitrárias" da "liberdade contratual" entre empresários e assalariados (BOBBIO, 1998, p. 711).

Noutras palavras, o liberalismo defendia uma liberdade que gerava desigualdade, na medida em que permitia a livre expansão da propriedade em favor de uma minoria, enquanto que a maioria só possuía a sua força de trabalho. De fato, havia uma falsa ideia de liberdade contratual, pois esta não existe quando as partes não estão em pé de igualdade, ou seja, não possuem as mesmas condições materiais (LESBAUPIN, 1984).

Losurdo (2006), por sua vez, através da reconstrução da história do liberalismo, revela a patente incongruência contida na pretensão de ser, simultaneamente, liberal e escravista. O autor menciona como exemplo Calhoun, um estadista americano proprietário de escravos que considerava a escravidão um *bem positivo*; e Locke, filósofo inglês que investia no tráfico de negros, o qual justificava a escravidão como óbvia e natural. Ao reconstruir a história do liberalismo e analisar as três grandes revoluções liberais (Holanda, Inglaterra e EUA), Losurdo (2006) defende que há um entrelaçamento paradoxal. Dessa forma, "a escravidão não é algo que permaneça não obstante o sucesso das três revoluções liberais; ao contrário, ela conhece o seu máximo desenvolvimento em virtude desse sucesso" (LOSURDO, 2006, p. 47).

Diante disso, Losurdo (2006) defende que o liberalismo e a propagação da escravidão-mercadoria sobre base racial resultam de um *parto gêmeo*. Para Losurdo (2006), o liberalismo inglês foi fundado sobre a escravidão ou servidão, resultando, assim, numa *democracia para o povo dos senhores*. O autor cita Tocqueville, o qual esclarece que o negro era teoricamente livre, mas era excluído da fruição dos direitos civis e políticos.

Ao analisar a transição do instrumento de trabalho à categoria de cidadão passivo, Losurdo (2006) ressalta a exclusão política dos que não teriam "título" suficiente para serem membros das comunidades dos livres, citando a visão de autores liberais da época. O autor menciona que Locke era contrário ao reconhecimento dos direitos políticos dos escravos, pois entendia que estes sequer faziam parte da sociedade civil. "Da mesma forma argumenta Blackstone: o direito de voto não pode ser ampliado para 'pessoas indigentes', que por essa razão estão sob o domínio imediato de outras" (LOSURDO, 2006, p. 199).

No que tange à invenção da cidadania passiva, resultante de lutas dos excluídos (classes populares), Losurdo (2006) esclarece que a elite desenvolveu um discurso no sentido de que a liberdade não teria como elemento essencial a participação política, sendo que “(...) as relações de trabalho e as condições materiais de vida fazem parte de uma esfera eminentemente privada e é, portanto, absurdo e ilícito querer modificá-las com a ação política” (LOSURDO, 2006, p. 202).

Há duas viradas durante a tradição liberal, segundo o referido autor. No início, a dicotomia entre liberais e servis tinha cunho social e étnica, sendo que esta conotação tende a aumentar em decorrência da luta em busca de concessões da “comunidade dos livres”. Em razão disso, alguns setores do movimento liberal tentaram manter distância dos setores liberistas, os quais não aceitavam “(...) colocar em discussão as relações de dominação e de opressão presentes no interior da sociedade civil, da esfera privada” (LOSURDO, 2006, p. 296).

Para Losurdo (2006) o liberalismo frisa a necessidade de competição entre os indivíduos no espaço do mercado, a título de gerar riqueza social e forças produtivas. O autor refuta tal tese, pois entende que não há suposta liberdade no mercado, ao contrário, durante séculos o mercado liberal tem sido palco de exclusão e desumanização.

Além disso, Losurdo (2006) destaca que não houve uma transição gradual e pacífica do liberalismo à democracia, considerando que a comunidade dos livres excluiu as populações coloniais (semiescravos e servos da metrópole) da liberdade negativa e positiva. Com a finalidade de analisar a herança permanente do liberalismo, o referido autor apresenta cinco razões:

1. Os clássicos da tradição liberal demonstraram hostilidade e desprezo à democracia, pois entendiam que sua origem representaria uma ruptura do pacto social, sendo uma “(...) causa legítima de ‘apelo ao céu’ (nas palavras de Locke), isto é, às armas” (LOSURDO, 2006, p. 357);
2. A eliminação das cláusulas de exclusão se deu de modo violento, o que ocorreu tanto com a abolição da escravidão, exclusão da discriminação censitária e acesso das mulheres aos direitos políticos;
3. O processo histórico que desencadeou a democracia não é absolutamente linear, pois teria ocorrido uma emancipação seguida de desemanipação. Inicialmente, foram adquiridos direitos antes negados,

porém, em seguida ocorreu uma privação dos direitos que os excluídos haviam garantido.⁵

4. A emancipação teve impulsos externos do âmbito liberal, seja pelas ideias francesas e jacobinas, como pela causa revolucionária e revolução negra;

5. Existência de um entrelaçamento entre emancipação e desemanipação que ocorreu durante as etapas relativas à eliminação das cláusulas de exclusão.

No que tange à relação entre o liberalismo e a democracia, Theotônio dos Santos (1991) afirma ser uma ideologia oligárquica considerar o liberalismo tradicional de origem europeia ou norte-americana, nas condições do Brasil, pois foram as elites coloniais, as oligarquias exportadoras e as classes médias que eram defensoras de uma economia liberal. Nesse contexto, a burguesia industrial e o proletariado urbano apresentavam oposição ao liberalismo oligárquico e elitista.

De acordo com a ótica do liberalismo, a liberdade dos modernos que deveria ser promovida é a que está relacionada com a liberdade individual em sua relação com o Estado, decorrentes das liberdades civis e a liberdade política, mesmo que esta não seja garantida a todos os cidadãos. Bobbio (1998) afirma que os escritores liberais da época, como Constant, Tocqueville e John Stuart Mill, consagravam o entendimento de que a Democracia Representativa ou Parlamentar eram as únicas formas de democracia que estavam em compatibilidade com o Estado liberal.

Com acerto, Held (1997, p. 71) destaca que a propriedade privada dos meios de produção, a qual representa uma fonte-chave do poder contemporâneo, é despolitizada pelos liberais, na medida em que é desconsiderada, como se não fosse um assunto propriamente político.

⁵ Para ilustrar, Losurdo cita alguns exemplos: “Afirmado na França na trilha da revolução de fevereiro de 1848, o sufrágio universal (masculino) é cancelado dois anos depois pela burguesia liberal, e logo depois é reintroduzido em decorrência não de um processo de amadurecimento do liberalismo, mas do golpe de Estado de Luís Napoleão, do qual se serve para a encenação do rito da aclamação plebiscitária. Nesse âmbito o exemplo mais clamoroso nos é fornecido pelos Estados Unidos. O fim da guerra da Secessão inaugura o período mais feliz da história dos afro-americanos, os quais agora conquistaram os direitos civis e políticos e entram a fazer parte dos organismos representativos. Mas, trata-se de uma espécie de breve intervalo da tragédia. O compromisso que ocorre em 1877 entre brancos do Norte e do Sul comporta para os negros a perda dos direitos políticos e, muitas vezes dos próprios direitos civis, como é testemunhado pelo regime de segregação racial e pela violência selvagem dos pogrom e dos linchamentos” (LOSURDO, 2006, p. 358).

Constata-se, assim, paradigmas opostos, enquanto os liberais clamam pela separação entre o mundo da sociedade civil e o da política, a corrente crítica sustenta a necessidade de considerar a desigualdade gerada através das relações de cunho capitalista que implicam em prejuízo à liberdade democrática.

1.3 Concepção democrática hegemônica

A concepção hegemônica de democracia nos países ocidentais é representada pela corrente liberal inaugurada por Schumpeter, sendo atribuída ênfase ao aspecto da participação eleitoral (democracia representativa). De início, Schumpeter (1961) critica a teoria democrática clássica, por considerá-la carente de facticidade, uma vez que busca uma teoria realista que se adeque à realidade do capitalismo. Em função disso, o autor discorda do pensamento no sentido de que há uma vontade autônoma dos cidadãos (pressuposto da teoria clássica), pois entende que a vontade sofre a influência dos interesses em jogo (realidade do mercado). Além disso, o autor critica a existência de uma suposta vontade individual independente, pois defende que há a interferência de grupos e propagandas.

A política é concebida por Schumpeter (1961) como um espaço competitivo para alcançar a tomada do poder. Por tais motivos, o autor criou um conceito de democracia baseado nas instituições, que poderia ser denominada de *Teoria da Liderança Competitiva da Democracia*, concebendo a democracia como um método político⁶, com diretriz elitista. Tal teoria reflete uma visão procedimentalista, ao enfatizar os mecanismos e métodos decisórios, com base em dois eixos fundamentais: a competição e a liderança.

Para Schumpeter (1961), a participação do cidadão fica limitada ao nível eleitoral. Segundo o autor, caso seja concebido que o eleitor é um sujeito dotado de opinião racional, a escolha dos representantes seria secundária ao objetivo maior: atribuir ao eleitorado o poder de decisão. Em contrapartida, ao conceber as decisões

⁶ “A democracia é um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para chegar a uma decisão política (legislativa ou administrativa) e, por isso mesmo, incapaz de ser um fim em si mesmo, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas. E justamente este deve ser o ponto de partida para qualquer tentativa de definição” (SCHUMPETER, 1961, p. 295-296).

das questões pelo eleitorado como secundária, tendo como principal objetivo a eleição de representantes, o papel do povo seria a de formar um governo. Em razão disso, o autor argumenta que “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (SCHUMPETER, 1961, p. 327-328).

De acordo com Schumpeter (1961) o cidadão típico, ao ingressar no campo político, situa-se num plano inferior de rendimento mental, sendo assim, mesmo que não existissem grupos políticos destinados a influenciá-lo, o cidadão cederia a preconceitos. Além disso, o autor ressalta o papel da liderança, fato não analisado, segundo o autor, pela teoria clássica. “A teoria clássica não previa esse fato. Como vimos acima, atribuía ao eleitorado um grau totalmente irrealista de iniciativa, que praticamente equivalia a ignorar a liderança”. (SCHUMPETER, 1961, p. 328).

No que tange ao conceito tradicional de *volonté générale*, o autor entende que não há uma vontade genuína, mas sim, uma vontade fabricada através de meios artificiais, uma vez que sofrem manipulação, denominada pelo autor como *vontade manufaturada* (SCHUMPETER, 1961, p. 320).

Seguindo matriz schumpeteriana, Dahl (1996) atribui primazia à questão do método a ser aplicado à eleição. Ao analisar a democracia americana, o autor criou o conceito de *Poliarquia*, pois defende que “todos os sistemas poliárquicos se caracterizam pela separação de poderes: possuem legislativo, executivo, burocracia administrativa e judiciário” (DAHL, 1996, p. 135).

Para Dahl (1996), as eleições servem para controlar líderes, embora não tenham eficácia para revelar a vontade ou preferência de uma maioria. Em razão disso, o autor entende que há dois métodos capazes de efetuar o controle social, quais sejam: o método do processo eleitoral e o da competição política entre os indivíduos, partidos ou ambos. Através de tais métodos, segundo o autor, ocorreria um aumento das minorias, razão pela qual afirma que “é nesta característica das eleições – não o governo de uma minoria, mas de minorias – que temos que procurar algumas das diferenças fundamentais entre ditaduras e democracias” (DAHL, 1996, p. 131).

No entanto, Sartori (1994) ressalta que apesar de Dahl defender a Teoria Competitiva, seu pensamento difere do pensamento de Schumpeter. Sendo assim, Sartori (1994, p. 211) afirma que “Dahl começa onde Schumpeter para, isto é, Dahl

procura uma difusão e um reforço pluralistas, na sociedade como um todo, da competição entre elites”. Dessa forma, Sartori (1994) ensina que enquanto Schumpeter buscou entender o funcionamento da democracia, Dahl foi além, pois analisou como poderia ser promovida a democracia. Nesses termos, “a estratégia básica de Dahl é reservar a palavra democracia para o ‘sistema ideal’ e usar ‘poliarquia’ como sua aproximação do mundo real” (SARTORI, 1994, p. 211-212).

Sobre a questão, O’Donnell (1991, p. 26) destaca que algumas democracias instaladas recentemente, como Argentina, Peru, Equador, Bolívia, Brasil, dentre outras, seriam democracias segundo os critérios estabelecidos por Robert Dahl, ao definir Poliarquia. No entanto, O’Donnell (1991) defende que tais democracias não seriam democracias representativas, mas sim, democracias delegativas⁷, considerando as consequências sociais e econômicas que a maioria dos países mencionados sofreu, possuindo antecedentes históricos marcados por viés autoritários.

Segundo O’Donnell (2013), a democracia teria quatro características que marcariam sua distinção com relação a qualquer outro regime político, quais sejam: a) eleições limpas e institucionalizadas; b) proposta inclusiva e universal; c) sistema legal que defende os direitos e liberdades que seriam necessários para um regime democrático; d) Proibição de *legibus solutus* (desobrigação das leis). Segundo o autor, “as primeiras duas características correspondem ao regime; as duas últimas ao Estado. Portanto, as teorias sobre a democracia que se limitam ao estudo do regime sub-especificam erroneamente seu tema” (O’DONNELL, 2013, p. 52).

O’Donnell (1998b) argumenta que apesar de necessário, o componente do regime político é insuficiente para definir que determinado país seja democrático, pois “há uma dimensão intermediária entre o regime político e as características socioeconômicas amplas de um dado país. Enquanto nível intermediário, este está fadado a ser influenciado tanto pelo regime como pela estrutura socioeconômica (...)” (O’DONNELL, 1998b, p. 41).

Em suma, O’Donnell (2013) afirma que os direitos políticos possuem estreita relação com a questão dos direitos civis e sociais. Para o autor, é preciso ir além da atribuição universalista dos direitos da cidadania política, sendo necessário analisar

⁷ Segundo o autor, as *democracias delegativas* não seriam marcadas pela consolidação ou institucionalização da democracia, apesar de que, “na maioria dos casos não se vislumbram ameaças iminentes de uma regressão autoritária aberta, mas tampouco se vislumbram avanços em direção a uma representatividade institucionalizada” (O’DONNELL, 1991, p. 26).

quais são as condições necessárias para o efetivo exercício desses direitos. Por tais razões, o autor argumenta que não pode ser omitido o fato de que há indivíduos privados de direitos civis e sociais, o que interfere na sua habilitação política.

Percebe-se, então, que um dos maiores equívocos dos adeptos da corrente liberal reside em focar apenas na descrição da operacionalidade da democracia (aspecto eleitoral), sem analisar e considerar as contradições existentes no interior da sociedade, limitando a democracia ao aspecto eleitoral.

1.4 Democracia deliberativa

Segundo Habermas (2002), o processo democrático é concebido pela concepção liberal como sendo um instrumento por meio do qual o Estado garante a vontade dos cidadãos, tendo como objetivo congregar e impor interesses sociais. Em contrapartida, a concepção republicana do processo democrático concebe a política como a responsável por gerar o processo de coletivização social. Dessa forma, Habermas (2002) explica que a concepção liberal zela pelos interesses próprios, enquanto que a visão republicana acrescenta o viés da solidariedade. Sendo assim, “(...) ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a *solidariedade com terceira fonte de integração social*” (HABERMAS, 2002, p. 270).

Para a concepção liberal “determina-se o status dos cidadãos conforme a medida dos direitos individuais de que eles dispõem em face do Estado e dos demais cidadãos” (HABERMAS, 2002, p. 271). Por outro lado, a concepção republicana não concebe a definição de cidadão em função da existência de liberdades negativas, ao contrário, “os direitos de cidadania, direitos de participação e comunicação política são, em primeira linha, direitos positivos” (HABERMAS, 2002, p. 272).

Dessa forma, tudo depende da forma como é concebido o processo político. A visão liberal, segundo Habermas (2002), considera que a vontade é formada através da concorrência entre agentes, com base no êxito quantitativo e no número de votos. Logo, “ao votar, os eleitores expressam suas preferências. As decisões que tomam nas eleições têm a mesma estrutura que os atos eletivos de participantes do

mercado voltados à conquista de êxito” (HABERMAS, 2002, p. 275). Por outro lado, o autor ensina que a concepção republicana entende que a opinião e a vontade política resultam de entendimento mútuo, ou seja, o paradigma deixa de ser o mercado e passa a ser a interlocução.

Nesse contexto, Habermas (2002) defende a necessidade de considerar a diversidade das formas comunicativas que resultam na vontade comum, não ficando restrito ao conceito republicano de autoentendimento mútuo, mas sim, buscando encontrar equilíbrio entre os interesses que divergem. Em função disso, propõe um terceiro modelo de democracia que “cria coesão interna entre negociações, discursos de autoentendimento e discursos sobre a justiça” (HABERMAS, 2002, p. 278).

A democracia é analisada por Habermas (2001) através da perspectiva discursiva, sendo que o procedimento democrático não retira sua força legitimadora apenas na participação e expressão da vontade, mas sim, decorre da existência de um processo deliberativo que ocorre na esfera pública. Para Habermas, a democracia deriva de um procedimento construído na dinâmica da vida social, através de processos comunicativos em que emerge a deliberação, uma vez que estaria baseado “nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais, justamente por cumprir-se, em todo seu alcance, de modo deliberativo” (HABERMAS, 2002, p. 277).

Segundo a ótica habermasiana, o procedimento ideal para a elaboração de uma política deve ocorrer através de uma boa *ação comunicativa*. Seguindo a mesma perspectiva, Hansen (2007) frisa a necessidade de um fortalecimento de instâncias comunicativas dos espaços democráticos. Para o autor, a democracia não deve ser concebida apenas como uma forma de governo, mas sim, como condição para que haja sociabilidade, permitindo a coexistência de opiniões diversas.

Por outro lado, Young (2001; 2006) critica a proposta teórica formulada por Habermas, pois, segundo a autora, o referido autor foca na racionalidade e na imparcialidade, ignorando particularidades culturais. Em razão disso, Young (2001; 2006) propõe como alternativa processos deliberativos que incluam minorias, para que grupos marginalizados possam participar da decisão política.

Para Young (2001) há dois equívocos no conceito de democracia deliberativa. Primeiramente, há uma visão de discussão com base no viés cultural, ao vincular a discussão democrática com a argumentação crítica, na medida em que

determinadas pessoas ou grupos podem ser ignorados. Além disso, a autora critica os teóricos deliberativos que supõem “que os processos de discussão que visam ao entendimento entre as partes têm necessariamente de partir de um elemento comum de entendimento ou de ter como objetivo um bem comum” (YOUNG, 2001, p. 256).

A crítica de Young (2006) reside na tentativa de buscar unificação, pois segundo a autora essa suposta identidade unificada acabaria reafirmando exclusões sociais marcadas pela opressão. Dessa forma, Young (2001) destaca que durante o discurso há alguns grupos que possuem privilégios de ordem material ou simbólica, sendo que o apelo a um suposto “bem comum” poderia acabar perpetuando estes privilégios.

Noutras palavras, Young (2001) considera que a deliberação não é culturalmente neutra, nem tampouco universal, razão pela qual defende a necessidade de considerar as diferenças sociais, bem como o poder simbólico que existe durante o discurso, o qual é permeado por especificidades culturais que não podem ser ignoradas.

Diante disso, Young (2001) propõe um modelo que sustenta ser mais inclusivo, denominado de *Democracia Comunicativa*, o qual seria capaz de reconhecer que “quando o diálogo político visa a solucionar problemas coletivos, este requer uma pluralidade de perspectivas, estilos de discurso e maneiras de expressar a particularidade de situações sociais, bem como a aplicabilidade de princípios” (YOUNG, 2001, p. 385-386).

As referidas críticas apontadas por Young revelam, de fato, a fragilidade do modelo deliberativo. O conceito de espaço público é visto pela teoria habermasiana como arena de formação da vontade coletiva, através de uma racionalidade supostamente “emancipatória”. A questão é que Habermas não considera a desigualdade econômica, bem como a correlação de forças decorrentes do conflito entre classes, pois prossegue na crença de que haveria uma suposta igualdade de oportunidades durante o debate, capaz de gerar uma racionalidade emancipatória.

Por tais razões, a *Teoria do Agir Comunicativo* é insuficiente para respaldar a construção de uma sociedade democrática, pois tal teoria isola o sujeito do contexto capitalista, ignorando as respectivas mediações que interferem na formação da vontade, isto é, a luta de classes, bem como as demais lutas existentes na sociedade contemporânea, excluindo determinado grupos marginalizados.

1.5 A lógica totalizante do capitalismo e sua repercussão na esfera democrática

Sabe-se que o capitalismo tem como objetivo gerar cada vez mais acumulação de capital, ocorrendo, por conseguinte, a sujeição das condições de vida dos cidadãos aos ditames de tal regime, através do estabelecimento de uma relação de dependência e dominação⁸. Tal situação resulta em uma clara separação de interesses: de um lado, o interesse privado de acumulação; de outro, os interesses sociais.

O sistema do capital, segundo Mézáros (2015)⁹, possui três dimensões inseparáveis¹⁰: o capital, o trabalho e o Estado. Nesse contexto, o Estado teria papel de mediador, pois “articula, ao redor de um foco político comum, a totalidade das relações internas – dos intercâmbios econômicos aos laços estritamente culturais – e as integra em vários graus também à estrutura global da formação social dominante” (MÉSZÁROS, 2015, p. 164).

Eis a questão problemática, no sentido de inserir o debate democrático dentro da lógica impregnada pelo capital. Ao tratar a questão, Wood (2007) considera incompatível o capitalismo com a democracia, desde que o termo democracia seja concebido em sua interpretação literal (poder popular; governo do povo). A autora sustenta que não é possível um capitalismo governado pelo poder popular, considerando que o capitalismo resulta na sujeição das condições básicas de vida aos ditames da acumulação capitalista, bem como às leis do mercado.

Existem, ainda, segundo a autora, outras concepções acerca da democracia, em especial, as que a vinculam com o constitucionalismo, através do estabelecimento das liberdades civis, as quais teriam o condão de limitar a atuação

⁸ “Assim, também, a expansão do capitalismo em direção à conquista do planeta produz relações de dominação, dependência, expropriação e exploração que geram movimentos sociais, econômicos, políticos e ideológicos opostos a essa dimensão colonial, imperialista, ou neocolonial e neoimperialista” (SANTOS, 2016, p. 50).

⁹ O autor defende ser necessário ir para além do capital, pois “o sistema do capital, por sua própria natureza, é um modo de controle global/universalista que não pode ser historicamente superado, exceto por uma alternativa sociometabólica igualmente abrangente” (MÉSZÁROS, 2015, p. 166).

¹⁰ “É inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2015, p. 169).

estatal. Seguindo tal linha de raciocínio, a democracia seria definida de acordo com a perspectiva da limitação do poder arbitrário do Estado, com a finalidade de proteger o indivíduo e a sociedade civil das intervenções estatais. Ocorre que a distribuição do poder popular, ou melhor, a distribuição de poder entre classes, está ausente em tal concepção democrática (WOOD, 2007).

Em outras palavras, a referida concepção democrática não considera o poder do povo, ao contrário, limita-se a considerar seus direitos passivos, através da existência de normas que garantem proteções individuais contra a intervenção estatal. Sendo assim, “(...) esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado” (WOOD, 2007, p. 420).

Para a referida autora, o capitalismo tem como característica o estabelecimento de relações de poder voltadas aos interesses privados, gerando uma distribuição desigual de oportunidades, as quais geram efeitos na possibilidade de participação dos cidadãos. Em razão disso, Wood (2011) defende a necessidade de ter cautela ao utilizar o termo sociedade civil de forma abrangente, pois haveria o risco de tornar a lógica totalizadora e o poder de coerção próprio do capitalismo invisíveis, pois a “sociedade civil pode ser entendida como um código ou máscara para o capitalismo, e o mercado pode se juntar a outros bens menos ambíguos, como as liberdades políticas e intelectuais, como um objetivo desejável acima de qualquer dúvida” (WOOD, 2011, p. 210).

Dessa forma, Wood (2011) ensina que ao reduzir o sistema social do capitalismo a um conjunto de instituições da sociedade civil, fragmentando a sociedade, há a transmissão de uma falsa ideia de inexistência de um poder superior. É nesse sentido que há uma estratégia característica do argumento da “sociedade civil” que defende que o marxismo é reducionista ou economicista, na medida em que reduziria a sociedade ao seu modo de produção (economia capitalista). No entanto, Wood (2011) afirma que os argumentos em prol da sociedade civil, ao negar a lógica totalizante do capitalismo, ignoram a questão histórica e empírica dos efeitos gerados pelas relações estabelecidas no seio capitalista, reduzindo o capitalismo ao peso de “outras” instituições.

Com relação ao argumento no sentido de que o marxismo colocaria em risco as liberdades democráticas, pelo fato de identificar a democracia formal com o

capitalismo, Wood (2011) reconhece as dificuldades sobre o tema, mas indica a existência de outros caminhos, desde que não haja a aceitação do capitalismo como o único e melhor meio para a manutenção da autonomia individual.

Nesse sentido, Coutinho (1999) ressalta que Marx considerava que os direitos civis eram necessários, porém, tais direitos não seriam suficientes para garantir a cidadania plena, ou seja, a emancipação humana. Dessa forma, o autor destaca que a cidadania plena seria incompatível com o capitalismo, visto que a ampliação da cidadania e a consolidação dos direitos democráticos contrariam a lógica do capital, visto que “a condição de classe cria, por um lado, privilégios, e, por outro, déficits, uns e outros aparecendo como óbices a que todos possam participar igualmente na apropriação das riquezas espirituais e materiais socialmente criadas” (COUTINHO, 1999, p. 53).

Além disso, Wood (2011) ressalta que alguns teóricos sustentam a necessidade de transferir a questão do terreno da luta de classes para o âmbito de bens extraeconômicos (emancipação de gênero, igualdade racial, paz, saúde ecológica, cidadania democrática, etc.). Contudo, a autora destaca que o capitalismo tem uma tendência a desconsiderar as desigualdades extraeconômicas, visto que as lutas concebidas no referido âmbito não apresentam perigo ao capitalismo, embora a probabilidade de êxito seja pequena, caso permaneçam isoladas da luta anticapitalista.

Dessa forma, Wood (2011) salienta que mesmo que o capitalismo não garanta a emancipação da opressão feita no âmbito extraeconômico, o alcance da emancipação em tal âmbito também não poderá garantir a erradicação do capitalismo. Na realidade, a autora considera que o capital atinge até as esferas que estão fora do âmbito da produção e apropriação, pois a lógica de mercado atingiu vários aspectos da vida na social.

Cabe ressaltar que a referida autora não concorda com o marxismo estruturalista que sustenta que a política e cultura seria apenas reflexo das relações econômicas. Nesse sentido, Wood inverte tal lógica, uma vez que considera a política e a economia como uma unidade.

Ao tratar a questão democrática, Held (1997) entende ser necessária uma reflexão sobre qual tipo de autonomia os indivíduos possuem. Nesse sentido, o referido autor trabalha com o princípio da autonomia, definido da seguinte forma:

As pessoas deveriam gozar de direitos iguais (e, conseqüentemente, de obrigações iguais) na estrutura que gera e limita as oportunidades a elas disponíveis; isto é, elas deveriam ser livres e iguais na determinação das condições de suas próprias vidas, até onde elas não utilizem esta estrutura para negar o direito de outras (HELD, 1997, p. 69).

O referido autor questiona: “como um sistema de poder político, econômico e social que gera assimetrias sistemáticas de oportunidade é compatível com o princípio da autonomia?” (HELD, 1997, p. 69). Para responder à indagação mencionada, o autor trabalha com uma categoria denominada *nautonomia*, que consiste na “produção e distribuição assimétrica de oportunidades de vida que limitam e corroem as possibilidades de participação política” (HELD, 1997, p. 70).

Coaduno com o pensamento de Held (1997), visto que as pessoas que estão situadas em um padrão assimétrico de oportunidades, socialmente condicionado, como o acesso à renda, às oportunidades educacionais, dentre outros, não possuem condições de possibilidade para exercer uma cidadania ativa plena.

Seguindo tal raciocínio, o autor afirma que os direitos civis e políticos não são capazes de viabilizar, por si só, a autonomia social, econômica e política, sendo que “feixes de direitos que são pertinentes a cada uma das esferas de poder podem ser vistos como parte integrante do processo democrático. Se qualquer um desses feixes estiver ausente, o processo democrático será unilateral, incompleto e distorcido” (HELD, 1997, p. 75). Held (1997) trabalha com sete feixes de direitos que corresponderiam aos locais de poder-chave, os quais seriam condições de possibilidade para a participação dos cidadãos: direito à saúde, direitos sociais, direitos culturais, direitos civis, direitos econômicos, direitos pacíficos e direitos políticos.

Necessário ressaltar que Held (1999) não descarta a importância do conflito de classe como instrumento para o desenvolvimento dos direitos dos cidadãos, porém, sustenta que a análise da cidadania requer o exame das conquistas dos grupos, classes e movimento, em prol de uma maior autonomia, em contraste com as formas de hierarquia, estratificação e opressão política.

Para Held (1999), a análise da cidadania não deve considerar apenas a questão da inclusão ou não das classes sociais, pois há dimensões da vida social que também retratam a luta pela cidadania, como ocorre no caso das questões envolvendo gênero, raça, idade, dentre outros. Logo, a análise da cidadania deve considerar todas as dimensões que favorecem ou não a participação social.

Se cidadania implica participação na comunidade, e se participação na comunidade implica formas de participação social, então é infrutífero conceber que a cidadania está primariamente relacionada com a classe ou as relações capitalistas de produção. A cidadania sofre a intervenção das pessoas na comunidade em que vivem; e a elas se lhes nega a cidadania, em função de critérios de gênero, raça e idade, entre outros. Analisar a cidadania como se fosse uma questão de inclusão ou exclusão das classes sociais equivale a eclipsar uma multiplicidade de dimensões da vida social que têm sido centrais na luta por ela (HELD, 1999, p. 215).

Evidencia-se, assim, uma patente dissonância entre Held e Wood. Isto porque Held (1999) não entende coerente a análise e avaliação dos direitos dos cidadãos segundo a dimensão ideológica que considera as relações de classe em primeiro plano, pois sustenta que são desconsideradas outras disputas que permeiam a concepção moderna de Estado.

Em sentido oposto, Wood considera primordial analisar a luta de classes, pois “se o efeito do capitalismo é criar uma categoria puramente econômica de classe, ele também cria a aparência de que classe é apenas uma categoria econômica, e de que existe um vasto mundo além da ‘economia’ onde o ditame de classe já não é válido” (WOOD, 2011, p. 241).

De fato, o capitalismo submete a vida social às exigências do mercado, através da mercantilização da vida em seus múltiplos aspectos, motivo pelo qual, segundo Wood (2011), não prosperam as aspirações vinculadas à autonomia, à liberdade de escolha e ao autogoverno democrático. Coaduno com o pensamento de Wood, visto que a questão democrática deve considerar as bases materiais da sociedade atual, com todas suas respectivas mediações, considerando a lógica totalizante do capitalismo.

Partindo do pressuposto de que a democracia representa a necessidade e interesse de todos, há uma clara colisão de interesses de difícil solução. Com efeito, não podem ser desconsideradas as bases materiais da sociedade atual, considerando a situação de um país ameaçado pela dependência, com grande concentração de riqueza, bem como progressiva exclusão social.

É clara a existência de interesses inconciliáveis, na medida em que a grande maioria da população fica sujeita a condições desumanas, em prol de uma minoria que detém os meios de produção. Sendo assim, as bases materiais da sociedade atual revelam a existência de um modo de produção que gera e acentua as desigualdades sociais. Nesse contexto, conceber a democracia apenas na

perspectiva de limitação do poder estatal, sem que haja, de fato, melhor distribuição de poderes entre as classes, apenas servirá para eternizar a cidadania passiva.

Portanto, a mera existência de igualdade formal, sem que haja uma efetiva implementação no plano material, nada mais é do que uma abstração, pois a igualdade de direito não modifica as diferenças de oportunidades que são socialmente condicionadas. Em razão do exposto, não deve ser ignorada a chamada democracia formal, a despeito de sua patente crise, porém, não é coerente uma interpretação pífia no sentido de conceber a emancipação humana restrita à identificação da democracia formal com o capitalismo.

Diante disso, a questão problemática reside em determinar qual caminho a seguir dentro desse contexto marcado pela lógica totalizante do capital. Entendo que um dos caminhos pode ser justamente democratizar as políticas públicas, como forma de resistência e oposição ao modo de produção existente. Isto não significa dizer que apenas democratizando as políticas públicas as desigualdades sociais e econômicas serão eliminadas, mas há possibilidade de atenuar tais desigualdades, bem como estimular uma tomada de consciência política coletiva.

1.6 Paradigma em construção: perspectivas contra-hegemônicas da democracia

A teoria hegemônica da democracia enfatiza o procedimento destinado à eleição, ficando a análise restrita ao governo. Em sentido oposto, concepções alternativas ultrapassam tal limitação, na medida em que questionam qual tipo de democracia seria possível dentro de um contexto marcado por desigualdades sociais, econômicas e políticas.

A corrente marxista, segundo Held (1992), repudia considerar como ponto de partida para a análise política, a relação existente entre o indivíduo e o Estado. Isto porque, segundo o viés marxista, os indivíduos somente existem em relação com o outro, pois o ser é resultado de um produto social e histórico, sendo que esta interação deve ser a chave para a análise política. Por tais razões, Held (1992) ressalta que de acordo com Marx e Engels, deve ser considerada a questão da luta

de classes, bem como as consequências das relações decorrentes do modo de produção.

Poulantzas (1980)¹¹, por sua vez, discorda da concepção economicista-formalista, pois sustenta que esta pode gerar o equívoco concernente à representação topológica da “base” e da “superestrutura”, ao considerar o Estado como mero apêndice-reflexo do econômico. Da mesma forma, o autor rejeita a concepção de que o conjunto social é concebido sob a forma de instância ou níveis por natureza ou essência autônomos.

O Estado, segundo Poulantzas (1980), possui um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, contrariando a tese da sociedade como princípio instituinte do Estado, sendo este um mero apêndice do social. Isto não significa que o autor ignora o fato de as relações de poder ultrapassarem as relações de classe, contudo, pondera que o Estado continua interferindo em todas as relações de poder.

Dessa forma, o enquadramento do papel do Estado com relação à economia a uma figura topológica de base não é aceito por Poulantzas (1980), pois o autor considera o Estado como uma instância exterior à economia. Para o autor, o modo de produção não resultaria de uma combinação entre várias instâncias que teriam estruturas supostamente intangíveis. Ao contrário, o modo de produção seria uma “unidade de conjunto de determinações econômicas, políticas e ideológicas, que delimita as fronteiras desses espaços, delinea seus campos, define seus respectivos elementos: é primeiramente seu relacionamento e articulação que os forma” (POULANTZAS, 1980, p. 21).

Poulantzas (1980, p. 147) rejeita a concepção instrumentalista do Estado, na medida em que concebe o Estado “como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado”.¹²

¹¹ Poulantzas (1980) segue uma linha marxista e revolucionária, sendo que sua teoria deve ser analisada considerando o contexto social em que o autor estava inserido, sendo que tal teoria foi concebida em um contexto em que se buscava uma luta revolucionária contra o capitalismo. Para tanto, o autor preconizava a necessidade de transformação dos aparelhos de Estado, o que pressupõe a tomada de poder.

¹² A ideia de uma condensação material de forças deriva da concepção de que o Estado seria “um campo e um processo estratégicos, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros” (POULANTZAS, 1980, p. 157).

Dentro desse contexto, o Estado atuaria como um balizador¹³ do campo de lutas, tendo o papel de gerenciar a divisão social do trabalho, bem como o mercado e as relações sociais, segundo Poulantzas (1980). O autor delimita os contornos do papel do Estado, ao afirmar que “onde existe divisão de classes há, portanto, luta e poder de classe, existe o Estado, o poder institucionalizado”. Por tais razões, defende que não existe “luta e poder de classe anterior ao Estado ou sem o Estado, ‘estado natural’ ou ‘estado social’, como pretendia toda uma tradição que carrega os sinais evidentes da filosofia política do Iluminismo (a do contrato social anterior ao Estado)” (POULANTZAS, 1980, p. 45).

Mészáros (2015, p. 22), por sua vez, entende ser necessário romper com os processos de tomada de decisão alienados, razão pela qual defende a necessidade de ser estabelecida uma *democracia substantiva*, no sentido de que os próprios indivíduos “definem a lei para si mesmos de modo a também serem capazes de modificá-la de forma autônoma, sempre que as circunstâncias de mudança de seus processos metabólicos sociais autodeterminados assim o exigirem”.

Seguindo uma perspectiva crítica, Macpherson (1978) apresenta quatro modelos de democracia, a Democracia Protetora, a Democracia Desenvolvimentista, a Democracia de Equilíbrio e a Democracia Participativa. A *Democracia Protetora*, segundo o autor, atribui ênfase à suposta proteção dos governados da opressão sofrida. Seguindo tal linha, a democracia seria necessária para proteger os indivíduos, pois teria como pressuposto o entendimento de que cada um buscaria maximizar suas satisfações.

A *Democracia Desenvolvimentista*, por sua vez, concebe a necessidade democrática como meio para o desenvolvimento individual, o que remontaria, segundo Macpherson (1978), ao modelo de democracia proposto por Mill¹⁴, o qual define o papel da sociedade como uma incentivadora para o desenvolvimento das

¹³ “O Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção, organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes” (POULANTZAS, 1980, p. 45).

¹⁴ “Mill estava em condições de pensar que o capitalista não era de modo algum responsável pela injusta distribuição existente da riqueza, da renda, do poder, e mesmo pensar que ele estivesse paulatinamente diminuindo essa injustiça. O que ele não percebeu é que as relações de mercado capitalistas fortalecem ou substituem qualquer distribuição injusta original, naquilo em que dão ao capital, parte do valor acrescentado pelo trabalho atual, aumentando assim incessantemente o volume de capital. Se Mill tivesse percebido isso, não teria julgado o princípio capitalista consistente com seu princípio de equidade” (MACPHERSON, 1978, p. 60).

capacidades. Tal modelo de democracia, segundo Macpherson (1978), prioriza o desenvolvimento das capacidades humanas, sendo que o homem deixa de ser visto como mero consumidor e apropriador, como era no modelo da *Democracia Protetora*.

Posteriormente, a *Democracia de Equilíbrio*, formulada em 1942 por Joseph Schumpeter, podendo também ser denominada de *modelo de equilíbrio elitista e pluralista*, de acordo com Macpherson (1978), foi oriunda da constatação de que o modelo desenvolvimentista era irrealista. Sendo assim, o autor ressalta que o modelo da *Democracia de Equilíbrio* seria fruto da concorrência entre elites, o que seria capaz de gerar equilíbrio sem que houvesse participação popular, sendo que este modelo democrático atribui aos cidadãos o papel de consumidores políticos, os quais devem escolher e autorizar governos. Nesses termos, “a função dos votantes não é resolver problemas políticos e depois escolher representantes que executem as suas decisões; é, isto sim, escolher os homens que farão as decisões” (MACPHERSON, 1978, p. 82).

Segundo a referida ótica, a sociedade ganha uma lógica de mercado: de um lado, consumidores políticos e, de outro, fornecedores de mercadorias políticas. Porém, Macpherson (1978, p. 90) alerta que tal modelo (mercado político) não é democrático como parece, pois “(...) o equilíbrio que ele produz é um equilíbrio na desigualdade; a soberania do consumidor que ele proclama oferecer é em grande grau uma ilusão”.

A título de crítica, Macpherson (1978) alerta que o modelo da *Democracia de Equilíbrio* será considerado adequado nas sociedades ocidentais enquanto persistir a crença de que a sociedade de mercado tem a aptidão de proporcionar riqueza de forma indefinida. O autor explica que o referido modelo, desde o início da década de 40, trabalhava contra a participação democrática. Diante disso, Macpherson (1978) ensina que o modelo da *Democracia de Equilíbrio* começou a ser alvo de críticas, considerando as desilusões geradas em decorrência do capitalismo regulado pelo Estado, nas décadas de 60 e 70. Por tais razões, constatou-se a necessidade de substituí-lo por outro modelo mais participativo que seria a *Democracia Participativa*.

A *Democracia Participativa*, segundo Macpherson (1978), teve origem nos movimentos estudantis da Nova Esquerda que ocorreram na década de 60, ganhando força a classe trabalhadora, em virtude da patente insatisfação dos trabalhadores. O autor apresenta dois requisitos para o surgimento da *Democracia*

Participativa. O primeiro requisito corresponderia à “mudança da consciência do povo (ou da sua inconsciência), do ver-se e agir como essencialmente consumidor, ao ver-se e agir como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento de sua capacidade” (MACPHERSON, 1978, p. 102-103).

O segundo requisito para o surgimento da democracia participativa, segundo Macpherson (1978) seria uma diminuição da desigualdade social e econômica, pois, caso a desigualdade permaneça e continue sendo aceita, o governo sem participação social será defendido por aqueles que preferem a estabilidade, na medida em a desigualdade exigiria um sistema partidário não-participativo (MACPHERSON, 1978).

Macpherson (1978) é favorável à democracia participativa em conjunto com a representativa, através de um sistema que denomina de piramidal, o qual teria como característica a existência de democracia direta na base, sendo que após cada nível depois dessa base ocorreria a democracia por delegação. A democracia começaria no âmbito da fábrica ou vizinhança, com a eleição de delegados que formariam comissão no nível posterior, até alcançar o vértice da pirâmide que seria “(...) um conselho nacional para assuntos de interesse nacional, e conselhos locais e regionais para questões próprias desses segmentos territoriais” (MACPHERSON, 1978, p. 110).

Dessa forma, constata-se uma mudança de paradigma, sendo que o cidadão deixa de atuar como mero consumidor, para participar da elaboração e execução das políticas públicas, ou seja, há uma mudança significativa no papel do cidadão no contexto da democracia participativa, sendo que essa tomada de consciência é primordial para a abertura de canais participativos em várias esferas do governo.

A eficácia da democracia participativa depende do perfil da sociedade. Nesse sentido, Sintomer; Herzberg; Röcke (2012b) ponderam que o modelo da democracia participativa¹⁵ requer uma sociedade civil que esteja mobilizada e independente. Tais autores destacam a necessidade de evitar possível cooptação da sociedade civil pela estrutura institucional.

¹⁵ “O termo ‘democracia participativa’ é, com frequência, usado como um lema. Preferimos defini-lo de um modo mais preciso: ele implica que os mecanismos tradicionais de governo representativo estão vinculados a procedimentos democráticos diretos, nos quais habitantes não eleitos (e seus delegados investidos de um ‘mandato semi-imperativo’) têm de fato poder de decisão, embora, legalmente, a decisão política permaneça nas mãos dos representantes eleitos” (SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2012b, p. 101).

A questão é que procedimentos democráticos participativos necessitam de uma base sólida para consolidação, caso contrário, existirá uma mera participação contaminada pela interferência estatal, mediante cooptação e possível redirecionamento das decisões coletivas. Em razão disso, a abertura de canais participativos deve ser implementada de forma progressiva e permanente, diminuindo a dependência da discricionariedade do governo que esteja no poder. Para tanto, deve existir previsão legal que legitime e institucionalize os instrumentos democráticos de participação social, evitando, assim, sua supressão por um governo antidemocrático.

Pateman (1992) ensina que a teoria da democracia participativa possui como tese central o entendimento de que os indivíduos e as instituições não devem ser analisados de forma isolada. Em razão disso, não basta a existência de instituições representativas apenas em alguns níveis, pois a participação das pessoas deve ocorrer em outras esferas, através de uma socialização ou “treinamento social” com a finalidade de desenvolver determinadas atitudes e qualidades psicológicas.

Depreende-se que a democratização de todas as áreas é de suma importância para a socialização, pois há uma espécie de retroalimentação, na medida em que a “participação em estruturas de autoridades não-governamentais é necessária para alimentar e desenvolver qualidades psicológicas (o sentimento de eficiência política) requerida para a participação a nível nacional” (PATEMAN, 1992, p. 72).

Pateman (1992) considera a participação do cidadão no mundo do trabalho e defende que a indústria possui um papel crucial para construção de uma sociedade participativa, pois “(...) com suas relações de superioridade e subordinação, é a mais ‘política’ de todas as áreas nas quais os indivíduos comuns interagem, e as decisões que ali se tomam exercem grande efeito sobre o resto de suas vidas” (PATEMAN, 1992, p. 113).

Além disso, a referida autora destaca o perfil educativo da participação, visto que “a experiência na tomada de decisão no nível mais baixo da administração pode funcionar com um treinamento inestimável para a participação na tomada de decisão de níveis mais altos” (PATEMAN, 1992, p. 130). A função educativa da participação social, segundo a autora, ocorre tanto na esfera psicológica como no âmbito da aquisição de conhecimentos práticos que envolvem o procedimento democrático.

Pateman (1992) trabalha com três categorias de participação: a *pseudoparticipação*, a *participação parcial* e a *participação plena*. A primeira categoria proposta por Pateman (1992) é denominada de *pseudoparticipação*, a qual seria caracterizada apenas como um método de tomada de decisão que utiliza técnicas de persuasão dos empregados a aceitarem decisões previamente decididas pela administração. Ao transpor o contexto da indústria, a categoria da *pseudoparticipação* pode ser pensada no plano administrativo local, como sendo a estratégia utilizada por alguns governos para impor a decisão estatal através de uma falsa ideia de que o cidadão fez parte da construção da política. Ou seja, o governo decide de forma prévia sobre determinada problemática e utiliza artifícios para que a população concorde com tal orientação política, uma vez que não tem poder suficiente para modificá-la.

No que tange à *participação parcial*, Pateman (1992) considera a desigualdade de posição na relação de trabalho, possuindo a administração a prerrogativa final de decidir. Sendo assim, caberia ao empregador apenas participar durante a deliberação, exercendo certa influência, no entanto, não há participação sobre o resultado final do que se delibera.

Com relação à *participação parcial*, em termos de aplicabilidade, pode ser constatada tal modalidade nos casos em que a participação social possui viés apenas consultivo. Sendo assim, a participação social é manifestada como mera formalidade, na medida em que o cidadão não tem o poder de influenciar acerca da deliberação política, visto que é apenas a administração quem detém o poder de definir o que será efetivamente executado. Pateman (1992) enfatizou a desigualdade de posição que ocorre na esfera do trabalho, sendo que no âmbito da governabilidade também pode ser constatada desigualdade, na medida em que é o poder executivo quem detém o monopólio acerca do direcionamento da política pública, existindo, assim, um poder simbólico que deixa o cidadão num patamar inferior.

Por fim, a *participação plena* seria caracterizada quando “cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (PATEMAN, 1992, p. 98). Tal categoria assume um caráter mais igualitário, pressupondo que a participação teria viés impositivo, não sendo apenas uma consulta à população, pois esta teria o poder de influenciar na decisão final,

razão pela qual representaria um modelo ideal a ser perseguido, dado seu caráter vinculativo.

Embora tais categorias de participação tenham sido pensadas no contexto da indústria, a ideia central pode ser utilizada para analisar o contexto participativo que ocorre no nível local, através da formação da vontade popular, via orçamento participativo. Dessa forma, a pesquisa utilizou algumas ideias de Pateman para analisar o instrumento do orçamento participativo e seu papel formativo de sujeitos políticos.

2 CONTROLE POPULAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1 Condições de possibilidade para o controle popular das políticas públicas

2.1.1 Etapas das políticas públicas

O momento em que ocorre a implementação da política pública¹⁶ não deve ser concebido como algo óbvio, segundo Saraiva (2006), pois os interesses estão sempre em jogo, visto que a política é marcada pela diversidade, sendo uma atividade problemática, dado seu caráter conflitivo. Nesse sentido, o plano de ação governamental fica evidenciado durante o processo de formulação da política pública destinada a sanar determinado problema, revelando-se de vital importância cada etapa da política pública, considerando que podem ser verificados os valores e interesses envolvidos, bem como os grupos que serão beneficiados pela ação estatal.

Com relação às etapas das políticas públicas, Saraiva (2006) propõe a seguinte classificação: Formulação da agenda; Elaboração; Formulação; Implementação; Execução; Acompanhamento e Avaliação. Porém, o autor alerta que tal classificação é apenas uma esquematização teórica, o que não significa que, na prática, tais etapas são efetivadas na mesma ordem sequencial, apesar de que, segundo o autor, tais fases geralmente são evidenciadas no decorrer do processo. Secchi (2015), por sua vez, entende que o ciclo das políticas públicas possui as seguintes fases: Identificação do problema; Formação da agenda; Formulação de alternativas; Tomada de decisão; Implementação; Avaliação e Extinção.

Dessa forma, inicialmente, ocorre a *formulação da agenda*, sendo que nesta fase ocorre “o estudo e a explicitação do conjunto de processos que conduzem os fatos sociais a adquirir status de ‘problema público’, transformando-os em objeto de

¹⁶ Com relação ao termo política pública, adotou-se a definição de Saraiva: “Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão” (SARAIVA, 2006, p. 28).

debates e controvérsias políticas na mídia” (SARAIVA, 2006, p. 33). Sendo assim, a inclusão de determinado problema na agenda é o que justifica a atuação do Poder Público em determinada área.

A seguir, o segundo passo é a *elaboração* da política pública, momento em que ocorre a “identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades” (SARAIVA, 2006, p. 33). Durante a *elaboração* da política pública são construídas possíveis alternativas para sanar o problema identificado e delimitado. A etapa da *elaboração* da política pública proposta por Saraiva (2006) corresponde à etapa denominada como *formulação de alternativas* por Secchi (2015), momento em que serão “elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos” (SECCHI, 2015, p. 48).

Posteriormente, durante a fase da *formulação*¹⁷ da política pública ocorre a “seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro” (SARAIVA, 2006, p. 33). Cabe ressaltar que Saraiva (2006) adota o termo *formulação* da política pública, enquanto Secchi (2015) denomina como momento de *tomada de decisão*. Nesse momento, já foram analisadas possíveis alternativas, razão pela qual é o momento de seleção em que “se busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez, sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão” (SECCHI, 2015, p. 51).

A *implementação*, por sua vez, seria uma fase preparatória da execução da política pública, momento em que são elaborados planos, programas e projetos capazes de viabilizar a execução da política pública. Ato contínuo, através da *execução* ocorre a efetivação da política pública, ou seja, é o momento de sua concreta realização (SARAIVA, 2006).

Após a realização da política pública, as etapas finais são representadas pelo *acompanhamento* e *avaliação*. Segundo Saraiva (2006, p. 34), no acompanhamento

¹⁷ Saraiva (2006, p. 32) destaca a necessidade de distinguir *elaboração* de *formulação*, pois a *elaboração* consiste na preparação da decisão política, enquanto que a *formulação* é a decisão política propriamente dita.

é feita a “supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos”. Por fim, a *avaliação* “consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas” (SARAIVA, 2006, p. 34-35).

Diante do exposto, depreende-se que a participação popular pode ocorrer desde a fase inicial da política pública, ou seja, desde o momento em que ocorre a *formulação da agenda*, pois a pressão dos atores sociais pode fazer com que determinado problema passe a ser considerado uma prioridade pelo governo.

Há um questionamento importante apresentado por Smulovitz e Peruzzotti (2000): como os mecanismos sociais podem exercer controle se não possuem o condão de impor punições institucionais? Respondendo tal questionamento, os autores afirmam que mesmo que os mecanismos provenientes do meio social não promovam alterações institucionais, tais mecanismos possuem aptidão para modificar a agenda política, exercendo, assim, um controle social.

No caso da deliberação que ocorre através do Orçamento Participativo, este instrumento participativo atingiria a fase da *formulação da política pública*, ou seja, o momento em que ocorre a seleção da melhor alternativa para sanar determinado problema. Isto porque a comunidade indica a obra a ser elaborada, ou seja, através de construção coletiva é definida qual melhor alternativa a ser adotada para solucionar o problema que afeta a comunidade. De fato, a participação população que ocorre durante a construção da política pública propicia o controle popular das ações estatais, na medida em que as soluções para os problemas são estabelecidas não por um grupo seleto de tecnocratas, mas sim, por cidadãos comuns.

A construção democrática das políticas públicas representa uma ruptura com as práticas tradicionais que existiam no Brasil, conforme ensina Avritzer (2003), pois o processo legislativo e o processo que visa implementar a política pública sempre foram dominados por um pequeno grupo de tecnocratas, bem como aliados políticos. Cumpre ressaltar que não é suficiente abrir canais participativos, pois há a risco de existir uma *pseudoparticipação* (categoria elaborada por Pateman, 1992), com a intenção de camuflar uma imposição estatal, ou seja, legitimar uma decisão já tomada previamente. Portanto, para que haja efetivo controle social, é necessário

dar condições de possibilidade. Nesse sentido, a participação popular jamais pode ter status de mera consulta, ao contrário, é a sociedade quem deve incluir as pautas na agenda política, bem como indicar prioridades que devem ser consideradas.

2.2 Accountability: instrumentos de controle do poder estatal

A participação política está situada dentro de uma das modalidades da *accountability*, em virtude de permitir ao cidadão a possibilidade de exercer controle social acerca do direcionamento dos recursos públicos e da implementação de determinadas políticas públicas.

O'Donnell apresenta como dimensões do que denomina *accountability vertical* as “eleições, reivindicações sociais que possam ser normalmente proferidas, sem que se corra o risco de coerção, e cobertura regular pela mídia ao menos das mais visíveis dessas reivindicações e de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas” (O'DONNELL, 1998a, p. 28). Para o autor, a presença da *accountability vertical* asseguraria o caráter democrático do país, considerando que caberia aos cidadãos o direito de escolher seus governantes, bem como expressar de forma livre suas opiniões e reivindicações.

Outra categoria utilizada por O'Donnell (1998a), é a *accountability horizontal*¹⁸, a qual receberia contribuição da perspectiva democrática, no sentido de que os cidadãos eleitos devem decidir considerando o bem de todos, devendo permitir participação ampla. Dessa forma, o autor entende que cada cidadão deve participar do processo de tomada de decisões, mesmo porque o poder político advém de todos. Logo, “todas as decisões devem ser públicas, no duplo sentido de que o processo que leva a elas está aberto à participação ampla e de que o conteúdo das decisões é acessível a todos” (O'DONNELL, 1998a, 46-47).

Para O'Donnell (2013, p. 51), o funcionamento adequado de uma democracia requer a submissão a três tipos de *accountability*. Primeiramente, a *accountability*

¹⁸ A categoria *accountability horizontal* é definida pelo autor como sendo “a existência de agências estatais que têm o direito e o poder legal e que estão de fato dispostas e capacitadas para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina a sanções legais ou até o *impeachment* contra ações ou emissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas” (O'DONNELL, 1998a, p.40).

eleitoral vertical que seria “resultante da existência de eleições limpas e institucionalizadas, por meio das quais os cidadãos podem mudar o partido e as pessoas no governo”.

A segunda modalidade de *accountability vertical* seria a *societal*, cujo exercício é feito “por grupos ou indivíduos que conseguem mobilizar o sistema legal a fim de prevenir, reparar e/ou punir ações (ou omissões) presumivelmente ilegais perpetradas por funcionários públicos”. A última modalidade é a *accountability horizontal* que “opera quando alguma instituição estatal devidamente autorizada atua para prevenir, corrigir ou castigar ações ou omissões presuntamente ilegais de outra instituição ou funcionário estatal” (O’DONNELL, 2013, p. 51).

Abrucio e Loureiro (2004a, p. 75) definem a *accountability democrática* ou responsabilização política com sendo a “construção de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”. Tais autores apresentam três formas de *accountability* fundamentadas no vetor democrático, com a finalidade de garantir responsabilização política ininterrupta do Poder Público, conforme será analisado a seguir.

2.2.1 Instrumentos de controle institucional durante o mandato: Controle parlamentar, Controle judicial, Controle administrativo-procedimental, Controle dos programas governamentais e Controle social

A primeira forma de *accountability democrática*, segundo Abrucio e Loureiro (2004a), seria representada pelo processo eleitoral, o qual teria o condão de garantir a soberania popular. A segunda forma é representada pelo controle institucional durante os mandatos, que teria a finalidade de fiscalizar os representantes de forma contínua. A terceira forma consiste na “criação de regras estatais intertemporais, pelas quais o poder governamental é limitado em seu escopo de atuação, a fim de se garantir os direitos dos indivíduos e da coletividade que não podem simplesmente ser alterados pelo governo de ocasião” (ABRUCIO E LOUREIRO, 2004a, p. 81).

Pelo fato de contribuir no recorte do objeto da pesquisa, foram analisados os instrumentos de controle institucional durante o mandato, dando-se ênfase ao

controle social. Dentre várias condições para que haja eficácia do controle institucional durante o mandato, Abrucio e Loureiro (2004a) destacam a necessidade da existência de mecanismos institucionalizados capazes de garantir a participação, bem como o controle do Poder Público pela sociedade. Nesse sentido, Abrucio e Loureiro (2004a) apresentam cinco tipos de controles que compõem o denominado Controle institucional durante o mandato, quais sejam: Controle Parlamentar; Controle Judicial; Controle administrativo-procedimental; Controle do desempenho dos programas governamentais e Controle Social, os quais têm como finalidade garantir mecanismos de fiscalização de forma contínua durante os mandatos.

Quadro 1 - Instrumentos de controle institucional durante o mandato

Controle parlamentar	Consiste na possibilidade de o Legislativo controlar o Executivo, mediante fiscalização orçamentária, instauração de comissões de inquérito, dentre outros instrumentos necessários para analisar ilegalidades cometidas pelo Poder Público.
Controle judicial	Permite fiscalizar o Poder Público de forma ininterrupta através do acionamento do Judiciário para analisar atos ou normas realizadas pelo Legislativo ou Executivo, garantindo-se, assim, que os governantes atuem conforme o previsto em lei. Tal controle pode ser exercido através do Controle de Constitucionalidade, Ações Civis Públicas, etc.
Controle administrativo-procedimental	Normalmente é realizado por Auditorias Independentes ou Tribunais de Contas, com a finalidade de averiguar se as despesas foram efetuadas de acordo com a previsão orçamentária e as normas legais.
Controle do desempenho dos programas governamentais	Torna possível responsabilizar o Poder Público através da avaliação se houve o cumprimento das metas estabelecidas nos programas governamentais, o que pode ser feito por órgãos do próprio governo, agências independentes, bem como instituições que tradicionalmente realizam o controle administrativo-financeiro.
Controle social	Ocorre mediante o Conselho de usuários dos serviços públicos, plebiscito, conselhos consultivos ou deliberativos que versam sobre políticas públicas, orçamento participativo, dentre outros.

Fonte: Quadro elaborado com base nas afirmações apresentadas por Abrucio e Loureiro (2004a, p. 84-85).

Os instrumentos da responsabilização política com relação ao Controle Institucional durante o Mandato, segundo Abrucio e Loureiro (2004a), são as Comissões Parlamentares de Inquérito; as regras de discussão, publicização e accountability horizontal do Orçamento, o que ocorreria através do processo de elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual; Tribunais de Contas e Auditorias Financeiras Internas, por intermédio da Secretaria de Controle Interno e da Corregedoria Geral da União; e o Orçamento Participativo.

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o Orçamento Participativo, razão pela qual foi dada ênfase ao *Controle Social*, que seria uma espécie de accountability vertical, sendo que tal controle seria exercido de forma ininterrupta segundo Abrucio e Loureiro (2004a). Para tais autores, o *Controle Social* dependeria do fornecimento de informações aos cidadãos, realização de debates, fiscalização, bem como estabelecimento de normas no sentido de incentivar o pluralismo, evitando-se, assim, que um grupo restrito tenha privilégio. O Orçamento Participativo está enquadrado como um dos mecanismos de responsabilização política do Controle Institucional durante o Mandado, denominado pelos referidos autores como Controle Social, sendo que tal mecanismo será analisado nas próximas linhas.

2.2.2 O papel do orçamento participativo como mecanismo de controle social

Abrucio e Loureiro (2004b) ressaltam que o orçamento evidencia as políticas públicas a serem adotadas, bem como as prioridades eleitas pelo governo, permitindo que seja analisado se a receita fiscal contempla determinados grupos políticos, conforme sua representatividade, bem como possibilita o controle democrático dos governantes, na medida em que a transparência exigida no processo orçamentário é um dos principais instrumentos de *accountability*.

Um dos fatores que afeta e dificulta a responsabilização dos governantes reside no caráter autorizativo no orçamento, pois tal fato “não impõe obrigatoriedade de executar as verbas aprovadas pelo legislativo, cabe ao executivo tomar decisões sobre o momento de liberação das verbas e inclusive o percentual a ser executado” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2004b, p. 26).

Contrário ao entendimento no sentido de que o orçamento possui caráter meramente autorizativo, Dallari (2011) destaca que não teria lógica a existência de um sistema orçamentário que prevê a participação popular durante a elaboração do orçamento, se as dotações orçamentárias não possuíssem força impositiva.¹⁹

¹⁹ “Pode-se afirmar, com segurança, que o antigo debate sobre o caráter autorizativo ou impositivo do orçamento não tem mais sentido, diante da pleora de normas que não deixam sombra de dúvida quanto ao fato de que o sistema de orçamentos é, na verdade, um subsistema do conjunto articulado de projetos e programas que devem orientar o planejamento governamental, o qual, nos termos do art. 174 da CF, é determinante para o setor público” (DALLARI, 2011, p. 327).

Sabe-se que ao Executivo cabe realizar as escolhas políticas, porém, no momento que a peça orçamentária é submetida ao crivo do Legislativo, com a definição das prioridades que direcionarão a atividade estatal, o orçamento passa a conduzir a atividade financeira, devendo ser observado, dado o caráter democrático de tal peça. Dessa forma, conceber a peça orçamentária como apenas um instrumento autorizativo significaria desconsiderar todo o processo deliberativo que ocorre no âmbito do Legislativo, momento em que a ação governamental é discutida e analisada, surgindo a questão da legitimidade democrática, a qual não pode ser desconsiderada (MARTINS, 2016).

O debate que ocorre através do orçamento participativo potencializa a discussão que envolve o financiamento das políticas públicas, conforme destaca Lima (2010), sendo que essa espécie de “controle social assume ampla dimensão, contra-hegemônica, de maneira a reagir à colonização imposta pelo sistema, democratizada na vivência social do conjunto de atores presentes na sociedade” (LIMA, 2010, p. 126).

O papel do orçamento participativo como mecanismo de controle popular também é destacado por Rennó e Souza (2012, p. 236), os quais ressaltam que tal instrumento “ao tentar promover maior transparência na alocação de recursos públicos e eliminar a presença de intermediários nas decisões do governo, objetiva aumentar o controle popular sobre os gastos públicos e fortalecer a *accountability*”.

Além de ser uma forma de controle social, o Orçamento Participativo pode ser uma tentativa de romper com políticas clientelistas, invertendo a lógica de interesses do Estado que impõe, verticalmente, a decisão acerca da política pública. Em função disso, Abrucio e Loureiro (2004a) destacam que a qualidade democrática de tal instrumento dependeria não somente do incentivo à participação de múltiplos atores sociais, mas, principalmente, que sejam apresentadas e aprovadas ideias que sejam diferentes das prioridades do poder executivo.

O Orçamento Participativo possui potencial para ativar a *accountability vertical* dos governantes, conforme ensinam Abrucio e Loureiro (2004a). Outra questão destacada pelos referidos autores reside no fato de que tal instrumento participativo vai além da participação social no direcionamento dos recursos públicos, pois pode permitir a construção de uma nova mentalidade no que tange aos gastos públicos e a definição de prioridades, sendo de vital importância que os participantes do orçamento participativo interiorizem a questão acerca da responsabilidade fiscal,

tendo consciência de seu papel de contribuinte, no sentido de quantificar os valores que pagam a título de impostos e qual a destinação de tais valores (ABRUCIO; LOUREIRO, 2004a).

Outra questão que merece destaque é o fato de que o controle social exercido via Orçamento Participativo pode gerar efeitos redistributivos. Sobre a questão, cumpre mencionar a tipologia formulada por Lowi (1964; 1985) que apresenta quatro modalidades de políticas públicas (regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas). Para a presente pesquisa foi importante analisar a política pública classificada como redistributiva ²⁰, uma vez que alguns autores como Marquetti (2008); Pires (2008), Campos (2008) e Moraes (2008) apontam que o Orçamento Participativo pode ter efeitos redistributivos, pois através do controle sobre a distribuição dos investimentos públicos seria possível inverter a prioridade do investimento, gerando benefícios a determinadas categorias de atores sociais.

Para Marquetti e Campos (2008), no caso do orçamento participativo, há o debate acerca do direcionamento dos impostos, os quais representam uma parcela do excedente social. Dessa forma, a democracia participativa teria um perfil redistributivo, visto que “propõe que os usos da riqueza e do excedente social sejam debatidos e decididos por meio do processo democrático” (MARQUETTI; CAMPOS, 2008, p. 17).

Além disso, o orçamento participativo é um instrumento que tem o potencial de viabilizar a participação da população mais carente nas decisões governamentais. Nesse sentido, Avritzer (2003, p. 64) destaca que tal instrumento “(...) tem o potencial de transformar a vida dos cidadãos comuns na medida em que abre esferas, previamente restritas, de tomada de decisão governamental”. Dessa forma, a importância do Orçamento Participativo reside nessa possibilidade de o cidadão participar, de fato, da decisão acerca da política pública, rompendo com o modelo tradicional que atribuía tal competência a um grupo seleto de tecnocratas vinculados ao governo vigente.

Um dos dilemas atuais reside na necessidade de encontrar instrumentos capazes de reduzir as desigualdades sociais. Marquetti e Campos (2008, p. 13)

²⁰ Secchi (2015) apresenta o perfil das políticas redistributivas, segundo critérios formulados por Lowi: “Concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores. É um tipo de política que provoca muitos conflitos, pois representa um jogo de soma zero (...) Segundo Lowi, as políticas redistributivas não recebem esse rótulo pelo resultado redistributivo efetivo (renda, propriedade, etc), mas sim pela expectativa de contraposição de interesses claramente antagônicos” (SECCHI, 2005, p. 25-26).

ressaltam o papel de instrumentos participativos “(...) abrindo canais de participação para setores da sociedade que historicamente não tiveram voz na definição das políticas públicas nem controle das ações do Estado”.

No entanto, os referidos autores apontam a existência de limites na capacidade do Orçamento Participativo, motivo pelo qual seriam gerados impactos diferenciados, no que tange aos seus efeitos redistributivos. O primeiro limite consiste no valor financeiro que as prefeituras municipais dispõem; outro limite seria representado pela vontade política, visto que “muitas vezes, a falta de vontade política manifesta-se em um reduzido percentual do total dos investimentos que são deliberados pelo OP e mesmo no atendimento das demandas decididas ao longo do processo” (MARQUETTI; CAMPOS, 2008, p. 24).

Nessa linha, Campos (2008, p. 100) defende que ocorre uma lógica de inversão de prioridades e de justiça redistributiva nos locais em que ocorre a implantação do Orçamento Participativo com tal viés, desde que a alocação de recursos ocorra através de critérios técnicos, transparentes e distributivos.

Para que seja analisado possível efeito redistributivo do Orçamento Participativo é de suma importância que os critérios de distribuição de investimentos sejam claro e objetivos. No caso de Volta Redonda não foram constatadas tais condições, razão pela qual a pesquisa não teve condições de auferir possíveis efeitos redistributivos do Orçamento Participativo, tendo sido dada ênfase à questão participativa.

3 PARTICIPAÇÃO POPULAR E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

3.1 A constitucionalização de instrumentos democráticos em prol da participação popular

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, consagrou, de forma universal, tais direitos. Dentre os direitos democráticos previstos na referida Declaração, cabe dar realce aos previstos no artigo 21, a seguir expostos:

Artigo 21.º

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos negócios públicos do seu país, quer diretamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.
2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.
3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.
4. A democracia promove um ambiente para a proteção e realização efetiva dos direitos humanos. Estes valores estão incorporados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e mais desenvolvidos no Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, que consagra um conjunto de direitos políticos e liberdades cívicas que sustenta a democracia.

O Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos estabelece em seu artigo 25 que todo cidadão terá o direito e a possibilidade, sem qualquer tipo de restrição, de acesso aos seguintes direitos:

Art. 25 (...)

- a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos;
- b) de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores;
- c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.

Dessa forma, a Declaração Universal dos Direitos Humanos consagrou o direito às eleições periódicas, voto secreto, sufrágio universal e igual, sendo que o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, por sua vez, teve o condão de

atribuir obrigatoriedade ao conjunto de direitos políticos e liberdades civis previstos na Declaração Universal de 1948, tendo sido aprovado pela Assembleia-Geral da ONU em 16 de dezembro de 1966, mas apenas internalizado no Brasil em 1992, através do Decreto n. 592, de 06 de julho de 1992.

A democracia exige a definição de quem poderá, de fato, participar da decisão coletiva concernente aos assuntos públicos. Nessa linha, Bobbio (1986, p. 18) afirma que a democracia deve ser considerada como “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos”.

A evolução do conceito de cidadania no Brasil foi objeto de reflexão histórica feita por Carvalho (2012), o qual ensina que a Constituição Brasileira que foi outorgada no ano de 1824, a qual vigorou no país até o final da monarquia, “estabeleceu os três poderes tradicionais, o Executivo, o Legislativo (dividido em Senado e Câmara) e o Judiciário. Como resíduo do absolutismo, criou ainda o quarto poder, chamado de Moderador, que era privativo do imperador” (CARVALHO, 2012, p. 29).

A Constituição de 1824 determinou, ainda, as eleições indiretas, tendo excluído as mulheres e os escravos do direito de votar. Além disso, estabeleceu a idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos para os homens, bem como determinou renda mínima para votação equivalente a 100 mil réis (CARVALHO, 2012).

Eis que no ano de 1881 foi publicado o Decreto n. 3029, conhecido como a Lei Saraiva, tendo introduzido o voto direto, sendo que seu artigo 2º majorou a renda mínima para votar, a qual passou a ser equivalente a 200 mil réis. Além disso, era proibido o voto dos analfabetos, pois o referido Decreto, em seu artigo 8º, inciso II, determinava que somente seriam incluídos no alistamento eleitoral “os cidadãos que requererem e provar em ter adquirido as qualidades de eleitor da conformidade com esta lei, e souberem ler e escrever”.

Carvalho (2012) destaca que a Constituição de 1891 eliminou o requisito para votar equivalente a 200 mil réis, embora tenha mantido a exclusão dos analfabetos, das mulheres, dos mendigos, dos soldados e dos membros de ordens religiosas. Na realidade, a Constituição de 1891 determinou o sufrágio universal masculino, abrangendo os brasileiros alfabetizados maiores de 21 (vinte e um) anos, nos termos do artigo 70 da referida norma constitucional.

Inovação importante ocorreu com o advento do Código Eleitoral de 1932, o qual estabeleceu em seu artigo 56 que “o sistema de eleição é o do sufrágio universal direto, voto secreto e representação proporcional”. Além disso, o Código Eleitoral estabeleceu o sufrágio feminino, ao determinar em seu artigo 2º que “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”.

Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1934 também introduziu, a nível constitucional, o direito ao voto secreto²¹ e o sufrágio feminino²², mas manteve a vedação com relação aos mendigos e analfabetos.

A Constituição de 1946, por sua vez, manteve as conquistas anteriores. Segundo Carvalho (2012), tal norma manteve o voto obrigatório, secreto e direto, permitindo o direito de votar a todos os cidadãos, incluindo mulheres, que tivessem mais de 18 anos. Porém, a Constituição de 1946 não modificou a proibição do voto dos analfabetos, sendo que esta limitação gerava uma repercussão considerável em termos quantitativos, na medida em que “em 1950, 57% da população ainda era analfabeta. Como o analfabetismo se concentrava na zona rural, os principais prejudicados eram os trabalhadores rurais” (CARVALHO, 2012, p. 145).

Com o advento da redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988, o voto dos analfabetos passou a ser considerado facultativo. Com relação aos cidadãos maiores de 18 anos, o voto passou a ser obrigatório, tendo sido estabelecido o voto facultativo para os cidadãos de 16 a 17 anos, bem como para maiores de 70 anos.²³

Ao analisar os Anais da Constituinte de 1988, Benevides (2001) constatou que havia um interesse ideológico em não permitir que o povo participasse de forma direta no processo decisório, sem intermédio de partidos ou representantes. Tal fato revela as disputas ideológicas que permearam a construção da democracia no

²¹ “Art 38 - O voto será secreto nas eleições e nas deliberações sobre vetos e contas do Presidente da República” (BRASIL, Constituição de 1934).

²² “Art. 108 - São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei” (BRASIL, Constituição de 1934).

²³ “Art. 14 (...) § 1º O alistamento eleitoral e o voto são:
I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
II - facultativos para:
a) os analfabetos;
b) os maiores de setenta anos;
c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos” (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Brasil, sendo que até os dias atuais a participação popular ainda não ocorre de forma efetiva.

Segundo Dallari (2005), os mecanismos de participação popular mais conhecidos e utilizados são os seguintes: plebiscito, referendo, iniciativa popular, recall e veto popular. O plebiscito, segundo Dallari (2005), significa uma consulta prévia feita ao povo. Enquanto que a iniciativa é um instrumento que permite a determinado número de eleitores propor a edição de uma norma.

Rocha (1986), atual Presidente do Supremo Tribunal Federal, ensina que o referendo²⁴ é uma garantia de pronunciamento direto da vontade do povo, sancionando proposta ou pronunciamento do Estado. Linhares (2010, p. 21), por sua vez, faz uma crítica às previsões constitucionais que bloqueiam a efetividade do instrumento do plebiscito e do referendo, como ocorre com a previsão contida no artigo 49, XV, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que compete exclusivamente ao Congresso Nacional "autorizar referendo e convocar plebiscito", pois o autor entende que tal norma veda a adoção do plebiscito e do referendo por outras esferas de poder. Sendo assim, Linhares (2010) considera que o plebiscito e o referendo poderiam ser instrumentos de participação direta do povo no processo de gestão pública, bem como servir como controle da atividade do Estado, caso fosse possível a autorização dos referendos e a convocação dos plebiscitos, através das Assembleias Legislativas dos Estados-Membros e das Câmaras Municipais.

Com relação ao instrumento do recall, Dallari (2005) ensina que tal mecanismo pode ser aplicado para revogar o mandato de determinado funcionário eletivo ou para reformar uma decisão judicial. Na realidade, "trata-se de um tipo de revogação de mandatos - aliado à ideia do mandato imperativo - e que seria conhecido, a partir da experiência americana, como *recall*" (BENEVIDES, 1991, p. 112).

No Brasil, a revogação dos mandatos políticos já foi matéria suscitada na época do Império, segundo Ávila (2009, p. 106), sendo que o Decreto expedido pelo Imperador em 16 de fevereiro de 1822, para regular as eleições do Conselho de Procuradores do Estado, "(...) previa a possibilidade de perda do mandato do

²⁴ "Elaborado e adotado, originalmente, pelas Dietas alemães e helvéticas, significava o instituto, naquele primeiro momento, a ratificação das decisões tomadas nas Assembleias pelos governos dos Estados Confederados. As deliberações dos representantes destes eram assumidas *ad referendum*, a dizer, sua validade e eficácia ficavam a depender da confirmação governamental dos Estados Confederados" (ROCHA, 1986, p. 26).

procurador, por meio de eleição, caso este não desempenhasse corretamente suas obrigações".

No entanto, Benevides (1991) esclarece que na época em que fora editado o Decreto de 1822, com a finalidade de instituir modalidade de revogação de mandatos políticos, não existia a democracia no sentido contemporâneo, ou seja, democracia como fruto da participação livre e soberana. No entanto, a autora esclarece que tal norma teve curta duração: de 02 de junho de 1822 a 07 de abril de 1823, o que não diminui sua importância, na medida em que foi a primeira tentativa de estabelecer a atuação direta do eleitor, com o intuito de obter revogação de mandatos no Brasil.

O veto popular possibilita que o povo possa concordar ou não com determinada norma aprovada pelo Poder Legislativo. De acordo com Benevides (1991), o veto popular pode ser considerado um referendo revocatório, através do qual uma lei pode ser derrubada, sendo que tal instituto é adotado na Suíça desde 1831, seguindo inspiração da Constituição Francesa de 1793. Porém, no caso do Brasil já "tinha sido previsto na 'comissão de sistematização' e chegou à discussão em plenário, mas foi derrubado no segundo turno de votação" (BENEVIDES, 1991, p. 130).

Portanto, a Constituição Federal de 1988 adotou apenas três instrumentos participativos: plebiscito, referendo ²⁵ e iniciativa popular ²⁶, conforme dispõe seu artigo 14, incisos I, II e III, sendo que a Lei n. 9.709 de 1998 regulamentou tal matéria.

A Carta Magna determina que todo poder emana do povo, logo, é patente a legitimidade de o povo destituir o representante do poder. Em razão disso, a possibilidade de revogar mandatos possibilitaria um maior controle popular, no sentido de verificar se as plataformas políticas foram, de fato, cumpridas, seja através do veto popular ou do instrumento do *recall*.

²⁵ "Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição" (BRASIL, Lei 9.709 de 1998).

²⁶ "Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles" (BRASIL, Lei 9.709 de 1998).

Contudo, a Constituição ainda não introduziu o instituto do *recall* no ordenamento jurídico brasileiro, embora tenham sido elaboradas Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) com esta finalidade, quais sejam: PEC n. 80/2003²⁷; PEC n. 82/2003²⁸; PEC n. 73/2005²⁹ e PEC n. 477/2010³⁰, porém, todas as referidas propostas foram arquivadas em decorrência do final da legislatura.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, ainda, outras formas de participação popular. No âmbito da seguridade social, a Constituição Federal prevê em seu artigo 194, parágrafo único, VII, o “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”.

Além disso, é prevista a participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações de assistência social, através das organizações representativas (artigo 204, II). No âmbito da saúde, a norma constitucional prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) (artigo 198). Da mesma forma, há previsão da gestão democrática do ensino público (artigo 206, inciso VI).

No que tange ao controle das contas públicas, este é realizado através da fiscalização e acompanhamento dos atos estatais, o que requer transparência e publicidade dos atos de gestão pública. No âmbito municipal, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 31, estabelece o sistema de controle interno do Poder

²⁷ A PEC n. 80/2003 teve o intuito de alterar o artigo 14 da Constituição Federal; com a inserção de dois novos institutos da democracia participativa: o direito de revogação (individual e coletivo) e do Veto Popular. No dia 30.03.10 a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela prejudicialidade da PEC, em virtude do voto favorável à PEC 73/2005. A referida PEC foi arquivada em decorrência do final da legislatura em 26.12.2014.

²⁸ A PEC n. 82/2003 teve como finalidade de alterar os artigos. 28, 29, 32, 55 e 82 da Constituição Federal, para que fosse incluído o plebiscito de confirmação de mandato dos representantes eleitos em pleito majoritário, que seria aplicado para o Presidente, Governadores, Senadores e Prefeitos. No dia 30.03.10 a Comissão de Constituição e Justiça opinou pela prejudicialidade da PEC, em virtude do voto favorável à PEC 73/2005. A referida PEC foi arquivada em decorrência do final da legislatura no dia 07.01.2011.

²⁹ A PEC n. 73/2005 teve a finalidade de alterar os artigos 14 e 49 da Constituição, bem como acrescentar o artigo 14-A, para que fosse introduzido no ordenamento jurídico brasileiro o instituto denominado *recall*, que consiste num referendo revocatório do mandato do Presente da República e de Congressistas. No dia 30.03.10 a Comissão de Constituição e Justiça, através do voto do Senador Pedro Simon, proferiu voto favorável à PEC 73/2005. No entanto, a referida PEC foi arquivada em decorrência do final da legislatura, no dia 26.12.2014, com base no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, sem ter sido apreciada.

³⁰ A PEC n. 477/2010 também foi arquivada em decorrência do final da respectiva legislatura (arquivada em 31.01.2011). Tinha como proposta incluir o artigo 14-A na Constituição Federal, para instituir a Petição revogatória, Petição destituente e o Plebiscito destituente.

Executivo Municipal, bem como o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Municipal, a quem compete fiscalizar as contas dos Municípios. Além disso, o parágrafo terceiro do artigo 31 determina que “as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

A fiscalização dos atos estatais também pode ocorrer nos termos do artigo 74, § 2º, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, poderá denunciar irregularidades ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas. Nessa linha, qualquer cidadão também poderá ajuizar Ação Popular com a finalidade de anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, de acordo com o artigo 5º, LXXIII, da Constituição Federal de 1988.

A perspectiva da cidadania e da participação social deve considerar, ainda, a experiências de outros países, com o intuito de estabelecer um diálogo com outras ideias e formatos participativos. Em razão disso, nas próximas linhas serão analisadas algumas experiências participativas ocorridas na América Latina.

3.2 Experiências participativas na América Latina

Com base em teorias participativas, seguindo perspectiva contra-hegemônica, Fabrício Silva (2015) propõe uma abordagem alternativa das experiências ocorridas na Venezuela (Revolução Bolivariana), Bolívia (Revolução Democrática e Cultural) e Equador (Revolução Cidadã), pois sustenta que tais casos são condenados quando tratados segundo parâmetros hegemônicos, ou seja, a partir de teorias elitistas ou procedimentais.

A análise feita pelo referido autor é importante em virtude de revelar que nos três países pesquisados (Venezuela, Bolívia e Equador) a decisão popular assume caráter consultivo nos níveis superiores da participação, o que revelaria certa limitação, segundo o autor, na medida em que haveria “pouca entrada nas áreas econômicas e estratégicas, o que indica certa resistência de atores governamentais

e das elites socioeconômicas em tolerar a participação popular em áreas-chave” (SILVA, 2015, p. 148).

A seguir, o quadro elaborado por Silva (2015) demonstra sua análise comparativa dos mecanismos de participação, com base em três enfoques: Público-alvo (considera se a participação é coletiva ou individual); Efetividade (analisa se as deliberações são consultivas ou vinculantes) e Elementos de representação (avalia se há engajamento direto da cidadania ou escolha mediante representantes/delegados):

Quadro 2 – Análise comparativa dos mecanismos de participação existentes na Venezuela, Bolívia e Equador

Caso	Público-alvo	Efetividade	Elementos de representação
Venezuela	Cidadão em seu bairro: secundariamente organizações enraizadas territorialmente (microlocal a local, enfoque territorializado).	Vinculante a nível microlocal e local, com definição e gestão de políticas; pouco impacto a nível nacional, potencial para suplantar parcialmente instituições representativas tradicionais locais.	Participação direta; elementos de representação eminentemente delegativa.
Bolívia	Atores coletivos, sociedade civil organizada (distintos espaços do local ao nacional)	Consulta a nível nacional, consulta a decisão a nível regional e local; potencial para suplantar instituições representativas tradicionais locais somente nas AIOCs.	Participação direta nas AIOCs; representação nas demais instituições, sem clareza acerca das modalidades de seleção.
Equador	Cidadão (distintos espaços do local ao nacional)	Consulta a nível nacional, consulta e decisão a nível regional e local.	Participação direta no nível local e em instituições de transparência e rendição de contas, representação e seleção através do SNDPP, CPCCS e diversos conselhos no Executivo e a nível regional e local.

Fonte: Quadro elaborado por Silva (2015, p. 142).

Para Silva (2015), haveria uma contradição, ainda que aparente, em virtude da Venezuela ser o país mais decisionista, enquanto que na Bolívia, embora exista uma postura contra-hegemônica, o avanço se dá lentamente, na medida em que mantém “formatos mais opacos e informais quando se trata de participação efetiva nas decisões governamentais, enquanto se nota mais participação com poder efetivo apenas a nível local, especialmente nos territórios indígenas” (SILVA, 2015, p. 177).

No caso da Venezuela, Harnecker (2014) destaca que a participação nos conselhos comunais representa uma enriquecedora contribuição para processo de orçamento participativo adotado nos municípios brasileiros. Dessa forma, Harnecker (2014) destaca o fortalecimento do sujeito popular em função da criação de conselhos comunais, o que não decorreu de prática populista, mas sim, da participação da comunidade, mediante um ciclo comunal que envolveu as seguintes etapas: diagnóstico, elaboração de um plano e orçamento, execução do projeto e controle.

No caso da Bolívia, recentemente foi implantado o Estado Plurinacional, tal modelo é um contraponto ao projeto uniformizador do Estado moderno que segue viés capitalista, segundo Magalhães (2008). De fato, ocorreu uma mudança na organização territorial, sendo que a autonomia foi vinculada através de quatro níveis: “o departamental (equivalente aos Estados brasileiros), o regional, o municipal e o indígena. Pelo projeto, cada uma dessas regiões autônomas poderá promover eleições diretas de seus governantes e administrar seus recursos econômicos” (MAGALHÃES, 2008, p. 210).

Nessa linha, as rupturas sociais consagradas pela nova Constituição Bolivariana foram ressaltadas por Arkonada e Klachko (2016, p. 120, tradução nossa), os quais destacam as mudanças introduzidas, com destaque para o surgimento de três novos modelos, quais sejam, “o Estado – Estado Plurinacional –, um territorial – Estados regionais –, e um econômico, que reconhece quatro tipos diferentes de propriedade: a capitalista privada, a estatal, a social-cooperativa e a comunitária”.³¹

Linera (2015), atual vice-presidente da Bolívia, ensina que desde a independência deste país em 1825, houve a exclusão institucionalizada do indígena como sujeito coletivo. Porém, com o surgimento do indianismo-katarismo, desde os anos 70, acompanhado de movimentos contra o neoliberalismo (anos de 2000 a 2005), bem como da revolução democrática cultural iniciada em 2006, tornou-se possível o surgimento do Estado Plurinacional, capaz de converter a diversidade da sociedade em complexidade estatal. Dessa forma, o autor destaca que o neoliberalismo reconhece as minorias como parte da sociedade, mas não como

³¹ O texto em língua estrangeira é: “el de Estado – Estado Plurinacional –, uno territorial – estados autonómicos –, y uno económico, que reconoce cuatro tipos diferentes de propiedad: la privada capitalista, la estatal, la social-cooperativa y la comunitaria.”

parte constitutiva do Estado, gerando progressiva extinção histórica, considerando que na era da globalização, sobrevive apenas as identidades competitivas (LINERA, 2015).

Linera (2015) entende que o Estado Plurinacional deriva da constituição de todos os sistemas de poder do Estado, concebida a pluralidade como plurinacionalidade. O Estado não resultaria de uma nação unificada ou padronização, como ocorre em alguns Estados que extinguiram a diversidade nacional.

Sendo assim, o referido autor explica que a nova institucionalidade governamental e legal demonstra a nova correlação de formas da sociedade bolivariana, existindo "(...) a coexistência da democracia constitucional representativa com a democracia comunitária, a justiça comum e a justiça indígena-nativa, o controle social através de organizações sociais, etc." (LINERA, 2015, p. 50, tradução nossa).³²

Evidencia-se, assim, que a experiência do Estado Plurinacional Bolivariano é rica em diversos aspectos, os quais não serão tratados neste momento. Porém, vale frisar a questão da participação de cada região autônoma na administração dos recursos econômicos, impactando, por conseguinte, nas respectivas políticas públicas a serem implementadas, semelhante ao que ocorre em alguns municípios brasileiros, via orçamento participativo, ainda que em escalas participativas diferentes.

A participação social no Brasil e na América Latina ainda está em construção, mas há algumas experiências como a adotada por Kerala (Índia), onde ocorre justamente o contrário do que ficou evidenciado nos países da América Latina mencionados, visto que a participação popular não fica restrita ao âmbito local, pois ocorre o planejamento participativo, possibilitando a participação em áreas estratégicas, conforme será melhor delineado a seguir.

³² O texto em língua estrangeira é: "(...) la convivencia constitucional de la democracia representativa junto a la democracia comunitaria, la justicia ordinaria y la justicia indígena-originaria, el control social vía organizaciones sociales, etc."

3.3 Planejamento participativo: análise do caso de Kerala

Mulas e Nebot (2008) destacam que num pequeno espaço de duas décadas, ocorreram mudanças demográficas significativas em Kerala³³, com destaque para a diminuição das taxas de natalidade, mortalidade, inclusive, mortalidade infantil. Além disso, ocorreu aumento das taxas de alfabetização, principalmente em relação às mulheres.

Por outro lado, Heller e Isaac (2002) pontuam que há uma soberania fragmentada na Índia, pois há uma clara dominação da elite local, considerando o enraizamento de relações hierárquicas, representadas pelo sistema de castas. Dessa forma, haveria um condicionamento gerado pelas formas tradicionais de controle, principalmente “quando mais da metade das famílias rurais da Índia dependem de senhorios para terem acesso à terra e ao trabalho, os laços clientelistas são mantidos nas estratégias dos grupos dependentes” (HELLER; ISAAC, 2002, p. 607).

Apesar das questões apontadas, Fung e Wright (2001) ensinam que desde a independência, alguns Estados indianos celebraram acordos com a finalidade de estabelecer o autogoverno local. Tais autores afirmam que foram iniciadas reformas com o intuito de modificar os problemas de governança, no sentido de aprofundar a questão democrática. Inicialmente, na década de 1970, na Bengala Ocidental, o governo introduziu mudanças permitindo que classes desfavorecidas pudessem exercer o poder. Especificamente, no ano de 1993, foram promovidas mudanças estatutárias constitucionais e estaduais, gerando progressivo aumento da democracia Panchayat, com destaque para as seguintes mudanças:

Três mudanças foram particularmente importantes. Primeiro, essas reformas aumentaram a capacidade de financiamento das autoridades Panchayat de nível mais baixas - o Gram Panchayats -, impondo um esquema de compartilhamento de receita com os Distritos e deu ao Gram Panchayats seu próprio poder de tributação. Em segundo lugar, essas medidas estipulavam que um terço dos assentos nas assembleias de Panchayat e cargos de liderança seria ocupado por mulheres e que as castas de castas e tribos programadas de tribo (SC / ST) ocupadas ocupariam posições de liderança em todos esses corpos em Proporção de sua população no distrito. Finalmente, e o mais importante para nossos

³³ O Estado de Kerala está situado no extremo sudoeste da Índia, com uma área territorial equivalente a 38.863 km², possuindo 33.387.677 milhões de habitantes, segundo dados do Censo de 2011.

propósitos, as reformas de 1993 estabeleceram dois tipos de corpos diretamente deliberativos, chamados Gram Sabhas, para aumentar a responsabilidade popular dos representantes de Gram Panchayat. O Gram Sabha consiste de todas as pessoas dentro de uma área de Gram Panchayat (geralmente cerca de 10.000) e se reúne uma vez por ano no mês de dezembro. Nesta reunião, os representantes eleitos do Gram Panchayat revisaram o orçamento proposto para o ano seguinte e analisam a realização (ou a falta) do orçamento e itens de ação do ano anterior (FUNG; WRIGHT, 2001, p. 15) (tradução nossa).³⁴

De acordo com Fung e Wright (2001), a iniciativa adotada na Bengala Ocidental (Índia) foi acompanhada por funcionários que faziam parte de Kerala, sendo que tal fato estimulou a adoção de tal perspectiva democrática, na medida em que o Partido Comunista do Estado da Índia desenvolveu um planejamento participativo no nível da aldeia com resultados promissores até o presente momento.

É importante analisar contexto em que se deu a campanha do Plano Popular em Kerala, resultado da experiência do movimento esquerdista. Sobre a questão, Franke (2008) relata o movimento que ocorreu a partir do final do século XIX, visto que, “em oposição ao sistema de castas, este movimento desenvolveu-se em paralelo com o movimento pela independência da Índia, o movimento sindical dos anos 1920 e 1930 e o movimento camponês para a reforma agrária” (FRANKE, 2008, p. 14, tradução nossa).³⁵

Cabe ressaltar que no ano de 1957 foi eleito, democraticamente, o Partido Comunista na Índia, sendo que o planejamento descentralizado que ocorreu em Kerala, a partir de 1996³⁶, foi decorrente da ideia de jovens dirigentes do partido

³⁴ O texto em língua estrangeira é: “Three changes were particularly important. First, these reforms increased the financing capacity of the lowest level Panchayat authorities—the Gram Panchayats—by imposing a revenue-sharing scheme with the Districts and gave the Gram Panchayats their own taxing power. Second, these measures stipulated that one-third of the seats in Panchayat assemblies and leadership positions would be occupied by women and that lower caste—Scheduled Caste and Scheduled Tribe (SC/ST)—persons would occupy leadership positions in all of these bodies in proportion to their population in the District. Finally, and most important for our purposes, the 1993 reforms established two kinds of directly deliberative bodies, called Gram Sabhas, to increase the popular accountability of Gram Panchayat representatives. The Gram Sabha consists of all of the persons within a Gram Panchayat area (typically around 10,000) and meets once per year in the month of December. At this meeting, elected Gram Panchayat representatives review the proposed budget for the following year and review the accomplishment (or lack thereof) of the previous year’s budget and action items”.

³⁵ O texto em língua estrangeira é: “En oposición al sistema de castas, este movimiento se desarrolló paralelamente dentro del movimiento por la independencia de la India, el movimiento sindical de los años 20 y 30 y el movimiento campesino por la reforma agraria”.

³⁶ “Em 1996, lançou-se a Campanha Popular de Kerala para o 9º Plano, que mobilizou mais de 10% (em que um terço eram mulheres) dos 31 milhões de habitantes desta região. Os participantes podiam decidir sobre quase 40% das receitas do Estado, durante o período 1996-2001. Este processo cobriu a totalidade do território, com 991 aldeias rurais (grama panchayats), 152 block

comunista, tendo sido realizada uma fase preparatória no sentido de reforçar as capacidades pessoais (SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2012a).

Sintomer; Herzberg; Röcke (2012a, p. 56) ensinam, ainda, que o procedimento participativo em Kerala é composto por etapas. Inicialmente, ocorrem várias assembleias locais. A seguir, os dados são recolhidos, sendo redigido um Relatório de Desenvolvimento Urbano, como forma de incentivar o debate que ocorre no Seminário de Desenvolvimento. Ato contínuo, são esboçadas as propostas do projeto do Plano que será aprovado pelos Comitês de Planejamento Distrital. Por fim, ocorre o momento da implementação, monitorização e avaliação, sendo que os cidadãos também estão inseridos nesse momento do processo participativo.

A experiência participativa que se deu em Kerala também é enfatizada por Harnecker (2014), por ser um dos poucos estados da Índia que incorporou a participação do povo no processo de elaboração dos planos de desenvolvimento, gerando um desenvolvimento econômico mais igualitário. Dessa forma, a referida autora afirma que Kerala incorporou a participação social na elaboração dos planos de desenvolvimento, atendendo ao que determina o artigo 40 da Constituição Indiana de 1950, que prevê a necessidade de organizar governos na aldeia ou da cidade rural, denominado de Grama Panchayats.

Segundo Harnecker (2014), no ano de 1992, foram introduzidas alterações nos artigos 73 e 74 da Constituição Indiana, sendo atribuído status constitucional ao Panchayats, bem como foram sendo estabelecidas as bases necessárias para a descentralização no âmbito nacional. A autora destaca que tais alterações promovidas na Constituição Indiana viabilizaram o processo de descentralização administrativa baseada em três níveis, conforme explica a seguir:

Quadro 3 – Níveis de autonomia local em Kerala

Níveis de autonomia local em Kerala	
<i>Grama Panchayats</i>	Nível mais baixo de autogoverno. Seria o governo da vila ou da cidade (equivalente aos nossos territórios ou paróquias rurais no Equador, ou comunas na Venezuela).
<i>Bloco Panchayats</i>	Seria equivalente aos municípios.
<i>Panchayats do Distrito</i>	Governos provinciais.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações apresentadas por Harnecker (2014, p. 13-14).

panchayats, 53 municípios, 14 distritos e 5 “corporações” (correspondendo aos vários níveis do governo local)” (SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2012a, p. 56).

Além disso, no ano de 1994 Kerala aprovou a Lei Panchayat Raj, “proporcionando assim uma base jurídica sólida para o sistema de governo local e unificando a transferência de instituições e pessoal para os autogovernos locais de acordo com o princípio da subsidiariedade” (HARNECKER, 2014, p. 13-14, tradução nossa) (grifo nosso).³⁷

Harnecker (2014) ensina que através de um planejamento participativo, as pessoas que discutem e escolhem as prioridades podem, também, realizar tais projetos, sem depender de níveis superiores. Para tanto, o Princípio da Subsidiariedade estabelece que somente deve ficar sendo competência de níveis superiores os projetos que não possam ser implementados em um nível inferior.

O planejamento descentralizado que ocorre em Kerala é iniciado nas bases, ou seja, de baixo para cima. Além disso, a participação não ocorre apenas através dos representantes eleitos ou através de associações, visto que os cidadãos são inseridos nas assembleias municipais (MULAS; NEBOT, 2008).

A seguir, são mencionados os componentes essenciais do planejamento participativo de Kerala, segundo Harnecker (2014):

Quadro 4 – Componentes essenciais do planejamento participativo em Kerala

COMPONENTES ESSENCIAIS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM KERALA	
Autonomia	“Cada nível de governo local deve ser autônomo do ponto de vista funcional, financeiro e administrativo. A supervisão do governo central deve limitar-se a estabelecer diretrizes gerais”.
Âmbito de execução	“Tudo o que deve ser feito em um nível mais baixo deve ser realizado nesse nível e não em um nível superior. Somente as funções residuais e complementares devem ser realizadas em níveis superiores”.
Delimitação das funções	“Os diferentes níveis de descentralização precisam entender exatamente quais funções eles têm que realizar, a fim de evitar sobreposições e crossover com outros níveis de governo”.
Integração	“As funções devem ser complementadas através de processos de integração horizontal e vertical”.
Crítérios igualitários	“As normas e critérios para selecionar quem se beneficiar e quais atividades priorizar devem ser iguais para todos os programas”.
Participação	“É necessário fomentar o nível máximo de participação possível em todos os níveis e em todas as fases do processo”.
Controle Comunitário	“Deve haver controle comunitário permanente sobre os representantes eleitos e sobre todo o processo de planejamento participativo”.
Direito de informação	“As pessoas têm que ter o direito de informar sobre todos os detalhes do processo”.

Fonte: Quadro elaborado pela autora de acordo com definições apresentadas por Harnecker (2014, p. 16)

³⁷ O texto em língua estrangeira é: “In 1994, the government of Kerala passed the Panchayat Raj Law, thereby providing a solid legal basis for the system of local government and unifying the transference of institutions and personnel to local self-governments according to the principle of subsidiarity.”.

O diferencial de Kerala, segundo Harnecker (2014), reside no fato de ter sido realizada uma descentralização da maioria dos recursos em favor dos governos locais, sendo assim, “isso significava que as pessoas que participaram sentiram que eram as que tomavam decisões em relação aos investimentos em sua comunidade, ao invés de se restringir a simplesmente aprovar decisões tomadas no alto”³⁸ (HARNECKER, 2014, p. 14, tradução nossa). Dessa forma, foi concedida autonomia às instituições de autogoverno local, através da atribuição de 35 a 40% da receita do Estado em prol dos projetos originários do nível local (HARNECKER, 2008).

Considerando os avanços apontados no caso de Kerala, depreende-se que a participação popular no Brasil ainda precisa ser aperfeiçoada, no sentido de viabilizar a participação no âmbito de questões estratégicas. Além disso, é necessário permitir que a população também decida acerca da implementação de obras de infraestrutura num alcance maior, o que requer metas de longo prazo, razão pela qual a participação não deve ficar restrita aos recursos financeiros vinculados ao orçamento anual. Para tanto, os canais comunicativos precisam ser ampliados, gerando maior poder local.

Demonstrada a importância do fenômeno objeto da pesquisa, bem como apresentados alguns fatores que permeiam o tema, a seguir serão apresentados e discutidos referenciais teóricos acerca do orçamento participativo.

3.4 Enfoques teóricos acerca do Orçamento Participativo

Avritzer (2003) propõe uma definição de Orçamento Participativo que abrange quatro elementos: a) cessão da soberania, o que ocorreria através das decisões via assembleias regionais e temáticas, tendo como critério a universalidade participativa; b) combinação dos métodos tradicionais da democracia, através das assembleias regionais e conselhos com papel de delegação, na esfera municipal; c) respaldo no princípio da autorregulação soberana, pois as regras são estabelecidas

³⁸ O texto em língua estrangeira é: “This meant that the people who participated felt that they were the ones making decisions regarding investments in their community, rather than being restricted to simply approving decisions made from on high”.

pelos próprios participantes; d) reversão das prioridades no que tange à distribuição dos recursos públicos, com o objetivo que privilegiar a população mais carente.

O referido autor analisa o Orçamento Participativo com enfoque no desenho institucional adotado, bem como enfatiza a importância da sociedade civil. Embora ressalte o fato de o orçamento participativo ser a prática que considera mais democratizante, pelo fato de permitir a participação da população na construção da decisão sobre as prioridades orçamentárias, o autor destaca que que tal instrumento participativo é o mais vulnerável em relação à vontade estatal (AVRITZER, 2008).

Avritzer (2003, p. 16) defende que há quatro categorias necessárias para o Orçamento Participativo, quais sejam: “as categorias de vontade política, densidade associativa, elementos do desenho institucional e a capacidade administrativa e financeira para implantar a proposta”. Com o intuito de pesquisar o desenho participativo do Brasil, Avritzer (2008, p. 45) analisou as instituições participativas que seriam aquelas “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”. O orçamento participativo seria uma dessas formas, sendo denominado pelo autor como *desenho participativo de baixo para cima*, pelo fato de permitir o acesso a qualquer cidadão, através de formas institucionais estabelecidas de baixo para cima. A título de exemplo, o autor menciona o caso das eleições de delegados e conselheiros pela própria população.

Nessa linha, Cabannes (2005) propõe quatro dimensões para analisar o orçamento participativo: orçamental ou financeira; participativa; normativa e jurídica; e territorial. No que tange à *dimensão participativa*, o autor apresenta três modalidades (mais avançada, intermediária e menos avançada), descritas abaixo:

Quadro 5 - Dimensão participativa do Orçamento Participativo

Dimensão participativa do Orçamento Participativo	
Modalidades	Características
Mais avançada	<ul style="list-style-type: none"> - democracia direta; - todos os cidadãos possuem o direito de participar diretamente das assembleias temáticas e no bairro ou distrito assembleias; - Cada participante poderá, a partir de um voto universal, votar e ser eleito delegado ou conselheiro; - O controle do processo é feito pelo público.
Intermediária	<ul style="list-style-type: none"> - democracia indireta (via representação); - participação nas discussões e decisões ocorre por meio de organizações sociais, organizações de bairro e associações comerciais; - Público não age diretamente, nem realiza controle direto;
Menos avançada	<ul style="list-style-type: none"> - participação ocorre através de um único modelo de organização, uma vez que é o único aceito pelo governo local ou nacional.

Fonte: Quadro sinótico elaborado com base nas definições propostas por Cabannes (2005, p. 23).

A modalidade *intermediária* seria a mais comum na experiência latino-americana, segundo Cabannes (2005). Contudo, o autor alerta para possíveis riscos, visto que “(...) apesar da possível proximidade entre os representantes públicos e comunidade em geral, esta forma de democracia representativa pode ter riscos semelhantes aos dos limites da democracia representativa convencional” (CABANNES, 2005, p. 23, tradução nossa).³⁹

Wampler (2003), por sua vez, avaliou o funcionamento do orçamento participativo, tendo constatado que há cinco aspectos que indicariam bom funcionamento do orçamento participativo, quais sejam: o desenho institucional, o compromisso político do governo, a densidade da sociedade civil, o tempo de duração do programa e os recursos financeiros do município.

Silva e Carvalho (2006) destacam as dificuldades para mensurar de que forma a participação no orçamento participativo contribui para a ampliação da consciência e da prática democrática dos cidadãos. Para tais autores, a abordagem teórica marxista tem a característica de “(...) extrapolar a análise do OP à sua prática, ao passo que as demais depositam muito da análise em torno das próprias atividades da discussão pública” (SILVA; CARVALHO, 2006, p. 449). Isto porque, para os autores, a análise marxista não foca apenas na dinâmica do orçamento participativo, uma vez que considera o contexto histórico e seus reflexos sobre a relação de classes, relacionando as esferas política, econômica e ideológica para analisar o surgimento e a continuidade de tal instrumento participativo.

Seguindo viés socialista, Dutra (2001, p. 9) defende que a democracia pressupõe que os cidadãos possam ter acesso aos dados e informações necessárias para influir nas decisões sobre o gasto público. Em razão disso, o autor sustenta que o controle público sobre o Estado é uma faceta que contraria a ideologia neoliberal, razão pela qual o orçamento participativo simbolizaria uma negação dessa ideologia, contrapondo-se ao pensamento único hegemônico. Por tais razões, Dutra defende que há uma intrínseca relação entre o orçamento participativo e o socialismo.⁴⁰

³⁹ O texto em língua estrangeira é: “A pesar de la proximidad posible entre la ciudadanía en general y sus representantes comunitarios, esta forma de Democracia Representativa puede llegar a tener riesgos y límites parecidos a los de la democracia representativa convencional”.

⁴⁰ “Por isso, se alguém afirmar – alguns o fazem – que o orçamento participativo é apenas uma forma mais organizada de os pobres disputarem entre si as migalhas do capitalismo ou, no máximo, uma ligeira primavera democrática, mas sem qualquer relação com o socialismo, estará

O orçamento participativo viabiliza, de fato, o exercício da cidadania, permitindo que o controle seja exercido desde o início, com destaque para o “protagonismo das pessoas no processo de transformação social enquanto atividade permanente e cotidiana, ponto em que as experiências de socialismo até aqui fracassaram” (DUTRA, 2001, p. 9-10). Nesse contexto, a participação popular é um processo que se aperfeiçoa progressivamente, gerando, assim, a consciência crítica do cidadão. Tal processo está inserido num contexto de lutas distintas, considerando que a adoção do orçamento participativo “(..) dá um conteúdo real à democracia, acabando com os privilégios, com o clientelismo e, em última análise, com o poder do capital sobre o conjunto da sociedade” (DUTRA, 2001, p. 11). Nessa linha, Benevides (2001) também concebe o socialismo como um processo, sendo que o orçamento participativo seria parte dessa construção. Tal prática participativa, segundo a autora, transcende o Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que já foi adotada por outros partidos.

Ao mapear os debates sobre o orçamento participativo, Lüchmann (2014) pesquisou diversas referências utilizadas para a avaliação de seu surgimento, sustentação e/ou declínio. Para a autora, a questão sobre os benefícios democráticos das instituições participativas representa uma referência analítica central. Nesse sentido, ao analisar as experiências participativas ocorridas em Porto Alegre e Belo Horizonte, Souza (2001, p. 88) destaca que o significado de *participação* é o primeiro divisor de águas: “Para alguns autores, a participação é uma forma de aumentar a eficiência dos governos; para outros, ela implica o aumento da justiça social, ou seja, o acesso de pessoas e grupos historicamente excluídos do processo decisório”.

Souza (2001) destaca que através da análise da literatura, depreende-se que o orçamento participativo promove expansão da capacidade de grupos excluídos exercerem influência na decisão governamental, viabilizando, assim, um maior acesso a serviços básicos, com destaque para serviços de infraestrutura. Segundo a autora “existem evidências que apoiam a tese de que o OP: a) aumentam a capacidade dos grupos sociais excluídos de influenciar a alocação dos recursos

inteiramente equivocado. Além de ser um aprofundamento e uma radicalização da democracia, também se constitui num vigoroso impulso socialista, se encaramos o socialismo como um processo, para o qual a democracia direta e participativa é elemento essencial, pois possibilita o fortalecimento da consciência crítica e dos laços solidários entre os explorados e os oprimidos, abrindo caminho para a apropriação pública do Estado e a construção de uma nova sociedade” (DUTRA, 2001, p 12).

públicos; e b) amplia o acesso dos pobres aos serviços urbanos básicos” (SOUZA, 2001, p. 91).

O estudo realizado por Abers (1998) analisou o processo de empoderamento cívico da comunidade mais carente. No caso de Porto Alegre, a autora explica que no final dos anos 70 ocorreu intensa migração do campo para a cidade, promovendo inúmeros problemas de infraestrutura. Além disso, com o enfraquecimento político do regime militar, surgiram associações de bairros com referenciais novos, pois havia a recusa de participar do jogo clientelista.

Com relação à motivação, Abers (2003) entende que os processos participativos são motivados não somente pelas intenções dos participantes, como também pela motivação dos atores estatais. Várias razões motivariam os atores estatais, seja “por acreditarem que participação leva a projetos mais bem-sucedidos; por pressão de organizações cívicas; por pretenderem dar maior legitimidade às decisões; ou por influência de doadores, em especial agências de desenvolvimento” (ABERS, 2003, p. 260).

No que tange ao potencial emancipatório, Ganuza e Baiocchi (2012) consideram que há possibilidades emancipatórias decorrentes do orçamento participativo, porém, destacam ser necessário analisar a lógica participativa segundo o ponto de vista do exercício do poder, pois, em alguns casos, pode existir o risco de uma dominação camuflada, nos casos em que os cidadãos não possuem possibilidade para debater e modificar regras, revelando um processo decisório sem transparência e inclusão plural.

Para Cabannes (2004, p. 45) é necessário promover a irreversibilidade do processo participativo, pois, de acordo com estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Participação Popular, entre 1997 e 2000 as experiências de orçamento participativo foram interrompidas em 20% dos 103 casos estudados. Para tanto, o autor destaca a necessidade de ser alcançado um nível de empoderamento, através de meios educativos cívicos.

Além disso, existem estudos que analisam o Orçamento Participativo tendo como abordagem seu potencial redistributivo, conforme apontam Marquetti (2003; 2008); Pires (2008), Campos (2008) e Moraes (2008). De acordo com tal perspectiva, haveria uma lógica de inversão de prioridades e de justiça redistributiva nos locais em que ocorre a implantação do Orçamento Participativo com tal viés,

desde que a alocação de recursos ocorra através de critérios técnicos, transparentes e distributivos (CAMPOS, 2008).

Wampler (2003) ressalta que alguns indicadores podem ser utilizados para mensurar se o instrumento do orçamento participativo está, de fato, tendo perfil redistributivo, ou seja, se os recursos estão sendo alocados em regiões mais pobres, como por exemplo, através dos seguintes questionamentos: “o município utiliza algum índice de qualidade de vida como um fator para determinar a alocação de recursos? A regionalização feita no município favorece uma determinada região?” (WAMPLER, 2003, p. 73).

O tema em questão também foi objeto de estudo comparativo, em escala internacional, elaborado por Sintomer, Herzberg e Röcke (2012b), os quais seguiram uma perspectiva transnacional do Orçamento Participativo. Para tais autores, não há, em nenhum continente, um modelo único que permita uma comparação entre as experiências, sendo possível apenas a identificação de três distintas tendências.

A primeira tendência estaria situada no nível mais alto, que é verificada no caso de “(...) orçamentos participativos que visam a uma mudança essencial das condições vigentes, a ser alcançada como um passo de um movimento mais amplo por renovação” (SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2012b, p. 97). A título de exemplo, os autores mencionam a experiência de Porto Alegre, destacando, ainda, que em Kerala o instrumento participativo promoveu desenvolvimento rural, bem como desencadeou transformações sociais.

A segunda tendência apresentada por Sintomer, Herzberg e Röcke (2012b, p. 98) seria aquela em que o orçamento participativo é capaz de gerar reformas, porém, não há uma ruptura de práticas antigas. No entanto, isto não significa dizer que não cause impactos, visto que há uma participação social. Por último, os autores conceituam a terceira tendência como sendo aquela em que o orçamento participativo possui um caráter mais simbólico, ou seja, o intuito do Estado não é consultar os cidadãos, mas sim, realizar reuniões com o objetivo de legitimar uma decisão já tomada anteriormente. Segundo os autores, orçamentos participativos com perfil simbólico ocorrem tanto em democracia já estabelecidas, bem como em regimes com viés autoritário, sendo que “no último caso, a intenção é exibir uma aparente abertura que, na realidade, não existe; a participação é idealizada para apaziguar a população e/ou financiadores internacionais” (SINTOMER; HERZBERG; RÖCKE, 2012b, p. 99).

Com relação ao sucesso ou fracasso das experiências político-institucionais que adotaram o orçamento participativo, Souza (2001) ensina que a literatura ainda não possui uma moldura analítica coerente acerca de tais questões, sendo que a ausência de elementos claros para guiar avaliações resulta em conclusões diversas sobre os resultados das políticas públicas, em especial, as de cunho participativo. Diante disso, a autora considera o orçamento participativo acaba sendo avaliado de acordo com interesses dos avaliadores, bem como de suas instituições.

De fato, a análise da experiência decorrente do orçamento participativo requer o acompanhamento de seu movimento, sua constante modificação, bem como as respectivas contradições internas. Além disso, a potencialidade de o orçamento participativo gerar, concretamente, mudanças sociais, culturais e políticas significativas, depende do contexto local, bem como do grau de empoderamento da população em questão. Por tais motivos, entendo não ser possível criar enquadramentos teóricos rígidos, modelos e/ou tipologias, uma vez que cada experiência participativa requer uma construção teórica capaz de dar conta dos fatores que influenciam o caso.

Seguindo o mesmo viés, Lüchmann (2014) questiona a busca de definição única para experiências participativas diversas. Para o autor, a literatura demonstra dois desdobramentos, “por um lado, a suavização do peso normativo de conceitos ancorados no modelo de Porto Alegre e a construção de tipologias que procuram agrupar e caracterizar os diferentes modelos em implementação”. Em contrapartida, o autor destaca que também pode ser visualizada construção teórica que considera “a necessidade de revisão e complexificação das leituras ancoradas nos modelos que enquadram, ou congelam, determinados atributos ou dimensões, inviabilizando dinâmicas e elementos que extrapolam fronteiras de suas definições” (LÜCHMANN, 2014, p. 189).

Nesse sentido, Ribeiro e Grazia (2003, p. 18) ensinam que, ao avaliar a experiência decorrente da adoção do Orçamento Participativo em determinado local, “é necessário resistir à tendência em aplicar critérios uniformes a processos desiguais e complexos, da mesma forma que é indispensável reconhecer as profundas diferenças, em termos sócio-econômicos e políticos, entre as realidades locais”.

A questão é que o resultado do orçamento participativo, conforme pontua Goldfrank (2006), depende das intenções de seus criadores, bem como de

condições prévias do lugar. Além disso, não há uma forma única para o processo de consulta popular, pois, de acordo com Dallari (2011, p. 322), cada Município possui sua especificidade, conforme legislação local, variando a forma que se dá a participação, bem como o tipo de condicionamento que tal consulta popular promove em relação ao conteúdo da proposta orçamentária que o Executivo encaminhará ao Legislativo.

Vislumbra-se, assim, que os impactos decorrentes da utilização de instrumentos participativos podem ser avaliados segundo vários parâmetros. Da mesma forma como ocorre com a avaliação de uma determinada política pública, resultando em múltiplas análises. No caso deste trabalho, o enfoque está situado no âmbito da participação social e teve como finalidade identificar limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo, adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos.

Portanto, esta pesquisa não adotou definições conceituais rígidas, nem tampouco foi dada ênfase apenas na descrição da dinâmica do instrumento do orçamento participativo. Ao contrário, considerou-se o contexto histórico e as contradições e correlações de forças que podem ser visualizadas em tal experiência participativa.

3.5 Orçamento participativo no cenário brasileiro

3.5.1 Origem e evolução histórica

As primeiras experiências participativas no Brasil foram iniciadas no ano de 1970 a meados de 1980, em plena ditadura, nas cidades de Lages (Santa Catarina), Boa Esperança (Espírito Santo) e Piracicaba (São Paulo), de acordo com Lesbaupin (2000). Além disso, Ribeiro e Grazia (2003) destacam que no período de 1986 a 1988 a cidade de Vila Velha (Espírito Santo) também adotou o orçamento participativo, sendo que no período de 1993 a 1996, mais de 30 prefeituras adotaram a participação no âmbito do orçamento municipal.

O orçamento participativo surgiu no Brasil dentro de um contexto em que os movimentos sociais clamavam por um novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade, passando a exigir uma maior participação popular na tomada de decisão, em decorrência do processo de redemocratização do país. Segundo Ribeiro e Grazia (2003) o orçamento participativo foi pensado, inicialmente, pelo Partido dos Trabalhadores, fazendo parte da plataforma política do partido, sendo que em decorrência de seu progressivo amadurecimento, tal prática passou a ser assumida por outros partidos políticos.

A adoção do orçamento participativo no Brasil foi facilitada por três fatores, conforme aponta Souza (2001, p. 83): existência de experiências semelhantes que antecederam a redemocratização; aumento dos recursos municipais; e aumento dos partidos de esquerda no comando de governos locais.

Os ciclos participativos que ocorreram no Brasil, a partir dos anos 80, foram analisados por Soares e Godim (1998). O primeiro ciclo, segundo tais autores, foi marcado pelo fortalecimento dos movimentos sociais, como forma de combater o autoritarismo, através de uma democracia que ultrapassasse os limites parlamentares. O segundo ciclo ocorreu em virtude do êxito nas eleições do Partido dos Trabalhadores (PT) em mais de trinta cidades brasileiras, com destaque para Porto Alegre, São Paulo e Vitória. O terceiro ciclo foi marcado pelo fortalecimento da concepção democrática do orçamento participativo, existindo a combinação de participação através de conselhos setoriais e as organizações populares.

Através de uma leitura histórica das experiências envolvendo o orçamento participativo, Cabannes (2005) identificou três fases. A primeira fase seria denominada de *experimentação*, ocorreu no período compreendido entre 1989 a 1997, revelando uma mudança na gestão dos recursos públicos. A segunda fase denominada pelo autor como *massa brasileira*, seria caracterizada pela superlotação do Brasil, durante o período de 1997 a 2000, existindo nesse período 130 municípios brasileiros que adotaram o orçamento participativo. Por fim, a partir de 2000 seria identificada como a fase de *expansão e diversificação*, inclusive, no âmbito externo, uma vez que cidades da América Latina e da Europa adotaram tais modelos participativos, com as devidas adaptações.

Depreende-se, assim, que o instrumento do orçamento participativo surgiu no Brasil ainda durante a ditadura, representando uma força contrária ao poder autoritário e impositivo que vigorava na época. Porém, seu maior alcance ocorreu

após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual representou uma ruptura com o regime de ditadura militar que vigorou entre os anos de 1964 a 1985.

Com efeito, há uma conjunção de fatores que propiciaram a introdução do orçamento participativo no cenário brasileiro. Antes da redemocratização, a necessidade de combater o autoritarismo fortaleceu a luta social em prol da participação política. Após a redemocratização, os partidos de esquerda tiveram forte influência na disseminação do modo petista de governar, sendo que, atualmente, o orçamento participativo não é visto como uma política apenas de esquerda, pois é adotado por outros partidos.

Segundo Harnecker (1996)⁴¹, no ano de 1989 os prefeitos petistas, ao assumirem suas funções, tiveram dificuldades de materializar a ideia de governar com o apoio de conselhos populares, seja pela inexperiência, seja pela ausência de concepção sobre a função de tais conselhos, pois a dúvida era se os conselhos deveriam ter poder resolutivo ou consultivo. Além disso, os setores populares não estavam devidamente organizados.

De fato, Lüchmann (2014) destaca que os estudos apontam que, num primeiro momento, o instrumento do orçamento participativo apareceu como uma ideia de esquerda, na medida em que representava um projeto político-partidário específico. Entretanto, o autor considera que a expansão do processo participativo gerou um afastamento de suas bases originais, modificando-se o formato, os objetivos, bem como os setores da sociedade que estavam envolvidos no processo.

A questão é que foi no ano de 1989 que o instrumento do orçamento participativo teve maior destaque no cenário brasileiro, em virtude de sua utilização pelo município de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passando a ser uma referência nacional. Porém, tal instrumento participativo ainda não é utilizado no Brasil de forma abrangente, pois fica dependente da discricionariedade do Poder Público local.

Ao analisar a gênese do orçamento participativo de Porto Alegre, Fedozzi (2009) apresenta três aspectos. Primeiramente, menciona a formação autoritária da sociedade brasileira, representada pelo modelo de dominação patrimonialista-burocrático. O segundo aspecto consiste no momento histórico em que surgiu o

⁴¹ Harnecker (1996) fez um estudo das experiências de partidos de esquerda em governos locais. No caso brasileiro, a referida autora pesquisou cinco prefeituras do Partido dos Trabalhadores, três da capital (São Paulo, Porto Alegre e Vitória), e as de Diadema e Santos.

orçamento participativo, qual seja, um momento de transição de um país assolado pela ditadura para o retorno de eleições diretas. O terceiro aspecto reside no contexto de Porto Alegre, marcado pela existência de uma forte rede de associativismo.

O êxito do orçamento participativo de Porto Alegre somente pode ser compreendido considerando o contexto histórico, sendo que a existência de uma rede de associativismo foi um diferencial para que tal prática participativa tivesse maior destaque naquele local, principalmente, em termos de continuidade. Nesse sentido, Avritzer (2008, p. 48) afirma que Porto Alegre teve uma tradição política diferenciada. Isto porque o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) obteve êxito durante o período de 1946 a 1964, o que repercutiu na formação democrática da cidade. Além disso, o autor esclarece que Porto Alegre teve uma conjuntura política peculiar, pois enquanto no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte havia disputa entre direita e esquerda, no caso de Porto Alegre “houve uma disputa no interior do campo da própria esquerda, com o PDT, Partido Democrático Trabalhista ganhando a primeira eleição posterior à democratização em 1986” (AVRITZER, 2008, p. 45).

A experiência democrática de Porto Alegre também foi analisada por Harnecker (1993). Inicialmente, a autora destaca a existência de uma controvérsia sobre “pra quem” e “por quem” governar, pois existiam duas tendências: de um lado, alguns defendiam que o PT deveria defender os interesses exclusivos dos trabalhadores; enquanto que outros defendiam o dever de governar para todos, o que foi confirmado através de entrevista realizada com Tarso Genro, que explicou o seguinte:

4. Tarso: A discussão foi muito positiva, pois através destas duas posições caricaturizadas conseguimos construir uma visão que foi bem sintetizada por Olívio em entrevista à "Teoria e Debate", onde ele afirmou: **“Estamos aqui para governar a cidade a partir do ponto de vista dos setores populares, mas governar para toda a cidade.** Não estamos a gerir a cidade apenas para um setor, para uma classe ou uma área social. Governar a cidade inteira com uma proposta que vem do setor popular e pode ser discutida com os demais setores” (HARNECKER, 1993. p. 9, tradução nossa) (grifo nosso).⁴²

⁴² O texto em língua estrangeira é: “4. Tarso: El debate fue muy positivo porque a través de esas dos posiciones caricaturizadas conseguimos construir una visión que fue muy bien sintetizada por Olívio en una entrevista a “Teoría e Debate”“, donde expresó lo siguiente: “Nosotros estamos aquí para gobernar la ciudad desde el punto de vista de los sectores populares, pero gobernar para toda la ciudad. Nosotros no estamos administrando la ciudad sólo para un sector, para una clase o para un área social. Gobernamos toda la ciudad con una propuesta que procede del sector popular y puede ser discutida con los otros sectores”.

A referida autora destaca, ainda, as repercussões da participação social, conforme trecho da entrevista feita com Tarso Genro, em que este informou que os trabalhadores da Prefeitura que fizeram parte das assembleias do orçamento participativo apresentaram um progresso no nível de suas consciências políticas (HARNECKER, 1996).

Por outro lado, foram expostos os erros iniciais e como foram superados, pois durante as entrevistas concedidas a Harnecker (1993), foi explicado que no início ocorreram falhas decorrentes da falta de experiência, gerando expectativas em demasia. Em virtude dos fatos citados, o Prefeito teria perdido a credibilidade, conforme entrevista concedida por Arno Augustin, Secretário Municipal da Fazenda e militante da Democracia Socialista (HARNECKER, 1993).

Além disso, a referida autora entrevistou Leonilce Guimaraes (Vice-presidente do PT em Porto Alegre em 1992, conhecida como Iti), que mencionou outra fragilidade representada pelo fato de que a população não estava ciente do valor exato que poderia ser investido em obras, fato que teria dificultado a compreensão das limitações da prefeitura em se tratando de recursos disponíveis.

Sobre a questão, Iria Sharon (Presidenta do PT no Município de Porto Alegre em 1992) apontou que, no primeiro ano, a população achava que discutiria o orçamento municipal, quando na realidade seria discutido apenas o percentual equivalente a 2% (dois por cento) do orçamento, que seria destinado aos investimentos a serem feitos após discussão, via orçamento participativo. Por tais razões, Iria Sharon afirmou que “(...) o primeiro ano, quando fomos discutir o orçamento, foi desastroso. As demandas foram colossais, enormes!”⁴³ (HARNECKER, 1993, p. 31, tradução nossa).

De qualquer forma, o orçamento participativo de Porto Alegre apresentou uma estrutura importante, baseada em três instâncias, segundo Lesbaupin (2000):

Quadro 6 - Instâncias do Orçamento Participativo de Porto Alegre

Unidades administrativas	Composta por órgãos internos ao executivo municipal, com missão de gerenciar o processo técnico-político da discussão orçamentária
Instâncias comunitárias	São autônomas em relação à administração, sendo formadas por organizações regionais, como conselhos, união de vilas ou articulações regionais.
Instâncias institucionais permanentes de participação comunitária	São órgãos encarregados dos procedimentos, como o Conselho de Plano de Governo e Orçamento, Assembleias Regionais, Fórum Regional do Orçamento, Plenárias Temáticas e Fórum Temático do orçamento.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base nas definições apresentadas por Lesbaupin (2000, p. 71).

⁴³ O texto em língua estrangeira é: “El primer año, cuando fuimos a discutir el presupuesto, fue desastroso. Las demandas fueron colosales, enormes!”

No que tange à metodologia aplicada no caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre, Avritzer (2003) destaca que a primeira etapa começa com as assembleias regionais, as quais são compostas pelos moradores dos bairros das respectivas regiões, sendo que “(...) o critério de participação é o da moradia e o de decisão é o da maioria” (AVRITZER, 2003, p. 577). A seguir, o autor menciona que ocorrem as rodadas intermediárias com assembleias locais, momento em que ocorre uma hierarquização das prioridades, sendo também definidas as obras a serem realizadas. O terceiro momento, segundo o autor, é representado pela segunda rodada, momento em que ocorre a homologação das hierarquias e demandas regionais, bem como a eleição dos conselheiros da região.

As assembleias e reuniões que ocorrem durante o debate possuem tríplice finalidade: “(...) definir e escalonar as exigências e as prioridades regionais ou temáticas; eleger os delegados para os fóruns de delegados e os conselheiros do COP; avaliar o desempenho do Executivo” (SANTOS, 2003, p. 471).

No caso de Porto Alegre, durante as reuniões intermediárias que ocorriam entre a primeira e a segunda rodada das assembleias, cada região deveria escolher as prioridades setoriais, segundo Santos (2003). O autor esclarece que até 1997, as regiões escolhiam quatro prioridades entre oito setores, sendo que tais setores foram ampliados resultando em 2011 em 13 (treze) temas (saneamento básico, política habitacional, pavimentação, transporte e circulação, saúde, assistência social, educação, áreas de lazer, esporte e lazer, iluminação pública, desenvolvimento econômico, cultural e saneamento ambiental).

Os Fóruns dos Delegados são órgãos colegiados com função de escolha, de controle e de mobilização, sendo que Santos (2003) explica que sua atuação é no sentido de incentivar os movimentos populares de base da comunidade nas atividades. Santos (2003) apresenta um fato interessante, os delegados eleitos eram, em geral, fruto de indicação feita pelos dirigentes das associações presentes nas reuniões. Logo, um cidadão que não estivesse integrado em uma determinada estrutura coletiva teria dificuldades para ser eleito como delegado. Além disso, Santos (2003) ensina que o Conselho do Orçamento Participativo – COP é a principal instituição participativa, através da qual é possível o conhecimento das finanças municipais pelos cidadãos, bem como viabiliza o debate acerca dos critérios gerais para distribuir os recursos, as prioridades das regiões e respectivos temas.

Segundo Santos (2003), a partir de 1993, consolidou-se o padrão de participação e institucionalização do orçamento participativo, com o aumento da participação em assembleias e reuniões, sendo que nas assembleias temáticas ⁴⁴ a participação era facultada a qualquer cidadão, independentemente de seu local de moradia, ao contrário do que ocorre nas assembleias regiões. O autor destaca que durante as plenárias temáticas ocorria a ampliação do debate, inclusive no que se refere à composição social dos participantes, gerando maior aperfeiçoamento para a qualidade e complexidade da participação.

Com relação à seleção de prioridades, Santos (2003) explica que as regras gerais eram estipuladas com base na justiça distributiva, com a utilização de critérios objetivos e transparentes no que tange à percentagem de recursos de investimentos de cada região, com a utilização de uma metodologia distributiva baseado no sistema de atribuição de pontos. Tal sistema buscava estipular hierarquia para as prioridades, revelando uma articulação entre a participação e as prioridades.

Dessa forma, através da medição da participação as decisões políticas ganhavam legitimidade, sendo que através da “medição das prioridades e das necessidades garante a fidelidade, a objetividade e a transparência com que é feita a conversão das decisões políticas em recursos distributivos” (SANTOS, 2003, p. 513).

Sobre a questão, Fedozzi (2009) ressalta que o orçamento participativo de Porto Alegre teve como característica diferencial o fato de o processo de construção das regras para distribuição dos recursos, bem como das regras participativas, terem sido realizadas de forma conjunta com a população, ou seja, não foi algo imposto unilateralmente pelo Estado. Portanto, estabeleceu-se um verdadeiro sistema de direitos, fruto da deliberação coletiva, fato que viabilizou a inclusão da sociedade civil na gestão pública, mas também resultou da “produção de normas nascidas na relação de reciprocidade entre atores das camadas populares e atores governamentais na criação dessa nova instituição da democracia participativa” (FEDOZZI, 2009, p. 47).

⁴⁴ “Entre as decisões mais importantes das primeiras temáticas, salientou-se a de despoluir o rio e as praias fluviais de Porto Alegre – um assunto de interesse geral para toda a cidade e não apenas para a região onde se situam as praias – e a decisão de restaurar o mercado, um espaço público de grande valor arquitetônico e enorme valor simbólico no imaginário social e cultural da cidade” (SANTOS, 2003, p. 508).

Tal fato, porém, não ocorreu em Belo Horizonte, segundo Pires (2008), pois, apesar de ter ocorrido uma alocação redistributiva no caso do orçamento participativo de Belo Horizonte, os critérios e indicadores não resultaram de deliberação popular. Além disso, o autor menciona que “(...) a complexidade do processo participativo chegou ao ponto de gerar obstáculos para os participantes compreenderem como ocorre a distribuição dos investimentos no OP” (PIRES, 2008, p. 73).

É de suma importância atribuir caráter redistributivo ao Orçamento Participativo, através de seus respectivos critérios e indicadores sociais. Porém, é necessário ter cautela para não gerar um sistema complexo que não tenha sido fruto de discussão popular, necessária para conferir legitimidade democrática a tal medida. Dessa forma, há “(...) o risco de alienação da participação e de redução de seu caráter transformador, uma vez que participantes passam a fazer escolhas limitadas às opções que se enquadram dentro do complexo sistema de regras em vigor” (PIRES, 2008, p. 73).

No caso de Porto Alegre, Marquetti (2008) destaca que o orçamento participativo permitiu o acesso de setores sociais pobres que não exerciam a hegemonia no que tange à definição das políticas públicas. O autor afirma, ainda, que as demandas realizadas em Porto Alegre, durante o período de 1990 a 2004, demonstram que “(...) o OP teve importante efeito redistributivo dos gastos públicos, uma vez que as regiões relativamente mais pobres receberam maior montante de obras *per capita* do que as relativamente mais ricas” (MARQUETTI, 2008, p. 45). No entanto, Marquetti (2008) afirma que a partir de 2001, Porto Alegre teve problemas financeiros decorrentes da crise fiscal, o que ocasionou a diminuição da execução das demandas, bem como do número de participantes.

Ao analisar o orçamento participativo de Porto Alegre, Sintomer; Herzberg; Röcke (2012b, p. 78) ensinam que houve uma verdadeira invenção institucional, através de uma “pirâmide participativa tem três níveis: assembleias abertas a todas as pessoas nos bairros; assembleias e um conselho participativo de delegados nos distritos; e um conselho geral participativo em nível municipal”. Segundo os autores, os processos de orçamento participativo na América Latina, durante muito tempo, foram baseados no modelo de Porto Alegre, espalhando-se, posteriormente, para outros continentes (Europa, África e Ásia).

Para Lüchmann (2014, p.172) o Orçamento Participativo de Porto Alegre operacionalizou um modelo misto, na medida em que combinava participação direta com representações, via delegados e conselheiros. Portanto, está baseado em estruturas de representação, embora possua contornos participativos importantes.

O orçamento participativo de Porto Alegre, segundo Goldfrank (2006, p. 17), está amparado em duas premissas: as reuniões, em cada nível, podem ter participação de qualquer pessoa; há o mesmo direito de falar e votar, bem como de concorrer como delegados. Além disso, o autor aponta que os projetos prioritários decididos pelo povo, via assembleia, é respeitado pelo governo.

Rennó e Souza (2012, p. 235) também analisaram o Orçamento Participativo de Porto Alegre, durante o período de 1989 e 2008, tendo como especificidade a análise da transição do governo entre as gestões do Partido dos Trabalhadores (2001-2004) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (2005-2008), com o intuito de avaliar se o funcionamento do orçamento participativo foi afetado. Tais mudanças políticas são analisadas pelos autores com base em cinco dimensões: participação popular, atendimento de demandas, *empowerment*, transparência e *accountability*. Dessa forma, Rennó e Souza (2012) avaliaram o que sucedeu após a derrota eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, no ano de 2004, com a conseqüente entrada de José Fogaça como Prefeito, o qual manteve a política do orçamento participativo, embora não tenha mantido a centralidade que tal instrumento participativo possuía durante a administração do Partido dos Trabalhadores.

Para Rennó e Souza (2012) a disputa política ocorrida em Porto Alegre revelou duas marcas de governança, pois o Orçamento Participativo ao mesmo tempo em que esteve vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), também havia a vinculação ao programa de Governança Solidária Local (GSL), representando o governo peemedebista⁴⁵.

Em função disso, os autores afirmam que o orçamento participativo depende do mandatário, uma vez que este, mesmo que indiretamente, prioriza as demandas de acordo com sua agenda política, sendo que “(...) os melhores resultados do

⁴⁵ “Podemos supor que a mudança de enfoque na administração Fogaça, apesar de manter o OP em funcionamento, tenha afetado o funcionamento desse programa. Se o OP passa a ocupar posição secundária na plataforma de governo de Fogaça, nada mais natural que o programa passe a ser menos eficiente na alocação de recursos e que estimule menos participação. (RENNÓ; SOUZA, 2012, p. 239).

programa foram sob o governo PT, que apresentou maior capacidade de atendimento de demandas, além de um maior número de participantes no programa” (RENNÓ; SOUZA, 2012, p. 248).

Portanto, o Orçamento Participativo de Porto Alegre sofreu mudanças em seu desempenho em função da mudança de governo, sendo que Rennó e Souza (2012, p. 248) sustentam que as primeiras gestões tiveram melhor índice com relação à realização das obras, existindo uma diferença no perfil das demandas realizadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No que tange à accountability e à transparência, Rennó e Souza (2012) ensinam que o orçamento participativo de Porto Alegre manteve a divulgação dos resultados, bem como a prestação de contas referentes aos gastos públicos. No entanto, ressaltam que as percepções sobre empoderamento tiveram maior oscilação, demonstrando, assim, que o instrumento participativo mudou para pior. Para os autores, “(...) isso é reflexo, na verdade, da queda de participação e da mudança nos padrões de investimento por meio do OP. Mais importante, parece refletir a diminuição no número de obras acabadas em anos recentes” (RENNÓ; SOUZA, 2012, p. 248).

Noutras palavras, Rennó e Souza (2012, p. 235) consideram que “o funcionamento do programa é bastante afetado pelo partido político que o implementa e que, portanto, o programa peca por baixa institucionalização”. Dessa forma, os autores defendem que uma institucionalização promoveria um funcionamento mais uniforme nas diversas administrações, não ficando o orçamento participativo vinculado apenas a determinada agenda de partido no governo.

Embora a experiência pioneira de Porto Alegre tenha sido um referencial, tal formato participativo também foi objeto de crítica. Nesse sentido, Fedozzi (2008) destaca que o orçamento participativo de Porto Alegre foi refratário, em função de não ter sido realizada uma revisão de seus métodos, ficando os atores populares sob dependência da agenda imposta pelo governo.

Para o autor, a postura conservadora do Poder Público implicou na estagnação do modelo participativo a partir do final dos anos 1990. Ao analisar os possíveis motivos para tal estagnação, Fedozzi (2008) considera que o Orçamento Participativo de Porto Alegre foi marcado pelo "assembleísmo quantitativo", sendo

que a dinâmica em torno das assembleias teria sido hipervalorizada, não ocorrendo uma noção de democracia enquanto processo.

Por fim, não pode ser desconsiderada a importância dos conselhos populares, sendo que Abers e Keck (2008) destacam que foi de suma importância a implementação de tais conselhos participativos, visto que tais instrumentos tornaram mais inclusiva a formulação de políticas públicas.

Nesse contexto, o orçamento participativo surgiu como mais um instrumento democrático possibilitando que o povo tenha acesso às informações sobre os gastos públicos, bem como participe da escolha política, ao eleger prioridades e obras a serem implementadas.

3.5.2 Avanços legislativos sobre questões orçamentárias

A Carta Magna do Rei João da Inglaterra de 15.06.1215 iniciou um movimento no sentido de promover limitações ao poder estatal. Tal norma estabeleceu o princípio de que deve existir autorização prévia para os gastos dos governantes⁴⁶. Sendo assim, “ao direito de autorizar as receitas, seguiu-se o de controlar as despesas, dando origem ao orçamento como processo de fiscalização financeira e cerceamento das tendências abusivas dos governantes” (HARADA, 2008, p. 60-61).

A Constituição Imperial do Brasil de 1824, por sua vez, consagrou o orçamento como instrumento de gestão dos recursos públicos, sendo que somente no ano fiscal de 1830/1831 o Brasil teve a votação de seu primeiro orçamento, segundo Bezerra (1999).

Com o advento da primeira Constituição Republicana em 1891, foi transferido ao Legislativo o poder de iniciativa da elaboração da proposta do orçamento, além de sua discussão. Contudo, ainda no mesmo ano, foi sancionada a Lei n. 23 de 30/10/1891, a qual determinou que o Ministério da Fazenda teria como atribuição

⁴⁶ “Cláusula 12 – Nenhuma taxa de isenção do serviço militar (scutagium) nem contribuição alguma será criada em nosso reino, salvo mediante o consentimento comum do reino, a não ser para resgate da nossa pessoa, para armar cavaleiro o nosso filho mais velho e para celebrar, uma única vez, o casamento de nossa filha mais velha; e para isto, tão somente, uma contribuição razoável será lançada”.

preparar a proposta orçamentária que deveria ser remetida ao Congresso Nacional (BEZERRA, 1999).

No entanto, Bezerra (1999) ressalta que mesmo com as novas regras constitucionais e a mudança do regime político, ainda permaneceu, por algum tempo, a existência de práticas atreladas ao que era feito na época do Império⁴⁷. Além disso, existiam as famosas “caudas orçamentárias”⁴⁸, as quais vinham como anexo das principais tabelas do orçamento, através das quais eram incluídas despesas e medidas de cunho administrativo que não deveriam constar na peça orçamentária, tais como “a criação de novos cargos, os aumentos salariais, as promoções, as transferências de funcionários etc. eram realizadas através do que ficou conhecido como ‘caudas orçamentárias’” (BEZERRA, 1999, p. 52).

Ocorre que a Constituição de 1934 redefiniu a atuação do Congresso Nacional na elaboração do orçamento, visto que a preparação da proposta orçamentária passou a ser atribuição do Poder Executivo, cabendo ao Congresso apenas sua votação. Dessa forma, “ao Ministério da Fazenda, com a colaboração dos demais Ministérios, conforme estipulava o Decreto n. 23.150, de 15/09/1933, cabia elaborar a proposta que devia ser remetida pelo Presidente da República ao Congresso Nacional” (BEZERRA, 1999, p. 54). A participação do Congresso Nacional ficou ainda mais restrita com o advento da Constituição Federal de 1937, pois esta “não admitiu que Câmara ou Senado propusesse qualquer emenda que versasse sobre matéria tributária ou proporcionasse aumento de despesa” (BEZERRA, 1999, p. 54).

Ao situar historicamente a intervenção dos parlamentares na elaboração do orçamento, Bezerra (1999, p. 52) menciona que há um movimento cíclico, visto que “os parlamentares ora têm assegurado o direito de participar efetivamente de sua discussão e elaboração, isto é, definir onde e de que modo deverá ser aplicada parcela dos recursos públicos, ora são destituídos dessa prerrogativa”.

Posteriormente, através da Constituição de 1946 foi restaurada a participação do Congresso com relação à discussão orçamentária, sendo que a competência

⁴⁷ “É o caso da fixação das despesas antes da estimativa das receitas, o que contribuiu para o desequilíbrio das contas públicas que vigorou até 1923 (...)” (BEZERRA, 1999, p. 52).

⁴⁸ De acordo com Baleeiro (2010, p. 558), durante a Primeira República ainda existia a utilização das “caudas orçamentárias”, sendo que somente através da “reforma de 1926 que, por iniciativa do Presidente Bernardes, deu tiro de morte às chamadas ‘caudas orçamentárias’, isto é, dispositivo de lei, no sentido material, sobre os mais variados assuntos estranhos às finanças”.

para elaborar a proposta orçamentária continuou sendo incumbência do Poder Executivo, mas tal proposta era enviada ao Congresso Nacional, onde era discutida pela Câmara e pelo Senado, separadamente, podendo inclusive ser objeto de emenda (BEZERRA, 1999, p. 55). A Constituição de 1946, segundo Rocha (2011), estabeleceu mecanismos de planejamento, em virtude da adoção de planos setoriais e regionais, repercutindo no orçamento.

Cabe ressaltar que as Constituições do Brasil de 1967 e 1969 determinaram que o projeto de lei orçamentária, elaborado pelo chefe do Poder Executivo, não poderia ser alterado pelo Legislativo, cabendo a este apenas aprovar tal projeto, caso contrário, seria considerado como aprovado (DALLARI, 2011).

De fato, antes da Lei n. 4.320/64, o orçamento brasileiro era tradicional, isto é, consistia em uma mera previsão de receita e autorização de despesas, assumindo, assim, caráter analítico. Após a referida lei, o orçamento passou a ser perfil sintético, sendo que a política econômica financeira do governo e suas respectivas ações passaram a fazer parte de um plano de trabalho (MARTINS, 2016).

O orçamento-programa teve como marco o Decreto-lei n°. 200/67, que estabeleceu em seu artigo 7° que “a ação governamental obedecerá a planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, sendo norteado pelos planos e programas elaborados (...)”. Segundo Dallari (2011), através do orçamento-programa, primeiro são eleitas as ações a serem adotadas no exercício seguinte, para que possa ser feita sua respectiva dotação. Anteriormente, durante a época em que vigorou o Código de Contabilidade da União de 1922, “(...) a lei orçamentária anual primeiro estabelecia dotações para determinadas áreas, para que, depois, o Executivo decidisse como e em que aplicar os recursos autorizados” (DALLARI, 2011, p. 315).

Eis que a Constituição Federal de 1988 democratizou o processo legislativo do orçamento, pois “(...) quem estabelece as prioridades que vão condicionar a elaboração do projeto da lei orçamentária anual é o Poder Legislativo, por meio de uma lei de diretrizes orçamentárias” (DALLARI, 2011, p. 311).

De acordo com Harada (2008), o orçamento não representa apenas um mero documento de caráter contábil e administrativo, pois no Estado Moderno não há mais espaço para um orçamento público que ignore os anseios sociais. Diante disso, orçamento deve representar um plano de ação governamental, sendo um instrumento representativo da vontade popular. Além disso, o autor destaca que

através da análise da peça orçamentária podem ser constatados quais são os grupos sociais, bem como as regiões que serão beneficiadas em decorrência da atuação estatal, na medida em que “pelo exame das estimativas de impostos, por exemplo, é possível detectar qual a classe social mais onerada, e, pelo exame das dotações orçamentárias, vislumbrar as classes sociais que serão mais beneficiadas pela atuação do Estado (...)” (HARADA, 2008. p. 60-61).

O panorama financeiro do Estado não é visualizado apenas através da peça orçamentária, conforme ensina Baleeiro (2010, p. 522), visto que o balanço da execução que é feito através da prestação de contas da Administração também possui aptidão para revelar a efetiva utilização das verbas autorizadas, bem como do recebimento dos valores previstos. Em suma, o autor ensina que o ciclo orçamentário permite o controle da política financeira, revelando-se a importância de se avaliar o balanço da execução do orçamento, bem como o balanço patrimonial.

De acordo com o artigo 165 da Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual terá a duração de 4 (quatro) anos, devendo conter as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal; a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com duração de 1 (um) ano, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, bem como orientará a lei orçamentária anual, dentre outras funções; e, por fim, a Lei Orçamentária Anual estabelecerá o orçamento fiscal do Estado, contendo as receitas e despesas de todos os poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A Lei n. 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), em seu artigo 4º, III, ‘f’, determina que serão utilizados como instrumentos: o planejamento municipal, em especial, gestão orçamentária participativa. O artigo 40, § 4º, I, da referida lei estabelece que no processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais deverão garantir “I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade”.

Além disso, o Estatuto da Cidade prevê em seu artigo 43 que para garantir a gestão democrática da cidade, devem ser utilizados, dentre outros instrumentos: órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; e iniciativa popular de projeto de

lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Por fim, o artigo 44 da referida lei impõe a seguinte condição para que seja válida a proposta orçamentária municipal, qual seja: “a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal”.

Embora a decisão acerca das políticas públicas seja um ato eminentemente político, a Carta Magna estabeleceu percentuais mínimos de receitas que devem ser destinadas para gastos com a educação (União: 18%; Estados, Distrito Federal e Municípios: 25%, nos termos do artigo 212 da Constituição Federal), bem como receitas destinadas à saúde, em relação à União⁴⁹; Estados e Distrito Federal (12%) e Municípios (15%), nos termos do artigo 198, § 2º e § 3º, da Constituição Federal e da Lei Complementar n. 141/2012.

Com relação ao ente municipal, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu os recursos que competem aos municípios, os quais derivam de duas fontes: receita tributária própria e receita tributária derivada, proveniente de transferências. No que refere às receitas próprias, competem aos municípios os seguintes tributos: Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (artigo 156, I, da Constituição Federal); Imposto sobre a transmissão de bens imóveis – ITBI (artigo 156, II, da Constituição Federal), Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS (artigo 156, III, da Constituição Federal); taxas e contribuições.

No que tange às receitas tributárias decorrentes de transferências, os Municípios recebem receitas oriundas da União Federal e do Estado, mediante imposição constitucional. Dessa forma, a Constituição Federal determina que a União entregará aos municípios 100% da arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos municípios, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem (artigo 158, I, da Constituição Federal); 50% do imposto da União sobre a propriedade territorial rural – ITR, ou 100% na hipótese do artigo 153, § 4º, III, da Constituição Federal⁵⁰;

⁴⁹ “Art. 5º A União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos desta Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da lei orçamentária anual” (BRASIL, Lei Complementar n. 141 de 2012).

⁵⁰ “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

repassa da quota no rateio do Fundo de Participação dos Municípios (artigo 159, I, da Constituição Federal), 70% do IOF incidente sob o ouro, nos termos do artigo 153, § 5º, II, da Constituição Federal. O Estado, por sua vez, deverá repassar aos municípios o valor equivalente a 50% do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA (artigo 158, III, da Constituição Federal) e 25% do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços – ICMS (artigo 158, IV, da Constituição Federal).

Com relação aos gastos públicos, a Lei n. 4.320/64, em seu artigo 12, classifica as despesas em correntes e de capital. As despesas correntes correspondem aquelas destinadas ao custeio e pagamento de transferências correntes; enquanto que as despesas de capital são aquelas que abrangem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital. Ocorre que as verbas destinadas ao orçamento participativo abrangem apenas uma parte das despesas de capital, quais sejam, as classificadas como *investimentos*, previstas no parágrafo quarto do artigo 12 da Lei n. 4.320/64⁵¹.

Dessa forma, a participação social incide sobre uma parte das verbas públicas, especificamente, aquelas destinadas aos investimentos (obras de infraestrutura, saneamento, hospitais, escolas, etc), visto que as demais despesas (custeio, subvenções, pensões, juros da dívida pública, etc.) compõem o orçamento global. Cabannes (2004) esclarece que nem todos os municípios identificam os valores objeto de discussão, sendo que o orçamento participativo geralmente corresponde a 2% a 10% do orçamento geral, representando os recursos de investimento.

Embora a participação social ainda seja considerada reduzida, em termos quantitativos, pois abrange apenas uma parte do orçamento global, tal fato não desnatura sua importância como instrumento de controle social. Sobre a questão, Rocha (2011, p. 734) ressalta a necessidade de a lei orçamentária ser formulada,

§ 4º O imposto previsto no inciso VI do *caput*: (...)

III - será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal” (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

⁵¹ “Art. 12 (...)

§ 4º Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro” (BRASIL, Lei n. 4.320 de 1964).

apresentada e executada de tal forma que “permitam o dimensionamento, a identificação e o seguimento de objetivos coerentes e coordenados, compatíveis com a política de governo (...)”. Portanto, além da necessidade de transparência fiscal, é necessário que as verbas que estão destinadas ao orçamento participativo sejam claramente expostas pelo Poder Público ao cidadão, até para que possa ser dimensionada em que proporção ocorre, de fato, a participação social no que tange ao direcionamento e implementação de políticas públicas.

3.6 Disputas e condicionantes culturais que permeiam a participação popular

3.6.1 Tensões e correlações de forças

Sabe-se que a hegemonia do neoliberalismo atua sobre a produção intelectual e sobre a análise de nossa realidade, pois, associada ao controle da mídia pelas classes dominantes, tem impedido que se revele o novo, as novas relações entre sociedade civil e Estado, os novos significados contidos nas inovações em políticas e gestão públicas, que estão ocorrendo principalmente em âmbito local (BAVA, 2002). Considerando a patente crise do modelo democrático representativo, os movimentos sociais, associações, dentre outros, reivindicam uma maior atuação na esfera pública.

Os problemas que fazem parte da agenda política e recebem atenção das instituições estatais resultam de lutas, conforme ensina O’Donnell (1981, p. 89), sendo que “(...) são também resultado silencioso de outras lutas, suprimidas antes de chegar à consciência dos sujeitos pela capacidade da dominação social e pela complexidade estrutural do Estado”. Para o autor, o Estado é uma relação de forças, sendo que suas instituições sofrem influência das lutas e contradições existentes na sociedade.

De fato, como assevera Oliveira (2001), está sendo criado um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade que convive com conflitos por todos os lados, visto que já ficou constatado que apenas a democracia representativa não foi suficiente para diminuir a separação entre governantes e

governados. Segundo o autor, essa separação é vantajosa apenas aos que pertencem aos grandes grupos econômicos e políticos, sendo que “essa separação tampouco é dada: ela é produzida exatamente pelos grupos citados, como uma forma da dominação e para evitar que a democracia seja, realmente, o governo de todos” (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Nesse contexto, Young (2006) destaca que a formação e expressão dos interesses e opiniões é fortalecida com a associação da sociedade civil, a qual representa uma instância de consolidação das perspectivas importantes no meio social. Portanto, “as atividades autônomas e plurais das associações civis propiciam aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma inestimável oportunidade de serem representados na vida pública” (YOUNG, 2006, p. 187)

Sobre a questão, Avritzer (2003) ensina que no pós-guerra houve o surgimento de diversas associações, sendo que essa propensão associativa pode ser constatada ainda nos anos 50 e 60 do século XX em Porto Alegre. Outro momento histórico importante foi o da redemocratização, gerando impacto ao perfil associativo de algumas cidades. No caso do Rio de Janeiro, Avritzer (2003) aponta que houve uma retomada da tradição associativa, com um respectivo aumento de tal padrão. No caso de São Paulo, teria ocorrido uma mudança do padrão associativo, pois tal padrão possuía caráter mais associativo, passando a ter viés mais reivindicativo.

Segundo Avritzer (2003), a tradição associativa de Porto Alegre evidencia algumas características que ocorreram tanto no caso carioca, como no paulista, pois “em primeiro lugar, houve uma retomada do padrão de constituição de associações comunitárias, tal como no Rio de Janeiro, e, ao mesmo tempo, houve um movimento intenso de transformação na concepção dos objetivos do associativismo comunitário” (AVRITZER, 2003, p. 22).

Ocorre que até o final da década de 70 eram raras, no Brasil, as associações, segundo Abers e Keck (2008). Posteriormente, as autoras destacam que houve uma lenta liberação política, sendo desenvolvidas organizações de base, algumas com proteção da corrente progressista da Igreja Católica, bem como surgiu um novo tipo de militância sindical, construindo uma nova esfera de atividade que recusou o padrão meramente de cooptação, fortalecendo-se, assim, a esfera da sociedade civil. A questão é que momento em que houve respaldo legal para que as associações cívicas tivessem uma parcela de cadeiras dentro dos fóruns

deliberativos, “(...) muitos ativistas enxergaram progresso em seus esforços contra padrões decisórios tecnocráticos, que sistematicamente excluía grupos populares” (ABERS; KECK, 2008, p. 103).

Dentro desse contexto, Santos (2003) destaca que o Orçamento Participativo articula a democracia representativa no nível municipal e as modalidades representativas que decorrem da democracia participativa oriunda da comunidade. Sendo assim, é importante averiguar em que medida a cultura política da participação tem sido interiorizada pelos que participam do processo do Orçamento Participativo, considerando que “a cultura política da participação e da solidariedade é uma cultura de contracorrente nas sociedades em que domina o individualismo possessivo e mercantilista que o neoliberalismo tem levado ao paroxismo” (SANTOS, 2003, p. 553).

Ao analisar o efeito perverso decorrente do projeto neoliberal para os projetos democratizantes, Dagnino (2004) ressalta a importância de experiências como o orçamento participativo, capaz de gerar uma cultura de direito como o de ser coparticipante em determinados governos locais. Nesse sentido, Emir Sader (2003) ressalta o fato de a democracia participativa envolver a reforma de temas essenciais do liberalismo, o que ocorre no caso da separação entre governantes e governados, “com o monopólio de decisões nas mãos daqueles e sistemas de delegação política que alienam a capacidade de controle e de influência dos eleitores sobre seus representantes” (SADER, 2003, p. 658).

Dessa forma, o referido autor destaca a importância de modificar a relação dos governos com a cidadania, possibilitando, assim, um maior controle da população, “trata-se de reformular a relação dos governos com a cidadania, de colocar as estruturas de governo sob controle direto da população, de levar a cabo uma tentativa de mobilização permanente dos cidadãos, apontando para outra forma de Estado” (SADER, 2003, p. 671).

Sader (2003) defende que existem duas vias para a luta pela emancipação política. Uma via seria a opção pela guerra de guerrilhas, o que teria ocorrido na Colômbia; a segunda via seria através de uma estratégica reforma radical do Estado, o que ocorre no caso da adoção orçamento participativo, visto que é criada uma esfera pública renovada, que não seria nem estatal, nem privada, mas sim,

pública. Por tais motivos, Sader (2003) considera que a iniciativa do orçamento participativo⁵² propicia a socialização da política e do poder.

Os avanços desencadeados através do Orçamento Participativo são evidentes. Por outro lado, não podem ser desconsideradas suas limitações⁵³. Sobre a questão, Harnecker (2014) ressalta que o orçamento participativo fica limitado ao plano de investimento anual, ou seja, fica restrito aos recursos orçamentários disponíveis a cada ano, reduzindo, assim, o alcance das ações governamentais, na medida em que exclui a participação popular com relação às metas de longo prazo.

Apresentando proposta alternativa, Harnecker (2014) defende que o *Planejamento Participativo* é uma ferramenta que propicia uma maior participação social, além de permitir que a sociedade como um todo gerencie a riqueza, e não apenas uma elite. Para a autora, através da discussão das metas a longo prazo seria possível discutir qual tipo de sociedade pretendemos construir. Segundo a autora, existem algumas condições para que o planejamento participativo seja implementado, quais sejam: criação de espaços de reuniões territoriais; descentralização de competências para as subdivisões territoriais; descentralização de recursos para os territórios, o que abrangeria recursos materiais e humanos; treinamento dos técnicos, dos representantes eleitos e dos cidadãos; criação de um banco de dados atualizado para que seja realizado um planejamento considerando a realidade local. Em suma, Harnecker (2014) sustenta que a adoção do planejamento participativo envolveria subdivisões territoriais municipais, com o intuito de gerar espaços de autogoverno. O ideal seria que o território pudesse ter autonomia financeira, o que não significaria desvincular a sua atuação com relação aos outros níveis do governo.

Nessa linha, Marquetti e Campos (2008) defendem a necessidade de o Planejamento Participativo ser vinculado ao Orçamento Participativo, na medida em

⁵² “Desde as formulações de Nicos Poulantzas (1981) sobre a combinação entre democracia representativa e democracia direta, essa formulação não tinha encontrado fórmulas que a materializassem, até que o projeto do orçamento participativo apontou precisamente nessa direção, introduzindo no sistema representativo tensões fortes, que questionam suas formas de existência e ao mesmo tempo formulam embriões de reforma democrática radical do Estado, representado as tendências mais avançadas e ricas de propostas de democracia participativa nas últimas décadas” (SADER, 2003, p. 659).

⁵³ Há dificuldades para avaliar se os recursos aprovados através do orçamento participativo foram utilizados de acordo com o que fora previsto, pois “as rubricas da execução orçamentária em geral não especificam a origem do dispêndio, incluindo em uma mesma linha contábil as decisões originadas em diversas áreas da administração” (SILVA; CARVALHO, 2006, p. 424).

que “O OP possui capacidade limitada de deliberar sobre o planejamento das cidades. Enquanto o planejamento diz respeito ao médio e ao longo prazos, a elaboração do orçamento é uma tarefa de curto prazo” (MARQUETTI; CAMPOS, 2008, p. 24).

Além das limitações mencionadas alhures, existem outros entraves para a efetiva participação popular, visto que algumas localidades ainda estão permeadas por condicionantes culturais marcadas por padrões clientelistas, impregnando a relação entre o Estado e a sociedade. Portanto, há o risco de cooptação de lideranças, bem como estabelecimento de relações marcadas por trocas simbólicas.

3.6.2 Condicionantes culturais marcadas por padrões clientelistas

O êxito do Orçamento Participativo não depende apenas da vontade política, pois há fatores culturais impregnados no jogo político que interferem na relação Estado-sociedade. Sendo assim, devem ser garantidas condições de possibilidade para que a manifestação da vontade popular ocorra de forma livre, permitindo a dialética de pensamentos contrários, para que, ao final, seja demonstrada a real necessidade de determinada comunidade. Diante disso, é de suma importância avaliar condicionantes culturais marcadas por padrões clientelistas.

O clientelismo é um fenômeno antigo, sendo que tal prática permeia toda a história política do Brasil, conforme ensina Carvalho (1998). Segundo o autor, o fim do coronelismo propiciou um certo aumento do clientelismo, pois, na medida em que “os chefes políticos locais perdem a capacidade de controlar os votos da população, eles deixam de ser parceiros interessantes para o governo, que passa a tratar com os eleitores, transferindo para estes a relação clientelística” (CARVALHO, 1998, p. 134-135).

Neves (2006) identifica três elementos que permeiam as relações clientelísticas. Primeiramente, há uma clara relação assimétrica, na medida em que um exerce poder sobre o outro; em segundo lugar, essa relação é baseada no favor; e por último, baseia-se na troca que decorre do “favor” recebido. No entanto, a autora ressalta que o “clientelismo vai além dessa relação e não pode ser entendido apenas como troca por bens econômicos e materiais, uma vez que deve ser

analisado também como troca simbólica, uma ajuda, um apoio e poder de influência” (NEVES, 2006, p. 69).

Além disso, Neves (2006) destaca que nem sempre o clientelismo é evidenciado apenas com trocas de bens entre pessoas vinculadas, pois tal fenômeno pode ocorrer de forma sutil, seja através da promessa de um apoio e/ou utilização de influência, estabelecendo-se um vínculo mediante uma troca simbólica que nem sempre é percebida pelo cidadão comum, que acredita que apenas possui “poder” ou “prestígio” com determinado político ou agente estatal.

As experiências democráticas sofrem tensões e conflitos políticos e culturais, bem como, podem reproduzir ou ser contaminadas por culturas políticas menos democráticas, de acordo com Neves (2006). Diante disso, a cultura política brasileira seria “sempre híbrida e se entrelaçaria, podendo ou não tencionar o tecido associativo e a política mais conservadora predominante na cultura política dominante com traços herdados do clientelismo, do fisiologismo, da corrupção, do nepotismo etc.” (NEVES, 2006, p. 59).

Há o risco de o clientelismo contaminar a prática participativa, prejudicando a autonomia do movimento social, em prol da política conduzida por troca de favores. Além disso, pode ocorrer o fenômeno denominado por Abers (1998) como *técnica quase clientelista*. A título de exemplo, a autora menciona o caso de um determinado político que convenceu moradores de uma área pobre a comparecer às assembleias regionais, com a finalidade de obter êxito na eleição no Conselho Municipal de Orçamento, para tanto, o político teria prometido que seriam realizadas obras e melhorias para o local, caso fosse eleito.

Dessa forma, Abers (1998) ressalta que existem riscos quando é atribuída muita relevância para bairros que conseguem ter uma grande quantidade de participantes nas assembleias, na medida em que pode ocorrer o famoso “inchaço”, o qual consiste na “ocupação de assembleias por pessoas que não participam regularmente, que não estão bem informadas sobre o processo e que simplesmente votam de acordo com o que lhes dita o seu líder” (ABERS, 1998, p. 62).

Cabe mencionar, ainda, que a prática clientelista acentua as desigualdades sociais, na medida em que “a relação clientelista é essencialmente assimétrica e nega os princípios universalistas em que baseia o exercício da cidadania, dado que o acesso de bens e serviços públicos deixa de fato de ser um direito aberto (...)” (DINIZ, 1982, p. 166).

Ao analisar o clientelismo no Rio de Janeiro, Diniz (1982, p. 135) ressalta que “a manutenção de vínculos estreitos com associação de moradores e outros tipos de organizações de bairro foi apontada como fundamental para o desempenho do parlamentar”. Nessa linha, Abers (1998) destaca a tradição clientelista que vincula chefes locais a políticos, em busca de favores recíprocos, sendo que no caso das associações de bairro, os “cabos eleitorais controlam talvez a maioria das associações de bairro e as utilizam na mobilização de votos para seus candidatos e na intermediação de promessas e favores aos residentes” (ABERS, 1998, p. 49).

Diniz (1982) enfatiza que a política clientelista privilegia o enfoque particularista e individualizado, gerando, assim, um padrão de demandas que é induzido por esse tipo de prática, uma vez que os benefícios são concedidos a um grupo restrito, baseado em interesses imediatos, resultando num padrão fragmentado de demandas. Para a autora, o clientelismo reafirma uma ideologia da representação baseada em vínculos de cunho paternalista, sendo que tal fato acaba substituindo o “livre acesso de grupos de interesses organizados de forma autônoma pela conexão, mediata pelos políticos, entre clientes e órgãos públicos, configurando-se a clássica relação de troca entre votos, por um lado, favores e proteção, por outro” (DINIZ, 1982, p. 44-45).

Ocorre, ainda, a proliferação de decisões de alcance limitado, segundo Diniz (1982, p. 45), sendo que “as opções se encaminham para as políticas distributivas passíveis de alto grau de desagregação em unidades discretas e isoladas, que resultam em ganhadores, mas não em perdedores”. Para Diniz (1982) a prática clientelista é uma forma de controle social em prol de determinados interesses, uma vez que prevalece critérios particulares, quando deveria prevalecer critérios mais universais no momento em que há direcionamento dos recursos públicos.

O clientelismo cria laços pessoais que não decorrem do sentimento de pertencimento, ou seja, o cidadão não age e prol de sua identidade social. Ao contrário, Diniz (1982) ensina que prevalece o princípio da dádiva, impregnada por favoritismos e concessões parciais, fato que produz repercussões de ordem ideológica. Ocorre, então, uma diluição dos vínculos sociais, bem como limitação da identidade social, segundo Diniz (1982), pois o fenômeno do clientelismo faz com que o indivíduo faça demandas não enquanto cidadão, requerendo providências em prol da coletividade, mas sim, como beneficiário da atuação de determinado político, ou seja, a atuação do poder público é vista como um favor. Logo, são obscurecidos

os “elementos de identificação do ator-eleitor com um grupo ou uma classe determinada, identificando-se não a sua identidade enquanto trabalhador e cidadão com direitos claramente definidos, mas sua condição de beneficiário de um político influente” (DINIZ, 1982, p. 218).

Por outro lado, o Orçamento Participativo também poderá diminuir os vínculos tradicionais baseados em práticas clientelistas. A título de exemplo, no caso de Porto Alegre, Abers (1998) afirma que os moradores de bairros pobres que antes eram submetidos às práticas clientelistas, passaram a ter papel ativo, pois participavam de associações de bairro que promoviam debate aberto e com transparência, garantindo-se, assim, o caráter democrático e representativo. Outro caso mencionado por Abers (1998) foi o da região do extremo sul de Porto Alegre, que mesmo não tendo experiência em participação e organização cívica antes de 1989, a utilização do orçamento participativo desestimulou ações clientelistas e “promoveu a participação de grupos, que não apenas lutaram coletivamente para conseguir investimentos em seus bairros, mas também aprenderam a trabalhar em cooperação com grupos de outros bairros em questões mais amplas” (ABERS, 1998, p. 48).

O ideal seria que o Orçamento Participativo fosse um instrumento capaz de minimizar os efeitos nocivos decorrentes de práticas clientelistas, porém, sempre existirá a possibilidade de concessão de favores políticos. A questão é que nem sempre o sujeito percebe que está participando de uma relação com viés clientelista, pois muitas vezes o cidadão entende que a implementação de determinada demanda ou obra ocorreu em decorrência de seu “prestígio” com determinado político.

Dito de outra forma, há a noção de que o atendimento a determinado pedido é um favor concedido, razão pela qual há o risco de o cidadão ficar atrelado a uma troca simbólica. Portanto, práticas clientelistas também podem ser vislumbradas durante o Orçamento Participativo, seja através de cooptação de lideranças ou através da troca de favores e/ou promessas de benefícios individuais, revelando uma troca simbólica que contamina a prática participativa.

4 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA DE VOLTA REDONDA

4.1 Adoção do Orçamento Participativo por municípios do Estado do Rio de Janeiro

Segundo Martinelli (2002), no ano de 1995 foi criado o Fórum Popular do Orçamento no município do Rio de Janeiro, com a finalidade de divulgar a proposta para a implantação do orçamento público municipal, sendo que no ano de 2001 foi sancionada lei que versa sobre o orçamento público do município do Rio de Janeiro.

De fato, a Lei Municipal de n. 3189, de 23 de março de 2001, cuja autoria foi do vereador Eliomar Coelho (Partido dos Trabalhadores), teve por objetivo dispor sobre a participação da comunidade no processo de elaboração, definição e acompanhamento da execução do Orçamento Plurianual de Investimentos, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual. Posteriormente, a referida lei foi regulamentada pelo Decreto n 19.769, de 09 de abril de 2001, atualmente revogado.

Na realidade, a participação da comunidade no processo de elaboração, definição e acompanhamento da execução do Orçamento já está assegurada pelo artigo 255 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que dispõe o seguinte:

Art. 255. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara Municipal, garantida a participação popular na sua elaboração e no processo da sua discussão. (Alteração dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 12, de 2002).

§ 1º - Para fins do disposto neste artigo, são considerados órgãos de participação popular:

I - os diferentes conselhos municipais de caráter consultivo ou deliberativo;

II - as entidades legais de representação da sociedade civil;

III - as diferentes representações dos servidores junto à administração municipal.

§ 2º - A participação das entidades legais de representação da sociedade civil a que se refere o parágrafo anterior poderá ser feita através de reuniões convocadas pelo Poder Público.

§ 3º - Caberá à Câmara Municipal organizar debates públicos entre as secretarias municipais e a sociedade civil, para discussão dos projetos referidos neste artigo, durante o seu processamento legislativo.

Nos anos de 1997 e 1998 existiu o Orçamento-cidadão no município de Rio de Janeiro, de acordo com Martinelli (2002), sendo que tal programa foi resultado da

iniciativa de alguns vereadores. No entanto, “seus resultados, porém, se mostraram inadequados levando a descontinuidade do processo de consulta por apresentar uma baixa articulação entre os organizadores do evento e as comunidades locais” (MARTINELLI, 2002, p. 87).

A seguir consta uma esquematização da metodologia do Orçamento-cidadão realizado nos anos de 1997 e 1998 no município do Rio de Janeiro.

Quadro 7 – Metodologia do Orçamento-cidadão realizado nos anos de 1997 a 1998 no município do Rio de Janeiro

Orçamento-cidadão do município do Rio de Janeiro	
Delimitação temporal	Anos de 1997 a 1998.
Dinâmica	Consulta à população nos bairros da cidade.
Formas de convocação	“A população era convocada a participar dessas reuniões, que contavam não só com a presença dos vereadores que estavam à frente deste trabalho, como também com a participação de técnicos em orçamento, ligados à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal”
Instrumento utilizado (formulários)	“Os participantes dessas reuniões recebiam formulários que continham itens com as necessidades e as prioridades sociais das regiões. A população escolhia e indicava as principais necessidades a serem satisfeitas pelo poder público”.

Fonte: Quadro elaborado de acordo com as informações apresentadas por Martinelli (2002, p. 86-87).

Constata-se, assim, que o modelo participativo mencionado continha regras impostas unilateralmente, na medida em que os participantes dessas reuniões recebiam, previamente, formulários contendo as supostas necessidades e as prioridades das regiões. Noutras palavras, as regras foram elaboradas verticalmente, não resultando de processo deliberativo.

Com relação ao papel do Poder Legislativo, Martinelli (2002) aponta que os atores e as instituições envolvidas no projeto de implantação do Orçamento Participativo no município do Rio de Janeiro indicaram que houve uma debilidade política do Legislativo frente ao Executivo⁵⁴. Diante disso, o autor aponta que tal fato representou mais um elemento que dificultou a adoção efetiva do Orçamento Participativo no município do Rio de Janeiro. Segundo Martinelli (2002), apesar da existência de lei que prevê a participação popular no processo de elaboração do orçamento, o Poder Executivo não teve participação ativa capaz de implementar, efetivamente, tal instrumento participativo.

⁵⁴ “Sua debilidade política frente ao Poder Executivo se deve ao fato de ocorrerem negociações e barganhas políticas em troca de recursos, obras, serviços, com os legisladores municipais por parte do Poder Executivo” (MARTINELLI, 2002, p. 109).

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, ainda não há utilização do instrumento do Orçamento Participativo em todos os municípios, conforme aponta o estudo de Pires; Martins; Del Mônico (2012). Na realidade, tal iniciativa fica dependente da vontade política representada pelo governo municipal vigente.

Ainda há uma certa carência de estudos que possuam tal âmbito espacial, mas existem relevantes pesquisas científicas acerca do orçamento participativo praticado por alguns municípios do Rio de Janeiro, quais sejam: Angra dos Reis (GUERRA, 2008); Barra Mansa (ARAÚJO, 2002; NEVES, 2006); Itaboraí (ALVES; GURGEL, 2014); Macaé (ALVITOS, 2014); Niterói (SILVA, 2001; BEZERRA, 2004; SANTOS, 2008; SILVA; NEVES; GUIMARÃES, 2009; SILVA, 2011) e Rio das Ostras (OLIVEIRA, 2008), sendo que esta bibliografia será revisitada a seguir.

4.1.1 Experiência participativa de Angra dos Reis

Guerra (2008), em dissertação intitulada *Diálogo como caminho para uma nova organização curricular: a experiência de efetivação da educação ambiental no município de Angra dos Reis*, analisou a experiência do Orçamento Participativo de Angra dos Reis no período de 1989 a 2000, sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo enfatizado a questão da inserção curricular da educação ambiental, através da análise dos desdobramentos que a democratização proporcionou ao Sistema Municipal de Ensino.

Inicialmente, Guerra (2008, p. 106) contextualiza o momento histórico vivenciado por Angra dos Reis, ressaltando que o Partido dos Trabalhadores era oposição, sendo que por um longo tempo Angra dos Reis foi comandada por grupos conservadores. Além disso, o autor destacou que em função da instalação do Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), a cidade mencionada foi considerada área de Segurança Nacional, sendo que tal fato permitiu que o comando do poder local fosse realizado segundo o regime militar, construindo relações com a elite da cidade, o que prejudicou a possibilidade de formas participativas.

Eis que no ano de 1989 ocorreu a implementação do Orçamento Participativo em Angra dos Reis, segundo Guerra (2008), momento em que fora criado o

Conselho Popular do Orçamento, sendo que a “implantação deste conselho foi acompanhada de uma série de cursos de formação que se desdobraram em cartilhas que buscavam esclarecer a população sobre o que é o orçamento municipal e como gestá-lo” (GUERRA, 2008, p. 109).

Dessa forma, foi criado o Conselho Popular de Orçamento, bem como vários cursos de formação com a finalidade de esclarecer o povo acerca do orçamento municipal, visto que o desconhecimento sobre o assunto revelava a necessidade da população se apropriar do conhecimento necessário para compreender melhor a forma de utilização dos recursos públicos (GUERRA, 2008).

Com o decorrer do tempo, o orçamento participativo foi sendo aprimorado em Angra dos Reis. No ano de 1992, as comunidades passaram a ter representantes, sendo que as prioridades dos investimentos eram definidas nos Fóruns regionais de Orçamento, junto com a comunidade. Posteriormente, as prioridades definidas eram encaminhadas ao Conselho Municipal do Orçamento, o qual tinha a incumbência de apontar projetos de investimentos, bem como políticas a serem adotadas em Angra dos Reis (GUERRA, 2008).

Segundo Guerra (2008), a democratização da gestão municipal de Angra dos Reis, via orçamento participativo, repercutiu em outros setores do governo, mesmo que tal modelo de gestão democrática não tenha atingido o grau máximo. Isto porque “as conquistas no campo da democracia participativa atravessaram as diversas dimensões da gestão pública, em especial na área da educação, promovendo, em termos de experiência pessoal (...)” (GUERRA, 2008, p. 117).

Com relação às modificações ocorridas em Angra dos Reis, em função da adoção do Orçamento Participativo durante o período de 1989 a 2000, correspondendo a 12 anos de gestão dos Partido dos Trabalhadores, o autor considera que houve “um processo de reorganização das associações civis, formação das pessoas envolvidas nestas organizações, organizações de Fóruns Distritais e a consolidação de um Conselho Municipal de Orçamento” (GUERRA, 2008, p. 174). Além disso, o autor destaca que a partir de 2001 teria ocorrido um processo de desconstrução das políticas já adotadas. Apesar disto, o autor menciona a função formativa de tal diálogo, na medida em que “(...) o processo vivenciado nos 12 anos de gestão do PT (1989 – 2000) na Rede Municipal de

Ensino de Angra dos Reis, deve ter deixado um grupo considerável de profissionais de educação mais críticos” (GUERRA, 2008, p. 180).

Em decorrência da implantação do orçamento participativo em Angra dos Reis, ocorreram efeitos no âmbito da participação popular e socialização do poder decisório, mais especificamente, foi promovida uma perspectiva mais democrática no âmbito escolar, mediante o estabelecimento de uma educação crítica, transformadora e emancipatória, segundo o autor. Isto porque, anteriormente, existia uma perspectiva excludente e conservadora, pois educandos e comunidades não estavam inseridos dentro do processo de discussão das questões que envolvem o currículo e gestão escolar. Para o autor, o diálogo estabelecido permitiu projetos pedagógicos interdisciplinares, demonstrando que políticas públicas originadas no âmbito na gestão municipal se desdobram até alcançar o sistema de ensino, considerando o cotidiano escolar (GUERRA, 2008).

Além das repercussões citadas, as quais extrapolaram o âmbito da gestão pública, um fato interessante destacado por Guerra (2008) consiste no acatamento por parte do governo das decisões tomadas no processo deliberativo, via orçamento participativo. Em função disso, o autor ressalta que embora o Conselho de Orçamento tivesse caráter consultivo, de fato, tinha um caráter deliberativo. Tal fato é de suma importância, pois demonstra que o poder público não concebia a participação como uma mera consulta, considerando que havia o acatamento das decisões tomadas através da discussão popular.

4.1.2 Experiência participativa de Barra Mansa

O Orçamento Participativo de Barra Mansa foi objeto de estudo de caso realizado por Araújo (2002) e Neves (2006), ambos tiveram como marco temporal o período de 1997 a 2000. A pesquisa realizada por Araújo (2002), através da dissertação cujo título é: *Orçamento Participativo em Barra Mansa/RJ: a construção de representações num processo de democratização do poder local*⁵⁵, destaca a

⁵⁵ O estudo foi realizado através de entrevistas com 17 pessoas (13 pessoas que fizeram parte do Conselho Municipal de Orçamento Participativo de Barra Mansa e 4 pessoas envolvidas com associações diversas), sendo que Araújo (2002) concluiu que a metodologia aplicada durante o

ruptura hegemônica ocorrida no ano de 1996 em Barra Mansa, com a vitória de Inês Pandeló do Partido dos Trabalhadores (PT), rompendo com tradição anterior que já estava há quarenta e cinco anos no poder municipal.

A proposta elaborada pelo governo municipal, segundo Araújo (2002, p. 63), era representada pela “construção de uma nova metodologia coletiva de gestão pública, capaz de formular uma nova cultura política que superaria os vícios da relação governo-sociedade feita de forma autoritária e/ou clientelista (...)”.

Segundo Araújo (2002, p. 70), “quanto à perspectiva política, cerca de 4,5% dos entrevistados entenderam que a experiência ‘significou um marco’ em sua caminhada como cidadão”. No que tange à perspectiva pessoal, a autora destaca que “a maioria dos entrevistados 86,4% reconhecem nessa perspectiva, o principal significado de sua experiência (...) Para 9,1%, ou a experiência não significou nada, ou não teve respostas específicas” (ARAÚJO, 2002, p. 71).

O Orçamento Participativo de Barra Mansa também foi objeto de estudo realizado por Neves (2006), que defendeu a tese intitulada *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular: a experiência do orçamento participativo da cidade de Barra Mansa*. Através desta pesquisa foi analisado o impacto provocado sobre a cultura política através da utilização do Orçamento Participativo, com base na seguinte questão central:

A nossa questão central é até que ponto esse processo participativo provoca realmente uma mudança na cultura política e desperta o interesse da população em participar e decidir sobre o orçamento? Até que ponto as culturas políticas são determinantes do sucesso da experiência, quando interagem com um programa que tem a intenção de “construção democrática” e participativa, porém enfrenta tensão entre culturas políticas: uma cultura mais democrática e participativa e a outra, antidemocrática, associada ao clientelismo, ao personalismo e ao favor (NEVES, 2006, p. 20).

A autora partiu da hipótese de que as práticas políticas com tendências mais conservadoras e clientelistas prejudicam a ampliação da esfera pública e conquista da cidadania ativa. Contudo, Neves (2006) ressalta que tal tendência clientelista precisa ser analisada conforme o contexto sociopolítico no qual o Orçamento Participativo está inserido, visto que “(...) as particularidades de cada município aliadas à formação sociopolítica da cultura brasileira evidenciam traços da cultura

processo de implementação do Orçamento Participativo proporcionou aos entrevistados uma prática social e política.

política que interferem e podem bloquear esse processo de construção democrática” (NEVES, 2006, p. 48-49).

Ao estudar a experiência do Orçamento Participativo em Barra Mansa, Neves (2006) considera que tal experiência foi prejudicada pela cultura e política tradicional do local, sendo assim, a autora sustenta que houve um deslocamento tanto do discurso emancipatório, com viés participativo, bem como ocorreu um distanciamento da prática que era tão combatida pelo PT, qual seja, a política clientelista.

Para Neves (2006) a experiência participativa de Barra Mansa não seguiu os casos previstos na literatura sobre o Orçamento Participativo, no que tange à questão da autonomia popular, embora tenha permitido a construção de uma participação mais cidadã. Dessa forma, o orçamento participativo de Barra Mansa, segundo a autora, teve o momento de expansão no seu primeiro ano (1997).

Porém, posteriormente, houve uma diminuição da participação popular, em decorrência da contaminação gerada pela política clientelista. Por tais motivos, Neves (2006, p. 124) sustenta que “(...) a vontade do governo não é, por si só, uma variável independente do sucesso participativo. Deve-se levar em consideração os fatores culturais e políticos que compõem a força política entre os atores na cidade”.

Na realidade, ao analisar a conjuntura presente em Barra Mansa, Neves (2006) constatou que a ausência de políticas públicas inclusivas e universalizantes propiciou a implantação de uma política clientelista. Sendo assim, a autora entende que o desenho institucional do orçamento participativo de Barra Mansa foi bem diferente do modelo gerado pelo orçamento participativo de Porto Alegre. Verificou-se, ainda, uma certa disputa pela execução das obras, fazendo com que as “prioridades escolhidas com a participação popular fossem mitigadas por trocas e favores políticos entre os próprios representantes do OP (...)” (NEVES, 2006, p. 136).

Houve, ainda, segundo Neves (2006), a preocupação dos agentes do governo no sentido de incentivar a mobilização da sociedade, bem como não prejudicar o movimento popular, razão pela qual durante as primeiras plenárias, somente participaram pessoas vinculadas a grupos organizados coletivamente, em especial, as associações de moradores.

Neves (2006) ressalta que o contexto sociopolítico e cultural de Barra Mansa representou indicadores que permitiram avaliar os limites e possibilidades do processo participativo, sendo que vários elementos prejudicaram a participação

popular, quais sejam: escassez com relação aos recursos orçamentários; o fato de o Orçamento Participativo não ter gerado efeitos redistributivos; existência de uma metodologia confusa; inexistência de articulação entre os políticos (vereadores) no sentido de promover um consenso; bem como o fato de que havia uma participação negociada com algumas pessoas que atuavam como representantes da sociedade civil (NEVES, 2006).

Outro fato mencionado por Neves (2006) foi a tentativa do Executivo de tentar amenizar a tensão existente com a Câmara de Vereadores, no sentido de criar o Projeto Multirão Democrático em Barra Mansa, com a finalidade de receber reivindicações dos vereadores.

Na realidade, o Projeto Multirão acabou reafirmando o caráter conservador no sentido de despolitizar a participação em Barra Mansa, na medida em que foi um instrumento que acabou reforçando o vínculo pessoal dos vereadores com a população dos bairros, fortalecendo política de caráter assistencialista, pois “enfaticava, portanto, a aliança do vereador com a comunidade do bairro e reforçava a política tradicional, clientelista – tão combatida no Plano de Governo do PT e no projeto democrático-popular” (NEVES, 2006, p. 180)

Por outro lado, foi possível perceber o papel educativo do orçamento participativo de Barra Mansa. Nesse sentido, Neves (2006, p. 138) destaca que a pobreza não foi um fator determinante na escolha de prioridades pela população, pois “(...) mesmo aqueles atores que viviam em condições precárias, ‘abriam mão’ de suas escolhas, de seus problemas imediatos e particulares, para decidir por aquela prioridade mais emergencial, substituindo o interesse particular pelo coletivo”.

Contudo, a autora aponta que constatou uma certa ambiguidade na experiência participativa de Barra Mansa, pois havia a busca por uma participação mais democrática, embora também ocorresse a reprodução de práticas “menos democráticas”. Em razão disso, a autora sustenta que “o sucesso democrático de uma experiência de participação popular depende bem mais dos aspectos culturais e políticos presentes na sociedade brasileira” (NEVES, 2006, p. 294).

Verifica-se, assim, que a implementação do orçamento participativo de Barra Mansa foi marcada por resistências e conflitos entre o Executivo e o Legislativo. No entanto, embora existisse tal disputa, não há como ignorar a inovação institucional promovida pelo governo municipal na tentativa de modificar a relação política tão vinculada à política clientelista. Nessa linha, Neves (2006, p. 283) afirma que houve

“(...) um processo de aprendizagem democrática com o objetivo de se construir nova cultura participativa e de ampliação do campo do político”.

No quadro a seguir, são destacados os efeitos do orçamento participativo de Barra Mansa na cultura política local, segundo Neves (2006).

Quadro 8 - Efeitos do orçamento participativo de Barra Mansa na cultura política local

Resistência dos vereadores	“O OP provocou a resistência dos vereadores como evidência da tensão entre culturas políticas – incitando-os a encontrar novo perfil de seu papel, de sua política. Em outras palavras significa que o OP inibiu a cultura política mais conservadora exercida por eles no município. A política assistencialista do Legislativo sofreu tensão diante da possibilidade de construção ou não de uma cultura mais participativa e democrática, que é estimulada com o OP”;
Perda do poder político do vereador	“Perda de poder político do vereador, que se sentiu prejudicado, ameaçado e desprestigiado pelo Executivo, o que evidencia uma ameaça a sua representação política em razão de ter alterado a política do favor e do mando presente no município. Desse modo, obrigou-os a fazer mudança no perfil de sua prática assistencialista”;
Disputas políticas	“A disputa política entre os vereadores e os representantes da sociedade civil – delegados e conselheiros –, já que o OP possibilita o aparecimento e a formação de novas lideranças locais”.

Fonte: Quadro elaborado de acordo com as afirmações feitas por Neves (2006, p. 232).

De qualquer forma, Neves destaca (2006) que uma única gestão (1997-2000) não foi suficiente para definir o sucesso ou o fracasso de tal prática participativa, visto que no ano de 2001, quando o Partido dos Trabalhadores não logrou êxito nas eleições, ocorreu a interrupção do orçamento participativo. Evidencia-se, então, que a adoção do orçamento participativo em Barra Mansa foi permeada pela disputa política entre Legislativo e Executivo, fato que acabou prejudicando a proposta de construção de nova cultura política, na medida em que os mecanismos clientelistas ainda estavam impregnados na cultura política local.

4.1.3 Experiência participativa de Itaboraí

No caso do Orçamento Participativo de Itaboraí, a pesquisa empírica de ALVES e GURGEL (2014) apresenta dados importantes, pois os autores constataram que o executivo municipal teve protagonismo maior com relação aos demais participantes. Segundo os autores, o Orçamento Participativo de Itaboraí foi implantado no ano de 2010, na época do Prefeito Sérgio Alberto Soares, sendo que

tal instrumento participativo foi instituído, formalmente, pelo Decreto n. 21, de 3 de maio de 2010.⁵⁶

Segundo Alves e Gurgel (2014) houve uma divisão político-administrativa de Itaboraí, resultando em oito distritos que participam do Orçamento Participativo, quais sejam: Itaboraí, Porto das Caixas, Itambi, Sambaetiba, Visconde de Itaboraí, Cabuçu, Manilha e Pachecos.

A questão é que o orçamento participativo de Itaboraí abrangia apenas o percentual de 15% da receita do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da Dívida Ativa correspondente. No primeiro ano de 2011, de acordo com os autores, o valor destinado às obras provenientes do Orçamento Participativo foi equivalente a “(...) R\$ 2.412.000,00, que equivale a 0,42% das receitas correntes estimadas no mesmo ano. Na edição seguinte, o total destinado foi de R\$ 5.290.000,00, equivalente a 1,03% das receitas correntes estimadas do município no mesmo ano” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 101).

No entanto, a participação da população foi pequena, sendo que Alves e Gurgel (2014) mencionaram que houve uma tentativa do Secretário de se reunir com algumas associações de moradores. Porém, o diálogo não foi possível. Além disso, os autores apontaram que o Orçamento Participativo de Itaboraí não foi capaz de gerar um ciclo, como ocorreu em outras cidades, pois, embora tivesse um marco legal, tal fato não alcançou um empoderamento efetivo, considerando que “o controle social e a fiscalização se apresentaram bastante fragilizados, com a participação efetiva limitando-se às reuniões e à indicação de necessidades, sem criar um verdadeiro ciclo de participação e controle social” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 104).

Portanto, o Orçamento Participativo de Itaboraí ficou restrito a etapas isoladas, segundo Alves e Gurgel (2014), pois foram realizadas apenas duas edições (anos de 2011 e 2012), não sendo dado prosseguimento à terceira edição. De acordo com tais autores, alguns dados revelam a ausência de interesse político,

⁵⁶ “O decreto, além de instituir o OP, estabelece o seu desenho institucional:

- a) a participação popular “limitar-se-á a projetos ou atividades a serem priorizadas pela população de cada distrito” (art. 2.º);
- b) a dotação orçamentária do OP, positivada no decreto, corresponde a “quinze por cento da receita projetada para ser arrecadada durante o exercício de 2011, a título de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e da Dívida Ativa do mesmo, incluídas todas as penalidades decorrentes do atraso dos pagamentos” (art. 3.º);
- c) o decreto também contempla a constituição de dois conselhos: o Conselho Distrital (art. 4.º) e o Conselho Municipal do OP (art. 6.º)” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 100).

considerando “a falta de regimento dos conselhos — Distrital e Municipal —, a limitação do recurso destinado ao OP, a ausência do papel pedagógico do estado, explicitadas pela falta de capacitação, sensibilização, publicização e variadas formas de comunicação(...)” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 107).

Alves e Gurgel (2014) apontaram alguns obstáculos à efetividade do Orçamento Participativo de Itaboraí: ausência de articulação com a sociedade civil, bem como de diálogo entre os atores que representavam o Estado e os atores sociais; ausência de mobilização; os conselheiros e os servidores públicos que estavam envolvidos na dinâmica não tinham a capacitação necessária; não foi garantida infraestrutura para o desenvolvimento de trabalhos pelos atores sociais; ausência de publicização, transparência e vontade política; dotações orçamentárias limitadas; com destaque para a dificuldade em torno da priorização das demandas⁵⁷.

Para Alves e Gurgel (2014), a baixa participação popular no Orçamento Participativo de Itaboraí interferiu na fiscalização do instrumento participativo, sendo patente a “(...) falta de diálogo entre os entes do poder representativo e os atores sociais e, ainda, sem o entendimento adequado do processo e do orçamento público, que é a peça-chave dessa discussão” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 108).

A questão é que as necessidades não foram atendidas, ou seja, os atores sociais não influenciaram a agenda política, razão pela qual os autores concluíram que a mera existência de um marco legal institucionalizando o Orçamento Participativo nem sempre é capaz de garantir uma real efetividade para tal instrumento. Portanto, “o protagonismo do executivo municipal é maior do que o dos cidadãos e dos conselheiros e o formalismo e a institucionalização do mecanismo de participação nem sempre corresponde a uma efetividade plena” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 109).

4.1.4 Experiência participativa de Macaé

O Orçamento Participativo de Macaé foi objeto de dissertação elaborada por Alvitos (2014), cujo título é: *Orçamento Participativo em um contexto de abundância*

⁵⁷ “Dificuldade na priorização de demandas, tanto por falta de análise de viabilidade técnico-financeira, por parte dos atores estatais, como também por falta de capacitação e informação dos atores sociais e servidores públicos, complementada pela falta de diálogo mais estreito entre esses atores” (ALVES; GURGEL, 2014, p. 103).

de recursos: o caso de Macaé-RJ. Inicialmente, o autor analisou as prioridades apontadas no ano de 2010, comparando com as ações efetivamente realizadas e incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, tendo constatado que não há nexos entre as prioridades e o que foi realizado pela Prefeitura. Por tais razões, ressalta que “no momento em que as decisões e indicações resultantes das assembleias são desconsideradas em sua quase totalidade, percebe-se que a participação popular é tomada pelo poder público como algo meramente formal” (ALVITOS, 2014, p. 70-71).

Nesse caso, fica evidenciado o uso do instrumento participativo como uma mera formalidade de caráter consultivo, já que não vincula o Poder Executivo. No ano seguinte (2011), o referido autor analisou os dados da execução orçamentária de 2011 do município de Macaé (dotações orçamentárias da LOA de 2011 *versus* balancetes de despesas de 2011), constatando que o percentual destinado ao Orçamento Participativo de Macaé em 2011, inicialmente equivalente a 4,68%, passou para 3,40%. Ao quantificar os valores que foram efetivamente gastos, Alvitos (2014) constatou, novamente, que não há correspondência entre as prioridades que foram definidas e as ações que foram realizadas, sendo que o valor gasto com ações realizadas com a rubrica do Orçamento Participativo seria irrisório, considerando o montante das despesas de investimento que foram pagas em 2011⁵⁸

Cabe mencionar que o ano de 2012 não pode ser mensurado numericamente, pois, segundo Alvitos (2014), os projetos não foram detalhados, tendo sido criada uma rubrica denominada *manutenção e operação da coordenadoria do OP*, apresentando genericamente os dados orçamentários, sem maiores detalhes, tornando inviável realizar uma comparação. No entanto, foi possível analisar o empenho da despesa de 2012, sendo que Alvitos (2014) constatou que o percentual inicialmente previsto de 4,67% foi reduzido para 1,23%. Ao analisar o montante total pago de despesa de investimento (R\$ 197.356.862,02), com o valor pago referente ao programa do OP (R\$ 1.156.691,46), o autor constatou que o percentual equivale a 0,59%.

⁵⁸ “Considerando que o montante total pago da despesa de investimento ano de 2011 foi de R\$ 213.878.701,55, conforme Demonstrativo de Despesa de Investimento em anexo (ANEXO VI), o valor de R\$ 261.970,48 efetivamente desembolsado pelo Poder Público representa 0,12% da despesa de investimento, ou seja, muito aquém da determinação da destinação legal de 5% para a execução dos projetos do Orçamento Participativo” (ALVITOS, 2014, p. 74).

Outro fato importante destacado por Alvitos (2014) foi que assembleias somente ocorreram no ano de 2010, sendo que nos anos seguintes (2011 a 2013) ocorreram apenas reuniões com os delegados, em virtude da pífia execução das propostas referentes ao ano de 2010. Em decorrência de tais fatos, o autor concluiu que “sequer um ciclo completo do orçamento participativo foi realizado, o que conseqüentemente, impediu que a população cobrasse nas assembleias seguintes a não execução das propostas feitas em 2010” (ALVITOS, 2014, p. 90).

4.1.5 Experiência participativa de Niterói

No que tange ao Orçamento Participativo de Niterói, foram analisadas três dissertações (SILVA, 2001; SANTOS, 2008; e SILVA 2011). Além, disso, foram analisados os artigos científicos de Bezerra (2004) e SILVA; NEVES; GUIMARÃES (2009). Dessa forma, Silva (2001) defendeu Dissertação, cujo título é: *Institucionalização de práticas participativas na administração pública: caminho para democratização do poder local? (Estudo de caso do Orçamento Participativo de Niterói)*, tendo realizado uma análise de campo, enfatizando categorias, tais como: clientelismo, capital social e democracia. Segundo Silva (2001), o orçamento participativo de Niterói teve início em agosto 1997, com a criação do Grupo de Trabalho do Orçamento Participativo (GT do OP), porém, em tal data, o orçamento previsto para o ano seguinte já tinha sido enviado para a Câmara Municipal.

Como estratégia para implantação do Orçamento Participativo de Niterói foi adotada uma forma gradativa e parcial. Inicialmente, a experiência foi desenvolvida em duas regionais, e posteriormente foi ampliada sua aplicação. Com relação à construção das regras, a autora afirma que houve discussão acerca do tipo de voto das plenárias populares, tendo sido decidido que o voto seria considerado por cidadão e não por entidade representativa da sociedade civil (SILVA, 2001).

Constatou-se a existência de acirrada correlação de forças, mediante uma “divisão de trabalho político, mediada por relações de assimetria de poder, de conhecimento junto ao que é operado no interior das organizações e dos mecanismos que produzem a linguagem técnica e o processo burocrático” (SANTOS, 2001, p. 92). De acordo com a referida autora a categoria *participação*,

presente nesta modalidade de institucionalidade, acabou reproduzindo a estrutura das relações sociais.

Dessa forma, a autora destaca que a população acabava sendo excluída do poder de escolha, dependendo do resultado das disputas políticas de poder, mesmo porque ainda há a questão da distribuição desigual de informação e acesso ao poder de decisão. Por tais razões, Silva (2001, p. 58) considera que no caso de Niterói não há Orçamento Participativo em sua noção plena, na medida em que “a comunidade não participa do processo de discussão de elaboração orçamentária. Não participa da negociação com a Câmara Municipal de Vereadores (...)”. Além disso, a autora ensina que a decisão acerca das verbas de investimento que será destinada é de competência do Prefeito, sendo que, posteriormente, o valor estipulado é dividido pelos bairros, através da negociação entre delegados. Logo, o bairro com maior número de delegados recebe mais recursos.

Há um contraponto com relação ao Orçamento Participativo adotado por Porto Alegre, pois neste caso as prioridades são definidas antes, através de reuniões, sendo que após tal momento, o Conselho de Orçamento, formado por representantes das comunidades e do executivo, define quais serão os setores beneficiados pelos investimentos (SILVA, 2001).

Uma questão importante destacada por Silva (2001) é o fato de o Orçamento Participativo de Niterói ser basicamente composto por obras. Tal fato desencadeia disputas políticas em torno da visibilidade que isso promove. Em função disso, a autora pontua algumas repercussões geradas em decorrência desse processo, pois alguns vereadores buscam manter o apoio de sua base, com fins eleitorais, sendo assim, o Orçamento Participativo acaba sendo uma “ameaça” para este tipo de político. Isto porque o vereador passa a atender o pedido realizado pelas lideranças, sendo que “a não adesão da comunidade ao OP, implica que o vereador deve garantir obras para a comunidade. Nesse sentido, o vereador se compromete a atender aos pedidos, reivindicações da comunidade, concorrendo paralelamente às obras do OP” (SILVA, 2001, p. 84).

Além disso, Silva (2001) aponta que mesmo as obras sendo escolhidas pela comunidade, há uma disputa e correlação de forças no processo de implementação das obras definidas, existindo, assim, um jogo político⁵⁹ que dificulta o surgimento de

⁵⁹ “Em jogo nessas disputas, estão o monopólio sobre o espaço político, bem demarcado, construído a partir de um amplo processo de envolvimento com os agentes sociais locais, envolvendo trocas

novos atores, considerando que o ambiente político está estruturado no sentido de manter a manutenção do monopólio político.

Com relação à categoria participação, a autora considera que há uma lógica verticalizada, na medida em que a participação reproduz a estrutura das relações que existem no plano social. Portanto, Silva (2001), ensina que o Orçamento Participativo de Niterói propiciou novos arranjos políticos, com disputa de espaços, sendo que a relação entre o corpo político e a comunidade é realizada através de ações assimétricas, com trocas materiais e simbólicas.

A segunda dissertação analisada foi elaborada por Santos (2008), intitulada *Democracia e gestão pública participativa: um estudo do orçamento participativo de Niterói (RJ)*. A autora segue uma perspectiva de análise dos mecanismos de gestão e organização política do orçamento participativo de Niterói, durante o período de 1997 a junho de 2008. Para a autora, o instrumento participativo adotado em Niterói foi transformado em razão das mudanças administrativas, modificando sua capacidade de ação, uma vez que as mudanças metodológicas influenciavam as metas e objetivos a serem alcançados. Porém, tal fato não desnatura a sua importância ao possibilitar participação política, ampliando a relação Estado e sociedade.

A autora destacou que o potencial democrático do orçamento participativo ficou limitado pela reduzida implementação das demandas priorizadas, bem como pela deficiente prestação de contas por parte do Estado, razão pela qual tal instrumento participativo “(...) não estabelece conexões com os atores sociais e não implementa mecanismos que garantam circulação de informação acerca das decisões políticas, fragilizando o controle social dos moradores” (SANTOS, 2008, p. 76).

A terceira dissertação analisada por elabora por Silva (2011), denominada *Democracia e representação política: um estudo sobre a representação da sociedade civil no Conselho do Orçamento Participativo de Niterói*, teve como objetivo analisar a experiência do orçamento participativo de Niterói, no período de 1997 a 2009. Tal pesquisa teve como enfoque o estudo da qualidade da representação e da participação da sociedade civil, com base nas seguintes variáveis que orientaram o trabalho: compromisso político-governamental;

simbólicas e materiais, que consolidam dívidas sociais, que mantém os vínculos de lealdade, fidelidade e asseguram a dependência recíproca” (SILVA, 2001, 83).

associativismo local/densidade associativa; desenho institucional; capacidade de investimento, administrativa e financeira; e influência político-partidária.

Na avaliação de Silva (2011), o Orçamento Participativo de Niterói permitiu uma certa abertura política, porém, tal abertura não foi suficiente no sentido de promover, de fato, transformações significativas, pois as práticas das lideranças comunitárias perante o executivo e legislativo permaneceram sendo marcadas por vínculos de tutela e privilégio em relação à obtenção de recursos orçamentários. Dessa forma, a autora considera que a proposta inicial do Orçamento Participativo de Niterói foi descaracterizada, tendo sido transformada em mais um programa na estrutura do governo, não gerando impactos democratizantes, em virtude da permanência de práticas que reproduziram o clientelismo e favoritismo na relação Estado e sociedade. Diante disso, Silva (2011, p. 146) caracteriza o orçamento participativo de Niterói, como “um programa consultivo, de baixa densidade participativa e com representação fraca”, não tendo alcançado êxito, em comparação com os resultados obtidos pela experiência de Porto Alegre e Belo Horizonte.

Bezerra (2004), por sua vez, ao analisar as disputas locais existentes, também classifica como uma proposta mal sucedida a experiência do Orçamento Participativo de Niterói, a qual teria sido iniciada no ano de 1998, tendo caráter experimental nos primeiros anos, porém, teria ficado restrito a alguns bairros. No caso em questão, era destinado um montante de recursos que fazia parte dos investimentos, não incidindo, segundo Bezerra (2004), as emendas dos parlamentares.

A pesquisa de Bezerra (2004) dá ênfase para a análise da atuação das associações de moradores⁶⁰ e sua relação com os políticos, para constatar qual tipo de relação ocorre neste caso. Dessa forma, o autor pontua que no caso da associação de moradores do bairro Esperança, tal entidade seria um canal para encaminhar demandas ao governo municipal, revelando um certo prestígio com determinados políticos, visto que os membros que dirigem a entidade mencionada concebem sua atividade como sendo “um meio de se obter ‘favores’ e ‘ajudas’ para

⁶⁰ “Em Niterói, o quadro associativo passa a ganhar contornos mais nítidos e expressivos a partir da década de 1970 e início da década de 1980, quando houve um intenso movimento migratório de outras regiões do Rio de Janeiro e de outros estados para a região hoje conhecida como Pendotiba (formada pelos bairros: Badu, parte do Cantagalo, Ititioca, Largo da Batalha, Maceió, Maria Paula, Matapaca, parte de Muriqui, Sapê e Vila Progresso, segundo o Plano Diretor de Niterói, lei n°1157/1992)” (SILVA, 2011, p. 114).

o bairro. Isto é possível, ainda de acordo com eles, pelos contatos que a associação proporciona com ‘pessoas importantes’ (políticos e funcionários do Legislativo e Executivo)” (BEZERRA, 2004, p. 155).

Bezerra (2004, p. 156) explica que há uma certa vinculação dos vereadores com lideranças comunitárias, sendo que “a força desses vínculos é reconhecida por funcionários do governo municipal, assessores de vereadores e membros das associações”. Portanto, o autor constata o estabelecimento de uma relação marcada por dependência e troca de favores.

Com efeito, Bezerra (2004) destaca que um dos objetivos da proposta do Orçamento Participativo de Niterói foi justamente diminuir essa dependência, no sentido de gerar uma mudança na relação do povo com o poder público, ao prestigiar o contato direto da população no direcionamento das políticas públicas. Para tanto, foi difundida a ideia de que os serviços e obras que foram implementados não decorriam de dádiva ou favor, mas sim, refletia o dever do poder público, segundo o autor.

De fato, o Orçamento Participativo de Niterói foi marcado pelas limitações da cultura política local, sendo que foram adotadas práticas no sentido de burocratizar tal instrumento, de acordo com Silva, Neves e Guimarães (2009).

Os autores destacam que não há um valor fixo destinado para as demandas do orçamento participativo, sendo que a inclusão de demandas ocorre via negociação entre os secretários municipais. Noutras palavras, “o que ocorre, neste caso, é uma burocratização do processo e o atendimento do mesmo a partir do grau de relacionamento político entre o órgão público responsável pelo OP e as secretarias municipais” (SILVA; NEVES; GUIMARÃES, 2009, p. 5).

Além disso, os autores também mencionam a utilização de padrões clientelísticos como mecanismo para realizações de obras, pois como estratégia era utilizada a conhecida obra de parceria “(...) criada pelo executivo como uma alternativa à ‘concorrência’ entre o legislativo e o CMOPCF, ou seja, uma forma de atendimentos das demandas que não passa exatamente pelos canais de atendimento do OP” (SILVA; NEVES; GUIMARÃES, 2009, p. 6).

Dessa forma, segundo tais autores, a partir do momento em que demandas são atendidas por canais diversos do Orçamento Participativo, constata-se a contaminação do clientelismo, em detrimento do interesse coletivo, pois esse

mecanismo reforçou a cultura do favor, constituindo-se um entrave à efetiva participação no caso do Orçamento Participativo de Niterói.

Apesar das questões problemáticas citadas, o Orçamento Participativo não pode ser analisado como uma experiência única e isolada, segundo Silva; Neves e Guimarães (2009, p. 2). Deve ser considerado, portanto, que tal instrumento participativo “parte do processo de democratização das relações entre Estado e sociedade civil, ou seja, como parte de um processo educativo tanto para a sociedade civil quanto para o poder público na construção e afirmação de direitos”.

Seguindo essa perspectiva, os referidos autores ressaltam que o Orçamento Participativo trouxe efeitos positivos no caso de Niterói, pois foi possível aprimorar o Conselho Municipal do Orçamento Participativo, Controle e Fiscalização (CMOPCF), através de um movimento em prol de sua emancipação com relação ao executivo municipal.

4.1.6 Experiência participativa de Rio das Ostras

Rio das Ostras⁶¹ é considerado um município novo, pois sua emancipação ocorreu no início dos anos 1990. Ao estudar este município, Oliveira (2008) defendeu Dissertação cujo título é: *Democratização do Processo Decisório em Municípios Beneficiários dos Royalties Petrolíferos: a experiência de Rio das Ostras*, com enfoque no orçamento participativo e no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras, tendo pesquisado a capacidade redistributiva de tal instrumento, bem como a contribuição das receitas petrolíferas nos investimentos destinados às demandas públicas.

Segundo Oliveira (2008) o orçamento participativo foi implantado do Rio das Ostras a partir de 1998, oficializando-se com o advento da Lei Municipal nº 780/2003. Dentro desse processo, o POP (Programa de planejamento e orçamento participativo) foi o órgão encarregado para receber as reivindicações, bem como

⁶¹ “Historicamente, Rio das Ostras foi uma parte do território de Macaé (até maio de 1946) que depois foi anexado a Casemiro de Abreu, transformando-se no seu 3º Distrito em 18 de março de 1970” (LEMOS, 2008, p. 169).

apurar as prioridades dos setores, elaborando os respectivos Relatórios de Prioridades que é encaminhado ao Executivo.

Porém, Oliveira (2008) ressalta que há uma ruptura após o encaminhamento dos relatórios ao Executivo, visto que o POP não recebe retorno com relação à inclusão das demandas no orçamento, ou seja, a metodologia adotada não abrange os desdobramentos do que foi decidido.

Por tais razões, a autora aponta como fragilidade o fato de o orçamento participativo de Rio das Ostras não propiciar o acesso às informações na execução do orçamento, ao contrário do que ocorre no caso do orçamento participativo de Porto Alegre, pois, neste caso, os critérios para incorporação das demandas são definidos, "(...) onde se destacam três critérios: carência de infraestrutura na área considerada; população total da área e a população vivendo em espaços residenciais carentes no interior da área considerada" (OLIVEIRA, 2008, p. 89).

No que tange aos aspectos funcionais, Oliveira (2008) destaca a existência de vários atores sociais com motivações variadas, quantidade não limitada de participantes e a possibilidade de qualquer munícipe participar, com direito à voz e voto. Em suma, a autora constatou as seguintes limitações: a participação tem caráter de mera consulta; o poder público não garante a inclusão das demandas no orçamento; não são identificados critérios técnicos com relação à absorção das demandas; não há prestação de informação com relação à execução orçamentária; por fim, constatou-se que "a população busca solução para problemas pessoais e não coletivos; o processo não dispõe de informações suficientes para que se possa avaliar o efeito redistributivo imprimido à política urbana municipal" (OLIVEIRA, 2008, p. 90).

Dentre várias sugestões, Oliveira (2008, p. 114) considera a necessidade de intercâmbio entre os Conselhos Municipais, bem como uma maior conscientização dos servidores que participam do instrumento democrático, "para entender os mecanismos de gestão participativa e sensibilizá-los para a questão da transparência da máquina administrativa, inclusive para o planejamento, quebrando eventuais resistências tecnocráticas".

Evidencia-se, novamente, o perfil consultivo do Orçamento Participativo, sem transparência com relação aos critérios utilizados para seleção, sendo que a participação ainda segue uma perspectiva de benefício individual, em detrimento do viés coletivo na busca pela solução dos problemas comunitários.

4.2 Orçamento Participativo de Volta Redonda: contextualização histórica, gênese e metodologia

4.2.1 A construção de sujeitos políticos em Volta Redonda: contextualização da luta democrática

A pesquisa do Orçamento Participativo de Volta Redonda requer uma breve contextualização da luta democrática que ocorreu em tal município, revelando-se de vital importância analisar como se deu a construção dos sujeitos políticos. Em razão disso, a seguir serão contextualizados os impactos decorrentes da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), visto que tal fato modificou a dinâmica econômica e social, repercutindo na configuração da cidade, bem como nas relações sociais ora estabelecidas.

4.2.1.1 Impactos decorrentes da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional

Em decorrência do processo de industrialização que se deu no Brasil em 1930, durante a Era Vargas, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) através do Decreto-lei n. 2.054, de 04 de março de 1940, sendo que a sua construção foi realizada no ano seguinte, nos termos do Decreto n. 3.002, de 30 de janeiro de 1941.

A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional escolheu a localidade de Santo Antônio de Volta Redonda, localizada no Vale do Paraíba, para instalar a usina siderúrgica, sendo que em meados de 1940 "(...) a comunidade contava cerca de 2.800 habitantes, a maioria dedicada a atividades agro-pastoris. Uma década depois, já transformada em 'Cidade do Aço', sua população ultrapassava 39.000 pessoas" (PESSANHA; MOREL, 1991, p. 74).

Após a instalação da CSN, Volta Redonda teve crescimento populacional considerável. Medeiros (2004) afirma que a cidade recebeu pessoas que moravam

perto dos três maiores polos industriais, quais sejam: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como de outros lugares.

A questão é que a instalação da usina mudou a vida daquele antigo povoado de Volta Redonda, sendo que “a cidade e a usina se desenvolvem juntas. Mais do que isso, se pode dizer que a construção da usina determinaria o desenvolvimento da cidade dali para frente” (SANTANA; MOLLONA, 2013, p. 130).

Analisar o contexto em que ocorreram as lutas democráticas no seio de Volta Redonda remete à necessidade de considerar os impactos decorrentes da implantação da CSN na configuração da cidade. Para tanto, necessário destacar a peculiaridade de Volta Redonda ter seus bairros operários construídos em antigas áreas rurais da cidade, pois, segundo Mangabeira (1993), tais bairros foram construídos após a infraestrutura gerada nos tempos *company-town*, sofrendo forte impacto proveniente da interrupção da responsabilidade da Companhia Siderúrgica Nacional na provisão de moradias, o que ocorreu no final dos anos 60.

A construção do espaço urbano de Volta Redonda foi objeto de estudo de Medeiros (2004, p. 7), que destacou o caráter estratificado e desigual de tal construção, pois “o plano urbanístico da cidade-empresa de Volta Redonda expressou a posição centralizadora da CSN em relação à família siderúrgica e reproduziu na sua estrutura a hierarquia funcional da usina, construindo espaços estratificados”. Sendo assim, a autora pontua que os bairros foram construídos segundo os privilégios e hierarquias⁶² concernentes à categoria funcional, bem como questões salariais dos empregados, gerando, assim, desigualdade. Evidencia-se, assim, que Volta Redonda, na condição de “Cidade Operária”, deveria representar a extensão da usina, resultando numa divisão territorial e social que promoveu desigualdades e privilégios.

Fontes e Lamarão (2006, p. 246) explicam que em oposição à nova cidade que estava sendo construída, havia o crescimento de uma outra cidade, nas terras existentes na margem esquerda do Rio Paraíba, conhecida como *Cidade Velha*, sendo que seu crescimento ocorreu de forma desordenada, por intermédio de pequenos comerciantes, bem como pela massa de trabalhadores que foram sendo dispensados pela CSN.

⁶² "A hierarquia social da usina está ainda refletida nos espaços da cidade, com a vila dos gerentes disposta no topo da montanha e os subúrbios operários – com seus nomes afirmativos Conforto, Villa Rica e Jardim Primavera (...)" (SANTANA; MOLLONA, 2013, p. 130).

Havia, assim, a *Cidade Nova* e a *Cidade Velha*, retratando a forma segmentada da ocupação espacial em Volta Redonda. Sobre a questão, Piquet (1997, p. 655) considera que "(...) a segregação funcional, a marginalização de determinados segmentos da população e o isolamento vão determinar certos padrões de comportamento social a essas comunidades".

O padrão de comportamento gerado em função da implantação da CSN foi resultante, inclusive, da adoção de uma política eminentemente paternalista (1940 a meados de 1960), segundo Medeiros (2004), sendo que tal fase foi marcada pelo estabelecimento de uma identidade do trabalhador para com a empresa.

Medeiros (2004, p. 131) destaca, ainda, que embora a comunidade de Volta Redonda fosse formada por uma heterogeneidade de pessoas, a maioria dos trabalhadores da CSN vieram da zona rural, fato que favoreceu a política disciplinadora da siderúrgica, focada na necessidade de eficiência e produtividade, seguindo a lógica do capital. Em razão disso, foi sendo formada uma identidade urbana, com características de um operário padrão.

Dessa forma, o crescimento populacional de Volta Redonda foi marcado por condicionantes. Primeiramente, não há como negar a interferência da lógica do capital na construção dos sujeitos políticos. Além disso, no ano de 1973 o município de Volta Redonda passou a ter status de área de interesse da segurança nacional, nos termos do Decreto-lei nº 1273 de 29 de maio de 1973, o que perdurou até o ano de 1985.

A questão é que o trabalhador de Volta Redonda, na época da CSN, sofreu muitos abusos, sendo que Medeiros (2004) retrata o rigor com que tais trabalhadores eram tratados, sendo considerados subversivos⁶³ em alguns casos, visto que não era garantido o mínimo de direitos trabalhistas e sociais.

Ao analisar a construção da identidade social dos trabalhadores da CSN, Medeiros (2004) pesquisou a relação entre usina e cidade, inseridas na lógica do mercado e do capital, ressaltando que a forma como se deu a idealização e construção da cidade, como extensão da empresa, revelou um eficiente aparelho de

⁶³ "Muitos deles fugiam, pois a eles era negado a demissão, já que a CSN era considerada obra de interesse da segurança nacional (...) Eles eram chamados de 'subversivos de guerra' e poderiam ser processados por sabotagem ao esforço de guerra ou por deserção. Muitos dos trabalhadores nem sabiam dessa Lei de Guerra e por não se adaptarem a este tipo de trabalho, saíam e retornavam para as suas cidades e famílias, sendo processados por deserção sem o saber, pois muitos mal sabiam ler. Foi registrado que eles não agiram de má-fé e por isso foram absolvidos" (MEDEIROS, 2004, p. 128-129).

hegemonia da classe dominante, na medida em que contribuíram para a adaptação do trabalhador com a concepção de mundo capitalista "(...) objetivando a formação, dominação e subordinação da força de trabalho nos espaços da produção e da reprodução" (MEDEIROS, 2004, p. 7).

Para Medeiros (2004, p. 229), a cidade construída pela empresa siderúrgica CSN "(...) deveria educar e formar sua família siderúrgica, efetivando-se a construção de uma determinada identidade, onde seus moradores interiorizassem o vínculo de pertencimento à usina." Dessa forma, havia um processo pedagógico que envolvia essa ideia de pertencimento e subordinação, conforme explica Bedê (autor e ator social)⁶⁴, pois o processo produtivo "demandou uma massa operária também de novo tipo em Volta Redonda, como sujeitos coletivos homogeneizados e subordinados ao controle do capital pelo novo regime de produção (...)" (BEDÊ, 2007, p. 67).

Na realidade, além de exercer controle sobre a força de trabalho, a CSN também controlava a cidade, pois, segundo Pessanha e Morel (1991), a empresa administrava vários serviços urbanos (transportes, hospital, escolas, etc.), seguindo o perfil paternalista.

Dentro desse contexto, os benefícios sociais concedidos eram vistos como dívidas, os quais eram estendidos à família operária. Os mecanismos utilizados pela CSN "além de constituírem uma estratégia de fixação da força de trabalho, desempenhavam também um papel político importante: reforçavam os laços corporativos entre os trabalhadores e a Companhia e, por extensão, o Estado" (PESSANHA; MOREL, 1991, p. 74).

Nesse sentido, Bedê (2007) destaca que foi construída uma massa operária homogeneizada e subordinada, aceitando de forma passiva os abusos sofridos. Para tanto, "exigia um complexo processo pedagógico que ultrapassava os limites da usina e subordinava toda vida social da cidade operária à racionalidade da reprodução monopolista do capital da CSN" (BEDÊ, 2007, p. 67).

⁶⁴ "Waldyr Amaral Bedê (1937-2006), ao longo de sua carreira profissional, de mensageiro da CSN a professor universitário, atuou também em diversas organizações e funções políticas desde os anos 1960. Entre outras, foi diretor-secretário do SMVR (1961-1963), membro da Juventude Operária Católica (JOC), secretário municipal de educação de Volta Redonda (1986-1988), presidente da União Nacional dos Dirigentes Educação (UNDINE) (1987-1989), ambos cargos durante o governo de Marino Clinger, e assessor do Prefeito Municipais de Educação (UNDINE) (1987-1989), ambos cargos durante o governo de Marino Clinger, e assessor do Prefeito" (PEREIRA, 2007, p. 79).

Portanto, os fatos históricos narrados revelam como as relações sociais foram sendo construídas em Volta Redonda, tendo a CSN como poder centralizador, submetendo a vida social em prol das necessidades decorrentes da lógica do capital, através da criação de uma massa trabalhadora passiva e subordinada.

4.2.1.2 A força sindical e sua repercussão na luta democrática

Nesse contexto, surge a força sindical como um instrumento de luta e oposição, contribuindo para a formação de sujeitos políticos e para o fortalecimento de lutas sociais que extrapolaram o âmbito sindical.

Dentro desse cenário de correlação de forças, no ano de 1946 foi criado o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, baseado num sindicalismo corporativista, na visão de Palmeira (2012). Dessa forma, o autor faz uma crítica ao perfil inicial do Sindicato de Volta Redonda, que somente após o ano de 1962 teria assumido um caráter mais independente e combativo⁶⁵.

Pessanha e Morel (1991) ressaltam que o referido Sindicato teve uma trajetória marcada por rupturas e continuidades, sendo que durante o regime populista seguia um "sindicalismo pelego". No período de 1950 a 1964, o Sindicato teria atuado mais perante a Justiça do Trabalho, revelando a via sindical como um meio legítimo para encaminhar as reivindicações.

Com o advento do golpe militar de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende tentou reagir contra os abusos então praticados. Palmeira (2012) destaca que houve forte repressão em Volta Redonda, sendo que em função da ditadura militar, ocorreram intervenções no sindicato. Dessa forma, eram aniquiladas qualquer manifestação do sindicato que representasse contraposição ao regime vigente.

⁶⁵ "Em Volta Redonda, o sindicato estava aliado aos interesses do governo federal e as principais bandeiras de luta possuíam um prisma assistencialista, como refeições e descanso nos fins de semana - o que revelava que, na prática, a CLT não funcionava tão bem. Até então, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) não disputava as eleições do sindicato, preferindo trabalhar nas bases. Apenas em 1962, quando o PCB chegou à direção do sindicato (tendo à frente Lima Neto), no bojo das lutas pelas 'reformas de base' e associado a setores combativos da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), é que o sindicato passou a ter uma maior 'independência' em relação à direção da CSN e ao governo federal" (PALMEIRA, 2012, p. 49).

Na realidade, sempre houve a tentativa de destruir o perfil combativo do sindicato, conforme aponta Graciolli (2000), na medida em que "quebrar a capacidade de resistir revelou-se, mais uma vez, a tarefa preliminar de uma dada configuração da ordem do capital para incorporar (passivamente) a força de trabalho à sua lógica" (GRACIOLLI, 2000, p. 9-10). Sabe-se que através do Ato Institucional n. 5 de 1968, a repressão foi intensificada⁶⁶, ocorrendo, inclusive, a prisão e tortura dos dirigentes do sindicato.

Com relação às intervenções sofridas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Pessanha e Morel (1991) ensinam que o sindicato passou a ter uma atuação inexpressiva, ficando restrito às questões rotineiras, sem apresentar perfil combativo, pois “após o golpe de 1964 e a destruição das conquistas e lideranças anteriores, o Sindicato fica sob intervenção até 1968. O resultado de eleições sindicais ocorridas naquele ano provoca nova intervenção, que se prolonga até 1974” (PESSANHA; MOREL, 1991, p. 79).

O Secretário Municipal de Volta Redonda em 2016, Lincoln Botelho, também retratou o antecedente histórico da cidade de Volta Redonda, marcado por repressão e violências.

A sociedade de Volta Redonda sofreu. Foi um palco de repressão enorme na época da ditadura, isso aqui foi Prefeito esfomeado, foi um dos centros de tortura grande aqui no BIP, o policiamento. Mesmo depois da ditadura ter acabado, o pessoal da greve de 88, a invasão, a morte dos operários, o trauma dessa cidade é um trauma muito grande, é uma cidade que até hoje ela tem um viés autoritário extremamente exagerado (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 327).

Um evento que marcou o espaço político de Volta Redonda se deu com a chegada do Bispo Dom Waldyr Calheiros (seguidor da Teologia da Libertação). Palmeira (2012) e Soares (2013) destacam a importância do referido Bispo para a luta democrática em Volta Redonda, em decorrência de seu importante papel na condição de porta-voz e organizador de alguns movimentos sociais.

⁶⁶ A Comissão da Verdade, criada pela Lei Municipal 4.945/2013, teve o intuito de esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos que ocorreram em Volta Redonda, sendo que seu Relatório Final, concluído em 10 de setembro de 2015, apontou quatorze casos expostos através da divisão de cinco partes históricas correspondendo aos governos autoritários dos seguintes Presidentes: Parte I - Marechal Castelo Branco (Golpe de 64 até 1966); Parte II - Marechal Costa e Silva (1967-1969); Parte III - General Emílio Garrastazu Médici (1969-1973); Parte IV –General Ernesto Geisel e General João Batista Figueiredo (1974-1985) e Parte V –Ditadura Civil-Militar tardia de José Sarney (1985-1989) (VOLTA REDONDA, *Relatório Final da Comissão da Verdade*, 2015).

Nessa linha, Soares (2013) afirma que as CEBS (Comunidades eclesiais de base) tiveram papel crucial para o fortalecimento do movimento social em Volta Redonda, visto que tais comunidades organizavam protestos e realizam denúncias, atuando como um canalizador da insatisfação popular, impulsionando o movimento social na cidade. Além disso, as comunidades de base foram de vital importância na ditadura, na medida em que faziam as reivindicações sociais numa época em que não era possível a organização via associações ou sindicatos.

Outra questão importante apontada por Soares (2009), consiste na participação de leigos na Igreja, bem como uma abertura dessas comunidades no final de 1970. "Neste ano, estas comunidades se articulam definitivamente com o movimento social e deixam de ser o único canal de expressão e negociação da sociedade civil" (SOARES, 2009, p. 6).

A presença das CEBS nas áreas de periferia, segundo Pereira (2007), além de representar uma forma de inserção social para os excluídos, permitiu uma maior visibilidade dos problemas sociais da periferia, passando a ser objeto de reivindicações coletivas.

Santana e Mollona (2013) analisaram como a experiência política em Volta Redonda foi vivenciada nas memórias de gerações que ali trabalharam, tendo constatado que os anos 1980 foram sentidos como um tempo de retomada das lutas sociais, pois "(...) com apoio da Igreja católica, os movimentos sindicais e sociais produziram uma forte articulação. Ela deu uma base sólida de apoio para que as mobilizações no espaço fabril e no espaço urbano formassem uma só e única trama" (SANTANA; MOLLONA, 2013, p. 129). Dessa forma, para tais autores, a junção dos movimentos sindicais e sociais impactaram politicamente nas eleições, seja a nível local, como nacional.

Eis que no ano de 1979 surgiu o Grupo de Oposição Sindical. Tal fato, de acordo com Mangabeira (1993), viabilizou a introdução das ideias do novo sindicalismo que já repercutia no país, sendo que o êxito eleitoral do referido grupo em 1983 representou a marca desse novo sindicalismo.

Segundo Mangabeira (1993), na primeira greve dos metalúrgicos da CSN que ocorreu entre 20 e 24 de maio de 1984, "a usina foi ocupada, mantendo-se em funcionamento os equipamentos essenciais. Essa greve representou um ponto de inflexão na representação e no reconhecimento da liderança eleita há poucos meses" (MANGABEIRA, 1993, p. 84). A autora considera que tal greve revelou uma

diferenciação simbólica entre a nova e a velha geração de operários em Volta Redonda, pois a nova geração de operários representava o viés do novo sindicalismo.

Palmeira (2012, p. 56) afirma que houve uma mudança importante na postura do sindicato, que passou a incentivar a categoria metalúrgica a realizar sua filiação, revelando a faceta do sindicato como instrumento de luta e palco de reivindicações. O ponto forte da luta se deu em 1984, ano da primeira greve da CSN em Volta Redonda, sendo que "(...) é a partir desta greve de cinco dias entre 20 e 24 de junho de 1984 que o tabu de que não havia greve na CSN foi quebrado" (PALMEIRA, 2012, p. 57).

Evidencia-se, assim, que a formação de sujeitos políticos em Volta Redonda sofreu impacto decorrente da greve operária de 1984. Sobre a questão, Mangabeira (1993) destaca a ruptura simbólica que marcou tal evento, pois o Sindicato ganhou contornos combativos, perdendo a imagem meramente burocrática e "pelega". Em razão disso, "(...) os avanços na capacidade de organização que resultaram da greve deram à liderança um grau mais elevado de reconhecimento e de legitimidade por parte da base operária" (MANGABEIRA, 1993, p. 87)

Nesse contexto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda teve crucial importância na luta democrática, considerando a força política do movimento grevista iniciado em 1984 e concluído em 1990. Para Eduardo Silva (2015), a greve de 1988 foi a que teve maior destaque, pois foi um marco da luta em prol da redemocratização, sendo que o autor ressalta que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e Região (SMVR) sempre esteve à frente das greves que ocorreram nessa época.

Santana e Mollona (2013) também ressaltaram a importância histórica da greve dos metalúrgicos de 1988, considerando as consequências desencadeadas a partir disso, visto que houve a ocupação da cidade e da usina pelo exército, resultando na morte de três trabalhadores. A seguir, tais autores destacam as consequências oriundas da fase neoliberal dos anos 1990, momento em que "houve uma forte retração das mobilizações experimentadas anteriormente. Isso impôs aos movimentos uma sentida ausência do cenário político e social da cidade" (SANTANA; MOLLONA, 2013, p. 128).

Para Gandra (2009), a mobilização instaurada em Volta Redonda durante as greves de 1988 e 1989 revelou a existência de embriões de poder popular,

considerando que o funcionamento da cidade foi direcionado pela força sindical, pelos movimentos sociais, jornais, Igrejas, enquanto que as instituições burguesas foram afetadas (Câmara, Fórum, Prefeitura, etc).

Outro momento importante da luta sindical em Volta Redonda ocorreu com a democratização da política de gestão da CSN. De acordo com Mangabeira (1993), houve um caráter mais democrático das cláusulas do Acordo Coletivo, pois foi permitido o acesso dos líderes às instalações da fábrica; houve a cessão de informações e dados da empresa para o Sindicato; além disso, foi viabilizada a eleição de um operário para o cargo de presidente da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.

Por outro lado, com o fortalecimento do neoliberalismo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda deixou de ter perfil de confronto, para apresentar sinais de Sindicalismo de Parceria, pois, de acordo com Graciolli (2000), o sindicato buscou um consenso entre capital e trabalho. Na prática, revelou-se um instrumento para subordinar o trabalho à lógica do capital.

Fontes e Lamarão (2006) destacam a atuação do sindicato em dois níveis, quais sejam: consumo e produção. No primeiro caso, a atuação justificou-se pelo fato da CSN manter uma vila operária; com relação à atuação no âmbito da produção, a justificativa estava respaldada na atuação principal do sindicato. Em razão disso, os autores afirmam que até 1967 não existiam associações em Volta Redonda, pois não se faziam necessárias, uma vez que o sindicato fazia tal reivindicação, considerando que os operários representavam grande parte da população.

A configuração social de Volta Redonda foi modificada no ano de 1967, segundo Fontes e Lamarão (2006), pois nessa fase a questão da moradia passou a atingir também os trabalhadores, sendo que nessa época o sindicato estava sob controle das autoridades. Assim, "neutralizada a atividade sindical, quer no espaço da fábrica, quer no espaço da cidade, Volta Redonda atravessou alguns anos de virtual paralisia em termos de movimento social" (FONTES; LAMARÃO, 2006, p. 253).

Apenas na década de 1970 foram iniciadas tentativas de organização de moradores dos bairros mais carentes, de acordo com Fontes e Lamarão (2006), sendo que no ano de 1979, por intermédio da campanha salarial promovida pela oposição sindical, ocorreu a retomada das atividades do sindicato dos metalúrgicos,

que passou a atuar apenas como órgão de classe (âmbito da produção), momento em que as Associações de Moradores passaram a encaminhar as reivindicações da sociedade civil. Assim, “as reivindicações no nível do consumo passaram a ser encaminhadas pelas associações de moradores e por outras entidades de sociedade civil, diretamente ao poder local, i.e., à Prefeitura” (FONTES; LAMARÃO, 2006, p. 253).

Sader (1995) ensina que na primeira metade dos anos 70, ainda existia uma percepção da classe trabalhadora num contexto de subjugação pelo capital e pelo Estado. No entanto, o final da década de 70 já apontou para uma nova tendência decorrente do “novo sindicalismo” que assumia independência com relação ao Estado e aos partidos. Nesse contexto, o autor destaca a importância dos movimentos que foram sendo estabelecidos nos bairros, representando uma espécie de auto-organização, através da reivindicação de direitos. Constatase, então, o aparecimento de uma “nova sociabilidade, em associações comunitárias onde a solidariedade e a autoajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva, eram os ‘novos movimentos sociais’, que politizaram espaços antes silenciados na esfera privada” (SADER, 1995, p. 35-36).

Dessa forma, Sader (1995) destaca que os movimentos sociais tiveram papel crucial nesse processo, gerando uma nova concepção de política, com a intervenção direta dos cidadãos interessados, considerando o contexto em que a população estava inserida, seja nas fábricas, sindicatos, serviços públicos, bem como nas administrações de bairros.

As relações sociais são construções históricas, sendo que no caso da cidade de Volta Redonda, a luta sindical trouxe bases para a futura implementação da gestão democrática, na medida em que a mobilização política propiciou uma canalização para demandas que antes repercutiam apenas na esfera individual.

Os fatos históricos narrados repercutiram na trajetória dos sujeitos políticos de Volta Redonda. A luta sindical serviu como base para a luta pela própria democracia, pois, conforme ressalta Pereira (2007), a motivação inicial era a luta contra o arrocho salarial e o autoritarismo praticado na fábrica. No entanto, a organização de trabalhadores e sindicalistas extrapolou a esfera da produção. Isto porque, diante de um regime ditatorial, os trabalhadores passaram a vislumbrar a necessidade de lutar também por democracia e justiça social.

Em Volta Redonda, a face local da repressão e do autoritarismo – intervenção nos sindicatos e prisão de lideranças (1964), fixação de militares na cidade operária (1966), atribuição de Município de Interesse de Segurança Nacional (1973-1985) – fez com que **as “vozes locais” que antes se articulavam em oposição ao poder da Companhia passassem a também se associar à luta contra o regime e pela democracia** (PEREIRA, 2007, p. 147) (grifo nosso).

No caso de Volta Redonda, a luta sindical gerou condições de possibilidade para uma maior organização da sociedade, com ênfase para os movimentos sociais. Tal fato é destacado por Mangabeira, que considera que “(...) os conflitos que anteriormente eram experimentados no plano individual, passaram a ser canalizados através da mobilização política, transformando-se em demandas coletivas articuladas” (MANGABEIRA, 1993, p. 192).

Dentro desse cenário, a articulação entre o sindicato e os movimentos sociais existentes na cidade revelou um passo importante para a futura implantação do Orçamento Participativo, sendo que as Associações de Moradores passaram a ter papel crucial na dinâmica deste instrumento participativo.

De fato, há um entrelaçamento entre a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a história da Companhia Siderúrgica Nacional, conforme constatou Monteiro (1995), sendo que o Sindicato esteve envolvido no movimento emancipacionista em prol do desmembramento de Volta Redonda e Barra Mansa, culminando na aprovação da Lei Estadual n. 2.185 de 17 de julho de 1954.

4.2.1.3 O movimento emancipacionista de Volta Redonda

Em decorrência da implantação da CSN, ocorreu progressivo aumento populacional em Volta Redonda. Em razão disso, novas necessidades impulsionaram a luta em prol da emancipação de Volta Redonda do município de Barra Mansa.

Medeiros (2004) destaca a formação do Centro Cívico Pró Emancipação, criado em 1952, que foi responsável pela organização e encaminhamento do movimento, em prol da autonomia político-administrativa da cidade, culminando na convocação de um plebiscito em 20 de junho de 1954, o qual teria confirmado a pretensão emancipacionista. A autora destaca um fato importante, visto que o

movimento emancipacionista ocorreu fora dos limites da idade operária, revelando, assim, a força da comunidade.

No entanto, existiam alguns obstáculos, pois em 1946 foi inaugurada a primeira etapa da CSN, por conseguinte, houve a dispensa de uma parte dos trabalhadores, motivo pelo qual uma parcela considerável de eleitores não residia mais na cidade de Volta Redonda. Dessa forma, um dos obstáculos existentes era justamente conseguir “(...) recolher a assinatura de eleitores que eram favoráveis a emancipação da cidade. Foi organizado pelo Centro Cívico um plebiscito com o objetivo de sentir à vontade popular quanto à emancipação da cidade” (MEDEIROS, 2004, p. 153).

Apesar dos obstáculos mencionados, a luta pela emancipação obteve êxito, sendo que através da Lei n. 2.185, de 17 de julho de 1954, Volta Redonda ganhou status de município. Tal fato repercutiu no nível de participação do povo, segundo Medeiros (2004), sendo que a emancipação política de Volta Redonda representou uma conquista dos moradores da “cidade velha” que buscavam reconhecimento social e um governo que administrasse a cidade em sua totalidade, sem privilégios.

No ano de 1960 ocorreu a expansão da usina de Volta Redonda, segundo Fontes e Lamarão (2006), o que desencadeou progressivo aumento de loteamentos clandestinos, sendo que tal fato gerou graves danos no momento em os trabalhadores foram dispensados. Isto porque, no momento em que a expansão da usina chegou ao fim, “um número elevado de trabalhadores era dispensado, acarretando, com isso, toda uma série de consequências sociais (inchamento de favelas, fechamento de estabelecimentos comerciais surgidos na fase de expansão etc.)” (FONTES; LAMARÃO, 2006, p. 248). Constata-se, assim, que embora a empresa siderúrgica tenha gerado, num primeiro momento, renda e empregos, após a dispensa dos trabalhadores, ocorreram consequências sociais danosas decorrentes do crescimento urbano acelerado, porém desordenado.

A organização da cidade reflete cada momento histórico vivenciado. No caso de Volta Redonda, conforme destacam Fontes e Lamarão (2006), há uma especificidade, qual seja, o fato de que o núcleo urbano teve seu desenvolvimento vinculado à CSN, existindo, assim, três períodos que retratam a evolução político-industrial do município, os quais são demonstrados abaixo:

Quadro 9 – Evolução político-industrial do município de Volta Redonda

Período	Fatos históricos
1941 a 1954	Ocorre a implantação da CSN que passa a centralizar e dirigir o desenvolvimento de Volta Redonda.
1954 e 1967	Com a emancipação político-administrativa do distrito e a criação do município de Volta Redonda, a expansão da cidade aumenta, embora a CSN continue a exercer controle de um vasto patrimônio urbano.
1967	CSN inicia a transferência de seu patrimônio e encargos urbanos à Prefeitura Municipal, momento em que há redefinição de responsabilidades na evolução urbana de Volta Redonda.

Fonte: Quadro elaborado com base nos dados apresentados por Fontes e Lamarão (2006, p. 242).

No ano de 1964 a CSN iniciou o processo de transferência dos encargos urbanos que assumia para a Prefeitura de Volta Redonda, segundo Medeiros (2004), porém, apenas a partir de 1967 a CSN iniciou seu desligamento da responsabilidade na realização de tarefas urbanas. Assim, progressivamente, o Município de Volta Redonda passou a assumir a responsabilidade pela gestão integral da cidade, culminando com a assinatura do termo de entrega no dia 01/01/68. Tal fase marcou "(...) o início ao processo de unificação do espaço urbano, ao reunir sob a mesma administração, a cidade operária e a cidade velha" (MEDEIROS, 2004, p. 161).

De acordo com Fontes e Lamarão (2006, p. 247), antes de obter a emancipação, Volta Redonda era apenas o 8º Distrito do município de Barra Mansa. Por tais motivos, grande parte da arrecadação tributária realizada pela Prefeitura de Barra Mansa era destinada ao distrito-sede. Logo, os valores não eram utilizados com a finalidade de atenuar os problemas que surgiram em decorrência da instalação da CSN em Volta Redonda. Dessa forma, a luta emancipacionista evidenciou a necessidade de aplicar os tributos no local em que eram produzidos.

No entanto, mesmo após a emancipação de Volta Redonda, os recursos arrecadados acabavam sendo revertidos em prol da própria CSN, pois, conforme ensinam Fontes e Lamarão (2006), grande parte dos recursos eram empregados em obras de apoio, com a finalidade de garantir a circulação e o escoamento mais rápido do que era produzido pela usina siderúrgica. Logo, as políticas públicas destinadas para melhoria local ficavam em segundo plano.

Por outro lado, Santos Neto (1983) ensina que a emancipação de Volta Redonda propiciou, lentamente, a retirada do paternalismo exercido pela Companhia Siderúrgica Nacional. Conseqüentemente, ocorreu um aumento dos serviços urbanos que já apresentavam problemas sociais.

Como resultado da política neoliberal, no ano de 1993 ocorreu a privatização da CSN, impactando na estrutura produtiva e na relação com a administração municipal. Magalhães e Rodrigues (2015) destacam que a identidade coletiva e o espaço urbano de Volta Redonda foram transformados em prol do capital, tanto no momento em que ocorreu a privatização da CSN, como também no momento em que o capital especulativo imobiliário passou a agir na cidade. Isto porque as entidades e os grupos ligados ao comércio passaram a influenciar o rumo econômico da cidade, “(...) condenando a parcela da classe operária que sobreviveu ao processo de demissões ao confinamento em áreas cada vez mais excluídas e distantes dos novos polos de crescimento e expansão econômica da cidade” (MAGALHÃES; RODRIGUES, 2015, p. 375).

Com relação à inserção social nas discussões municipais, Floriano Oliveira (2003) ensina que essa questão deve ser compreendida considerando as alterações que ocorreram no plano político, em especial, a mudança na composição partidária que antes estava sob domínio de forças conservadoras. Sendo assim, no ano de 1988 foi eleito para Prefeito de Volta Redonda Juarez Antunes⁶⁷ do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o qual recebeu apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, em detrimento dos candidatos que receberam apoio da CSN. Posteriormente, no ano de 1992 foi eleito para Prefeito Paulo Baltazar que representava as forças socialistas e pertencia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), recebendo apoio das camadas populares. Cabe mencionar que o Orçamento Participativo de Volta Redonda teve origem durante o mandato do Prefeito Baltazar.

As alterações políticas mencionadas promoveram certo conflito entre a CSN e a administração pública municipal, de acordo com Floriano Oliveira (2003, p. 183), pois “em 1994, na primeira gestão do PSB em Volta Redonda, os gestores locais suspenderam todas as isenções dadas à companhia e cobraram na justiça todos os anos anteriores em que a cidade deixou de ser de ‘segurança nacional’”. Em função disso, o autor destaca que houve aumento da arrecadação de ISS e IPTU, permitindo, assim, o atendimento das necessidades do município, com ênfase para a urbanização dos loteamentos que estavam irregulares.

Em decorrência da privatização da CSN que ocorreu no ano de 1993, houve uma mudança na atuação da administração pública municipal de Volta Redonda,

⁶⁷ O Prefeito Juarez Antunes somente exerceu seu mandato até 12 de fevereiro de 1989, em decorrência de seu brusco falecimento, sendo substituído pelo seu vice Wanildo de Carvalho.

sendo que os conflitos que ocorriam no plano da luta operária, passaram a repercutir num espaço mais amplo, através da implantação de um processo participativo de gestão democrática. Portanto, os fatos narrados, bem como o progressivo enfraquecimento sindical, provocaram modificações na conjuntura da cidade, sendo que a ligação entre a Prefeitura e os cidadãos ganhou novos contornos, considerando que a classe operária deixou de ser o fio condutor, passando o cidadão a requerer políticas públicas, na qualidade de sujeito político que pertencia a um novo contexto.

4.2.2 Gênese e metodologia do Orçamento Participativo de Volta Redonda

Atualmente, Volta Redonda tem população equivalente a 265.201 habitantes, conforme estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), possuindo área territorial equivalente a 182,483 (km²) e densidade demográfica correspondente a 1.412,75 (hab/km²). Tal cidade possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto, equivalente a 0,771 (PNUD, 2016), sendo o 4º (quarto) melhor IDH dentre os municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro.

O Orçamento Participativo de Volta Redonda foi iniciado no governo do Prefeito Paulo Baltazar do Partido Socialista Brasileiro (PSB), durante o período de 1993 a 1996, tendo sido dado continuidade durante o governo do Prefeito Antônio Francisco Neto do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que vigorou durante 1997 a 2000, permanecendo durante sua reeleição (2001-2004). Com a mudança de governo, assumiu como Prefeito Gothardo Netto, que pertencia ao Partido Verde (PV), durante o período de 2005 a 2008, sendo que há relatos dos entrevistados no sentido de que o instrumento participativo permaneceu, porém, em menor intensidade. Posteriormente, foi novamente eleito para Prefeito Antônio Francisco Neto (2009 a 2012), agora vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), tendo permanecido em decorrência de sua reeleição (2013 a 2016), o qual manteve o orçamento participativo.

A implementação do Orçamento Participativo em Volta Redonda foi considerada por Lima (2010) como sendo um “divisor de águas”, na medida em que

“a gestão de Paulo Baltazar, entre 1993 e 1996, poderia ser caracterizada como singular e decisiva porque marcou a chegada ao poder do movimento popular da cidade e inaugurou uma série de iniciativas de gestão democrática” (LIMA, 2010, p. 85).

Os antecedentes que marcaram a introdução do Orçamento Participativo em Volta Redonda foram narrados por Lincoln Botelho (Secretário Municipal de Planejamento de Volta Redonda)⁶⁸:

Lá em 93, quando a aliança PT/PSB, então, o orçamento participativo não era uma obrigação, ainda não tinha o Estatuto da Cidade, não tinha o artigo 43 do Estatuto da Cidade que obrigou, impôs ao orçamento a necessidade de uma participação popular, participação da sociedade na confecção do orçamento, isso não existia. **Nós estávamos imbuídos do modo petista de governar e a experiência que a gente tinha, que a gente tinha notícia, era a de Porto Alegre** (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 313) (grifo nosso).

O referido entrevistado relatou que havia um certo “endeusamento” em torno da metodologia adotada em Porto Alegre, contudo, mencionou que era necessário perceber as diferenças entre uma capital, com quantidade considerável de habitantes, e uma cidade do interior, visto que Volta Redonda, naquela época, tinha em torno de duzentos mil habitantes.

Mas há um erro congênito aí, o pessoal sem muita experiência, pessoal do partido sem experiência de administração pública, ah, porque queria, porque queria fazer a metodologia, tem que ser aquela de Porto Alegre, tem que ter isso, tem que ter aquilo, criou uma confusão, porque sem saber como operar aquilo dentro da máquina, quer dizer, o sujeito tinha um software, mas a máquina dele não rodava o software, entendeu (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 313-314).

A questão é que durante o período de 2005 a 2008 a Prefeitura de Volta Redonda passou a ser gerida pelo Prefeito Gothardo. Para o Entrevistado XI, Lincoln Botelho, ocorreram danos decorrentes da interrupção da dinâmica e efetividade do Orçamento Participativo, prejudicando sua retomada no momento em que o Prefeito Antônio Neto ingressou, novamente, no ano de 2009. Cabe ressaltar que quando se

⁶⁸ O entrevistado informou que fez parte dos dois últimos anos do governo municipal do Paulo Baltazar (1995 a 1996), bem como dos dois primeiros mandatos do governo municipal de Antônio Francisco Neto (1997 a 2000; reeleição 2001 a 2004). Saiu durante o governo do Gothardo (2005 a 2008), tendo retornado no governo de Antônio Francisco Neto (2009 a 2012). O entrevistado permaneceu como Secretário Municipal de Planejamento de Volta Redonda durante o período em que o Prefeito Neto foi reeleito (2013 até o final de 2016).

fala em interrupção de execução de obras, não significa que o instrumento foi interrompido, pois os pedidos coletados faziam parte de um banco de dados.

Dessa forma, não há relatos no sentido de que houve uma interrupção total do orçamento participativo de Volta Redonda, mas sim, que houve um enfraquecimento de sua prática durante o governo do Prefeito Gothardo (2005 a 2008), conforme pontuou o Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho.

O orçamento que o Gothardo fez foi um orçamento intramuros, fazia, bagunçou tudo, ninguém pra organizar, perdeu aquela organização que era por setor, ficou os meninos com o negócio de setor, e o Gothardo ignorava setor, e o pessoal dele que veio pra Prefeitura não sabia porra nenhuma de nada, aí fazia uma negócio de governo itinerante no bairro, uma forma picareta, governo itinerante no bairro, e ficava, não tinha organização, falava um monte de bobagem, não fazia, não cumpria, desgastou a administração (...) (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 328).

O Entrevistado VI é Presidente de Associação de Moradores, tendo informado que trabalhou durante o governo do Prefeito Baltazar (1993 a 1996), por isso, fez um relato minucioso sobre a gênese do instrumento do Orçamento Participativo em Volta Redonda, bem como esboçou um parâmetro sobre sua utilização nos governos do Prefeito Baltazar e do Prefeito Antônio Neto, conforme destacou no trecho a seguir:

Foi em 92, a gente elegeu uma coligação, um Prefeito do PSB e uma vice do PT, então, já se falava de orçamento participativo em Angra dos Reis, Cordeirópolis, Santos, Diadema, aí a gente começou, eu como estava na ativa, nós começamos, nas horas, nos dias de folga, viajar e ir buscar subsídio de como funcionava o orçamento participativo para poder implantar ele em Volta Redonda. Então, o período de 92 a 94 ficou marcando passo, ele foi implantado nesse período de 92 a 94. **Então, o sucesso das administrações petistas era a marca registrada deles era trabalhar com o orçamento participativo. E a gente fundou ele aqui, mas o Orçamento Participativo de Volta Redonda, o governo Baltazar fez, quem deslançou com ele foi o governo do Neto, o sucesso da administração do Prefeito Neto, dos mandatos anteriores dele, foram o orçamento participativo, que sempre foi direcionado pelas associações de moradores, priorizando a necessidade da comunidade em torno da cidade** (ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 264-265) (grifo nosso).

Não há como desconsiderar que existia uma efervescência do movimento social, principalmente quando se deu a privatização da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), conforme afirmou o Entrevistado XI, Lincoln Botelho.

Nesses dois mandatos a cidade sofreu um impacto grande desse tipo de atuação da administração, o papel da administração foi distintivo naquele momento de depressão da própria cidade, uma cidade, uma company town, uma cidade toda em torno de uma CSN, que a vida inteira se orgulhou de fazer aço para o Brasil, de repente foi expropriado daquele seu, foi expropriado, a cidade foi expropriada do seu *múnus*, da sua principal função e tal, o papel que o poder público exerceu foi extremamente importante né (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 326).

Nesse contexto, os contornos do Orçamento Participativo foram sendo estruturados, com a definição de sua metodologia e dinâmica, existindo uma certa disputa, conforme relatou o Entrevistado XI:

Aí, a discussão pela cidade começou a aparecer, aí, saiu o primeiro secretário, entrou o segundo, aí o terceiro, eu fui o terceiro, no terceiro ano eu fui o terceiro secretário. Para fazer isso teve uma discussão com os colegas do PT, eu falei olha, para fazer isso, nós temos que ter alguma, temos que estudar o método aqui. **Tinha algumas bobagens, por exemplo, tinha umas bobagens, assim, de como era uma aliança de PT e PSB, não tinham maturidade, um negócio bobo assim, o pessoal queria que as obras que fossem, nem tinha obra ainda, não tinha nem dinheiro, discutido em 93, as obras que forem do orçamento participativo têm que ter uma placa dizendo que é o OP, com um carimbo.**

Eu falei gente, o governo é um só, não tem governo do PT e governo do PSB, não, separado não, se o governo do PSB se der mal o do PT está junto. Eram umas coisas assim um pouco, alguma coisa um pouco pueris na questão, na gestão mesmo (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 315-316) (grifo nosso).

Dessa forma, a implementação e delimitação da dinâmica do Orçamento Participativo foi iniciada durante o mandato do Prefeito Baltazar (1993 a 1996). Posteriormente, tal instrumento participativo foi fortalecido, sendo que durante o governo do Prefeito Neto, iniciado em 1997, o Orçamento Participativo ganhou maior amplitude e aplicabilidade.

O Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho relatou que ocorreram dificuldades durante os dois primeiros anos do governo do Prefeito Baltazar, porque o sistema do orçamento participativo acabava desconstituindo algumas lideranças, conforme explica:

Então, você começa, plenária aqui, plenária ali, nova liderança e desconstitui tudo, você fica dando o peso, todo crédito todinho à organização a partir de criando lideranças por plenária, por não sei o que lá, e vai, criava um problema também, um incômodo, porque Volta Redonda vinha de um processo muito intenso de discussão do movimento social, o movimento social muito ativo, e você fazia uma Plenária daquela, na hora

da Plenária desconstituía a liderança, não reconhecia a liderança (...) o negócio não funcionou. (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 314).

Nesse momento, um passo importante foi estabelecido, conforme informou o ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA (2016, p. 318), pois, após discussões no governo municipal, houve um consenso no sentido de que as Associações de Moradores deveria exercer um papel fundamental de representatividade no Orçamento Participativo de Volta Redonda, pois o entrevistado defendia o seguinte: “(...) acho que a gente tem que fazer com as associações de moradores, senão a gente desconstitui o movimento que tá aí, eu não seguro essa onda, eu não seguro essa onda de criar nova liderança”.

A preocupação inicial, segundo relatou o referido Entrevistado, era a seguinte: “montar metodologia nossa, de reconhecer o terreno. Quem são os atores? Quem são as pessoas que estão? Quais são as contendas? Quais são as disputas? Como é que organiza isso? Como é que a gente disciplina isso? Como é que a gente permite?” (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 341).

A seguir, segundo Lincoln Botelho, ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA (2016, p. 319) foi recomendado que cada presidente de Associação de Moradores realizasse assembleia no seu bairro, sendo que “o protagonismo deixou de ser nosso, o protagonismo passou a ser deles ali, presidente de associação de moradores e tal, eles ficaram empolgado, todos eles tinham a liderança, chamavam as pessoas e tal”.

Tal fato também foi mencionado pela Entrevistada IX, Maria de Fátima Martins Passos, a qual atua como Presidente da FAM (Federação de Associação de Moradores de Volta Redonda) e Presidente da Associação de Moradores do Jardim Normândia:

Só que no governo do Neto, o Neto resolveu o quê? Canalizar, centralizar nas associações de moradores. Então, se você chegar lá e fizer um pedido, “ah, eu quero que coloque lá um chafariz na praça do Normândia”, aquilo entrava antes como um pedido. Hoje não, ele passa, a associação de moradores, se necessário, ela convoca os moradores, dependendo do assunto, e vamos lá gente, olha, nós estamos com um pedido aqui de um chafariz, per aí, nós estamos com um problema seríssimo de uma rede de esgoto, que ela vive estourando e precisa ser feito (..) O que é que é preferível para nós aqui, o que é prioritário? Um chafariz na pracinha ou fazer essa canalização que está retornando esgoto, não é (ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DAE ASSOCIAÇÃO DE

MORADORES DE VOLTA REDONDA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA, 2016, p. 302).

A afirmativa contida no trecho acima indica justamente que o poder público municipal decidiu canalizar nas Associações de Moradores de Volta Redonda a incumbência de selecionar, junto à comunidade, as reivindicações, sendo que tal entidade também passou a ser responsável pelo envio das demandas à Prefeitura. Dessa forma, a Entrevistada explica que a intenção era evitar pedidos individuais e avulsos que não correspondiam à real necessidade coletiva do local.

No que se refere à metodologia e dinâmica do Orçamento Participativo de Volta Redonda, de acordo com informações contidas no site da Prefeitura de Volta Redonda, a Secretaria Municipal de Planejamento deu início à elaboração de uma metodologia com a finalidade de implantar tal instrumento participativo no ano de 1993, razão pela qual fora feita a divulgação de tal prática, com o slogan "A CIDADE É SUA", tendo crescente participação social:

Com o tempo, a adesão ao projeto foi cada vez maior. Desde o início o Legislativo foi convidado a fazer parte das reuniões. E após um ano de exercício, o processo tomou corpo, e ganhou o respeito da comunidade. No segundo ano de projeto, em 95, o OP foi estruturado basicamente com a demanda pendente de 94, o que ao contrário de comprometer a credibilidade e participação da comunidade, serviu para o fortalecimento do processo contínuo, cada vez mais consistente. Resultado disso, em 1996, o OP registrou finalmente 100% de adesão das associações de moradores (PREFEITURA DE VOLTA REDONDA, 2002).

Nos anos posteriores, a metodologia foi adaptada de acordo com as necessidades da cidade, sendo que as prioridades eram direcionadas para cada bairro, para que fosse possível atender todas as associações. "Para que esse controle fosse feito, foi criado um banco de dados dividido em: demandas do exercício atual, demandas antigas e novas demandas" (PREFEITURA DE VOLTA REDONDA, 2002).

No caso de Volta Redonda, além das reuniões que ocorrem em cada associação de moradores, são realizadas reuniões setoriais e reuniões temáticas com membros do governo que fazem parte de determinado assunto (saúde, educação, obras, etc).

Sobre a questão, Ferreira (2014) destaca que o Orçamento Participativo de Volta Redonda teve dificuldades para ser implantado, tendo que ser adaptado às necessidades locais, considerando "(...) algumas peculiaridades do município que é

a estruturação de um banco de dados, onde as obras inviabilizadas de realização são guardadas e incorporadas ao OP do ano seguinte” (FERREIRA, 2014, p. 47).

No segundo ano de implementação do orçamento participativo já houve um avanço importante, na medida em que “conseguiram um consenso de dividir a cidade em doze setores (...) e nesses setores agrupava as representações desses setores né, e fizeram o primeiro mapeamento com a associação de moradores” (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 314).

Em suma, inicialmente, foram definidos quais seriam os atores sociais que fariam parte da dinâmica do instrumento participativo, no caso, as Associações de Moradores de Volta Redonda. Posteriormente, considerando o tamanho populacional e a proximidade entre os bairros, a cidade foi dividida em 12 (doze) setores, os quais são chamados, separadamente, para reuniões na Prefeitura, tendo como objeto temáticas específicas (saúde, educação, esporte, etc).

Dessa forma, os setores administrativos do Orçamento Participativo de Volta Redonda foram divididos tendo como critério a proximidade dos bairros, os quais estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 10 – Setores administrativos do Orçamento Participativo de Volta Redonda

SETORES	BAIRROS
SETOR 1	ILHA PARQUE; JARDIM AMÉRICA, PARQUE DAS ILHAS, SANTO AGOSTINHO, VILA AMÉRCIA, VOLTA REDONDA E VOLTA REDONDA II.
SETOR 2	BRASILÂNDIA, CAIEIRAS, CAILÂNDIA, CANDELÁRIA, DOM BOSCO, NOVA SÃO LUIZ, PINTO DA SERRA, SÃO LUIZ E SÃO SEBASTIÃO.
SETOR 3	ÁGUA LIMPA, NOVA PRIMAVERA, PEDREIRA, TRÊS POÇOS, VILA RICA (3) E VISTA BELA.
SETOR 4	CASA DE PEDRA, CIDADE NOVA, JARDIM BELVEDERE, JARDIM ESPERANÇA, JARDIM TIRADENTES, RIO DAS FLORES, ROMA I, ROMA II, SIDERÓPOLIS, VILA RICA (4), VILA RICA (SAMOA), VILLAGE SUL E VISTA VERDE.
SETOR 5	BELA VISTA, JARDIM AMÁLIA, JARDIM NORMANDIA, LARANJAL, MONTE CASTELO, SÃO GERALDO, SÃO JOÃO, SESSENTA, VALE DA COLINA E VILA SANTA CECÍLIA.
SETOR 6	207, EUCALIPTAL, MINERLÂNDIA, SANTA INÊS, SÃO CARLOS, SÃO CRISTÓVÃO E SÃO LUCAS.
SETOR 7	249, CONFORTO, JARDIM EUROPA, JARDIM PONTE ALTA, JARDIM SUÍÇA, PONTA ALTA, RÚSTICO E SIDERVILLE.
SETOR 8	BELO HORIZONTE, COQUEIROS, MARIANA TORRES, VERDE VALE E VILA BRASÍLIA.
SETOR 9	AÇUDE, AÇUDE IV, BELMONTE, JARDIM BELMONTE, PADRE JOSIMO, SANTA RITA DE CÁSSIA, SIDERLÂNDIA E UNIÃO RETIRO.
SETOR 10	ELDORADO, JARDIM CIDADE DO AÇO, JARDIM PRIMAVERA, RETIRO E VILA MURY.
SETOR 11	AERO CLUBE, ATERRADO, BARREIRA CRAVO, JARDIM PARÁIBA, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NITERÓI E VOLDAC.
SETOR 12	SANTA CRUZ, SANTA CRUZ II E SANTA RITA DO ZARUR.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nas informações fornecidas pela Secretária de Planejamento de Volta Redonda (2016).

No ano de 2017 foi eleito para Prefeito Elderson Ferreira da Silva (Samuca Silva), vinculado ao Partido Verde (PV), mas que depois de eleito filiou-se ao partido PODEMOS, partido formado no ano de 2017. A nova gestão eleita está reestruturando o Orçamento Participativo de Volta Redonda, sendo que através de contato realizado com alguns Presidentes de Associações de Moradores, foi informado que uma das mudanças realizadas ocorreu com a introdução do Orçamento Participativo Digital.

Segundo o atual Secretário Municipal de Planejamento, Júlio Andrade, Volta Redonda adotará o modelo híbrido, no sentido de manter a participação presencial e a online. Dessa forma, a Prefeitura disponibilizou postos de atendimento para que a população pudesse votar, criando também um site específico para esse fim (www.voltaredonda.rj.gov.br/opdigital). Segundo dados da Prefeitura, durante a etapa digital ocorreu a participação de 2000 mil pessoas (VOLTA REDONDA, 2017).

Posteriormente, no início de agosto de 2017 a Secretaria Municipal de Planejamento, Transparência e Modernização da Gestão realizou um Fórum Municipal do Orçamento Participativo. Além disso, foi eleito um Comitê do Orçamento Participativo que terá a função de acompanhar o cumprimento do que fora decidido, sendo que este órgão será formado não somente pelos Presidentes de Associações de Moradores, como também por outros membros de movimentos sociais e de Conselhos Municipais. Tais representantes terão mandato de um ano (agosto de 2017 a agosto de 2018) (VOLTA REDONDA, 2017).

A priori, a ideia de viabilizar a participação, via digital, é interessante. Porém, é preciso avaliar qual será a eficácia do novo instrumento. Portanto, o êxito de tal proposta, bem como as repercussões que serão geradas pela nova gestão municipal eleita em 2017, somente poderão ser analisados futuramente. Isto porque o resultado prático do novo formato participativo somente poderá ser observado durante o ano de 2018, momento em que poderão ser avaliados os impactos das mudanças introduzidas, bem como se o poder público municipal implementará, de fato, as obras decorrentes do Orçamento Participativo de Volta Redonda.

A exposição dessas alterações oriundas da transição do governo municipal é importante, considerando que a pesquisa empírica foi realizada em Volta Redonda durante os meses de novembro e dezembro de 2016, ou seja, no final do mandato do Prefeito Neto, retratando, assim, esse momento histórico, bem como a experiência dos sujeitos políticos que fizeram parte desse processo participativo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Delimitações teóricas e metodológicas

A pesquisa nas ciências sociais⁶⁹, conforme ensina Florestan Fernandes (2004), transcende à mera esfera de constatação dos fatos. Assim, segundo o autor, após a obtenção e seleção dos dados da realidade, é necessária sua reconstrução empírica, sendo que em qualquer setor de investigação científica, através da observação serão evidenciadas as condições de produção dos fenômenos estudados.

Fernandes (2004) ressalta que a observação dos fenômenos sociais não está limitada aos procedimentos utilizados para reunir os dados brutos da realidade, pois a fase crucial “tem início quando o tratamento analítico dos dados permite passar das imagens sensíveis dos fenômenos para imagens unitárias ou analíticas de suas propriedades e das condições em que são produzidos” (FERNANDES, 2004, p. 128).

A observação, para Fernandes (2004), permitiria a passagem dos dados perceptíveis para dados empiricamente consistentes, para, ao final, alcançar os aspectos essenciais à investigação. Em outras palavras, através da observação seria possível “(...) converter dados discretos e aparentemente caóticos em uma representação analítica, mas unitária e unívoca, das propriedades, natureza e condições de produção dos fenômenos” (FERNANDES, 2004, p. 141).

A partir disso, caberá ao pesquisador interpretar as evidências empíricas. Há que se destacar, ainda, a influência da forma de definição do objeto de investigação no resultado final do processo de observação, visto que a manipulação dos dados depende do *sistema de referência* escolhido pelo pesquisador, o qual delimita o objetivo teórico da pesquisa, conforme ensina Fernandes (2004).

⁶⁹ “Portanto, nas ciências sociais o processo de observação abrange três espécies distintas de operações intelectuais: a) as operações através das quais são acumulados os dados brutos, de cuja análise dependerá o conhecimento objetivo dos fenômenos estudados; b) as operações que permitem identificar e selecionar, nessa massa de dados, os fatos que possuem alguma significação determinável na produção daqueles fenômenos; c) as operações mediante as quais são determinadas, isoladas e colididas – nesse grupo restrito de fatos – as instâncias empíricas relevantes para a reconstrução e a explanação dos fenômenos, nas condições em que forem considerados” (FERNANDES, 2004, p. 131-132).

Não há que se falar, portanto, em neutralidade científica, pois no momento de acumulação dos dados, Fernandes (2004) esclarece que além de o sujeito-investigador interagir com os sujeitos-observados, o pesquisador também orienta suas observações. Dessa forma, a interação já surge desde o momento em que ocorre o corte metodológico e a escolha do local da pesquisa empírica. No caso desta pesquisa, foram analisados orçamentos participativos adotados por municípios do Rio de Janeiro, sendo que a pesquisa empírica foi realizada na cidade de Volta Redonda.

Segundo Barata Moura (2010), aquilo que parece descoordenado, aleatório, no fundo, constitui uma unidade que não é simples, linear, idêntica. Ao contrário, é uma unidade determinada concretamente, no seu teor e na sua devenida, de acordo com a complexidade das relações e inúmeros elementos contraditórios. Sendo assim, a essência é um conjunto de relações que “na sua realidade, tem que ser surpreendido e determinado no seu próprio devir, no processo ou no movimento histórico em que consiste em que vai sendo transformado” (BARATA MOURA, 1998, p. 79).

Dessa forma, Barata Moura (1998) afirma que a materialidade do ser não é reduzida à empiricidade do existente, pois possui em si toda a dialética da historicidade, sendo que a prática humana social é uma insubstituível agência de mediação transformadora. Nesses termos, a cientificidade requer como condição epistemológica, segundo Barata Moura (1998), uma adequada penetração na conexão interna dos fenômenos e não apenas sua descrição ou recensão ao nível de mera imediatez empírica de sua revelação.

Sobre a questão, Marx (1984, p. 271) ensina que “toda ciência seria supérflua se a forma de aparecimento (fenomênica) e a essência das coisas imediatamente coincidissem”. Ao analisar a referida afirmação de Marx, Barata Moura (1998) explica que se o real fosse desvendado numa relação direta e instantânea, seriam ignoradas as formas constitutivas do ser e do pensar, quais sejam: a historicidade e a processualidade. Logo, cabe ao pesquisador captar os elementos mais concretos, bem como as objetivações reais capazes de explicar a totalidade.⁷⁰

⁷⁰ “O concreto é concreto, porque é a concentração de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da concentração, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1977, p. 410).

A contradição emerge do próprio movimento, segundo Barata Moura (1998), pois, na sua imediatez, cada um dos elementos poderá aparentar ser não-contraditório, porém, ao ser adotada a perspectiva dinâmica ou histórica, a contradição aparece.

Sobre a questão, Theotônio dos Santos (1991, p. 28-29) enfatiza as contradições internas que formam os fenômenos, ao ensinar que “em termos dialéticos, todo fenômeno move-se a partir de suas contradições internas que determinam e fornecem os marcos de possibilidade de suas ações”.

Ciavatta (2001), por sua vez, pontua que “a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam (...)” (CIAVATTA, 2001, p. 132). Segundo a autora, a lógica dialética consiste no movimento que remete o objeto de estudo até sua totalidade, bem como as relações que se estabelecem.

A pesquisa utilizou como abordagem algumas categorias do materialismo histórico dialético proposto por Marx (1984), razão pela qual o fenômeno foi analisado considerando as suas mediações históricas; a totalidade das relações que determinam o fenômeno; as contradições que formam o problema; além da análise da correlação de forças existentes.

Como técnicas de pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica, tendo sido utilizados como materiais: estudos científicos, textos legais, bem como demais documentos sobre o tema.

Durante a pesquisa, foi utilizado o método qualitativo, pois, de acordo com Bartunek e Seo (2002), a utilidade de tal método está representada pela possibilidade de identificar e explorar os significados dos fenômenos pesquisados, bem como as respectivas interações que estabelecem, tornando possível a emergência de novas compreensões sobre os fenômenos. Com base nessa proposta, o trabalho de campo realizado na cidade de Volta Redonda (RJ) não teve o intuito de gerar dados numéricos, estatísticas e/ou controle de demandas, mas sim, analisar o fenômeno a partir das categorias de análise que serão descritas nesse capítulo.

A pesquisa empírica foi realizada no segundo semestre de 2016 em Volta Redonda, sendo que as entrevistas foram realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2016, mediante o uso de entrevistas semiestruturadas. Assim, uma

parte dos objetivos da pesquisa foi definida previamente (perguntas básicas conforme Roteiros contidos nos Apêndices A e B), sendo que durante as entrevistas tais objetivos sofreram redefinição e/ou complementação, considerando o eventual surgimento de indagações novas ou complementares.

Segundo a regra da *representatividade* elaborada por Bardin (2016), a amostra deve ser uma parte representativa do universo inicial. No caso de Volta Redonda, o Orçamento Participativo foi estruturado com base no agrupamento dos bairros, resultando em 12 (doze) setores. Após contato com os membros das associações, verificou-se que 88 (oitenta e oito) bairros fazem parte dos setores que compõem o Orçamento Participativo, mas há 84 (oitenta e quatro) Presidentes de Associação de Moradores em atividade, uma vez que alguns Presidentes respondem por mais de um bairro, em razão da proximidade e tamanho.

Dessa forma, a pesquisa empírica foi feita a partir de uma amostra de 30% do percentual do universo (84 Presidentes de Associação de Moradores que participaram do Orçamento Participativo de Volta Redonda), totalizando 25 membros da sociedade civil que foram entrevistados. Além disso, foram entrevistados dois membros do governo municipal em 2016: o Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho e o Gerente de Projetos e Obras do Furban (Fundo Comunitário de Volta Redonda). Portanto, ao total foram entrevistadas 27 (vinte e sete) pessoas, sendo 2 (dois) membros do governo municipal e 25 (vinte e cinco) membros da sociedade civil.

Cumprе ressaltar que os entrevistados não foram selecionados a partir de critérios numéricos, ao contrário, considerou-se a representatividade dos atores sociais dentre as lideranças locais, razão pela qual foram selecionados os atores considerados mais significativos dentro da dinâmica participativa. Dessa forma, buscou-se retratar a experiência dos Presidentes das Associações de Moradores de Volta Redonda, considerando toda a representatividade política que possuem dentro da dinâmica adotada no Orçamento Participativo da cidade.

A listagem das Associações de Moradores que compõem o Orçamento Participativo de Volta Redonda, contendo a identificação de seus respectivos Presidentes, foi fornecida pela Secretaria de Planejamento do Município de Volta Redonda no ano de 2016. A partir disso, o contato inicial com os sujeitos da pesquisa foi realizado através de ligações telefônicas, com a finalidade de expor os objetivos da pesquisa, bem como definir uma data para a entrevista pessoal. A

seguir, as entrevistas foram objeto de transcrição e análise, sendo que no Apêndice C consta a transcrição integral de tais entrevistas. Nos Apêndices D e E foram anexados modelos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foram fornecidos aos entrevistados, sendo que todos que participaram da pesquisa assinaram tal documento, permitindo, assim, a gravação e transcrição das entrevistas.

Apenas os agentes públicos foram identificados (com a devida autorização), sendo que as pessoas que fazem da sociedade civil foram identificadas apenas através de numeração sequencial (números romanos), uma vez que não há intuito de expor o nome das pessoas da sociedade civil, mas sim, obter informações que contribuem para o objeto da pesquisa.

Os dados obtidos em decorrência da pesquisa empírica foram objeto de *Análise de Conteúdo*⁷¹, de acordo com a metodologia proposta por Bardin (2016), adotando-se abordagem qualitativa, com a finalidade de obter indicadores qualitativos que permitissem o conhecimento do que está sendo dito, considerando a relevância dos elementos.

Bardin (2016) propõe três fases da pesquisa, quais sejam: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados, utilizando-se a inferência e a interpretação. O autor destaca, ainda, a fase da codificação e da categorização. No caso da codificação, deve ser feita uma transformação dos dados brutos contidos no texto, sendo que, posteriormente, ocorre a categorização, conforme explica o autor:

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos” (BARDIN, 2016, p. 147).

A construção das categorias iniciais resultou das primeiras impressões obtidas a partir da análise da narrativa dos sujeitos da pesquisa, recortando-se unidades de registros (palavras, frases, parágrafos). Após tal análise, foram

⁷¹ Para o autor, a análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2016, p. 48).

agrupadas as categorias iniciais, resultando na construção de quatro categorias intermediárias, quais sejam: a) Construção da metodologia para captação da vontade popular; b) Formas de convocação da sociedade civil; c) Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?; e d) Correlação de forças.

A análise foi baseada em categorizações, expostas no quadro a seguir:

Quadro 11 – Categorias de análise

CATEGORIAS DE ANÁLISE		
Iniciais	Intermediárias	Finais
1. Metodologia	I. Construção da metodologia para captação da vontade popular	Participação popular
2. Vontade popular		
3. Regras de seleção		
4. Interesse popular	II. Formas de convocação da sociedade civil	
5. Etapas do orçamento participativo		
6. Participação social	III. Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?	
7. Critérios de seleção de obras		
8. Poder de decisão final		
9. Controle das políticas públicas		
10. Representatividade social	IV. Correlação de forças	
11. Motivação		
12. Execução das obras		
13. Forças políticas		
14. Clientelismo		

Fonte: Quadro elaborado pela autora, com base na metodologia proposta por Bardin (2016).

Por fim, foram construídas duas categorias finais: Participação Popular e Controle Social. A categoria da Participação Popular abrange as categorias intermediárias *Construção da metodologia para captação da vontade popular* e *Formas de convocação da sociedade civil*. A categoria do Controle Social agrega as categorias intermediárias: *Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?* e *Correlação de forças*.

5.2 Categorias e questões centrais da pesquisa

5.2.1 Construção da metodologia para captação da vontade popular

O fato de determinado ente público decidir adotar o instrumento participativo não revela, por si só, a existência de um efetivo controle social acerca do

direcionamento dos recursos públicos. É preciso ir além disso, no sentido de viabilizar uma concreta adesão da sociedade civil ao instrumento, bem como construir uma metodologia que tenha um viés coletivo.

Com base nessa perspectiva, a participação deve ser concebida como um processo que deve permear todas as fases necessárias para a elaboração da política pública, razão pela qual não deve representar uma mera formalidade. Para tanto, a participação popular deve ocorrer desde o momento em que são definidas as regras que serão adotadas no instrumento participativo, assim como durante a fase intermediária e final, culminando com a escolha das demandas que serão incluídas no Orçamento Participativo.

A primeira categoria de análise *Construção da metodologia para captação da vontade popular* que orientou a pesquisa empírica, teve como finalidade verificar qual foi a metodologia utilizada para a captação da vontade popular no caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda. Além disso, foi pesquisado se a metodologia e as regras de distribuição dos recursos foram objeto de construção coletiva junto com os membros da sociedade civil.

No que tange à metodologia adotada para captação da vontade popular, através do relato feito pelos entrevistados foi constatado que o Orçamento Participativo de Volta Redonda tem uma metodologia própria, considerando a particularidade existente no local, qual seja, a existência de Associações de Moradores consolidadas, as quais realizam reuniões prévias para decidir o que será solicitado na reunião que ocorre, posteriormente, na Prefeitura.

O perfil associativo de Volta Redonda é reflexo dos antecedentes históricos que influenciaram a construção e consolidação dos movimentos sociais na cidade. Fontes e Lamarão (2006) ensinam que até o ano de 1967 não existiam associações em Volta Redonda, pois não se faziam necessárias, pois na época era o sindicato quem fazia tal reivindicação. Tal fato é justificado pela composição social que existia na época, pois havia uma certa predominância de trabalhadores operários na cidade.

Na década de 1970, segundo Fontes e Lamarão (2006), ocorreram tentativas no sentido de organizar os moradores de bairros menos favorecidos de Volta Redonda. Com efeito, a conjuntura social e política foi modificada a partir de 1979, em decorrência da retomada da atividade sindical dos metalúrgicos, sendo que o sindicato passou a atuar apenas em sua atividade principal, ou seja, com o objetivo

de representar os interesses da categoria. Em razão disso, “as reivindicações no nível do consumo passaram a ser encaminhadas pelas associações de moradores e por outras entidades de sociedade civil, diretamente ao poder local, i.e., à Prefeitura” (FONTES; LAMARÃO, 2006, p. 253).

No momento em que foi implementado o Orçamento Participativo de Volta Redonda, foi atribuído um papel crucial para as Associações de Moradores no contexto participativo, pois as demandas passaram a ser encaminhadas pelas Associações de Moradores à Prefeitura. A partir disso, a Prefeitura eram quem elaborava um cronograma de reuniões para convocar, posteriormente, os Presidentes de Associações de Moradores, considerando a temática das obras envolvidas (saúde, educação, lazer, etc).

A metodologia utilizada para captar a vontade popular foi indicada pelo ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA, o qual mencionou que, primeiramente, ocorrem as reuniões nas sedes das Associações de Moradores, com os respectivos Presidentes e a comunidade envolvida, momento em que são elencadas as reivindicações a serem encaminhadas para o setor de planejamento da Prefeitura. A seguir, a parte técnica visita os locais com a finalidade de avaliar a viabilidade da obra.

São os Presidentes das Associação dos Moradores que fazem a reivindicação. Primeiramente, são feitas as reuniões lá no planejamento, aí no planejamento fazem a seleção, e vai um técnico, eles fazem, eles têm um trabalho de visitar todos os locais solicitados. Algumas obras que eles acham tecnicamente impossível, inexecutáveis, eles vão cortando (ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 227).

O Entrevistado III também explicou a metodologia utilizada para captar os anseios da população: “nós entramos com o pedido, vindo dos moradores e da própria associação com o levantamento que ela faz, e apresentamos isso em OP – orçamento participativo” (ENTREVISTADO III – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 233).

Dessa forma, a partir da coleta de demandas, tais dados são enviados para a Prefeitura por cada Associação de Moradores, através do preenchimento de um formulário fornecido pela Prefeitura, sendo que tais demandas são objeto de

apresentação durante as Plenárias que ocorrem na Prefeitura, conforme explicou a Entrevistada IX, Maria de Fátima Martins Passos:

Olha, aqui em Volta Redonda, basicamente, ele é composto né, e **ele é formado e organizado através das Associações de Moradores. Então, a associação, ela tem um formulário, onde ela faz dentro do bairro uma pesquisa com os moradores, convoca os moradores e dali a gente vai extraíndo, né, as necessidades do bairro.** Então, tem ali e a gente tem que fazer um filtro, né, porque tem algumas coisas que são de manutenção, troca de lâmpada, uma tapa buraco, né, uma recuperação de pintura, alguma coisa assim. Mas tudo que demanda verba, então, tem que ir de qualquer forma para o orçamento, porque isso tem que constar como despesa para o Município, né. Então, a partir desse levantamento nós pegamos as prioridades, elencamos essas prioridades e fazemos a apresentação disso na Secretaria de Planejamento. **Então, nós temos a reunião na comunidade primeiro** e, depois, a reunião com o grupo onde isso é apresentado, isso é digitado, eles lá têm um controle, tem um banco de dados porque algumas coisas ficam armazenadas ali, e algumas coisas a gente vai buscando, né, para nossa famosa insistência, pedindo e até que essas coisas aconteçam dentro da comunidade (ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA, 2016, p. 296) (grifo nosso).

De fato, há uma clara centralização em torno das Associações de Moradores, sendo que tal fato é reconhecido pelos próprios participantes. Além disso, verificou-se uma questão interessante durante a pesquisa empírica, concernente à percepção do sujeito enquanto membro participante, conforme pode ser evidenciado através do relato do Entrevistado XII: “é um trabalho que a gente faz ele de graça, faz de graça, a gente faz o serviço da Prefeitura, que seria a Prefeitura vir aqui e levantar o que tem de ser feito e fazer, mas a gente já leva para eles mastigado, prontinho, tá aqui e faz!” (ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 345).

O protagonismo das Associações de Moradores também foi pontuado pelo Entrevistado XXV, que ressaltou a força desse movimento dentro do contexto social de Volta Redonda.

O Neto deu um poder de força muito grande para as associações, eu fico até pensando agora o Samuca entrando, se ele vai continuar com isso, porque se ele não continuar com isso, ele não vai governar Volta Redonda, **porque o movimento das associações de moradores, nós temos uma Federação, e esse movimento, minha filha, ele é grande demais.** Se o Prefeito criar uma inimizade com associação de moradores, ele vai perder muita coisa, ele não vai conseguir governar Volta Redonda (ENTREVISTADO XXV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 435) (grifo nosso).

A primeira afirmativa contida no trecho acima pode ser explicada pelo fato da entrevista ter sido realizada no final do ano de 2016, momento em que o Prefeito Neto ainda exercia o cargo de Prefeito. No entanto, o Sr. Elderson Ferreira da Silva (Samuca) já tinha obtido êxito nas eleições municipais, sendo que no ano de 2017 passaria a exercer o cargo de Prefeito de Volta Redonda.

No que tange às consequências que podem ser geradas em função da mudança periódica de governo, ao ser questionado pela pesquisadora sobre essa questão, o Entrevistado I relatou o seguinte: “não há diferença, sempre quando muda o governo, geralmente o outro governo procura seguir a metodologia do que foi implantado, e isso vem ajudar o bairro, eles nunca deixaram de atender o bairro não” (ENTREVISTADO I – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 225).

Ao contrário do que ocorre em outros municípios que adotam a política do Orçamento Participativo, os quais utilizam plenárias abertas para captar os anseios da população, no caso de Volta Redonda, a primeira fase do Orçamento Participativo ocorre sem a interferência do Poder Executivo, visto que cada Associação tem dinâmica própria, bem como data específica para reunião, considerando o tamanho do bairro e o interesse da população envolvida. Porém, após essa etapa de discussão na comunidade, os entrevistados explicaram que o calendário de discussão na Prefeitura e a dinâmica são determinadas pelo Setor de Planejamento, não existindo construção coletiva acerca disso.

Dessa forma, após a indicação das obras, o governo municipal analisa sua viabilidade técnica e financeira, com a finalidade de informar se a obra será executada ou não, conforme pontuou o Entrevistado XIV no trecho a seguir:

Hoje já mandam um formulário para gente, a gente tem um banco de dados, entendeu, a gente faz um documento, manda para pesquisa, formalizando aquela pesquisa e manda para o orçamento, manda para o governo, **aí o governo faz o planejamento de custo, qual o valor da obra, se vai fazer, se não vai fazer, entendeu** (ENTREVISTADO XIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 352) (grifo nosso).

Nessa linha, o Entrevistado XIX afirmou que os Presidentes das Associação de Moradores ficam sabendo, posteriormente, apenas a decisão final do Poder Público, “só o resultado, se vier fazer, geralmente, a maioria fizeram aqui, a única coisa que funcionou para gente foi a praça (...)” (ENTREVISTADO XIX –

PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 394).

Além disso, outra questão mencionada por alguns entrevistados foi a falta de clareza ao fundamentar e expor o critério de seleção das obras que serão implementadas através do Orçamento Participativo. Com relação a isto, o Entrevistado XIX manifestou sua insatisfação, conforme trecho a seguir:

ENTREVISTADO XIX: (...) deveria ter uma reunião entre eles lá, para discutir todas obras que nós temos solicitado, não chegar para gente e falar, “oh, vai ser feito, não vai ser feito”, entendeu. Eu acho que no momento que você coloca, eles deveriam dar a cada Secretaria falar o porquê que naquele momento não vai poder ser feito.

PESQUISADORA: Ah, explicar, fundamentar?

ENTREVISTADO XIX: Isso aí, fundamentação, isso mesmo, [inaudível]. “Ah, isso pode, isso não pode”, é um jogo, hoje é um jogo bem político assim de fazer ou não fazer sabe, lógico que tem os critérios, de ter critério de associações que deve ter mais voto, por exemplo, não sei como funciona isso, não deveria ser assim, porque eu acho que no momento que todo contribuinte paga né, eu acho que deveria ser uma coisa bem, mas não é assim. A gente vê que associações que são o carro-chefe, aí funciona tudo, as que demandam muito poder político fica nesse favor, sabe, aguardando (ENTREVISTADO XIX – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 398).

Restou evidenciada uma certa insatisfação em virtude dos critérios adotados para selecionar as obras não serem claros. Cabe mencionar a ponderação feita pelo Entrevistado XV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 368): “eu achava que tinha que ser mais transparente o critério adotado (...) mas isso nunca foi transparente, pelo menos para mim, em todas as reuniões que eu fui, nunca vi dizer o motivo pelo qual aquilo foi elencado”.

Em contrapartida, Fedozzi (2009) ressalta que o Orçamento Participativo de Porto Alegre apresenta uma característica diferencial, na medida em que as regras para distribuição dos recursos e as regras participativas são construídas de forma conjunta com a população. Portanto, tais regras derivam de deliberação coletiva, sendo que tal fato é crucial no contexto participativo, uma vez que não ocorreria apenas a inclusão da sociedade para participar de instituições políticas, pois haveria uma verdadeira “produção de normas *nascidas na relação de reciprocidade* entre atores das camadas populares e atores governamentais na criação dessa nova instituição da democracia participativa” (FEDOZZI, 2009, p. 47, grifo do autor).

Diante do exposto, há duas perspectivas democráticas a serem analisadas. Primeiramente, existe o relevante papel das associações de bairros que junto com a

comunidade decidem coletivamente acerca da necessidade local, sem que haja interferência estatal. Dessa forma, o poder público não participa dessa etapa preparatória, ganhando força o poder local para articular e debater coletivamente acerca de suas necessidades, propondo mecanismos para solucioná-las.

Porém, toda a dinâmica subsequente é determinada pela Prefeitura, que é quem detém o poder de decisão final acerca das obras que serão implementadas. Portanto, com relação à construção das regras para seleção das obras que serão incorporadas no Orçamento Participativo, através do relato dos entrevistados, constatou-se que a elaboração da metodologia não foi objeto de prévia discussão junto à comunidade, mas sim, foi resultado de uma imposição vertical do poder público, ao invés de ser fruto de uma construção coletiva.

Com relação aos critérios de seleção e distribuição dos recursos, alguns entrevistados apontaram que tais critérios são impostos verticalmente pelo poder público, não sendo devidamente explicitados e fundamentados, ou seja, não há transparência nesse quesito. Tal fato prejudica o caráter democrático do Orçamento Participativo, uma vez que a construção coletiva das regras do jogo, com a clara exposição dos critérios de seleção, é um fato importante para o efetivo controle social.

Revela-se, então, a necessidade de uma mudança de paradigma, para que a participação social passe a ser concebida na perspectiva de um processo que deve permear toda a dinâmica do instrumento participativo, e que as normas sejam criadas pelos atores sociais em conjunto com o poder público.

5.2.2 Formas de convocação da sociedade civil

A pesquisa foi orientada no sentido de avaliar de que forma é convocada a sociedade civil para discutir o orçamento, quem fixa o calendário de discussão e dirige as mesas de trabalho. Além disso, pretendeu-se verificar se houve discussão com a sociedade sobre tais etapas.

Através dos relatos dos entrevistados, constatou-se que a convocação é feita através de contato feito pelos membros da Prefeitura com os Presidentes de Associações de Moradores, sendo que cada associação realiza reuniões prévias

para discutir o que será objeto de deliberação, existindo certa liberdade com relação a isto.

Segundo o Entrevistado IX “a associação, ela tem um formulário, onde ela faz dentro do bairro uma pesquisa com os moradores, convoca os moradores e dali a gente vai extraindo, né, as necessidades do bairro” (ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA, 2016, p. 296).

O calendário de discussão das reuniões que ocorrem na Prefeitura é elaborado por membros da Prefeitura, sendo que a sociedade não discute sobre a metodologia de trabalho e o calendário de discussão. Nesse sentido, o ENTREVISTADO I – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 222) informou que o cronograma das reuniões a serem realizadas na Prefeitura de Volta Redonda é elaborado pelo Secretário Municipal de Planejamento, “(...) ele faz esse levantamento, nós passamos para ele toda essa pendência que há no bairro e ele faz a montagem desse cronograma, que é encaminhado depois para o Prefeito”.

Com o intuito de organizar e viabilizar a dinâmica das reuniões, os bairros de Volta Redonda foram divididos em 12 (doze) setores, os quais são chamados, separadamente, para reunião na Prefeitura, tendo como objeto temáticas específicas (saúde, educação, esporte, etc). Para tanto, são convidados os respectivos Secretários que tratam de cada temática que será objeto de discussão, sempre com a presença do Prefeito, quem detém o poder de decisão acerca de qual obra será efetivamente realizada.

Dessa forma, as reuniões são realizadas considerando os setores existentes, conforme pontuou o Entrevistado VIII:

Aqui em Volta Redonda o Orçamento Participativo ele é feito da seguinte maneira, é separado por setores e o Planejamento e a Secretaria também de Planejamento chamam os setores para estar discutindo as propostas feitas durante o início do ano. Eles mandam, chamam a gente lá, né, com as propostas anteriores em maio, aí depois é discutido em junho e julho, é discutido o que vai fazer, o que não vai, o que vai ficar para o banco de dados (ENTREVISTADO VIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 284).

Como as reuniões temáticas do Orçamento Participativo ocorrem na Prefeitura junto com os Presidentes das Associações de Moradores de Volta Redonda, a convocação é feita via telefone e endereço, conforme informou o ENTREVISTADO III. O Entrevistado XVI também mencionou como ocorre a convocação para reunião na Prefeitura, referente ao Orçamento Participativo:

Então, em geral, eles fazem o seguinte, eles enviam uma carta pra todos os representantes da sociedade civil né, são presidentes de associação de moradores, presidente de movimentos sociais, de todas essas entidades, a gente se encontra, aonde eles passam os tópicos, as diretrizes tudo, a gente senta, discute sobre os assuntos né, e cada um desses presidentes, líderes, são ouvidos pra saber a opinião, se concorda, se quer acrescentar alguma coisa ou se não concorda, ver se precisa de algum tempo pra consultar a população que faz parte, pra ver o que ela acha também, trazer as sugestões, geralmente, é dessa forma que é feito (ENTREVISTADO XVI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 373).

Cada Associação de Moradores tem dinâmica própria para discutir o que será indicado para o Orçamento Participativo, não existindo um modelo que é seguido por todos. Na verdade, o nível de participação depende da particularidade de cada bairro,

A título de exemplo, cumpre mencionar a fala do Entrevistado XVII que está há sete anos como Presidente de Associação de Moradores, sendo que seu relato foi no sentido de que o vínculo associativo garante uma maior representatividade. No caso específico da associação que o Entrevistado faz parte, em função do bairro ser grande, a indicação das obras é feita com ajuda de representantes de ruas, o que reflete uma particularidade deste bairro.

Sim, a gente faz as reuniões dentro da comunidade, e ali a gente pede para que as pessoas, a gente tem representante de rua, todas nossas ruas tem um representante, que conversam com todos seus vizinhos, e que ele sempre está de olho, dentro, se as árvores estão precisando de poda, se os bueiros estão entupidos, se as lâmpadas estão precisando de troca, se elas estão muito sujas, então, a gente tem representante de cada rua. Esses representantes, isso não quer dizer que os outros vizinhos não possam ir na reunião, mas a maior parte vai o representante ou manda um vizinho que possa representar, e ali ele leva todas as propostas daquela rua, e também a gente faz um apanhado e vê o que é que dá para fazer, o que é que não dá, o que é viável, porque também não dá para gente pegar, vamos dizer, trezentas e cinquenta propostas e colocar trezentas e cinquenta para Prefeitura. Então, a gente vê o que é mais viável, o que realmente é necessário naquele momento de boom, aquele boom, aqui tem a rede pluvial dessa rua não escoar, então, eu tenho água para dentro das casas, então, é necessidade de imediato, então, aquilo ali vai para orçar para poder melhorar. Vamos dizer, o bairro é muito grande, cada residencial tem

uma necessidade, a gente contempla dois por ano, então, a gente vai trocando, entendeu, para não contemplar só um residencial e o outro não. Então, a gente vai trocando, mas isso é tudo acordado ali, escrito, tem a ata de reunião, tem tudo (ENTREVISTADO XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 449).

Em suma, primeiramente, ocorrem as reuniões na Prefeitura, tendo como participantes os representantes das Associações de Moradores, momento em que é feito um balanço do que foi executado, sendo apresentada a dinâmica para o próximo ciclo participativo. A seguir, cada bairro faz sua reunião, sendo que a convocação é feita pelo Presidente de cada Associação de Moradores. Posteriormente, o governo municipal faz uma divisão temática do que fora apresentado a título de reivindicações, ocorrendo, assim, reuniões temáticas com representantes de cada setor. A Plenária Final tem a participação do Prefeito, momento em que são indicadas as obras que serão incluídas, de fato, no orçamento participativo que é enviado à Câmara Municipal, para que possa ser aprovado (PREFEITURA DE VOLTA REDONDA, 2012).

Portanto, além das reuniões que ocorrem em cada associação de morador, são realizadas reuniões setoriais e reuniões temáticas com membros do governo que fazem parte de determinado assunto (saúde, educação, obras, etc), sendo que tal dinâmica permaneceu até a data em que foi realizada a pesquisa empírica (final do governo do Prefeito Antônio Francisco Neto, em dezembro de 2016).

Dessa forma, a convocação da sociedade civil para discutir o orçamento fica centralizada em torno das Associações de Moradores, as quais possuem a incumbência de entrar em contato com os membros da comunidade para deliberar acerca do Orçamento Participativo. Além disso, é a Prefeitura quem fixa o calendário de discussão e dirige as mesas de trabalho, não tendo sido constatada a existência de prévia discussão com a sociedade sobre o calendário de discussão. Na realidade, a dinâmica concernente à metodologia é determinada pelo Poder Público, não existindo construção coletiva acerca disso.

5.2.3 Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?

A terceira categoria de análise teve o intuito de avaliar se o Orçamento Participativo de Volta Redonda apresenta perspectiva consultiva ou impositiva. Para

tanto, foi avaliado se a participação social representa uma mera consulta, sem vincular o poder público, ou se as obras escolhidas através da deliberação popular são efetivamente incluídas no Orçamento Participativo e, posteriormente, implementadas.

No decorrer da pesquisa empírica, através dos relatos dos entrevistados, foi possível perceber que no caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda, mesmo que não ocorra a implementação de todas as obras pleiteadas, as que são implementadas são selecionadas através do Orçamento Participativo. Isto não significa dizer que o poder público não realize outras obras que entenda ser necessário, em função da urgência e relevância social.

Tal fato foi ressaltado pelo Secretário de Planejamento de Volta Redonda Lincoln Botelho, ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA (2016, p. 326), que mencionou que no início da implantação do Orçamento Participativo de Volta Redonda o Prefeito Antônio Francisco Neto utilizou a seguinte frase “eu não vou garantir para vocês que vou fazer isso tudo que está aqui (...) mas garanto a vocês uma coisa, tudo que eu fizer, vai ter que sair daqui”.

De fato, há um certo controle social em Volta Redonda, na medida em que as obras implementadas resultam do pedido feito pelas Associações de Moradores, sem que haja interferência do Poder Público neste momento inicial. Evidencia-se, assim, a existência de um canal que viabiliza a participação popular na elaboração da política pública adequada para satisfazer os anseios da comunidade.

Ao avaliar o governo municipal ora vigente em 2016, o Entrevistado XXV mencionou o seguinte: “(...) para os presidentes de bairros ele foi bom, não faz nada na cidade que não esteja, que os presidentes de bairro não estejam a par, até a gente está esperando que o novo prefeito também faça isso” (ENTREVISTADO XXV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 430).

O Entrevistado XX também destacou que as obras que são executadas em Volta Redonda resultam das deliberações obtidas via Orçamento Participativo, “trabalhamos assim, só através do orçamento. Fora do orçamento, só manutenção, rede de esgoto, uma lâmpada queimada, lâmpada não precisa, só manutenção fora do orçamento, o resto tudo dentro do orçamento” (ENTREVISTADO XX –

PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 404).

Durante entrevista realizada com o ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA (2016, p. 227), foi informado que após a reunião realizada com os Presidentes de Associações, junto com sua comunidade, são gerados determinados pedidos, sendo que “(...) essas reivindicações são levadas para o setor de planejamento da Prefeitura, lá são analisadas as obras, são elencadas as obras que há possibilidade de serem realizadas, então, se faz uma seleção”.

Após essa fase, a associação recebe o formulário informando que as obras indicadas serão discutidas em reunião na Prefeitura, sendo que o Entrevistado II pontua que “antes de se reunir com os moradores, é mandado esse elenco de obra a cada setor, FURBAN, SMO, SMP, e a gente faz uma estimativa de preço, faz uma estimativa em cima daquelas reivindicações, daquelas solicitações” (ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 228).

Durante as entrevistas, verificou-se que não há interferência do Poder Público no momento em que são indicadas as obras que serão incluídas no Orçamento Participativo. Sendo assim, não estaria presente o risco de o governo municipal impor obras já pré-definidas, uma vez que tal ente não participa da deliberação inicial que ocorre em cada comunidade, seguindo a dinâmica própria de cada Associação de Moradores. Este é o maior ponto positivo verificado na dinâmica do Orçamento Participativo de Volta Redonda, pois não há um Fórum realizado pela Prefeitura com a finalidade de captar os anseios da população, ao contrário, é a população quem indica suas necessidades, o que evita que ocorra um predomínio da influência política, considerando o poder simbólico que o poder público detém.

Contudo, a conjuntura participativa é modificada no momento em que ocorre a reunião na Prefeitura, pois neste momento fica presente o viés discricionário do poder público dentro do processo participativo. Isto porque é a Prefeitura quem decide, de fato, quais obras serão objeto de execução, conforme informou o Entrevistado XXV.

As etapas vêm, assim, pelas reuniões temáticas, que são as reuniões de setores, depois dessas reuniões, aí eles vão tirar as obras mais de prioridade, aí vai para mão do Prefeito, aí lá **o Prefeito vai falar, “vou**

fazer, não vou fazer". Depois tem uma outra reunião, onde tudo já foi decidido, aí o Prefeito vem, vai e chama os presidentes de bairro, chama e fala assim, **"oh, essa aqui eu faço, essa aqui eu não faço, essa não é prioridade, essa é, essa eu posso fazer"**, e assim vai (...) (ENTREVISTADO XXV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 432) (grifo nosso).

A primeira afirmativa contida no texto acima indica que as obras vão para a "mão do Prefeito", que decidirá o que será feito ou não. A segunda afirmativa é indicativo de que a participação, via orçamento participativo, possui caráter apenas consultivo, considerando que na reunião posterior, "onde tudo já foi decidido", é informado o que será feito pelo poder executivo. Noutras palavras, o Prefeito é quem detém o poder de decisão acerca das obras que serão efetivamente implementadas.

Portanto, dentro da dinâmica do Orçamento Participativo é a Prefeitura quem possui o poder de decisão final acerca da implementação das obras, conforme destaca o Entrevistado XV:

Então, não nos cabe como colaboradores da apresentação da demanda, dizer em grau de necessidade aquilo que a gente prioriza, não é assim. E isso, então, por exemplo, vamos colocar vinte necessidades, se o Prefeito escolher três, quatro, já está bom. Na minha concepção, isso é completamente equivocada, não, eu não quero colocar vinte coisas para o bairro ficar mais bonito, melhor. Não, eu quero colocar apenas aquilo que a gente realmente necessita e que essa escolha tenha que ser do Prefeito, por ordem de importância para o bairro. **Só que não é desse jeito, você coloca, então, todos ficaram muito tempo dentro desse processo, fazendo assim, eu coloco quarenta e aí o Prefeito escolhe** (ENTREVISTADO XV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 367) (grifo nosso).

O Entrevistado V também ressaltou que compete ao Executivo o poder decisório acerca dos critérios a serem utilizados para decidir qual obra será executado. "A gente vai às reuniões, a gente leva as nossas necessidades, nem todas são cumpridas né, mas a gente leva e deixa lá, **para que eles analisem e ver qual é a prioridade que a gente tem**" (ENTREVISTADO V – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 251) (grifo nosso).

A questão é que na reunião que ocorre com o Prefeito são informadas as obras que serão feitas, contudo, sem explicar pormenores. Assim, não é devidamente esclarecido, caso a caso, o motivo pelo qual não será executada determinada obra. Isto porque, apenas em alguns casos é informada a questão da

inviabilidade técnica ou financeira da obra, conforme explicou o Entrevistado II que faz parte do FURBAN (Fundo Comunitário de Volta Redonda):

Na reunião com o Prefeito, é lido item por item para cada representante da associação, assim: **“essa eu vou fazer, essa eu não vou fazer, essa tem condições de fazer, essa não tem, essa não vou fazer porque é inviável tecnicamente, é inviável economicamente falando”**. Então, a pessoa sai da reunião de participação, do orçamento participativo, ele sai com um documento, ele volta na associação e fala: “olha, eu consegui essas obras aqui” (ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 228) (grifo nosso).

O Entrevistado VI também ressaltou que por questões de ordem financeira, “(...) o fato de uma obra estar inserida no orçamento participativo isso não é a garantia dela ser executada no ano seguinte” (ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 264).

Cumpram-se mencionar que as obras que não são executadas no mesmo exercício financeiro ficam registradas em um banco de dados da Prefeitura, ou seja, aquilo que resultou da deliberação popular não é descartado pelo Poder Público, sendo que a população pode reivindicar a execução dessas demandas pendentes durante as reuniões que ocorrem na Prefeitura. Portanto, caso não possa ser implementada de imediato, a obra fica aguardando execução no cadastro, conforme mencionou o Entrevistado VII:

(...) você leva, você discute, às vezes nem discute, entrega o orçamento participativo, e a Prefeitura vai estudar [inaudível] o que vai ser feito, o que não é feito é jogado num cadastro. Tudo que você pediu, tudo que você pede para o bairro vai para um cadastro, os que a Prefeitura tem condições de fazer e os também que não tem, a esse vai para um cadastro e fica na espera, se tiver questão financeira eles mandam te avisar que vai fazer, se não tiver vai ficando (ENTREVISTADO VII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 279).

O Entrevistado VI também apresentou sua insatisfação, ao afirmar que “(...) o sucesso da administração do Neto foi o Orçamento Participativo nas três gestões anteriores, e o fracasso dele também foi na última gestão, não atendeu ao orçamento participativo” (ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 268).

(...) ficou meio, assim, que perdido nesses últimos três anos porque não foi feito o orçamento participativo, aí, por exemplo, você indica uma obra para o

orçamento participativo, faz a defesa dela em reunião temática, aí ela vai para o orçamento participativo, se ela não pode ser executada naquele ano, no ano seguinte ela fica num banco de dados, ela não foi feita, mas o Executivo, a Secretaria de Planejamento sabe que aquela obra está no orçamento para ser feita (ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 267).

Dessa forma, o Entrevistado manifestou insatisfação pelo fato de as obras não estarem sendo implementadas nos últimos três anos: “não estão fazendo a obra, isso. Nos últimos três anos, em função dessa crise que se instalou aí, o atendimento é mínimo, a Prefeitura tem deixado muito a desejar em alguns pontos, entendeu” (ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 264).

Nesse sentido, manifestou-se o Entrevistado XII, “olha, hoje, eu acho que o orçamento participativo de Volta Redonda ele ficou assim um pouco obsoleto, porque as demandas, hoje, não estão sendo mais respeitadas (...)” (ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 343).

Da mesma forma, o ENTREVISTADO X afirmou que houve uma falha na execução do orçamento participativo nos últimos anos, tendo feito a seguinte ponderação: “(...) teve umas falhas, por causa de verba e porque não estava sendo atendido todas as obras. Então, tinha que dá uma parada, porque se aquele montante não foi atendido, não adianta pegar mais, né” (ENTREVISTADO X – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 310).

De fato, a diminuição na execução de obras decorrentes do Orçamento Participativo de Volta Redonda foi confirmada pelo próprio Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho, o qual justificou que a agenda urbana cresceu, no entanto, o governo municipal não conseguiu dar conta dos novos anseios da sociedade. Dessa forma, o Entrevistado explicou o seguinte: “Eu já achei a gestão de 2009 para cá, esses dois últimos governos do Neto, que eu faço parte, uma gestão com muita dificuldade, quadros fracos na gestão pública, recursos, começou a apertar recursos” (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 330).

Nessa linha, a Entrevistada IX, Maria de Fátima Martins Passos (Presidente da Federação de Associação de Moradores de Volta Redonda e Presidente da

Associação de Moradores do Jardim Normândia) destacou que nos últimos dois anos houve prejuízo no que tange à execução das obras, sendo que muitas demandas que já constavam na base de dados foram repetidas, considerando sua não implementação.

A seguir, a referida entrevistada ressaltou a importância das Associações de Moradores dentro desse contexto de crise e deficiência na execução das obras:

Então, olha só, eu na verdade, assim, eu tenho do meu setor, que o meu bairro no caso é o Normândia, que é dentro do setor 5, mas eu participo de todas elas, eu vou em todas elas, dos setores do 1 até o 12 eu estou ali dentro junto, acompanhando com o pessoal, tá. **Então, é assim, eu acho que houve nesses dois últimos anos uma dificuldade do governo de fazer algumas coisas, mas fez muitas outras coisas, né.** Então, às vezes um bairro pediu, “ah, eu quero um postinho daqui”, não, não fez o postinho, mas conseguiu fazer o Cras. Então, tem assim, tem alguns bairros que estão precisando de algumas coisas a mais, pela dificuldade, **nós tivemos dificuldades na queda da receita, né, que é explicado pra gente, e o que a gente tá vendo a queda dos royalties também, um declínio aí de valores pra serem repassados,** e algumas necessidades que são maiores em alguns bairros. Tem bairros aqui que cresceram com, assim, com casas em locais muito acidentados, né, e que precisam de contenções e muitas contenções, algum trabalho mais direcionado nesse sentido, isso tem um custo muito alto, né, outros bairros cresceram demais, começa com um pouquinho de casas ali e tem muito, tipo a Fazendinha, Fazendinha na Vila Brasília, cresceu demais. Então, as necessidades vão aumentando, vai aumentando necessidade de que, de você aumentar a captação de esgoto, isso não é barato. Então, tudo isso a gente tem que entender, e a gente tem que ter a visão assim, poxa, se o meu bairro é um bairro que está bem estruturado, que eu estou precisando de uma coisa que pode esperar, eu tenho que abrir mão para um outro bairro que tenha uma necessidade maior, mais grave, mais necessária e mais urgente. Então, a gente tem que ter isso, a finalidade da Federação é tá, também, acompanhando isso tudo, e ao mesmo tempo dando essa sabe, esse, vamos dizer, uma acalmada de alguma forma no pessoal, mas sem deixar que as pessoas desanimem, é você acalmar, assim, pra que as pessoas não percam esse foco, a gente não pode deixar. **O segmento de associação de moradores ele é muito importante, as pessoas têm que saber realmente e sabem o peso que têm, né, dentro de uma cidade, e a gente é responsável por organizar, junto com outros segmentos, também, não somos só nós, né, nós temos aí vários segmentos que ajudam, né, empresarial que seja, as faculdades, também, ajudam muito, com essa questão de pesquisa** ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA, 2016, p. 298-299) (grifo nosso).

Observa-se, então, que houve uma clara diminuição na execução das obras que foram selecionadas pelo Executivo para compor o Orçamento Participativo. Sobre a questão, alguns entrevistados mencionam crise financeira. De qualquer forma, percebeu-se um certo enfraquecimento motivacional resultante disso, pois ainda há obras que fazem parte de um banco de dados e aguardam implementação.

Portanto, a participação social ficou atrelada ao poder de decisão do Estado. Em razão disso, embora exista um elemento importante de poder popular de base, não pode se falar em perspectiva impositiva do Orçamento Participativo de Volta Redonda, pois a participação popular possui viés de consulta popular, sem garantir, de fato, a implementação e execução do que fora decidido.

Além disso, conforme já exposto anteriormente, alguns entrevistados manifestaram insatisfação em função dos critérios de seleção do executivo não ficarem explícitos, ou seja, não existiria transparência com relação ao motivo pelo qual o Executivo seleciona determinada obra, em detrimento de outras. Com relação a tal questão, alguns entrevistados alegaram possíveis questões financeiras, mas tudo fica no âmbito de suposições, pois não existiria uma informação formal sobre a razão de determinada obra não ser incluída no orçamento municipal.

5.2.4 Correlação de forças

Durante o debate promovido pelo orçamento participativo segmentos sociais são representados, evidenciando as forças sociais em jogo. Dessa forma, é sintomática a ausência de determinados segmentos. No caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda, há uma diversidade com relação aos membros da sociedade civil que foram entrevistados, tanto com relação à escolaridade, como em relação à profissão, porém, não há participação significativa de outros segmentos sociais representativos nas reuniões.

Na realidade, alguns entrevistados informaram a existência de participação de segmentos específicos nas reuniões preparatórias que ocorrem nas associações, porém, os entrevistados informaram que nas reuniões que ocorrem na Prefeitura há pouca representatividade de outros setores da sociedade civil.

ENTREVISTADO XII: É Comitê do desenvolvimento do combate às drogas, eles também acompanham com a gente. Aqui no Siderlândia, por exemplo, eu trabalho na associação de moradores, mas a comunidade católica e a comunidade evangélica também me ajudam nisso, nesse processo aqui dentro do Siderlândia, eu sempre procuro os pastores, chamo eles para reunião, eles sempre estão junto, entendeu. A ACIAP, também, que é a associação comercial, sempre está apoiando a gente, o CDL

(ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 345).

Com relação ao interesse da população, percebeu-se um contraponto, pois nos bairros mais pobres, justamente pela carência que lhes é peculiar, a população costuma manifestar mais interesse em participar e fazer reivindicações, conforme relatou o Entrevistado VIII:

PESQUISADORA: E naquele bairro que tu ficavas antes, que era o Roma, não é? Lá tinha uma participação melhor?

ENTREVISTADO VIII: Tinha. Se tinha um esgoto vazando, estava lá, eu não tinha tempo nem de almoçar, não tinha tempo de nada, eu saía de manhã, voltava só de tarde, era uma demanda muito grande.

PESQUISADORA: Tu acredita que essa diferença é por quê? Pela questão dos bairros?

ENTREVISTADO VIII: Pela questão social.

PESQUISADORA: Sim. Por que lá é um bairro mais simples?

ENTREVISTADO VIII: É isso, hoje já está até melhor, mas antigamente era muito mais carente, você vê que a rua que eu morava não era asfaltada, iluminação era, não tinha de cinquenta em cinquenta metros, às vezes na outra esquina, tinha o fio, mas era na outra esquina que tinha luz, no poste não tinha. (ENTREVISTADO VIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 293).

Em contrapartida, em bairros mais favorecidos, com uma melhor infraestrutura, os relatos foram no sentido de que o interesse da população é menor. Tal fato foi exposto pelo Entrevistado XXV - PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 430), ao pontuar que: “(...) o bairro, como ele não tem prioridade, ele tem é manutenção, mas prioridade ele não tem, a comunidade, o bairro, nada, a população não vai a nada”.

Nesse sentido, o Entrevistado XXVI - PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 441) explicou o seguinte: “porque o bairro nosso aqui é pequeno, ele precisa mais é de maquiagem. Não precisa, o que está precisando está saindo agora, que é a ponte ali”.

Além disso, foi relatada a peculiaridade de bairro considerado como “bairro dormitório”, razão pela qual o contato com os moradores seria mais difícil, conforme explica o Entrevistado XV:

É um bairro dormitório, pelo aspecto dele, e quem utiliza muito o bairro são as pessoas de passagem mesmo, por quê? Porque a gente tem muitos aparelhos públicos, a gente tem várias escolas, então, várias pessoas frequentam o bairro, a gente tem uma Igreja imensa, que a princípio você fala, tem lá morador do bairro, não, não é necessariamente morador. Então, para que eu tenha um contato maior com o bairro, sim, tenho que bater de

porta em porta se eu quiser um volume maior de pessoas palpitando sobre uma ideia ou alguma noção de necessidade, mas mais do que isso, as nossas propostas do OP, elas sempre foram muito voltadas em parceira com as instituições do bairro (ENTREVISTADO XV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 365).

Portanto, o interesse da população é diferente considerando cada localidade e as necessidades existentes, porém, verificou-se que o formato da participação é feito com base na metodologia exposta.

A pesquisa também teve o intuito de avaliar se as obras decididas, via orçamento participativo, são efetivamente cumpridas ou enfrentam obstáculo por parte do Poder Legislativo. Com relação a isso, houve apenas o relato de um episódio em que houve resistência do Legislativo, por divergência com o Executivo, o que fora solucionado posteriormente, conforme apontou a Entrevistada IX.

Alguns relatos revelaram a presença do fenômeno do clientelismo, na medida em que alguns entrevistados informaram que existem bairros que conseguem obras em decorrência de influência com políticos, em detrimento de outros bairros que não possuiriam tal apoio. Além disso, o Entrevistado XVII reclamou que o retorno da Prefeitura é moroso, tendo mencionado que algumas obras são executadas com mais rapidez quando há interesses eleitorais:

Porque tem necessidade que é gritante, tem certas comunidades que a necessidade é gritante, e isso é um problema sério, e esse retorno às vezes demora muito, entendeu, para acontecer. Lógico que quando, eu não gostaria de falar, mas eu vou falar, sim, quando é um curral eleitoral, acontece mais rápido, porque tem um interesse muito grande de eleitorado, vamos falar assim, outros bairros que não tem esse curral eleitoral, a gente sente que é mais moroso, entendeu (ENTREVISTADO XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 453-454).

O Entrevistado XVII ressalta, ainda, que algumas demandas que foram decididas via orçamento participativo, às vezes acabam sendo implementadas em decorrência de sua inclusão através de emenda parlamentar, revelando certa influência de vereadores, pois de acordo com o Entrevistado XVII, “quando chega lá eles tiram aqui, põe uma emenda aqui, outra daqui, como quem diz, não, isso aqui, o bairro pediu, mas como a emenda foi minha, vai sair no meu nome, entendeu?” (ENTREVISTADO XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA 2016, p. 384).

Observa-se, assim, um jogo político no sentido de tirar a legitimidade do movimento social que busca participar do direcionamento dos recursos públicos. Nessa linha, o Entrevistado VII mencionou que algumas obras do Orçamento Participativo de Volta Redonda são executadas em razão de influência de vereadores:

Como é que eu te falar, é um representante de setor, o representante de setor da Prefeitura vai lá, conversa com a associação de moradores ou então com o pessoal do bairro mesmo, vê quais são as demandas e leva para a Prefeitura para o Prefeito resolver, entendeu, e às vezes, muitas das vezes nós recorremos a quem, aos vereadores, “ah, eu conheço o vereador tal, já que a minha a demanda lá tá custando, eu vou lá conversar com ele”, aí ele vai e coloca a demanda em pauta, né, e todo mundo faz isso, aqui em Volta Redonda todo mundo faz isso, tá demorando, vamos procurar o vereador tal que de repente sai mais rápido. Infelizmente, acaba saindo, né, então vai perdendo (ENTREVISTADO VIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 290).

O trecho acima é indicativo de que ainda há a presença de condicionantes culturais no sentido de buscar obter benefício em função de acesso a determinado político, gerando vantagens a determinados bairros em decorrência desse “prestígio”.

De fato, durante a entrevista realizada com o Secretário de Planejamento Lincoln Botelho, foi mencionado que “todo ano faz o orçamento, volta 200 emendas, eles vão, capturam as emendas tudinho que saíram do orçamento, foi discutido voto a voto, põe tudo no orçamento, tudo truculentamente, eu tenho que vetar tudo” (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 338).

Por outro lado, alguns entrevistados mencionaram que as obras executadas em decorrência do Orçamento Participativo eram feitas sem preferências por parte do Poder Executivo, ocorrendo o atendimento a todos os bairros, conforme relatou o Entrevistado XIII:

ENTREVISTADO XIII: Não, não. O governo aí, o Prefeito que está saindo aí, o Prefeito Neto ele fez muito, muitas obras. Ele não escolhe, assim, a cara de presidente de associação A, B ou C, ele atende, no geral, Volta Redonda toda, dentro da possibilidade dele, fez muito em todos os bairros aí, o Neto tem muitas obras realizadas.

(...)

ENTREVISTADO XIII: Eu acredito que sim, né, porque o Prefeito que tá entrando, também, é novo, ele é novo na política, né, ele tá com uma proposta, pelo menos a intenção dele, a gente não pode dizer que vai ser melhor do que o outro governo, eu não sei, mas ele tem proposta de fazer

um bom governo, de tá trabalhando, entendeu, direcionado à comunidade, e o trabalho dele é o bairro, a cidade, acredito que ele também vai defender com bastante clareza, sem tá escolhendo A, B ou C, bairro tal, como o Prefeito anterior que tá saindo, ele não fez, assim...

PESQUISADORA: Diferença?

ENTREVISTADO XIII: É, diferença para um, pra outro, você vê que em todos os bairros tem bastante obra (ENTREVISTADO XIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 349-351).

O Secretário de Planejamento Lincoln Botelho explicou que o Prefeito Neto sempre procurou enfatizar que as obras que estavam sendo implementadas eram decorrentes do Orçamento Participativo, ou seja, sem a interferência de Vereadores.

(...) Chegava no discurso da inauguração da obra, o Prefeito fazia questão de dizer que aquilo estava no orçamento participativo, botava no palco o presidente de associação dos moradores, e ele falava e tirava fotografia com a dona fulana, com a dona sicrana, botava todo aquele pessoal, os populares do bairro, as lideranças do bairro subiam tudo no palanque, o Neto falava o nome de todo mundo, o Neto é esperto pra chuchu, um bom de conversa, falava o nome de todo mundo, tirava foto com todo mundo, e o vereador ficava no meio de todo mundo. O vereador para se destacar ia para o microfone falar, “eu tô na Câmara, estou aqui apoiando esse processo, porque é bonito ver a comunidade assim”. Então, ele embarcava num discurso, ele comprava o discurso de democratização da administração pública e tal, isso foi comprado porque não tinha como encarar, né, não tinha como encarar, mas depois disso tudo ficou um pouco fake (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 334).

Houve, ainda, uma certa dinâmica gerada pelo crescente poder atribuído às Associações de Moradores, conforme explicou o Secretário de Planejamento Lincoln Botelho:

Então, é claro, que os presidentes de associação de moradores passaram a ter também um certo poder, ganharam poder e o jogo político ficou mais complexo, e aí também, começou a ficar mais difícil, começou a ter que fiscalizar, aí começa também eu ter que fiscalizar as plenárias feitas em bairro, o presidente da associação de moradores passou a ser, funcionou operando que nem um vereador, ele chegava aqui, era representante do bairro, é o xerife do bairro, eu sou o dono do bairro, sou presidente do bairro. Você não é presidente de bairro porra nenhuma, tu és um presidente da associação de moradores e tal, mas isso começou e muitos deles viraram vereadores, e muitos vereadores e políticos passaram a bajulá-los como grandes, se não eram políticos, viraram mesmo, eram bons cabos eleitorais. Então, isso mudou a dinâmica, isso mudou muito a dinâmica, e aí a demanda passou a ser uma demanda, talvez naquele momento ali, talvez fosse o caso de desconstituir liderança, buscar uma metodologia (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 331).

A primeira afirmativa contida no trecho acima revela o poder gerado em torno dos Presidentes das Associações de Moradores de Volta Redonda, sendo que o referido entrevistado ressalta que tal fato repercutiu na dinâmica do instrumento participativo. Com efeito, alguns Presidentes de Associações que participam do Orçamento Participativo de Volta Redonda também se candidataram para o cargo vereador, porém, somente alguns obtiveram êxito.

De fato, não há como ignorar a visibilidade gerada através da participação no Orçamento Participativo, gerando novas lideranças e fortalecendo as antigas. No entanto, há um risco quando a representação social ocorre mediante uma quebra de vínculo, deixando de existir a vontade coletiva, para prevalecer interesses individuais e clientelistas.

Conforme mencionado anteriormente, o atual Prefeito de Volta Redonda Samuca, eleito para o período de 2017 a 2020, promoveu alterações no Orçamento Participativo, com a inclusão da modalidade digital, permitindo que outras pessoas que não estão vinculadas às Associações de Moradores possam decidir acerca das políticas públicas que entendam necessárias.

Com efeito, esse novo canal poderá gerar resultados positivos no sentido de ampliar o acesso da população, no entanto, é necessário saber se a Prefeitura dará condições de possibilidade, visto que o acesso digital ainda está em fase de construção, sendo que a população mais carente nem sempre consegue ter acesso aos meios disponíveis.

Todavia, essas alterações são recentes, pois Orçamento Participativo Digital foi lançado pela atual Prefeitura de Volta Redonda no início de julho de 2017, em função disso, a população ainda está se adaptando a essa fase de transição política. Logo, somente futuramente poderão ser avaliados os impactos sociais e políticos das mudanças geradas pela nova gestão municipal, sendo precoce qualquer conclusão acerca disso.

Durante a pesquisa empírica, ficou evidenciado que houve um certo desgaste do instrumento participativo de Volta Redonda. O Secretário de Planejamento que estava no cargo em 2016 fez algumas ponderações acerca disso

Aí, gradativamente, houve um processo autocrático tomando conta, o protagonismo deixando de ser das associações, mesmo porque o protagonismo começou a ser uma disputa muito violenta, porque os presidentes de associação de moradores não eram mais o líder popular, não era o líder da população, era candidato a vereador, candidato não sei o

que, não sei o que é lá, o negócio começou a ficar meio bichado, o sistema começou a ficar meio bichado e aquela disputa e a relação com o Prefeito muda, ou era de aliciado ou era uma relação comprometida politicamente, ou era de disputa e tal. Todo aquele furor revolucionário e participativo que tinha no início, eu tinha duas federações aqui que se digladiavam e eu consegui colocar as duas federações juntas, e fui elogiado pela metodologia lá no início, mas aquilo tudo acabou, o negócio começou a ficar acomodado demais (...) (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 332).

Um dos pontos negativos do instrumento participativo adotado em Volta Redonda foi sua burocratização, aliado ao fato de que houve uma diminuição considerável da execução das obras em função da deficiência de recursos financeiros, de acordo com o Secretário de Planejamento Lincoln Botelho:

O debate virou um negócio extremamente burocrático, o presidente de associação de moradores entrega a lista, fala não sei o que lá, aí começou a ficar muita coisa de fora nos últimos anos, **a Prefeitura ficou sem recurso, não vou conseguir fazer a obra, não vou fazer isso, não vou fazer, não adianta**, vamos fazer um certame pra discutir emergência, aí começamos a discutir manutenção, é preciso manutenção disso, manutenção daquilo (...) (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 332) (grifo nosso).

No trecho acima o entrevistado retrata a dificuldade financeira da Prefeitura que gerou uma falha na implementação das obras decorrentes do orçamento participativo. Segundo o Secretário de Planejamento Lincoln Botelho, no momento em que foi retomado o governo do Prefeito Neto em 2009, houve dificuldade para recuperar a dinâmica do Orçamento Participativo, sendo que no segundo mandato do Prefeito Neto, que vigorou de 2013 a 2016, a crise financeira teria sido agravada, o que gerou um declínio do instrumento do Orçamento Participativo, no que tange à sua capacidade de execução.

Reafirmando o que já havia sido informado por outros entrevistados, o Secretário de Planejamento Lincoln Botelho destacou que o protagonismo passou a ficar centralizado na figura do Prefeito Neto, pois o poder de decisão acerca da deliberação das obras a serem implementadas passou a ser determinado pelo Executivo municipal:

Então, **o protagonismo deixou de ser intensamente aquele protagonismo da sociedade, das associações de moradores** que era principalmente, a associação de moradores que se sentia, assim, dona da história do local, tudo que acontecia, acontecia por causa deles, né, reunião para tudo quanto é canto. **Continua essa dinâmica toda né, mas gradativamente você começou a ver que a dinâmica, que o**

protagonismo ficou sendo central no Prefeito, o Prefeito faz, o Secretário tal faz, o Prefeito faz, o Vereador faz, começou a aparecer Vereador fazendo (...) (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 337) (grifo nosso).

Através dos relatos dos entrevistados foi possível perceber que no início da implementação do Orçamento Participativo de Volta Redonda, a população representada através das Associações de Moradores assumia certo protagonismo, visto que muitas demandas foram efetivamente executadas. Porém, tal conjuntura foi modificada em decorrência da diminuição da execução das obras decorrentes do orçamento participativo. Neste momento, uma parte da população passa a perceber o poder centralizador do governo municipal, considerando que era este quem detinha, realmente, o poder final acerca da implementação das obras.

Talvez, o poder centralizador do executivo municipal não foi percebido no início, em virtude do progressivo atendimento às demandas, gerando uma ilusão de que era o povo quem detinha o poder de decisão final acerca do direcionamento das políticas públicas.

A questão é que independente do desenho institucional que o Orçamento Participativo apresente, as contradições e correlações de forças existentes em cada local representam questões que não podem ser desconsideradas. Dessa forma, torna-se necessário avaliar porque este instrumento participativo fracassa em determinados locais, sendo que as mediações históricas e o contexto social poderão representar estímulo ou obstáculo para que o Orçamento Participativo se desenvolva.

No caso de Volta Redonda, alguns fatores foram prejudiciais, como ocorreu com relação à diminuição das demandas, bem como pelo fato de existir uma centralização do poder de decisão nas mãos do Executivo. Além disso, algumas falas retrataram a ocorrência de práticas clientelistas. Contudo, essas questões podem ser aprimoradas através da mudança periódica da gestão municipal. O importante é que esse canal de participação não seja eliminado, o que não ocorreu até o momento da conclusão dessa pesquisa.

5.3 Participação popular e controle social: limites e possibilidades do orçamento participativo contribuir para a formação de sujeitos políticos

O Orçamento Participativo é uma política que contribui para a formação de sujeitos políticos, na medida em que abre canais participativos, tornando possível a deliberação popular acerca do redirecionamento dos recursos públicos, através da seleção da política pública adequada para sanar determinado problema. Dessa forma, atua incentivando o diálogo, a busca de um consenso, bem como a adoção de práticas que visem solucionar problemas comuns que afetam determinada comunidade.

A interferência que ocorre no âmbito social amplia o individual, fazendo com que o indivíduo ultrapasse a noção de cidadania particular, e passe a conceber a cidadania como algo que deve ser construído coletivamente, através do estabelecimento de uma identidade social, a qual norteará as práticas na comunidade, além disso, impulsionará a luta em prol da defesa dos interesses coletivos. Noutras palavras, o Orçamento Participativo enquanto instrumento formativo de sujeitos políticos, justifica-se pela possibilidade de o cidadão interferir no âmbito político, participando da orientação da sociedade que faz parte, contrapondo-se ao modelo de participação indireta, que ocorre via representação política.

Quando se fala em sujeito político, entende-se em sua dimensão mais ampla, o que aproxima da categoria *sujeito coletivo* proposta por Sader (1995), que seria “uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam praticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas” (SADER, 1995, p. 55).

Compreender o papel do sujeito político, no contexto atual, requer uma reflexão capaz de ultrapassar as problemáticas oriundas do pensamento neoliberal vigente. Nesse sentido, Milton Santos (2000) ensina que há um conceito de existência individual, decorrente do modelo político hegemônico que segue viés neoliberal. Dessa forma, o autor destaca que há um subsistema ideológico que

submete outros subsistemas, inclusive, exerce domínio com relação à esfera da sociabilidade.⁷²

A questão é que “o processo de tomada de consciência – já o vimos – não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos” (SANTOS, 2000, p. 81). Segundo o referido autor, há resistências que atuam sobre o modo de pensar, decorrentes da construção vertical do mundo, dificultando, assim, uma apreciação filosófica acerca de nosso papel enquanto sujeito político. Santos (2000) ensina que é necessário que ocorra uma verdadeira mutação filosófica do homem, para que sejam estabelecidos novos contornos da existência humana e do papel do homem enquanto cidadão.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o Orçamento Participativo é uma experiência concreta que pode gerar resultados positivos e/ou negativos, na medida em que representa um processo construído historicamente. Nesse contexto, a participação popular representa uma etapa histórica e evidencia uma determinada tendência marcada pela correlação das forças sociais existentes.

Partindo-se de tal premissa, foram analisados os limites e as possibilidades de a política do Orçamento Participativo contribuir para a formação de sujeitos políticos. Para tanto, a pesquisa foi orientada pelas seguintes questões norteadoras: Quais são as condições necessárias para a efetiva participação popular? Quais são os principais entraves à efetiva participação do cidadão através do orçamento participativo? Por que essa política fracassa em determinadas localidades? Foi possível captar repercussões no processo de formação de sujeitos políticos no caso da pesquisa empírica realizada em Volta Redonda?

Para responder tais questionamentos, é necessário compreender que a utilização do Orçamento Participativo revela a participação social de determinados sujeitos políticos, os quais estão inseridos em uma determinada conjuntura social, econômica e política, razão pela qual o sucesso ou fracasso da política do Orçamento Participativo depende de muitas variáveis a serem consideradas. Em função disso, não há um único modelo a ser adotado, mas sim, condições

⁷² “Na esfera da sociabilidade, levantam-se utilitarismos como regra de vida mediante a exacerbação do consumo, dos narcisismos, do imediatismo, do egoísmo, do abandono da solidariedade, com a implantação, galopante, de uma ética pragmática individualista. É dessa forma que a sociedade e os indivíduos aceitam dar adeus à generosidade, à solidariedade e a emoção com a entronização do reino do cálculo (a partir do cálculo econômico) e da competitividade” (SANTOS, 2000, p. 27).

necessárias para que o instrumento participativo viabilize a formação de sujeitos políticos.

Neste trabalho foram adotados cinco critérios para avaliar as condições necessárias para a efetiva participação popular, via Orçamento Participativo, os quais serão delineados nas próximas linhas. Primeiramente, deve-se avaliar de que forma são construídas as regras participativas, ou seja, se a metodologia utilizada para captar a vontade popular foi construída coletivamente ou decorre de imposição estatal.

Sabe-se que o Orçamento Participativo deve seguir as regras resultantes do marco legal que regulamenta o orçamento público, com relação às datas, formalidades e prazos a serem cumpridos. No entanto, isto não pode ser utilizado com o intuito de afastar a população no momento em que são decididas as regras do jogo, uma vez que é justamente essa construção democrática que garantirá legitimidade ao instrumento participativo.

Dessa forma, o desenho institucional do Orçamento Participativo deve conter regras participativas que resultem de construção coletiva, não resultando de uma imposição vertical. Além disso, os critérios de seleção e escolha também devem ser objeto de deliberação popular. Caso contrário, há o risco de existir uma aparente participação com o intuito de legitimar decisões que já foram tomadas, previamente, pela administração pública.

Através dos relatos dos entrevistados, foi possível perceber que as regras para captar a vontade popular no Orçamento Participativo de Volta Redonda não foram objeto de prévia discussão junto à comunidade, mas sim, resultaram de uma imposição vertical do poder público, ao invés de ser fruto de uma construção coletiva. Portanto, não houve participação popular no momento em que foram estipuladas as regras que orientariam o instrumento participativo.

O segundo critério de avaliação parte do princípio de que o efetivo controle social somente terá êxito se for garantida a transparência dos dados e informações vinculadas ao Orçamento Participativo. Para tanto, a população deve saber desde o valor do orçamento municipal que pode ser objeto de deliberação, via orçamento participativo, como também ter acesso aos dados necessários para acompanhar a execução das obras a serem realizadas. Além disso, os critérios utilizados pelo Executivo para selecionar ou não determinada obra devem ser claramente fundamentados, discutidos e divulgados para toda a população.

Nesse sentido, Wampler (2003) destaca a necessidade de dar ênfase para a questão da informação no âmbito do orçamento participativo, pois através disso será possível o efetivo controle e *accountability*. Ocorre que essa postura depende da cooperação do poder público. Nessa linha, Abrucio e Loureiro (2004b) afirmam que a concretização do princípio democrático de *accountability* pressupõe a existência de mecanismos capazes de garantir que os governantes prestem contas, exigindo-se, para tanto, a devida transparência fiscal.

Com relação ao percentual do orçamento municipal que pode ser objeto de deliberação, durante a pesquisa empírica realizada em Volta Redonda os entrevistados foram questionados se a Prefeitura informava o valor da receita municipal que poderia ser aplicada em obras, através do orçamento participativo. A maioria dos entrevistados respondeu de forma vaga, demonstrando sequer o domínio sobre o assunto. Por outro lado, o Entrevistado XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 382) foi claro ao informar que “essa informação não é passada”.

Por outro lado, alguns entrevistados mencionaram que a Prefeitura informa nas reuniões apenas o valor global do orçamento, sem mensurar, especificamente, qual percentual que é destinado para obras decorrentes do Orçamento Participativo. Dessa forma, o ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 344) respondeu o seguinte: “informam o orçamento global do município, só o orçamento global”.

O ENTREVISTADO XVII também respondeu nesse sentido, relatando que o poder público fazia um balanço geral:

PESQUISADORA: E olha, nessas reuniões, a Prefeitura informa qual é o valor que está destinado para o orçamento participativo? Antes das obras, vocês têm uma noção?

ENTREVISTADO XVII: Não, isso aí deveria fazer detalhado, isso é direito de todo o cidadão, pedir, Secretaria de Cultura, tudo que ela gastou, minuciosamente, é direito do cidadão.

PESQUISADORA: Mas na reunião ele não?

ENTREVISTADO XVII: Eles fazem só o orçamento geral.

PESQUISADORA: Geral, não é?

ENTREVISTADO XVII: Geral, aí faz o balanço patrimonial geral, mas nada assim minucioso não, mas aí a gente tem que pedir, se a associação pedir, aí de repente vem (...) (ENTREVISTADO XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 451).

Percebe-se, assim, que a população não é devidamente informada sobre os valores que são objeto do orçamento participativo, sendo que alguns entrevistados relataram que somente tomam conhecimento sobre valores no momento em que ocorre a licitação com a finalidade de realizar determinada obra. Tal fato prejudica o controle social, na medida em que a população não possui dados suficientes para comparar o que foi gasto a título de investimento a cada ano.

No caso de Volta Redonda, as obras que são aprovadas pelo poder executivo passam a fazer parte de um banco de dados, sendo que os participantes podem ter acesso a tais dados para acompanhar a fase da execução das obras. Na verdade, o ideal seria que tais dados também ficassem disponíveis no site da Prefeitura, no sentido de facilitar o acesso e acompanhamento.

No tange aos critérios de seleção, alguns entrevistados apontaram que tais critérios são impostos pelo poder público, não sendo devidamente explicitados e fundamentados, ou seja, não há transparência nesse quesito. Em função disso, a população não recebe o retorno claro dos motivos pelos quais determinada obra não foi incluída no orçamento. Dessa forma, os participantes comparecem nas reuniões para defesa da obra, sem saber, previamente, quais critérios o poder público adotará.

Um terceiro ponto a ser avaliado é se a participação possui viés apenas consultivo, ou seja, se a população é apenas consultada pela administração pública, mas sem cunho decisório impositivo. Sobre a questão, Harnecker (2014) alerta para o fato de que alguns processos participativos terem com limitação o fato de servir como mera consulta. Sendo assim, ao invés de propiciar uma tomada de decisão popular, os políticos apenas fazem uma simples consulta, pois a coleta das prioridades é feita por uma equipe técnica, a qual decide quais os projetos que serão objeto de implementação.

Por tais razões, Harnecker (2014) defende a necessidade de um planejamento participativo, através do qual as pessoas que discutem e escolhem as prioridades possam, também, realizar tais projetos, sem depender de níveis superiores. No entanto, o Orçamento Participativo tem como limitação viabilizar a participação social apenas com relação as obras que serão autorizadas através da lei orçamentária anual, não havendo participação popular no sentido de orientar estrategicamente as políticas públicas.

No caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda, constatou-se um formato participativo centrado nas Associações de Moradores, porém, as obras indicadas são elaboradas com base na decisão do Executivo, o qual detém poder de escolha sobre o que será implementado. Portanto, através dos relatos dos entrevistados, ficou evidenciado o fato de que a Prefeitura era quem detinha o comando da decisão final acerca das obras, ou seja, a participação social ficava dependente da decisão do Estado, não tendo caráter impositivo.

Sabe-se que após a realização das reuniões, é necessário que um profissional especializado avalie a viabilidade técnica da obra, bem como os trâmites de sua execução. No entanto, isso não significa negar a decisão coletiva em prol da vontade unilateral do governo vigente. Caso a obra não possa ser implementada por questões de ordem técnica, tal justificativa deveria ser prestada de forma minuciosa.

A dimensão participativa foi sentida de forma diferenciada pelos sujeitos que participaram da pesquisa empírica (realizada nos meses de novembro e dezembro de 2016). No início, o Orçamento Participativo de Volta Redonda foi visto como um instrumento que representava o efetivo exercício da democracia. Dentro desse contexto, as Associações de Moradores eram vistas como protagonistas, considerando que o governo municipal implementou muitas demandas decorrentes de tal instrumento participativo. No entanto, com o decorrer do tempo, mais precisamente nos dois últimos mandatos do Prefeito Antônio Neto, houve uma significativa redução da execução das demandas, conforme relato de alguns entrevistados e do próprio Secretário Municipal de Planejamento, Lincoln Botelho. Em função disso, a população passou a perceber o poder centralizador do governo municipal, no sentido de definir as obras que seriam efetivamente implementadas.

Dessa forma, somente no momento em que as demandas deixaram de ser atendidas na mesma proporção de outrora, que os participantes percebem o perfil do Orçamento Participativo de Volta Redonda. Isto porque, no início, havia uma ilusão de que era o povo quem detinha o poder de decisão final acerca do direcionamento das políticas públicas. Contudo, as falas dos entrevistados indicam que as demandas eram, de fato, selecionadas, durante a reunião que ocorria na Prefeitura.

Em quarto lugar, deve ser avaliada a possível ausência de participação de segmentos sociais diversificados, pois tal fato é sintomático. Porém, vale ressaltar que a qualidade da participação social não pode ser dimensionada apenas através

de critérios quantitativos, ou seja, não pode ser considerado apenas o número de atores sociais que participam das reuniões destinadas ao Orçamento Participativo, visto que é necessário que exista uma efetiva representatividade capaz de garantir legitimidade para o processo democrático. Para tanto, faz-se necessário que os segmentos sociais tenham a devida representatividade no âmbito social e político.

O Orçamento Participativo de Volta Redonda não apresenta grande diversidade no que tange à representação. Na realidade, conforme já exposto, o instrumento participativo está centralizado nas Associações de Moradores que possuem o papel de selecionar demandas junto com cada comunidade, sendo que as reuniões que ocorrem na Prefeitura são no sentido de deliberar sobre quais pedidos serão implementados. Foi mencionado que nas reuniões que ocorrem nas Associações de Moradores estão presentes outros setores da sociedade (membros da Igreja, entidades de ensino, dentre outros), mas não é uma prática consolidada.

Por fim, deve ser analisado se o instrumento participativo está impregnado pelo clientelismo, pois um dos entraves para a efetiva participação popular reside justamente no fato de que algumas localidades ainda estarem permeadas por condicionantes culturais marcadas por padrões clientelistas, impregnando, assim, a relação entre o Estado e a sociedade.

Durante a pesquisa empírica, foi possível observar que o Orçamento Participativo de Volta Redonda, embora tenha sido uma experiência que introduziu mudanças significativas na gestão governamental e na dinâmica social da cidade, revelou algumas fragilidades, bem como apresentou alguns traços que evidenciam a presença do fenômeno do clientelismo, conforme explicou o Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho:

No orçamento participativo daqui eu acho que a gente teve uma experiência enorme aqui, uma experiência extremamente gratificante, organizadora da administração, pena que não conseguiu, nós não conseguimos, politicamente, avançar para outro campo. **Para avançar para outro campo, nós precisávamos mudar a cultura.** O orçamento participativo resolveu muitos problemas, organizou, mas ele não foi suficiente para mostrar a necessidade de um horizonte mais dinâmico, mais moderno, vamos dizer assim, na direção de ampliação da democratização da Administração Pública, cada vez mais com empoderamento do cidadão, essa radicalização democrática. Não, ele não foi, pelo contrário, **ele foi um** instrumento que se demonstrou também muito eficaz para ser utilizado de outra forma, **no clientelismo também**, ele ficou, no início ele era o empoderamento da sociedade, a sociedade determinando para o governo, para administração, o que fazer. Num segundo momento, a administração aprendeu a viver com aquilo, aquilo virou uma, virou um controle, **em vez de ser um controle**

social da política pública, virou um controle do poder público sob a sociedade, esse é perigoso, porque a gente não tem esse mecanismo, porque a gente pensa em política pública, não há política pública sem o elemento controle social, no meu entendimento, qualquer política pública, um dos elementos tem que ter lei, tem que ter princípios e objetivos tal claros expressos em lei, tem que ter instrumento, sistema operacional e controle social. **Sem controle social não é política pública, mas isso a gente tem que aprender também que muitas das vezes essas instituições cresceram de tal maneira que manter o controle social da política pública e não permitir que o poder público acabe, que o poder acabe controlando a sociedade, pelo mesmo canal, pelo mesmo canal que fora instituído para o controle da sociedade sob a política pública, né.** Então, eu vejo que o instrumento, inicialmente, ele foi eficaz demais, organizou a administração pública, organizou tudo, organizou a participação de todo mundo, foi indiscutível, um negócio assim **que a sociedade ficava toda feliz, com uma consciência plena de que tinha o comando daquilo tudinho, satisfeita com isso**, e isso em vez de ampliar e de crescer, isso ficou ajustado, burocratizou e daí pra definhar, não custa, na hora de uma crise mais grave, cadê a criatividade, cadê não sei o que, houve empobrecimento da administração (...) (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 339) (grifo nosso).

O relato acima revela algumas nuances que merecem destaque, no momento em que o Entrevistado retrata que, no início, houve o empoderamento da sociedade, no sentido em que era a sociedade que determinava o que o governo deveria fazer. Porém, o entrevistado ressalta que é preciso ter cuidado no sentido de evitar que o poder público controle a sociedade através do instrumento participativo.

De fato, o Orçamento Participativo de Volta Redonda já se incorporou dentro do processo político da cidade. Com o passar dos anos, a utilização do instrumento do orçamento participativo deixou de ser apenas uma política de governo, uma vez que não ficou atrelado a apenas um partido, conforme mencionou o Entrevistado II, Gerente do FURBAN (Fundo Comunitário de Volta Redonda):

ENTREVISTADO II: O orçamento participativo é independente de partido, independente de governo.

PESQUISADORA: Não ficou vinculado só a um governo?

ENTREVISTADO II: Não, não, tanto que já passaram vários segmentos de política aqui e não mudou, né (ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 231).

Dessa forma, a prática participativa se tornou algo enraizado na cultura da cidade, conforme ressaltou o Entrevistado XII: “Então, hoje, aqui na comunidade em si, eu acho que ela já não tem mais espaço de trabalhar sem o orçamento participativo, não” (ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 343). O trecho citado indica,

justamente, que a comunidade não aceitará que um futuro governo finalize tal prática.

Nesse sentido, o Entrevistado XIX afirmou também que acredita na permanência do Orçamento Participativo de Volta Redonda mesmo com a troca de governo municipal que ocorreu no ano de 2017, pois mencionou que tal instrumento participativo “é um modelo que já incorporou dentro do processo político da cidade, e junto às associações (...)” (ENTREVISTADO XIX – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 398).

A questão é que no final do ano de 2016 chegou ao fim o mandato do Prefeito Antônio Neto, ocorrendo a transição do governo municipal, sendo que no início do ano de 2017 tomou posse o Prefeito Samuca. Sobre a questão, o Secretário Municipal de Planejamento Lincoln Botelho que permaneceu até o final do mandato do Prefeito Neto em 2016, informou que as demandas do orçamento participativo estão rubricadas, sendo que eventual mudança teria que ensejar rediscussão com a sociedade, conforme explicou a seguir:

Ah, eu tenho, eu faço questão, faço questão de deixar tudo organizado, organizado está, está tudo organizadinho aqui, eu deixo tudinho, inclusive o orçamento. **Hoje, meu orçamento é rubricado, cada demanda é rubricada, o orçamento de 2017 chega na mão do Prefeito com todas as demandas do orçamento participativo rubricada (...)** Tanto na LDO, quanto na Lei do Orçamento, tá tudo bonitinho, rubricado, demanda toda rubricada, toda. **Para mudar, vai ter que ou vai mudar autocraticamente ou vai deixar de fazer, ou vai ter que rediscutir com a comunidade,** mesmo que a minha discussão com a comunidade tenha sido muito tumultuada nesses dois últimos anos, por causa da crise, sem dinheiro (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 335-336) (grifo nosso).

Durante a pesquisa empírica realizada em Volta Redonda foi analisado o processo de tomada de decisão, através de suas tensões e correlações de forças, com a finalidade de captar as possíveis repercussões no processo de formação de sujeitos políticos. Através dos relatos obtidos, foi possível compreender as diversas motivações dos sujeitos que participaram do Orçamento Participativo de Volta Redonda. O Entrevistado XVI, por exemplo, já militava há 10 (dez) anos em movimentos sociais antes de sua participação no orçamento participativo, sendo que durante seu relato o entrevistado ressaltou a importância de tal instrumento, tendo enfatizado a necessidade de cobrar o poder público para que as obras pleiteadas sejam implementadas.

(...) a única forma de ser feito as obras necessárias aqui no bairro é assim, tendo a Prefeitura como parceira, entendeu, colocando as obras nessa previsão, porque é de um ano para o outro, né, e cobrando principalmente. Mas mesmo cobrando, às vezes, a gente não é atendido, então, né, mas tem que manter essa cobrança (ENTREVISTADO XVI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 378).

Nesse sentido, a ENTREVISTADA III – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 240) está há 16 anos atuando como Presidente de Associação em Volta Redonda, tendo informado que não tinha experiência anterior em associações, mas que teve um “aprendizado muito grande com isso, conhecimento, né, como cidadã, como moradora do bairro, passei a entender melhor e passei a cobrar também, isso aí foi muito bom”. Acrescentou, ainda, sua experiência como moradora de um bairro situado na periferia:

Me motivou por causa de ser moradora de um bairro né, periferia, vê a situação do bairro como estava, assim, praticamente necessitando de serviços públicos, nessa coisa de iluminação, água, esgoto, limpeza, capina. Então, eu, com a saída e até a troca de Presidentes, e o falecimento até de um Presidente, é... eu ocupei esse cargo, me convidaram para ocupar. Então eu me vejo assim, eu nem me vejo como uma representante, como uma Presidente, aliás, representante eu sou, da comunidade, eu me vejo como uma moradora que tem os mesmos anseio que os outros (ENTREVISTADO III – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 234) (grifo nosso).

A participação social também é fortalecida quando o sujeito já possui uma experiência prévia em movimentos sociais, como ocorreu no caso do Entrevistado V, que relatou que é sindicalizado até hoje, tendo pertencido à JOCA (Juventude Operária Católica). O Entrevistado destacou o seguinte: “como eu sou cidadão voltarredondense, cumpridor de meus deveres, eu não tenho que pedir, tenho que reivindicar” (ENTREVISTADO V – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. 2016, p. 261).

Tal situação também ocorreu durante o relato do ENTREVISTADO VI, o qual mencionou que desde que chegou ao fim o período pós-ditadura, passou a militar no PT (Partido dos Trabalhadores) e no movimento sindical. O entrevistado informou que começou a residir em Volta Redonda no ano de 1971, passando a ter um papel ativo nos momentos sociais, tendo feito parte, inclusive, da equipe que estudou o planejamento inicial do orçamento participativo.

O Entrevistado XIV, por sua vez, está há cinco anos como Presidente de Associação, mas já tinha atuação anterior nos debates do Orçamento Participativo, tendo mencionado, ainda, seu histórico na militância sindical: “(...) eu vim da CSN, eu trabalhei como cipista, fui líder sindical, trabalhei com o Juarez, trabalhei com algumas lideranças, com Brizola, Valcir Ribeiro, Dom Waldyr Calheiro, ele era do movimento Igreja” (ENTREVISTADO XIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 353).

Por outro lado, o Entrevistado XV tinha experiência no terceiro setor, e ponderou como foi sua experiência no orçamento participativo de Volta Redonda.

Eu tinha antes de entrar para associação de moradores um preconceito muito grande com relação ao setor público, e como eu falei, né, porque ele é composto de político, né, e aí eu tinha realmente um preconceito muito grande. Quando eu comecei, então, a participar e a ouvir aquilo que estava acontecendo, e a ouvir também outros colegas de bairro né, **eu comecei a ter uma visão mais geral do que é que é possível o cidadão fazer quando ele se levanta e começa a participar, autonomia né, você começa a entender que você é o protagonista né, e pode contribuir batendo na porta e sendo persistente, é o que precisa, perseverança** (ENTREVISTADO XV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 367) (grifo nosso).

Volta Redonda possui um traço característico, pois foi criado um vínculo afetivo com a cidade, fato que não ocorre em outras cidades em que o trabalho é temporário, não ocorrendo a fixação permanente das pessoas à localidade. Observa-se, assim, que o perfil associativo foi fortalecido por aqueles que chegaram na cidade, bem como pelos que nasceram no local, tendo acompanhado toda a trajetória da luta popular.

Além disso, constatou-se que o orçamento participativo estimula a participação política de pessoas que não estão vinculados a nenhum partido, propiciando, assim, expansão da capacidade crítica de tais pessoas e, conseqüentemente, repercutindo na sua formação enquanto sujeito político.

Na realidade, o desenho do Orçamento Participativo de Volta Redonda foi feito tendo as associações de moradores um papel ativo importante, conforme explicou o Entrevistado XI, Lincoln Botelho:

Aí começou, conseguiu um consenso de que quem se interessaria, quem primordialmente deveria participar dessa questão, porque tinha um interesse direto, dada as demandas, ao acúmulo de demanda represada de melhorias urbanas e tal, porque nós tínhamos saído da privatização da

CSN, uma confusão, a gente pretendia mexer, o urbano estava tudo abandonado, o governo anterior, no processo, a Prefeitura estava abandonada, um negócio horroroso, a gente tinha que recuperar aquilo, recuperar, inclusive, informações, para o planejamento e tudo mais, aí nós começamos esse processo, falando, nós temos que, teve um consenso de que quem no movimento social deveria representar com mais pertinência, com mais competência, com mais, era, foi um consenso deles, era as associações de moradores, porque tinha quase 100 associação de moradores aqui, temos 40 bairros, mas 100 associação de moradores, então, olha é a associação de moradores (...) o pessoal começou a aceitar uma confiança, porque eles eram o protagonista, **o protagonismo deixou de ser nosso, o protagonismo passou a ser deles ali, presidente de associação de moradores e tal, eles ficaram empolgado, todos eles tinham a liderança, chamavam as pessoas e tal** (ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 317-319) (grifo nosso).

A Entrevistada IX, Maria de Fátima Martins Passos, atua como Presidente da FAM (Federação da Associação de Moradores de Volta Redonda) ⁷³ e também ocupa há mais de 10 anos o cargo de Presidente da Associação de Moradores do bairro de Jardim Normândia, tendo ressaltado que a centralização do Orçamento Participativo de Volta Redonda em torno das associações permitiu um crivo maior com relação às demandas, pois, anteriormente, o pedido era feito de forma ampla, mas individual, ou seja, não resultava de deliberação coletiva.

Só que antes ficava muito aberto, qualquer pessoa podia chegar e pedir, hoje não, **nesse governo que o Neto tem aí, ele colocou o seguinte, tudo tem que passar pelo crivo e pelo acompanhamento da associação de moradores.** Porque na verdade, a associação ela tem que fazer uma pesquisa no bairro, porque um morador pode pedir uma determinada coisa que a associação, através da sua reunião, já pediu talvez de uma melhor forma, né, ou de uma forma que vai ter um custo menor e ela é mais produtiva, ela vai ser melhor aproveitada pelo Poder Público na sua forma de fazer, com um custo mais baixo e que vai atender, talvez, da melhor forma. Então, todas as solicitações, Câmara Municipal, porque tem vereador que pede, tem gente que vai lá e pede para algum vereador, tudo tem que passar pela associação de moradores que eu entendo que é a melhor forma (ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA, 2016, p. 297) (grifo nosso).

A referida Entrevistada mencionou, ainda, sua motivação em participar, mencionando o vínculo com a cidade, bem como a perspectiva de pensar no coletivo:

⁷³ Com base na experiência da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores no Rio de Janeiro), optou-se pela criação de um conselho, o CONAN (Conselho de Associações de Moradores). No entanto, o CONAN sofreu um esvaziamento, ocasionando sua substituição pela FAM (Federação das Associações de Moradores) (GANDRA, 2009).

Olha, sempre foi o seguinte, eu nasci em Volta Redonda, né, na verdade, um ano antes da emancipação, Volta Redonda tem 62 anos né, eu tenho 63. Mas Volta Redonda, então, desde que eu me entendo por gente, eu acho que é de qualquer ser humano, é você viver bem, como que você vive bem? Primeiro, você vive bem a partir do momento que você não enxerga só a sua casa, né, você vive bem a partir do momento que você enxerga a casa dos outros, o que é que seria isso? É pensar o coletivo, você pensa o coletivo, então, você pensa o quê? Eu não posso simplesmente cuidar do meu espaço se o meu vizinho dali do lado não cuidar do dele ou eu não ajudá-lo a cuidar do dele. Então, essa coisa do ajudar a construir uma cidade é o que a gente pensa e é a finalidade da associação de moradores. A finalidade de uma associação de moradores é você agregar o potencial dos moradores, com a sua participação, buscando o bem-estar. Então, se cada um cuidar de um pedacinho da cidade, hoje nós temos uma cidade todinha cuidada, né, e essa visão é do que, é a visão do todo, eu também não posso pensar só meu no bairro, eu tenho também que pensar no bairro do outro, o meu vizinho do lado ou até aquele que mora lá do outro lado do Rio Paraíba. Então, é a cidade, é a cidade, é a visão da melhoria da qualidade de vida, é a visão progressista de uma cidade que tem que se desenvolver e de uma cidade que tem que dar ao seu morador dignidade. Então, eu acho que é o que move, eu acho que é o que me move e move praticamente todos (ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA, 2016, p. 297-298).

Verificou-se um pensamento coletivo, no sentido de buscar beneficiar o seu bairro, decorrente da participação no Orçamento Participativo, conforme pontuou o entrevistado a seguir:

Muita coisa boa a gente consegue trazer para o bairro a partir do momento que você participa, que você busca esses interesses para a comunidade, porque eu não tenho que pensar na associação, ela não é minha, ela é do bairro. Então, não tenho que pensar no individual, eu tenho que pensar no coletivo (ENTREVISTADO XXVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 380-381).

A construção coletiva na elaboração do Orçamento Participativo decorre da necessidade de ser beneficiado por obras, nesse sentido, o ENTREVISTADO XX – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 400) fez a seguinte afirmação: “Porque é muito importante para gente que as obras venham através do orçamento, se a gente não participar do orçamento, talvez nem ganhe a obra, porque a gente indica as obras”. O trecho citado indica que o Entrevistado percebe sua atuação enquanto cidadão que participa e indica obras a serem implementadas pelo governo municipal. Ou seja, há a percepção do cidadão enquanto sujeito político que interfere no âmbito político e promove as alterações necessárias.

Constata-se, assim, que a participação no processo de construção coletiva do orçamento participativo deriva de múltiplas motivações, como o apresentado pelo Entrevistado XXIV:

A motivação maior de uma pessoa ser representante da comunidade, ser presidente da associação de moradores, é o **intuito de ajudar a sua comunidade, em todos os sentidos, na área da educação, na área da saúde, na área do esporte, nas manutenções, nas obras necessárias, no geral, para melhorar a comunidade, a vida do morador da sua comunidade** (ENTREVISTADO XXIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA, 2016, p. 422) (grifo nosso).

O Entrevistado XXI também relatou sua motivação em função de querer o crescimento do bairro, tendo destacado que o seu trabalho é voluntário:

Primeiramente, porque a gente sendo morador, a gente tem que se preocupar um pouco com o nosso bairro. Segundo, quando a gente é convidado, a gente é voluntário, **sendo voluntário, a gente é motivado pela vontade de crescimento do nosso bairro**. Então, a gente junta um número de pessoas e aquelas pessoas vão nos ajudando, e a gente vai contribuindo da maneira que pode, **e todas as associações de morador, quando ela é eleita, ela tem o compromisso com a comunidade e ela é os olhos da, no caso do órgão da Prefeitura, ela que busca o que é que precisa no bairro, mas isso motivou a gente a cada vez mais trazer crescimento para o bairro, o bairro tem crescido muito, né** (ENTREVISTADO XXI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 405) (grifo nosso).

No final da fala do Entrevistado XXI, exposta acima, foi destacado que as associações de moradores são “os olhos” da Prefeitura. Na realidade, durante os relatos, os Presidentes das Associações de Moradores sempre enfatizaram o fato de seu trabalho ser voluntário, sendo que estes percebem seu papel ativo como canal que intermedia o acesso do povo.

Sendo assim, há uma centralização em torno das Associações de Moradores, para que seja elaborado o Orçamento Participativo, conforme ficou evidenciado na fala do ENTREVISTADO XXIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA (2016, p. 426), “eu trabalho voluntário para mandar minhas demandas para lá e não ganho nada, eu sou voluntário, então, **eu não onero o município**. Então, é muito importante para um Prefeito ter Associação de Moradores” (grifo nosso). Percebe-se, assim, que o Orçamento Participativo é concebido como uma espécie de parceria, sendo a maioria dos entrevistados ressaltaram a questão de não ocorrer remuneração dessa atividade.

Diante do exposto, há uma complexidade de fatos que demonstram que o Orçamento Participativo de Volta Redonda ainda precisa de um aprofundamento no que tange ao aspecto democrático. Além das críticas citadas no decorrer deste capítulo, a questão da diminuição da execução de obras foi a mais enfatizada pelos entrevistados, mas tal fato não impediu que o instrumento participativo contribuísse para a formação dos sujeitos políticos.

Eis a questão a ser debatida: o fato do Orçamento Participativo de Volta Redonda ter perfil de consulta popular, tendo ocorrido diminuição na execução das demandas nos últimos anos, implica em enquadrar tal experiência como uma política que teria fracassado? A meu ver, não seria correto afirmar que tal instrumento fracassou. Isto porque, conforme ensina Wampler (2003), os resultados efetivos podem demorar anos para que sejam constatados, por isso o autor sugere que há alguns fatores que indicam para um resultado positivo do Orçamento Participativo, ou seja, se existirem os requisitos básicos para o êxito do Orçamento Participativo, este programa pode ser desenvolvido com o decorrer do tempo.

A título de exemplo, Wampler (2003, p. 84) afirma que se o Orçamento Participativo é apoiado tanto pela administração pública, como pelos setores que compõem a sociedade civil, seria possível um avanço “(...) na medida em que as finanças forem racionalizadas e que as obras selecionadas pelos cidadãos forem implementadas em um tempo razoável”. Dessa forma, pode-se afirmar que o caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda enquadra-se justamente no exemplo citado por Wampler (2003), na medida em que foi constatado que o poder público manifesta apoio com relação à permanência do orçamento participativo, da mesma forma como existe o aval dos setores da sociedade civil que manifestam adesão ao instrumento participativo, sendo que os entrevistados reclamaram da redução de implementação de demandas, o que foi confirmado por Lincoln Botelho, que foi Secretário de Planejamento do Município até o final de 2016.

Logo, estão presentes os componentes básicos citados por Wampler (2003), para que o Orçamento Participativo possa ser desenvolvido e aperfeiçoado. Para tanto, deve ocorrer a regularização das finanças do município de Volta Redonda, com a retomada da execução de obras objeto da deliberação popular, inclusive, as que constam no banco de dados da Prefeitura, fato destacado por vários entrevistados.

Com relação aos efeitos educativos, constatou-se que a participação viabilizada pelo instrumento participativo propicia uma politização das pessoas envolvidas. A partir do momento em que os problemas da comunidade são percebidos e sentidos de forma geral, a busca pela solução dos problemas deixa de ter uma perspectiva individual para alcançar patamares coletivos. O enfrentamento das questões que impedem a execução das obras também possui reflexo na formação dos cidadãos, na medida em que aprendem a indagar, questionar e cobrar posicionamento do poder público acerca das políticas públicas necessárias.

Durante as reuniões que ocorrem nas associações e também durante as reuniões temáticas realizadas na Prefeitura de Volta Redonda, nas quais ocorre a defesa da obra, os participantes podem visualizar os problemas em um contexto mais amplo, o que estimula relações pautadas na solidariedade, gerando um cidadão com uma perspectiva ampliada, no sentido de pensar coletivamente.

Percebe-se, assim, que há um enfrentamento da exclusão social por parte de alguns governos municipais brasileiros, ao democratizar o processo decisório, conforme sustenta Lesbaupin (2000). Segundo esta ótica, o autor considera que o orçamento participativo representa uma luta contra-hegemônica, dado o caráter educativo da cidadania, permitindo, assim, que os cidadãos possuam mais consciência dos seus direitos e lutem no sentido de exigí-los.

Embora as categorias de participação (*pseudoparticipação*, *participação parcial* e *participação plena*) formuladas por Pateman (1992) tenham sido pensadas segundo o contexto da indústria, a ideia central pode ser utilizada para analisar o contexto participativo que ocorre no nível local, através da formação da vontade popular, via orçamento participativo. No caso de Volta Redonda, não foi constatada a presença da *pseudoparticipação*⁷⁴, pois os relatos dos entrevistados não evidenciaram a utilização de técnicas de persuasão, nem tampouco definição prévia do governo acerca de determinadas obras a serem implementadas, via orçamento participativo. O ideal da *participação plena*⁷⁵ também não foi verificado, pois o governo municipal era quem detinha poder de decisão final acerca das obras que seriam, de fato, selecionadas e executadas. Dito de outra forma, não havia poder

⁷⁴ A pseudoparticipação seria caracterizada apenas como um método de tomada de decisão que utiliza técnicas de persuasão dos empregados a aceitarem decisões previamente decididas pela administração (PATEMAN, 1992, p. 98).

⁷⁵ A participação plena seria caracterizada pelo fato de “cada membro isolado de um corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (PATEMAN, 1992, p. 98).

igual distribuído entre os membros que participavam do Orçamento Participativo, com relação à decisão final.

Por outro lado, foi possível visualizar a categoria da *participação parcial*⁷⁶ de Pateman (1992), pois havia uma patente desigualdade entre o Estado e a sociedade civil, sendo que era o governo quem detinha a prerrogativa final de decidir acerca das obras que seriam implementadas. Sendo assim, os participantes exerciam certa influência, mas não tinham poder com relação ao resultado final do que era decidido através do instrumento do Orçamento Participativo.

Com relação às repercussões geradas em função do Orçamento Participativo, estas não podem ser avaliadas considerando apenas o limite territorial da localidade em questão. Ao contrário, pois “o gosto da democracia a nível local, o gosto da participação, de participar do poder de decisão, não se extingue nos limites da municipalidade, ele tende a se ampliar” (LESBAUPIN, 2000, p. 89).

Dessa forma, o êxito do Orçamento Participativo pode ocorrer desde que sejam dadas condições de possibilidade para que tal manifestação ocorra de forma livre, permitindo a dialética de pensamentos contrários, para que, ao final, seja demonstrada a real necessidade de determinada comunidade, bem como torne possível a presença de pessoas que antes eram excluídas do poder de decisão acerca das políticas públicas. Além disso, a participação social deve ser viabilizada para que haja construção coletiva das regras do jogo, com a clara exposição dos critérios de seleção, garantindo, assim, o efetivo controle social.

Diante disso, o orçamento participativo não é apenas uma questão interna ao Estado brasileiro e suas respectivas unidades federativas, considerando seu papel formativo de sujeitos políticos, através do fortalecimento da consciência política, contrapondo-se à perspectiva de cidadania individual. Tal concepção deriva do entendimento de que a participação social deve ser concebida na perspectiva de um processo que sofre influência das correlações de forças existentes, bem como da própria contradição decorrente do sistema econômico. Por ser um processo⁷⁷, seu êxito não pode ser visualizado considerando apenas um momento histórico. Ao

⁷⁶ No que tange à participação parcial, a autora considera a desigualdade de posição na relação de trabalho, possuindo a administração a prerrogativa final de decidir. Sendo assim, caberia ao empregador apenas participar durante a deliberação, exercendo certa influência, no entanto, não há participação sobre o resultado final do que se delibera (PATEMAN, 1992, p. 98).

⁷⁷ Nesse sentido, Benevides (2001) concebe o socialismo como um processo, sendo que o orçamento participativo seria parte dessa construção.

contrário, o Orçamento Participativo revela um traço histórico e uma tendência política no sentido de abrir canais de participação popular.

Logo, os resultados benéficos são construídos durante o processo participativo, e poderão ser sentidos futuramente, sendo que seu papel formativo de sujeitos políticos não pode ser ignorado em função das fragilidades que ocorrem no decorrer do processo. Dessa forma, questões financeiras, dificuldades de mobilização, diminuição na execução das demandas, dentre outros, são fatores que precisam ser considerados. Porém, não podem ser utilizados para enquadrar determinada experiência participativa como um fracasso, eliminando, assim, qualquer possibilidade de renovação e construção da democracia participativa.

A partir de perspectiva contra-hegemônica, é possível a emergência de um sujeito político que difere da concepção burguesa, uma vez que tal sujeito surge dentro de uma conjuntura social marcada por lutas e reivindicações, através de práticas participativas que geram conhecimentos que se ampliam ao longo do tempo e que estão em constante redefinição, na medida em que a realidade social é dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de cidadania é dinâmica, depende da estruturação política da sociedade a ser analisada, bem como do contexto histórico. Ao analisar as ressignificações do conceito de cidadania, verificou-se uma certa disputa pela forma de interpretar o mundo, as quais buscam o fortalecimento de lógicas específicas.

De fato, a cidadania foi construída atendendo privilégios de quem detinha o poder, sendo assim, sob o manto de uma suposta cidadania houve exclusão de grande parte da população. Seguindo essa perspectiva, os liberais clamam pela separação entre o mundo da sociedade civil e o da política, sendo que o liberalismo sempre preconizou a garantia constitucional, o direito à propriedade privada e a proteção da livre competição no mercado, sem que houvesse a interferência estatal. Com efeito, o discurso de igualdade política foi utilizado como estratégia para legitimar a atuação da classe dominante, isto porque não havia a concepção de igualdade no sentido de diminuir as discrepâncias sociais e econômicas.

Ocorre que conceber a democracia apenas na perspectiva de limitação do poder estatal, sem que haja, de fato, melhor distribuição de poderes entre as classes, apenas servirá para eternizar a cidadania passiva. Portanto, a mera existência de igualdade formal, sem que ocorra uma efetiva implementação no plano material, nada mais é do que uma abstração, pois a igualdade de direito não modifica as diferenças de oportunidades que são socialmente condicionadas.

Nesse contexto, a inclusão das classes desfavorecidas no processo político não foi algo concedido, mas sim, conquistado através de lutas e resistências, as quais persistem até hoje, considerando que as bases materiais da sociedade atual revelam a existência de um modo de produção que gera e acentua as desigualdades sociais. Por tais razões, a análise da democracia deve considerar todas as mediações e contradições que permeiam o tema. Isto não significa desconsiderar a importância da democracia formal, porém, é necessário expandir a participação, para que haja um maior controle popular sobre o direcionamento das políticas públicas.

Revela-se, assim, de suma importância adotar estratégias no sentido de inverter a lógica de interesses e disputas que permeiam a relação entre o Estado e a sociedade civil. Diante disso, a inserção do Orçamento Participativo no cenário

brasileiro foi uma estratégia importante no sentido de impedir a imposição vertical de decisões acerca de políticas públicas. É simbólico o fato de que as primeiras experiências ocorreram ainda na época da ditadura (Lages, Boa Esperança, Piracicaba, etc), revelando o perfil combativo da luta em prol da participação política.

Com o advento da redemocratização no Brasil, os partidos de esquerda ficaram em evidência, viabilizando um avanço do orçamento participativo. Atualmente, o orçamento participativo não é uma política apenas de esquerda, sendo adotado por outros partidos políticos. A questão problemática reside em garantir sua continuidade, mesmo que persistam falhas e questões a serem aprimoradas, visto que a sua importância consiste justamente na possibilidade de ser um meio de controle social, em contraposição ao conceito hegemônico de democracia.

De fato, as políticas públicas sempre foram definidas por um grupo seleto de tecnocratas que possuíam vínculo com o governo vigente, sendo que o Orçamento Participativo torna possível a construção coletiva das políticas públicas. Ocorre que os procedimentos democráticos participativos necessitam de uma base sólida para consolidação, caso contrário, existirá uma mera participação contaminada pela interferência estatal, mediante cooptação e possível redirecionamento das decisões coletivas obtidas via participação. Além disso, para que a participação popular seja viabilizada, torna-se necessária a existência de previsão legal que legitime e institucionalize os instrumentos democráticos de participação social.

A pesquisa teve como enfoque a questão da participação social, nesse quesito, constatou-se a possibilidade de construção de nova perspectiva, considerando que a abertura de canais participativos permite que grupos marginalizados historicamente, bem como pessoas que não possuem vínculo com partidos ou movimento sociais, possam interferir nas decisões governamentais.

A perspectiva da participação social deve ser analisada considerando, ainda, as experiências de outros países, sendo que no âmbito da América Latina alguns formatos participativos existentes enriquecem o debate, ainda que Silva (2015) tenha constatado que nos três países pesquisados (Venezuela, Bolívia e Equador) a decisão popular fica restrita ao âmbito local, assumindo caráter consultivo nos níveis superiores da participação. De fato, a participação social no Brasil e na América Latina ainda está em fase de construção. Por outro lado, há algumas experiências como a de Kerala (Índia), onde ocorre justamente o contrário do que ficou

evidenciado nos países da América Latina, pois a participação popular não fica restrita ao âmbito local, conforme ensina Harnecker (2014), Kerala foi um dos poucos estados da Índia que incorporou no processo de elaboração dos planos de desenvolvimento a participação do povo, gerando um desenvolvimento econômico mais igualitário.

O Orçamento Participativo pode ser analisado através de vários enfoques. Segundo Silva e Carvalho (2006), a abordagem marxista possui o diferencial de extrapolar os limites da análise, uma vez que o enfoque deixa de ser apenas na dinâmica que envolvem as atividades de discussão, na medida em que é considerado o contexto histórico e seus reflexos sobre a relação de classes, relacionando as esferas política, econômica e ideológica para analisar o surgimento e a continuidade de tal instrumento participativo. Nesse sentido, Dutra (2001) destaca o papel de tal instrumento participativo contra a ideologia neoliberal, em virtude do controle público que é exercido sobre o Estado. Além disso, existem estudos que analisam o Orçamento Participativo tendo como abordagem seu potencial redistributivo (Marquetti, 2003, 2008; Pires, 2008; Campos, 2008; Moraes, 2008).

A análise da experiência decorrente do orçamento participativo requer o acompanhamento de seu movimento, sua constante modificação, bem como as respectivas contradições internas. A potencialidade de o orçamento participativo gerar mudanças significativas depende do contexto local, bem como do grau de empoderamento da população em questão. Por tais motivos, entendo não ser possível criar enquadramentos teóricos rígidos, modelos e/ou tipologias, uma vez que cada experiência participativa requer uma construção teórica capaz de dar conta dos fatores que influenciam o caso. O modelo adotado em Porto Alegre obteve êxito em razão do contexto social existente, mas isto não significa que tal modelo deve ser usado como parâmetro rígido, pois cada cidade possui uma conjuntura social singular, razão pela qual deve ser considerada a especificidade de cada local.

A questão mais problemática reside justamente em evitar a interrupção do Orçamento Participativo. Sobre a questão, coaduno com o entendimento de Rennó e Souza (2012) no sentido de que uma institucionalização promoveria um funcionamento mais uniforme nas diversas administrações, não ficando o orçamento participativo vinculado apenas a determinada agenda de partido no governo.

Portanto, a democratização do processo decisório representa uma luta contra-hegemônica. No entanto, para que seja possível o êxito do Orçamento Participativo é necessário que sejam dadas condições de possibilidade para que tal manifestação ocorra de forma livre, permitindo a dialética de pensamentos contrários, para que, ao final, seja demonstrada a real necessidade de determinada comunidade. Talvez isto explique o fracasso de tal instrumento em determinadas localidades, considerando que o êxito do Orçamento Participativo não depende apenas da vontade política, pois há fatores culturais que interferem na relação Estado-sociedade.

A questão é que nem sempre o cidadão percebe que está participando de uma relação com cunho clientelista, pois, muitas vezes o cidadão entende que a implementação de determinada demanda ou obra ocorreu em decorrência de seu “prestígio” com determinado político, razão pela qual há o risco de ficar atrelado, através de uma troca simbólica, que requer favores políticos contínuos. Noutras palavras, nem sempre o cidadão age como um sujeito de direito, pois ainda existe a noção de que o atendimento a determinado pedido é um favor concedido.

Ao ser revisitado o estado da arte acerca dos estudos sobre o Orçamento Participativo adotado pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro, foi possível compreender o impacto decorrente da adoção desse instrumento, considerando as peculiaridades de cada local. No caso de Barra Mansa, Neves (2006) ressaltou que a adoção do orçamento participativo foi permeada pela disputa política entre Legislativo e Executivo, fato que acabou prejudicando a proposta de construção de nova cultura política, na medida em que os mecanismos clientelistas ainda estavam impregnados na cultura política local. No entanto, embora existisse tal disputa, não há como ignorar a inovação institucional promovida pelo governo municipal na tentativa de modificar a relação política tão vinculada à política clientelista, conforme apontou Araújo (2002).

No caso de Angra dos Reis, Guerra (2008) destacou a mudança ocorrida na cidade em virtude da adoção do Orçamento Participativo, durante o período de 1989 a 2000, correspondendo a doze anos de gestão dos Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, o autor afirma que o diálogo estabelecido permitiu projetos pedagógicos interdisciplinares, demonstrando que políticas públicas originadas no âmbito na gestão municipal se desdobram até alcançar o sistema de ensino.

Com relação à experiência participativa de Niterói, Silva (2001) revela que a categoria *participação*, presente nesta modalidade de institucionalidade, acabava

reproduzindo a estrutura das relações sociais, pois no caso de Niterói a população era excluída do poder de escolha e ficava dependente do resultado das disputas políticas de poder. Além disso, havia a questão da distribuição desigual de informação e acesso ao poder de decisão. No caso, Bezerra (2004) frisou que um dos objetivos da proposta do Orçamento Participativo de Niterói foi justamente diminuir essa dependência, promovendo, assim, uma mudança na relação do povo com o poder público. Nesse sentido, Santos (2008) pontuou que o potencial democrático do orçamento participativo ficou limitado pela reduzida implementação das demandas priorizadas, bem como pela deficiente prestação de contas por parte do Estado. Outra questão importante com relação ao Orçamento Participativo de Niterói foi apontada por Silva, Neves e Guimarães (2009), visto que a partir do momento em que demandas foram atendidas por canais diversos do Orçamento Participativo, a participação foi contaminada pelo clientelismo, em detrimento do interesse coletivo, sendo que esse mecanismo reforçou a cultura do favor presente no local.

No caso do Orçamento Participativo de Rio das Ostras, Oliveira (2008) apontou como fragilidade o fato de o orçamento participativo não propiciar o acesso às informações na execução do orçamento, ao contrário do que ocorre no caso do orçamento participativo de Porto Alegre.

Ao analisar o instrumento participativo adotado em Macaé, Alvitos (2014) investigou as prioridades apontadas no ano de 2010 via Orçamento Participativo, comparando-as com as ações efetivamente realizadas e incluídas na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2011, concluindo que não há nexos entre as prioridades e o que foi realizado. Outro fato importante, segundo o referido autor, teria sido o fato de que assembleias somente ocorreram no ano de 2010, sendo que nos anos seguintes (2011 a 2013) ocorreram apenas reuniões com os delegados, em virtude da pífia execução das propostas referentes ao ano de 2010. Constatou-se, assim, uma deficiência na execução de obras, no que tange ao aspecto financeiro, bem como foi possível observar que a participação da população seguiu viés de consulta, na medida em que foi verificado pelo autor que as prioridades selecionadas pela população não foram efetivamente consideradas no momento em que o poder público implementou as ações que, em tese, deveriam ocorrer conforme a deliberação coletiva.

Por fim, a experiência de Itaboraí foi analisada por Alves e Gurgel (2014) que constataram que mesmo existindo um marco legal do Orçamento Participativo de Itaboraí, o instrumento participativo não gerou um ciclo, como ocorre em outras cidades, repercutindo, assim, no efetivo controle social e fiscalização pela população.

No caso de Volta Redonda, município objeto do estudo empírico, a construção dos sujeitos políticos foi reflexo dos antecedentes históricos marcados por lutas e resistências, principalmente no âmbito sindical. De fato, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) impactou de maneira significativa na configuração da cidade, sendo claro o caráter estratificado e desigual da construção do espaço urbano de Volta Redonda. Outro fato que alterou a dinâmica da cidade ocorreu no ano de 1964, segundo Medeiros (2004), pois a CSN iniciou o processo de transferência dos encargos urbanos que assumia para a Prefeitura de Volta Redonda, sendo que apenas a partir de 1967 a CSN iniciou seu desligamento da responsabilidade na realização de tarefas urbanas. Assim, progressivamente, o Município de Volta Redonda passou a ter a responsabilidade pela gestão integral da cidade.

Nesse contexto, a força sindical foi um importante instrumento de luta e oposição, contribuindo para a formação de sujeitos políticos e para o fortalecimento de lutas sociais que extrapolaram o âmbito sindical. Consta-se que a luta sindical que ocorreu em Volta Redonda gerou condições de possibilidade para uma maior organização da sociedade, com ênfase para os movimentos sociais.

Portanto, os fatos narrados provocaram modificações na conjuntura da cidade, sendo que a articulação entre o sindicato e os movimentos sociais existentes na cidade revelou um passo importante para a futura implantação do Orçamento Participativo. Dessa forma, a relação entre a Prefeitura e os cidadãos ganhou novos contornos, considerando que a classe operária deixou de ser o fio condutor, passando o cidadão a requerer políticas públicas, na qualidade de sujeito político que pertencia a um novo contexto. Dentro dessa dinâmica, as Associações de Moradores passaram a ter papel crucial. Na primeira fase do Orçamento Participativo de Volta Redonda ocorreu a definição dos atores sociais que fariam parte do instrumento participativo, no caso, as Associações de Moradores de Volta Redonda. A seguir, a cidade foi dividida em 12 (doze) setores, os quais são chamados, separadamente, para reuniões temáticas na Prefeitura.

O enfoque da pesquisa foi direcionado para o âmbito da participação social e teve como finalidade identificar os limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos, a partir da discussão de concepções contra-hegemônicas. O material obtido na pesquisa empírica foi objeto de análise de conteúdo (Bardin, 2016), baseada em categorizações.

Com relação à primeira categoria de análise denominada *Construção da metodologia para captação da vontade popular*, foram constatadas algumas peculiaridades no caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda. Isto porque o relato dos entrevistados foi no sentido de que a construção das regras para selecionar as obras do Orçamento Participativo não foi realizada mediante prévia discussão junto à comunidade, ou seja, foi resultado de uma imposição vertical do poder público, ao invés de ser fruto de uma construção coletiva. Além disso, alguns entrevistados apontaram que os critérios de seleção são impostos unilateralmente pelo poder público, não sendo devidamente explicitados e fundamentados, isto é, não há transparência nesse quesito.

No que tange à segunda categoria de análise denominada *Formas de convocação da sociedade civil*, através dos relatos dos Entrevistados foi possível concluir que a convocação é feita através de contato feito pelos membros da Prefeitura com os Presidentes de Associações de Moradores, sendo que cada associação realiza reuniões prévias para discutir o que será objeto de deliberação, existindo certa liberdade com relação a isto. O calendário de discussão das reuniões que ocorrem na Prefeitura é elaborado por membros da Prefeitura, sendo que a sociedade não discute sobre a metodologia de trabalho e o calendário de discussão.

Verificou-se que a convocação da sociedade civil para discutir o orçamento fica centralizada em torno das Associações de Moradores, as quais possuem a incumbência de entrar em contato com os membros da comunidade para deliberar acerca do Orçamento Participativo. Além disso, é a Prefeitura quem fixa o calendário de discussão e dirige as mesas de trabalho, não tendo sido constatada a existência de prévia discussão com a sociedade sobre o calendário de discussão. Na realidade, a dinâmica concernente à metodologia é determinada pelo Poder Público.

Ao analisar a terceira categoria de análise denominada *Perspectiva da participação: consultiva ou impositiva?*, de acordo com os relatos dos entrevistados ficou evidenciado o fato de que a Prefeitura era quem detinha o comando da decisão

final acerca das obras que seriam implementadas, sendo que a participação social ficava atrelada ao poder de decisão do Estado. Havia, portanto, uma centralização do poder de decisão nas mãos do Executivo, razão pela qual a participação social ganhou contornos de mera consulta, quando na verdade deveria ter viés impositivo.

Em suma, não há interferência do Poder Público no momento em que são selecionadas e indicadas as obras que serão incluídas no Orçamento Participativo. Sendo assim, não há o risco de o governo municipal incluir obras pré-definidas, uma vez que tal ente não participa da deliberação inicial que ocorre em cada comunidade, seguindo a dinâmica própria de cada Associação de Moradores. Contudo, embora exista um elemento importante de poder popular de base, não pode se falar em perspectiva impositiva do Orçamento Participativo de Volta Redonda, pois é a Prefeitura quem decide, posteriormente, quais obras serão executadas.

A última categoria de análise teve o intuito de observar a *Correlação de forças* existentes no Orçamento Participativo de Volta Redonda. De fato, há uma diversidade com relação aos membros da sociedade civil que foram entrevistados, tanto com relação à escolaridade, como em relação à profissão, porém, não há participação significativa de outros segmentos sociais representativos nas reuniões, ou seja, o instrumento participativo não apresenta grande diversidade no que tange à representação.

Uma questão apontada por alguns entrevistados indica a presença de condicionantes culturais no sentido de buscar benefício em função de acesso a determinado político, gerando vantagens a determinados bairros em decorrência desse “prestígio”. Dessa forma, durante a pesquisa empírica também foi possível perceber, em alguns momentos, a presença do fenômeno do clientelismo, pois alguns entrevistados informaram que existem bairros que conseguem obras em decorrência de influência com políticos, em detrimento de outros bairros que não possuiriam tal apoio. Além disso, foi mencionado que algumas obras são executadas com mais rapidez quando há interesses eleitorais.

Sabe-se que o contexto social poderá representar estímulo ou obstáculo para que o Orçamento Participativo se desenvolva. No caso de Volta Redonda, alguns fatores foram prejudiciais, com destaque para a diminuição considerável da execução das obras em função da deficiência de recursos financeiros necessários para tanto, conforme informaram alguns entrevistados, bem como o Secretário

Municipal de Planejamento Lincoln Botelho que acompanhou de perto esse processo durante longo tempo, tendo permanecido nessa função até o final do ano de 2016, em virtude da mudança na gestão municipal da cidade.

A perspectiva dos sujeitos políticos foi modificada na medida em que ocorreu um certo declínio da execução das obras. Isto porque no início da implementação do Orçamento Participativo de Volta Redonda, a população representada pelas Associações de Moradores era vista como protagonista, pois muitas demandas foram efetivamente cumpridas e executadas pelo poder público. Tal conjuntura foi modificada no momento em que houve uma diminuição no atendimento das demandas oriundas do instrumento participativo. A partir disso, a população passou a perceber o poder centralizador do governo municipal, a quem competia o poder de decisão final acerca da implementação das obras. Talvez, tal fato não foi percebido desde o início, em decorrência do atendimento às demandas, o que pode ter gerado uma certa ilusão de quem era o povo, de fato, quem detinha o poder de decisão final acerca do direcionamento dos recursos públicos em Volta Redonda.

No caso do Orçamento Participativo de Volta Redonda pode ser constatada a presença da categoria da *participação parcial* formulada por Pateman (1992), considerando a patente desigualdade entre Estado e sociedade civil, sendo que era o governo quem detinha a prerrogativa final de decidir. Nesse contexto, os participantes exerciam certa influência, mas não tinham poder com relação ao resultado final do que era decidido através do instrumento do Orçamento Participativo.

Os dados empíricos revelam que há uma complexidade de fatos que demonstram que o Orçamento Participativo de Volta Redonda ainda precisa de um aprofundamento no que tange ao aspecto democrático. Porém, não seria correto afirmar que tal instrumento fracassou. Nessa linha, Wampler (2003) destaca que os resultados efetivos gerados em decorrência do Orçamento Participativo podem demorar anos para que sejam concretizados e visualizados.

Diante do exposto, os resultados decorrentes da implementação do orçamento participativo em Volta Redonda poderão ser sentidos futuramente. A questão é que seu papel formativo de sujeitos políticos não pode ser ignorado em função das fragilidades que ocorrem no decorrer do processo. Dessa forma, questões financeiras, dificuldades de mobilização, diminuição na execução das demandas, dentre outros, são fatores que precisam ser considerados e reajustados.

Porém, tais fatos não podem ser utilizados para enquadrar determinada experiência participativa como um fracasso, eliminado, assim, qualquer possibilidade de construção e renovação política.

A formação de sujeitos políticos é dinâmica e está em constante processo de construção. Nesse sentido, emerge o conceito de sujeito coletivo formulada por Sader (1995), que se dá através de práticas em prol da coletividade, buscando-se uma identidade social que une tais membros nas lutas em defesa de seus interesses.

Com efeito, a interferência que ocorre no âmbito social amplia o individual, fazendo com que o indivíduo ultrapasse a noção de cidadania individual, e passe a conceber a cidadania como algo que deve ser construído coletivamente, através do estabelecimento de uma identidade social, a qual norteará as práticas na comunidade, bem como impulsionará a luta em prol da defesa dos interesses coletivos.

O Orçamento Participativo é uma política que propicia o surgimento do sujeito político coletivo, na medida em que abre canais participativos, tornando possível a deliberação popular acerca do redirecionamento dos recursos públicos, bem como implica na seleção de determinada política pública através da participação social, incentivando o diálogo, o consenso, bem como a adoção de práticas que visem solucionar problemas comuns que afetam determinada comunidade. Dito de outra forma, a perspectiva de sujeito político surge quando há espaço para uma construção popular acerca de questões sociais.

A partir de uma perspectiva contra-hegemônica é possível a emergência de um sujeito político que difere da concepção burguesa, uma vez que tal sujeito surge dentro de uma conjuntura social marcada por lutas e reivindicações. A adoção de práticas participativas gera conhecimentos que se ampliam ao longo do tempo, bem como estão em constante redefinição, na medida em que a realidade social é dinâmica. Revela-se, então, a necessidade de uma mudança de paradigma, para que a participação social passe a ser concebida na perspectiva de um processo que deve permear toda a dinâmica do instrumento participativo.

Portanto, o Orçamento Participativo não é apenas uma questão interna ao Estado brasileiro e suas respectivas unidades federativas, considerando seu papel formativo de sujeitos políticos, através do fortalecimento da consciência política, contrapondo-se à perspectiva de cidadania individual. Tal concepção é possível

desde que a participação social seja concebida na perspectiva de um processo que sofre influência das correlações de forças existentes, bem como da própria contradição decorrente do sistema econômico. Por ser um processo, seu êxito não pode ser visualizado considerando apenas um momento histórico. Ao contrário, o Orçamento Participativo revela um traço histórico e uma tendência política no sentido de abrir canais de participação popular, viabilizando, assim, um controle social.

Nesse momento, é importante retomar o diálogo entre Wood (2007; 2011) e Held (1997;1999), considerando as dissonâncias existentes em suas posições. Wood (2011) considera que não pode haver democracia no capitalismo, visto que o modo de produção vigente privilegia os interesses da classe dominante. No entanto, como não há outro caminho viável a curto prazo, é necessário tentar agir dentro do contexto atual, no sentido de buscar caminhos para democratizar as políticas públicas, pois essa seria uma das formas de resistência possível.

Noutras palavras, a partir da contribuição de Wood (2011), conclui-se que é necessário agir de forma estratégica dentro dos marcos do campo democrático. Com efeito, embora as políticas públicas não tenham a aptidão, por si só, de eliminar as desigualdades sociais e econômicas vigentes, existe a possibilidade de atenuar tais desigualdades, razão pela qual é justificada a importância das políticas públicas como instrumento de transformação social.

Nesse sentido, o Orçamento Participativo é um instrumento que tem o potencial de promover uma tomada de consciência coletiva, considerando o seu papel formativo de sujeitos políticos. A questão problemática reside em garantir sua continuidade como instrumento de controle social. Para tanto, é necessário que o Orçamento Participativo seja institucionalizado, ganhando status de política de Estado e não seja apenas uma política de governo que vincula determinada gestão pública.

Por fim, cumpre ressaltar que o controle social exercido via Orçamento Participativo pode gerar efeitos redistributivos. Porém, para que seja analisado tal efeito na prática, é de suma importância que os critérios de distribuição dos investimentos sejam objetivos e transparentes. No caso de Volta Redonda, não foi verificada a existência de critérios de distribuição de investimentos de forma clara e objetiva, condição necessária para auferir possíveis efeitos redistributivos do Orçamento Participativo, razão pela qual a pesquisa não pode analisar a existência

ou não de tais efeitos. Dessa forma, sugere-se que estudos posteriores possam avaliar tal efeito, caso os dados da realidade sejam alterados no decorrer do tempo.

Conforme já exposto, a pesquisa empírica foi realizada em Volta Redonda durante os meses de novembro e dezembro de 2016, ou seja, no final do mandato do Prefeito Antônio Neto. Ocorre que em decorrência da transição da gestão municipal, no ano de 2017 assumiu como Prefeito Elderson Ferreira da Silva (conhecido como Samuca). Através de contato com alguns Presidentes de Associações de Moradores, foi informado que o Prefeito Samuca vem implementando alterações no formato participativo de Volta Redonda, conforme já mencionado anteriormente. A priori, a ideia de incluir a modalidade da participação digital é interessante. Porém, será preciso avaliar se a Prefeitura dará condições de possibilidade para que haja efetiva adesão da sociedade, pois o acesso digital ainda está em fase de construção, sendo que a população mais carente nem sempre consegue ter acesso aos meios disponíveis.

Em suma, as consequências que serão desencadeadas através das alterações que estão sendo promovidas pela nova gestão municipal de Volta Redonda somente poderão ser avaliadas futuramente. Isto porque somente a partir do ano de 2018 será possível verificar se o poder público municipal implementará, de fato, as obras decorrentes do Orçamento Participativo de Volta Redonda. Por tais razões, seria precipitado, neste momento, avaliar o possível impacto social, cultural e político das alterações promovidas pela nova gestão municipal, bem como as consequências em relação aos sujeitos políticos envolvidos.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera. Do Clientelismo à Cooperação: governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. Tradução de Alberto Lourenço. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 1, 1998, p. 47-78.

ABERS, Rebecca Neaera. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.18, n.1-2, p.257-290, Jan./Dec. 2003.

ABERS, Rebecca Neaera; KECK, Margaret E. Representando a diversidade: Estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, Jan./Abr. 2008.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004a. p. 75-102.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Finanças públicas, democracia e instrumentos de accountability. *Relatório de pesquisa FGV/EAESP/NPP n.31*, 2004b, p.7-36.

ALVES, Angeline Coimbra Tostes de Martino; GURGEL, Cláudio Roberto Marques. Obstáculos à participação social evidenciados em estudo empírico. *Revista Brasileira de Administração Política*, Salvador v. 7, n. 2, p. 89-112, 2014.

ALVITOS, Leonardo Gama. *Orçamento Participativo em um contexto de abundância de recursos: o caso de Macaé-RJ*. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2014.

ARAÚJO, Raquel Barcelos de. *Orçamento Participativo em Barra Mansa/RJ: a construção de representações num processo de democratização do poder local*. 2002. 97 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2002.

ARKONADA, Katu; KLACHKO, Paula. *Desde abajo, desde arriba. De la resistencia a los gobiernos populares: escenarios y horizontes del cambio de época en América Latina*. La Habana: Editorial Caminos, 2016.

ÁVILA, Caio Márcio de Brito. *Recall – a revogação do mandato político pelos eleitores: uma proposta para o sistema jurídico brasileiro*. 2009. 152 f. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar*

a democracia: os caminhos da democracia participativa. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

AVRITZER, Leonardo. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 13-60.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. 17 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BARATA MOURA, José. *Dialética Marxista*. Lisboa: Editora Avante, 2010.

BARATA MOURA, José. Marx e a cientificidade do saber. In *Materialismo e subjetividade – Estudos em torno de Marx*. Lisboa: Avante, 1998 p. 67-145.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTUNEK, Jean M.; SEO, Myeong-gu. *Qualitative research can add new meanings to quantitative research*. Journal of Organizational behavior. v. 23, n. 2, mar., 2002.

BAVA, Silvio Caccia. Participação, representação e novas formas de diálogo público. In *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. São Paulo: Pólis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2002.

BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. *Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda*. 2007. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

BENEVIDES, Maria Victória. Democracia direta como parte da construção do socialismo. In DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victória. *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em Nome das Bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BEZERRA, Marcos Otávio. Participação popular e conflitos de representação política: notas a partir de um caso de orçamento participativo. In: TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar. *Espaços e tempos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004. p. 145-169.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto-lei n.º. 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 27 de fevereiro de 1967.

BRASIL. *Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992*. Estabelece que o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 07 de julho de 1992.

BRASIL. Lei n. 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 23 de março, 1964.

BRASIL. Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998. Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 19 de novembro, 1998.

BRASIL. Lei Complementar n. 101 de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 05 de maio, 2000.

BRASIL. Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 11 de julho, 2001.

BRASIL. Lei Complementar n. 141 de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF: 16 de janeiro, 2012.

CABANNES, Yves. *Alcaldía de Porto Alegre. Presupuestos participativos en ciudades Europeas y Latinoamericanas*. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Documento Base Red URBAL 9. Actualización mayo 2005.

CABANNES, Yves. Participatory budgeting: a significant contribution to participatory democracy. *Environment and Urbanization*, v. 16, n. 1, p. 27-46, 2004.

CAMPOS, Geraldo Adriano de. Orçamento Participativo em São Paulo: limiar da participação e redistribuição na megalópole. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e*

redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo. São Paulo: Xamã, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1998.

CIAVATTA, Maria. O conhecimento histórico e a questão teórico metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (orgs). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 130-155.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *Perspectivas*, São Paulo, n. 22, p. 41-59, 1999.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel. (Coord). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DAHL, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 25. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

DALLARI, Adilson. Orçamento Impositivo. In CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coords.). *Orçamentos Públicos e Direito Financeiro*. São Paulo: RT, 2011, p. 309-328.

DEMO, Pedro. *Participação é conquista*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DUTRA, Olívio. O orçamento participativo e a questão do socialismo. In DUTRA, Olívio; BENEVIDES, Maria Victória. *Orçamento participativo e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

ENTREVISTADO I – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO II – GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO III – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO IV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO V – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO VI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO VII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO VIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO IX – PRESIDENTE FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORE E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA EM VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO X – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XI – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XVI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XVIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XIX – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XX – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXIII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXIV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXV – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXVI – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

ENTREVISTADO XXVII – PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA. *Entrevista*. Entrevistadora: Urá Lobato Martins. Rio de Janeiro, 2016. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice C desta tese.

FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros: a construção da consciência coletiva social no orçamento participativo de Porto Alegre*. 2002. 340f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FEDOZZI, Luciano. *O eu e os outros: participação e transformação da consciência moral e cidadania*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008. 208 p.

FEDOZZI, Luciano. Orçamento participativo de Porto Alegre: gênese, avanço a limites de uma ideia que se globaliza. In: *Cidade – Comunidades e Território*, n. 18, p. 41-57, jun. 2009.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. In: IANNI, Octavio (org). *Florestan Fernandes: Sociologia Crítica e Militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, Roberta Evaristo. *Desenho institucional do orçamento participativo: um estudo de caso*. 2014. 51f. Monografia (Curso de Administração Pública) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2014.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 18-19, p. 241-253, jan.-dez. 2006.

FRANKE, Richard W. El experimento de descentralización democrática en kerala. In: FRANKE, Richard W.; HARNECKER, Marta; MULAS, Andrés Sanz; NEBOT, Carmen Pineda. *Estado Kerala, Índia, Uma experiencia de planificación participativa descentralizada*. Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2008.

FUNG, Archon; WRIGHT, Erik Olin. Deepening Democracy: Innovations in Empowered Participatory Governance. *Politics & Society*, vol. 29, n.1, p. 5-41, mar.2001

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. *Cidade “vermelha” do aço: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989)* 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

GANUZA, Ernesto.; BAIOCCHI, Gianpaolo. The power of ambiguity: how participatory budgeting travels the globe. *Journal of Public Deliberation*, v. 8, Iss. 2, art. 8, 2012.

GOLDFRANK, Benjamin. Los procesos de ‘presupuesto participativo’ en América Latina: éxito, fracaso y cambio. *Revista de Ciência Política*, v. 26, n. 2, p. 3-28, 2006.

GOVERNMENT OF INDIA. Census of India 2011 - *Provisional population totals india, kerala state and districts*. Disponível em: http://censusindia.gov.in/2011-prov-results/data_files/kerala/ppt_detail_kerala.pdf.

GRACIOLLI, Edilson José. *Um Laboratório Chamado CSN: Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993)*. In XXIV Encontro Anal da ANPOCS. Petrópolis. 2000. Anais. 21 p.

GUERRA, Fernando Mendes. *Diálogo como caminho para uma nova organização curricular: a experiência de efetivação da educação ambiental no município de Angra dos Reis*. 2008. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *A constelação Pós-Nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v. 1, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HANSEN, Gilvan Luiz. A razão entre a violência e a emancipação: um enfoque habermasiano. *Veritas*. Porto Alegre, v. 52, p. 79-93, 2007.

HARADA, Kiyoshi. *Direito financeiro e tributário*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARNECKER, Marta. *América Latina y El Socialismo Del Siglo XXI: inventando para no Errar*, 15 de abril de 2010, publicado em Rebellion.org, disponível em <http://www.rebellion.org/docs/102813.pdf>.

HARNECKER, Marta. *Brasil: Alcaldía de Porto Alegre: aprendiendo a gobernar*. Havana: Mepla, 1993.

HARNECKER, Marta. *Decentralised participatory planning based on experiences of Brazil, Venezuela and the state of Kerala, India*. Paper presented at the International Scientific Academic Meeting on Methodology and Experiences in Socio-environmental Participatory processes, Cuenca University, November, p. 13-15, 2014.

HARNECKER, Marta. *Fazendo caminho ao caminhar: experiências de partidos de esquerda em governos locais do Brasil, Uruguai e Venezuela*. Brasília: Thesaurus, 1996.

HARNECKER, Marta. Kerala: planificación participativa descentralizada. In: FRANKE, Richard W.; HARNECKER, Marta; MULAS, Andrés Sanz; NEBOT, Carmen Pineda. *Estado Kerala, Índia, Uma experiencia de planificación participativa descentralizada*. Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2008.

HELD, David. Cidadania e Autonomia. Tradução de Agnaldo de Souza Barbosa e Ana Maria de Oliveira Rosa e Silva. *Perspectivas*, v. 22, São Paulo: UNESP, 1999, p. 201-231.

HELD, David. Desigualdades de poder, problemas da Democracia. In: MILIBAND, David (org). *Reinventando a Esquerda*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 67-82.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Versão espanhola de Teresa Alberto. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

HELLER, Patrick; ISAAC, Thomas T. M. O perfil político e institucional da democracia participativa: lições de Kerala, Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 599-645.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014, publicadas no Diário Oficial da União em 28/08/2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2017.

INGLATERRA. Carta Magna do Rei João da Inglaterra, expedida em 15.06.2015.

LEMOIS, Linovaldo Miranda. *O Papel das Políticas Públicas na Formação de Capital Social em Municípios “novos ricos” Fluminenses: O Programa “Saúde da Família” de Quissamã e o Orçamento Participativo de Rio das Ostras*. 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LESBAUPIN, Ivo. *As Classes Populares e os Direitos Humanos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder Local x Exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Nádia Maria do Socorro Chrachar de Oliveira. Controle social: uma leitura a partir da ação comunicativa de Jürgen Habermas. In: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; GÓMEZ, Maria Nélide Gonzalez de. (Org). *Discursos habermasianos*. Rio de Janeiro: IBICT, 2010. 468 p.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. *Novas e velhas questões: revisitando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ)*. História Unisinos, São Leopoldo/RS, janeiro/abril, p.77-88, 2010.

LINERA, Álvaro García. *Identidade Boliviana: nación, mestizaje y plurinacionalidad*. La Paz: Vice-Presidência de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2015.

LINHARES, Paulo Afonso. *A CIDADANIA INTERATIVA: Plebiscito, referendo e iniciativa popular na Constituição de 1988 e os impactos da revolução tecnológica da informação e comunicação na democracia brasileira*. 2010. 356 f. Tese (Doutorado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do Liberalismo*. 2. ed. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

LOWI, Theodore J. American Business, Public Policy, Case-Studies, and Political Theory. *World Politics*, v. 16, n. 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodore J. The state in politics: the relation between policy and administration. In: NOOL, R. G. (org). *Regulatory policy and the Social Sciences*. Barkeley: University of California Press, 1985, p. 67-105.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. In *Revista Política & Sociedade*. Florianópolis, v. 13, n. 28, p.167-197, set-dez 2014.

MACPHERSON, Crawford Brough. *Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: o papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia do século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACPHERSON, Crawford Brough. *A democracia liberal: origens e evolução*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAGALHÃES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Volta Redonda pós-privatização da cia. Siderúrgica nacional: a crise de uma cidade monoindustrial em busca de uma nova identidade econômica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 359-378, mai-ago/2015.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Plurinacionalidade e cosmopolitismo: a diversidade cultural das cidades e diversidade comportamental nas metrópoles*. In: *Revista da Faculdade de Direito UFMG*, Belo Horizonte, n. 53, p. 201-216, jul./dez. 2008.

MANGABEIRA, Wilma. *Os Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARQUETTI, Adalmir. Participação e redistribuição: o Orçamento Participativo em Porto Alegre. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 129-156.

MARQUETTI, Adalmir. Orçamento Participativo, redistribuição e finanças municipais: a experiência de Porto Alegre entre 1989 e 2004. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e*

redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo. São Paulo: Xamã, 2008.

MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de. Democracia e redistribuição: apontamentos iniciais. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

MARTINELLI, Hasenclever Silva. *Orçamento participativo: seu papel para as mudanças nas relações entre governo e população na cidade do Rio de Janeiro*. 2002. 114 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

MARTINS, Urá Lobato. Orçamento impositivo brasileiro: reflexão sobre os avanços e as limitações decorrentes da Emenda Constitucional n. 86/2015. *Revista de Direito Tributário e Financeiro*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 382-398, jul/dez 2016.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Livro Terceiro. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. O método da economia política. In: *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.

MEDEIROS, Simone Alves de. *A cidade que educa: A construção das identidades sociais dos trabalhadores da cidade-empresa de Volta-Redonda (1940-1973)*. 2004. 275 f. Dissertação (Mestrado em Trabalho e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MONTEIRO, Geraldo Tadeu Moreira. *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros*. Rio de Janeiro: FSB Comunicações, 1995, 104 p.

MORAES, Aldecy José G. de. O processo redistributivo do Orçamento Participativo e do Congresso da Cidade em Belém do Pará. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

MULAS, Andrés Sanz; NEBOT, Carmen Pineda. La campaña del pueblo: planificación participativa descentralizada. La participación en el sector local de Kerala. In: FRANKE, Richard W.; HARNECKER, Marta; MULAS, Andrés Sanz; NEBOT, Carmen Pineda. *Estado Kerala, Índia, Uma experiência de planificación participativa descentralizada*. Venezuela: Centro Internacional Miranda, 2008.

NEVES, Angela Vieira. *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular: a experiência do orçamento participativo da cidade de Barra Mansa*. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

O'DONNELL, Guilherme. Anotações para uma Teoria do Estado (I). In: O'DONNELL, Guilherme; et al. *Revista de Cultura Política*, São Paulo, n. 3, p. 71-93, nov./jan.1981.

O'DONNELL, Guilherme. Democracia Delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, n° 31, outubro, pp. 25-40, 1991.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. *Revista Lua Nova* n. 44, São Paulo, Cedec, p. 27-54, 1998a.

O'DONNELL, Guilherme. Poliarquias e a (in)efetividade da lei Na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 51, p. 37-61, julho/1998b.

O'DONNELL, Guilherme. Democracia, Desenvolvimento Humano e Direitos Humanos. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.15-114, jan.-abr. 2013.

OLIVEIRA, Adiane Conceição de. *Democratização do Processo Decisório em Municípios Beneficiários dos Royalties Petrolíferos: a experiência de Rio das Ostras*. 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, Campos dos Goytacazes, 2008.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. *Reestruturação produtiva e regionalização da econômica no território fluminense*. 2003, 231. f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Pólis/Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001. 40 p.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 3. ed. rev .e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

PALMEIRA, Andre Franklin. *A Nova Face da "Cidade do Aço": crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda (1992-2008)*. 2012. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 13, p. 115-127, dez. 1999.

PEREIRA, Sérgio Eduardo Martins. *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências) –

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte; MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Gerações operárias: rupturas e continuidade na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 68-83, 1991.

PIQUET, Rosélia. O papel da cidade-empresa na formação urbana brasileira. In: *VII Encontro Nacional da Anpur*, v. 1. Recife: Anpur, 1997. p. 655-666.

PIRES, Roberto. Regulamentação da Participação no OP em Belo Horizonte: eficiência distributiva aliada ao planejamento urbano. In: MARQUETTI, Adalmir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências de orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

PIRES, Valdemir; MARTINS, Larissa de Jesus; DEL MÔNICO, Diego V. G. *Orçamento Participativo (OP) no Brasil: identificação de casos relevantes do período 1989-2010, com base nos critérios da longevidade e da atenção acadêmica*. In Encontro de Administração Pública e Governo. Salvador, 2012. EnAPG 2012. Anais.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Traduzido por Rita Lima. Revisto por Severino Bezerra. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

PNUD – Programa das Nações Unidas. *Atlas do IDH*. Disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>. Acesso em 10.04.2016.

RENNÓ, Lúcio; SOUZA, Aílton. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 235-262, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; GRAZIA, Grazia de. *Experiências de orçamento participativo no Brasil: período de 1997 a 2000*. Petrópolis: Fórum Nacional de Participação Popular/Editora Vozes, 2003.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. O referendun e a representação democrática no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 23, n. 92, p. 13-40, out./dez. 1986, Brasília.

ROCHA, Francisco Sérgio Silva. Orçamento e planejamento: a relação de necessidade entre as normas do sistema orçamentário. In CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando Facury. (coords.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 729-749.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Tradução: Rolando Roque da Silva. São Paulo: Ed. Ridendo Castigat Moraes, 2001.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SANTANA, Marco Aurélio; MOLLONA, Massimiliano. Trabalho e ação coletiva: memória, espaço e identidades sociais na cidade do aço. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 125-148, jan./jun 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 440p.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SANTOS, Tatiana Gonçalves. *Democracia e gestão pública participativa: um estudo do orçamento participativo de Niterói (RJ)*. 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SANTOS, Theotônio dos. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SANTOS, Theotônio dos. *Desenvolvimento e Civilização*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

SANTOS NETO, Benevenuto dos. *Uma experiência política*. Volta Redonda: Empresa Gazetilha Ltda, 1983.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, Henrique e FERRAREZI, Elisabete (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. p. 33-35.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada. O debate contemporâneo*, v. 1. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Editado por George Allen e Unwin Ltd, Tradução de Ruy Jungmann. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.a, 1961.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SILVA, Eduardo Ângelo da. A “Cidade do Aço” entre “novos” e “velhos” sindicalismos: redes sociais e mobilização coletiva em Volta Redonda (1980-1990). *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, julho de 2015.

SILVA, Fabricio Pereira da. *Democracias Errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina*. 1 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

SILVA, Glauco Peres da; CARVALHO, Carlos Eduardo. Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 423-451, set./dez. 2006.

SILVA, Lessandra da Silva. *Institucionalização de práticas participativas na administração pública: caminho para democratização do poder local? (Estudo de caso do Orçamento Participativo de Niterói)*. 2001, 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Suellem Henriques da. *Democracia e representação política: um estudo sobre a representação da sociedade civil no Conselho do Orçamento Participativo de Niterói*. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

SILVA, Suellem Henriques da; NEVES, Angela Vieira; GUIMARÃES, Mariana Pessanha. Espaços Públicos Participativos: A experiência do orçamento participativo de Niterói na construção de políticas públicas. In: *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís, 25 a 28 de agosto 2009.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; RÖCKE, Anja. Aprendendo com o Sul: O Orçamento Participativo no Mundo – um convite à cooperação global. *Diálogo Global*, Bona, n. 25, março de 2012a.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten; RÖCKE, Anja. Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 70-116, mai./ago. 2012b.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Enrique. Societal accountability in Latin America. *Journal of Democracy*, v. 11, n. 4, p. 147-158, 2000.

SOARES, José Arlindo; GODIM, Linda. Novos modelos de gestões: lições que vêm do poder local. In: SOARES, José Arlindo; BAVA, Silvio Caccia. *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

SOARES, Paulo Célio. A atuação das Cebs em Volta Redonda (1974-1979). *Revista Nures*, São Paulo, n. 13 – Setembro/Dezembro 2009.

SOARES, Paulo Célio. As lutas pela redemocratização em Volta Redonda (1974-1979). *Revista Episteme Transversalis*, Rio de Janeiro, v. 4, n.2, 2013.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol.15, n.4, pp. 84-97, out./dez. 2001.

VOLTA REDONDA (RJ), COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE D. WALDYR CALHEIROS. *Relatório Final da Comissão da Verdade (2013-2015)*. Volta Redonda, 2015.

VOLTA REDONDA (RJ), PREFEITURA. *Histórico do Orçamento Participativo*. Disponível em <http://www.portalvr.com/servicos/smp/dcu/utilidades/participativo/arquivos/historia.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2015.

VOLTA REDONDA (RJ), PREFEITURA. *Orçamento Participativo em Volta Redonda*. 2002.

VOLTA REDONDA (RJ), PREFEITURA. *Comitê do Orçamento Participativo é eleito em Volta Redonda*, 2017. Disponível em <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/9-noticia-destaque/2917-comite-do-orcamento-participativo-e-eleito-em-volta-redonda>.

VOLTA REDONDA (RJ), PREFEITURA. *Fórum do Orçamento Participativo acontece em Volta Redonda no próximo sábado*. Disponível em <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/8-noticia/2890-forum-do-orcamento-participativo-acontece-em-volta-redonda-no-proximo-sabado>

WAMPLER, Brian. Orçamento Participativo: uma explicação para amplas variações nos resultados. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o Orçamento Participativo*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 61-86.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e democracia. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. In: *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo e a renovação do materialismo histórico*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

YOUNG, Iris Marion. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001. p. 356-386.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade e Minorias. Tradução de Alexandre Morales. *Revista Lua Nova*, n. 67, São Paulo, p. 139-190, 2006.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com membros do governo municipal.

Identificação do entrevistado (sexo, idade, escolaridade e vínculo institucional)

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

- 1) Qual metodologia é utilizada para a captação da vontade popular? De que forma foi construída esta metodologia?
- 2) Como se dá a elaboração do calendário de discussão? Quem fixa as datas?
- 3) Como você avalia o interesse da população em participar das do Orçamento Participativo de Volta Redonda?

FORMAS DE CONVOCAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- 4) De que forma é realizada a convocação da sociedade civil para discutir o orçamento?
- 5) Quais são as etapas do orçamento participativo?

PERSPECTIVA CONSULTIVA OU IMPOSITIVA?

- 6) Explique como são selecionadas as obras a serem incluídas no orçamento?
- 7) De que forma a Prefeitura informa aos participantes o valor da receita municipal que pode ser aplicada em obras, através do orçamento participativo?
- 8) Como ocorre a implementação das obras decididas através do Orçamento Participativo?

CORRELAÇÃO DE FORÇAS E SEGMENTOS SOCIAIS REPRESENTADOS.

- 9) Como se deu a origem do Orçamento Participativo em Volta Redonda? Em qual momento essa prática foi interrompida e quando foi retomada?
- 10) Quais segmentos sociais são representados no Orçamento Participativo?
- 11) Quais forças políticas são contrárias e quais são favoráveis à implementação do Orçamento Participativo em Volta Redonda?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevistas com membros da sociedade civil

Identificação do entrevistado (sexo, idade, escolaridade e profissão).

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA

- 1) Qual metodologia é utilizada para a captação da vontade popular? De que forma foi construída esta metodologia?
- 2) Como se dá a elaboração do calendário de discussão? Quem fixa as datas?
- 3) Como você tomou conhecimento do orçamento participativo? O que motivou seu interesse em participar?
- 4) Antes de sua participação no orçamento participativo você fazia parte de algum segmento político ou movimento social (sindicatos, associação, partidos, etc)?
- 5) De que forma você avalia sua participação política, após sua participação nos debates do orçamento participativo?

FORMAS DE CONVOCAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

- 6) De que forma é realizada a convocação da sociedade civil para discutir o orçamento?
- 7) Quais são as etapas do orçamento participativo?

PERSPECTIVA CONSULTIVA OU IMPOSITIVA?

- 8) Explique como são selecionadas as obras a serem incluídas no orçamento?
- 9) De que forma a Prefeitura informa aos participantes o valor da receita municipal que pode ser aplicada em obras, através do orçamento participativo?
- 10) Você tem conhecimento se as obras selecionadas através do Orçamento Participativo são implementadas?

CORRELAÇÃO DE FORÇAS E SEGMENTOS SOCIAIS REPRESENTADOS

- 11) Como se deu a origem do Orçamento Participativo em Volta Redonda? Em qual momento essa prática foi interrompida e quando foi retomada?
- 12) Quais segmentos sociais são representados no Orçamento Participativo?
- 13) Quais forças políticas são contrárias e quais são favoráveis à implementação do Orçamento Participativo em Volta Redonda?

APÊNDICE C – Conjunto das transcrições das entrevistas

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 03 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 10:35 (DURAÇÃO DE 10 MINUTOS E 17 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO I, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Como é que o senhor acompanhou a metodologia para conseguir captar essa vontade das pessoas, como é que eles fazem?

ENTREVISTADO I: Esse levantamento é feito o seguinte, a gente tem uma reunião com o Prefeito e com o Secretário, então, a gente procura ver o que está deficiente no bairro, a deficiência que está no bairro, então, é anotado toda aquela deficiência, por exemplo, se precisa podagem de árvore, precisa fazer sinalização, é... precisa a área que estiver com problema de mosquito, entendeu? E outros, como exemplo, demarcação de faixa de carro, entendeu, placa de sinalização, isso é o mais importante, e outros bairros quando tem quadra de esporte, tem quadra de esporte, então, é feito um levantamento dessa quadra, o que for para melhoria do bairro, sempre para melhorar, brinquedos da praça para as crianças.

PESQUISADORA: Quem é que fixa a data desse calendário, a forma que vai ser feito?

ENTREVISTADO I: Isso é feito um cronograma, é feito pelo Secretário de Planejamento, ele faz esse levantamento, nós passamos para ele toda essa pendência que há no bairro e ele faz a montagem desse cronograma, que é encaminhado depois para o Prefeito, e o Prefeito vai analisar junto com o Secretariado, é marcado uma data para ser feito o levantamento para poder fazer o serviço.

PESQUISADORA: E o senhor participa há quanto tempo? O que é que motivou seu interesse em participar?

ENTREVISTADO I: É que o meu pai, quando era vivo, ele sempre gostou que o bairro tivesse uma melhora, então, eu já estou nessa associação há mais de 10 anos, então, isso me incentivou para pedir melhora, para solicitar melhora pro bairro.

PESQUISADORA: Mas o senhor já tinha alguma experiência de trabalhar em algum sindicato ou alguma coisa?

ENTREVISTADO I: Não, inclusive já participei de várias reuniões de outras associações e por isso que eu me interessei para cuidar do bairro.

PESQUISADORA: O senhor acha que essa participação nesses debates melhorou de alguma forma sua condição de exercer sua cidadania, de pleitear novas reivindicações?

ENTREVISTADO I: Melhorou, melhorou. Novas metas para o bairro? Isso, melhorou muito.

PESQUISADORA: E quais são as etapas, o senhor sabe? Do orçamento participativo?

ENTREVISTADO I: Assim no momento, assim no momento ((demonstra esquecimento)).

PESQUISADORA: Mas o que é que o senhor recorda como é que ocorrem as etapas até chegar ao final?

ENTREVISTADO I: As etapas é feito o seguinte, como eu te expliquei anteriormente, você vê a deficiência que você tem no bairro, né, você anota aquela deficiência, ou uma rua que falta sinalização ou uma podagem de árvore, entendeu, ou então algum vazamento de esgoto ou água.

PESQUISADORA: Mas o senhor repassa essa informação pra quem?

ENTREVISTADO I: Para a Secretaria, entendeu, eu faço um ofício encaminhando pra lá.

PESQUISADORA: Mas tem alguma reunião com os moradores?

ENTREVISTADO I: Tem, tem, aí depois eu faço reunião com os moradores e repasso para eles que foi solicitado um serviço para aquele bairro.

PESQUISADORA: Então, mas é a Secretaria que entra em contato com vocês?

ENTREVISTADO I: É, ela entra em contato com a gente.

PESQUISADORA: Mas o senhor saber como é que eles escolhem as obras que irão constar realmente? Tudo que é decidido o senhor acha que é cumprido ou eles selecionam depois?

ENTREVISTADO I: Não, não, não, sobre o que a gente solicita é cumprido tá. Existe uma meta, então... noventa por cento da [inaudível] é cumprido, de acordo com o orçamento que é empregado.

PESQUISADORA: E tem alguma cartilha que indique o valor que está disponível? Por exemplo, cada ano deve ter um valor, né. Vocês têm conhecimento do valor?

ENTREVISTADO I: Tem, tem, cada ano tem, esse conhecimento vem pra gente uma folha igual esta aqui, citando o valor da obra que vai ser gastado naquele bairro.

PESQUISADORA: O senhor mora aqui há quanto tempo em Volta Redonda?

ENTREVISTADO I: Olha, tem mais de 50 anos.

PESQUISADORA: E o senhor acompanhou como é que se deu a origem do orçamento participativo aqui? O senhor recorda?

ENTREVISTADO I: Olha, o orçamento participativo eu venho acompanhando desde noventa e sete, que eu venho acompanhando, e nesse tempo a gente procurou ficar atento e acompanhando o desenvolvimento do bairro.

PESQUISADORA: E teve algum momento que foi interrompido desde noventa e sete?

ENTREVISTADO I: Não, não faz só no bairro, nós temos um total de cento e cinco a cento e sete associações.

PESQUISADORA: Não, mas eu digo, desde noventa e sete foi praticado em todos os anos ou em algum ano?

ENTREVISTADO I: Não, não, toda vez que tem, é feito o orçamento participativo eles perguntam se precisa fazer alguma coisa no bairro, alguma melhoria.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem algum segmento social que é representado lá?

ENTREVISTADO I: Tem, tem, tem.

PESQUISADORA: Quais são os que o senhor recorda?

ENTREVISTADO I: Ah... agora se eu recordo ((demonstra esquecimento)). Os segmentos são vários que participam, né.

PESQUISADORA: Mas o senhor não tem nenhum para dar como exemplo?

ENTREVISTADO I: Olha, o segmento, vai a Secretaria de Planejamento, vai a Suser.

PESQUISADORA: Não, mas eu digo por parte da população?

ENTREVISTADO I: Ah, da população?

PESQUISADORA: Algum representante de algum segmento?

ENTREVISTADO I: Ah, isso aí de segmento, por exemplo, eu como Presidente de Associação, participo, e eu costumo chamar as entidades de outro setor, como por exemplo, escola de crianças, entendeu, de adolescente, colégio também, [inaudível],

às vezes eu chamo pra reunião, quando eles têm espaço, eles vão, entendeu? E outras entidades, que a gente no momento assim, eu não me recordo, mas vem.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem alguma força contrária ou favorável a essa implementação? Tem algum obstáculo? O que é que o senhor entende?

ENTREVISTADO I: Não, acho que obstáculo não tem nenhum. Quando é para melhoria do bairro não tem obstáculo, entendeu? Sempre é...

PESQUISADORA: Mas quando ocorre sempre a mudança de...

ENTREVISTADO I: De governo...

Pesquisador: ...de governo, o senhor acha que tem alguma diferença?

ENTREVISTADO I: Não há diferença, sempre quando muda o governo, geralmente o outro governo procura seguir a metodologia do que foi implantado, e isso vem ajudar o bairro, eles nunca deixaram de atender o bairro não.

PESQUISADORA: Sim. E como é que você avalia essa sua participação, para finalizar? Tem alguma coisa que o senhor queira falar que eu possa não ter perguntado, e que o senhor acha importante?

ENTREVISTADO I: Pra mim foi uma surpresa muito grande você vim conversar comigo e querer saber sobre o andamento.

PESQUISADORA: Nunca ninguém perguntou para o senhor sobre a sua experiência?

ENTREVISTADO I: Experiência como você está fazendo agora, não. Sempre a gente tem trocado ideia em reuniões, nas secretarias, na Prefeitura, na sala de reuniões. Então, lá eles perguntam o que tem a mais a acrescentar, o que é que pode melhorar no bairro.

PESQUISADORA: Mas a sua participação o senhor percebe como positiva o resultado de todo esse processo nesse todo tempo?

ENTREVISTADO I: Não, eu acho que tenho que dizer que foi positivo, quando bem ou mal, quando eu precisei solicitar muita coisa, e muita coisa foi feito pelo bairro, entendeu, quadra de esporte, foi feita melhoria, brinquedo para as crianças, área de lazer, é... um carrinho que é, um carrinho de brinquedo que vai fazer diversão para as crianças. Então, isso na praça é marcada uma data e a gente, pelo carro de som, comunica que vai ter uma diversão, vai distribuir pipoca, água, algodão doce, tudo isso é feito.

PESQUISADORA: Então o que é que motivava seu interesse? Teve alguma diferença que o senhor percebeu depois que o senhor começou a participar? Tipo

assim, um antes e um depois dessa participação, o que o senhor assim acha que mudou?

ENTREVISTADO I: Eu acho que a participação foi melhor possível, que até hoje, no momento, o bairro está bem mais detalhado, bem mais esclarecido, entendeu? As pessoas gostam do desempenho do Prefeito quando a gente solicita o empenho para o bairro.

PESQUISADORA: Mas o senhor como cidadão percebe se teve alguma melhora?

ENTREVISTADO I: Houve, houve, houve melhora, melhorou muito, melhorou.

PESQUISADORA: Mas cite um exemplo, em razão desses debates o senhor teve alguma mudança que repercutiu em outras áreas?

ENTREVISTADO I: Olha, outras áreas, o mesmo segmento que eu faço no meu bairro, os outros Presidentes também fizeram, eu acho que o segmento foi melhor.

PESQUISADORA: Só para finalizar, o senhor está há quantos anos como representante?

ENTREVISTADO I: Oito anos, oito anos, de oito anos em diante, tem oito anos mesmo, se eu não me recordo, deixa eu ver... é tem isso mesmo, oito anos caminhando pra nove agora.

PESQUISADORA: Então, está bom, obrigada, tá.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14:30 (DURAÇÃO 17 MINUTOS E 43 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO II, GERENTE DE PROJETO E OBRAS DA DIRETORIA TÉCNICA DO FURBAN (FUNDO COMUNITÁRIO DE VOLTA REDONDA).

PESQUISADORA: Boa tarde, eu queria que tudo que o senhor puder acrescentar, falar mais um pouco, porque queria saber da sua experiência no orçamento participativo. Como é que é feita essa metodologia para captar essa vontade?

ENTREVISTADO II: Eu digo pra você que eu não tenho participado muito desse processo do orçamento participativo, mas uns que já participei, é... a gente costuma, é o seguinte, é feito umas reuniões de associação de morador com o Presidente junto com a comunidade, e eles elencam as suas reivindicações, e essas

reivindicações são levadas para o setor de planejamento da Prefeitura, lá são analisadas as obras, são elencadas as obras que há possibilidade de serem realizadas, então, se faz uma seleção, não são todas que as pessoas pedem, geralmente as pessoas pedem obras que não tenham nada a ver com o orçamento, não é obra comunitária, é obra particular, é individual, então, essas obras já são eliminadas, ou já são descartadas no próprio planejamento da Prefeitura. Naquele momento em que eles fazem o elenco das obras de todos os setores, que parecem que são doze setores em Volta Redonda, doze setores. Então, é feito um... como é que se diz, a priorização das obras, então essas obras são visitadas, não tecnicamente, porque quando ela está no planejamento, é feito só uma visita. Você quer perguntar alguma coisa?

PESQUISADORA: Mas são os Presidentes que indicam as obras? Como é que trazem a reivindicação?

ENTREVISTADO II: São os Presidentes das Associação dos Moradores que fazem a reivindicação. Primeiramente, são feitas as reuniões lá no planejamento, aí no planejamento fazem a seleção, e vai um técnico, eles fazem, eles têm um trabalho de visitar todos os locais solicitados. Algumas obras que eles acham tecnicamente impossível, inexecutáveis, eles vão cortando.

PESQUISADORA: E vocês fixam um calendário, como que é que são feitas essas datas?

ENTREVISTADO II: Não, esse calendário é feito depois de tudo que a gente... tudo que é feito pelo planejamento vai [inaudível], no Retiro, por exemplo, no Retiro, tem as obras tais, tais, tais, [inaudível], Retiro, tem vários núcleos no Retiro, então, essas obras elas são elencadas, são levadas para o Prefeito, e o Prefeito convoca as Associações de Moradores, e fazem um calendário para cada, porque é muita coisa, eles fazem um calendário, às vezes fica no meio fazendo, atendendo essas reuniões de moradores, aí é passado pra eles o que pode ser feito, eles levam esse resultado, a comunidade conversa novamente, às vezes volta com a mesma lista, ou volta com mais alguma reivindicação que não seja muito, para ser discutido já na reunião, com o Prefeito.

PESQUISADORA: E como é que o senhor avalia o interesse da população, eles têm demonstrado interesse em participar do orçamento participativo?

ENTREVISTADO II: Volta Redonda iniciou esse processo parece que tem uns dez ou doze anos, bom, tem uns quinze anos a dezesseis anos, eles têm, assim, participado muito, são muito assíduos nessas reuniões, a população participa bem.

PESQUISADORA: Essa convocação é feita por quem, depois que fixa a data, é o Presidente?

ENTREVISTADO II: Não, o Prefeito ele acerta essa reunião, esse calendário, com o Planejamento, o Planejamento convida as Associações, por exemplo, ele vai fazer a Associação do Retiro, tal, vai ser no dia dezessete, tal, tal.

PESQUISADORA: Vai alguém da Prefeitura, então, lá convidar?

ENTREVISTADO II: Vai, vai em todos os setores envolvidos naquelas reivindicações, vai o Furban, vai a SMO, serviço público, SMO é o serviço de obras, Secretaria de Obras, vai o Planejamento, o Planejamento que coordena essas reuniões.

PESQUISADORA: E quais são as próximas etapas depois que é selecionada?

ENTREVISTADO II: Não, é chamada a associação, eles recebem um formulário dizendo que aquela obra vai ser discutida em reunião, aí é feito, aí manda para os setores, por exemplo, antes de se reunir com os moradores, é mandado esse elenco de obra a cada setor, FURBAN, SMO, SMP, e a gente faz uma estimativa de preço, faz uma estimativa em cima daquelas reivindicações, daquelas solicitações. Na reunião com o Prefeito, é lido item por item para cada representante da associação, assim: “essa eu vou fazer, essa eu não vou fazer, essa tem condições de fazer, essa não tem, essa não vou fazer porque é inviável tecnicamente, é inviável economicamente falando”. Então, a pessoa sai da reunião de participação, do orçamento participativo, ele sai com um documento, ele volta na associação e fala: “olha, eu consegui essas obras aqui”.

PESQUISADORA: Eles já sabem a obra que vai ser incluída?

ENTREVISTADO II: A obra que vai ser executada. Agora, a ordem da execução não é feita, ela vai ficar de acordo com cada [...] aí volta para cada departamento, o departamento faz a sua programação de [inaudível] de obra, de acordo com o orçamento também, né. E, às vezes não dá, naquele ano não dá para cumprir tudo, ora por falta de verba, ora por falta de tempo, ora por falta... dificilmente a gente consegue cumprir todo o calendário do ano, aí fica alguma coisa para o ano seguinte, sempre ficou, e aquelas obras que ficam do ano anterior, ela é incluída no ano seguinte e vai até...

PESQUISADORA: E o senhor sabe se a população tem conhecimento do valor que está disponível para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO II: Tem, tem, tem.

PESQUISADORA: Tipo assim, esse ano o valor será x para eles terem uma noção?

ENTREVISTADO II: Ah, não, isso não sei te responder. Aí já é parte lá da área financeira da Prefeitura, às vezes área financeira daqui do Furban, essa área aqui, nossa função aqui...

PESQUISADORA: Mas o orçamento participativo não é tudo, só de uma pequena parte do investimento de obras?

ENTREVISTADO II: Não, não, a parte de obra da Prefeitura, ela continua, vai fazer uma rede de água pluvial, vai fazer um asfaltamento, vai fazer um viaduto, vai fazer uma praça, isso aí, independente.

PESQUISADORA: Mas na reunião não é informado o valor, né?

ENTREVISTADO II: Não, não. Independente dessas obras normais que a Prefeitura faz, que são obras de necessidade mesmo, são obras que a comunidade, a população precisa, o próprio município precisa, como uma praça, nem tudo que a gente executa é pedido da associação, tem vários pedidos, a gente recebe pedido da Associação dos Moradores, de Vereadores, a gente atende vários setores.

PESQUISADORA: E quando vocês fazem essa previsão, a Prefeitura faz essa previsão orçamentária, tem algum obstáculo no Legislativo, na Câmara?

ENTREVISTADO II: Não, todo início do ano, por exemplo, em dezembro fecha o orçamento, de uma certa data você não licita mais nada, aí é feito uma estimativa de previsão do orçamento, aí já não tem nada a ver com o orçamento participativo, o orçamento, tá, por exemplo, do Furban, vai ser tantos mil, a previsão de orçamento para o Furban, por exemplo, para 2017 é x, reais, um valor, com aquele valor já tá incluído, quando a gente manda pra lá nossa previsão, já tá incluído aquele valor estimativo que a gente fez do orçamento participativo.

PESQUISADORA: Vocês fazem uma estimativa antes para não ficar prometendo?

ENTREVISTADO II: Mas o que manda pra lá não é só o orçamento participativo, manda toda a despesa, do departamento, da autarquia, da secretaria. Então, o Prefeito diante disso vai na Câmara, e a Câmara nunca deu problema assim da Câmara recusar o orçamento anual, né, o orçamento anual.

PESQUISADORA: E o senhor está trabalhando mais ou menos há quanto tempo nessa parte?

ENTREVISTADO II: Nessa parte eu estou há dezessete anos.

PESQUISADORA: E o senhor lembra como se deu a origem do Orçamento Participativo em Volta Redonda, o ano mais ou menos?

ENTREVISTADO II: Isso aí você teria com muita propriedade, mas muita mesmo, é quem começou isso aí, é você voltando no Planejamento e conversar com o Secretário.

PESQUISADORA: É, mas o senhor não recorda mais ou menos como foi esse início?

ENTREVISTADO II: Não, não, não tenho ideia.

PESQUISADORA: Quando o senhor já entrou, já estava...

ENTREVISTADO II: Sim, já entrei já estava em andamento, eu sou emprestado aqui do Furban, na realidade eu sou da Cohab.

PESQUISADORA: Ah, tá.

ENTREVISTADO II: Tenho trinta e três anos de Cohab. Há dezoito anos, dezessete anos estou aqui, então quando eu vim pra cá, já existia o orçamento participativo, é o que eu te falei, dezessete, não sei.

PESQUISADORA: E nesse período que o senhor acompanhou depois que já estava existindo, teve algum momento em que ele foi interrompido?

ENTREVISTADO II: Interrompido, em si, não, ele teve um período em que a situação, como exemplo esse ano, esses últimos anos, a situação nacional, então, ele não parou totalmente, mas a gente costuma dizer que deu uma segurada. Não tem dinheiro, a gente só executa se tiver dinheiro, se não tiver dinheiro não adianta prometer, e fizemos os mais críticos, os mais emergenciais, obra emergencial. A gente fazia, além do orçamento participativo, a gente fazia prevenção de encosta, a gente fez em 2009, 2010, 2011, 2012, em 2013 começou já a crise né, começou o negócio do petróleo, os royalties do petróleo, os municípios foram afetados também, a partir de 2012 pra cá, a gente começou a ter queda de receita, então, afeta tudo, afeta.

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social que é representado? O senhor percebe?

ENTREVISTADO II: Como assim?

PESQUISADORA: Um segmento social assim específico.

ENTREVISTADO II: Entidades?

PESQUISADORA: É, entidades específicas, fora a população comum, mas algum segmento representativo?

ENTREVISTADO II: Geralmente essas reuniões não são com moradores, são com dois, três, representantes de cada setor, de cada associação, eles vêm, fazem a reivindicação, a reunião com o pessoal quem faz..

PESQUISADORA: É o presidente, então?

ENTREVISTADO II: Mesmo porque não tem espaço pra todo mundo, essas reuniões são feitas nos auditórios da Prefeitura, no auditório da Prefeitura, então, não tem espaço pra todo mundo

PESQUISADORA: Tem alguma dificuldade durante o debate? O senhor percebe?

ENTREVISTADO II: Tem coisas que a pessoa né, insiste em, por exemplo, você pode dizer assim, tecnicamente é inviável a obra, aí a pessoa, algumas, mas não muitas, discutem, “ah, mas não podem fazer assim”, e o técnico falou que é inviável, tecnicamente não tem mesmo como fazer, ou a obra o valor é muito alto, aí tem que ir pra outro tipos, não o orçamento participativo, pra verba federal ou qualquer outra coisa.

PESQUISADORA: Então, o senhor acha que da Câmara não tem resistência, o senhor percebe se nesse orçamento participativo de Volta Redonda tem alguma força contrária política, alguém que é contra ou não tem essa questão de partidos? Todos são favoráveis?

ENTREVISTADO II: Não, não, inclusive, segundo nosso Secretário de Planejamento, teve uma reunião que a gente fez a avaliação do orçamento participativo, porque é uma longa história, por isso que estou falou que ele tem muita propriedade, porque começou com eles lá, no Planejamento. Então, foram feitos até levantamento, pesquisa, eu acho que o orçamento de Volta Redonda foi o que mais deu certo nessa região sul aqui, sei lá, foi Volta Redonda.

PESQUISADORA: Mudou o partido e continuou, não é? Mesmo mudando o governo continuou?

ENTREVISTADO II: O orçamento participativo é independente de partido, independente de governo.

PESQUISADORA: Não ficou vinculado só a um governo?

ENTREVISTADO II: Não, não, tanto que já passaram vários segmentos de política aqui e não mudou, né.

PESQUISADORA: Tem mais alguma coisa que o senhor queira falar que eu não perguntei, que o senhor acha importante com relação a isso?

ENTREVISTADO II: Eu diria o seguinte, que ficou bem reforçado esse orçamento participativo no segundo, mais ou menos, mandato do atual prefeito, no segundo até o terceiro mandato, foi bem implementado, vamos dizer assim, foi bem...

PESQUISADORA: Porque quando ele pegou como é que estava, estava enfraquecido? No primeiro ano estava difícil? Qual é a diferença que o senhor acha que mudou, melhorou?

ENTREVISTADO II: Não, eu tô dizendo que deu uma aquecida, por causa do reflexo que deu aqui no Furban, pra gente, a gente trabalhou muito.

PESQUISADORA: Mas aquecida em termos de reunião, de quantidade? Aqueceu em termos de reunião de participação?

ENTREVISTADO II: Não, em termos de execução.

PESQUISADORA: Ah, de execução, a implementação aumentou?

ENTREVISTADO II: Exatamente, a demanda aumenta, como é que uma demanda de obras, não é nem obras públicas, obras de bairro mesmo, sabe, pequenas obras, como é que uma demanda aumenta, é quando a pessoa vem e faz uma reivindicação ou através de uma carta ou através do orçamento participativo, ele é atendido, então, há aquela comunicação, aí aumenta, [inaudível].

PESQUISADORA: Ou seja, eles sabem o que foi efetuado? Vocês prestam essa conta com eles, com a população?

ENTREVISTADO II: Eles acompanham, sabem, sabem tudo, geralmente tem inauguração.

PESQUISADORA: Mas não é publicado nada, não é?

ENTREVISTADO II: Eles pedem uma obra, daqui a seis meses a um ano está sendo inaugurada, então, eles sabem que eles pediram aquela obra, e às vezes até aproveitam, né, para ser candidato agora.

PESQUISADORA: O senhor acha que vai continuar, será, com essa nova... o que é que o senhor acredita?

ENTREVISTADO II: Eu acredito que sim, não com tanta intensidade, porque a crise realmente...

PESQUISADORA: Não tem como ter certeza?

ENTREVISTADO II: Não, continuar, eu acredito que vai, mas não com tanta intensidade pela crise que a gente está passando, queda de arrecadação.

PESQUISADORA: E a população tem entendido isso nas reuniões? Que não dá para implementar tudo?

ENTREVISTADO II: Tem, tem, tem, tem, às vezes até há depoimento de associações de moradores que falam: “rapaz, eu sei que a crise está [inaudível], eu solicitei tantas obras, mas pelo que vai sair eu já estou satisfeito”. Às vezes, nem saiu as obras que essa pessoa que deu o depoimento, nem saiu todas, mas ele falou eu sei, ele entende a crise, entende, mas ele fala, “pelo menos a obra tal, tal, tal, [inaudível], o Prefeito, essa nós vamos fazer”. Geralmente, quando ele dá o depoimento lá na reunião que vai fazer, a gente faz.

PESQUISADORA: Ah, tá, então eu agradeço essa sua participação.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 18.11.16, ÀS 09:00, (DURAÇÃO 16 MINUTOS E 21 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO III, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, eu vou fazer algumas perguntas para a senhora, primeiro com relação a essa metodologia, como é que eles fazer para captar a vontade da população?

ENTREVISTADO III: A vontade da população em relação, é claro, a obras, ao bairro, à infraestrutura, é feita através de um pedido de moradores e a própria associação procura saber os anseios, então, o que acontece, alguns trazem pra associação os problemas e a própria associação também recebe através da própria Prefeitura, é... em orçamento participativo, uma obra que vai ser feita, por exemplo, o que acontece, nós entramos com o pedido, vindo dos moradores e da própria associação com o levantamento que ela faz, e apresentamos isso em OP – orçamento participativo, e para as Secretarias também, porque tem coisa que pode ser resolvido e não há necessidade de esperar uma obra sair em OP, tem coisa que pode ser resolvida através de uma secretaria mais próxima da gente, não precisa ser levado pra outras, para o governo do Estado, para a área federal, para ser feita, então, é resolvida dessa forma.

PESQUISADORA: E essa discussão do orçamento participativo, quem é que fixa a data, os calendários?

ENTREVISTADO III: O Prefeito.

PESQUISADORA: Ele repassa a data?

ENTREVISTADO III: O Prefeito! O Prefeito com o Secretário de Planejamento.

PESQUISADORA: E como foi que a senhora tomou conhecimento, porque a senhora participa há muito tempo já, não é, o que é que motivou esse seu interesse em participar?

ENTREVISTADO III: Motivou pelo seguinte, eu, além de eu gostar desse tipo de trabalho, assim, gostar das coisas assim, não sou perfeccionista, das coisas seguirem, terem um seguimento, e as coisas melhorarem pela melhoria, né, no caso. É me motivou por causa de ser moradora de um bairro né, periferia, vê a situação do bairro como estava, assim, praticamente necessitando de serviços públicos, nessa coisa de iluminação, água, esgoto, limpeza, capina. Então, eu, com a saída e até a troca de Presidentes, e o falecimento até de um Presidente, é... eu ocupei esse cargo, me convidaram para ocupar. Então eu me vejo assim, eu nem me vejo como uma representante, como uma Presidente, aliás, representante eu sou, da comunidade, eu me vejo como uma moradora que tem os mesmos anseio que os outros. Então, tá precisando de fazer uma reforma numa praça, trocar uma luz ou um poste, alguma coisa, eu me vejo junto aqueles moradores que estão necessitando daquele trabalho pra conservação do bairro.

PESQUISADORA: Há quanto tempo que a senhora está, que a senhora disse?

ENTREVISTADO III: Há dezesseis anos.

PESQUISADORA: Tá. E antes de participar a senhora já tinha experiência em algum segmento, movimento social ou foi a primeira vez?

ENTREVISTADO III: Foi a primeira vez, em associação de moradores foi a primeira vez, porque eu não tinha nenhum segmento assim nesse tipo de trabalho, não, eu participava como moradora, né, pedindo obras, essas coisas assim, mas não como, assim, levando a diante, né, eu ia como seguidora, mas não encabeçando né esse tipo de trabalho, porque tem que ter uma pessoa responsável para encaminhar isso tudo, né. Então, eu comecei a observar, fui chamada, não que eu quisesse a presidência, não, eu nunca quis não, mas por motivo de doença do rapaz que iria ser Presidente, ele me pediu, como a gente é muito, é morador do bairro também, é claro, e como a gente tem uma afinidade, eu me coloquei à disposição, e na verdade

está difícil até de sair porque ninguém gosta, ninguém que pegar, mas também a gente não pode deixar né, que as coisas piorem.

PESQUISADORA: E como a senhora avalia essa sua participação política, teve alguma influência dessa participação nesses debates, alguma coisa que modificou em razão dessa sua participação nessa associação?

ENTREVISTADO III: Em política?

PESQUISADORA: É, no orçamento participativo, em todo esse envolvimento que a senhora teve?

ENTREVISTADO III: Ah, eu acho que no orçamento participativo teve, assim, a influência de ser realizado trabalhos, meu bairro, por exemplo, agora nesse ano nós tivemos a inauguração de um Cras (Centro de referência de assistência social), ótimo, uma obra maravilhosa que está atendendo as pessoas, no serviço social há cursos de aprendizado, música, artesanato, essas coisas. Então, isso para mim é de grande valia. E é claro que tudo é demorado, mas às vezes não tem muito empenho, não tem muito empenho do gestor, e a gente às vezes se aborrece até com isso, mas as pessoas cobram da gente, da associação, mas eu acho que a nossa participação eu acho que tem de continuar, eu acho que é bastante válida e é um motivo até para que eles, assim, tenham essa responsabilidade de executar né os pedidos, porque se não tiver alguém para representar, então, nada funciona, nada no bairro funciona. Então, eu acho que a minha participação, ela de alguma forma pode não estar sendo bastante eficiente em questão do poder público, mas da minha parte não.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam a sociedade civil? De que forma eles chegam até vocês?

ENTREVISTADO III: Telefone, endereço, é mais telefone e endereço, que a própria Prefeitura tem e nos envia.

PESQUISADORA: Quais são as etapas? Vocês fazem uma reunião? Quais são as etapas para chegar até o final para selecionar qual é obra que vai ser?

ENTREVISTADO III: São feitas reuniões no auditório da Prefeitura, no caso aqui em Volta Redonda, e cada obra, cada vez que é entregue obra de OP, nós somos convocados para uma reunião, somos convocados por grupos e por nossa área, né, por setores, esse bairro aqui, por exemplo, com os bairros próximos é o setor onze, então, nós somos convocados e são apresentadas as obras, os pedidos, às vezes vem coisas que a gente não pediu, aí vai do Presidente, o que foi meu caso, já

aconteceu isso, a gente pediu uma coisa, veio outra, e eu acho também que não é muito assim, realmente nós não somos, assim, atendidos no nosso contento não, há mudanças lá dentro.

PESQUISADORA: Então, como é que a senhora acha que são selecionadas as obras, é a partir do que vocês indicam ou ocorre isso, então, às vezes?

ENTREVISTADO III: A gente indica, mas há troca de obras, outra coisa que é muito discutida entre eles lá que fica no banco de processamento de dados, é levado pra lá, e a gente fica com obras, às vezes, paralisada, anos e anos, porque tá no processamento, tá sendo discutido, está no banco de dados, está no banco de dados, e isso aí vai, sabe. E nessa parte aí eu acho bastante complicado, moroso, eu acho que pra mim é uma incógnita isso aí, porque eles pedem pra gente vê, fiscalizar o bairro, pedir a obra, a gente pede, aí depois vai para o orçamento participativo, vai para uma reunião, e diz que vai fazer, vai fazer, vai fazer e... né. Então, acho que a nossa participação é ótima, como presidente, a gente participa mesmo, mas falta uma participação maior do poder público.

PESQUISADORA: E vocês, eles falam para vocês o valor que vai ser destinado ao orçamento participativo? Qual é o valor que está destinado para obras?

ENTREVISTADO III: Eles fazem a apresentação, né, deles, lá na Prefeitura eles fazem o orçamento para o ano tal e mostra onde vai ser empregado e tal, o valor, os valores ali, e isso eles fazem pra gente, mas só que é somente isso, a gente não toma conhecimento não, no caso de uma obra quando vai ser inaugurado que foi aprovado, que chega uma verba pra ela, que foi o caso do Cras no meu bairro, que foi a Benedita da Silva que conseguiu essa verba pra cá, para a construção desse Cras, eles deram o valor dele, R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) parece uma coisa mais ou menos assim.

PESQUISADORA: Mas depois, não é, não foi antes?

ENTREVISTADO III: Depois, não, antes a gente não tem valor, a gente não recebe nenhum comunicado disso não, a gente sabe depois.

PESQUISADORA: Mas vocês têm como saber quais foram as obras que foram implementadas?

ENTREVISTADO III: Ah tem, tem, tem, e a gente pode questionar, porque às vezes vem por engano, o meu bairro, por exemplo, uma vez tinha pedido de duas creches pela associação, aí eu disse não, eu não pedi isso, duas creches, eu não, tem

creche de passagem, tem creche da [inaudível], agora tem uma creche ali, no antigo batalhão, mas essa creche veio, a Prefeitura tá vindo com essa creche.

PESQUISADORA: Mas e aí, eles retiram?

ENTREVISTADO III: Não!

PESQUISADORA: Continuou? Mesmo não sendo?

ENTREVISTADO III: Mesmo não sendo, mas há necessidade no bairro, eu não questionei porque há necessidade, sabe, mas quando veio esse pedido de duas, eu disse não, eu não pedi isso não, naquele ano, nessa época no orçamento participativo eu não tinha pedido não. Então, às vezes há esse equívoco deles e eles jogam obras, tipo assim, pra complementar o orçamento participativo, alguma coisa assim, né, eu não sei como é gerado esse dinheiro, essa verba, essa coisa que vem, eu não sei como é gerado lá, eles apresentam pra gente um valor, apresentam a obra, né.

PESQUISADORA: E a senhora reside há quanto tempo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO III: Olha, de Volta Redonda eu tenho, eu vim para Volta Redonda com oito anos, eu estou com sessenta e dois anos, né, então eu nesse bairro aqui, eu tenho pra mais de trinta anos, entre sai, me casei, sai, morei anos, aí voltei, né.

PESQUISADORA: E a senhora tem conhecimento de como foi a Origem do Orçamento Participativo? Em que época começou?

ENTREVISTADO III: Olha, isso aí sinceramente eu não me lembro, porque quando eu entrei na associação já existia o orçamento participativo.

PESQUISADORA: Já existia?

ENTREVISTADO III: Já existia o orçamento participativo. Realmente, você me chamou atenção.

PESQUISADORA: Mas não tem noção de quanto tempo? E a senhora participa há quanto tempo?

ENTREVISTADO III: Há dezesseis anos.

PESQUISADORA: Mas já existia?

ENTREVISTADO III: Já existia.

PESQUISADORA: A senhora não lembra qual foi a época que começou?

ENTREVISTADO III: Não, não me lembro não.

PESQUISADORA: E durante esse período sempre ocorreu em todos os anos? Teve algum momento em que foi interrompido.

ENTREVISTADO III: Não, todo ano tem.

PESQUISADORA: Depois que a senhora começou a participar não parou?

ENTREVISTADO III: Não, todo ano tem OP, todo ano.

PESQUISADORA: E lá nessas reuniões tem algum segmento social representado? Alguma representatividade de algum setor dessas pessoas que participam?

ENTREVISTADO III: Vão todos os secretários, de cada secretaria, por exemplo, Serviço Público, Água e Esgoto, Iluminação, Obras, Educação, Esporte, toda representatividade da Prefeitura e da secretaria, eles participam.

PESQUISADORA: E da sociedade, além dos líderes? Tem algum setor social que participa ou não?

ENTREVISTADO III: Vão mesmo os Presidentes com alguns, leva às vezes alguns, porque às vezes você pode levar um ou dois moradores, porque o local não é tão grande né, pra participar também, sabe, mas isso ai tem, essa participação deles tem.

PESQUISADORA: E a senhora percebe que tem assim, de repente, alguma força política contrária ou a favorável? Tem algum obstáculo a esse orçamento participativo, durante esses anos?

ENTREVISTADO III: Olha, eu... contrária ou favorável, a gente às vezes diz, pensa de favorável porque recebemos aquela obra, né, e contrária porque às vezes não foi aquilo, não tá dentro, deixou de fazer alguma obra que a gente tenha necessidade ou tenha pedido, é a gente não sabe porque, porque não fica realmente claro pra gente, né. A obra não veio, está no banco de dados, conforme te falei, e vai ficando, vai ficando, né. Então não sei o que é que acontece, não sei o que acontece.

PESQUISADORA: Mas eles passam para o próximo ano quando não é feito?

ENTREVISTADO III: Passam. Igual a gente fica recebendo a folha com aquela obra escrito está no banco de dados, está em estudo, está em estudo, a gente fica recebendo.

PESQUISADORA: Mas efetivamente já foram feitas algumas obras em razão do orçamento participativo?

ENTREVISTADO III: Já, foram feitas.

PESQUISADORA: Mas ocorre isso não é, que a senhora explicou?

ENTREVISTADO III: Ocorre, ocorre. Ocorre a demora, ocorre esse estudo que é bastante moroso, e a gente já não tem acesso, a gente não sabe, né.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que a senhora queira acrescentar que eu não perguntei com relação essa sua participação? Alguma coisa que a senhora acha importante?

ENTREVISTADO III: Olha, eu acho, assim, acho de tudo isso até que nós falamos, tudo isso muito importante e agora pra cidade aqui, no momento, eu não tenho assim nada a acrescentar, porque Volta Redonda está passando por uma crise muito grande financeira né, estamos numa troca de governo e nós estamos aí, nossos Presidentes estão nesse aguardo dessa transição de governo pra gente colocar tudo em dia o nosso trabalho, pra gente vê o que vai poder ser feito e o que não vai, e importante para, você diz assim do seu trabalho? Então, eu acho assim, muito importante sim, porque nós temos assim pouca, na verdade, é a primeira vez que vem uma pessoa na minha casa, me entrevistar sobre essa situação, sobre a associação dos moradores, eu acho o importante disso tudo aí, é que isso fosse até colocado para que os moradores, eu queria mais, até mais, muito importante que os moradores tomassem mais conhecimento, sabe, tem pessoas que não ligam também, não leem, não se interessam, não se informam. Mas de importante, o que eu achava, assim, de importante no momento, eu até pensei que você fosse me perguntar, alguma coisa a respeito das obras em Volta Redonda, que estão para ser inauguradas né e tudo, que eu nem sei nem como vão inaugurar essas obras. No meu bairro, por exemplo, tá com uma arena esportiva parada há muitos anos, é uma obra de parceria do governo do Estado com o governo municipal, estão dizendo que vão inaugurar, não sei como, mas eu acho que disso aí, tudo que você me perguntou a respeito de orçamento participativo, a respeito de obras, a respeito de infraestrutura, da cidade mesmo, eu acho que foi tudo muito importante.

PESQUISADORA: E só para concluir, nesses debates na associação, quando fazem a reunião pra decidir as obras, tem uma participação grande? Mais ou menos quantas pessoas comparecem?

ENTREVISTADO III: Ah, bastante.

PESQUISADORA: A senhora tem mais ou menos uma média?

ENTREVISTADO III: É bastante, temos sim, temos mais de... nós somos uma faixa de mais de oitenta Presidentes, eu não sei quantas cadeiras tem ali no auditório da Prefeitura não, mas dá mais de cinquenta. Ih, dá mais, cinquenta mais pra cima, pessoas.

PESQUISADORA: Eles demonstram interesse, a população que participa da associação?

ENTREVISTADO III: Interesse, interesse, interesse, uns setenta mais ou menos dá ali. Por isso que é feito por setores, igual eu te falei.

PESQUISADORA: Eu sei.

PESQUISADORA: E a senhora enquanto cidadã teve alguma modificação em razão dessa sua atuação nesses debates?

ENTREVISTADO III: Eu tive, eu tive sim, eu tive assim aprendizado muito grande com isso, conhecimento, né, como cidadã, como moradora do bairro, passei a entender melhor e passei a cobrar também, isso aí foi muito bom.

PESQUISADORA: Então, tá, eu agradeço.

ENTREVISTADO III: De nada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 18.11.16, ÀS 14:30, (DURAÇÃO 26 MINUTOS E 22 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO IV, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bem, boa tarde, olha as perguntas você o que puder acrescentar. Com relação a essa metodologia, como é que eles conseguem captar essa vontade popular no orçamento participativo?

ENTREVISTADO IV: Bom, isso a gente tem que ir na Prefeitura, aí, vamos supor a gente faz um pedido, digamos que eu queira e precise muito de um postinho de saúde aqui, eu levo isso para o Prefeito, falo com ele da precisão que eu tenho disso para o bairro, e ele coloca isso dentro do orçamento participativo, para ver se realmente há possibilidade dele fazer ou não. Aí, tendo a possibilidade, ele pega e numa outra reunião, aí ele coloca na pauta que há uma possibilidade e aí encaminha todo aquele procedimento para poder tá buscando recurso pra tá fazendo este postinho pra gente aqui.

PESQUISADORA: Mas tem algum calendário de discussão? Quem é que elabora, que fixa as datas para reunir?

ENTREVISTADO IV: Aí o que é que acontece, a Fátima que é da Federação ela pega e liga pra todos os Presidentes, olha, e nós temos o setor, digamos que eu sou

do setor onze, aí digamos que Barreira Cravo e Voldac setor nove e dez, aí é no dia quatorze haverá uma reunião com o Prefeito para a associação dos moradores da etapa é Aero Clube, Voldac, vocês têm que comparecer, aí a gente tem que comparecer, não pode faltar porque, ou se tiver algum outro representante que é o vice que possa tá indo, ele tem que ir porque pra conversar justamente sobre o assunto que é da precisão pra colocar no orçamento participativo. E assim acontece as reuniões, cada bairro tem o seu dia agendado para estar indo de encontro com o Prefeito pra ele poder tá ouvindo o que é que é de mais precisão dentro daquele bairro.

PESQUISADORA: A senhora está há quanto tempo como Presidente?

ENTREVISTADO IV: Eu estou três.

PESQUISADORA: E como a senhora tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO IV: Eu tomei o conhecimento é através das reuniões, porque lá eles te dão um documento, que é o documento do orçamento participativo e ali você coloca o que é que você está precisando, de mais precisão no bairro, aí a gente coloca, ah, o meu é isso ou o meu é aquilo outro, e aí o que eu tenho mais precisão é isso aqui, aí coloca dentro do orçamento participativo. Tem pessoas que conseguem, com dois anos, três anos, daquilo ser concretizado, mas tem uns é que fica numa espera dez anos, doze anos e assim vai, é uma espera longa. Eu aqui eu tô pra inaugurar um Cras agora no dia vinte e cinco de novembro, esse Cras, oh ((sinaliza demora)), que nem é Cras, mas ele vai se chamar campo, porque ele é menor, mas foi uma luta árdua pra conseguir, e assim vai, outros conseguem mais rápido, outros demoram mais tempo e assim a gente vai lutando.

PESQUISADORA: E o que é que motivou esse seu interesse em participar?

ENTREVISTADO IV: Do que, da...?

PESQUISADORA: Do orçamento participativo, dessas discussões?

ENTREVISTADO IV: É a precisão que a gente tem.

PESQUISADORA: A necessidade?

ENTREVISTADO IV: A necessidade que a gente tem, porque se a gente não fazendo isso já é difícil, você não fazendo, então, aí que você não vai conseguir mesmo, e se você não está ali, com o Prefeito, vai ali, vai lá, e começar a falar, falar, até você chegar onde você quer, você não consegue nada.

PESQUISADORA: A senhora já tinha uma experiência anterior, a senhora já participou de algum movimento social, algum sindicato, associação?

ENTREVISTADO IV: Já, já, já. Então, é até todo mundo que me conhece sabe, se tem um jeito de tá brigando, assim, a gente fala brigando, mas tem que tá fazendo um movimento pra isso, porque se você não juntar pessoas, não falar, você nunca vai ser ouvida. É difícil, não é fácil, mas.

PESQUISADORA: Mas antes a senhora já atuou em que? Qual é o exemplo, assim, de...?

ENTREVISTADO IV: Bom, eu ajudava um sindicato que era de uma panificadora onde que vários funcionários não sabiam o direito que eles tinham. É, hoje em dia a pessoa precisa levar o filho ao médico ele tem direito de se ausentar ao serviço, ele não sabia, eles queriam pegar a pessoa e dá gancho na pessoa, sendo que é um direito conquistado, aí eu falei não, eles não podem fazer isso, porque é seu filho, tá doente, é sua obrigação levar ao médico, depois você vem com uma declaração e apresenta que aquilo não é mentira. Então, a gente vê coisas que pela pessoa não saber qual o direito que ele tem, ele fica lesado, ou muitas vezes, “ah, eu preciso ir no médico, tô sentindo muita dor, eu pego uma declaração, não é atestado, e o que é que eu faço?” Aí, essa declaração prova que você realmente foi no médico, claro que aquilo não vai abonar sua falta, mas você não conseguiu o atestado, mas você não está mentindo, porque aquilo ali é um médico que assinou, tem a matrícula dele, tem tudo, e muitas coisas que você vê, entendeu, que as pessoas não sabem qual o direito que eles têm e se tiver alguém ali que possa orientar, que possa tá indicando o caminho, muitas coisas podem acontecer.

PESQUISADORA: E nessas reuniões da associação as pessoas têm ido? Tem demonstrado interesse?

ENTREVISTADO IV: Olha só o que eu faço, eu é que sempre vou. Aí algumas pessoas que podem ir, elas até vão, aí quando não dá para ir, eu passo para eles, olha, aconteceu isso, isso, isso, na reunião, a gente vai fazer isso, isso, isso. Oh, dá para vocês ir, quando não der. “Ah, não vai dar pra mim ir”, aí eu venho e falo com eles o que é que vai acontecer, o que é que não vai, aí quando vem alguém eles pegam, tomam ciência e assim vai.

PESQUISADORA: E como a senhora avalia como cidadã, essa participação nos debates, qual foi a mudança que a senhora percebeu?

ENTREVISTADO IV: Olha, nesses debates que eu tive, principalmente com a Prefeitura, teve uns que eu não tive muito sucesso não, além de não ter muito sucesso, eu não gostei da postura de certos secretários que a gente tinha nesse governo anterior, tá, principalmente o da SUSER, que é do transporte público, foi o pior. Eu, sinceramente se [trecho incompreensível], porque a necessidade aqui do bairro sempre foi transporte coletivo, eu consegui pedir um ponto de ônibus para o outro lado ali, a equipe já estava furando para fazer o ponto para mim, eu com o documento tudo, ele veio e pediu pro pessoal parar, não fazer o ponto de ônibus. Poxa, um absurdo um negócio desse, ele sabe que o ponto existe há trinta anos, só que foi desmanchado, porque estava muito velho, aí eu voltei lá, fiz o documento tudo novamente, tive o maior trabalho pra montar, ele me chega aqui e me manda o pessoal ir embora, com maquinário, com tudo. Eu voltei lá de novo, aí ele falou ah, mas precisa, eu falei assim olha, cara, é impossível você falar um negócio desse comigo, que eu preciso de um abaixo-assinado. Aí fiz um abaixo-assinado, levei para ele, aí ele não ficou satisfeito, aí ficou enrolando aqui, enrolando ali, aí eu fui no Prefeito, aí cheguei no gabinete do Prefeito falei com a [trecho incompreensível], falei eu preciso falar com o Prefeito, “ah, não vai dá pra você falar, ele pediu pra você pegar o documento e levar pro Furban”. Levei para o Furban, aí depois eu passei um zap pro Prefeito, eu falei olha, você vai me desculpar, quem é que manda na cidade é você ou é o seu secretário? Porque não existe isso, você... eu tive na reunião com você, do orçamento participativo, você falou comigo que era pra o secretário anotar o que teria que ser feito aqui no bairro, aí agora que eu chego, que eu estou com todas as providências tomadas, ele pega e embarga o negócio, eu vou ficar de braço cruzado, e você como Prefeito não toma atitude nenhuma, você vai me desculpar, mas a consideração que eu tinha com a sua pessoa eu já não tenho mais, porque é impossível um negócio desse, um trabalho danado que eu tive pra poder conseguir, quando chega na hora o seu secretário que é abaixo de você, pega e manda parar e o negócio...

PESQUISADORA: Mas em outros casos teve algum resultado?

ENTREVISTADO IV: Nos outros teve, mas nesse caso que é o de transporte coletivo, é onde que eu converso com todo mundo do grupo, é o que mais dá problema é essa parte do transporte, porque tem outros também que tem problema no bairro deles, que precisa de ônibus pra tá passando, um circular, e eles falam, “olha [trecho incompreensível], é impossível ter um diálogo com esse secretário da

Suser, é impossível”, aí, eu falo com eles assim, poxa, eu pensei que era só eu, não, se fosse, beleza, mas é todo mundo tem um problema com ele. Aí eu perguntei pra um rapaz que ele é Presidente do Santa Cruz, ele falou que ele teve o mesmo problema, e foi justamente onde que eles tiraram um ponto de ônibus, também, tiraram, e na hora que ele foi pedir pra recolocar, o cara arrumou maior problema com ele. Aí a gente pediu, então, coloca pelo menos só a placa para gente, depois a gente providencia o ponto. Ah, nem isso ele quis fazer, a minha placa que eu consegui colocar minha placa [trecho incompreensível], e foram eles mesmos da Suser que tiraram a placa, depois eu fui saber, levaram a placa e falaram comigo que a placa sumiu, eu falei a placa não sumiu, foram vocês que tiraram.

PESQUISADORA: E quais são as etapas pra chegar até o final, quando alguma obra é implementada? Tem alguma etapa a ser seguida?

ENTREVISTADO IV: O que acontece, o que é que eu faço, eu boto na minha pasta todos os ofícios que eu faço, aí, o que é que eu faço, eu faço um é da Associação dos Moradores, aí eu não obtenho o sucesso que eu quero, eu vou na Câmara dos Vereadores que é a parte da legislação, aí eu tenho muitos conhecidos lá dentro, tem muita gente que são vereadores que me conhecem, eu peço pra eles também fazer um ofício pra mim, aí guardo aquilo tudo numa pasta, aí num dia de manhã que eu chego numa reunião que eu deixo eles falar a vontade, e eu digo olha, isso aqui foi um, que eu fiz pra você da associação em mil novecentos e tanto, esse aqui foi um vereador que fez em mil novecentos, ele é um vereador, tem a voz ativa, o voto do povo, a voz dele não foi ouvida, imagina se a minha vai ser, aí começa aquela polêmica toda em cima daquilo.

PESQUISADORA: Então como é que a senhora acha que é selecionada a obra a ser realizada? Como é que ocorre essa seleção?

ENTREVISTADO IV: Olha, é difícil, ela pode ocorrer num mandato de um Prefeito, ou ela pode vir a não ser, igual a esse mandato desse Prefeito que está terminando, essa obra eu não vou conseguir com ele, porque janeiro já vai iniciar o outro Prefeito, e eu vou conseguir com o novo Prefeito, porque ele tem uma cabeça que ele entende o que a gente tá pedindo, e ele conhece, porque ele é morador daqui de Volta Redonda, ele conhece todo o perfil e o trabalho que a gente tem dentro de uma associação.

PESQUISADORA: Eu sei, mas durante esses três anos, como é que a senhora ficava sabendo o resultado de alguma obra? Alguma obra foi feita e vocês tomaram conhecimento?

ENTREVISTADO IV: O que acontece, muitas delas era eu mesmo que ia pessoalmente, mas na maioria das vezes das que eu pedia, até pintura de rua, eu não consegui, tá, eu não consegui, eu tenho vários ofícios que eu pedi pintura dessa rua aqui mesmo, que foi feita em todo o bairro, mas essa avenida Beira Rio, não sei o que é que eles tem contra que eles não fizeram, pedi que colocassem faixa pra proibir estacionamento de caminhão, porque você vai pegar um ônibus ali, caminhão de um lado, caminhão de outro, você tem que ir lá para o meio da rua pra ver se o ônibus vem ou não, quer dizer é errado isso. E muitas coisas eu não consegui. Por fim, o que é que aconteceu, eu peguei guardei todos os ofícios, eu falei eu vou pensar é... numa nova gestão do outro Prefeito que entrar pra mim poder ter começar a ter um diálogo com ele.

PESQUISADORA: E vocês tinham conhecimento, a Prefeitura falava o valor que estava destinado para o orçamento participativo, por exemplo, esse ano é um valor x que pode ser investido? Vocês tinham conhecimento?

ENTREVISTADO IV: Bom, ele nunca, assim, é tipo assim no meu bairro, o que eu cansava de ouvir era o seguinte, o bairro [trecho incompreensível] não precisa de posto de saúde porque vai sair um lá na Voldac, mas esse sair, já deve ter mais de oito anos que eu ouço falar, mas nunca se deu um ponto final e oh, vamos executar a obra da Voldac, para os moradores do [trecho incompreensível] poder começar a usar, isso nunca foi falado, sempre naquela mesma história, ele vai sair, mas em que ano? Nunca. Qual o valor destinado? Também, não passava isso.

PESQUISADORA: A senhora mora aqui em Volta Redonda há quanto tempo?

ENTREVISTADO IV: Só aqui em Volta Redonda já tem trinta e dois anos que estou aqui.

PESQUISADORA: E a senhora recorda do início do orçamento participativo, quando foi que começou?

ENTREVISTADO IV: Bom, é... foi criado esse orçamento participativo na gestão desse Prefeito que tá aí, do Francisco Neto, foi ele que, até então, foi ele que criou essa participação dos presidentes do bairro, alguns ele até funciona bem, mas outros não, tem pessoas que conseguem, com muita dificuldade, mas conseguem, outros já não dá certo, porque a verdade é essa, digamos que esse bairro aqui as

peças não simpatizam muito com o Prefeito Neto, e por esse motivo, o que é que ele faz, eu não vou ajudar o [trecho incompreensível] porque a maioria do pessoal que mora lá não é muito meu fã, não é a favor de mim, então, eu vou ajudar qual bairro? Ah, eu vou ajudar lá no Vila Brasília que todo mundo é fechado comigo, é por aí que a coisa funciona aqui, tá.

PESQUISADORA: Eu sei, e durante quando começou, em algum momento foi interrompido ou ocorreu em todos os anos?

ENTREVISTADO IV: Olha, durante o tempo que eu estou não foi fácil, o diálogo com ele é muito difícil, por mais que você tente. Aqui eu tinha uma sede de associação de moradores, tudo bem que precisava fazer a radial leste, fazer a entrada para dentro do bairro, mas só que eles desmancharam uma coisa que a gente tinha e não nos deu outra, e nem muito menos falou, olha, no dia tal, na hora tal, você vai voltar aqui pra gente poder arrumar um lugar pra voltar a fazer a sede. Se eu te falar, conta de água vem, mas só se for por fantasma porque eles demoliram com a sede, não existe o hidrômetro, não existe nada, mas a conta chega, é um negócio absurdo. E ele é assim, não adianta você querer ter um diálogo porque é difícil, pegou as coisas da associação, levou lá para Secretaria de Obra, computador, freezer da associação, levou tudo pra lá, ficou encaixotado lá e zé fini.

PESQUISADORA: E a senhora acredita que tem alguma força política que é contrária a esse orçamento participativo ou alguém que é favorável, como é que é?

ENTREVISTADO IV: Eu acho que dentro de algumas coisas que eu peço aqui, eu acho que há uma conspiração de alguém que é do contra, porque é impossível eu tenho uma área verde ali que só me dá problema, as pessoas entram ali pra fumar droga, entram ali pra enterrar porcaria, entra pra roubar, e quando eu peço pra cortar as árvores, pra limpar, pra fazer uma pracinha, colocar luminárias, tem gente que pega, liga pro Secretário do Prefeito que é o [trecho incompreensível] pra poder parar com a minha obra que eu estou fazendo, aí eu falei o secretário você vai me fazer um favor, você tá corretíssimo, quem tá errada sou eu, o que é que eu fiz liguei pro major que é da guarda e falei major, não estou entendendo, porque eu quero limpar pra evitar roubo, evitar a pessoa fumar droga, o secretário vem aqui e mandou parar de cortar as árvores, o que eu faço? Aí o major veio e falou com ele assim “oh, por que isso?” Aí foi onde que eu falei uma coisa bem feia com ele, [trecho incompreensível] se você tem rabo preso com eles lá o problema é seu, não é meu, porque eu tô pedindo uma coisa que eu acho que é impossível uma pessoa

não visualizar que isso aqui é pro bem estar de todo mundo, fica esse negócio cheio de árvore, vai ali pra você ver de novo, já tudo sujo de novo, os matos tomando conta, os outros entrando, eu queria fazer o que, eles estão tirando terra, tá fazendo um buraco enorme, daqui a pouco quando encher a água vai tá lá na rua, eu falei assim, eu acho que tô errada, eu acho que a única pessoa doida aqui, louca aqui, que faz as coisas erradas, sou eu, porque não é possível que ninguém tá vendo isso.

PESQUISADORA: E como é que a senhora avalia essa sua participação no orçamento participativo, tem essas falhas, não é, que a senhora contou?

ENTREVISTADO IV: Aí, o que é que eu faço, eu pego e faço, eu fiz um documento também pedindo pro [inaudível] tomar ciência, aí levei na Prefeitura, falei oh, tirei fotos e mostrei tudo pra eles lá, eu falei oh, se amanhã ou depois acontecer isso, isso, isso, vocês tão ciente.

PESQUISADORA: E a população do bairro eles entram em contato com a senhora, como é que é?

ENTREVISTADO IV: É, eles falam comigo, aí o que é que acontece, eu quando comecei a cortar as árvores, limpar, aí os moradores falaram assim, realmente, eu vi que estava tendo muito problema, que a polícia ficava constantemente com a lanterna aí, olhando, eu falei, pois é, principalmente quem mora desse lado aqui, porque quem mora pra lá, ótimo, agora se os cara tiverem que fazer alguma coisa, vai chegar em quem? Vai chegar em quem está aqui desse lado, que no caso sou eu. Então, quer dizer, a maior prejudicada sou eu, aí agora se passa o filho de uma pessoa ali de madrugada, tem que ir trabalhar, ou ali no ponto, a pessoa vai lá e abocanha a pessoa e pega e leva e arrasta para aquele mato, alguém vai ouvir? Alguém vai escutar? Já teve caso de pessoas que já foram jogadas dentro desse rio aí, teve um que apanhou tanto que ficou no meio ali e aí, aí é aonde que eu falo. Tem uns funcionários que trabalham dentro daquela da repartição onde que eu vou com o documento, eles ficam doido, não, mas você vai fazer um documento, mais isso aí. Não quero saber, eu vou mandar redigir documento agora, vou tirar as fotos, vou pedir pro Inea, a Prefeitura vai ter que tomar ciência, se ele vai fazer ou não, o problema é dele, mas na hora que chegar, que der um problema eu vou falar assim, aqui, oh.

PESQUISADORA: E a senhora recebe como o resultado se a obra vai ser feita ou não? Tem alguma reunião?

ENTREVISTADO IV: Aí o que é que acontece, eu fiz um documento também através de um vereador, né, mas aquilo fica tudo parado lá, dependendo do Prefeito assinar.

PESQUISADORA: Eles selecionam, não é, se vai ser feito?

ENTREVISTADO IV: É, aí eles pegam aquele documento, lê, o que não interessa vamos colocar lá debaixo, por último lá, na última estante, é igual processo, não interessa para eles, vou colocar na última instância e deixa, e aquilo não vai sair, com aquele atual Prefeito que está ali, pode desistir, não vai sair.

PESQUISADORA: Nesses três anos que a senhora ficou como Presidente não conseguiu nenhuma obra?

ENTREVISTADO IV: Não, não consegui mesmo. Tenho os documentos tudinho, eu tenho...

PESQUISADORA: E eles argumentam alguma coisa?

ENTREVISTADO IV: O que eles argumentam é tipo assim, eu jogo pro Joaquim, eu jogo pro Manoel, igual esse da Furban, eu converso com o Marco Antônio, o Marco Antônio joga pro Célio, aí eu volto pro Célio, o Célio volta pro Marco Antônio, aí quando eu vou por Marco Antônio, ele joga pro [trecho incompreensível], que é o da Suser, aí daqui a pouco ele vai lá e joga pro Prefeito, fica esse jogo de empurra e você nunca consegue juntar quem é quem ali pra poder o negócio ir, aí fica aquela coisa, aquela picuinha, porque aqui, é igual um dia que eu peguei e apertei, ele falou assim, não mas o pessoal lá, eu falei isso é engraçado, o pessoal tem oficina, bota esse monte de carro pro lado de fora, faz essa bagunça todinha aqui e vocês não podem botar a faixa, não podem resolver, e quem vai resolver então? O Papa? O Bispo? Aí fica isso daí. É difícil porque se você chega num vereador, o vereador chega na sua cara e fala, “ah, mas eu não posso fazer isso aqui não, porque se eu fizer isso aqui, quantos votos que eu não vou perder, se eu fizer isso que você está me pedindo, vou perder mais de uns cinquenta voto”, é assim que a coisa funciona, entendeu? Aí um joga para lá, outro joga pra cá, um joga pra lá, outro joga pra cá, e assim vai. E não é só eu não, isso acontece também em outros bairros também acontece a mesma coisa, e não consegue resolver o negócio, aí só mesmo quando você vai para o Ministério Público, eu já tive caso de eu ir pro Ministério Público, ai depois que eu chegava lá, que eu botava no Ministério Público eles chegavam viravam pra mim e “ah, porque que a gente não pode ter uma conversa”, eu falei, que conversa? Se eu já vim aqui, já pedi pra Deus e o mundo e vocês não me ouviram, aí eu vou para o Ministério Público.

PESQUISADORA: E antes da senhora quem era o Presidente na época também não conseguiu, o anterior, a implementar nada?

ENTREVISTADO IV: O que aconteceu, o antigo também, o antigo presidente o que é que ele fazia, ele era coligado com uma vereadora, mas só que eu não chamo ele de presidente, eu chamo de [trecho incompreensível], porque ela, tipo assim, eu quero ganhar voto, eu vou colocar aqui um ônibus Candelária via Aero, tá, isso pra mim ganhar votos porque tá na minha época de eleição, quero ganhar votos, então, você faz isso pra mim lá fulano, mas não é aquilo que a população está precisando no momento, é de acordo com os interesses dela, e não com o interesse da população. A população pede muito aqui um postinho de saúde, uma creche.

PESQUISADORA: Eles falam nas reuniões? Como é que é?

ENTREVISTADO IV: É, eles falam nas reuniões, porque a gente precisa muito porque nosso posto de saúde é lá no Jardim Paraíba e tem que ficar indo pra lá pra marcar consulta, e tá, tá, tá. Aí ela virou e falou assim, “não, vocês não precisam de posto de saúde porque vocês têm o Pronto de Socorro do Aterrado”, eu falei Pronto Socorro do Aterrado é uma coisa, unidade de saúde é outra bem diferente. Então, e assim vai. Aí se tiver favorável para ela, ah, eu quero que corte uma árvore num lugar tal, tal, que está assim assado, aí.

PESQUISADORA: E a senhora como cidadã teve alguma melhora na sua atuação em razão da participação nesses debates?

ENTREVISTADO IV: Teve, teve, porque o que é acontece, eles queriam acabar com o kartódromo, eles queriam acabar com o clube, teve um que deu entrada lá no antigo Presidente, deu entrada no Ministério Público para acabar com o clube, para acabar com o kartódromo, eu falei poxa, brincadeira, aí o [trecho incompreensível] já não tem tanta coisa, você acaba com o que tem, vai ficar como? Aí, foi aonde que eu entrei, que eu pedi pra o Ministério Público, mostrei toda a situação, peguei a assinatura dos moradores, expliquei tudo direitinho, me deu um trabalho danado, mas consegui resolver, e outros problemas que a gente tinha também que era com roubo que os meninos do Senai saiam do colégio ali, era um tal de sair e ser abortado na reta do Aero que eles roubavam tênis deles, roubava celular, aí pedi à guarda pra ficar constantemente passando, dando monitoramento, pra ver qual o horário que era o melhor pra eles poder sair com segurança, aí a guarda ficou durante um bom tempo tomando conta deles aí, parou o problema, porque o outro não, o outro só chegava assim, “ah, isso aqui não tá bom, então, vamos acabar”, o

negócio dele era só... eu falei se for acabar com tudo que tem dentro do bairro, vem uma empresa, ah, não sei o que meia dúzia de gato pingado reclama, vão acabar com o negócio, não é assim, tem que dar uma explicação, um negócio, uma coisa plausível porque que tá acontecendo aquilo ali, e ele só fazia as coisas de acordo com o interesse dele. Igual é, quando tinha que passar a radial leste, era uma obra grande que tinha que fazer, meia dúzia de gato pingado não queria, eu falei gente, mas é o progresso, não tem como, porque aquilo ali, tem que passar o ônibus pra circular aqui pros meninos que estudam, que moram lá e vem debaixo de sol, da chuva, até hoje eu não consigo resolver aquilo ali, porque o [trecho incompreensível], o Secretário do prefeito, fala que ali não tem como um ônibus virar, que não sei do que, não sei do que, não sei do que.

PESQUISADORA: E a senhora acredita que vai continuar o orçamento participativo?

ENTREVISTADO IV: Olha, eu acredito que sim, eu acho que esse Prefeito que entrou aí, o Samuca, ele é uma pessoa que eu vejo ele assim, um cara responsável, um cara com uma mente aberta, eu acredito que vai melhorar muita coisa na gestão dele.

PESQUISADORA: Mas as reuniões vocês vão continuar, não é, para conseguir saber o que é que vai indicar?

ENTREVISTADO IV: Sim, vai continuar e aí quando ele entrar vai começar a agendar de novo, oh, dia tal, hora tal, bairro tal, tal, tal, comparecer para gente tá, porque eu acho que na gestão dele vai ser bem melhor.

PESQUISADORA: Ah, então está bom, deixa só, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 18:00 (DURAÇÃO 35 MINUTOS E 37 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO V, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde, o senhor sabe como é construída essa metodologia pra eles captarem a vontade da população? Como é que eles fazem essas reuniões?

ENTREVISTADO V: Boa tarde. Essas reuniões é de acordo com a lei de orçamento anual da Prefeitura, né. A gente vai às reuniões, a gente leva as nossas necessidades, nem todas são cumpridas né, mas a gente leva e deixa lá, para que eles analisem e ver qual é a prioridade que a gente tem.

PESQUISADORA: Mas esse calendário, quem fixa as datas para ter essas discussões?

ENTREVISTADO V: Isso aí é direto com IPPU (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda) e a Smac (Secretaria Municipal de Ação Comunitária), a Smac com o RH, e IPPU com a parte física, por exemplo, de engenharia, captação de recursos.

PESQUISADORA: Aí eles avisam a data que vai ter o orçamento participativo, não é?

ENTREVISTADO V: Avisam.

PESQUISADORA: E o senhor está há quantos anos mexendo com essa parte do orçamento participativo?

ENTREVISTADO V: Eu sou oriundo do Aero Clube, eu participei da segunda associação deles lá, e o seu Valentin, já falecido, ele fazia questão que a gente fosse com ele, e eu aprendi, aprendi com ele né, ele era capitão de corveta, ele era muito exigente, e a gente indo com ele a gente estava coberto, aqui não, aqui a gente fica descoberto, eles acham que a gente tá ganhando dinheiro, o morador mesmo acha que a gente tá ganhando dinheiro, como é que a gente vai ganhar dinheiro se eles não têm pra me dar?

PESQUISADORA: E como foi que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO V: Através da Federação dos Moradores de Volta Redonda, através Fátima Martins que você já deve ter ouvido falar.

PESQUISADORA: Sim, já.

ENTREVISTADO V: Através da Fátima, antes da Fátima era o João [inaudível], muito meu amigo, depois entrou a Fátima. Eu, por exemplo, se eu participasse de FAM, nunca participaria de política, porque você lida direto com o morador, você tem

contato com o Prefeito, mas o Prefeito não te dá bola, é preferível você lidar com morador do que você lidar com o Prefeito.

PESQUISADORA: Há quantos anos o senhor participa dessas reuniões?

ENTREVISTADO V: Dessas reuniões há mais de vinte e cinco anos.

PESQUISADORA: Há mais de vinte e cinco anos?

ENTREVISTADO V: Desde de oitenta e dois eu participo.

PESQUISADORA: E antes de participar, o senhor já participava de algum segmento social, alguma associação ou sindicato?

ENTREVISTADO V: Já, eu já fui, eu sou sindicalizado até hoje, deixa eu ver se eu acho aqui minha carteirinha ((entrevistado abre a carteira e mostra a sua carteira do sindicato)).

PESQUISADORA: Ah sim, o senhor participava do sindicato?

ENTREVISTADO V: Do Sindicato, sempre participei de sindicato, participava da Igreja Católica, da Pastoral da Igreja Católica, sempre quis participar da pastoral carcerária, mas nunca participei, porque eu acho que no Brasil é o seguinte, a lei, a justiça aqui tem dois pesos, duas medidas, se vierem te prender aqui, vão perguntar o que você é primeiro, porque você é branca, se vierem me prender eles descem a borracha primeiro pra depois perguntar quem eu sou. Já aconteceu, estou falando pra você porque já tomei três anos de cadeia por participar de movimento social. Eu era da JOCA do Retiro, Juventude Operária Católica, e já levei borrachada dentro do Igreja.

PESQUISADORA: O senhor acompanhou esse processo, porque Volta Redonda tem toda uma história, não é, de luta social, então, o senhor acompanhou?

ENTREVISTADO V: Acompanhei não, fiz parte.

PESQUISADORA: Fez parte.

ENTREVISTADO V: Fiz parte dela. Dom Waldyr era uma pessoa que eu sentava igual estou conversando, estou batendo papo com você, batia papo com ele, assim, direto e reto, Padre Barreto, todos dois já falecidos, não é. Na última reunião que eu tive no movimento Fé e Política, lá da [inaudível], o Padre Juarez falou para o restante do pessoal: “ah, o [trecho incompreensível] não está pedindo nada não, ele está clamando pelo bairro”.

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO V: Aqui a injustiça é direta e reta, portanto, o meu sobrinho ele é doente, ele é viciado em maconha, em drogas pesadas, isso é doença, não é porque

a pessoa quer não. Então, ele tem vinte e dois anos, ele está acabadinho, de vez em quando a Polícia vem e ainda bate nele, e aqui o problema todo é o seguinte, às vezes as pessoas falam umas coisas e esquecem, eu, por exemplo, eu leio muito, já li o jornal de hoje, o Globo, não gosto de ler o Jornal o Globo, não. A minha revista Veja chegou hoje, ela vai sair quarta-feira, está lá estampado Sérgio Cabral, né, está falando do Garotinho, está falando de uma porção de gente, acaba o PMDB e eles vão prender todo mundo do PMDB e eles vão ficar julgando o Lula até hoje, o Lula pode ser safado do jeito que ele for, mas ele põe a cara dele para bater, o restante, vê o Deputado Eduardo Cunha, você votou nele? Você ouviu falar da campanha dele? [inaudível] Ninguém ouviu falar, ele está lá, o Sérgio Cabral, a esposa dele ganhou um anel de brilhante no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), quem deu? Não fui eu, não tenho condições de dar um presente desse pra ela, nem você, quem deu foi o cara da Odebrecht.

PESQUISADORA: Então, o senhor tem toda essa experiência já, não é, em movimento. E a participação nesses debates, o senhor sente que repercutiu de alguma forma nessa sua condição de cidadão, para reivindicar?

ENTREVISTADO V: Olha, na condição de cidadão, Volta Redonda é meio aviada, Volta Redonda é um zero à esquerda, porque aqui se você não tiver amizade com político você não consegue nada. Eu moro na principal, a última rua lá de baixo, Beira Rio, de frente à minha casa tem uma lixaiada que tem dois meses que eu pedi ao serviço público da cidade para tirarem, mas não tiram, aqui nós temos rato, lacraia, ali tem até criação de capivara. Então, o que é que acontece, a gente, não adianta a gente reclamar, se a gente vai reclamar, acham que a gente tá levando dinheiro, acham que a gente tá reclamando porque a gente tá querendo aparecer, eu, por exemplo, nessa minha idade, eu vou querer ser candidato à vereador, pra quê? Não tem condições, eu nem tenho pique mais pra isso, mas entender eu entendo, mas o que adianta eu entender se eu não tenho apoio, o alicerce, a base não apoia, não adianta nada.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam vocês para participar dessas reuniões?

ENTREVISTADO V: Vai carta pra gente, telefone, aí anota o meu celular.

PESQUISADORA: Ah, eu acho que eu tenho aqui, depois eu confirmo, porque eu tenho aqui uma relação. E quais são essas etapas, depois que ocorrem essas reuniões, como é a etapa até chegar no final?

ENTREVISTADO V: A gente vai, eu por exemplo, eu faço muita fé no Poder Judiciário, não só porque eu seja bacharel em direito, não, eu acho que o direito tem de ser cumprido, o direito não tem cor, não tem raça, não tem departamento, não tem nada. Então, o que acontece com a gente aqui em Volta Redonda, quando a gente vai até o Ministério Público e denuncia, eles acham que a gente está trabalhando pra Polícia, aqui o Ministério Público é como Polícia, o Dr. Júlio falou pra gente uma vez, “se te ofender de qualquer maneira você procure seus direitos, vem aqui a gente tá pronto pra trabalhar pra vocês”. E eu reclamo mesmo, por exemplo, igual agora, nós estamos com um problema muito sério em Volta Redonda, a carteirinha, o cartão de passe do idoso, da melhor idade, de acordo com o artigo 5º da Constituição você não é obrigado a ter carteira de passe, qualquer município que seja, e aqui em Volta Redonda os motoristas estão tirando os idosos quase na base da porrada, ontem, por exemplo, eu vi um colega meu de capoeira, ele foi expulso de dentro do ônibus, ele teve que pagar pra passar, e isso aí é ruim. Vocês como estudantes, você estuda Administração, não é?

PESQUISADORA: Não, eu sou formada em direito, estou fazendo a pós-graduação.

ENTREVISTADO V: Ah, tá fazendo a Pós-graduação. Você estudou onde?

PESQUISADORA: Eu estudei na UFPA.

ENTREVISTADO V: Do Pará? Eu conheço umas cidades de lá.

PESQUISADORA: Mas, assim, perguntando com relação ao orçamento participativo, o senhor tem como dizer como são as etapas, depois que tem as reuniões, como é que eles selecionam as obras? Como é que eles decidem?

ENTREVISTADO V: Eles decidem através de outras reuniões, né, eu, por exemplo, se eu precisar de mais coisas eu vou lá na reuniões, dos departamentos, né, por exemplo, no IPPU (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda) é um departamento da Prefeitura, é uma Secretaria, a Smac (Secretaria Municipal de Ação Comunitária) é outra, a Smel (Secretaria Municipal de Esporte e Lazer) é outra, a SMSP (*Secretaria Municipal de Serviços Públicos*) é outra secretaria, eu vou e ponho a minha cara lá pra bater, a gente tem que fazer isso.

PESQUISADORA: E eles costumam implementar essas obras que vocês indicam ou não?

ENTREVISTADO V: Costumam, costumam implementar, às vezes fica pela metade, né, mas eles costumam atender a gente. A gente tem que ter é coragem para enfrentar, porque sem coragem você não consegue nada, liderança não se impõe,

se impõe a sua presença e eu sou da terra do [inaudível] da independência, e do covarde da democracia, covarde entre aspas porque a gente não sabe até hoje quem matou, né.

PESQUISADORA: Olha, e eles indicam qual é o valor que vai ser destinado para o orçamento participativo, eles falam na reunião?

ENTREVISTADO V: Indicam, indicam, indicam.

PESQUISADORA: Mas vocês têm uma noção de quanto que vai ser investido?

ENTREVISTADO V: Por exemplo, aqui foi investido R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil) para fazer isso aqui, isso aqui que era nossa antiga sede, aí o Presidente da Comissão, achou no direito de dar para fazer o CRAS, não foi errado, mas ao mesmo tempo foi, e cadê a sede? Nós não temos sede, nós temos isso aqui, que eu tive que assinar uma série de documentos para poder entrar aqui dentro e fazer uma reunião.

PESQUISADORA: E o senhor como tem muita experiência, o senhor recorda como é que começou o orçamento participativo aqui em Volta Redonda? Em que época?

ENTREVISTADO V: Eu recordo, foi na época do Baltazar, foi 1994, começou com ele, depois ele deixou de lado também.

PESQUISADORA: Não continuou?

ENTREVISTADO V: O problema todo, se ele continua o governo dele seria o melhor governo para nós aqui, não estou falando mal do Neto não, mas infelizmente, onde entra isso aqui, onde entra dinheiro, aí vai tudo por água a baixo.

PESQUISADORA: E depois voltou a ter com...

ENTREVISTADO V: Com o governo do Neto.

PESQUISADORA: Com o governo dele. O senhor não recorda o ano mais ou menos? Foi o primeiro governo, não é?

ENTREVISTADO V: Foi o primeiro governo. E eu estou sempre participando.

PESQUISADORA: Ah sim, mas teve essa interrupção então, não é? Depois que terminou o governo do Baltazar?

ENTREVISTADO V: Teve interrupção, porque depois foi o governo do Gothardo.

PESQUISADORA: E ele não continuou?

ENTREVISTADO V: Não continuou!

PESQUISADORA: E a população não ficava reivindicando para voltar a ter?

ENTREVISTADO V: Ficava, mas aí é aquele problema, nós ficávamos igual São João Batista, a voz que clama do deserto. Então, a gente, quem é líder comunitário

sabe o que é que a gente sofre, a gente sofre humilhação, você vai falar, a mesma coisa eu tenho um afilhado que é capitão da Política Militar, enquanto ele não provou por a mais b que ele tinha capacidade, coitado, ele ficava debaixo do [inaudível] do sargento, do cabo, do tenente, do coronel. Agora não, ele tem vinte e oito, trinta anos, alguma coisa assim, agora ele é capitão daqui do vigésimo oitavo. Então, o problema nosso aqui é o seguinte, eles não medem a gente pela capacidade não, eles medem a gente pelo bairro que a gente mora. Aqui, aqui não é bairro, aqui é um loteamento. Então, o que é que acontece com a gente, quando a gente vai pedir qualquer coisa eles pedem justamente o que a gente não conseguiu até hoje, o CNPJ, nós não temos CNPJ.

PESQUISADORA: Não tem? E nessas reuniões tem algum segmento social que é representado, assim, da população, o senhor percebe?

ENTREVISTADO V: Tem o movimento Fé e Política né, que está em todas.

PESQUISADORA: Ele participa?

ENTREVISTADO V: Em todos os segmentos, e o Padre Juarez, quando estava aqui, ele nos incentivava a isso, e hoje Padre não pode mais incentivar política, não é. Ele, coitado, depois de vinte e tantos anos, ele é daqui de Volta Redonda, ele foi mandado para Barra do Piraí, e de Barra do Piraí não sei para onde ele foi.

PESQUISADORA: E antes de começar o orçamento participativo, o senhor recorda dessa época, como foi para montar essas associações, porque teve toda uma repercussão da siderúrgica, não é, aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO V: Teve.

PESQUISADORA: O senhor recorda mais ou menos dessa época?

ENTREVISTADO V: Aqui em Volta Redonda é isso, muitas coisas que eram para ser feita ata, perdeu-se no espaço, mas porque a pessoa não se interessava em fazer a ata né, eu faço as atas desde [inaudível].

PESQUISADORA: Das reuniões, não é, que ocorrem?

ENTREVISTADO V: Eu faço as atas dessa forma, 6º encontro dos moradores do [trecho incompreensível], com a finalidade de criar, formalizar e legalizar uma Associação de moradores de fato de direito, porque não adianta nada você falar, ah sou o Presidente, cadê o CNPJ?

PESQUISADORA: E isso prejudica na hora de pedir?

ENTREVISTADO V: Prejudica, prejudica, isso prejudica não, isso é uma barreira que interfere na hora da gente, porque o morador não tem que pedir, ele tem que

reivindicar, reivindicar é totalmente diferente de pedir, pedir você está esmolando, reivindicar, não, você está exigindo seu direito.

PESQUISADORA: E vocês já conseguiram alguma obra para ser feita?

ENTREVISTADO V: Ainda não, ainda não, porque nos falta CNPJ.

PESQUISADORA: Mesmo o senhor já tendo participado bastante, não é, das reuniões?

ENTREVISTADO V: Eu já participei do Aero, já participei da [inaudível], em três.

PESQUISADORA: E eles falam o que quando vocês pedem uma obra?

ENTREVISTADO V: Só falta CNPJ, só falta isso.

PESQUISADORA: Por causa disso? Mas vocês estão na relação, não é, da Prefeitura?

ENTREVISTADO V: Nós estamos, mas aí é o seguinte, vou fazer um elogio para uma pessoa, sem a pessoa estar aqui, isso é um elogio que eu faço ao Lincoln Botelho, ele fala, você mora em Volta Redonda, você tem quase a minha idade de Volta Redonda, então, o seguinte, você está inserido no contexto, não interessa se você tem CNPJ ou não.

PESQUISADORA: Porque é uma formalidade, não é, o importante é que o senhor já atua?

ENTREVISTADO V: Porque o Lincoln foi meu colega de faculdade, posteriormente, ele foi meu professor, ai o seguinte, ele tem um coração que não cabe dentro do peito dele, ele entende de leis muita coisa mesmo, ele foi um dos fundadores do PT aqui em Volta Redonda, eu não gosto de falar de Partido não, de político não, pelo seguinte, tem muita gente que interpreta errado, que acha partido político é pro cara ganhar dinheiro, como saiu hoje na Veja e tal, Sérgio Cabral vestido de presidiário, não precisa a própria Veja foi a revista que mais elogiou Sérgio Cabral e hoje tá descendo a lenha nele.

PESQUISADORA: O Lincoln está há bastante tempo, não é, no orçamento participativo, trabalhando?

ENTREVISTADO V: O Lincoln foi o empreendedor do Orçamento Participativo, o Lincoln é um amigão, o Tim também é um amigão.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem alguma força contrária ou favorável, alguma força política, a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO V: Não, o orçamento participativo nosso aqui até que é bastante liberal, só falta o pessoal entender, o morador de Volta Redonda entender que o

orçamento participativo ele deveria participar, que que é o orçamento participativo, é um dinheiro que vem para Prefeitura, que Prefeitura arrecada da União, que de repente ela não precisa de um décimo daquilo, porque que pega tudo, pega tudo, facilita o desvio, facilita o corruptor e o corrompido.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que as pessoas não estão ainda participando tanto das reuniões?

ENTREVISTADO V: Não, deveria participar, se você for fazer entrevistas com outras pessoas, pode falar que eu que falei que necessita da participação da comunidade.

PESQUISADORA: Aumentar.

ENTREVISTADO V: De todas as comunidades, não interessa se seja da Vila, ou como se for da Vila Brasília.

PESQUISADORA: Mas eles divulgam bastante essas reuniões para população tomar conhecimento?

ENTREVISTADO V: Divulgam, divulgam, não é falta de divulgação não, é a pessoa que não quer se esclarecer, porque o pior cego é aquele que não quer ver, o que quer enxergar pode não ter visão nenhuma, mas ele tá vendo o que está acontecendo. E aqui em Volta Redonda, um prédio desse, quando tem aula de violão, aula de uma coisa ou outra, vem cinco, seis, estudantes só. Pra que? Pra que um prédio desse tamanho? ((o entrevistado faz referência ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social)), pra que um professor tão abalizado como o Ronaldo que vem todas as quintas-feiras? A gente tem que elogiar a pessoa física e esquecer do povo de um modo geral. Porque qual a razão de uma prefeitura, a prefeitura não é só o prédio, a Prefeitura é um conjunto de pessoas interessadas num prolongamento de coisas para o povo e para a cidade né, aqui eles acham que tudo é para ganhar dinheiro.

PESQUISADORA: E mesmo assim o senhor continua participando, não é, o que é que tem motivado seu interesse em participar do orçamento?

ENTREVISTADO V: O meu interesse é que eu moro aqui no bairro e gosto do bairro. Embora aqui de determinada maneira aqui é violento, violento mesmo, eu não te aconselho a vir aqui sozinha depois das vinte e uma hora. Minha filha estudava lá em Resende, na Uerj também, fazia Biologia, saiu da Uerj foi pra Fep, está fazendo o quarto período de Administração. Então, o que é que eu digo, eu digo pra ela, é o seguinte, olha, se você ver que não tá dando pra entrar no bairro, você chama, qualquer hora, você sabe o meu telefone, meu celular, me chama a qualquer

hora que eu vou te buscar. Naquela greve que teve há dois anos atrás, de transporte, eu fui buscá-la no meio do caminho, entre Resende e Floriano, porque eu fui de ônibus, paguei táxi lá em Barra Mansa, busquei ela lá e trouxe para casa, e pai que não tem condições de pagar táxi, como faz? E junta com isso aqui, isso aqui é uma turminha de garotos que não chegam aos vinte e cinco anos, morrem tudo cedo.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que vai continuar o orçamento participativo ou o senhor acha que vai parar?

ENTREVISTADO V: Eu acredito que agora ele vai dá uma guinada pra frente que eu, eu não estou falando mal dele não, mas foi até bom o Samuca ganhar, porque o Baltazar ele iria paralisar tudo.

PESQUISADORA: Ah, sim, mesmo ele tendo iniciado, não é, antigamente?

ENTREVISTADO V: Porque ele falou pra gente que não gosta do bairro, ah, vocês são uns compradores de terreno que invadiram, nós invadimos porque o terreno estava vazio, sem ocupação nenhuma, e nós viemos ocupar, então, o que é que aconteceu, nós temos esse processo aqui que você leu parte dele e tem gente que acha que nós não temos que pagar mais nada. Nós temos que pagar sim. Aqueles cento e sessenta e oito que não pagaram o terreno ou deve alguma coisa, tem que ir lá e quitar com o dono do terreno e receber seu recibo de compra e venda, finalizar o recibo de compra e venda para receber posteriormente o documento de RGI.

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO V: Recebendo o RGI, ele realmente é o dono.

PESQUISADORA: Para solucionar, não é? Mas assim, mesmo que o senhor não conseguiu obra, mas o senhor, nas reuniões, fica sabendo de outras obras que ocorreram? Que foram implementadas? Eles avisam?

ENTREVISTADO V: Ficam. Eles avisam não, tem um workshop, eles mostram para gente o que eles fizeram.

PESQUISADORA: O que foi feito?

ENTREVISTADO V: O que foi feito, a verba que gastou, tanto que muita pouca gente sabia disso aqui em Volta Redonda, Volta Redonda está com uma dívida de setecentos milhões de reais, e quem vai pagar, eu, você? Talvez eu e você iremos pagar através de impostos [inaudível].

PESQUISADORA: E olha, o senhor que acompanhou essa época acha que aquela época da siderúrgica, do sindicato, teve alguma influência na formação desse

cidadão de Volta Redonda? Eles têm esse perfil mais associativo? O que é que o senhor entende?

ENTREVISTADO V: Tem, enquanto CSN, empresa pública, era uma coisa, depois que privatizou, danou-se tudo. Olha, nosso Rio Paraíba, nosso Rio Paraíba está morrendo.

PESQUISADORA: Na época era diferente?

ENTREVISTADO V: Era totalmente diferente.

PESQUISADORA: Como é que era na época?

ENTREVISTADO V: Na época eu trabalhava num departamento que era departamento de água, luz, esgoto, tudo da CSN passava pela mão da gente, eu sou técnico em manutenção mecânica, então, a gente quando via uma mancha de óleo no Rio, a gente telefonava lá pra dentro, pra saber de onde estava saindo, hoje a gente não tem direito nem de reclamar.

PESQUISADORA: Depois que ela privatizou o senhor percebeu que a política pública teve alguma alteração? Como é que foi essa...

ENTREVISTADO V: Decaiu.

PESQUISADORA: Dacaiu?

ENTREVISTADO V: A decadência da política em Volta Redonda foi grande, todo mundo tem medo do Presidente da CSN, e não é para ter medo é pra ser amigo do presidente da CSN, para ele abrir mais portas pra empregos, para não ter evasão de moradores. Aqui em Volta Redonda nós chegamos a ter setecentos e sessenta mil habitantes, hoje nós temos duzentos e trinta e dois mil, o decréscimo foi grande, né, na ordem de dois terços.

PESQUISADORA: Nessa época o sindicato estava bem fortalecido, não é? O senhor acha que o que ocorreu com o tempo?

ENTREVISTADO V: Com o tempo foi a deterioração do ideal, e hoje, o caboco vai para o sindicato simplesmente para isso ((faz sinal de dinheiro)), e o negócio do sindicato não é isso, o negócio do sindicato é amor ao trabalhador, ao próprio irmão. Hoje, já não se fazem trabalhadores da CSN como fazia antigamente. Eu, por exemplo, saí da minha cidade com dezenove anos, eu tenho, eu vou fazer setenta e três, agora dia seis de janeiro fazem cinquenta e dois que eu estou aqui.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que essa sua participação nos sindicatos, nesses movimentos, teve alguma repercussão agora nessa participação no orçamento participativo? Ajuda no debate para reivindicar?

ENTREVISTADO V: Ajuda, ajuda no debate porque, eu acho que... como eu sou cidadão voltaredundense, cumpridor de meus deveres, eu não tenho que pedir, tenho que reivindicar.

PESQUISADORA: O senhor tem essa noção?

ENTREVISTADO V: Tenho essa noção e passei pra minha filha, eu tenho uma filha ela é fisioterapeuta e tem uma outra que é pedagoga, eu coloquei na cabeça das duas, a gente não tem que pedir nada a ninguém, principalmente a político, a gente tem que reivindicar, eles estão lá porque pediram nosso voto, não porque é o mais bonitinho, tem os olhos lindos, colocamos ele lá, tem que ver o trabalho dele, tanto que no dia dezesseis de setembro, quando conversei com o Samuca, eu falei com ele a respeito da gente aqui, eu disse olha, nós temos vinte anos de loteamento de bairro, mas nós não somos bairros, nós somos uma coisa que está lá na Prefeitura. Ele disse não, eu vou criar um RGI gratuito, eu, dia três de janeiro, se Deus quiser eu vou cobrar, se ele prometeu.

PESQUISADORA: Por que isso está prejudicando até nessas obras do orçamento, não é? Eles não implementam porque não tem o registro?

ENTREVISTADO V: Já teve obra que era para aqui e eles entregam lá pra Volta Redonda.

PESQUISADORA: Mas se eles não vão implementar porque que é que eles chamam, não é, para reunião? Eles falam?

ENTREVISTADO V: Não sei, eles acham, por exemplo, porque que eles não gostam que eu vá na reunião? Porque eu falo.

PESQUISADORA: Porque o senhor tem uma atuação forte, não é?

ENTREVISTADO V: A Fátima, inclusive, não gosta de mim por causa disso, eu falo com ela, se não for para você ajudar, então, não venha, não venha, eu estou aqui não por tua causa, nem por causa [inaudível], eu estou aqui pelo meu povo lá do [trecho incompreensível], que é um povo sofrido. Ela fala assim, “ah, o tempo de Tiradentes já passou”, eu digo não, eu não tenho medo não, minha filha. Passei três anos na cadeia por uma coisa que eu não fiz. Aqui tinha uma ideia, antigamente, talvez você nem nascida era, lá por volta de setenta e um, setenta e dois, que todo mundo que frequentava a Igreja Católica era subversivo, então, hoje, eu continuo católico, nunca mudei de religião.

PESQUISADORA: E eles participaram nessa época, não é, tiveram uma participação forte, a Igreja Católica?

ENTREVISTADO V: A Igreja católica foi a única que levantou a bandeira e não abaixou bandeira, a retaguarda, até hoje, e tanto é que o Padre Juarez está fora de Volta Redonda porque ele estava incomodando políticos aí, inclusive, exigiram Dom Francisco Biazin que tirasse, e tirou mesmo. A gente reclama, eu, por exemplo, sempre pra falei pro Dom Francisco, olha me desculpe, mas não era a hora do senhor tirar o Padre Juarez daqui não, é um Padre que nos ajuda. Aí ele falou assim, você tem razão de você falar, você participou da JOC em 1965 até 75 quando você saiu da cadeia, eu saí da cadeia num mês, no outro mês minha mãe faleceu, ela morreu e não ficou sabendo que eu passei três anos na cadeia. E não abro mão dos meus ideais, vou morrer com eles, porque o povo brasileiro é muito pacato em relação a isso. Vê lá nos Estados Unidos, elegeram o Trump, mas eles não querem o Trump na Presidência.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem outros presidentes que tem essa mentalidade, de reivindicar? Como é que ocorrem nessas reuniões?

ENTREVISTADO V: Tem muitos, a maior parte são carneirinhos, eles aceitam com a maior tranquilidade, acham que não tem que reivindicar. A gente tem de reivindicar! Se a gente não mostra a cara da gente, a gente não tem direito de reclamar de nada, tudo que acontecer é festa, para os nossos dirigentes, não é.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa com relação ao orçamento participativo que o senhor queira falar que eu não perguntei? De repente possa ter esquecido. Sobre essa parte da participação, das etapas?

ENTREVISTADO V: Essas etapas aí, por exemplo, eles dividem por Secretaria da Prefeitura, tem muita coisa da Secretaria de Serviço Público, tem muita coisa da Secretaria de Assistência Social que é a Smac, o Cras aqui nós somos diretamente ligados a ela, e tem outras secretarias aí. Eu, por exemplo, eu acho que todo mundo deveria participar das reuniões, principalmente da lei do orçamento anual, sabe por que? Porque aí você sabe para onde tá indo o dinheiro.

PESQUISADORA: E o senhor sabe se depois que eles fazem a reunião, que é feito o orçamento, não é, lá na Câmara dos Vereadores tem alguma resistência ou eles aprovam?

ENTREVISTADO V: Não, eles aprovam, geralmente aprovam, porque é daqui que sai o voto deles.

PESQUISADORA: Ah, então, eles não se opõem ao Orçamento Participativo?

ENTREVISTADO V: Não, no orçamento participativo eu nunca vi opor, e olha que eu frequento a Câmara também, sou aquele, sou aquele, como diz o outro, sou aquele carrapatinho, eu me desdobro pra.. Porque pode falar, “ah, você não vai na Câmara?”, eu vou à Câmara. Lá eu sou dito como o homem do chapéu. Eu estou sempre nas reuniões. Olha que ano passado eu fiquei intrigado com tanto dinheiro que entra em Volta Redonda e a gente não vê nada aparecer. Em abril, do ano passado, fizeram uma reivindicação de seiscentos e quarenta mil reais, para que o prefeito pudesse fazer alguma coisa, não foi feito nada, mas o dinheiro entrou na conta da Prefeitura. Eu sou daquele, eu sei que o Neto não gosta de mim porque eu sou a pedra da chuteira dele, eu pergunto mesmo. Igual o dia que ele foi inaugurar isso aqui eu falei: eu agradei a Deus, depois eu agradei ao Prefeito, embora, eu falei, embora eu discorde porque isso aqui era nossa sede ((faz referência ao prédio em que está situado o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social)), nós não podemos nem fazer uma reunião, “ah pode, pode sim”, mas aí me deu um calhamaço de documento desse tamanho pra mim assinar, pra poder fazer as reuniões aqui.

PESQUISADORA: As reuniões ocorrem aqui não é?

ENTREVISTADO V: É.

PESQUISADORA: Então, está bom. Eu agradeço essa sua experiência que o senhor passou para mim. [FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09:30 (DURAÇÃO 46 MINUTOS E 56 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO VI, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, o senhor pode me dizer como é que eles fazem essa metodologia do orçamento participativo para captar essa vontade popular?

ENTREVISTADO VI: Normalmente, isso aí, quando a pessoa precisa de uma obra, uma pavimentação, uma contenção, uma linha de ônibus, é feito uma assembleia no local com o morador, a partir da coleta de vinte pessoas interessadas naquele assunto, dependendo da abrangência, aí quando é algo que não dá pra fazer por RPA, nem via ofício, normalmente no mês de maio começa a elaboração do orçamento participativo e vai terminar no mês de agosto, setembro, aí começa o

ciclo de reuniões temáticas da defesa daquela obra, porque o Executivo quer saber porque ele precisa fazer aquele tipo de obra. Então, a gente, no caso o Presidente vai e faz a defesa daquela obra e mostra a importância daquela obra para comunidade. Feito aquilo ali, se ela for aprovada na reunião temática do OP, que a gente chama o orçamento participativo, o governo como trabalha com o Plano Plurianual, ele vai ver a arrecadação do ano anterior, fazer uma projeção para o ano seguinte, e fatiar a verba que ele tem e ver o que ele pode atender ou não, o fato de uma obra estar inserida no orçamento participativo isso não é a garantia dela ser executada no ano seguinte.

PESQUISADORA: E como é que é elaborado esse calendário de discussão, quem é que fixa essas datas?

ENTREVISTADO VI: É a Secretaria de Planejamento, mas, lamentavelmente, nós estamos indo para três anos que não se faz orçamento participativo.

PESQUISADORA: É? Não está tendo as reuniões?

ENTREVISTADO VI: Não está tendo, a associação atende normal, as pessoas vão lá, cobram obra que está no OP, mas a Prefeitura não tem...

PESQUISADORA: As reuniões estão ocorrendo, não estão fazendo a obra, não é o senhor quer dizer?

ENTREVISTADO VI: Não estão fazendo a obra, isso. Nos últimos três anos, em função dessa crise que se instalou aí, o atendimento é mínimo, a Prefeitura tem deixado muito a desejar em alguns pontos, entendeu.

PESQUISADORA: E o senhor mora há quantos anos aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO VI: Eu mudei para aqui em setenta e um, tem quarenta e um, quer dizer ((o entrevistado faz contagem)), quarenta e cinco anos.

PESQUISADORA: E na associação o senhor está há quanto tempo?

ENTREVISTADO VI: Eu estou desde oitenta e três, da Fundação dela, não como Presidente, associado, secretaria, presidência, saí, voltei, e estou reeleito para registrar mais um mandato de dois anos pra 2017/2018.

PESQUISADORA: E como foi que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO VI: Olha, nós, quando eu trabalhava na companhia que eu aposentei em 97, começava [...] Aliás, não, foi em 92, a gente elegeu uma coligação um Prefeito do PSB e uma vice do PT, então, já se falava de orçamento participativo em Angra dos Reis, Cordeirópolis, Santos, Diadema, aí a gente começou, eu como

estava na ativa, nós começamos, nas horas, nos dias de folga, viajar e ir buscar subsídio de como funcionava o orçamento participativo pra poder implantar ele em Volta Redonda. Então, o período de 92 a 94 ficou marcando passo, ele foi implantado nesse período de 92 a 94. Então, o sucesso das administrações petistas era a marca registrada deles era trabalhar com o orçamento participativo. E a gente fundou ele aqui, mas o Orçamento Participativo de Volta Redonda, o governo Baltazar fez, quem deslanchou com ele foi o governo do Neto, o sucesso da administração do Prefeito Neto, dos mandatos anteriores dele, foram o orçamento participativo, que sempre foi direcionado pelas associações de moradores, priorizando a necessidade da comunidade em torno da cidade. E vale a pena ressaltar que o FURBAN é um órgão fundado, porque o Executivo fundou, mas foi uma exigência das associações de moradores que tivesse um órgão específico que cuidasse somente das áreas de posse. Então, hoje o FURBAN está descaracterizado, porque os serviços de área de posse foram todos urbanizados, feito rede de esgoto, água, luz, telefone, eles têm toda a infraestrutura necessária, mas o Furban deixa muito a desejar. Quando o Executivo fala em crise, nós temos casas em áreas de posse muito melhor, às vezes, do que a nossa e o comércio lá é livre, porque eles não têm a Escritura do imóvel. Então, é um vende pra um, vende pra outro, tudo no mercado informal.

PESQUISADORA: Eu sei. E o que é que motivou seu interesse em participar dessas reuniões do Orçamento Participativo?

ENTREVISTADO VI: Eu, em 74 eu tive formação religiosa, junto com Dom Waldyr, Padre Barreto e eu sou fundador do primeiro jovem da Igreja de São Sebastião, aí depois eu casei e fui pra JOCA (Juventude Operária Católica). Então, a gente começou a se deparar com as dificuldades que as pessoas tinham de moradia, as necessidades básicas dos menos favorecidos. Então, eu ficava sempre com vontade de fazer alguma coisa, mas, como tinha filho pequeno, família, eu tinha que dar mais atenção mesmo era para o meu trabalho, foi quando eu me aposentei que eu me senti mais à vontade para mim poder doar esse trabalho para a comunidade. Depois, isso aí tem o lado positivo e negativo.

PESQUISADORA: E antes do orçamento participativo, além dessa sua experiência, o senhor já participava de outra associação, sindicato, algum movimento social?

ENTREVISTADO VI: É, desde que terminou o período pós-ditadura, eu me filiei ao PT, militar lá, eu militava assim no movimento sindical, e mesmo militando no

movimento sindical, a gente já sabia dessas terras ociosas, o aluguel naquela época era um preço exorbitante, e num terceiro estágio da CSN quando construiu o [inaudível], muita gente gostou do que viu aqui e [inaudível], mas não tinha condições de morar, então, foi quando a gente começou a preparar as pessoas e assentar elas nessas áreas de posse, isso foi um trabalho, eu não era Presidente na época, mas os outros presidentes, os outros diretores, eu ajudava mais por fora, por conta [inaudível] eram outros que assentavam essas famílias nessas áreas de posse, mas às vezes você abre um espaço, não, você pode construir até aqui, aí se estende mais um pouco, hoje se você olhar e fotografar as áreas de posse do núcleo [inaudível] pimenta já tá quase encostando no cemitério.

PESQUISADORA: E essa sua participação política, essa sua participação nesses debates, como o senhor avalia, teve alguma repercussão para o senhor como cidadão?

ENTREVISTADO VI: Eu acho que teve muito, entendeu, porque hoje eu sou cidadão voltarredondense por resolução de lei, porque eu não sou nascido aqui, é eu fui chamado para trabalhar com um pessoal terceirizado da Globo, fazer serviço para o [inaudível], eu fui eleito pela Panorama Sul, uma Revista que circulava na região, como o melhor Presidente de Associação de Morador da Região Sul-Fluminense. Houve, assim, algum reconhecimento, não é financeiro, porque o trabalho é voluntário, é gratuito né, mas eu tive, assim, uma oportunidade de ter contato com muitas autoridades e tenho facilidade para mim ter esse contato com as autoridades que eu preciso conversar, porque a gente, eles sabem que o trabalho que a gente faz, a gente não é remunerado por ele. Aí quando eu falo dessa facilidade, eu reclamo também de uma outra dificuldade que a gente tem, principalmente, com esse Executivo aí, você tem que fazer ofício, pedir uma reunião com ele, e você espera isso cinco, seis meses, e às vezes um assunto que teria que ser tratado com mais rigor.

PESQUISADORA: E de que forma eles convocam a sociedade civil para essas reuniões, como é que eles entram em contato?

ENTREVISTADO VI: Isso ficou meio perdido, se você for para o Planejamento, você vai se deparar com isso, isso ficou perdido, nesses últimos três anos, porque Volta Redonda tem oitenta e quatro associações, na verdade tem associação aí de duas, três ruas, não é como o Retiro que tem noventa e duas ruas, trinta e cinco mil habitantes, noventa e duas ruas mais doze núcleos de posse, é como nós

chamamos favela não é, em muitos lugares é favela, nós chamamos de núcleo de posse. É... ficou meio, assim, que perdido nesses últimos três anos porque não foi feito o orçamento participativo, aí, por exemplo, você indica uma obra para o orçamento participativo, faz a defesa dela em reunião temática, aí ela vai para o orçamento participativo, se ela não pode ser executava naquele ano, no ano seguinte ela fica num banco de dados, ela não foi feita, mas o Executivo, a Secretaria de Planejamento sabe que aquela obra está no orçamento para ser feito, é... então isso é um [inaudível] do Executivo como gastar a verba do Município, mas, ultimamente, é... quando eu te falei das vinte pessoas, é...dependendo do tipo de obras, você tem que ter no mínimo vinte pessoas interessadas naquela obra, é porque os Presidentes de Associação iam andando pela rua, olhava ali, ah, aqui tá desmoronando, fazer contenção na rua tal, em frente ao número tal, tal, tal, aí outro passava lá e ah, essa escola está meio feia, escola tal, tal, tal, tal... Então, tinha muitas obras inventadas, aí foi quando determinaram, dependendo do tipo da obra um abaixo-assinado com pelo menos vinte pessoas.

PESQUISADORA: Ou seja, a população vai ter que se reunir pra poder decidir, não é, a obra?

ENTREVISTADO VI: Normalmente vai um ou dois, uma ou duas pessoas reclamar da necessidade daquela obra, a gente fala com eles, porque o povo é muito acomodado, aí, então, você marca uma reunião lá na sua rua, na sua casa, na sua garagem, com pelo menos 20 pessoas, aí a gente vai estar presente lá, relatando pra eles o procedimento do orçamento participativo.

PESQUISADORA: E como é que a Prefeitura entra em contato com vocês, os Presidentes das Associações?

ENTREVISTADO VI: É que nem estava te falando, ela tem um calendário, quando chega no mês de maio para junho, ela já manda para nós um formulário do orçamento, por exemplo, se ela tivesse feito em maio desse ano, já mandava os formulários para o orçamento participativo de 2017. Aí, já tem uns campos para você preencher, aí tem um campo para você fazer a descrição da obra, para reivindicar, e você como Presidente você assina e carimba, você pega aquela lista de presença das pessoas interessadas naquela obra, anexa naquele documento daquela obra e passa tudo para eles, aí tem esse procedimento de reunião temática por setores, porque a cidade está dividida em doze setores, porque não dá pra você atender todo mundo. Mas mudou muito o orçamento participativo, eu acho que o sucesso da

administração do Neto foi o Orçamento Participativo nas três gestões anteriores, e o fracasso dele também foi na última gestão, não atendeu ao orçamento participativo. Aí, fugindo um pouco do tema, você vê que uma pessoa que nunca foi candidato a nada, do nada chega e ganha a eleição, e ganhou uma eleição de um monte de políticos tradicionais da cidade, mas, a gente, eu quero ter oportunidade de conversar com ele, pra gente resgatar o orçamento participativo. Não adianta fazer um teleférico daqui ligando lá no alto daquele morro lá, se não morar ninguém lá, só vai usar ele para lazer, alguma coisa assim, né. Então a gente tem que ouvir a comunidade, saber, entender as necessidades delas pra gente tá sendo esse porta-voz.

PESQUISADORA: E depois das reuniões temáticas, quais são as outras etapas, o senhor sabe como são selecionadas as obras? Como é que eles decidem o que vai ser feito?

ENTREVISTADO VI: Depois da reunião temática, digamos que você tenha um volume de obra muito grande e um volume de verba pequeno, então, a Secretaria de Planejamento faz uma avaliação dentro da disponibilidade financeira dela do que ela pode ou não pode fazer, aí...depois que a Secretaria de Planejamento faz isso aí, aí esse orçamento participativo ele vai para a Câmara de Vereadores só para cumprir uma formalidade, aprovar ou reprovar, embora na história de Volta Redonda nunca tivemos um Orçamento Participativo reprovado, porque quando eles aprovam eles já sabem que o Executivo pode fazer alguma coisa por aquilo. Aí, aprova o orçamento participativo, aí volta, aí nós temos uma reunião antes do final do ano, eu pedi lá dez obras, aprovaram quatro ou cinco obras, “oh, essas cinco, nós vamos fazer, as outras cinco vai ficar no banco de dados para os anos posteriores”. É, esse é o ciclo depois da reunião temática, Câmara de Vereador e a resposta final daquilo ali. Então, começa em maio normalmente e vai até novembro, às vezes vai até novembro. Agora, a gente não é político, mas tudo que a gente mexe no bairro a gente lida com político, e a gente acaba vendo claramente que nós, como voluntário, nós nunca cobramos um centavo, ao contrário, às vezes a gente gasta do bolso da gente. O vereador, não, ele é remunerado para fazer o que faz. Então, nesses últimos anos, não sei porque cargas d’água o Neto precisava aprovar os projetos dele, quando eu falo Neto eu falo do atual Prefeito, ele passou, às vezes, hoje para você por um quebra-mola você tem que ter um hospital, uma escola, alguma coisa, ou um índice de acidente muito alto naquele local, de atropelamento, coisa assim.

Às vezes a pessoa vem e diz assim, [trecho incompreensível] eu queria pedir um quebra-mola pra rua tal, número tal, tem Escola? Tem Hospital? Tem Posto-médico? Não, não tem. Olha, eu vou fazer por desengargo de consciência, mas o Contran não depende só da SUSER, o Contran vai e daqui a alguns dias vai vir, vai ver, ele vai reprovar e não vai ser feito, a gente faz para a pessoa não dizer que é má vontade da gente, porque nem todo mundo, não é que eu sou um expert da situação, mas eu lido lá dentro e a gente conhece como é que funciona, mas a pessoa aqui de fora, o contribuinte ou reivindicante, ele é uma pessoa leiga, se você não faz um ofício pedindo um quebra-mola, pra aquela rua, pra aquele lugar dele, ele acha que [inaudível]. Aí você faz o protocolo na SUSER, aí dentro de três, quatro meses vem a resposta, negativo. Fulano, a minha parte eu fiz, eu fui lá, só que não foi feito por isso e por isso.

PESQUISADORA: E essas obras decididas no orçamento participativo elas são feitas ou não? Como é que fica?

ENTREVISTADO VI: É o que te falei, você, por exemplo, reivindica dez obras num ano, depois que a Prefeitura faz a avaliação da projeção de recursos financeiros dela, já teve ano dela atender tudo, e já teve ano de não atender nada [inaudível]. Agora, concluindo a linha do raciocínio que eu te falei, o Neto desprezou as associações de moradores, o Neto e o secretariado dele, desprezou a associação de moradores e passou a fazer obra por indicação do vereador. Aí, voltando lá no quebra-mola, eu pedi, foi negado, a pessoa, você é conhecido do vereador A, B ou C, você vai lá e pede ao vereador, na semana seguinte seu quebra-mola tá lá. Então, isso é um, a gente que sente, como se fosse um desrespeito com aqueles que sempre ajudou as coisas a dar certo e caminhar. Então, mas como o Executivo tem que ter maioria na bancada de vereador pra passar algumas coisas dele, e essa gestão, nesse último mandato, teve e muito, não vou entrar em detalhes disso porque aquilo que a gente não pode provar, não se deve falar, mas, onde há fumaça, há fogo. Teve muita coisa assim que dependeu de Câmara de Vereador, então, o vereador passando por cima da gente, mas, a gente deixa, sabe, quer dizer, aqui você fica o ano inteiro você não ver um vereador passar com o pé, você fica quatro anos sem ver um vereador andar no bairro, [trecho incompreensível] se o bairro está precisando de alguma coisa, não, nada disso! Quando chega o período de eleição sim, aí eles põem o pé no chão e tapinha nas costas, tudo. São seres

humanos como eu, tenho alguns amigos na Câmara de Vereadores, mas na verdade eu tenho é um grande desprezo pela Câmara de Vereadores.

PESQUISADORA: E nessas reuniões a Prefeitura fala qual é o valor que vai ser destinado ao orçamento participativo? Esses participantes eles são informados de quanto vai ser destinado?

ENTREVISTADO VI: É muito, isso é muito relativo, tem obras que são municipais, por exemplo, reforma de uma Escola, aquisição de algum bem durável para a escola, isso aí tem uma verba que é do Fundeb, governo federal, aí, se eu falar parece absurdo, né, mas eu tenho obras de 98 no orçamento participativo, que ela foi dividida em três etapas, fez a primeira e a segunda e não fez a terceira etapa, esse tipo de obra ela é mais complicada, porque é um desvio de construir, a parte maior é da União, se eu não me engano, em torno de 60, 70%, depois vem mais vinte, trinta do Estado, e depois entra aí no máximo uns 10% do Município. Então, é uma ingratidão muito grande que às vezes o Executivo faz de não mostrar, porque ah eu fiz e tal, porque na hora a associação nem aparece, embora ela que primeiro pega o microfone para poder fazer a abertura da solenidade de inauguração de uma obra, mas é tempo limitado pra você falar aquilo ali, mas é agradecimento, jogar confete no Executivo, mas a gente sabe que na CGL muitas obras estão lá para serem licitadas, projeto tá pronto pelo IPPU, já avaliado pela Secretaria de Planejamento, mas aquilo não vai à licitação porque a União não liberou a verba, ainda.

PESQUISADORA: Eu sei, mas vocês não têm uma noção anualmente de quanto está destinado? Eles não informam esse percentual?

ENTREVISTADO VI: Não, a gente não guarda esses dados precisamente, a gente às vezes olha muito no jornal.

PESQUISADORA: Mas eles informam?

ENTREVISTADO VI: Não, não informa porque eles têm o mecanismo deles de fazer remanejamento de verba, me parece que a parte que está em Brasília, tão aumentando o percentual de remanejamento, e isso aí deve se estender ao Município também. Agora, uma coisa a gente faz, anualmente, a gente tem deputado estadual, federal, a nossa área de atuação ela é municipal, mas, por exemplo, já vem desde 99 que todo ano eu faço ofício, levo, ponho no gabinete para os deputados da região sul-fluminense, não adianta você levar um ofício de pedido de manutenção de emenda parlamentar, com verba para Volta Redonda, isso o

Deputado lá em Minas vai ouvir e vai puxar a sardinha para a brasa dele. Então, a gente faz esses ofícios e leva num gabinete de um Deputado Estadual, Federal, porque a gente depende de verba deles, estou citando especificamente, a obra que envolve a União, aí a gente todo ano faz, no início do ano leva, e põe no gabinete deles, aí eles sabem que tem aquela emenda parlamentar, às vezes até um outro deputado federal ou estadual, que nem tem mandato outorgado mais, e não foi reeleito, mas ele pega aquela bandeira pra poder tocar, e respeita as Associações dos Moradores. Porque se não vem aquela verba, o Executivo com o próprio recurso dele...

PESQUISADORA: E o senhor falou que o orçamento participativo começou no mandato do Baltazar né, ele foi interrompido, como é que foi?

ENTREVISTADO VI: Não, não foi, a gente era trabalhador do Baltazar na época, que nem eu te falei, a gente viajou muito pra Angra, pra Santos, eram as duas cidades governada por governo PT que implantou o Orçamento Participativo a nível de Brasil, eu sou até meio suspeito de falar de PT, porque há muitos anos eu não sou mais PT, por causa das vergonhas que causaram na gente, né. Então, eram as duas Prefeituras que tinham, a gente viajava pra lá, pra saber como era elaborado. Aí a gente trouxe, de 92 a 94 ele foi implantado, mas a ação do orçamento participativo só foi de 94 em diante, foi quando começou a se fazer algumas obras, aí o Neto chegou e deslanchou com o orçamento participativo.

PESQUISADORA: Então, depois que iniciou em 94 não teve nenhuma interrupção?

ENTREVISTADO VI: Agora, nós últimos três anos.

PESQUISADORA: Não, interrupção que eu digo é das reuniões, o próximo governo antes do Neto ele continuou com o Orçamento Participativo?

ENTREVISTADO VI: Continuou, de 94 a 2003 ele funcionou regularmente, e foi um sucesso da administração de Volta Redonda veio do orçamento participativo, e isso aí serviu de modelo até para outras cidades que vinham consultar a gente, como fazer, como tratar, entendeu, a gente na região... Aliás, depois de Angra dos Reis nós somos a segunda cidade do Estado do Rio a trabalhar com o orçamento participativo.

PESQUISADORA: E quando terminou o mandato do Baltazar, continuou? O senhor recorda, antes do Neto?

ENTREVISTADO VI: O Baltazar foi eleito deputado estadual, federal, e o Neto foi eleito Prefeito, não é, mas o Neto [inaudível], ele é uma pessoa muito íntegra e

coerente com as respostas dele, o sim dele, vou fazer, ele faz! Se ele dizer não, também já sabe que naquele ano ele não vai fazer aquela obra.

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social representado? Alguma representatividade da sociedade civil?

ENTREVISTADO VI: Somente a... não, não tem, somente as associações de moradores. Agora, a gente tem acesso aí ao Ministério Público Federal, hoje ele está em Volta Redonda e ele é um bom suporte pra gente. A gente é porque é alijado de determinadas informações, mas quando a gente vê que uma obra foge às competências, não há interesse do Executivo, do Legislativo, em executar aquela obra, se você entrar no Ministério Público Federal ele atua, eu vou te citar um exemplo só.

PESQUISADORA: Tá.

ENTREVISTADO VI: Tem outros, mas eu vou te citar um. Você mora em Volta Redonda?

PESQUISADORA: Não, no Rio, mas eu já tenho contato.

ENTREVISTADO VI: Já está ambientada aqui. Bom, a Siderúrgica ela tem três entradas, passagem superior, Ponte Alta e Jardim Paraíba. Fluxo de pessoas para entrar e sair para trabalhar, para facilitar. O Retiro sempre foi um bairro relegado, deixado, assim, em terceiro plano, mas tem uma passarela que eles falam que é a ponte metalúrgica, a ponte do Retiro, só passa pedestre, ciclista e motociclista. Essa ponte, antigamente, nós gastávamos trinta a trinta e cinco minutos pra tomar um ônibus, sair por aí a fora, dar a voltar no Aterrado e chegar na passagem superior. Depois que inaugurou essa ponte aí, com uma bicicleta, o seu percurso reduziu pra 12 minutos, você estava dentro do seu departamento de trabalho, sem pagar passagem, você tinha mais tempo com a sua família, você chegava no serviço mais cedo, sem atraso, sem nada, sem perda de hora, a ponte funcionou por muito tempo atendendo o bairro Retiro, Açude, Vila Brasília, [inaudível] você vê o Retiro, a principal aqui, tudo bem, o poder aquisitivo das pessoas pode até ser melhor, mas você afugenta um pouco para as periferias, você ver que o padrão de vida das pessoas são diferente, menos favorecidos. Então, eles andando de bicicleta eles economizavam tempo, passagem e dinheiro né, porque passagem custa dinheiro. Aí a ponte deu uma, tinha que ter sido feito uma contenção de concreto à margem do rio, não foi feita e tráfego de veículo pesado batendo, os pilares da ponte, a base dela do lado de cá do rio correu um pouco, a ponte torceu um pouquinho. Aí a

primeira providência deles que foi conveniente para a CSN, ir lá e interditar a ponte, na interdição da ponte eles economizaram oito mão de obras, porque turno de trinta e seis horas você tinha que ter dois guardas trabalhando e dois folgando, oito mão-de-obra ali já se economizou, num processo de demissão, ficou livre de oito funcionários, mas nós ficamos, quer dizer, eu não trabalhava mais, mas os colegas sempre vinha reclamar, aquela coisa toda, aí foi oficiado CSN, a Prefeitura, ninguém tomou providência de nada, aí tem um movimento aí, o movimento da resistência, um pessoal da causa operária, porque sindicato também, o sindicato podia muito bem colocar aquilo lá como item de negociação de acordo salarial, a entrega da ponte, mas o sindicato hoje come na mão da CSN, não bate de frente com nada, não é como na nossa época, não é não. Aí, a gente reuniu o movimento, começamos a reunir [inaudível] e dali surgiu uma ideia da gente buscar uma aproximação com o Ministério Público Federal, aí fomos e buscamos, não lembro bem se foi o Dr. Júlio ou Dr. Marcelo, um camarada novinho, mas é um novinho que vale por muitos velhos experientes que tem por aí, ele encabeçou o processo, marcou uma audiência pública aqui no auditório do Colégio 23, e houve uma intimação da direção da CSN para que viesse na reunião, eu fui um dos cabeçal desse processo, porque tá dentro da área de abrangência da Amare, quando eu falo Amare, eu falo da Associação Moradores e Amigos do bairro Retiro, fui um dos cabeçal do problema, toquei pra frente e daí CSN se comprometeu a fazer num prazo de cento e vinte dias, passou trinta, passou sessenta e nada de fazer. Olha, vamos usar o meio que a gente conhece, vamos manifestar, aí televisão, rádio, passeata, cobrando deles o que tinha prometido, aí quando resolveram fazer o serviço dentro de uns vinte dias, a ponte estava liberada, eles mesmo inauguraram a ponte, entregaram, mas a gente é carta fora do baralho. Agora eu te digo a você, as Associações de Moradores já tiveram muito prestígio em Volta Redonda, hoje, eu penso assim, que se o Executivo pudesse acabar com todas as associações eles acabariam, porque muitos usam o cargo que ocupam numa associação pra pedir bolsa de estudo pra filho, pra pedir emprego, pra pedir isso e pra pedir aquilo, eu nunca pedi nada, nunca me chamaram pra nada e eu também nunca pedi nada!

PESQUISADORA: Mas Volta Redonda o senhor percebe que tem esse perfil associativo? Volta Redonda tem esse perfil de Associações? O senhor percebe, assim, historicamente se teve alguma influência na construção da cidade? Porque tinham muitos movimentos sociais aqui, não é?

ENTREVISTADO VI: Tem, tinha mais, mas hoje está num descrédito muito grande, porque sei lá o movimento social aqui ele era mais forte antes de começar a surgir esses escândalos lá em Brasília, porque não dizer que o pessoal era mais do PSOL, da causa operária e do PT, mas depois começou a surgir isso aí, parece que lá eles vai preso, são solto e põe a cara na televisão com a maior naturalidade, mas as pessoas quem era PT mesmo, PSOL, PSTU, de origem mesmo, de base, parece que ficaram com vergonha e recuaram um pouco, e nesse recuo é que o Executivo vem aproveitando a Câmara de Vereadores [inaudível]. Mas você sabe que a história ela se repete né, então, eu não ficaria nesse comodismo todo que ele está não, eu, inclusive, não tive oportunidade de conversar com o Samuca, embora eu fui voluntário da campanha dele, porque eu escolho um candidato, eu acho que aquele vai ser o melhor, eu vou trabalhar pra ele, celular, levo xerox da RG, CPF, comprovante de residência, documento do carro [inaudível], eu preciso do carro, e eu chego lá e falo: olha, o meu carro tá aqui como voluntário. Ah, nosso posto de combustível é cheio. Não, o combustível é meu, porque às vezes eu não posso fazer período integral, porque se a minha mulher precisar de mim eu tenho que parar [inaudível], não é aqui junto com vocês, então, talvez seja por isso que nunca ninguém me chamou pra nada assim [inaudível].

PESQUISADORA: E nesse período, porque o senhor está há muito tempo no orçamento participativo, não é? O senhor percebeu se teve alguma força política contrária ou favorável durante essa época?

ENTREVISTADO VI: Não, não, ninguém... Sabe, teve um ano aí, se eu não me engano foi em 2000, final de 2003, a Câmara dos Vereadores queria umas coisas lá com o Neto e o Neto é meio turrão, ele não cedeu, e eles reprovaram o orçamento participativo para tentar inviabilizar a gestão dele, mas na verdade a Câmara de Vereador, você vê, esses projetos de lei que criam ai, é mais subsídio que a gente passa, por exemplo, eu tenho coisas que foram atendidas e outras que não foi, por exemplo, eu pedi que criassem um projeto de lei proibindo vaso de planta aquática no Cemitério, porque quando iniciou essa epidemia de dengue, nós por ser um lugar alto, e o vento às vezes tá pra lá, tá pra cá, lá é que proliferava a dengue e o vento carregava o mosquito e levava pra leste, pra oeste, pra norte, sul, e houve uma epidemia muito grande de dengue em Volta Redonda no início, depois amenizou. Aí, então... algumas coisas, alguns projetos de leis são indicação de associação de moradores que não sabe bem o que fazer porque não tem contato com a

comunidade, é uma Câmara isolada da comunidade, porque se vem aqui um pede emprego, outro pede uma cesta básica, outros pede...

PESQUISADORA: Eu sei, mas o senhor acha que eles colocam resistência ou foi só nesse ano que eles tentaram vetar?

ENTREVISTADO VI: Foi unicamente nesse ano, foi desastroso para eles porque os formadores de opinião na periferia de Volta Redonda são os diretores de associação, que tem um contato mais direto, são mais informais, então, foi um ano desastroso.

PESQUISADORA: E o senhor não lembra quando é que foi? Faz tempo?

ENTREVISTADO VI: Foi em 2003 pra 2004.

PESQUISADORA: Ah, 2003 pra 2004.

ENTREVISTADO VI: A Câmara dos Vereadores foi renovada quase toda, os que estavam lá, a maioria dançou, por exemplo nós tínhamos uma [inaudível] de mais de 50% de associados, e naquele ano também nós tivemos uma renovação de quase 50% dos vereadores. Então, eles fingem que não entendem a resposta da rua, mas na verdade, se eles fossem mais experientes, se eles fossem mais, como se diz, raciocinassem, refletissem mais, eles mudariam a forma de trabalhar. Igual, por exemplo, um vereador aí que é mais chegado meu, era mais chegado meu, eu falei com ele, olha, você faz um projeto de lei para que os postes da área municipal, tem aquele tampão, se eu te mostrar ali em frente aquilo entra água, a larva do mosquito da dengue hoje já tá durando quarenta e tantos, quatrocentos e poucos dias pra ele, então, se digamos, se entrar um mosquito da dengue [inaudível], no sentido dele cair ali dentro e colocou a larva dele, choveu, a água caiu ali dentro, vai ter larva de dengue, não adianta [inaudível]. Ele disse, ah, não, não vou mexer com isso não, porque eu vou criar um projeto de lei pra mim fazer um hospital veterinário público... é meu irmão é criação de Deus e merece a nossa atenção, mas entre o ser humano e o animal qual seria a prioridade [inaudível]. Então, não fez. Ele perdeu a eleição, não foi por mim, porque na primeira eleição eu ajudei ele, não segunda eu não ajudei, agora eu te digo uma coisa, o Retiro define eleição.

PESQUISADORA: Por que é grande, não é, populoso?

ENTREVISTADO VI: Muito grande.

PESQUISADORA: E para concluir, o senhor tem mais alguma coisa para falar com relação ao orçamento participativo que eu não perguntei, alguma coisa que o senhor acha importante?

ENTREVISTADO VI: Oh, uma das pessoas, se você for no Planejamento e conseguir um tempo para falar com ele, é o Lincoln Botelho que é, pra ser sincero tem tanto tempo que eu não tenho contato com ele, eu tenho o telefone dele, mas entende de orçamento participativo, ele sabe tudo e um pouco mais.

PESQUISADORA: Não, eu tenho, eu já entrei em contato com ele ((entrevistado iria dar telefone)).

ENTREVISTADO VI: É, então, ele também foi da... ele ajudou muita gente no PT, entendeu.

PESQUISADORA: Ah, não precisa depois eu vejo isso tá, porque eu já tenho ((nesse momento o entrevistado pretender falar o número do celular do Lincoln)).

ENTREVISTADO VI: O telefone dele ainda está com oito dígitos ainda.

PESQUISADORA: Tá, mas não precisa, tá. Eu já tenho, já me deram na Secretaria.

ENTREVISTADO VI: Não, eu vou só atualizar aqui.

PESQUISADORA: E essa sua experiência no orçamento participativo, só para concluir, o senhor considera como repercutiu, então, nessa sua condição de cidadão, teve alguma diferença? Como foi essa sua experiência durante todos esses anos?

ENTREVISTADO VI: Foi assim, me enriqueceu de conhecimento, porque além disso aí a gente trabalhou e trabalha na orientação jurídica comunitária, porque a Justiça existe, mas sem advogado a lei não funciona. Antigamente, eu trabalhava com formando da [trecho incompreensível], porque a associação também é uma coisa que ninguém quer pegar não, ninguém quer, se tivesse remuneração, mas não tem, ninguém quer pegar. Você tem uma diretoria lá, você ter que manter ela, porque tem uma cota de diretores, eu não posso funcionar com menos de 50% da executiva, é manter aquele [inaudível] ali e você fazer o der para poder fazer. Agora, hoje a gente tem duas advogadas, a gente tem atendimento jurídico comunitário gratuito para a comunidade, e nós também não temos, assim, grandes reconhecimentos, porque a gente não tem dinheiro pra fazer mídia, divulgar o trabalho da gente. A gente, às vezes, eu costumo fazer um informativo por ano, pra você fazer um informativo mas te dá um trabalho danado, mas te dá um trabalho danado, aí você vai aqui, vai no comerciante, ah fulano, nós estamos fazendo um informativo da associação [inaudível], esse pedacinho aqui no tamanho de 3 por 5, 5 por 8, é 20, 30 reais. Ah, não, eu vou fazer, entrega um cartãozinho dele e tal, aí você manda fazer a arte gráfica da coisa, aí você manda imprimir o informativo. Depois pra você receber

daquela pessoa, depois que vê o jornal pronto, você dá na mão dele lá 5 ou 10 jornais pra ele distribuir, pra você receber você ganha uma infinidade de, “ah, hoje eu não tenho”, é um trabalho sabe, eu vou te falar, você tem que ter paciência de Jó, isso é mais coisa assim, a pessoa é explorada, vou pegar um negócio pra você ver [o entrevistado mostra um informativo].

PESQUISADORA: Então, tá, eu lhe agradeço, só um momento.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 25.11.16, ÀS 15:30 (DURAÇÃO 13 MINUTOS E 41 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO VII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Então, boa tarde, o senhor sabe como é essa metodologia que eles fazem pra captar a vontade da população?

ENTREVISTADO VII: Boa tarde. Eles convidam a gente pra uma reunião e lá cada presidente se coloca, na realidade de seu próprio bairro, aí você pede, tá, o que vai ser colocado.

PESQUISADORA: Sim, e que é que fixa essa data de reunião dessas discussões?

ENTREVISTADO VII: A Secretaria de Administração.

PESQUISADORA: De administração?

ENTREVISTADO VII: Hum, tem até um documento.

PESQUISADORA: Ah, sim ((o entrevistado apresenta modelo de formulário para requerimento de obras)).

ENTREVISTADO VII: Está vendo, pode até levar para você.

PESQUISADORA: Ah, tá, é um modelo, não é?

ENTREVISTADO VII: É um modelo.

PESQUISADORA: Mas e aí vocês fazem antes a reunião no bairro pra decidir qual é a obra?

ENTREVISTADO VII: Faz, você já vai do bairro com o pedido, lógico nem tudo que você pede é feito, entendeu. Vamos supor, uma das coisas que a gente pediu e não ganhamos foi uma creche, não saiu até hoje, e um centro odontológico, porque eles falavam que o centro odontológico por tá próximo a gente, a gente não ia receber não, mas tem coisas que a gente recebe, reforma das quadras, é aquilo que a gente precisa de imediato, precisa ampliar uma escola, eu preciso reformar minhas quadras poliesportivas, e aí, vamos supor, eu preciso ampliar, eu vou tá precisando ampliar o Cras, aí com entrou toda essa crise, deu uma parada em tudo.

PESQUISADORA: E como foi que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO VII: Eles que passaram pra gente, a Secretaria que fez toda essa parte.

PESQUISADORA: Não, mas como é que o senhor descobriu que estava existindo, há quanto tempo?

ENTREVISTADO VII: Ah, eles mandam pra gente.

PESQUISADORA: Ah, eles que enviam?

ENTREVISTADO VII: Eles mandam, encaminham ofício.

PESQUISADORA: Eles convidam, como é que eles convidam?

ENTREVISTADO VII: Convidam, por telefone, às vezes por ofício, mais por telefone, convidam, oh, reunião do orçamento participativo dia x, lá no auditório da Prefeitura, sempre no auditório da Prefeitura, tem um salão, aí convidam os Presidentes daquele setor, tá, é por setor.

PESQUISADORA: E o que é que motivou seu interesse em participar?

ENTREVISTADO VII: A melhoria do bairro né, não tem como, você precisa pra dar resposta à população que te elegeu.

PESQUISADORA: E antes dessa sua participação, o senhor já tinha alguma experiência em associação, em algum movimento social?

ENTREVISTADO VII: Já.

PESQUISADORA: Já?

ENTREVISTADO VII: Antes do orçamento participativo eu já tinha sido Presidente dessa mesma associação de moradores, há quinze, dezoito anos atrás eu fui presidente, não tinha orçamento participativo. Eu gosto de trabalhos sociais, hoje eu

faço também indicado pela.., porque aqui em Volta Redonda a gente tem uma Federação, talvez a Federação te deu isso, não?

PESQUISADORA: Foi o Tim, na Secretaria.

ENTREVISTADO VII: Ah, o Tim, meu parceiro, tá, porque aqui tem uma Federação também, a FAM.

PESQUISADORA: Que é a Fátima, não é?

ENTREVISTADO VII: Que é a Fátima, aí me escolheram, também pra participar de outro movimento social que é o Direitos Humanos, então, eu represento a FAM nos Direitos Humanos de Volta Redonda.

PESQUISADORA: Eu sei. E essa sua participação nesses debates, nessas reuniões, o senhor acha que repercutiu de alguma forma, na sua condição de cidadão, se teve alguma melhora, o que é que o senhor avalia?

ENTREVISTADO VII: Não.

PESQUISADORA: Não? O senhor acha o quê?

ENTREVISTADO VII: Acho que não, tem movimento que você é se engancha mais nas políticas, como Direitos Humanos, você abre mais o leque né, eu faço parte hoje do movimento do Rio na baixada, eu trabalho na baixada, eu faço parte, sou presidente do Conselho Escolar, eu acho que você tem mais, eles te dão mais, vamos supor, fiz um curso de extensão pela Rural, eles deram isso, eles dão curso, então, vamos supor, de quatro em quatro mês vem palestrante, vem pra falar sobre cidadania, entendeu, eu acho que que você aprende mais, mas nessa aí é muito... você leva, você discute, às vezes nem discute, entrega o orçamento participativo, e a Prefeitura vai estudar [inaudível] o que vai ser feito, o que não é feito é jogado num cadastro. Tudo que você pediu, tudo que você pede para o bairro vai pra um cadastro, os que a Prefeitura tem condições de fazer e os também que não tem, a esse vai pra um cadastro e fica na espera, se tiver questão financeira eles mandam te avisar que vai fazer, se não tiver vai ficando.

PESQUISADORA: E quais são as etapas para chegar até o final para implementar, depois que tem essas reuniões?

ENTREVISTADO VII: Depois eles comunicam.

PESQUISADORA: Eles comunicam?

ENTREVISTADO VII: Comunicam, sai o teu pedido referente ao número tal, tal, tal, tal, que estão na OP e na (inaudível) e começa a obra.

PESQUISADORA: E o senhor sabe como é que são selecionadas, sempre são selecionadas todas ou eles mudam?

ENTREVISTADO VII: Não, não, são selecionadas. Eu acho que a própria Prefeitura discute e vê a possibilidade de atender naquele momento o que o bairro precisa, vamos supor, a gente pediu uma creche, não deram a creche, vamos supor que somos um dos poucos bairros de Volta Redonda que não tem creche, o nosso. Alegaram que não tinham terreno disponível para fazer uma creche, precisavam de um terreno de mil metros quadrados, eles não tinham. É... nós pedimos centro de odontologia, aí eles alegaram que Centro de Odontologia tinha um próximo, então, esse ficou, a gente pediu, na época, a reforma do Cras, saiu, as reformas das quadras, saiu. Então, tem coisa que sai e coisa que não sai.

PESQUISADORA: E a Prefeitura informa qual é o valor do orçamento participativo que vai ser destinado a obras de cada ano?

ENTREVISTADO VII: Tudo.

PESQUISADORA: Vocês têm uma noção?

ENTREVISTADO VII: Tem. O que vai sair para o meu bairro, tem pra todo bairro é só você ir lá pedir que eles te dão toda a questão financeira.

PESQUISADORA: E o senhor sabe, por exemplo, no ano de 2014 sabe quanto está destinado para gastar?

ENTREVISTADO VII: Não.

PESQUISADORA: Isso não?

ENTREVISTADO VII: Não, não tem. Sabe assim, quando a obra vem.

PESQUISADORA: O valor da obra, mas não sabe quanto que eles reservam para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO VII: Não, não. Não tem, pelo menos não me lembro de terem falado isso pra gente não, tá.

PESQUISADORA: E o senhor recorda como é que começou o orçamento participativo?

ENTREVISTADO VII: Não.

PESQUISADORA: O senhor está há quantos anos?

ENTREVISTADO VII: É... mas foi antes de mim.

PESQUISADORA: Ah, foi antes do senhor?

ENTREVISTADO VII: Foi, tá. Eu não sei há quanto tempo o Tim tá lá, o Tim tá lá uns doze anos já.

PESQUISADORA: E o senhor está há quanto tempo nessa associação?

ENTREVISTADO VII: Seis.

PESQUISADORA: Seis?

ENTREVISTADO VII: Sim.

PESQUISADORA: E o senhor não se recorda se durante esse tempo parou, interrompeu?

ENTREVISTADO VII: Não interrompeu hora nenhuma, inclusive, esse ano quando me chamaram eu até nem fui, porque por trabalhar no rio, o problema da associação de moradores, todo mundo trabalha, a grande maioria trabalha, pelo menos do meu grupo, quase 100% trabalha, então, de dia eu não poder ir, então, nesse dia não pude, nem consegui mandar ninguém nesse ano, aí você fica fora.

PESQUISADORA: E tem algum segmento social representado nessas reuniões?

ENTREVISTADO VII: Não. Não tem, só os Presidentes de Associações.

PESQUISADORA: Só os Presidentes e o pessoal da Prefeitura?

ENTREVISTADO VII: Ou alguém que o Presidente (inaudível), chama o Presidente, mas poder ir o vice, pode secretário, qualquer membro que representa aquela entidade, aquela associação de moradores, no dia, e você chega lá e assina.

PESQUISADORA: E o senhor entende que tem alguma força favorável ou contrária a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO VII: Minha amiga, é falar assim é muito complicado, porque a gente teve durante vinte anos um governo, foi doze anos, aí depois ele lançou um candidato também dele, ficou mais quatro, voltou e teve mais dois mandatos. Agora, é outro, porque ele não pode concorrer, e o candidato dele também não foi eleito, houve um desgaste, mas foi um baita de um Prefeito, a gente não pode reclamar muito dele não, tá. A gente hoje tem uma cidade, você mora aqui em Volta Redonda?

PESQUISADORA: Não, no rio.

ENTREVISTADO VII: A gente tem uma cidade que é de bater palma, tanto em saúde, como em educação, como em segurança, em infraestrutura. Se hoje as valetas abertas aqui são quase zero, questão de encosta é quase zero. O meu bairro que é um bairro aqui grande, é os pedidos que eu tenho hoje, fora a questão da creche, já que o centro odontológico está fora do propósito, é muito pouco assim, poda de árvore, é reforma de quadra de skate, quadra poliesportiva, tapa buraco, você não tem, assim..

PESQUISADORA: Obra grande?

ENTREVISTADO VII: A única obra grande que a gente tem hoje na Vila Mury é uma obra complexa, é uma obra de abaixo da terra que é trocar esse encanamento todo, como isso não dá voto é muito complicado de se fazer, né.

PESQUISADORA: Por que não aparece, não é? E o senhor sabe se quando eles escolhem a obra, na lei orçamentária a Câmara aceita e aprova ou eles se opõem?

ENTREVISTADO VII: Eu acho que não, não se opõe não porque a Câmara também é muita ligada nos movimentos das associações de moradores, então não se opõe, pelo menos eu nunca ouvi alguém falar assim, ah, sou contra, tá.

PESQUISADORA: E pra finalizar, o senhor tem alguma coisa pra falar que eu não perguntei com relação ao orçamento participativo, alguma coisa que o senhor acha que é importante que eu possa não ter perguntado?

ENTREVISTADO VII: (inaudível) é essa expectativa que você falou é indicado pela Prefeitura, eles comunicam pra gente, tem as reuniões, o Tim, mais aquele grupo deles lá, não estou lembrando o nome da rapaziada lá, é um grupo grande, e aí no momento em que a gente encaminha, depois a gente tem um retorno do que vai ser feito e o que não vai ser feito, o que não vai ser feito te falei que joga num banco de espera e a outra vai pra ser concluída. Não, mais ou menos o orçamento participativo é discutido, porque há uma discussão, mas uma discussão muito leve, porque não é todos, por ser... nem todo muito vai, também tem isso, é por grupo também.

PESQUISADORA: Nesse seu bairro a população quando vai discutir qual é a obra tem participação, vai bastante gente?

ENTREVISTADO VII: Não.

PESQUISADORA: Não? Qual é a média mais ou menos.

ENTREVISTADO VII: Ah, aí não, vai bastante, você está falando dos grupos?

PESQUISADORA: Pra escolher qual é a obra quando vai.

ENTREVISTADO VII: Ah, não, aí no bairro a gente faz a reunião e da reunião tira, na reunião é uma média de dez, somos quatorze, porque associação de moradores tem vinte e um, no final só tem dois, às vezes só o Presidente. Ela é muito, o que eu falo da Associação de Moradores é muito delicada, porque você tem que agradar todo mundo, e às vezes você está com um grupo, às vezes precisa de um médico, não consegue, aí sai da associação achando que o presidente é culpado, você entendeu? Precisa de uma vaga na escola, às vezes não consegue, às vezes um

discute com o outro e não volta mais, porque é de graça, é voluntário né, na associação de moradores são voluntários, então você, vamos supor, agora ano que vem vai ter eleição aqui, entendeu. Então, a gente está muito é...

PESQUISADORA: E como é que vocês chamam essas pessoas pra participar da associação?

ENTREVISTADO VII: Por convite, por envolvimento, às vezes a pessoa... hoje a gente tem whatsapp né, a gente tem uma página no facebook e às vezes, ah, vamos supor, agora eu tô fazendo chapa pra disputar o ano que vem, você vai ver quem tá engajado, quem não tá, quem leva jeito, porque tem pessoa que não leva, não gosta, são meio na deles né, outros já não tem tempo, essa questão de tempo também ela é complexa pra caramba, porque, vamos supor, teve reunião quarta-feira, teve um café pra falar sobre a saúde do homem, né, na questão do câncer de próstata, pra gente mandar uma pessoa às nove horas da manhã foi a coisa mais difícil, "ah, eu tô trabalhando, ah, eu tô trabalhando", como que você vai obrigar a pessoa, você não vai. Então, tem muita essa dificuldade de buscar gente e a maioria das reuniões nunca é à noite, é sempre de dia, porque a Prefeitura só trabalha na parte do dia, todas as palestras, todos os simpósios, o que tiver de curso, de tudo, seminário, é tudo de dia.

PESQUISADORA: Então, tá bom. Obrigada, tá.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 17:30, (DURAÇÃO 26 MINUTOS E 34 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO VIII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bem, boa tarde, eu vou te fazer algumas perguntas, primeiro, há quanto tempo tu estás na Associação?

ENTREVISTADO VIII: Aqui no Aterrado tem dois anos, mas eu já participei de outra Associação de Moradores lá no Roma durante sete anos e meio, quase oito anos, lá no Roma II, também em Volta Redonda.

PESQUISADORA: E tu sabes como é que foi feita essa metodologia? Como é que eles chamam a população para captar essa vontade?

ENTREVISTADO VIII: Eles têm, primeiro tem o anúncio né, no rádio, e também no jornal, e também é colado panfleto em algumas localidades onde o pessoal passa mais, pra tá convocando, pra quem quiser participar, né, do pleito eleitoral, tá participando. Mas antes, como todo mundo sabe que de dois em dois anos, de três em três anos tem a eleição, o pessoal já vai formando já a sua diretoria, às vezes ela se funde, o pessoal acaba concordando e acaba sendo uma associação de moradores só, sem outra chapa concorrente, ou então tem várias chapas e concorre e ganha aquele que tiver mais votos mesmo.

PESQUISADORA: Ah, tá. E no orçamento participativo como é que eles, a vontade da população como é que eles conseguem captar? Tem alguma metodologia, reuniões?

ENTREVISTADO VIII: Aqui em Volta Redonda o Orçamento Participativo ele é feito da seguinte maneira, é separado por setores e o Planejamento e a Secretaria também de Planejamento chamam os setores para estar discutindo as propostas feitas durante o início do ano. Eles mandam, chamam a gente lá, né, com as propostas anteriores em maio, aí depois é discutido em junho e julho, é discutido o que vai fazer, o que não vai, o que vai ficar para o banco de dados, e tem coisas que o Prefeito fala que tem que fazer, é o que vou te dizer, aquilo que o dinheiro faz, como é que é?

PESQUISADORA: Investimento?

ENTREVISTADO VIII: Não, projetos.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO VIII: Tem obras que dependem de projeto, não só dele chegar e falar que vai fazer e tem obras que ele fala, não, nós podemos fazer, é muito mais rápida, e tem obras que são tão caras que é preciso mesmo que...

PESQUISADORA: Licitar?

ENTREVISTADO VIII: É, de licitação e também de ajuda do governo tanto estadual quanto federal também, igual muro de contenção, obras maiores mesmo.

PESQUISADORA: E quem é que fixa a data desses calendários, dessa discussão?

ENTREVISTADO VIII: É o Secretário do Orçamento Participativo, ele vai lá, ele vê, né, a demanda de obras também, e quais os setores que ele vai chamar, eles vão chamar e colocam as datas, entendeu.

PESQUISADORA: E como é que tu descobriste o orçamento participativo, que estava tendo? Como foi que tu tomaste conhecimento?

ENTREVISTADO VIII: Porque as Associações de Moradores geralmente elas são filiadas ao Conan ou à Fam, é um órgão que reúne as Associações de Moradores do Município, pra tá representando elas. Hoje em dia, o Conam ele nem tá ativo, porque era o meu marido que faleceu que era Presidente do Conan, e da Fam era a Fátima Martins, mas nem sei se é ela também que continua na frente da Fam também.

PESQUISADORA: Da Federação, não é?

ENTREVISTADO VIII: É, da Federação. E eles é que avisam pra gente, através de telefonema, e-mail, entendeu?

PESQUISADORA: E o que é que foi que motivou o teu interesse em participar desse orçamento participativo? Tu já tinhas alguma experiência anterior em associação, sindicato, alguma coisa assim?

ENTREVISTADO VIII: Não, eu era do movimento estudantil quando eu era criança, criança adolescente né, eu sempre, assim, quis mesmo tá ajudando a comunidade em que eu vivia, a comunidade escolar, sempre fui envolvida, e de repente eu mudei pro Roma. Cheguei lá no Roma, eu fiquei indignada porque o bairro não era asfaltado, algumas ruas até hoje não têm a iluminação, ônibus também, até hoje é sua uma linha de ônibus. Então, eu achei que eu poderia mudar o local, pelo menos o local ali onde eu vivia, que era o Loteamento São Francisco, eu achava que era assim, ah, o presidente de associação de moradores aqui não faz nada, então, vou lá, então, resolver, porque eu achei que eu poderia resolver, que era só chegar e pedir. Quando eu vi que não era assim, eu fiquei super frustrada, porque o presidente de associação de moradores já tinha várias demandas, de vários anos, que até hoje, tanto as dele, quanto as minhas, não foram resolvidas ainda. Aí, eu falei não, como ele não está aqui, como ele não está ativo, então, vai ter uma eleição aí e eu vou concorrer, foi quando eu concorri e ganhei, entendeu.

PESQUISADORA: Eu sei. E essa tua participação nesses debates no orçamento participativo, tu analisas de que forma essa repercussão, como cidadã, teve uma melhora, o que é que tu acredita?

ENTREVISTADO VIII: Teve alguma melhora, porque quando a gente vai lá e insiste, tem tempo, né, de ficar persistindo, a gente acaba incomodando, então, eles fazem alguma coisa, mas tem coisas que eu vejo que é muito partidário, o cara ele faz, não vamos dizer cara, a pessoa atual, né, o governo atual, ele faz se você tiver mais tendência a estar apoiando, se você não tiver ele vai te deixando para depois, você entendeu?

PESQUISADORA: Mas eu digo enquanto cidadã, tu percebes que melhorou como cidadã essa tua participação política?

ENTREVISTADO VIII: Ah, melhorou.

PESQUISADORA: Teve mais engajamento, o que é que tu percebes, assim, como pessoa?

ENTREVISTADO VIII: Como pessoa eu, particularmente, melhorei bastante, porque teve, eu também fui da área de posse do Conan, teve uma época que o assistente social ligou pra mim e falou assim “a gente tem quarenta e sete vagas pra reformar casa, tem cinquenta barracos pra gente transformar em casa, vê o que você consegue aí”, ele falou pra mim às duas horas da tarde, eu arrumei um carro lá e percorri o bairro até quatro horas, trouxe aqui quinze para as cinco, mais ou menos, toda essa listagem e entreguei aqui no Furban. Quando cheguei aqui, a engenheira falou que não, que era até às quatro horas, que ela não queria mais aquela listagem que tava atrasada, era até pra ter entregado no dia anterior, o prazo era até aquele dia às quatro, eu fiquei péssima, fiquei arrasada, cheguei aqui, eu tinha mexido, né, com a comunidade inteira, com o brio de todo mundo, como é que eu ia voltar pra casa e falar que não ia fazer mais? Aí, guardei aquela lista lá, engoli seco, fiquei super chateada, não contei pra ninguém sobre isso, passou uma semana me chamaram, “cadê a listagem? Não conseguimos completar”, porque eles tinham feito por cima, né, numa sondagem deles, “como é que a gente vai conseguir completar aqui as reformas aí no Roma? Você tem alguma coisa?” Ah, tenho, prontamente levei, e aí eu vi que se a gente fizer o mínimo que seja, até uma placa que a gente vê na comunidade ou no bairro mesmo, isso já traz uma satisfação e a gente vê que pode mudar muita coisa a partir dali.

PESQUISADORA: E como eles convocam a sociedade civil para participar dessas reuniões? Como é que eles chamam vocês, os líderes?

ENTREVISTADO VIII: Então, é telefonema mesmo, no rádio também sempre tem, eles chamam até pra reuniões na Câmara Municipal, né, e qualquer atividade, mesmo que não seja dentro do orçamento participativo a Secretaria de Planejamento liga e fala, olha vem aqui, que tem alguma coisa pra você resolver, estão sempre antenados com a gente pra tá resolvendo isso daí. Nem sempre acontece do jeito que a gente pensa, às vezes, é só um recado pra falar que é pra esperar daqui a seis meses, que vai conversar com alguém daqui a quatro dias, mas vai andando, né, nunca sai do jeito que a gente quer.

PESQUISADORA: E depois dessas reuniões, quais são as etapas para chegar até o final, tem mais alguma etapa depois dessa reunião que ocorre, que eles chamam vocês?

ENTREVISTADO VIII: Então, aí eles falam assim que vai ter visitação ou então marca lá um x que está aprovado, que vai fazer, e a gente fica na espera, às vezes isso acontece dentro do tempo esperado, às vezes demora três, quatro anos, ou tem coisas que não acontece.

PESQUISADORA: E tu sabes como é que eles selecionam essas obras que vão ser incluídas no orçamento, como é que eles escolhem?

ENTREVISTADO VIII: Tem ali a Câmara, né, aí tem obras que é dos Vereadores ali, tem vários pedidos, e também são coisas que é do interesse de todos, às vezes tem umas que são muito necessárias aí eles vão aprovando através disso aí.

PESQUISADORA: Mas normalmente o que vocês pedem, decidem pelo orçamento participativo, eles cumprem ou eles mudam as obras?

ENTREVISTADO VIII: Não, as secretarias elas vão lá, elas olham, fazem um orçamento de quanto que vai ser e ver se é viável fazer ou não, com o dinheiro que tem em caixa ou se tem outra obra mais prioritária e vai dando o andamento.

PESQUISADORA: Ah, sim, eles avaliam para saber se vão fazer ou não?

ENTREVISTADO VIII: É, eles avaliam se tem dinheiro ou não, se dá pra fazer naquele local, igual bueiro, se eu pedi um mata-burro aqui, porque fica uma água parada aqui na frente direto, chove, a água fica aqui quinze dias, eles vão alegar pra mim que aqui não pode ter mata-burro porque é uma via expressa, mas aí eu peço então, tá, então coloque um bueiro mais próximo, ah, então, a gente vai ver se tem condições de colocar um bueiro, se eles acharem que tem condições, aí eles comunicam com a Secretaria de Obras, a Secretaria de Obras vem e coloca ou não, né, o bueiro.

PESQUISADORA: E, olha, a Prefeitura ela informa nessas reuniões pra vocês o valor que vai ser destinado pra obras do Orçamento Participativo? Por exemplo, no ano x o valor que tá destinado é tal? Vocês têm uma noção de quanto pode ser gasto?

ENTREVISTADO VIII: É, tem uma reunião que eu esqueço como que é o nome, tem uma reunião que ele fala assim, gastamos tanto, gastamos tanto, mas, assim, é só quando faz a obra.

PESQUISADORA: É no início do ano ou no final?

ENTREVISTADO VIII: É no meio do ano mesmo.

PESQUISADORA: Ah, no meio? Hum.

ENTREVISTADO VIII: Eu tenho até a documentação ali depois.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO VIII: Aí eles falam que gastaram tanto com a obra tal, ou então, assim que eles vão fazer a obra já colocam lá quanto que gastou naquela obra.

PESQUISADORA: Ah, eles falam depois, mas antes de fazer vocês não têm uma noção de quanto, até para pedir a quantidade de obras?

ENTREVISTADO VIII: Não, a gente não tem, não tem essa noção, não, é tudo com a Secretaria mesmo, de Planejamento ou com a Secretaria de Obras.

PESQUISADORA: E tu acreditas que essas obras que são selecionadas elas são implementadas depois que eles decidem fazer, que eles fazem essa avaliação, eles realmente implementam ou fica para depois? Quando são selecionadas que eles acham que realmente é viável?

ENTREVISTADO VIII: Então, igual tem lá no Roma, um posto de saúde que estava aprovado já uns três anos, ok, vamos fazer, tá aprovado, demorou mais uns quatro anos pra fazer o posto. Hoje, ele está lá, tá em funcionamento, né, então a gente fica no aguardo, porque a gente não sabe se de fato é falta de verba ou então se é o projeto que não ficou pronto ou não foi aprovado, né, ou se tem outra demanda mais urgente, entendeu? A gente fica numa insegurança, numa incerteza, né, se sai ou não sai.

PESQUISADORA: E há quantos anos que tu estás no orçamento participativo, nessas reuniões que tu tens ido?

ENTREVISTADO VIII: Ah, já tem uns dez anos.

PESQUISADORA: É, e tu lembra quando começou aqui em Volta Redonda, mais ou menos a época.

ENTREVISTADO VIII: Não.

PESQUISADORA: Tu não lembra?

ENTREVISTADO VIII: Mas já tem, assim, uns trinta anos, é desde a época do Baltazar, quando o Baltazar foi Prefeito.

PESQUISADORA: E tu sabes se foi interrompido ou não, depois que começou teve todos os anos?

ENTREVISTADO VIII: Teve todos os anos, mas antigamente o orçamento participativo tinha, de fato, a participação das associações dos moradores, o povo,

de fato, tinha mais poder, hoje eu vejo mais uma jogada política, a obra vai sair mais rápido ali, porque o fulano de tal, entendeu. Eu posso estar errada, mas é o que eu vejo, entendeu, se aquela associação de moradores tiver uma afinidade maior com a prefeitura, as coisas fluem muito mais rápido, entendeu?

PESQUISADORA: Entendi. E nessas reuniões tem algum segmento social representado, alguma representatividade da sociedade ou são só realmente o pessoal da Prefeitura e vocês?

ENTREVISTADO VIII: É só a Prefeitura e as associações de moradores, mas só que tem outros conselhos na cidade, né, que às vezes participam, Conselho da Saúde. Lá no Roma, quando eu morava lá, porque lá eu tinha uma atividade maior do que tenho aqui, porque aqui o trabalho tem pouco fluxo aqui, eu participava do Cras, que é o Centro de Referência Social de lá, do Posto de Saúde, e tinha as reuniões com as Igrejas, Igreja Católica, Igreja Evangélica, lá todos os segmentos eles eram muito mais envolvidos, saúde, né. Agora, aqui tô por fora mesmo, né, aqui não estou muito envolvida não, mas dentro dos municípios, tem sim, têm os conselhos representativos sim, entendeu?

PESQUISADORA: E o que é que tu acreditas, tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo? Tu achas que a Câmara, por exemplo, ela sempre aprova o orçamento ou ela veda alguma obra? Porque a lei orçamentária é feita, não é, com base nesse planejamento, tu achas que tem algum obstáculo?

ENTREVISTADO VIII: Não, eu não penso que tem obstáculo, não, todas as prioridades elas são atendidas, mas é o que eu estou te falando, é aquela associação ali ela tem mais influência com a Prefeitura, então as coisas dela vão sair mais rápido, mas as outras também são atendidas, mas tudo no tempo, porque tem a pressão popular, né, o pessoal chama o Zé do bairro, chama a televisão, e acaba saindo por causa disso. Demora, mas sai, entendeu?

PESQUISADORA: Sim. E tem mais alguma coisa que tu queiras falar que eu não perguntei, com relação ao orçamento participativo, alguma coisa que tu achas importante dessas reuniões, dessa tua participação?

ENTREVISTADO VIII: Eu penso que hoje, as comunidades elas perderam muita força, entendeu? Que até coisas que as associações de moradores faziam, aí agora já tem mais um órgão dentro da Prefeitura, que eles colocaram pessoas para representar setores, aí elas vão na associação de moradores, pegam a demanda,

isso é coisa da Prefeitura, vai na associação, pega a demanda e leva pro Prefeito. Então, a associação de moradores vai fazer o que?

PESQUISADORA: Mas isso é uma secretária?

ENTREVISTADO VIII: É uma secretária.

PESQUISADORA: Qual é?

ENTREVISTADO VIII: Como é que eu te falar, é um representante de setor, o representante de setor da Prefeitura vai lá, conversa com a associação de moradores ou então com o pessoal do bairro mesmo, vê quais são as demandas e leva para a Prefeitura para o Prefeito resolver, entendeu, e às vezes, muitas das vezes nós recorremos a quem, aos vereadores, “ah, eu conheço o vereador tal, já que a minha a demanda lá tá custando, eu vou lá conversar com ele”, aí ele vai e coloca a demanda em pauta, né, e todo mundo faz isso, aqui em Volta Redonda todo mundo faz isso, tá demorando, vamos procurar o vereador tal que de repente sai mais rápido. Infelizmente, acaba saindo, né, então vai perdendo...

PESQUISADORA: Mas no início, quando tu começaste era diferente?

ENTREVISTADO VIII: Eu não conhecia outro caminho, eu só conhecia o caminho do orçamento participativo, eu só ia por ali.

PESQUISADORA: Então, mas no início teve alguma... melhorou ou piorou? O que tu consideras durante esse tempo?

ENTREVISTADO VIII: Melhorou, quanto mais informação a gente tem, a gente vai apertando mais, pedimos no orçamento participativo, a gente vai e pede para um vereador, e pede para aquele vereador pedir pro Prefeito, aí parece que vai mais rápido.

PESQUISADORA: Mas aqui no bairro vocês já conseguiram uma obra só pelo orçamento, sem ter necessidade de...?

ENTREVISTADO VIII: Já, não, só pelo orçamento, mas a Presidente daqui...

PESQUISADORA: Por esses debates que eu digo do orçamento participativo.

ENTREVISTADO VIII: A Presidente daqui antes era a Kika Monteiro, então ela tem uma força política muito grande, ela não pode concorrer agora de novo porque ela estava há muito tempo na associação. Então, eu esqueci o nome da rua, tem uma rua ali que ela conseguiu manilhar, porque toda vez que chovia voltava a água, Dionéia Faria, a rua. A Dionéia Faria ficava lotada de água, não sei se você conhece o restaurante Sabor?

PESQUISADORA: Não, até agora não.

ENTREVISTADO VIII: A rua ficava lotada de água, aí ela conseguiu que fizesse um novo manilhamento, com uma manilha maior, essa obra custo mais de um milhão de reais, e agora não tem, não enche mais de água.

PESQUISADORA: E demorou para fazer ou foi rápido? Tu não lembra?

ENTREVISTADO VIII: Demorou uns três anos.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO VIII: É, uns três anos para fazer.

PESQUISADORA: Mas foi obra do orçamento participativo que a comunidade queria?

ENTREVISTADO VIII: Obra do orçamento participativo, isso, porque já estava trazendo bastante transtorno já. Enchia as casas da Rua Dionéia Faria de água, aí foi obra pedida pela Kika e já foi feita já quando eu já estava na associação, mas foi pedido pela associação anterior, entendeu? E poda de árvore, limpeza de bueiro, limpeza de rua.

PESQUISADORA: E isso que fica do ano anterior, eles falam para vocês que tá pendente? Consta o resultado?

ENTREVISTADO VIII: Uma associação passa para o outro, né, a documentação e tudo do orçamento participativo, o que é que tem e o que não tem, e a gente continua, continua cobrando. Igual teve o orçamento participativo do ano passado, veio para mim o que, revitalização daquela principal ali. Um monte de gente, lotado de pedido sérios, posto de saúde rachado, etc, aí veio para mim revitalização da principal, eu nem falei isso, aí o Prefeito perguntou, “oh, Márcia, e você não vai falar sobre a sua demanda?” Oh, Prefeito, o senhor vai fazer ou não vai? “Ah, tá, eu vou fazer a sua revitalização”. Ficou por isso, porque eu tive vergonha, mediante a tantos problemas em tantas comunidades, de falar para embelezar a principal.

PESQUISADORA: Ah, entendi, porque tem coisas mais graves, não é?

ENTREVISTADO VIII: Muito mais grave, é lógico que se precisar fazer um recapeamento no asfalto a gente vai pedir, a gente vai tá lutando por isso também, mas pra recapear.

PESQUISADORA: Mas vocês buscam coisas mais urgentes?

ENTREVISTADO VIII: Busca. O que saiu, porque tem a listagem, o que saiu da nossa listagem do ano passado foi isso, mas tinha coisas anteriores que eles não colocaram para ser discutido lá. Só que quando me ligaram e eu estava no serviço, (inaudível), você vem aqui porque a gente já tirou sua folha.

PESQUISADORA: Mas e aí, o que ficou pendente?

ENTREVISTADO VIII: Não, porque fica arquivado.

PESQUISADORA: Vai acontecer o quê? Eles não colocaram?

ENTREVISTADO VIII: Naquele dia, eu nem discuti mais sobre isso, porque não tinha, eles não colocaram para mim, entendeu? Aí eu tinha que ter dito lá, mas Prefeito, isso aqui, eu não falei, aí agora quando tiver o próximo orçamento eu vou puxar no banco de dados, eu vou lá no clube foto.

PESQUISADORA: Mas fica no banco de dados, não é, tudo que vocês pediram?

ENTREVISTADO VIII: Fica no banco de dados deles e no nosso também. Porque quando eu preciso de alguma documentação eu vou lá no clube foto (inaudível), lá na Vila, porque as coisas da associação ficam lá, aqui não tem computador, não tem nada, às vezes preciso fazer alguma coisa eu vou lá, né, e aí numa próxima discussão a gente vai tá falando de outras demandas, entendeu?

PESQUISADORA: E a população ela tem demonstrado interesse, quando tu chamas?

ENTREVISTADO VIII: Não.

PESQUISADORA: Não?

ENTREVISTADO VIII: Igual essa eleição, saiu no rádio, saiu no jornal, eu coloquei na padaria, coloquei no posto de saúde, coloquei anúncio tudo por aí, poucas pessoas apareceram.

PESQUISADORA: Mas tu acreditas que é por quê? Por causa do bairro? Em outros locais, também, tu achas que é assim? Tu tens conhecimento?

ENTREVISTADO VIII: Olha, não era uma data, assim, próxima para negociar alguma coisa politicamente, então, ninguém teve interesse, aí agora já chegou no finalzinho do ano passado pra esse ano, o pessoal começou, “ah, você que é da associação dos moradores?” O pessoal começou a procurar.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO VIII: Quem nada era da associação, quem nada estava nem aí, quem tinha alguma rixa com a outra Presidente que era bem brava mesmo, aí já começou a me procurar, “se você precisar de ajuda, alguma coisa, você fala”. Por que? Porque quer negociar a associação de moradores. Fala “ah, você participa da associação? Você quer meu apoio? Eu sou o fulano de tal”. Aí tem esse interesse político, às vezes, entendeu? Não só interesse de tá, uma lâmpada que queima, uma faixa né, ou trocar uma faixa, porque igual o cara ali de trás, [inaudível] ele quer

que muda o estacionamento de lugar, porque às vezes quando vai sair, quase que bate no outro saindo da garagem, já tem o pedido dois anos na SUSER, até hoje nada, entendeu. Então, às vezes a pessoa não está interessada em melhorar, está interessada em negociar politicamente alguma coisa. Passou esse período, ninguém procura mais não. Todo mundo some. Ah, mas caiu uma árvore, ficou sem luz, aí, o pessoal procura.

PESQUISADORA: Ah, só quando ocorre algum...

ENTREVISTADO VIII: É, quando ocorre alguma coisa. Fora isso, não tem participação, ninguém. Carnaval também, chegou época do Carnaval é um tal de gente procurar para querer autorização pra bloco sair na rua que você nem imagina.

PESQUISADORA: E naquele bairro que tu ficavas antes, que era o Roma, não é? Lá tinha uma participação melhor?

ENTREVISTADO VIII: Tinha. Se tinha um esgoto vazando, estava lá, eu não tinha tempo nem de almoçar, não tinha tempo de nada, eu saía de manhã, voltava só de tarde, era uma demanda muito grande.

PESQUISADORA: Tu acreditas que essa diferença é por quê? Pela questão dos bairros?

ENTREVISTADO VIII: Pela questão social.

PESQUISADORA: Sim, porque lá é um bairro mais simples?

ENTREVISTADO VIII: É isso, hoje já está até melhor, mas antigamente era muito mais carente, você vê que a rua que eu morava não era asfaltada, iluminação era, não tinha de cinquenta em cinquenta metros, às vezes na outra esquina, tinha o fio, mas era na outra esquina que tinha luz, no poste não tinha.

PESQUISADORA: E nesse Roma tu chegaste a participar do orçamento participativo, não é? Aí eles faziam as obras? Implementavam o que vocês pediam?

ENTREVISTADO VIII: Faziam. Igual, lá eu tinha, como é que vou te dizer, eu era útil. Aqui, eu sou muito útil não, fico até um pouco frustrada.

PESQUISADORA: Ah, por que eles não te procuram tanto?

ENTREVISTADO VIII: É, igual a prefeitura foi lá, aprovou o orçamento participativo, na Rua Periquito, iluminar, urbanizar, aí no caso a gente tem que pedir tudo, tá, tem que pedir o asfalto, tem que pedir a drenagem, né, com bueiro de águas pluviais, iluminação, pedir tudo, e a rede de esgoto. Filha, foram lá, iluminaram, pavimentaram, não fizeram a rede pluviais, não fizeram a rede de esgoto, aí, tá, aí vem a placa lá quando tava fazendo, “a Prefeitura investiu em urbanização,

iluminação, drenagem, tantos mil”, cadê? Foi morar alguém lá? “Mas tô pedindo lá, pra ligar o esgoto e até agora nada porque falou que não tem rede de esgoto lá”. Gente, tem rede de esgoto, eu vi mexendo na rua lá. “Mas você não acompanhou a obra?” Eu falei, até aquele período lá eu acompanhei a obra, depois não deu porque eu fui acompanhar, mas vamos lá. Filha, não colocaram. O dinheiro foi gasto, estava lá que gastaram dinheiro, não fizeram a rede.

PESQUISADORA: E a associação? E a população não perguntou, não pressionou?

ENTREVISTADO VIII: Aí começou a todo mundo a pressionar ué, quem tinha lote lá, que melhorou né, a qualidade de vida lá, quem tinha lote lá começou a ir direto comigo na Prefeitura para cobrar a rede de esgoto.

PESQUISADORA: E eles fizeram?

ENTREVISTADO VIII: Aí o Ministério Público veio me procurar para saber o que é que estava acontecendo, se a obra tinha sido feita, se não tinha, se faltou alguma coisa, eu falei, não, lá no percurso tal até tal foi feita a rede de esgoto e a drenagem. Eu até cheguei lá e mostrei para o cara, daqui pra lá não foi feita a rede de esgoto e drenagem, aí eu nem sei o que foi resolvido né, pelo Ministério Público e a Prefeitura.

PESQUISADORA: Mas eles não fazem uma relação do que é implementado ou tem que ficar acompanhando? Não tem uma lista? Eles não dão para vocês do que tá sendo feito?

ENTREVISTADO VIII: Não, é o que estou te falando, foi aprovado, o cara levou lá pra mim, “olha a gente vai começar a obra aqui hoje, a rede de esgoto aqui nessa rua todinha.”

PESQUISADORA: Foi aprovado, mas não foi feito?

ENTREVISTADO VIII: Foi aprovado, foi feito placa, mostrou o valor, foi feito até um certo período, entendeu, eles mexeram na rua, eles tiveram que passar máquina para nivelar, o resto não foi feito. E a gente não tem condições de ficar vigiando duas obras, três obras no bairro o tempo todo né, e aí. Até casas do PAC, vamos supor, era para ser feita a casa toda, igual estava te falando antes, aí fez só meia [trecho incompreensível] e o resto do material voltou, a gente não tinha condições de tá fiscalizando tudo, entendeu. Então, quer dizer, a gente olha, é feito sim alguma coisa, mas nunca sai cem por cento, nunca contempla tudo mesmo.

PESQUISADORA: Eu sei. Mas alguma coisa é implementada, não tudo?

ENTREVISTADO VIII: É.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO VIII: Igual tem demanda lá, igual tem uma rua lá, na Rua Napoli, que eu pedi a iluminação desde 2007, não foi colocado iluminação até hoje, está lá, a Rua escura, 2007. Aí falaram “colocamos iluminação no bairro Roma, aí colocou entre a Rua C e a Rua Napoli”, na Rua Napoli, mesmo, não colocou iluminação.

PESQUISADORA: E tu acreditas que o orçamento participativo vai continuar, porque vai mudar agora o governo, não é? O que é que tu achas? Será que vai continuar essas reuniões?

ENTREVISTADO VIII: Eu acredito que vai continuar, mas se as comunidades, as associações, elas não, de fato, se o movimento popular não tiver força, vai acontecer o que sempre aconteceu, quem tiver do lado do governo consegue suas obras mais rápido, com menos anos, né, e outras vão ficando para lá, entendeu. Eu espero, né, que o Samuca ele é jovem, que seja um governo mais aberto e que realmente dê mais oportunidades, que não seja, assim, como é que eu vou dizer, tão fechado né, tão fechado, porque assim, o pessoal eles foram formando o grupo deles, que entre aspas também não está errado, você tem que se fortalecer mesmo, foram formando grupo e daí só foi beneficiando aqueles que estavam do lado deles mesmo, o resto foi ficando de lado, entendeu. Essa é a minha visão, eu posso estar errada.

PESQUISADORA: Não, claro, tua visão.

ENTREVISTADO VIII: Alguém pode ter um outro parecer também, entendeu.

PESQUISADORA: Então, tá, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 15:00 (DURAÇÃO 26 MINUTOS E 51 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO IX, PRESIDENTE DE FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM NORMÂNDIA.

Maria de Fátima Martins Passos (63 anos, ensino médio, professora e artista plástica).

PESQUISADORA: Boa tarde, Sra. Fátima. Só para eu colocar aqui nos meus dados, qual é sua idade?

ENTREVISTADO IX: 63 anos.

PESQUISADORA: A sua profissão, a senhora além de Presidente de Associação?

ENTREVISTADO IX: Eu sou professora, professora e artista plástica.

PESQUISADORA: Ah, tá.

PESQUISADORA: Então, eu vou fazer umas perguntas com relação ao orçamento participativo. Como é essa metodologia que eles fazem para captar essa vontade da população?

ENTREVISTADO IX: Olha, aqui em Volta Redonda, basicamente, ele é composto né, e ele é formado e organizado através das associações de moradores. Então, a associação, ela tem um formulário, onde ela faz dentro do bairro uma pesquisa com os moradores, convoca os moradores e dali a gente vai extraindo, né, as necessidades do bairro. Então, tem ali e a gente tem que fazer um filtro, né, porque tem algumas coisas que são de manutenção, troca de lâmpada, uma tapa buraco, né, uma recuperação de pintura, alguma coisa assim. Mas tudo que demanda verba, então, tem que ir de qualquer forma para o orçamento, porque isso tem que constar como despesa para o Município, né. Então, a partir desse levantamento nós pegamos as prioridades, elencamos essas prioridades e fazemos a apresentação disso na Secretaria de Planejamento. Então, nós temos a reunião na comunidade primeiro e, depois, a reunião com o grupo onde isso é apresentado, isso é digitado, eles lá têm um controle, tem um banco de dados porque algumas coisas ficam armazenadas ali, e algumas coisas a gente vai buscando, né, para nossa famosa insistência, pedindo e até que essas coisas aconteçam dentro da comunidade.

PESQUISADORA: E essas discussões, essa agenda, tem alguém que fixa as datas das discussões dessas reuniões?

ENTREVISTADO IX: A Secretaria de Planejamento, Secretaria de Planejamento estabelece o tempo de discussão dentro da comunidade, depois aquilo que tem que ser levado para a Secretaria de Planejamento, em termos de documento, e depois nós temos nossas reuniões setoriais, né, a cidade ela é dividida em doze setores e aí cada, os bairros que participam daquele setor, naquela data, nós temos a apresentação disso tudo daí.

PESQUISADORA: A senhora está há quanto tempo na Federação?

ENTREVISTADO IX: Ah, já tem um tempinho, tem... tô desde de... na Federação desde 2000, na verdade 1995, dentro da Federação participando na Diretoria, na organização, no fortalecimento do segmento né, que é o segmento popular nosso de associações de bairro.

PESQUISADORA: E na associação do Jardim Normândia, porque lá é outra função também que a senhora tem, não é, a senhora está há quanto tempo?

ENTREVISTADO IX: Lá nós somos, assim, presidentes, lá já tem dez anos ou mais.

PESQUISADORA: E na época como é que a senhora tomou conhecimento do orçamento participativo, quando a senhora iniciou aquela participação?

ENTREVISTADO IX: Então, o orçamento participativo mesmo, ele começou se não me engano foi em mil novecentos, acho que foi em 1996 que ele iniciou, né, em 1996, só que ele tinha um outro formato, ele tinha assim, ele era muito aberto, não que hoje não seja. Hoje as pessoas podem pelo 156, pelo próprio Planejamento, né, ou pela internet, qualquer morador pode estar dizendo alguma coisa, que ele não participou da reunião e tudo, qualquer pedido, qualquer solicitação que ele tem. Só que antes ficava muito aberto, qualquer pessoa podia chegar e pedir, hoje não, nesse governo que o Neto tem aí, ele colocou o seguinte, tudo tem que passar pelo crivo e pelo acompanhamento da associação de moradores. Porque na verdade, a associação ela tem que fazer uma pesquisa no bairro, porque um morador pode pedir uma determinada coisa que a associação, através da sua reunião, já pediu talvez de uma melhor forma, né, ou de uma forma que vai ter um custo menor e ela é mais produtiva, ela vai ser melhor aproveitada pelo Poder Público na sua forma de fazer, com um custo mais baixo e que vai atender, talvez, da melhor forma. Então, todas as solicitações, Câmara Municipal, porque tem vereador que pede, tem gente que vai lá e pede para algum vereador, tudo tem que passar pela associação de moradores que eu entendo que é a melhor forma.

PESQUISADORA: E o que foi que motivou o seu interesse em participar, no início, porque já tem um bom tempo, não é?

ENTREVISTADO IX: Olha, sempre foi o seguinte, eu nasci em Volta Redonda, né, na verdade, um ano antes da emancipação, Volta Redonda tem 62 anos né, eu tenho 63. Mas Volta Redonda, então, desde que eu me entendo por gente, eu acho que é de qualquer ser humano, é você viver bem, como que você vive bem? Primeiro, você vive bem a partir do momento que você não enxerga só a sua casa, né, você vive bem a partir do momento que você enxerga a casa dos outros, o que é

que seria isso? É pensar o coletivo, você pensa o coletivo, então, você pensa o quê? Eu não posso simplesmente cuidar do meu espaço se o meu vizinho dali do lado não cuidar do dele ou eu não ajudá-lo a cuidar do dele. Então, essa coisa do ajudar a construir uma cidade é o que a gente pensa e é a finalidade da associação de moradores. A finalidade de uma associação de moradores é você agregar o potencial dos moradores, com a sua participação, buscando o bem-estar. Então, se cada um cuidar de um pedacinho da cidade, hoje nós temos uma cidade todinha cuidada, né, e essa visão é do que, é a visão do todo, eu também não posso pensar só meu no bairro, eu tenho também que pensar no bairro do outro, o meu vizinho do lado ou até aquele que mora lá do outro lado do Rio Paraíba. Então, é a cidade, é a cidade, é a visão da melhoria da qualidade de vida, é a visão progressista de uma cidade que tem que se desenvolver e de uma cidade que tem que dar ao seu morador dignidade. Então, eu acho que é o que move, eu acho que é o que me move e move praticamente todos.

PESQUISADORA: E essa sua participação nos debates, a senhora avalia que teve alguma repercussão na condição de cidadã, teve alguma melhora?

ENTREVISTADO IX: Debates de quê?

PESQUISADORA: Essa sua participação nos debates do orçamento participativo, nessas reuniões, a senhora acha que teve alguma repercussão, a senhora como cidadã mesmo?

ENTREVISTADO IX: Então, olha só, eu na verdade, assim, eu tenho do meu setor, que o meu bairro no caso é o Normândia, que é dentro do setor 5, mas eu participo de todas elas, eu vou em todas elas, dos setores do 1 até o 12 eu estou ali dentro junto, acompanhando com o pessoal, tá. Então, é assim, eu acho que houve nesses dois últimos anos uma dificuldade do governo de fazer algumas coisas, mas fez muitas outras coisas, né. Então, às vezes um bairro pediu, “ah, eu quero um postinho daqui”, não, não fez o postinho, mas conseguiu fazer o Cras. Então, tem assim, tem alguns bairros que estão precisando de algumas coisas a mais, pela dificuldade, nós tivermos dificuldades na queda da receita, né, que é explicado pra gente, e o que a gente tá vendo a queda dos royalties também, um declínio aí de valores pra serem repassados, e algumas necessidades que são maiores em alguns bairros. Tem bairros aqui que cresceram com, assim, com casas em locais muito acidentados, né, e que precisam de contenções e muitas contenções, algum trabalho mais direcionado nesse sentido, isso tem um custo muito alto, né, outros

bairros cresceram demais, começa com um pouquinho de casas ali e tem muito, tipo a Fazendinha, Fazendinha na Vila Brasília, cresceu demais. Então, as necessidades vão aumentando, vai aumentando necessidade de que, de você aumentar a captação de esgoto, isso não é barato. Então, tudo isso a gente tem que entender, e a gente tem que ter a visão assim, poxa, se o meu bairro é um bairro que está bem estruturado, que eu estou precisando de uma coisa que pode esperar, eu tenho que abrir mão para um outro bairro que tenha uma necessidade maior, mais grave, mais necessária e mais urgente. Então, a gente tem que ter isso, a finalidade da Federação é tá, também, acompanhando isso tudo, e ao mesmo tempo dando essa sabe, esse, vamos dizer, uma acalmada de alguma forma no pessoal, mas sem deixar que as pessoas desanimem, é você acalmar, assim, pra que as pessoas não percamos esse foco, a gente não pode deixar. O segmento de associação de moradores ele é muito importante, as pessoas têm que saber realmente e sabem o peso que têm, né, dentro de uma cidade, e a gente é responsável por organizar, junto com outros segmentos, também, não somos só nós, né, nós temos aí vários segmentos que ajudam, né, empresarial que seja, as faculdades, também, ajudam muito, com essa questão de pesquisa. Por exemplo, você está fazendo uma pesquisa agora, que lá no final você vai detectar alguma coisa que poxa, aí você vem e fala para gente, para o Planejamento, “olha Fátima, nós achamos que isso aqui se acontecer, vai melhorar”. Então, isso tudo é muito importante, tudo que puder vir para poder fazer Volta Redonda ser uma cidade melhor do que ela é, isso é super importante, é necessário e é válido. Agora, eu sempre falo para o pessoal o seguinte, Urá. É Urá né?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO IX: Eu sempre falo para o pessoal, Urá, o seguinte, Volta Redonda é uma cidade privilegiada, ainda que tenhamos carência de alguma coisa, é uma cidade privilegiada, as pessoas deveriam pegar o carro e fazer uma visitinha, tá, em municípios que têm por aí, pra ver a necessidade que eles têm, né, vai em Caxias, vai em Belford Roxo, vai em Nova Iguaçu pra ver, não tem. Nós temos uma cidade com trinta e cinco Cras, o Cras é um espaço onde as pessoas se reúnem, é um espaço de socialização e também de capacitação, para você, amanhã, uma pessoa que você não tem renda, você vai lá aprender alguma coisa e vai fazer. Então, são coisas que são importantes que muitos municípios não têm. Precisa melhorar na saúde, precisa, precisa abastecer, eu entendo até que Volta Redonda não precisa

criar muito mais coisa mais não, acho que nós precisamos é fortalecer, entendeu, aquilo que a gente tem, vê aonde está ali, o que é que não está bom, tá, o postinho tá precisando de que? Peraí, uma manutenção na sua estrutura, né, ele tem que estar ali, você não pode ter um postinho com infiltração nunca, toda sua estrutura, manutenção, o tempo inteiro, acompanhado com a fiscalização, né, da Vigilância Sanitária. Você tem que ter também todo o equipamento necessário e material necessário para que se possa trabalhar, valorização do profissional que funciona, que trabalha ali, né. Não pode ter carência de profissional. Então, eu entendo, assim, nós temos uma cidade que tem a sua estrutura, tem um povo que participa, né, extremamente participativo, mas nós precisamos também de ter vontade política, se não houver vontade política não adianta também a gente pedir nada.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam a sociedade civil, de que forma eles chamam essas pessoas para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO IX: Então, nessa questão do orçamento participativo, nós já temos mais ou menos a linha de trabalho, né. A linha de trabalho é no início do ano, né, cada um lá tem o seu formulário, faz sua ata de reunião, chama os moradores, faz a reunião, faz aquilo, né, a relação das necessidades daquela comunidade ali, né, e leva. Se ali você detectou alguma coisa que não seja para ir pro OP, né, que precisa, ah, capina, capina, isso aí não precisa, então, a gente filtra e encaminha aqueles pedidos e leva aquilo que gera demanda e verba para o orçamento e faz aquela listagem toda, e aí a gente tem que acompanhar se aquilo realmente está dentro da listagem do que a gente pediu. Então, tem que ter todo esse acompanhamento, aí nós vamos acompanhar as reuniões. Nós não tivemos esse ano, e não tivemos no ano passado, porque a gente entendeu que tudo que nós precisávamos, já estava pedido, era esperar fazer, não tinha mais necessidade de você fazer aquilo, porque você vai ficar convocando a comunidade o tempo todo, pra poder ficar falando pra ela, olha, o que é que vocês querem, você já disse o que você quer, você já sabe o que você precisa, agora é só executar, né, na medida do possível que também a gente consegue entender quando tem possibilidade e quando não tem possibilidade.

PESQUISADORA: Então, essas são as etapas, não é? E pra chegar até o final, como é que eles selecionam as obras, a senhora sabe como é que a Prefeitura decide qual é a obra que vai fazer, a partir dessa relação que vocês entregam?

ENTREVISTADO IX: Olha, a maioria, assim, ((interrupção de pessoas)) a maioria das coisas que às vezes elas não acontecem, às vezes é por causa de um custo muito alto, né, tem muita coisa, assim, que por exemplo, uma parte de rede, né, de canalização, que geralmente é uma coisa que ninguém enxerga, mas aquilo tá ali embaixo, tem um serviço extremamente necessário, mas ele tem um custo muito alto também, né. Então, são essas coisas assim, o que a gente precisa é de retorno, porque pedir a gente pede, saber onde vai fazer a gente sabe, agora, saber como fazer, quando fazer e se pode ou não fazer é o retorno que a gente espera.

PESQUISADORA: E eles dão para vocês?

ENTREVISTADO IX: Então, geralmente, esse ano, por exemplo, eu pedi uma reunião com o Neto, liguei para o Juarez e nós fizemos, o Neto foi conversando com todo mundo e dizendo, olha, “isso eu posso, isso eu não posso”, agora no final do ano, né. Algumas coisas foram realizadas sim, dentro daquilo que ele se prometeu, outras não conseguiu fazer, mas está aí com uma série de inauguração de obras importantes também. Então, a gente tem que ter esse entendimento, mas sem deixar nunca você desanimar, a associação não pode cair naquela coisa do ah, eu não quero saber disso mais, não, a gente tem que [...] se você não quer mais continuar sabendo disso, passa pra outro que queira, porque você não pode parar de acompanhar, você não pode parar de pedir, não é porque você não conseguiu hoje que você desanima, você não conseguiu hoje, continua pedindo, continua antenado o tempo inteiro, o planejamento é um órgão que detém essas informações, porque são eles, né, tudo é canalizado ali, né, com eles, tudo dentro dos relatórios, tudo que eles apresentam pra gente.

PESQUISADORA: E olha, nessas reuniões eles avisam antes qual é o valor que vai ser destinado, a cada ano para o orçamento participativo, vocês têm uma ideia?

ENTREVISTADO IX: Olha, assim, qual o valor que vai destinado não, não, nós temos assim, quando lá na época que tem a reunião, né, que vai levar para Câmara, que todo mês de setembro até o dia 30 tem que entregar o orçamento para Câmara, ali tem a avaliação das obras, né, o custo de quanto que vai ficar.

PESQUISADORA: Ali já tem o valor mais ou menos?

ENTREVISTADO IX: Quando a gente faz não, quando a gente faz não.

PESQUISADORA: Vocês não têm uma ideia até para saber quanto pedir?

ENTREVISTADO IX: Não porque não sabe também, né, às vezes é uma coisa nova, tem que entrar numa parte de projeto, tem que fazer projeto, tem que fazer, entrar num processo licitatório também, então, essas coisas quando a gente pede não.

PESQUISADORA: Ah tá, vocês ficam sabendo só no final?

ENTREVISTADO IX: Só depois, só depois.

PESQUISADORA: E olha, tu já falaste mais ou menos como se deu essa origem do orçamento participativo, mas tu lembra se quando começou ficou tendo todos os anos ou teve algum momento em que foi interrompido, tu recordas desde o início dele?

ENTREVISTADO IX: Olha, interrompido em elaboração, né, em elaboração assim que eu me lembro, foi agora esse ano que não fizemos e o ano passado, mas os pedidos já estão todos lá.

PESQUISADORA: Mas eu digo desde a origem, desde quando começou, tu estavas na época?

ENTREVISTADO IX: Já, já estava.

PESQUISADORA: Por que não era o governo do Neto, não é?

ENTREVISTADO IX: Não, foi no governo do Baltazar.

PESQUISADORA: Aí depois que ele iniciou, o outro governo manteve, tu recordas?

ENTREVISTADO IX: Manteve, não, manteve, aí acabou o governo do Baltazar, entrou no governo do Neto, com esse formato, tá, sem deixar que essas coisas pipocassem em cima daquilo que tinham pedido, você faz um planejamento, você tem lá sua relação de obras, aí começa um monte de gente a pedir ou entrar um monte de emendas ali, né, que a Câmara vem com um monte de emendas, tudo bem, tudo bem, só que no governo do Neto, o Neto resolveu o quê? Canalizar, centralizar nas associações de moradores. Então, se você chegar lá e fizer um pedido, “ah, eu quero que coloque lá um chafariz na praça do Normândia, aquilo entrava antes como um pedido. Hoje não, ele passa, a associação de moradores, se necessário, ela convoca os moradores, dependendo do assunto, e vamos lá gente, olha nós estamos com um pedido aqui de um chafariz, peraí, nós estamos com um problema seríssimo de uma rede de esgoto, que ela vive estourando e precisa ser feito.

PESQUISADORA: É discutido na comunidade?

ENTREVISTADO IX: Exatamente, o que é que é preferível para nós aqui, o que é prioritário? Um chafariz na pracinha ou fazer essa canalização que está retornando

esgoto, não é. Então, essa visão o Neto teve e fez e assim acontece, tudo, tudo, tudo. Aí abriram mais, há uns três anos atrás, uns três mais ou menos quatro anos atrás, abriram mais alguns canais, pela internet, onde as pessoas também poderiam vir pedindo e tudo mais, mas tudo vai para a associação de moradores para que ela faça a análise.

PESQUISADORA: E olha, tem algum segmento social que é representado no orçamento participativo, tem alguma representatividade específica, além da associação, tem outro setor?

ENTREVISTADO IX: Olha, na verdade, se você for entender a associação de moradores ela tem tudo, porque tudo que tem dentro de um bairro, ela faz parte de uma associação de moradores, se ela não acontece na totalidade, ou em parte, deveria, né, porque a Igreja está inserida ali, né, as Igrejas né, que são várias né, [inaudível] vamos lá que somos laicos, né. Então, as Igrejas, o comércio está inserido ali, né, você tem ali faculdades, você tem ou creches, ou o que seja, tá tudo dentro de um bairro, mas eles entram, sim, e podem entrar através desses pedidos que eu acabei de falar, qualquer um pode fazer alguma sugestão, pela internet, pelo canal da Prefeitura, pode levar no Planejamento, às vezes vem via Vereador, às vezes até da própria cabeça do próprio vereador, sem que ninguém tenha pedido, ele mesmo resolveu pedir. Então, na verdade, ele não é impedido, não é, ah, não, é só a associação que pede, não, mas ela tem que ser o canal de apresentação disso para o governo, uma forma seria até de você buscar, né, que as pessoas participem mais das associações de moradores, o que é uma pena, deveriam participar mais.

PESQUISADORA: Tem participação?

ENTREVISTADO IX: Deveriam, deveriam, deveriam, aqui vai até uma queixa, todo vereador mora num bairro, eu não vejo vereador participar de reunião de associação de moradores, algumas até fazem reuniões periódicas, outras não, outras começaram a fazer e começou a não ter muita participação e eles pararam né, mas a associação ela está ali, alguém tem que saber, e ela também tem que se mostrar.

PESQUISADORA: E olha, a Câmara dos Vereadores, ela se opõe ao que vocês decidem, ao projeto de orçamento, tu achas que tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO IX: Olha, nós tivemos uma época aí, num ano que foi chamado até o grupo dos 13, né, eram 13 vereadores que se colocaram contra o Prefeito, eu entendo o seguinte, a Graça também está aqui, é presidente também de uma

associação, depois se você quiser aproveitar. Então, nós tivemos, houve um embate entre o Legislativo e o Executivo, tá, e esse embate fez com que o Legislativo, na representação desses 13, resolvessem não aprovassem o orçamento participativo.

PESQUISADORA: A senhora não lembra qual foi o ano que teve?

ENTREVISTADO IX: 2000, foi 2003? ((interrupção de outra presidente de associação)), eu posso até ver pra você porque eu ainda quando as faixas lá em casa até hoje, que a gente ia pra Câmara pra gente se manifestar, foi no governo do Neto, mas quer dizer, peraí, eu vou ter que fazer as contas, depois eu faço as contas e te falo.

PESQUISADORA: Eles apresentaram uma resistência, então?

ENTREVISTADO IX: Na verdade, eles se colocaram contra o orçamento, “não, se o Prefeito não faz isso, nós não vamos aprovar o orçamento participativo”, o que é um erro, por quê? A Câmara Municipal, eu entendo assim como o Prefeito, ou qualquer um que tenha o poder de decisão, né, de decisão de executar, porque nós temos o poder de decisão de pedir, a gente decide, e pede, mas não de executar. Então, quem tem o poder de executar ou de fiscalizar quem executa, porque a fiscalização do Legislativo é nossa, do Legislativo para o Executivo é do Legislativo. Então, a gente, eu entendo o seguinte, você não tem que impedir aquilo que é bom para cidade, não existe isso, a não ser que aquilo vai demandar uma verba incrível e que o Município não tenha como arcar, é uma outra história, agora se você, “ah, me indispus com o Prefeito”, vou impedir isso, não. Então nós nos sentimos prejudicados e lesados.

PESQUISADORA: E como terminou essa situação, conseguiram reverter?

ENTREVISTADO IX: Resolveu reverter, lá no final depois de muita discussão, de depois da gente ter feito um monte de manifestações, de ter que encher a sessão de Câmara, sabe, de brigar, e de tudo, e de fazer muito barulho, né, eles entenderam que aquilo ali não estava funcionando.

PESQUISADORA: Mas foi só esse ano, depois eles..?

ENTREVISTADO IX: Não, depois não mais, a Câmara aprova, olha lá da forma deles, acompanham tudo, olha toda a verba, né, necessária, apontada ali, o custo final daquilo tudo, que o Planejamento encaminha pra Câmara, e que dentro dele está o orçamento participativo com outros pedidos, também, de Secretarias também que são feitos. Mas depois não, e eu espero que não aconteça mais, né, espero que não aconteça mais porque isso não existe, isso é tremendamente antidemocrático, é

imoral, e assim, totalmente vergonhoso, porque se você tá ali, pra fazer com que uma cidade caminhe, você não pode botar simplesmente um bloco de concreto enorme na frente pra impedir da cidade de andar, foi na verdade foi o que aconteceu na época. E esse orçamento, assim, a gente vem fazendo, tá, a gente não pode desanimar, mas a gente esse ano não fizemos porque repetimos o que já havia pedido, né.

PESQUISADORA: Está no banco de dados?

ENTREVISTADO IX: Tá lá no Planejamento, eles têm lá tudo anotado, e algumas coisas vão ficando no banco de dados que às vezes a gente resgata, por exemplo, muitos de nós já foi lá e resgatou, às vezes uma coisa que tá lá e a gente, opa, vem pra cá, peraí, que isso aí eu quero, isso aí não pode ficar aí não, isso aí pode esperar, eu prefiro isso aqui agora, ou substituir uma obra pela outra, naquilo que às vezes no momento é mais necessário, né. Você vai ter lá, nós vamos citar um exemplo, um bairro tal pede uma praça, construção de uma praça e um campo de futebol, mas aí você tem uma tremenda de uma encosta que pode oferecer um risco né, para as pessoas que moram ali, o que é que é prioritário naquele momento, você não pode ter as duas coisas agora, não dá, porque se eu te atendo com essas duas coisas eu deixo de atender outros bairros, não. Então, peraí, esquece a praça e vamos fazer a contenção da encosta que é mais saudável e envolve vidas ali. Então, esse é o tipo do trabalho, o que eu tenho pra te dizer é o seguinte, o projeto do orçamento participativo, ele deveria ser feito em todos os municípios, bem feito, bem acompanhado, que seja incentivado pelo Poder Público, porque quando você não tem o incentivo, você pede, pede, pede e aquilo não acontece, a tendência é que aquilo venha morrer, né, venha acabar, e não é interessante porque o orçamento participativo ele é uma ferramenta de construção, uma ferramenta que aponta para o executivo, né, o que é necessário ser feito na cidade, e o Executivo tem a visão, também, das obras gerais, né, nós não vamos pedir lá pra construir o hospital tal, a gente pede, solicita e tudo, mas quem tem essa visão da coisa macro é o Executivo. Mas isso aí, é o seguinte, o governo tem que ter essa vontade política de executar, e esse movimento nosso, se depender de mim ele não morre, ele se fortalece a cada dia, e eu não vou deixar nunca que o pessoal desanime. Então, nós fizemos assim, eu solicitei, tivemos essa reunião com o Neto, e quantas vezes for necessário com a Secretaria de Planejamento, a gente vem numa virada de governo, que a gente não sabe né, a gente espera que seja um bom governo, e que também seja um governo

de participação popular e quando eu falo participação popular eu não falo só de associação de moradores, eu falo de todos os segmentos interessados numa cidade saudável, uma cidade que cresça, uma cidade digna, uma cidade que dê a sua população, né, momentos de felicidade e de lazer e de construção, porque hoje, daqui a pouco o meu tempo foi embora, né, mas eu quero uma cidade boa para as minhas netas, para os meus netos, né, para os meus bisnetos, se eu tiver uma oportunidade de ver, mas essa é a ideia. É uma cidade que a gente constrói. A cidade de Volta de Redonda já cresceu errada, ela começou crescendo em volta de uma empresa, de uma empresa extremamente necessária, que nos dá um nome e tudo mais, mas uma empresa que polui, hoje aquela coisa de bater, bater, bater o tempo todo, ah, não podemos construir à beira do Paraíba, né, isso aqui é área de marinha, e não sei o que, onde é que está construída a CSN, né. As casas foram construídas em volta, então, a gente não pode, né, não tem jeito agora de você tirar a CSN dali, não tem jeito você tirar esses postos de gasolina, construídos no meio da cidade, próximos das residências, isso também é um outro erro. Então, a gente tem que aprender o que, vamos conviver com isso, mas conviver de uma forma que a CSN não polua mais, que o cara do posto de gasolina tome muito cuidado para aquela encrenca não explodir e ali nós perdemos várias vidas. Então, tem uma série de coisas que a gente tem que acompanhar e isso a cidade inteira acompanha.

PESQUISADORA: Então, tá. Eu agradeço a sua participação.

ENTREVISTADO IX: Nada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2006, ÀS 15:40 (DURAÇÃO 11 MINUTOS E 56 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO X, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bem, boa tarde, vou fazer umas perguntas sobre a sua experiência no orçamento participativo, a senhora sabe qual é que eles fazem para captar a vontade da população, a Prefeitura?

ENTREVISTADO X: Nós fazemos uma reunião e uma assembleia né, tem a ata, a gente levar para eles, que todos concordaram, todos pediram, entendeu, e levamos para eles, para o orçamento participativo.

PESQUISADORA: E quem é que fixa a data das reuniões, o calendário é fixado por quem?

ENTREVISTADO X: É, eles mandam chamar por setor, o IPPU que faz essas reuniões.

PESQUISADORA: Eles que marcam a data?

ENTREVISTADO X: Eles que marcam a data.

PESQUISADORA: Mas a senhora está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO X: Ah, já deve ter uns 11 anos.

PESQUISADORA: E como a senhora na época tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO X: Porque a Fátima vai fazer a eleição no bairro, e quando ela vai fazer a eleição ela explica tudo isso, e desde a hora que a presidente da associação é cadastrada como presidente de associação, vai por e-mail, vai pelo correio, sabe, todas as reuniões que vai ter com o Prefeito no orçamento participativo.

PESQUISADORA: Assim que a senhora tomou conhecimento?

ENTREVISTADO X: Foi, foi assim.

PESQUISADORA: E o que é que foi que motivou seu interesse em participar?

ENTREVISTADO X: De presidente de associação?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO X: Não foi nem, assim, um interesse, é que nós resolvemos montar uma chapa só de mulheres, aí eu entrei como vice, e logo em seguida o filho da presidente faleceu num acidente de carro, lá perto da Brasilândia, aí ela ficou sem chão né, aí eu substituí, e ela nunca mais voltou porque logo depois o marido dela também faleceu. Aí, eu substituí, depois puxamos uma nova eleição, eu ganhei novamente, aí eu substituí a presidente, depois foi mais quatro anos, eu como presidente, entendeu. E agora, como é um bairro pequeno, ninguém tem interesse em pegar, porque não é remunerado, e as pessoas “ah, precisa de muito tempo”, normalmente isso é para aposentado que tem que estar disponível para as reuniões, porque as reuniões acontecem sempre no final da tarde, durante a semana.

PESQUISADORA: E antes da sua participação no orçamento participativo a senhora já tinha alguma experiência em algum movimento social, em outra associação ou foi a primeira vez?

ENTREVISTADO X: Não, não, eu gostava sempre de participar, porque eu sempre participei, eu fui presidente do pessoal com câncer, então, eu sempre participei

desses movimentos, entendeu, aí eu falei assim, eu vou entrar como vice para dar um apoio né, aí depois como ficou mesmo nas minhas costas, eu fui eleita novamente a presidente, e o meu bairro também é um bairro de pouco pedido, é um bairro bom, entendeu, é um bairro que a gente pede mais a manutenção. No orçamento participativo está pendente só um grupo escolar, que é a reforma, né, e que eu pedi também uma cerca no terreno lá na Rua 9, porque ficou muito alto e as crianças estão caindo, estão se machucando.

PESQUISADORA: E essa sua participação nesses debates de que forma a senhora avalia, teve alguma repercussão na senhora enquanto cidadã, durante todo esse tempo? O que é que a senhora avalia essa sua participação política?

ENTREVISTADO X: Olha, é muito difícil, porque a pessoa que toma a frente de qualquer coisa que seja, que seja associação, que seja politicamente, ela é muito cobrada, e o povo sempre acha que a gente não faz nada, tá. Porque eu mudei Brasilândia, Brasilândia não tinha muro na linha férrea, o trem passava lá e as crianças ia pegar bola, agora tem um muro. Não tinha um Cras, agora tem um Cras muito bonito. Não tinha quadra coberta, agora tem uma quadra coberta, tudo pedido no orçamento participativo.

PESQUISADORA: Mas é a sociedade que se reúne, vocês se reúnem?

ENTREVISTADO X: A sociedade, primeiro a gente procura saber o que a sociedade, qual a prioridade da sociedade, porque tem muitas coisas que eles pedem, quebra-mola, é um bairro pequeno, não tem necessidade, a maioria dos moradores não querem, por causa do barulho, né.

PESQUISADORA: E olha, como é que a Prefeitura convoca a sociedade civil, como é que eles chegam até vocês para convidar para essas reuniões?

ENTREVISTADO X: Ah, manda, manda cartinha, telefona, mandam pelo e-mail, não tem, vai 2, 3 avisos. Às vezes as pessoas não estão frequentando muito por não estar sendo atendido, pela dificuldade que se passou em todos os lugares, todas as cidades. Então, aqui para gente às vezes demora um pouco, porque o orçamento participativo normalmente é no meio do ano, no início do ano, aí até que faça já deu o final do ano, então, só no próximo ano, e os moradores são inquietos né, acham que o presidente não está fazendo nada, porque está demorando muito.

PESQUISADORA: Eu sei. E quais são as etapas depois que ocorrem essas reuniões, para chegar até o final? Quais são as etapas, a senhora recorda?

ENTREVISTADO X: O orçamento participativo é um só né, um por ano, né, aí se nós não formos atendimentos naquele ano, no ano seguinte a gente repete o orçamento participativo.

PESQUISADORA: Ah, vocês fazem então primeiro a reunião da associação e depois tem essa lá na Prefeitura.

ENTREVISTADO X: É, a reunião da associação normalmente é todo mês, da associação, só que tem bairro que quase ninguém gosta de frequentar, encontram com a gente e falam o que tá precisando, aí você vai colocando em ata, vai colocando, depois você vai nua reunião e puxa tudo aquilo, oh, dona fulana falou que precisa disso, o que é que vocês acham, qual é a prioridade do bairro, aí na prioridade se já estiver no orçamento participativo a gente só repete, se já fomos atendidos a gente procura ver se tem uma outra prioridade, mas como nosso bairro é pequeno, isso que estava te falando, quase não tem.

PESQUISADORA: E a senhora sabe como são selecionadas as obras, como é que a Prefeitura decide o que é que ela vai fazer?

ENTREVISTADO X: Por exemplo, eu acho né, isso eu não sei, eu acho assim, na época da academia ao ar livre, tinha bastante aparelho, foi rapidinho, eu pedi até sem orçamento, aí eles mandam fazer. Quando é obra mais grande como a quadra coberta já leva um tempinho, tem licitação [inaudível].

PESQUISADORA: Mas, tipo assim, se vocês indicam dez obras, dessas dez, todas eles fazem?

ENTREVISTADO X: Não, não.

PESQUISADORA: Como é que eles decidem?

ENTREVISTADO X: Eu não sei como é que eles decidem, eu acho que é o que é mais fácil lá para eles, mais viável, entendeu, por exemplo, é asfaltar o bairro, é mais tranquilo.

PESQUISADORA: Mas aí eles informam para vocês o que vai ser implementado?

ENTREVISTADO X: Eles mandam uma folha, no resultado do orçamento participativo que normalmente é em setembro, eles mandam uma folha, foi aprovado, foi aprovado, o que foi aprovado, o que não foi aprovado, às vezes não foi aprovado porque o espaço não é adequado, e nesse meio tempo...

PESQUISADORA: E o que é aprovado normalmente eles implementam?

ENTREVISTADO X: Como assim?

PESQUISADORA: Quando eles aprovam a obra, normalmente eles fazem ou atrasa?

ENTREVISTADO X: Quando eles aprovam leva um tempinho, não é assim imediato, não, mas fazem, obra aprovada. Agora, obra que o engenheiro achou que não era viável fazer aquilo ali, aí já diz, obra para estudo, entendeu.

PESQUISADORA: E olha, nessas reuniões da Prefeitura eles falam o valor que vai ser destinado para o orçamento participativo, para vocês terem uma noção?

ENTREVISTADO X: Não, não falam, mas quando aceitam, quando aprovam uma obra, eles colocam uma placa imensa lá com o valor daquela obra.

PESQUISADORA: Depois que já fez?

ENTREVISTADO X: É, brevemente será feita a reforma do grupo escolar, vai ficar em tanto, entendeu.

PESQUISADORA: A senhora recorda como é que iniciou o orçamento participativo de Volta Redonda, a origem dele?

ENTREVISTADO X: Não, eu acho que eu não estava, quando iniciou eu acho eu que não estava.

PESQUISADORA: A senhora não lembra?

ENTREVISTADO X: Não, não lembro.

PESQUISADORA: E nesse, a senhora está há quanto tempo nele participando?

ENTREVISTADO X: Estou onze anos.

PESQUISADORA: Nesses onze anos, todos os anos ocorreram ou teve algum momento que parou, foi interrompido?

ENTREVISTADO X: Não, teve umas falhas, por causa de verba e porque não estava sendo atendido todas as obras. Então, tinha que dá uma parada, porque se aquele montante não foi atendido, não adianta pegar mais, né. Mas a maioria agora, acho que a maioria está no final.

PESQUISADORA: Mas a senhora não lembra quais foram esses anos que parou? Mas parou, a senhora diz as reuniões?

ENTREVISTADO X: Ah, uns três anos atrás aí não teve, acho que dois anos não teve orçamento participativo, não teve, ano retrasado e ano passado.

PESQUISADORA: Por que tinha esse banco de dados, estava aguardando?

ENTREVISTADO X: Justamente, é, aí eu falo assim, o que é que adianta, por exemplo, eu tenho seis obras na espera, o que é que adianta eu colocar mais três, eu tenho que ficar insistindo para sair minhas seis, não é.

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social representado? Por exemplo, no caso da senhora, vocês têm uma representatividade feminina, não é? Tem algum segmento social, além dessas associações?

ENTREVISTADO X: Não, não, não tem não.

PESQUISADORA: E a senhora percebe se tem alguma força política contrária ou favorável para essa implementação do orçamento participativo? Por exemplo, a Câmara dos Vereadores, eles sempre aprovam do jeito que manda ou eles às vezes se opõe?

ENTREVISTADO X: Depende, né, esses últimos vereadores até que tentaram, inclusive, tentaram invadir os bairros também para perguntar se precisava de obra, que não é a função deles, por isso o presidente de associação está lá, mas eles querem fazer o nome deles né, aí usam a associação. Então, mas na realidade eles acabam não pedindo nada, quem continua insistindo somos nós, na hora que sai eles vão e falam que pediram, então, tem isso. Mas do contrário, todas essas obras saíram, direitinho, sem envolvimento de vereador, direto com o prefeito, com o orçamento participativo.

PESQUISADORA: Eu sei. Mas a senhora acha que eles não, por conta própria eles não prometem obra, será?

ENTREVISTADO X: Quando vai um morador, que às vezes é amigo do vereador e vai na Câmara pedir, é aquilo que te falei, prometem.

PESQUISADORA: Acelera?

ENTREVISTADO X: Não, nem acelera, eles prometem, mas eles não podem fazer nada, porque o passo a passo é esse mesmo, é o orçamento participativo, é você insistir no IPPU se a planta já está pronta, se vai fazer mesmo, para quando vai sair, você tem que estar insistindo.

PESQUISADORA: E tem alguma pergunta que eu não lhe fiz que a senhora acha importante sobre o orçamento participativo, que a senhora queira falar dessa sua experiência?

ENTREVISTADO X: Não, minha experiência é só essa que eu estou te falando assim, que eu já até incluí, que é esse negócio de vereador ir em bairro para falar que é padrinho da criança, e não é, só isso que eu queria acrescentar, porque normalmente, é luta nossa mesmo do presidente, entendeu, mesmo que não haja reunião, a gente sabe do que é que o bairro precisa. Eu todos os dias eu dou uma

volta no meu bairro que aí eu sei se tem lâmpada queimada, se tem bueiro aberto, aí peço aqui na Secretaria de Obras, eles mandam consertar.

PESQUISADORA: E na sua associação, tem bastante participação, o bairro participa bastante quando a senhora faz a reunião?

ENTREVISTADO X: Não, não, o meu bairro é um bairro de terceira idade, tá, é um bairro que as pessoas não gostam de sair de casa, eles não gostam de festa no bairro, não gostam de reunião, só se for pra uma coisa, assim, muito importante. Ah, nós vamos estudar alguma coisa que [trecho incompreensível] aqui pra Brasilândia, aí aparece, aparece uma quantidadezinha razoável.

PESQUISADORA: Então, está bom. Obrigada, tá.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 16:00 (DURAÇÃO 1 HORA, 27 MINUTOS E 22 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XI, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE VOLTA REDONDA.

Lincoln Botelho da Cunha (Secretário Municipal de Planejamento de Volta Redonda)
67 anos, curso superior, servidor público.

PESQUISADORA: Boa tarde. Como é essa metodologia que vocês utilizam para captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XI: É, veja bem, quando a gente começou a fazer isso aí, eu estou há dezoito anos como Secretário de Planejamento e a gente começou em 93. Eu sou funcionário público, eu sou funcionário de carreira, tenho quarenta anos de Prefeitura e participei de um movimento, houve um problema sério aqui, participei de um movimento que resultou na aliança do PT e PSB, em 93, 94, 95 e 96. Aí, nós viemos, fizemos uma reforma administrativa, uma coisa assim, eu não era Secretário, entrei como Diretor de Departamento, mas aí eu substituí no meio do mandato, eu substituí o Secretário, 93, 94, no exercício de 95, 96, depois a aliança continuou, foi muito bem sucedida, e aí veio o Neto, seguindo ao Baltazar e tinha reeleição. Fiquei, então, eu fiquei de 95 a 96, que eram os dois últimos mandatos do Baltazar, e depois fiquei oito anos, nos dois mandatos do Neto, nos dois primeiros

mandatos do Neto. Depois, teve um intervalo com o mandato do Gothardo, eu saí, eu me afastei, depois o Neto voltou, mais dois mandatos, estamos encerrando o quarto mandato assim do Neto agora, reeleito.

PESQUISADORA: Mas ele manteve nessa época que o senhor não ficou, ele manteve o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XI: Não, não, manteve pró-forma muito... aí eu vou contar as historinhas do desenvolvimento, do desenrolar do instrumento. Lá em 93, quando a aliança PT/PSB, então o orçamento participativo não era uma obrigação, ainda não tinha o Estatuto da Cidade, não tinha o artigo 43 do Estatuto da Cidade que obrigou, impôs ao orçamento a necessidade de uma participação popular, participação da sociedade na confecção do orçamento, isso não existia. Nós estávamos imbuídos do modo petista de governar e a experiência que a gente tinha, que a gente tinha notícia, era a de Porto Alegre, e eu tinha estudado um pouco aquele negócio. Eu sou, minha área, como eu já trabalhava em arquitetura e planejamento, fui fundador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, me interessava pela questão, por essas questões todas ligadas à administração, e eu já estudava, eu via as dificuldades mesmo de outras prefeituras do PT mesmo, outras experiências do PT, via, conhecia outras experiência até que não eram do PT, eram do PSB, conhecia os antecedentes disso, antes lá no tempo do PMDB, lá em Lages, lá naquela cidade do Espírito Santo também, que era do pessoal da Arena, na época. Eu estudava a questão, estudava a questão, e o pessoal, tinha uma briga muito grande dentro do PT, o PT, o pessoal local, não, endeusava muito a questão da forma de fazer de Porto Alegre, pessoal pegava aquela metodologia, pegava fria, sem anestesia e botava aqui. Ora, mas quando você tá lidando com o orçamento, dentro de uma capital, porque na época tinha sei lá, dois milhões de habitantes e tal, com um aparelho governamental grande, com capacidade de mobilização grande, com jornal, televisão e tudo mais, outra coisa é uma cidade do interior, com duzentos e cinquenta mil habitantes, e onde todo mundo te conhece, onde todo mundo me conhece desde pequenininho, você encontra com todo mundo ali ligado ao movimento social, você conhece todo mundo do movimento social, não tem como, você não precisa de televisão pra fazer. Mas há um erro congênito aí, o pessoal sem muita experiência, pessoal do partido sem experiência de administração pública, ah, porque queria, porque queria fazer a metodologia, tem que ser aquela de Porto Alegre, tem que ter isso, tem que ter aquilo, criou uma confusão, porque sem saber

como operar aquilo dentro da máquina, quer dizer, o sujeito tinha um software, mas a máquina dele não rodava o software, entendeu. Então, os dois primeiros anos do governo do Baltazar foi briga, ali teve uns problemas que eu já pressentia, já conseguia avaliar e criticar, e era uma pauleira danada, porque o sistema do orçamento participativo, no início, ele era muito desconstitutivo das estruturas instaladas. Então, você começa, plenária aqui, plenária ali, nova liderança e desconstitui tudo, você fica dando o peso, todo crédito todinho à organização a partir de criando lideranças por plenária, por não sei o que lá, e vai, criava um problema também, um incômodo, porque Volta Redonda vinha de um processo muito intenso de discussão do movimento social, o movimento social muito ativo, e você fazia uma Plenária daquela, na hora da Plenária desconstituía a liderança, não reconhecia a liderança, saiam uns mequetrefes nas plenárias, o negócio não funcionou. No primeiro ano, no segundo ano, os dois Secretários que tiveram aqui comeram o pão que o diabo amassou com o rabo, brigaram pra cacete. Terminava a plenária, era porrada para tudo quanto é canto, a metade da plenária, antes de começar a plenária, sem saber o que é que é, já estava panfletando contra e a outra metade dizendo que não sei o que, rapaz era totalmente uma inépcia mesmo, uma falta de capacidade de infundir segurança das pessoas do movimento, de estabelecer o que é que era, era só uma pauleira, aquele negócio de vamos resolver tudo nas plenárias, nas assembleias. Na assembleia não resolve nada, na assembleia era todo mundo xingando todo mundo e não sabia nada, e eu fiquei olhando de longe aquele negócio e participei dentro do PT, criticando e brigando muito, até que quando eu... Aí, o primeiro ano, o primeiro secretário quase que enfartou, foi embora, a mulher dele tirou ele do governo, foi embora daqui, ele hoje é reitor da UFF, mas ele passou apertado, ele era uma liderança da Igreja, ele passou apertado. No segundo ano, o outro colega do PT, muito diligente e tal, sofreu pra chuchu, mas o que é que eles realizaram nesses dois anos, eles conseguiram algumas coisas importantes, eles conseguiram um consenso de dividir a cidade em doze setores, podia ser treze né, porque era o PT na época, mas não fizeram, esqueceram e conseguiram doze só, eu acho que a maior parte aqui era pedetista do movimento, conseguiu dividir em doze setores homogêneos, que dizer, com alguma certa homogeneidade, setores e nesses setores agrupava as representações desses setores né, e fizeram o primeiro mapeamento com a associação de moradores. Mas nas plenárias iam cobras e lagartos, vinha gente de

tudo que era representação, e a representação, o objetivo que era discutir o orçamento se perdia, se perdia, se perdia completamente, não se discutia, estava muito quente o período, ainda, político, a campanha, o pessoal não saia do palanque, o negócio enfrentando, e isso culminou com o processo de privatização da CSN, que já tinha um acúmulo, já tinha uma confusão, uma, já tinha, assim, a temperatura estava altíssima junto ao movimento social já, e pouca gente, aquilo foi uma confusão danada e ninguém conseguia ter juízo pra separar aquilo, vamos trabalhar no orçamento, vamos trabalhar no orçamento, o que é que é o orçamento. Olha eu estou com um problema na administração, um cenário conflagrado, cenário conflagrado, a disputa toda e a privatização no top né, acontecendo a privatização. Então, em 93 e 94 foi um negócio terrível ((interrupção por falar de terceiro não envolvido na pesquisa)), era uma temperatura alta, todo mundo num cenário totalmente conflagrado, sem chance. Na medida que as coisas foram se redirecionado, foram-se, enfim, a própria história da privatização e tudo, direita para lá, esquerda pra cá, esquerda contra e direita achando que ia ficar rica com a privatização, a esquerda conseguiu no processo alguns mandatos de vereador, algumas lideranças tornaram-se importantes, visíveis, por causa dos problemas, por causa do sindicato dos metalúrgicos. Mas depois, houve um arranjo, e a privatização saiu, e o pessoal mais à direita, o empresariado aqui achando que ia se dar muito bem, foram também levaram tinta porque a CSN acabou com todos os empresários daqui, eram empresas que prestavam serviço pra CSN, e muitas delas, algumas empreiteiras que não tinha nenhuma...é... fecharam as empreiteiras, acabaram as empreiteiras. O transporte que era importante, as transportadoras ficavam em Barra Mansa, foi levado pra São Paulo, acabou, o transporte foi um jato de água fria, essa coisa abrandou. Aí, a discussão pela cidade começou a aparecer, aí, saiu o primeiro secretário, entrou o segundo, aí o terceiro, eu fui o terceiro, no terceiro ano eu fui o terceiro secretário. Para fazer isso teve uma discussão com os colegas do PT, eu falei olha, para fazer isso, nós temos que ter alguma, temos que estudar o método aqui. Tinha algumas bobagens, por exemplo, tinha umas bobagens, assim, de como era uma aliança de PT e PSB, não tinham maturidade, um negócio bobo assim, o pessoal queria que as obras que fossem, nem tinha obra ainda, não tinha nem dinheiro, discutido em 93, as obras que forem do orçamento participativo têm que ter uma placa dizendo que é o OP, com um carimbo. Eu falei gente, o governo é um só, não tem governo do PT e governo do PSB, não, separado não, se o governo do PSB

se der mal o do PT está junto. Eram umas coisas assim um pouco, alguma coisa um pouco pueris na questão, na gestão mesmo. Aí depois, veio para fazer, “nós temos que reservar um dinheiro qualquer do orçamento, um tanto para o orçamento”. Eu falei, não tem tanto, você tem que discutir o orçamento. Aí, até virar esse jogo, o orçamento é uma peça fundamental do planejamento do governo, ponto, ele tecnicamente é feito, estava equivocadamente sendo feito pela Fazenda, isso é a raposa tomando conta do galinheiro, não dá. Quem faz a execução financeira, vamos estabelecer um princípio, quem faz a execução financeira não faz execução orçamentária. O orçamento é coisa de planejamento, não é coisa de Fazenda. Aí começamos a brigar, primeiro, por esse princípio, aí, então, vamos separar, traz o orçamento para o Planejamento, aí acontece um problema porque o meu planejamento aqui na Secretária de Planejamento ele tinha um caráter muito de planejamento urbano, independente de existir uma autarquia, o Instituto de Pesquisa de Planejamento Urbano, mas ela no passado era arquiteto mandando nesse negócio, então, entendia o planejamento como algo da atividade exclusiva do arquiteto e tal, mas, visões equivocadas. Então, já lá na Uerj, aí foi feita uma reforma na Uerj e aí me perguntaram, falei que tinha que conviver com aquilo, mudamos aqui, criei um Departamento de controle urbanístico que ficava aqui, que é o que faz o licenciamento de obras e tudo mais aqui, acontece aqui, e um Departamento de orçamento e controle, que era pra fazer isso, e juntei, tinha uma assessoria do movimento, tinha um pessoal que vinha do movimento, a oposição sindical, toda a galerinha do partido e tal que era fissurada com aquele negócio de fazer o orçamento, e esse pessoal, falei, esse pessoal vai ficar aqui numa assessoria junto comigo aqui, que era o pessoal que eu tinha, era a conexão que eu tinha com o movimento, se não tivesse aquelas pessoas, eu não conseguiria mobilizar ninguém né. Então, essas pessoas já estavam aqui, não foi eu que trouxe essas pessoas para cá, essas pessoas faziam parte do partido como eu também, com a diferença que eu era funcionário público, eles não, eles vieram com cargo comissionado e tal, tudo bem. Aí começamos, precisamos discutir isso, vamos discutir. Primeiro, o orçamento é total, então, vamos discutir o orçamento com a comunidade, qual é o meio da gente conversar, essas histórias que nós temos que preparar, ao invés da Fazenda preparar esse orçamento que é uma peça que nós temos que apresentar, nós temos que fazer, naquele tempo ainda estava enrolado a história do Plano Plurianual, não tinha ainda, ainda ninguém fazia plano plurianual no interior, não

tinha LDO, era uma confusão danada. Eu falei, nós temos que organizar isso aqui, nós temos que fazer esses documentos assim, nós temos que começar isso, temos que ter algum processo mínimo que seja de discussão com a comunidade sobre isso, aí vem a discussão, “não, o movimento”, eu falei gente... Aí começou, conseguiu um consenso de que quem se interessaria, quem primordialmente deveria participar dessa questão, porque tinha um interesse direto, dada as demandas, ao acúmulo de demanda represada de melhorias urbanas e tal, porque nós tínhamos saído da privatização da CSN, uma confusão, a gente pretendia mexer, o urbano estava tudo abandonado, o governo anterior, no processo, a Prefeitura estava abandonada, um negócio horroroso, a gente tinha que recuperar aquilo, recuperar, inclusive, informações, para o planejamento e tudo mais, aí nós começamos esse processo, falando, nós temos que, teve um consenso de que quem no movimento social deveria representar com mais pertinência, com mais competência, com mais, era, foi um consenso deles, era as associações de moradores, porque tinha quase 100 associação de moradores aqui, temos 40 bairros, mas 100 associação de moradores, então, olha é a associação de moradores. Então, montamos um negócio informal, vamos começar, eu comecei pensando na metodologia, eu falei, primeiro, tem que bater um papo com essas associações, aí rapidamente montei um... foi muito trabalhoso, extremamente trabalhoso, dava seis horas, final do expediente, a gente montava aquilo num verdadeiro auditório aqui dentro da secretaria, nem era nesse prédio, era num outro, improvisava o auditório e era toda noite a gente reunia, assim, com de 100 associações, a gente ia com 10 associações, durante 10 noites era 10 associações, os presidentes, os diretores, quem quisesse vir, e a gente ficava fazendo um trabalho, dando verdadeiras aulinhas, discutindo essas questões, falando é assim, assim, assim, dando exemplo, o orçamento, o que é o orçamento público, para as pessoas entenderem o que era orçamento, não havia nenhuma cultura, nem dentro da própria Prefeitura, uma cultura de entender o orçamento, o orçamento era uma peça, sei lá, um instrumento lá que só a Fazenda que entendia e ninguém sabia para que servia aquilo, entendeu, aquilo botava, nós temos que fazer, o orçamento é isso, é isso, é isso, aí todo mundo entendia. Nós temos que fazer isso, nós temos que fazer aquilo, ah, tá bom, foi um certame enorme, e a medida que eu ia conversando com as associações de moradores, com esse grupo, eu ia conversando com a minha assessoria, com as pessoas, tentando, vamos planejar, vamos planejar, como é que a gente vai fazer, como vai ser o método, “ah, mas

porque em Porto Alegre”, eu falei gente não dá fazer uma plenária, você faz uma plenária pra tirar por bairro, por não sei o que, plenárias públicas e tudo mais, você não sabe quem vem e tudo mais, acho que a gente tem que fazer com as associações de moradores, senão a gente desconstitui o movimento que tá aí, eu não seguro essa onda, eu não seguro essa onda de criar nova liderança, esse tipo de coisa não tem, é uma cidade de interior, não tem meios pra ficar massificando informação e determinando método, tinha que conversar cara a cara, era o meu filho e o bigode ali, gente conversando tête-à-tête, então, tudo bem. Então, o seguinte, aí nós começamos, entendemos, a gente começou a entender que precisávamos fazer um check in down, um grande levantamento de demandas, aí nesses papos com as associações dos moradores, dividido por setores e tudo mais, a gente começou a pedir pra eles fazer o seguinte, cada presidente de associação de moradores vai fazer uma assembleia no seu bairro, você vai ser responsável pela assembleia no seu bairro, tu não é o presidente da associação de bairro, você vai ter que, e a gente queria fortalecer, também, as associações de moradores, elas eram muito à [inaudível] e tudo mais, mas não tinham, eram totalmente oposição, mas elas tinham muito pouco acesso ao governo anterior, no governo anterior ninguém dava bola pra isso, não. Então, a gente queria vocês vão fazer, aí a assessoria trabalhava no sentido de ajudar os caras, os presidentes de associações a montar suas plenárias, aí as plenárias eram feitas nas associações de moradores, eram feitas não, foi feito um certame enorme, cada associação de moradores, gastamos um tempo enorme, a gente indo a cada lugar, dividia a equipe e o pessoal fazendo. Fizemos mais de 100 plenária, cada associação de moradores fez a plenária para recolher assinatura, não sei o que lá, quantas pessoas presentes e recolher demanda, e a demanda vinha escrita de tudo quanto é jeito, né. Imagina, a gente separa isso, cada uma num cartãozinho aí que, escreve nisso, aí comecei aquela época, nem computador não tinha, não tinha informática, tinha uma máquina [inaudível] daquela matricial, uma tela preta [trecho incompreensível], não tinha computador, não tinha Windows, não tinha nada disso. Muito bem, quando surgiu o primeiro, a gente começou a arranjar computador, aí tentamos o pessoal do orçamento, vamos fazer projeto, aí pegaram um software ms project, nossa senhora, isso até o pessoal aprender, eu falei gente, joga isso fora, isso é pra CPN, isso não funciona, aí uma colega que era jornalista e trabalhava com a gente, ela pegou e fez um primeiro arquivo em [trecho incompreensível], ah, esse que é bom, e aí a gente montou, a gente ficou aqui, a

gente não sabia o que é que fazia com mais de oito mil pedidos de coisas que a gente não tinha a menor condição de identificar o que é que era o quê. Aí, a gente começou a fazer o seguinte, desse certame, enquanto estava acontecendo essas plenárias, e isso começou a agitar bastante com uma certa organização, o pessoal começou a aceitar uma confiança, porque eles eram o protagonista, o protagonismo deixou de ser nosso, o protagonismo passou a ser deles ali, presidente de associação de moradores e tal, eles ficaram empolgado, todos eles tinham a liderança, chamavam as pessoas e tal. E enquanto isso, eu discutia com a equipe aqui e começava a falar, como é que nós vamos proceder com isso? Onde é que vai dar isso? Como é que nós vamos fazer? Segunda etapa como é que é? Eu falei gente, como é que a gente tem que montar isso, tem que resultar lá na frente num fechamento qualquer. Aí, tinha um colega nosso que era assessor de gabinete, um engenheiro, ele tinha sido um engenheiro mecânico muito amigo meu, e que a gente era ligado, ele tinha sido presidente do Sindicato dos Engenheiros durante a greve da CSN de 88, era liderança, e o Coutinho era muito esperto, e aí o Coutinho ajudou muito, o Coutinho e algumas pessoas do próprio movimento, algumas presidentes da associação de moradores, me ajudaram muito nessa hora, e as nossas assessorias, ficamos pensando, bolando, bolando. Eu falei, vamos sair daquele momento, dessa primeira fase, a gente chamou um certame que a gente chamou de Setoriais, Setorial, porque ia por setores e capturar demanda, funcionou naturalmente, e a gente montou, falou como é que a gente tem que fazer, eu falei agora nós vamos ter que fazer, nós vamos ter que discutir isso por área. Aí começou a tentar uma classificação, pegar aquele volume de demandas, sei lá quanto tinha, seis mil, oito mil, não sei quantas, e botar aquilo e dividir por temas o que a gente achava, agrupando o que a gente achava mais ou menos, eram temas que não eram temáticas, não eram temas aleatórios em função, era tema em função da nossa máquina, em função do que a gente faz. Então, assim, obras, Secretaria de Obras. Saúde, educação, saúde tinha um monte de aparelho, tinha Secretaria de Saúde, o Fundo Municipal de Saúde, tinha o Hospital São João Batista, tinha o Posto de Saúde, a Policlínica, que tinha grande profissional. Eu disse chama esses caras, que esses caras vão ter que... O que é que a gente montou, aí pensando, eu e o Coutinho pensando, a gente montou, aí foi um divisor de águas, porque aí que foi um negócio bacana, a gente pegou uma escola, uma escola inteira à noite que estava vazia, não sei porque que estava vazia, eu acho que a gente pegou isso, era

à noite, não sei se já era junho, não era não, isso, não era não, eu agora estou, 93, 94, isso foi em 95, 96... Acho que foi em 95, foi logo no início, não sei porque que a escola estava à noite a gente conseguiu, à noite não tinha ninguém. Então a gente, e tinha um pátio grande da escola, na escola, a gente recebia todo mundo, a gente chamou todo mundo, 100 associações de moradores, a gente chamava, assim, 100 associações de moradores, dois representantes por associação de moradores, que já estavam de posse de suas listinhas e tal, e podia trazer os convidados, não tinha problema nenhum, eu sei que juntou gente pacas, gente, nossa senhora. E aí o que é que acontece, credenciava todo mundo, chegava seis horas da tarde, estava chegando todo mundo, montava-se uma mesa, uma mesa só tipo solenidade, só pra marcar o negócio, uma mesa, o Prefeito, por exemplo, a noite da saúde, o Prefeito, o Secretário de Saúde, o Diretor Executivo do SUS e Hospital, o chefe da Policlínica, e eu lá fazia, e eu fiquei de Mestre de Cerimônia, a vida inteira eu fui de Mestre de Cerimônia, chamando todo mundo e instruindo e tudo mais e aí, todo mundo falava, todo mundo batia palma, a solenidade o pessoal só falava as preocupações, o Secretário falava das preocupações principais dele com relação à prática, e todo mundo dava uma geral, o que é que era problema, o que não era, fazia um discurso assim. Depois o que é que a gente fazia, a gente subia, isso umas seis horas, sete horas da noite, tipo um horário de aula, subia nas salas, a gente tinha doze salas, os representantes iam, Sala 1, Setor 2, a cidade estava ali, estava ali, aí o que é que fazia, aí a gente tinha programado previamente, na primeira aula, primeiro horário, segundo horário, a gente botava o pessoal pra discutir, em cada sala tinha alguém da saúde conversando, e com aquele grupo com a lista, todo mundo naquele grupo ali, com a listagem, a gente já tinha feito esse trabalho aqui no [inaudível], a gente ia com as listagem das demandas daquele setor, só da saúde, então, era coisa pouca, era vinte, trinta demandas, questões, aí o pessoal da saúde sentava tête-à-tête, na sala com aquelas pessoas e discutia ponto por ponto e aí “não sei Secretário, não sei como que é isso, isso aí não, aí já vai ter que perguntar pro Ministério, isso a gente não pode fazer, isso é assim, [inaudível], ah, isso tá pronto, isso é só fazer isso, é só fazer aquilo”. Entrava num acordo, cara a cara, era assim quinze, vinte membros da associação ali que já tinha feito suas plenárias, com aquela demanda, e batia papo tête-à-tête com o pessoal da saúde. Aí no segundo horário, intervalo, cafezinho, hora do recreio, e aquilo ficou muito animado, ficou bonito pra cacete, foi um negócio emocionante, legal, todo mundo numa satisfação muito grande. Aí, os

agentes de saúde trocavam de sala, porque a turma ia, revia aquilo no segundo horário, porque a turma do hospital estava lá, não deixa que a turma do hospital vem aqui e tal, e passava a noite toda, a noite da saúde, e eles saiam com aquelas, saiam com aquelas, com aquelas...

PESQUISADORA: Lista?

ENTREVISTADO XI: Com aquela lista arrumada, não era uma lista mais com aquela listagem primitiva das associações das plenárias lá no bairro, aquilo já tinha, aí eles elaboravam, junto com o secretário a lista, claro ficava com uma cara mais com a influência já dos secretários, “falando não, isso aqui não, isso aqui não vai dá, isso aqui, deixa esse negócio daqui a dez anos, então, põe esse negócio separado”. Então, já tinha uma qualificação dessa lista, essa lista já vinha qualificada, muito bem, fizemos noite da saúde, noite da educação, noite da obra, foram três noites da obra e tal, tal, fizemos isso tudo. Quando fechou aquilo, aí ficou o drama, como ranquear isso, como ranquear, daquelas oito mil, oito mil já tinha virado a essa altura, já tinha virado quatro mil, oito mil já tinha virado quatro mil demandas, né. Aí nós viemos para cá e começamos a estudar o que é que a gente faz? Como é que a gente arranja? Que argumento a gente usa para unir tudo de novo e para fazer? Aí, fizemos aquela listagem, como é que ranqueioa isso? Como é que faz? Isso foi uma outra discussão, essa discussão apurou, foi uma outra discussão. Convocamos certame, aí nós fizemos um negócio interessante, nós fizemos as salas de aula todinhas de novo, colocamos coisa e fizemos uma instrução, uma espécie de capacitação, ideia maluca, essa ideia foi doida, essa ideia foi muito maluca, porque o negócio que o pessoal usa, urgência, tendência e... como é? É... ai meu Deus do céu, ut, um negócio que contador usa, urgência, tendência, que a gente usa no planejamento, urgência, tendência... Eu não me lembro qual é o nome, e aí a gente fez uma espécie de capacitação rápida com todo mundo dizendo, o que é que era urgência, tendência e eu não sei qual é o outro nome, meu Deus do céu, urgência, tendência e [...] A gente passava pra classificar, e aí o que é que a gente fez, feito isso, todo mundo entendido isso, cada grupo elegeram, cada grupo ali, daquele setor, cada setor, daquela sala, elegeram um membro deles ali que defenderia as obras, que defenderia as obras e explicaria as obras, todas as demandas, obras estou falando porque a maior parte era obra, as demandas do setor, ele defenderia a demanda do setor, eles elegiam. Então, doze salas, doze líderes eleitos para explicar e coisa, e o pessoal trocou de sala todinho. Então, em cada sala foi um representante de cada

setor para cada setor, por exemplo, setor 1, tinha o cara que ia defender as obras do setor 1 e ele ia defender para quem? Ele ia demonstrar aquilo para quem? Ele ia defender e demonstrar para quem? Para membros de outros setores, setor 2, 3, 4, 5 e 12, do setor 2 e assim por diante. E qual era o desafio, o desafio eles deram uma fichinha para gente votar de 1 a 5, dá nota de 1 a 5 pra urgência, tendência e o outro terceiro nome que eu não lembro o que é que era, e um cartãozinho, né. Muito bem, e o cara defensor do setor explicava “essa obra é assim, assim, nós estamos querendo há muito tempo, ela é importante, assim, assim”, aí, todo mundo, “por quê? Os caras faziam pergunta, “assim, assim, ah, mas lá no bairro, eu conheço esse negócio lá, eu conheço”, porque a cidade não é tão grande assim, né, “eu conheço, mas por quê? Ah, mas aquilo pode esperar, pode esperar ou não pode esperar, aí se não fizer hoje, amanhã vai ser pior e tal”. Foi aqueles papos, o papo todinho era esse, entre eles, e eles iam votando, com aqueles cartões, nós viemos pra cá, aquilo foi um fetiche, na verdade aquilo ali é um fetiche, aquilo dava um fetiche, era uma, vamos dizer assim, era uma, era uma... não era um negócio preciso, era algo assim que dava confiança pra eles de tá participando, qualquer que fosse o ranqueamento, o ranqueamento sofreu uma série de outras coisas na frente, mas eles se sentiram muito à vontade participando daquilo ali né, e a gente pegou aqueles cartãozinhos e fizemos um cálculo, colocamos aquilo, uma forma de multiplicar as notas, e ranquear o total de pontos, e aquilo sugeriu, sugeriu um ranqueamento. Aí, nessa hora, o ranqueamento foi e já houve uma depuração, aí esse ranqueamento já estava e ficou lá em termos de demanda, ficou lá umas três mil demandas, de quatro mil sobrou, já ficou menos de três mil, dois mil e quinhentos, três mil, não me lembro do número hoje, ficou um negócio assim, mais ou menos. Aí nós fizemos aquele ranqueamento danado. Eu falei gente, como é que a gente faz isso aqui? Aquilo estava em lista, a gente conseguiu, com muita eficiência, colocar aquilo que era primeiro, o que é que teve mais voto, aquilo que teve menos voto, em dois mil e quinhentos, aí tinha umas áreas que dava sombreamento, que dava notas iguais, e dava umas quatro ou cinco notas com o mesmo peso e tal, aí a gente resolveu esses problemas de organização, de coerência. Ótimo, muito bem, aí eu falei, agora como a gente faz com dois mil demandas ranqueadas, que é que adianta isso? Eu falei, como é que eu faço isso? Como é que é que eu orço isso? Como é que eu, eu não tem perna pra chegar isso, cada obrinha dessa, sair e botando preço, tem que ir no sentimento, aí o que é que

acontece, a parte técnica aqui já tinha desenvolvido, mais ou menos, o arcabouço, já tinha uma previsão orçamentária de cada obra, e cada obra tinha o seu gestor, o Secretário de Obra, o Secretário, era gente, a maior parte gente com experiência, principalmente da obra, o Secretário de Obra era também um cara como eu, hoje ele é vereador e ele foi quarenta anos de Secretaria, vinte, foi mais secretário de obra do que eu, e conhecia aquilo muito bem, uma pessoa, um jovem também, hoje ele está velho, mas é um jovem animado com essa questão, muito empolgado, me deu muito suporte pra isso. O que é que eu fazia, aí, botei minha assessoria aqui, trabalhei interno, todo mundo em volta, aí o Secretário sentado na mesa e a gente em volta numa mesa de situação, e na mesa ranqueado olha o que é que ranquear sua prioridade, sua lista prioritária está aqui, ranqueada, aqui da saúde, na obra, vamos ler, um trabalho conjunto, interno, e vamos ver aqui. Primeiro, a primeira de todas é essa, vambora, vamos fazer, vamos fazer, vamos fazer, ia listando e ia fazendo, e chegou uma hora que falou, “isso aqui eu já começo a ter dúvida se eu vou conseguir fazer, porque na minha cabeça, pelo orçamento que eu tenho, pelo que eu estou mais ou menos acostumado a fazer, até aqui eu garanto que eu faço, isso aqui dá pra eu fazer, tenho certeza que eu faço. Então, vamos entrar agora numa área que eu estou em dúvida, aqui, aqui, aqui, eu estou em dúvida. Não, daqui pra frente não, dúvida completa, daqui pra frente eu não faço”. Beleza, então, ele gerou uma área, ele me gerou um ranque, em termos de planejamento, que confiava que fazia, um número de demanda que ele não tinha confiança se fazia, poderia ser ou não, e uma outra que ele tinha certeza que ele não faria. Muito bem, com essa obra, com isso aqui, o que é que a gente fez, eu ranqueei, com todos eles, eu ranqueei o que seria para o exercício e o que não deu para ficar para o exercício e que ficou para um banco de dados, um banco de dados para discussão posterior. Como é que a gente faz isso? Convoca todo mundo para escola de novo, todo mundo lá, nós vamos homologar, nós temos que homologar isso, explicamos. Aí passamos uma noite inteira, uma noite inteira, foi muito tranquilo, eu falei, a minha maior apreensão é com essa plenária. Eu falei, agora, ferrou né, vamos levar tiro, eu vou dizer o que eu vou fazer e o que eu não vou fazer né. Mas fomos para lá, não deu bico, foi uma festa, todo mundo adorou, achou uma maravilha, bateram palma, eu expliquei, então, fica assim, isso tudo a gente não tem certeza, isso aqui a gente, o secretário estão aí, todos os secretários aqui nós estamos com a convicção de que a gente pode fazer isso aqui, isso aqui a gente tem dúvida, isso aqui a gente vai ter

que discutir depois nos outros exercícios. Ah, mas foi uma festa, foi uma festa, tudo lacrou, geral, entendeu, eu fiquei impressionado com aquilo. Como é que a gente fez, o orçamento, a peça orçamentária mesmo, nós fizemos uma peça tradicional, não tinha, até hoje nós não temos equipamento e gente suficiente com conhecimento para ficar elaborando grandes trabalhos, nós não temos condições técnicas, quem vai para o campo, vem aqui e escreve sou eu, quem faz o orçamento esses anos todos sou eu, e o contador aqui que trabalha aqui comigo, que é o cara que faz o orçamento, que montou um sistema, que montou não sei o que lá, que faz tudo. Então, nós montamos um orçamento tradicional, era um orçamento tradicional, com as rubricas, os programas tradicionais, dava uma ajeitada pra atender as necessidades e as demandas, a gente, elas se encaixavam, nós criamos, inclusive, nas peças orçamentárias, tinham as rubricas e programas, nós criamos um caderno, com volume quatro lá, do orçamento participativo, com essa disposição, com a listagem numeradas, tinha um registro cada obra, tinha um registro aqui, tinha um registro à parte, no nosso programinha [inaudível], obra 1, obra 2, obra de tanto, de tanto, com uma identificação nessa ficha, fizemos um caderno, que era um caderno compromisso, não era um caderno que, aquelas obras não estava rubricadas dentro do orçamento, não sei se você entende, qual sua formação?

PESQUISADORA: É Direito.

ENTREVISTADO XI: Ah, eu sou da área do direito. Sou arquiteto em urbanismo e sou bacharel e direito, professor aqui da escola também, eu pensei que fosse economista.

PESQUISADORA: Não, não.

ENTREVISTADO XI: Então, no campo do orçamento não estava, os programas não estavam rubricados, não tinha os programas, por exemplo, assim, programa, já rubricado, um programa melhoria do pavimento asfáltico da cidade, vamos lá, quinze milhões. Muito bem, o que é que a gente vai fazer, eu não tinha todas as obrinhas que a gente ia fazer ali rubricadas dentro daquele programa, e eu tinha um programa guarda-chuva e eu tinha num caderno à parte que era a única maneira técnica que eu tinha de fazer naquele momento, e eu tinha o caderno à parte com compromisso, obra de pavimentação, são essas que eu vou fazer, mas estava num caderno à parte, entendeu, e isso foi uma metodologia, isso funcionou, ajustada à nossa capacidade de discussão, à nossa capacidade de organização, nossa capacidade

técnica de desenvolver a questão. Cara, mas matou a pau, arreventamos a boca do balão.

PESQUISADORA: Eles demonstravam interesse em participar?

ENTREVISTADO XI: Nossa Senhora. Nossa Senhora. Isso aqui ficou por conta do orçamento participativo, foi o programa fundamental e principal do governo, alavancou o governo, as duas administrações do Neto. Ah, e eu consegui com o Neto, que eu nem era metido a nada, as relações do Neto que era Prefeito, [inaudível] porque ele viu essa dinâmica toda acontecendo no governo do Baltazar, mas no governo do Baltazar, nos dois anos, não deu tempo de fazer nada.

PESQUISADORA: Foi só o planejamento?

ENTREVISTADO XI: Foi o planejamento no governo 95, em 96 começamos a fazer alguma coisa e teve alguns probleminhas no final de 96, eleição, caiu o Neto, aí o Neto chegou e falou, “o que é que isso?” Eu nem era das relações dele, na transição ele me procurou, me procurou, “o que é que é? Como é que é isso?” Aí eu explique para ele, contei essa histórica que estou contando para você, é assim, assim, o orçamento ele é público, é assim, a questão é só discutir com a comunidade e tal, aí ele olhou, olhou.... Até o dia da posse dele, dia primeiro de janeiro, com todas aquelas questões, tem as questões de bastidos da política e tal, e eu não sabia se ia ser Secretário. Eu estava na posse lá, fui, entreguei meu cargo no dia 31 de dezembro e estava lá. Quando o Neto entrou, porque continuava a aliança PT e PSB, mas já mudava grupo, o grupo do Neto já assumia o PSB, o Baltazar saía, porque não tinha reeleição, e depois mais tarde ele até rompeu com Baltazar, aquelas intrigas todas da política, as variáveis político-partidária acontecendo. Independente disso, o que aconteceu, o Neto quando entra, eu tinha aquele problema, eu discutia muito no PT, o pau cantava no PT, eu ajudei a fazer o plano de governo do PT que era um negócio desse tamanho, que era uma proposta para aliança, e a aliança mudou aquilo tudo, eu falei rapaz, isso aí eu nem sabia se ia ser Secretário, nada. No dia da posse que ele chamando secretário, ele “gostaria de convidar o Arquiteto Lincoln para permanecer à frente da pasta”. Foi assim, aí eu entrei, assinei o livro e fiquei. No dia seguinte eu cheguei para ele, olha, reunião do orçamento participativo, você tem que conversar com as associações, porque ele já foi eleito muito antes, foi, andou, ele tinha um carisma muito grande e tudo mais, mas agora precisa ir lá. Aí eu fui num certame com ele num auditório da Prefeitura, um certame de seis noites, assim, dois setores, auditório cheio, seis noites, foram

seis noites seguidas, foi numa segunda até na outra terça, um negócio assim, na outra segunda, e reuniões à noite, seis horas, sete horas da noite até as nove, auditório cheio, dois setores, dois setores dava assim trinta associações mais ou menos, tem setor que tinha mais associações, setor que tinha menos associação, mas dois setores dava cinquenta, sessenta presidente de associação de moradores, mais não sei o que, por noite, e com aquele calhamaço, aquela montanha de papel ali, e o Neto usou uma frase que ficou interessante pra chuchu, que marcou muito o tipo de pacto que foi feito, político e público, ele virou e falou assim, “olha gente, eu estou administrando, nunca administrei um município, estou administrando pela primeira vez, estou chegando, tenho dificuldades orçamentárias, tenho dificuldades financeiras, muito problemas”, porque ali estava barra pesada, tinha acabado de enfrentar a privatização, isso teve um impacto muito grande aqui pra nós, aquela história toda, ele falou, assim, “eu não vou garantir para vocês que vou fazer isso tudo que está aqui, eu não sei, eu ainda preciso”, o orçamento já estava pronto e tudo mais, “não sei se eu vou fazer isso tudo, mas garanto a vocês uma coisa, tudo que eu fizer, vai ter que sair daqui”. Cara, isso foi a senha, foi uma festa, extremamente importante e, a partir dali, o orçamento foi prático, pipocou obra na cidade inteira, até criando divergência com a gente dentro do PT, porque o negócio alavancou mesmo, aí ficou uma ciumeira danada, mas mexeu mesmo, mexeu. O orçamento nos dois mandatos do governo Neto, aí foi de 97, 98, 99, 2000, tipo, 2001, 2002, 2003 e 2004, nesses dois mandatos a cidade sofreu um impacto grande desse tipo de atuação da administração, o papel da administração foi distintivo naquele momento de depressão da própria cidade, uma cidade, uma company town, uma cidade toda em torno de uma CSN, que a vida inteira se orgulhou de fazer aço para o Brasil, de repente foi expropriado daquele seu, foi expropriado, a cidade foi expropriada do seu múnus, da sua principal função e tal. O papel que o poder público exerceu foi extremamente importante né, a Prefeitura assumiu, acabou com aquele negócio de obra [trecho incompreensível], das reminiscências da siderúrgica, a curva do rio, a simbologia foi outra, mudamos um pouco o discurso e foi um negócio muito importante.

PESQUISADORA: E vocês continuaram com essa metodologia de chamar as associações?

ENTREVISTADO XI: Sim, continuamos. Agora, o seguinte, nesse primeiro governo foi o auge, eu já imaginava que eu já queria mexer nessa dinâmica, eu achava que...

por quê? Porque na minha cabeça eu não tinha, assim, na minha cabeça, ah, eu vou fazer o orçamento participativo, não. Na minha cabeça, o meu projeto era outro, na minha cabeça a perspectiva, o horizonte, não era fazer o orçamento participativo, o meu horizonte era democratizar a gestão pública. É uma sociedade extremamente, a sociedade de Volta Redonda sofreu. Foi um palco de repressão enorme na época da ditadura, isso aqui foi Prefeito esfomeado, foi um dos centros de tortura grande aqui no BIP, o policiamento. Mesmo depois da ditadura ter acabado, a ocupação da greve de 88, a invasão, a morte dos operários, o trauma dessa cidade é um trauma muito grande, é uma cidade que até hoje ela tem um viés autoritário extremamente exagerado, então, viver nisso aqui e conviver nisso aqui tem que ter... Hoje, o espaço não está muito bom, o Brasil está muito tomado por uma discussão muito polarizada, e sem [inaudível]. Eu aprecio, vejo o movimento e fico tentando entender o mundo contemporâneo aí, eu estou com sessenta e oito anos de idade, eu faço sessenta e oito anos semana que vem, com sessenta e oito anos de idade e eu sou de outra geração, eu combati a ditadura aqui, eu fui preso com vinte anos de idade aqui, né. Então, eu tenho uma outra história aqui, uma outra história, então, o meu horizonte aqui era o de democratização, um aprofundamento da democracia, democratizar a gestão pública, fazer, aproximar a gestão pública o máximo do cidadão, e o cidadão ter um aparelhamento, aparelhar o cidadão, empoderar o cidadão, que o cidadão pudesse compreender e participar, e isso eu vi, com muito entusiasmo, coisa até que eu já trabalhava na Prefeitura há vinte e tantos anos, eu tinha perdido o entusiasmo, eu não acreditava, por exemplo, que a gente pudesse fazer o que a gente fez com as favelas, tinham cento e setenta e quatro núcleos de posse, a gente chama núcleo de posse, são favelas, nós urbanizamos as cento e setenta e quatro favelas de Volta Redonda, só isso era uma coisa que eu não acredita, um arquiteto em urbanismo [trecho incompreensível] a Prefeitura, eu olhava, como é que resolve o problema da favela, não resolve, não tem jeito, não tem verba, e a gente fez, botou mais de oitenta milhões nessas favelas, então, é asfalto, é luz, tem favela que tem internet e tal. Ora, eu vi isso, então, eu fiquei muito entusiasmado com isso daí, esse momento foi de entusiasmo muito grande e eu, como o horizonte era democratizar, eu esperava que o orçamento fosse o núcleo e a partir dali, nós fossemos com o planejamento urbano, política urbana participativa, para política, tudo ser participativo, me envolvi enormemente com o Ministério da Cidade, com as Conferências e tal, me envolvi com aquilo regionalmente, sai pra

discutir regionalmente, fazer o Fórum Regional do médio paraíba, Fórum de Secretário de Planejamento, me dediquei a isso na crença de que poderia expandir. Do ponto de vista do orçamento, eu já imaginava, que eu quis criar algumas Câmaras, mais especializadas, independente do grosso ser discutido com as associações de moradores, o principal Fórum, mas eu queria criar Plenárias específicas, que eu chamei aqui, por falta de outro nome, eu estava chamando de Câmaras, mas não era bem Câmaras, alguém soprou esse nome, eu queria fazer alguns Plenárias, alguns fóruns mais específicos, e a especificidade dela eu queria, na época, eu estava muito encantado com a possibilidade de fazer cortes específicos, políticas públicas mais específicas, de gênero, eu queria fazer uma Câmara pra discutir Orçamento e Gênero, aí eu queria discutir orçamento e idoso, as políticas vulneráveis, a vulnerabilidade social que eu imaginava eu colocava né, era gênero, igualdade racial, étnico-cultural, idoso, infância-adolescência, juventude, chamado OP jovem, e qual é o outro? Ai, meu Deus eram cinco que eu tinha na minha cabeça, estava querendo fazer assim, e queria também fazer uma Câmara, que eu ficava assim, eu queria colher um pouco o que era mais difícil, colher o chamado empresariado local, queria colher a associação comercial e tal. Impressionante, que eles depois que começa é frágil, não é muito organizado, o empresariado não era muito organizado, era organizado talvez o pessoal que estava envolta da CSN, quando aquelas empresas faliram, foram embora, fecharam e tudo mais, começou uma articulação em torno da CSN, o empresariado só do comércio, era mais frágil, mais frágil em termos de organização, mas eu pretendia fazer alguma coisa assim que pudesse discutir com os economistas, uma forma assim melhor né, porque em paralelo tinha discussão também do plano diretor e tudo mais, e só depois de 2001...Bem, eu ia ficar muitas horas aqui conversando esses detalhes.

PESQUISADORA: Mas aí foi possível implementar?

ENTREVISTADO XI: Não, aí que começou o meu revés aí, comecei a contabilizar perdas, o que é que foi, primeiro, quando entrou o governo, logo seguiu o governo do Gothardo, eu fui afastado, fui afastado dos meus assessores aqui todinho, assessoria ficou só dois caboquinho aqui, respondendo, o orçamento que o Gothardo fez foi um orçamento intramuros, fazia, bagunçou tudo, ninguém pra organizar, perdeu aquela organização que era por setor, ficou os meninos com o negócio de setor, e o Gothardo ignorava setor, e o pessoal dele que veio pra

Prefeitura não sabia porra nenhuma de nada, aí fazia uma negócio de governo itinerante no bairro, uma forma picareta, governo itinerante no bairro, e ficava não tinha organização, falava um monte de bobagem, não fazia, não cumpria, desgastou a administração. Foi uma bosta a administração dele, tanto é que foi uma bosta que não conseguiu nem se candidatar para um segundo turno, correu da raia, e o Neto voltou, porque o Gothardo tinha saído do grupinho dele, voltou para tapar e sufocar aquele negócio, e o Neto voltou, no Neto voltou e eu voltei com ele, e aí, cheio de esperança de que, ah, eu pego de onde deixei... Estou tentando pegar de onde deixei até hoje, desde 2009. Então, comecei a enfrentar problema, a agenda urbana cresceu, não conseguimos dar conta, 2009, 10, 11, 12, eu fiquei apavorado tentando emplacar a agenda urbana, que eu achava que o orçamento ia tocando, a metodologia ia tocando, o governo tinha que responder, e fazia as obras, e começou a falhar, o governo começou a botar muito dinheiro na saúde, problema da saúde, precisamos incrementar demais a saúde, nós temos um aparelho de saúde aqui que faz inveja, é uma disputa, o aparelho de saúde nosso disputa com plano de saúde, a policlínica tem tomografia e tudo mais, eu fico pensando, isso aqui é uma forma também de transferir dinheiro para os médicos, pra a categoria médico, entendeu. Eu comecei a me insurgir com esse negócio, mas em absoluto, sem capacidade de [inaudível], minha capacidade de intervenção muito limitada, essa é minha avaliação né, que me perdoe o Neto, eu ainda não tive oportunidade de falar, ele sabe que eu, ele sabe das minhas... eu respeito muito ele por tudo, eu também não sou candidato a porcaria nenhuma, não me senti com tesão nem de romper, nem de criticar, nem de rachar, nem de tensionar, nem de nada, eu fiquei tentando, eu fiquei achando que eu podia... Bobo, eu fui bobo, eu tenha um penitência danada pra cumprir, eu não vou pro céu não, eu vou passar num purgatório [inaudível], porque eu fiquei ali, tentando, tentando, tentando e me encabelei com o negócio, fiquei tentando correr atrás da política urbana porque eu não conseguia, fiquei de 2010, só fui conseguir contratar uma consultoria pra fazer o saneamento em 2014, que terminou e a Prefeitura ainda não pagou a última parcela pra empresa, que fechou o plano, tá pronto e tal, tem planta. Aí, eu comecei a descobrir que esse tipo de arranjo político não implanta plano nenhum, implantou o orçamento porque o orçamento foi um instrumento extremamente eficaz de gestão direta dele, e o Neto foi um campeão, ele teve uma capacidade enorme de utilizar o sistema, ele foi naquele negócio de andar, e ver, e de falar com a dona fulana de tal lá, ah, conhece todo mundo da

associação de moradores, conhece todo mundo por nome, aquele negócio, é um político que conhece todos os problemas, “vou mandar fazer aquele negócio, vou pintar, aquela lâmpada daquele poste eu vou trocar, amanhã tá trocando o poste”. Aquele instrumento foi um instrumento muito eficaz pra ele, deu um poder a ele descomunal, porque ele nos dois governos dele, no primeiro e no segundo, ele não teve concorrente, ele saiu com 98% nas pesquisas, é um negócio absurdo, e quando ele voltou ele voltou, teve um, ele voltou, teve um enfrentamento, voltou muito bem, voltou muito bem, e aí já começou já uma, aí já não voltou não era PSB mais, não era PT, era PT e PMDB, aí não preciso te dizer o que é que resultou a nível nacional e a nível local, apesar de ser o Neto e tudo mais, mas era PMDB, era uma outra coisa. Aí eu já achei a gestão de 2009 para cá, esses dois últimos governos do Neto, que eu faço parte, uma gestão com muita dificuldade, quadros fracos na gestão pública, recursos, começou a apertar recursos.

PESQUISADORA: E as obras teve dificuldade para implementar o orçamento?

ENTREVISTADO XI: Teve, teve. Fizemos muita coisa, muita coisa.

PESQUISADORA: Mas vocês continuaram escutando, mesmo não conseguindo implementar?

ENTREVISTADO XI: Continuamos, retomamos tudo, mas foi o seguinte, o pessoal acostumado, acostumado ao seguinte.

PESQUISADORA: A ser atendido?

ENTREVISTADO XI: A ser atendido sem fim, sem fim, chegamos a um ponto que a gente tinha o orçamento era o que aprovasse era feito, não tinha mais aquele negócio.

PESQUISADORA: E nessas reuniões vocês chegavam a falar para população o valor do orçamento que era destinado para aquele ano? Eles tinham uma ideia?

ENTREVISTADO XI: Não, não, o valor destinado?

PESQUISADORA: Quanto vocês destinariam para fazer com obras?

ENTREVISTADO XI: Não tinha isso, era todo o investimento nosso que estava disponível.

PESQUISADORA: Era o valor total, não era só um percentual? Porque tem alguns locais que eles pegam percentuais e destinam.

ENTREVISTADO XI: Pois é, isso aconteceu lá no segundo ano, “ah, deixamos tanto aqui para o orçamento de investimento”. Que tanto nada, eu já rompi com isso lá no início quando eu assumi, eu falei não, eu discuto o orçamento inteiro. Qual é a

capacidade? O que é que nós vamos fazer? Nós vamos fazer isso. Por quê? Ah, o governo, entrava o governo também, o governo pretende fazer isso, isso, isso, ok, ok? “Ah, não concordo com isso não, eu quero isso”, ia tudo no bolo. O Secretário de Educação ou de Saúde ou de Esporte, ou de coisa, decidia ali com eles, ele botava a demanda dele também, “oh, nós temos que fazer isso, nós temos um programa de governo, quero fazer isso, tem que fazer o estádio”, “ah, mas por que você não vai fazer o estádio? ah, então tá”. Ele negocia ali com a turma, “aí, quero um campinho”, “gente vou fazer uma arena, eu vou um estádio aqui, no bairro tal”, quer um campinho não sei o que lá, ele falou, “é, então tá, mas vai ser como?” Eu quero um campinho [inaudível]. Era no detalhe, a discussão era no detalhe, minudente, entendeu?

PESQUISADORA: Mas então só parou o orçamento participativo mesmo naquela época com ele?

ENTREVISTADO XI: Com o Gothardo.

PESQUISADORA: Depois continuou mesmo com a dificuldade não interrompeu?

ENTREVISTADO XI: Continuou, continuou, mas aí começou vários fenômenos para gente analisar. Primeiro, [inaudível] houve a associação de moradores passou a ter um, vamos dizer assim, nós ganhamos uma Câmara de Vereadores com cem membros. Então, é claro, que os presidentes de associação de moradores passaram a ter também um certo poder, ganharam poder e o jogo político ficou mais complexo, e aí também, começou a ficar mais difícil, começou a ter que fiscalizar, aí começa também eu ter que fiscalizar as plenárias feitas em bairro, o presidente da associação de moradores passou a ser, funcionou operando que nem um vereador, ele chegava aqui, era representante do bairro, é o xerife do bairro, eu sou o dono do bairro, sou presidente do bairro. Você não é presidente de bairro porra nenhuma, tu és um presidente da associação de moradores e tal, mas isso começou e muitos deles viraram vereadores, e muitos vereadores e políticos passaram a bajulá-los como grandes, se não eram políticos, viraram mesmo, eram bons cabos eleitorais. Então, isso mudou a dinâmica, isso mudou muito a dinâmica, e aí a demanda passou a ser uma demanda, talvez naquele momento ali, talvez fosse o caso de desconstituir liderança, buscar uma metodologia...

PESQUISADORA: Para renovar?

ENTREVISTADO XI: Eu queria já implantar, se eu criasse as Câmaras, e seu eu pudesse fazer outras Plenárias e tal, eu já faria, mas eu não, aí eu comecei a notar que eu não estava, que eu não tinha gente, não tinha perna...

PESQUISADORA: Para ficar fiscalizando?

ENTREVISTADO XI: Minha assessoria diminuiu muito, foi diminuindo muito, diminuindo muito, e eu não percebi isso ao longo do tempo, as demandas aumentaram e os recursos ficaram muito pequenos, e foi ficando pequeno, e eu lutando, eu tentando refazer o negócio, houve um desgaste muito grande, a administração caminhando pra outro lado, a administração... Aí, gradativamente, houve um processo de autocrático tomando conta, o protagonismo deixando de ser das associações, mesmo porque o protagonismo começou a ser uma disputa muito violenta, porque os presidentes de associação de moradores não eram mais o líder popular, não era o líder da população, era candidato a vereador, candidato não sei o que, não sei o que é lá, o negócio começou a ficar meio bichado, o sistema começou a ficar meio bichado e aquela disputa e a relação com o Prefeito muda, ou era de aliado ou era uma relação comprometida politicamente, ou era de disputa e tal. Todo aquele furor revolucionário e participativo que tinha no início, eu tinha duas federações aqui que se digladiavam e eu consegui colocar as duas federações juntas, e fui elogiado pela metodologia lá no início, mas aquilo tudo acabou, o negócio começou a ficar acomodado demais.

PESQUISADORA: E qual é a maior dificuldade no debate agora, em razão dessas questões?

ENTREVISTADO XI: Não, acabou, acabou, acabou, o debate virou um negócio extremamente burocrático, o presidente de associação de moradores entrega a lista, fala não sei o que lá, aí começou a ficar muita coisa de fora nos últimos anos, a Prefeitura ficou sem recurso, não vou conseguir fazer a obra, não vou fazer isso, não vou fazer, não adianta, vamos fazer um certame pra discutir emergência, aí começamos a discutir manutenção, é preciso manutenção disso, manutenção daquilo, só pra quebrar em uma outra coisa, o governo também desandou numa política aí que sem uma discussão mais séria, começou a ter uma indefinição e os presidentes de associação de moradores embarcaram. Quando a gente começou isso aqui, Volta Redonda tinha um estádio coberto, que era na ilha, nós fizemos no primeiro orçamento participativo, a gente fez uma quadra coberta, um estádio, um ginásio coberto [inaudível]. Hoje, não tem bairro que não tenha uma quadra coberta,

não tem bairro. Aí ficou uma disputa, aí viram aquele produto, todo mundo, cada presidente de associação para demonstrar o poder dele, tem que ter uma quadra coberta, aí teve a onda da quadra coberta, então, tem, sei lá, cento e quarenta quadras cobertas. Eu falei não é possível, estamos arrebatando com as praças da gente, [inaudível] tem quadra coberta, é grama sintética, clube, é campinho de futebol com grama sintética, é era outra moda, aí era... Na saúde, unidade de saúde básica da família, do programa saúde da família né, e tal. Cras, Cras, Cras, é Centro de Referência de Assistência Social, Cras um absurdo, ninguém bate Volta Redonda, Volta Redonda tem tanto Cras quanto tem o Rio de Janeiro, é o Rio de Janeiro, Volta Redonda e o mundo, o resto do mundo não tem, tem trinta e cinco sei lá quanto Cras, como é que uma cidade tem trinta e cinco Cras, foram verdadeiros clubes, de cada bairro tem um clube, tem uma referência e o presidente de associação de moradores, e a população ali, ali é todo um lance, aquilo virou, ficou um negócio assim... Eu não sei, eu não sei, hoje, mapear ou qualificar quantitativamente o quanto, em termos de recurso material, seria interessante, serviço prestado pra comunidade ali, agora o quanto isso implica numa maior consciência da população, numa gestão mais democrática, eu não sei quantificar isso, eu tenho minhas dúvidas quanto a esse processo, quanto a esse valor, não sei te dizer, não sei, porque a minha ideia em termos de política de assistência social, é o seguinte, é o empoderamento e um mínimo de estrutura, de apoio, esse negócio muitas, de terem muitas, muita estrutura de apoio, significa que tá... Nós estamos substituindo demandas que poderiam, substituindo com equipamento, é muito bom fazer obra, Cras, faz o Cras e faz aquele negócio, aí começou a ficar assim, começou a perder um pouco... Como a cidade também atendeu e muito, num primeiro momento, perde um pouco, quer dizer, não é pela melhoria e pelos equipamentos urbanos, que você vai ver a qualidade da gestão. Aquilo já foi superado, aquilo era uma demanda muito grande no início, hoje ninguém tem um patrimônio urbano que a gente tem, as ruas são todas asfaltadas, tem luz, água, tem cem por cento de água, você teria que tá discutindo uma outra questão, você tinha que tá...

PESQUISADORA: As demandas modificaram?

ENTREVISTADO XI: Teria que ser modificada, teríamos que modificar, a discussão teria que ser...

PESQUISADORA: E o senhor percebe alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XI: Ah, no início muito, no início, Câmara de Vereadores era a primeira, aí rapidinho eles aprenderam que não podiam bater de frente, porque o Prefeito usou aquilo, sabiamente, usou aquilo como instrumento pra barrar os vereadores também, não quis saber, ah os vereadores [incompreensível], chegava no discurso da inauguração da obra, o Prefeito fazia questão de dizer que aquilo estava no orçamento participativo, botava no palco o presidente de associação dos moradores, e ele falava e tirava fotografia com a dona fulana, com a dona sicrana, botava todo aquele pessoal, os populares do bairro, as lideranças do bairro subiam tudo no palanque, o Neto falava o nome de todo mundo, o Neto é esperto pra chuchu, um bom de conversa, falava o nome de todo mundo, tirava foto com todo mundo, e o vereador ficava no meio de todo mundo. O vereador para se destacar ia para o microfone falar, “eu tô na Câmara, estou aqui apoiando esse processo, porque é bonito ver a comunidade assim”. Então, ele embarcava num discurso, ele comprava o discurso de democratização da administração pública e tal, isso foi comprado porque não tinha como encarar, né, não tinha como encarar, mas depois isso tudo ficou um pouco fake, o negócio fica.

PESQUISADORA: Em algum momento eles tentaram não aprovar o orçamento?

ENTREVISTADO XI: Ah, isso te digo, eu tive paus homéricos em todos os orçamentos, paus homéricos, não por conta, não declaradamente por conta disso, mas sobretudo porque queriam, o pau todo era o dinheiro da Câmara, aí tem muita briga por conta do ego, não por causa do orçamento participativo em si, não, ninguém enfrentou o orçamento participativo.

PESQUISADORA: Ah, eles não ficavam se opondo?

ENTREVISTADO XI: Não, isso. Mas muita briga pela grana, querem aumentar e eu e o Prefeito cortava, eu tive grande enfrentamento num outro campo, era o campo técnico da discussão do orçamento, já tive paus homéricos, no primeiro orçamento do Neto, quando eles mudaram, fizeram uma lambança lá, chegou aqui eu vetei a despesa integral, nós vetamos as despesas, sancionamos as receitas, foi um golpe na Câmara, nós sancionamos as receitas e vetamos as despesas... Experiência mesmo, professor de direito constitucional, eu falei veta a despesa integralmente, porque eles não mexeram na receita, ele falou “como assim?”, não vamos ter orçamento, receita e não vamos ter despesa e eles vão ficar apertado, ficou em

pânico, “como é que faz, como é que não faz, como é que é isso”. Ficaram com medo, eles não sabiam solução, nem o assessor jurídico deles conseguiu dar pra eles o caminho e... chegamos no final, chegaram num acordo, chegaram no que o Prefeito queria, eles tinham medo do Prefeito administrar por decreto, umas fantasias porque não conheciam direito constitucional. Aí acabou, quando acabou o Prefeito “como é que é a história?”, mandei [inaudível] abertura de crédito especial, abri, reconstitui toda a despesa com uma única lei de abertura de crédito especial, já que eu tinha receita e não tinha despesa, eu abri o crédito, simples assim... “Ah, como é que é? É só isso?” Mas teve muito debate, teve pau, teve pauleira feia aqui na imprensa, vereador me xingando, foi um [inaudível].

PESQUISADORA: E o senhor acha que vai continuar o orçamento participativo no novo governo? Qual a perspectiva?

ENTREVISTADO XI: Não tenho a menor ideia.

PESQUISADORA: Não tem como saber?

ENTREVISTADO XI: Não tenho a menor ideia, não acredito, discussões que está aí emplacada não tem nada a ver com democratização, não, fala muito em gestão, eficiência da gestão.

PESQUISADORA: Mas há esse banco de dados, não é?

ENTREVISTADO XI: Ah, eu tenho, eu faço questão, faço questão de deixar tudo organizado, organizado está, está tudo organizadinho aqui, eu deixo tudinho, inclusive o orçamento. Hoje, meu orçamento é rubricado, cada demanda é rubricada, o orçamento de 2017 chega na mão do Prefeito com todas as demandas do orçamento participativo rubricada.

PESQUISADORA: Agora já consta?

ENTREVISTADO XI: Tá tudo rubricada, tudinho, bonitinho dentro do orçamento. A peça orçamentária hoje é fechadinha, e fiz plenária, faço audiência pública, claro que na audiência pública quando apresento a lei do orçamento final, a audiência pública é menor, vão cinquenta associações de moradores lá pra assistir, são os caras mais interessados e tal, sempre né, porque eles participam durante a jornada inteira, nas audiência só de apresentação da lei eles... que é uma formalidade, desde que saiu o Estatuto da Cidade em 2001, eu cumpro com a formalidade, eu faço o sistema todo, o processo todo, e depois formalizo numa audiência pública final, é... tanto na LDO, quanto na Lei do Orçamento, tá tudo bonitinho, rubricado, demanda toda rubricada, toda. Para mudar, vai ter que ou vai mudar

autocraticamente ou vai deixar de fazer, ou vai ter que rediscutir com a comunidade, mesmo que a minha discussão com a comunidade tenha sido muito tumultuada nesses dois últimos anos, por causa da crise, sem dinheiro.

PESQUISADORA: Por que vocês não conseguiram implementar tudo?

ENTREVISTADO XI: Não conseguimos implementar tudo, tem três exercícios que a gente não consegue, a gente vem fazendo, faz a metade, faz 60%, sobra 40, não tem jeito, joga 40% pra gente, e nós estamos empurrando desde 2012, desde 2012 nós estamos... Quando foi na virada do exercício de 09, 10, 11, de 12 pra 13, né, nós fizemos uma grande [trecho incompreensível], isso deu o impeachment da Presidente, o que é um absurdo né, porque tinha que dá o impeachment de todos os Prefeitos e todos os Governadores de Estado, porque eles fazem isso desde quando saiu a lei de responsabilidade fiscal que não tem um Estado e nem um Prefeito que não tenha feito uma pedalada fiscal, uma pedalada de qualquer jeito né, por exemplo, todo mundo fez isso, inclusive eu fui orientado quando saiu a Lei de Responsabilidade Fiscal, tinha problema de como fazer com os restos a pagar, não sei o que, que não pode fechar, aí o próprio Fernando Henrique Cardoso ensinou pra gente, “não, faça assim, faça assim, joga isso fora, cancela os empenhos”, e acabou dando uma solução política pra coisa. De 2011 para 2012 nós ficamos com ... nós tínhamos que fazer cinquenta e dois milhões que não deu tempo de fazer. Terminou o exercício, a sorte que ele ganhou as eleições, com cinquenta e dois milhões ele recontratou os cinquenta e dois milhões, no que ele recontratou os cinquenta e dois milhões, ficou, empurrou os cinquenta e dois milhões nos outros exercícios, foi diminuindo, foi diminuindo. Mas com a crise em 2015... ele passou cinquenta e dois milhões, no outro ele já passou quarenta, no outro a gente esperava zerar, que é o que a Dilma teria pretendido fazer e que não teve apoio, e que o Temer está tentando fazer, e se tiver, consegue, que é pegar esse compromisso maior e distribuir ele no futuro. A gente tentou fazer isso aqui, foi fazendo, mas na crise de 2015 está tudo parado, tem tanto compromisso, não tem a dívida, o município não tem dívida, porque você não pode ter dívida, senão, não faz que nem o Estado e União que você se endivida né, se endividar, você vai para cadeia, você simplesmente não paga, não paga, cancela empenho e tudo mais. Mas, vamos dizer que a gente vai deixar um compromisso moral no orçamento de um bilhão, mais ou menos, você vai deixando um compromisso moral aí de o orçamento grosso, um bilhão, custeio, tal, investimento menos, um investimento aí

de duzentos, de cem milhões, investimento de cem milhões, você vai deixar em torno de trinta milhões de investimento moral, moralmente que você não fez, você vai... Deixei de fazer trinta milhões, pra quem poderia fazer setenta milhões por ano de investimento, investimento mesmo, atendendo, vai deixar de fazer vinte, não é um número expressivo, mas também não significa que a gente... cumprimos com a tarefa aí, o orçamento funcionou, mecanicamente e tal, mas ele ficou um tanto quanto burocratizado, ele enquanto programa de ponta pra capitanear os anseios de democratização da administração pública ele perdeu mais.

PESQUISADORA: Nesses últimos anos, a partir de quando?

ENTREVISTADO XI: A partir de quando a gente voltou pela segunda vez, foi a partir de 2009 pra cá.

PESQUISADORA: Tá.

ENTREVISTADO XI: De 2009 até 2011 ainda teve muita, uma dinâmica muita coisa da gente tentando recuperar, é recuperar o atraso do governo do Gothardo, reconstruir aquilo tudo, mas no segundo governo, agora com crise, com tudo mais, aí vem toda a desculpa, aí a situação nacional contaminou muito a situação local, aí contaminou muito. Então, ficou sem clima, ficamos sem campo para poder implementar ou até sair pra novas ideias e tal, ficou e eu não me senti também com força. Eu me penitencio muito porque a aliança PT e PMDB aqui, o nosso grupo do PT aqui, o PT rachado entre o meu grupo que é um grupo de outras pessoas que não estão na administração, mas algumas que estão na administração, pertencem a esse grupo que era do PT, que era um grupo de profissionais e tal, e o outro grupo era um grupo muito ligado ao mandato de uma deputada, da Deputada [incompreensível] Diogo, que ficava muito em torno do mandato dela, e o PT ficou muito rachado, ficou fraco, o PT no Brasil inteiro ficou extremamente frágil, a administração foi ficando cada vez mais autocrática. Então, o protagonismo deixou de ser intensamente aquele protagonismo da sociedade, das associações de moradores que era principalmente, a associação de moradores que se sentia, assim, dona da história do local, tudo que acontecia, acontecia por causa deles, né, reunião para tudo quanto é canto. Continua essa dinâmica toda né, mas gradativamente você começou a ver que a dinâmica, que o protagonismo ficou sendo central no Prefeito, o Prefeito faz, o Secretário tal faz, o Prefeito faz, o Vereador faz, começou a aparecer Vereador fazendo.

PESQUISADORA: Eles começaram a influenciar também? Prometer?

ENTREVISTADO XI: Isso também, muito, o tempo todo, todo ano faz o orçamento, volta 200 emendas, eles vão, capturam as emendas tudinho que saíram do orçamento, foi discutido voto a voto, põe tudo no orçamento, tudo truculentamente, eu tenho que vetar tudo, que foi um estudo enorme pra vetar, pra restaurar, aí ficou um pouco bagunçado, o clima mesmo ficou muito uma selvageria política nos últimos anos, a questão nacional contaminou muito a questão local, eu acho que perdeu isso, se lá na frente não vai ter... Eu acho que a discussão sobre democratização do Estado brasileiro tá colocada, eu participei desse processo, desse instrumento que eu nem imaginava que fosse o único que eu ia usar, eu imaginava uma outra coisa, usar ele como um dos instrumentos, no entanto, ele foi extremamente importante nas experiências iniciais do governo Neto, foi extremamente importante, eu fiquei impressionado de ver como é que ele foi importante, como é que ele foi importantíssimo na gestão, no controle da gestão, na organização da gestão, ele foi tudo, ele organizou tudo. E o quanto isso declinou depois nas duas últimas, foi gradativamente declinando, vis-à-vis a questão nacional se complicando e a questão do declínio desse instrumento, um arrefecimento do fervor.

PESQUISADORA: O senhor acha qual a justificativa disso, será a questão econômica, quais foram as influências?

ENTREVISTADO XI: Eu acho, eu pra mim, eu acho o seguinte, pra mim a questão é política, toda essa crise pra mim, a questão da economia ela vem atrelada à questão política né, um ajuste fiscal... Primeiro, seria bom a gente não ter que fazer ajuste fiscal, mas já que teve que fazer, tínhamos que discutir muito [inaudível] e o governo Dilma não conseguiu, não tivemos criatividade suficiente e aí o PT ficou como um partido qualquer, sem a criatividade necessária pra enfrentar, ele fez grandes programas sociais e tudo mais, beleza, tinha que ajustar isso ao tamanho do Estado, Estado isso, qual é a progressão, como é que avança, como é que melhora isso, sustentavelmente. Aí, agora para fazer vamos usar a mesma, exagerou na demanda, agora vamos dá uma porrada aqui, vamos usar os mesmos recursos que qualquer governo conservador ou mais à direita, ou mais liberal faz. Corta o Estado, corta a cabeça, corta isso, corta o programa, corta sempre na carne, quer dizer, quem se beneficiou do financiamento lá atrás, se por um acerto ou equívoco político, não sei, mas quem se beneficiou lá, o empresariado brasileiro se beneficiou lá na crise de 2008, mas afastou a crise, veio liberando crédito, não sei o que lá, Minha

Casa Minha Vida, as construtoras todas funcionando, liberação de crédito, não sei o que, manteve o automóvel vendendo, linha branca vendendo, para manter os empregos dos metalúrgicos, a discussão era essa. Mas financiou, a máquina empresarial toda foi financiada, agora teria que, agora tem que pagar o preço, agora todo mundo apertar o cinto e tudo mais e reescalonar esse negócio, vamos fazer uma contenção. Primeiro que exagerou nisso, não devia ter gasto tanto, devia ter já comprimido lá, ter sido econômico no financiamento da crise lá, e depois, tinha que ter instrumento poderosos, instrumento político poderoso pra poder fazer o ajuste agora, a gente faz um ajuste... igual o PSDB faria, então, é preferível chamar o PSDB pra fazer, ficou esse achincalhamento aí também, e as revelações todinhas do modo operante de fazer política, política viciada em cooperadores, caixa dois e não sei o que, retirando dinheiro das próprias estatais e tudo mais pra financiar, pra financiar a corrupção, pra se locupletar... mesmo que o PT possa dizer não, enviou a mão na [inaudível] pra funcionar, pra financiar o partido, e daí, e daí, e daí, quebrou a regra né. Existia uma regra do estado de direito que não pode ser quebrada, que todo mundo compactuava no bastidor, esquerda e direita compactuava no bastidor, por debaixo dos panos, todo mundo concordava em saquear o Estado pra poder financiar os seus patrocínios políticos, mas na hora que isso é revelado, isso é usado politicamente até esse jogo acontece, seletivamente, pra foder o PT primeiro e depois, mas tá todo mundo com o rabo na navalha, tá todo mundo com o rabo na navalha do mesmo jeito, tem essas picardias todas da política, acontece o tempo todo, sempre aconteceu mesmo.

PESQUISADORA: E para concluir, tem alguma coisa a mais que o senhor queira falar sobre orçamento participativo daqui?

ENTREVISTADO XI: Eu acho o seguinte, eu, no orçamento participativo daqui eu acho que a gente teve uma experiência enorme aqui, uma experiência extremamente gratificante, organizadora da administração, pena que não conseguiu, nós não conseguimos, politicamente, avançar para outro campo. Para avançar para outro campo, nós precisávamos mudar a cultura. O orçamento participativo resolveu muitos problemas, organizou, mas ele não foi suficiente para mostrar a necessidade de um horizonte mais dinâmico, mais moderno, vamos dizer assim, na direção de ampliação da democratização da Administração Pública, cada vez mais com empoderamento do cidadão, essa radicalização democrática, não, ele não foi, pelo contrário, ele foi um instrumento que se demonstrou também muito eficaz pra ser

utilizado de outra forma, no clientelismo também, ele ficou, no início ele era o empoderamento da sociedade, a sociedade determinando pro governo, pra administração, o que fazer. Num segundo momento, a administração aprendeu a viver com aquilo, aquilo virou uma, virou um controle, em vez de ser um controle social da política pública, virou um controle do poder público sob a sociedade, esse é perigoso, porque a gente não tem esse mecanismo, porque a gente pensa em política pública, não há política pública sem o elemento controle social, no meu entendimento, qualquer política pública, um dos elementos tem que ter lei, tem que ter princípios e objetivos tal claros expressos em lei, tem que ter instrumento, sistema operacional e controle social. Sem controle social não é política pública, mas isso a gente tem que aprender também que muitas das vezes essas instituições cresceram de tal maneira que manter o controle social da política pública e não permitir que o poder público acabe, que o poder acabe controlando a sociedade, pelo mesmo canal, pelo mesmo canal que fora instituído para o controle da sociedade sob a política pública, né. Então, eu vejo que o instrumento, inicialmente, ele foi eficaz demais, organizou a administração pública, organizou tudo, organizou a participação de todo mundo, foi indiscutível, um negócio assim que a sociedade ficava toda feliz, com uma consciência plena de que tinha o comando daquilo tudinho, satisfeita com isso, e isso em vez de ampliar e de crescer, isso ficou ajustado, burocratizou e daí pra definhar, não custa, na hora de uma crise mais grave, cadê a criatividade, cadê não sei o que, houve empobrecimento da administração, houve. Eu continuo acreditando que a gente tem que ser criativo e eu advogo o princípio de que a gestão pública tem que ser democrática, eu como arquiteto urbanista, eu advogo a ideia de uma cidade, uma cidade democrática, uma cidade é um campo da diversidade, é um campo, é uma espaço em disputa permanente e o papel da administração pública é fazer a regência democrática dessa disputa, porque o espaço urbano ele é que gera a riqueza, e os grupos estão na disputa e tudo mais, uns grupos tem maior poder de se apropriar dessa mais-valia que a cidade produz, alguns grupos tem o maior poder que outros, o papel da administração democrática é equilibrar isso, equilibrar isso, fazer uma gestão reveladora de uma dinâmica em que os próprios cidadãos reconheçam a importância de não se ter favela, de não ter isso, de equilibrar o território, ocupar o território igualmente e permitir o acesso igualmente pra todos, e então, políticas públicas eu entendo elas assim. Para se fazer assim, eu imagino que a cidade, a

administração pública tem que ser criativa no sentido de tender mecanismo dessa participação incluyente, que faça essa inclusão, você tem que ter esse mecanismo. Há duas décadas atrás, o orçamento participativo era um desses instrumentos, já demandou um poder de criação muito grande da gente aqui de montar metodologia nossa, de reconhecer o terreno. Quem são os atores? Quem são as pessoas que estão? Quais são as contendas? Quais são as disputas? Como é que organiza isso? Como é que a gente disciplina isso? Como é que a gente permite? Foi legal. Mas, precisamos ter outros instrumentos e apontar para um futuro aí, tão dizendo, ah, é o orçamento participativo, não, o orçamento participativo já é lei, você pode fazer de qualquer jeito, pode chamar uma assembleia no final, “o orçamento tá pronto, o que que vocês acham?”, e uma assembleia homologa e a formalidade do artigo 43 do Estatuto da Cidade é cumprido, entendeu. O problema não é cumprir formalmente isso, o problema é termos instrumentos mais criativos para as pessoas participarem, outras formas, isso custa dinheiro, as administrações têm dinheiro? Que formas mais baratas a gente tem para fazer isso? Eu acho que o futuro da gestão é esse, tanto profissionais que lidam com a gestão pública, eles teriam que estar sempre discutindo essas novas formas de atuação, entendeu.

PESQUISADORA: Eu agradeço.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 (DURAÇÃO DE 12 MINUTOS E 21 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Então, bom dia. Você pode explicar como foi essa metodologia que eles fizeram para captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: Olha bem, o que eu... tinha um anseio que a gente fazia, fazia era muito... como é que ele é feito, a gente fazia de primeiro as demandas, a gente mandava pra Prefeitura mas era uma coisa muito vaga, porque não tinha papel, não tinha mais, é... levava e entrega na mão de um, entregava na mão de outro, tal, tinham as demandas na Secretaria de Obras, levava na Secretaria de Obras, demanda da Smac, levava na Smac. Aí depois, criou-se a ideia junto com a Secretaria de Planejamento, Secretaria de Planejamento da Prefeitura, de fazer o Orçamento Participativo, aí a gente levava tudo, todas as demandas para o Orçamento Participativo, lá no Planejamento. Nesse...ali, eles viam o que é que era viável, o que é que não podia mesmo, e eles mesmo já direcionavam para as Secretarias. Então, para gente foi melhor, não tem mais aquele negócio de tá você indo, o único trabalho agora é tá cobrando a questão lá das obras.

PESQUISADORA: E como é que eles elaboram esse calendário de reunião? Quem é que fixa essas datas?

ENTREVISTADO XII: O Secretário de Obras. Não, o Secretário de Planejamento, o Lincoln, ele que elabora as reuniões temáticas do orçamento participativo.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na Associação?

ENTREVISTADO XII: Seis anos.

PESQUISADORA: Seis anos? E como é que o senhor tomou conhecimento que estava tendo o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: A Prefeitura informou, chamaram a gente lá, fizeram uma reunião de apresentação do projeto e a partir daquele momento, dado o momento ia ser feito a questão do orçamento participativo para agilizar as obras.

PESQUISADORA: Eu sei. E como é que eles convocam a sociedade civil para participar? Essa convocação é feita como?

ENTREVISTADO XII: Olha, hoje eles convocam a associação, para associação convocar os moradores, né, a sociedade em geral, pra estar discutindo o que é que precisa ser feito na comunidade, aí a gente pega isso tudo, esses dados, que está aqui, a gente já tem mais ou menos aqui o que é que é, e disso daí a gente faz esse [inaudível], elabora o que é que precisa e leva pra essa reunião temática, aí coloca no orçamento e aí depois ele é só aprovado ou não [intervenção externa].

PESQUISADORA: E o que é que motivou o seu interesse em participar desse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: Olha, hoje, eu acho que o orçamento participativo de Volta Redonda ele ficou assim um pouco obsoleto, porque as demandas, hoje, não estão sendo mais respeitadas, porque o Prefeito já tem 20 anos tomando conta aí, aí ele começa a ter os vícios da política, mas eu acho que o caminho mais certo pra qualquer cidade é fazer mesmo o orçamento participativo, porque fica a comunidade [inaudível], aqui a gente queria fazer ali no campo de Siderlândia, era uma, o pessoal queria uma quadra, algumas pessoas, “ah, vamos fazer uma quadra sintética que não sei o que e tal”. Aí, nós fomos conversar com a comunidade, “não, a gente quer, pode fazer uma quadra sintética, mas temos que ter que preservar o espaço da quadra, onde as crianças brincam e tal, a área de lazer da molecada”, então, entrou em comum acordo. Hoje, a gente consegue, aqui no Santa Rosa estava no orçamento participativo a cobertura de uma quadra, estava no orçamento participativo, com a comunidade era projeto da Prefeitura de cobrir a quadra, com o orçamento participativo, a gente, a comunidade optou por estar acabando com a quadra e fazer o postinho de saúde, o PSF.

PESQUISADORA: E essa sua participação nesses debates com a comunidade para decidir, o senhor acha que teve alguma repercussão no senhor como cidadão, essa sua participação política?

ENTREVISTADO XII: Teve, teve, ajuda muito, ajuda muito. Hoje, eu, como presidente de associação de moradores, o meu negócio hoje gira em torno da minha comunidade, praticamente 80% da minha venda hoje é dentro da comunidade. Então, o que eu faço dentro da comunidade está dentro, é mesmo pra ajudar mesmo, a gente não ganha nada, não tem um salário, não tem nada.

PESQUISADORA: E o senhor sabe como é que eles selecionam as obras depois que vocês indicam, como é que eles escolhem o que é que eles vão implementar?

ENTREVISTADO XII: Prioridade, tem algumas prioridades, saúde, educação, sempre elas são em primeiro lugar, (interrupção externa). Então, hoje, aqui na comunidade em si, eu acho que ela já não tem mais espaço de trabalhar sem o orçamento participativo, não. Tem o novo Prefeito que vai entrar, ele fala a mesma coisa, vai ter inclusão no orçamento participativo, (entrevistado atende celular, interrupção). Até a questão de hoje, para fazer uma obra do ano que vem, esse ano

a gente está propondo a obra do ano que vem, entendeu, as obras do ano que vem, acabamos de fechar elas e as que sobram do ano anterior a gente repete.

PESQUISADORA: Eu sei, o que fica pendente?

ENTREVISTADO XII: Fica pendente. A Prefeitura tem uma hora que não consegue, às vezes aprova, mas depois a verba... A gente aprova achando que tem a verba, a verba não vem, aí fica para o ano que vem, tá.

PESQUISADORA: E nessas reuniões eles informam o valor que vai ser destinado para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: Informam, informam o orçamento global do município, só o orçamento global.

PESQUISADORA: Ah, sim. Eles não falam quanto que vai ser destinado para vocês nesse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: Não, não fala, não fala, não fala, isso não fala [inaudível]. Então, isso que eu falo, porque na verdade, hoje, é o que a gente falou um pouquinho antes, em Volta Redonda entra um pouquinho a questão do vice do Prefeito, ele gosta mais do presidente de associação de moradores A ou B, aí, vamos direcionar essa obra pra lá, então, quer dizer, não tem aquele recurso específico, o recurso que vai ser gasto na...pra fazer o postinho de saúde do Siderlândia, não. Agora, tem verba específica, tem algumas verbas que é carimbada, verba carimbada não pode mexer, por exemplo, o deputado faz uma verba, “ah, vou destinar um milhão de reais para reforma do ginásio do Siderlândia”, por exemplo, aquela obra, aquele dinheiro tem um determinado tempo, fica disponível, tem que fazer o projeto, faz a licitação e reforma o ginásio do Siderlândia. Ah, não reformou o ginásio do Siderlândia, venceu o prazo, eles voltam para o Tesouro Nacional.

PESQUISADORA: O senhor recorda quando é que eles começaram aqui em Volta redonda o Orçamento participativo, em que ano foi?

ENTREVISTADO XII: Foi em... 91, 92, um negócio assim.

PESQUISADORA: E depois que começou teve alguma interrupção?

ENTREVISTADO XII: Não, não, não, foi em 96, acho que foi em 96.

PESQUISADORA: E depois que começou teve alguma interrupção?

ENTREVISTADO XII: Teve, teve, teve uma depois que o governo do Gothardo, deu uma interrupçãozinha, e tal, mas o Neto voltou.

PESQUISADORA: Parou? Ele não fazia as reuniões com vocês?

ENTREVISTADO XII: Muito poucas, muito poucas, muito poucas.

PESQUISADORA: E o senhor, nessas reuniões tem algum segmento social representado, alguém da sociedade?

ENTREVISTADO XII: Tem, tem, tem o pessoal do Comuda que sempre está com a gente, pessoal da...

PESQUISADORA: Comuda é o quê?

ENTREVISTADO XII: É Comitê do desenvolvimento do combate às drogas, eles também acompanham com a gente. Aqui no Siderlândia, por exemplo, eu trabalho na associação de moradores, mas a comunidade católica e a comunidade evangélica também me ajudam nisso, nesse processo aqui dentro do Siderlândia, eu sempre procuro os pastores, chamo eles para reunião, eles sempre estão junto, entendeu. A ACIAP, também, que é a associação comercial, sempre está apoiando a gente, o CDL.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XII: Não, não tem força contrária, não, contrária não.

PESQUISADORA: Os vereadores sempre aprovam?

ENTREVISTADO XII: Aprova, aprova o orçamento participativo, sempre aprovam.

PESQUISADORA: Eles nunca se opõem?

ENTREVISTADO XII: Não, eles podem até assim, dá uma questionada em alguma obra tal, mas é coisa que consegue resolver, são coisas que consegue resolver.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não lhe perguntei que o senhor acha importante falar do orçamento participativo, dessas etapas?

ENTREVISTADO XII: Olha, eu acho que o orçamento participativo ele tinha que ser seguido mais à risca, tá, acho que ele, o poder público que elabora as leis, eles tinham que dar mais ênfase a esse trabalho do orçamento participativo, porque é um trabalho que a gente faz ele de graça, faz de graça, a gente faz o serviço da Prefeitura, que seria a Prefeitura vir aqui e levantar o que tem de ser feito e fazer, mas a gente já leva pra eles mastigado, prontinho, tá aqui e faz! Entendeu? Então, eu acho que seria mais uma coisa de estar respeitando mais a questão da vontade popular.

PESQUISADORA: E a população tem participado das reuniões, tem interesse?

ENTREVISTADO XII: Participa.

PESQUISADORA: Tem interesse?

ENTREVISTADO XII: Tem, tem, tem, quando a gente faz a reunião. Hoje, com a internet, com telefone e tal, a gente deu uma esvaziada nas associações de moradores, porque hoje, por exemplo, eu fico aqui no meu escritório, esse bairro inteiro me conhece, se você chegar aqui na rua e perguntar [trecho incompreensível], todo mundo vai falar é ali. Então, todo mundo sabe, isso é específico do Siderlândia, não é de outros bairros, não, porque em outros bairros é complicado você falar com o presidente, até a gente que é presidente para falar com outro presidente tem hora que tem problema. Mas aqui no Siderlândia, por eu trabalho no setor, eu ter empresa aqui dentro e ter um monte de telefone divulgado, você imagina que a cada três meses, a cada três meses chega na casa do morador esse telefone aqui.

PESQUISADORA: Ah, sim. Eles têm como ter contato com o senhor?

ENTREVISTADO XII: Isso. Então, hoje eles conseguem falar comigo toda hora. Hoje, quando você chegou tinha acabado de sair duas pessoas aqui que veio para resolver.

PESQUISADORA: Mas vocês ainda fazem aquelas reuniões?

ENTREVISTADO XII: Faz, toda terça-feira. Só que ficou muito vazia, vai cinco pessoas, vai seis. Agora, no dia da reunião do orçamento participativo aí lota, aí o pessoal quer, cada um quer colocar alguma coisa da rua ali, entendeu. Então, aí, lota a reunião, são boas reuniões, boas reuniões.

PESQUISADORA: Então, tá. Eu lhe agradeço. Deixa só eu finalizar aqui.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 11:00, (DURAÇÃO 10 MINUTOS E 42 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XIII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA-

PESQUISADORA: Como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: Então, essa... o orçamento participativo é feito, é dividido, né, entre...a verba do município para ser distribuída em obras, administrado pelos próprios moradores, né, beneficiando as comunidades, né, os bairros, né. Agora, como que faz que você...

PESQUISADORA: Essas reuniões são feitas como?

ENTREVISTADO XIII: São feitas em grupo né, em conjunto, são aproximadamente uns 120 bairros parece, 100 bairros. Então, é dividido em setores né, são dois setores, setor 6 e setor 4, parece, são divididos.

PESQUISADORA: E na comunidade ocorrem também a reunião?

ENTREVISTADO XIII: Ocorre reunião entre associação de moradores, e tem, a gente faz de 15 em 15 dias, esses dias que está meio parado porque devido à campanha eleitoral que passou aí né, e agora esse final de ano. Inclusive, a gente está para se fazer uma eleição no bairro, a qualquer momento, já enviei documento e agora, ano que vem eu acredito que no início do ano tenha eleição da associação de moradores.

PESQUISADORA: E quem é que fixa as datas desse calendário de discussão do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: É a Fátima Martins que junto ao governo municipal ela tem as datas, ela leva para o Prefeito, né, para assessoria do Prefeito e agenda essas datas todas pra poder tá fazendo essas reuniões do orçamento participativo.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XIII: Nove anos, nove para dez anos.

PESQUISADORA: E como é que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: A gente toma conhecimento através de reuniões que a gente é agendado e a FAM nos comunica o dia das reuniões.

PESQUISADORA: Não, mas o senhor ficou descobrindo que tinha através de que?

ENTREVISTADO XIII: Não, isso a gente sabe, né, que toda Prefeitura tem orçamento participativo e tem que convocar os presidentes de associação para participar.

PESQUISADORA: E o que é que motivou seu interesse em participar dos debates?

ENTREVISTADO XIII: O motivo de participar é para trazer melhorias para o bairro, obras, entende? Como nós tivemos aí, no meu mandato fizemos várias obras de contenções, de pessoas com dificuldade numa área de risco, conseguimos junto ao governo municipal creche, posto médico que nós não tínhamos, um campo de futebol, clínica e policlínica dentária, nós conseguimos no meu governo e no governo do Prefeito Neto, no meu mandato, veio da minha associação, com a ajuda dos diretores e dos moradores, nós conseguimos bastante obras.

PESQUISADORA: E esses debates, a participação nesses debates, o senhor acha que contribuiu para o senhor com cidadão, o senhor sente que teve repercussão?

ENTREVISTADO XIII: Com certeza, não tem dúvida, a gente aprende cada dia mais, né, a gente vai convivendo, vai aprendendo. E a gente viu honestidade nesse governo que está terminando aí, municipal que está terminando o mandato [inaudível]. Você não é de Volta Redonda?

PESQUISADORA: Não, não.

ENTREVISTADO XIII: Volta Redonda era sem, assim, exagero, era uma cidade que era muito carente de melhorias, de obras, de creches, de clínicas, de hospitais, em todos os sentidos Volta Redonda Melhorou muito, no governo do Neto para cá, nesses 16 anos de mandato dele.

PESQUISADORA: Mas antes de participar dessa associação o senhor já tinha alguma experiência em algum movimento, em outra associação?

ENTREVISTADO XIII: Não, não tinha, eu apenas participava como eleitor né, nos dias das eleições e ia lá, me convidavam, anunciavam, avisavam e a gente ia lá votar, mas não, eu trabalhava assim, politicamente, sempre ajudando um candidato ali, outro aqui.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam vocês para essas reuniões, normalmente é feito como? Qual é a forma que eles chegam até vocês?

ENTREVISTADO XIII: Por telefone, avisam a gente, mandam às vezes (interrupção externa), mandam algumas correspondências comunicando, telefone.

PESQUISADORA: E o senhor sabe quais são as etapas depois que ocorrem essas reuniões? Como é que eles fazem para chegar até o final, para decidir qual é a obra?

ENTREVISTADO XIII: Não, essa etapa, isso aí, depois é feito junto lá, ao grupo lá de assessoria, de presidente da FAM né, e depois que eles passam para gente o que está sendo feito. Foi aprovado as obras, chama a gente, entendeu. Ah, essa obra foi aprovada, tem obras que foi aprovada e que às vezes não há tempo hábil de fazer devido à dificuldade financeira que o país atravessa, né. Então, não é só Volta Redonda, o Rio está numa situação muito caótica, né, a gente vê todos os dias que até décimo terceiro salário não está sendo pago em dia, e em Volta Redonda pelos menos o Prefeito tem cumprido tudo isso com os trabalhadores.

PESQUISADORA: E o senhor sabe como é que eles selecionam? A partir do que vocês entregam?

ENTREVISTADO XIII: É, selecionam, a partir, é feito um pedido nosso, né, e a gente lógico que a gente conversa com os moradores também, pergunta qual é a obra mais importante para o bairro, às vezes é na parte médica, às vezes, é a saúde, e às vezes é educação, às vezes é contenção porque é área de risco, como eu te falei, né. Então, a gente conversa e depois a gente tem uma nova reunião que é para saber as obras que foram aprovadas no OP, no orçamento participativo, no OP, né.

PESQUISADORA: E elas costuma ser implementadas ou foi só nesse final que parou?

ENTREVISTADO XIII: Não, não. O governo aí, o Prefeito que está saindo aí, o Prefeito Neto ele fez muito, muitas obras. Ele não escolhe, assim, a cara de presidente de associação A, B ou C, ele atende, no geral, Volta Redonda toda, dentro da possibilidade dele, fez muito em todos os bairros aí, o Neto tem muitas obras realizadas.

PESQUISADORA: E nas reuniões vocês tem conhecimento do valor que vai ser destinado para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: Nas reuniões, tem, tem, tem.

PESQUISADORA: Eles avisam antes qual é o valor?

ENTREVISTADO XIII: Avisam, não, passam lá para gente o slide lá, né, o slide, e a gente fica vendo o valor que vai designar, vai ser tanto para o bairro tal, para obra da creche e obra de escola.

PESQUISADORA: Não, mas eles avisam, então, quando eles já selecionam as obras?

ENTREVISTADO XIII: É, avisam.

PESQUISADORA: Mas não antes, não é?

ENTREVISTADO XIII: Passa lá o valor, o montante que tem para investir em toda cidade.

PESQUISADORA: O senhor recorda quando é que começou o orçamento participativo aqui de Volta Redonda?

ENTREVISTADO XIII: Não, não me lembro, mas antes de eu entrar na associação já existia.

PESQUISADORA: Mas desde que o senhor entrou não parou? Teve todos os anos?

ENTREVISTADO XIII: Não, todos os anos teve reuniões, todos os anos teve.

PESQUISADORA: Tem algum segmento social que é representado nessas reuniões, o senhor percebe?

ENTREVISTADO XIII: Tem, tem alguns, sim, segmentos que você diz como?

PESQUISADORA: Algum segmento social da sociedade que é representado, fora as associações?

ENTREVISTADO XIII: É tem, tem pessoas também que são ligadas, não só ao governo né, mas, em geral, a toda a sociedade.

PESQUISADORA: É? Como assim? Qual exemplo, quais assim?

ENTREVISTADO XIII: Os evangélicos mesmo, às vezes, participam, de [inaudível] melhorias, né,

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem alguma força, assim, política favorável ou contrária a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: Ah, isso, às vezes tem, toda política tem a sua posição, né. Então, isso às vezes tem, mas aqui é muito (intervenção externa de pessoa que passava na rua), é muito transparente, sempre foi transparente, tudo ocorre dentro do padrão normal.

PESQUISADORA: E a Câmara dos Vereadores eles costumam aprovar o que vocês decidem no orçamento ou eles se opõem?

ENTREVISTADO XIII: Não, na maioria das vezes aprovam, né.

PESQUISADORA: Eu sei.

ENTREVISTADO XIII: O orçamento participativo passa pela Câmara e os Vereadores que aprovam, na maioria das vezes, pelo menos, né, no tempo que eu

estou na associação, e nos tempos anteriores que eu venho acompanhando, como eu estou te falando, de uns 20 anos pra cá, tem sido bem transparente, bem normal.

PESQUISADORA: E para finalizar, tem alguma coisa que o senhor queira acrescentar que eu não perguntei que o senhor acha importante do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIII: Não, eu acho que foi suficiente, né, o que nós conversamos, as perguntas que você me fez e algumas respostas, acho que está tudo dentro.

PESQUISADORA: E o senhor acha que vai continuar?

ENTREVISTADO XIII: Eu acredito que sim, né, porque o Prefeito que tá entrando, também, é novo, ele é novo na política, né, ele tá com uma proposta, pelo menos a intenção dele, a gente não pode dizer que vai ser melhor do que o outro governo, eu não sei, mas ele tem proposta de fazer um bom governo, de tá trabalhando, entendeu, direcionado à comunidade, e o trabalho dele é o bairro, a cidade, acredito que ele também vai defender com bastante clareza, sem tá escolhendo A, B ou C, bairro tal, como o Prefeito anterior que tá saindo, ele não fez, assim...

PESQUISADORA: Diferença?

ENTREVISTADO XIII: É, diferença para um, pra outro, você vê que em todos os bairros tem bastante obra.

PESQUISADORA: Ah, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 15:30 (DURAÇÃO 32 MINUTOS E 30 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XIV, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: O orçamento participativo, na verdade, ele é o orçamento do governo municipal [inaudível], foi criado, na verdade, a participação popular foi devido ao governo lá do Rio Grande do Sul que foi trazido para outros municípios, nos anos 70, 80, 82, por aí. Aí, veio essa fusão, aí ficou essa nova metodologia de trabalho, de interpretação de política pública. Foi se organizando essa questão da associação de moradores, porque antes não existia associação de moradores.

Existia alguns movimentos e a população fazia um momento, ia pra Prefeitura pra [...] e aí foi se organizar o sistema vindo do Rio Grande do Sul com participação popular, e aí foi criado no governo Baltazar, entendeu, com o Dom Waldyr, que era o Bispo, foi se organizar nessa sequência, e o crescimento pro lado de cá [inaudível] desordenada, você pode ver que a área aqui é totalmente diferenciada, é uma área inclinada, aí tem a questão de águas pluviais, nós tivemos na época a análise de impacto ambiental que você pode ver que essa Rua 3, não parece não, mas enche de água, entendeu. Na verdade, isso aqui é como se fosse uma baía da Guanabara, se você pegar uma foto antiga, isso aqui praticamente era um lago, todo fechado, entendeu. Aí na época com o crescimento [inaudível] foram aterrando, pá, pá, pá, e foi criado esses bairros, novos bairros, Mariana Torres, Cabralzinho, Belmonte, esse setor Norte. Então, nós temos essa dificuldade. Hoje, através do orçamento, nós temos o Furban, que seria o que trabalha nessas áreas, mas entra também dentro do orçamento participativo, como área de posse.

PESQUISADORA: Eu sei. E vocês fazem reuniões, como é que é?

ENTREVISTADO XIV: Fazemos, fazemos uma reunião com o governo e com os moradores

PESQUISADORA: Com os moradores?

ENTREVISTADO XIV: Mas tinha um tempo atrás, quando tinha o orçamento, o IPPU vinha para comunidade e fazia uma reunião no sábado e aí fazia as demandas na hora, junto com o departamento de pesquisa, fazia na hora e já mandava. Hoje não, hoje já mandam um formulário para gente, a gente tem um banco de dados, entendeu, a gente faz um documento, manda para pesquisa, formalizando aquela pesquisa e manda para o orçamento, manda para o governo, aí o governo faz o planejamento de custo, qual o valor da obra, se vai fazer, se não vai fazer, entendeu. Hoje eu estou uma obra hoje de 25 milhões, mas é da área do Estado, mas está dentro do orçamento, entendeu. Tem a questão da transposição de água, porque nós temos um acúmulo de água bem grande e o sistema de escoamento de água é um só, tanto do Açude II, como do Açude I, ele é canalizado em um córrego só, que é um córrego que faz travessia com Santa Rita de Cássia, mas na verdade o córrego não [inaudível], ele fica na cabeceira, entendeu, aí tem o encontro das águas [inaudível] dá a enchente.

PESQUISADORA: E quem é que fixa essas datas lá na Prefeitura dessas reuniões?

ENTREVISTADO XIV: Quem marca é o próprio secretário, hoje que é o Lincoln, ele faz a gestão, marca o dia para gente, a gente vai pra lá, a gente já vai com a relação, senta com o Prefeito e com o Secretariado, entendeu, vê o custo, e o que é que o Prefeito faz, isso aqui vai ser feito, isso não vai ser feito, e aquilo vai ficar... porque na verdade tem o plano plurianual, seria de dez a vinte anos, né, que tá dentro do planejamento urbano. Então, nós temos nosso planejamento, devido ao custo, devido a manutenção, né.

PESQUISADORA: E o senhor está há quanto tempo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XIV: Quanto tempo em Volta Redonda? Vim para Volta Redonda com quatro anos. Eu nasci, na verdade, em Minas Gerais, agora fui contemplado há dois anos atrás como cidadão voltaredundense, na verdade, eu sou mineiro.

PESQUISADORA: Ah, sim, e na associação o senhor está há quantos anos?

ENTREVISTADO XIV: Vou fazer agora cinco anos.

PESQUISADORA: Cinco? E o senhor tomou conhecimento como do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: Eu sempre fui participante, eu sempre... na verdade, eu vim da CSN, eu trabalhei como cipista, fui líder sindical, trabalhei com o Juarez, trabalhei com algumas lideranças, com Brizola, Valcir Ribeiro, Dom Waldyr Calheiro, ele era do movimento Igreja.

PESQUISADORA: Então, o senhor já participava desses movimentos?

ENTREVISTADO XIV: Isso, a gente já participava, sempre participou.

PESQUISADORA: E como foi na época esses movimentos, tinha muita atuação?

ENTREVISTADO XIV: Tinha, minha esposa foi líder comunitária lá da Pastoral da Criança, nós somos da comunidade eclesial, a gente fala, né, sou da comunidade eclesial, nós trabalhamos com a Igreja, hoje é um culto ecumênico, trabalham todos os setores, evangélico... Então, hoje você tem que compartilhar, porque nós estamos na globalização, né.

PESQUISADORA: E o senhor também trabalhou em sindicato, alguma coisa assim?

ENTREVISTADO XIV: Sindicato, eu era diretor de base sindical, fui cipista, na época do Juarez, daquele acidente lá da CSN, na invasão do exército, eu participei, era cipista na época, em 82.

PESQUISADORA: E nessa época, como é que foi? Nessa época a dificuldade que vocês enfrentavam?

ENTREVISTADO XIV: Na época era tudo invasão, tudo invasão, nós viemos na época da gestão do Baltazar, depois do Clinger, depois em seguida veio Juarez. O nosso movimento era tudo de invasão, assim que entrou a gestão do Neto e a gestão do Baltazar que veio a questão da organização comunitária, tinha uma Secretaria Comunitária que foi criada associação através da Fam, mas tinha outra Federação que era outra o Conam. Era uma briga, era como se fosse uma esquerda, era do movimento de conflito, tudo era invasão, aí veio o pessoal da FAM para fazer a organização da associação e fazer o diálogo com o governo, através do orçamento.

PESQUISADORA: Entendi. E o senhor com essas participações no debate, nessas reuniões, o senhor acredita que teve alguma repercussão no senhor enquanto cidadão, teve alguma melhora nessa sua atuação política?

ENTREVISTADO XIV: Teve, teve sim, na verdade eu sou parceiro de governo, nós estamos com uma nova visualidade de visão, de gestão pública, eu fiz o curso de gestão pública na UFRJ sul-fluminense, através da Igreja Católica, fiz um curso de seis meses de gestão pública comunitária, entendeu. Então, a gente já tem essa organização, porque como não tem nível universitário, faz o curso, procuro está lendo, entendeu, eu procuro sempre me informar.

PESQUISADORA: O senhor tem interesse em ficar?

ENTREVISTADO XIV: Isso, eu não sou muito de informática, sou mais de ler, entendeu, sou mais de ler, na questão da informalidade da internet, entendeu, aí eu procuro me informar, mas dentro daquilo [inaudível]. Eu participei de alguns cursos, conferência, eu já fui muito de participar de conferência do CRAS, nossa experiência é mais nas conferências, porque nas conferências que têm as demandas, você faz a demanda do município, manda para o Estado, depois vai para federal, então, discute essa sequência todinha, aí nós fica aguardando os Delegados pra trazer as demandas pra nós, entendeu. Hoje, eu faço parte do Conselho da Prefeitura [inaudível], faço parte do Conselho da Juventude que a gente discute [inaudível], trabalho direto e indireto com o Degase, jovem e adolescente em conflito com a lei, que antes era pela Secretaria de Justiça, hoje é pela Secretaria de educação, que trabalha esse conflito com a lei, pouca gente sabe, entendeu.

PESQUISADORA: E como é que eles chegam até vocês, o pessoal do orçamento participativo, como é que eles convocam?

ENTREVISTADO XIV: A gente tem os dados, tem toda a informação, tem um cadastro que se chama FAM, a Federação da Associação de Moradores, que a presidente é a Fátima Martins. Então, já em os dados todos na federação [inaudível].

PESQUISADORA: Mas eles ligam? Como é a convocação da sociedade?

ENTREVISTADO XIV: Liga, tem toda informação nossa, entendeu, [trecho incompreensível], tem os comunitários nossos, que trabalha com a gente e a gente manda relação, para ser atendido também dentro do Secretariado.

PESQUISADORA: E quais são as etapas depois que eles fazem essas reuniões? Qual é a etapa para chegar no final para eles selecionarem as obras?

ENTREVISTADO XIV: As obras são de acordo com o que eu falei para você, quem faz é o governo, porque são obras de inaugurações, entendeu, são obras políticas, são o orçamento de emenda parlamentar, e temos as emendas que é do próprio município, da sua própria arrecadação. Então, faz a manutenção, a iluminação, essas coisas que não entra muito que são manutenções, as grandes obras, por exemplo, creche, escola, reforma de escola, não entra no orçamento, porque são manutenções, só quando há crescimento, ampliação, aí entra como obra.

PESQUISADORA: E como é que eles selecionam? Normalmente, o que vocês enviam como sugestão eles acatam?

ENTREVISTADO XIV: Acatam, por exemplo, eu hoje, por exemplo, hoje no Açude qual foi a última obra que o Prefeito fez, foi o Pão sexto, certo, que foi grande obra e nós tivemos a creche, a reforma da creche, tivemos ampliação da creche aqui, e tivemos o campo de grama sintética, entendeu. A gente tem o orçamento, as demandas que a população precisa, qual é a maior demanda hoje que está no orçamento, não está no orçamento do município, está no orçamento do Estado. E a transposição já está em projeto, tem o custo, os técnicos vem de Santa Catarina, que seria de perfuração de solo subterrânea, são contratados por orçamento federal, como por orçamento do Estado e o município só entra para colocar cada demanda, entendeu.

PESQUISADORA: E essas demandas o senhor acredita que eles implementam essas obras realmente ou fica faltando?

ENTREVISTADO XIV: Por exemplo, estamos em nova gestão, por exemplo, o que é que o governo está acabando de implementar, a Rodovia do Contorno né, que está acabando de fechar, que tem já muito tempo e tem o hospital regional.

PESQUISADORA: Mas isso tudo foi pedido pela comunidade?

ENTREVISTADO XIV: Foi tudo pedido, tudo isso foi pedido na época. Entra também na questão do trânsito, entendeu, nós temos a questão do trânsito, nós temos alguns moradores que moram em área de Centro, por exemplo, Conforto, que o tráfego compromete, nós temos outro tráfego também que tem problema de trânsito e tal que faz divisa com dois municípios intermunicipal, você tem três municípios intermunicipal, você pega Barra do Piraí, hoje municipalizado, tem Pinheiral e tem Barra Mansa, [inaudível] foi municipalizado, entendeu.

PESQUISADORA: E nessas reuniões vocês recebem informação de quanto vai ser destinado?

ENTREVISTADO XIV: O custo da obra?

PESQUISADORA: Não, o quanto está destinado para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: Tem, porque, na verdade, o governo tem que prestar contas.

PESQUISADORA: Ah, mas eles prestam depois, não é? Digo antes de selecionar a obra?

ENTREVISTADO XIV: Não, do custo de obra.

PESQUISADORA: Mas antes de selecionar vocês não têm uma ideia de quanto naquele ano vai poder gastar?

ENTREVISTADO XIV: Não, quem faz o orçamento de gasto, passa pela Câmara, porque na verdade além de fazer essa indicação de obras, os vereadores colocam a emenda parlamentar nela, entendeu, eles colocam a emenda, por exemplo, agora no dia 15 fechou o orçamento, tem as emendas, eles colocam as emendas, entendeu, eles já colocam as emendas no trabalho.

PESQUISADORA: O senhor lembra como foi a origem do orçamento participativo? O senhor acompanhou quando iniciou?

ENTREVISTADO XIV: Quando começamos a luta pelo orçamento participativo?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XIV: Vem desde a luta da... logo que veio a democracia, a transição do orçamento, quem começou com essa metodologia de trabalho, começou no Rio Grande do Sul, essa teoria vem do Rio Grande do Sul.

PESQUISADORA: Mas aqui em Volta Redonda, o senhor lembra qual foi o momento?

ENTREVISTADO XIV: Começou pela luta social, através das Igrejas, através da luta sindical, através das organizações, foi criado um [trecho incompreensível] comunitário, na verdade um [trecho incompreensível] comunitário.

PESQUISADORA: E aí eles exerceram alguma influência?

ENTREVISTADO XIV: Porque toda reunião que nós tínhamos centralizada, não tinha, como é que fala, não tinha... uma representação, toda reunião que nós tínhamos era com a comunidade, você entendeu, era tudo com a comunidade, aí não, aí criaram a associação de moradores, como representante. Qualquer segmento que a gente ia, tanto sindical ou religioso, você ia com a comunidade, lá você tinha voz e voto.

PESQUISADORA: E o senhor lembra qual foi o governo que originou aqui em Volta Redonda o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: Foi na história do governo, na organização do Baltazar, no governo do Baltazar.

PESQUISADORA: Baltazar? E depois que ele iniciou teve em todos os governos ou teve interrupção?

ENTREVISTADO XIV: Teve, porque é lei federal, estadual, porque na verdade, como é que chamava na verdade, foi com o governo Lula ou no governo Fernando Henrique, não me lembro qual o governo que foi... Mas na verdade mesmo começou pelo sul do país, no governo Dutra, ele que ampliou essa origem dos segmentos sociais, aí teve aquela reunião que teve em 2003 que eu fui, foi no Encontro Mundial, Sócio-mundial que tinha, como é que fala... Fórum Mundial, eu participei do Fórum Mundial em 2003, entendeu.

PESQUISADORA: Mas em todos os governos teve sem interrupção essas reuniões, depois que começou, ou teve algum momento que diminuiu?

ENTREVISTADO XIV: Teve, é obrigatório, o governo tem que prestar contas, é do orçamento.

PESQUISADORA: Vocês sempre eram chamados?

ENTREVISTADO XIV: É porque hoje nós temos uma que está em Brasília que chama, como é que chama, Ministério da Cidade, né. Então, você tem o Ministério da Cidade, é obrigatório, porque tem o orçamento, nos termos o orçamento no município que chama de mobilidade urbana, entendeu. A gente também participa dessas discussões dentro do Conselho, a gente tem um Conselho da Mobilidade Urbana, tem custo de sessenta e seis milhões, mas ainda não foi mexido.

PESQUISADORA: E eles participam do orçamento participativo o pessoal da mobilidade urbana?

ENTREVISTADO XIV: Participam, nós temos reunião, o presidente do Comitê é o Paulo Barenco da Suser, só que fizeram uma coisa, ele está como lei, como é que fala quando o governo faz, está sob decreto, porque na verdade o Conselho está sob decreto, quando está sob decreto, na verdade, o Conselho não tem soberania, é do governo municipal.

PESQUISADORA: Eu sei. E tem algum segmento social que é representado nessas reuniões do orçamento participativo, além das associações? Vai alguns?

ENTREVISTADO XIV: Tem, tem. Nós tivemos, nós temos a questão dos deficientes, tem um representante, dos motoqueiros, taxista, tem todo segmento.

PESQUISADORA: Mas eles comparecem nas reuniões?

ENTREVISTADO XIV: Comparecem. Hoje, se eu não me engano nós éramos vinte e um, fomos para trinta e três, fizemos duas conferências, duas chamadas, uma dezoito de abril.

PESQUISADORA: Mas eles comparecem lá representando algum bairro?

ENTREVISTADO XIV: Tem, entendeu, é por segmento social, [inaudível] tem a representação dela.

PESQUISADORA: Mas eu digo, eles participam daquela reunião do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: Participam, tem representante, representantes de todo segmento, entendeu. Nós temos a questão do meio ambiente, tem a representante, o comércio tem o representante dos empresários, todo segmento tem.

PESQUISADORA: Aí eles ficam acompanhando o resultado?

ENTREVISTADO XIV: Acompanha, todo mundo dá sua opinião.

PESQUISADORA: Mas quem decide são vocês que levam?

ENTREVISTADO XIV: É, os colegiados.

PESQUISADORA: Só? Quem leva a demanda são vocês?

ENTREVISTADO XIV: Somos nós, isso, exatamente, os conselheiros, porque hoje tudo é através de Conselho, entendeu.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo, depois que ele se iniciou aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XIV: Olha, nossa briga só tem uma coisa, por incrível que pareça, por exemplo, aqui nós coloca as ideias, mas na hora que eles fazem as obras, é do vereador, nossa briga com eles é essa, entendeu. Aí você pergunta, já que você

executa, quanto que você gasta na obra? Eu, por exemplo, a gente faz o orçamento, estou fazendo o orçamento daquela obra ali, tem cinco milhões, aí o vereador vai falar que foi ele que fez, mas na verdade aquilo não é do orçamento do vereador, é do poder executivo, quem executa é o poder executivo, e a emenda parlamentar. Qual é o grande problema do Estado do Rio de Janeiro, subfaturamento de obra, né.

PESQUISADORA: Mas em algum momento a Câmara dos Vereadores, eles sempre aprovam o Orçamento Participativo?

ENTREVISTADO XIV: Eles aprovam porque eles têm interesse, eles colocam como emenda, entendeu, mas aí já vai direto, tudo, o que eu estou falando para você já está na Câmara já, para o ano que vem, para o próximo Prefeito.

PESQUISADORA: Eles não se opõem ao que foi decidido?

ENTREVISTADO XIV: Não, eles colocam emenda, entendeu. Por exemplo, [inaudível], tem um projeto para fazer uma quadra coberta, entendeu, se você chegar com emenda parlamentar [inaudível], a emenda já está lá, quadra coberta e também está no orçamento participativo.

PESQUISADORA: Ah, está nos dois, ao mesmo tempo?

ENTREVISTADO XIV: Está ao mesmo tempo, tanto está lá como está na Câmara, porque tem que passar pela Câmara.

PESQUISADORA: Ah, eu sei.

ENTREVISTADO XIV: Por causa do valor, do investimento, fiscalização de obra.

PESQUISADORA: E qual é a importância que o senhor acredita do orçamento participativo para sociedade, para Volta Redonda?

ENTREVISTADO XIV: O orçamento, na verdade, é um cargo político, porque na verdade como muita gente pensa eu ganho fortuna com esse trabalho, porque eu até brinquei com a minha colega aí, falei que eu estava perdendo emprego, eu e o Prefeito Neto somos amigos de infância, eu vim pra cá com quatro anos, antes de morar aqui, eu morei na Vila Americana, morei na Sideral, morei na [trecho incompreensível] em 67 eu vim pra vila americana, enchente, peguei a enchente de 66, aí em 67 fui pra Vila Americana. Aí conclusão, somos amigos de infância, em toda área administrativa de Volta Redonda eu tenho essa facilidade de estar com o governo, entendeu, porque na verdade o meu negócio não é tirar proveito, ficar toda hora indo lá no gabinete do Prefeito [inaudível], o negócio é ser bem objetivo, é isso, isso e isso.

PESQUISADORA: E o pessoal aqui do bairro, eles participam bastante quando tem reunião?

ENTREVISTADO XIV: Participam não.

PESQUISADORA: Não?

ENTREVISTADO XIV: Não, porque a gente tem um negócio que se chama convergência, o que é bom para mim, não é bom para você, por isso que tem outros interesses. Nós tivemos hoje na Câmara, não sei se você acompanhou, cinco mil e quinhentos, acho que foi cinco mil e quinhentos candidatos a vereador para vinte e uma vagas, vou te mostrar como que é o trabalho. Área de posse... aqui tem uma propriedade que é nossa, invadida pela Igreja, é o trabalho que a gente faz nas horas vagas, são os artesanatos e pinturas, [inaudível].

PESQUISADORA: Ah, lá na associação, não é?

ENTREVISTADO XIV: É, o próprio morador do bairro, a gente faz na praça aqui, aqui são as questões ambientais, a gente tem sempre problema, você pode ter passado e viu um monte de lixo, aqui você limpa hoje, suja amanhã, você limpa hoje, suja amanhã, então, essas outras coisas [inaudível].

PESQUISADORA: E como é que vocês fazem para escolher, eles não demonstram interesse em participar e o senhor faz como para chamar eles, porque tem que levar a demanda, não é? E aí como é que vocês decidem?

ENTREVISTADO XIV: Aí, como é que a gente trabalha, a gente leva no dia a dia, como eu acabei de falar para você, nosso maior problema hoje é a questão, tem algumas coisas pra fazer das pendências, que é [inaudível], questão de canaletas. Na verdade, hoje o sistema aquático seria a questão de chuva, ela aumentou, há 10 anos atrás o volume de água era um, hoje o volume de água é outro. Então, quer dizer, fizemos o sistema de captação de inclinação [inaudível], não tiveram projeto, hoje você tem que fazer canalização, e o governo não vai, canalização hoje custa caro, você tem que pegar empresa especializada, pá, pá, pá, de inclinação, dependendo se você cortar o morro de uma maneira, acaba caindo que nem aconteceu lá no acidente que teve aqui na Mantiqueira, não sei se você ficou sabendo.

PESQUISADORA: Mas e aí, essa obra vocês pediram, como é que foi?

ENTREVISTADO XIV: Não, as obras a gente pede.

PESQUISADORA: Mas através do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: É, através do orçamento participativo, entendeu. Existe já plano de inclinação, tem engenheiro especializado nessa questão, geólogo. Então, tem uma série de questões aí, entendeu.

PESQUISADORA: Mas eles não entregam tudo porque não dá tempo? Fica aguardando?

ENTREVISTADO XIV: Exatamente, porque na verdade com o crescimento do Roma, então, você cresce demanda, se cresce demanda, cresce custo, porque teve crescimento, você tem uma propriedade que não era, passou pra [inaudível] começar a dividir o orçamento. Então, o pessoal morador não entende o seguinte, acha que o poder executivo tem que centralizar toda a cidade, ele não tem que centralizar só um bairro, entendeu. Se colocaram, tem uma filosofia aí de que vereador representa, tem que representar bairro, o vereador representa o legislativo do município, entendeu. Então, o povo tem uma teoria, tem uma ideia aí de que vereador representa bairro.

PESQUISADORA: E eles exercem influência nessas pessoas?

ENTREVISTADO XIV: Oi?

PESQUISADORA: Eles exercem alguma influência com relação a essas obras?

ENTREVISTADO XIV: Tem influência, tem alguma influência, dependendo de [inaudível] entendeu, ele tem essa influência (interferência externa).

PESQUISADORA: E o senhor acredita que vai continuar o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: O orçamento participativo ele é federal.

PESQUISADORA: Não, eu digo de Volta Redonda.

ENTREVISTADO XIV: Se vai continuar? Vai, isso é lei federal, é coisa do Ministério da Cidade, devido ao Ministério da Cidade, você tem que prestar conta, quem cobra hoje, se não tiver um Conselho dentro da diretriz, não manda verba, você tem que ter reunião periódica, entendeu. Nós tivemos uma grande [inaudível] com relação ao prêmio de mobilidade urbana, não estava contemplado, tinha uma menina aí, aquela maluquinha que tem, uma doidinha, mas é crânio ela, só que tem que ela foi oposição, ela queria ser vereadora.

PESQUISADORA: Mas por que que ela fez oposição, o que é que o senhor acha?

ENTREVISTADO XIV: Ela fez oposição porque ela tinha um projeto da questão do ciclismo, se eu não engano ela andou na Holanda e tudo, ela quer comparar o país de terceiro mundo com país europeu, entendeu, alguns países da Tchecoslováquia ela mostrou, se eu não me engano [trecho incompreensível], alguns locais fizeram

adaptações, mas lá as cidades europeias [trecho incompreensível], entendeu. Então, conclusão, então ela trouxe um projeto, e um projeto que tem custo bem barato, mas não foi aprovado, só se esse governo que está aí vai acatar a sugestão, mas a sugestão em si dela precisa fazer adaptações, porque nós estamos no meio da cidade, que corta a cidade, que é uma empresa, entendeu, aí você tem que andar em círculo, tem que andar em torno dessa empresa.

PESQUISADORA: E no início, o senhor acompanha essas reuniões há quanto tempo, do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIV: Desde que eu aposentei. Aliás, eu sempre participava.

PESQUISADORA: Mas o senhor ainda não era Presidente da Associação?

ENTREVISTADO XIV: Não, eu entrava como comunidade, antigamente não tinha esse negócio, mas era, você era convidado.

PESQUISADORA: Era convidado?

ENTREVISTADO XIV: Era convidado. Todos os moradores podiam participar das reuniões, todas as reuniões.

PESQUISADORA: E aí vocês como era a participação, eles escutavam para selecionar?

ENTREVISTADO XIV: Escutavam.

PESQUISADORA: Selecionava na hora?

ENTREVISTADO XIV: Na hora.

PESQUISADORA: E ficou assim até quando? Por que no início do orçamento participativo tinha essas reuniões abertas?

ENTREVISTADO XIV: Porque na verdade com o Presidente anterior, as pessoas tinham interesse em ser vereador.

PESQUISADORA: Ah, sim.

ENTREVISTADO XIV: Entendeu? Porque, na verdade, o povo colocou na cabeça que Presidente de Associação tinha um passo para ser vereador, um passo, facilita.

PESQUISADORA: Alguns tentam?

ENTREVISTADO XIV: Um monte. Inclusive a Presidente agora lá do... Mariana Torres, aqui atrás, depois de Belo Horizonte, nossa, ela é vereadora, ela é Presidente de Associação, Tereza Américo, Presidente da Câmara, [trecho incompreensível], Presidente da Associação de bairro Barreira Cravo, é Verde Vale, Verde Vale. É Presidente de lá, entendeu, brigona, sempre bateu boca com o

Prefeito, por ser área inclinada, tem a questão das canalizações, sempre brigou com o Prefeito, mas dentro da razão.

PESQUISADORA: E a população de um modo geral, o senhor acredita que eles demonstram interesse em permanecer nessas reuniões? Eles participam em outros bairros, o senhor sabe?

ENTREVISTADO XIV: É porque tem duas coisas, porque na verdade o gestor de reuniões sempre são o Secretariado, eles são coordenadores, nós temos também, se o cidadão não se interessar nas demandas, a reunião não anda, a reunião não anda. Nós temos o Secretário de Meio-ambiente em questão de planejamento, entendeu. Fui na reunião da Conferência Estadual eu fui como Secretário de Meio Ambiente, no que eu fui votar pelo segmento, entrei pelo cano, aí eu fui votar na questão da coleta seletiva, não podia porque eu estava como Secretário e não sabia, eu estava numa reunião com um monte de Secretário e não sabia que eu era o Secretário, entendeu, os caras não levam a coisa séria, entendeu, aí complicou a vida da gente, nenhuma proposta nossa de meio ambiente pra Volta Redonda passou, nem para estadual, nem pra federal.

PESQUISADORA: Eu sei, e o senhor acredita que eles realmente selecionam o que vocês indicam, como é que é feito?

ENTREVISTADO XIV: Selecionam, são selecionadas as demandas.

PESQUISADORA: Mas eles informam como? Como é que vocês tomam conhecimento do que foi aprovado?

ENTREVISTADO XIV: A gente tem um formulário que a gente anota tudo, a gente escreve e manda para o bloco de demanda.

PESQUISADORA: Aí eles avisam quando é aprovado?

ENTREVISTADO XIV: Isso, por exemplo, se eu vou lá na Secretaria eu procuro fazer levantamento, vou lá [trecho incompreensível], coloca mas sabe que vai ser para próxima demanda, em 2018, 2017, entendeu [inaudível].

PESQUISADORA: E a comunidade cobra quando está alguma obra aguardando? Eles costumam cobrar?

ENTREVISTADO XIV: Cobram, cobram, porque na verdade é eleitoral, são promessas eleitorais, entendeu, que nem agora, qual é a cobrança que nós temos hoje aí, a questão dessa transposição aqui, porque isso aqui enche de água, porque tem captação de água ela é única, ela é direta, entendeu, não é paralela, porque o sistema aqui era pra ser paralelo, só que o sistema é único, fizeram uma via só,

[inaudível] se a manilha foi de dois mil polegadas, três mil polegadas, o volume de água é um só, entendeu, e ela é dividida, se você chegar lá na frente ela não vai reta, ela dobra à esquerda, à direita, ela dá volta.

PESQUISADORA: E para finalizar, tem alguma coisa importante do orçamento participativo de Volta Redonda que o senhor queira falar, alguma coisa que eu não perguntei?

ENTREVISTADO XIV: Não, o que nós temos aí, o que nós temos hoje em discussão é a mobilidade urbana, que tem a questão do tráfego caótico, nós temos a questão do transporte, que tem que ser modernizado, entendeu, tem a questão da... o que nós temos mais discutido hoje é a questão ambiental. Hoje, por exemplo, o açude hoje, não foi feito na época, pela história que a gente conhece, o fato está consumado, não houve uma análise de impacto ambiental. As consequências que ninguém esperava, hoje nós já temos uma turbulência, um volume de água maior [inaudível]. Em Santa Catarina, Paraná, é uma área bem planejada, olha a consequência que está acontecendo, São Paulo não teve um planejamento de escoação de água, está tendo problema, o Açude, em alguns locais de Volta Redonda você pode ver que não teve uma boa captação de água, tem que fazer outro sistema.

PESQUISADORA: E vocês têm discutido quando tem as reuniões que eles chamam, vocês falam dessas coisas do meio ambiente?

ENTREVISTADO XIV: Agora não discutimos porque o Secretário de Meio-ambiente nunca deu...

PESQUISADORA: Ah, então, nessa parte não teve muita obra?

ENTREVISTADO XIV: Tem umas questões aí que ninguém vai tentar colocar, entendeu, fizemos projetos de lei, a gente vai tentando, nova realidade, entendeu, são coisas que você tem um segmento que pode dar certo, mas só que tem o político que vê outras coisas, os caras faz um projeto de lei que complica a vida da gente, entendeu, e você tirar aquilo lá de dentro, porque o parecer maior é do vereador, entendeu, aí você não tem autonomia, aí você tem que fazer uma vasta articulação pra você discutir as políticas públicas em andamento, que eles colocaram sob emenda [inaudível].

PESQUISADORA: Mas não deu para colocar como orçamento participativo, tinha que ser como emenda?

ENTREVISTADO XIV: Não, está no orçamento e está como emenda também.

PESQUISADORA: Ah, tá, os dois?

ENTREVISTADO XIV: Os dois vai, entendeu, o governo aprova, por causa do orçamento, por causa da verba.

PESQUISADORA: Por que é muito grande?

ENTREVISTADO XIV: É, por causa do orçamento [inaudível].

PESQUISADORA: E eles deram uma resposta de quando vão solucionar isso?

ENTREVISTADO XIV: Tem, mas no plano plurianual é 20 anos, 20 a 10 anos, ou de 4 em 4 anos, é de acordo com o orçamento, e tem que está no plano plurianual.

PESQUISADORA: Vocês estão aguardando?

ENTREVISTADO XIV: 10 anos no plano [inaudível].

PESQUISADORA: Tá, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 11:00 (DURAÇÃO 17 MINUTOS E 41 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XV, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde, como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população?

ENTREVISTADO XV: Então, a gente normalmente faz reuniões, só que, por exemplo, os próprios moradores, por isso que eu falei da peculiaridade do bairro, os moradores eles já sabem quais são os canais de comunicação com o poder público, através da Ouvidoria, internet, telefone. Então, a própria população quando ela entende que existe a necessidade de alguma demanda, ela pega por telefone e ela liga, isso aqui eu estou falando da realidade do Conforto, entendeu. Então, eles só procuram as pessoas da associação quando é, com o número de protocolo, tipo assim, faz muito tempo que eles não são atendidos, entendeu. Então, assim, eles já têm um canal de comunicação direto, com a própria Prefeitura, então, o presidente de associação ele acaba tendo um conforto melhor, porque ele só fica, ele toma conhecimento através desses protocolos, então, se torna mais fácil. Difícil, o bairro ele não tem, ele é um bairro dormitório, pelo aspecto dele, e quem utiliza muito o bairro são as pessoas de passagem mesmo, por quê? Porque a gente tem muitos aparelhos públicos, a gente tem várias escolas, então, várias pessoas frequentam o

bairro, a gente tem uma Igreja imensa, que a princípio você fala, tem lá morador do bairro, não, não é necessariamente morador. Então, para que eu tenha um contato maior com o bairro, sim, tenho que bater de porta em porta se eu quiser um volume maior de pessoas palpitando sobre uma ideia ou alguma noção de necessidade, mas mais do que isso, as nossas propostas do OP, elas sempre foram muito voltadas em parceria com as instituições do bairro. Então, por exemplo, uma escola, aí o diretor da escola que tem uma demanda, então, a gente acaba fortalecendo a demanda dele, também com o orçamento participativo, porque ela ficou muito focada em obra.

PESQUISADORA: E lá nessas reuniões que ocorrem na Prefeitura, eles fixam uma data? Como é que eles convocam vocês?

ENTREVISTADO XV: Então, é através de telefone, através de e-mail, eles dão um jeito de entrar em contato por aqueles números que você já disponibilizou.

PESQUISADORA: Mas vocês conseguiram, fora essas solicitações individuais, não é, se reunir para fazer alguma elaboração para alguma obra?

ENTREVISTADO XV: Do OP?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XV: Sim, sim, quando eu entrei para associação de moradores, já havia várias demandas colocadas e que não foram realizadas.

PESQUISADORA: Tem quantos anos?

ENTREVISTADO XV: Seis anos. Então, logo na minha primeira participação no orçamento foi isso, a Prefeitura mesmo já me encaminhou os pedidos que já tinham sido elaborados por pessoas do bairro, anteriormente, e aí já estava lá. E aí, fizemos reuniões né, com os moradores, para gente validar aquilo ali. Ah, então, algumas coisas daqui ali permaneciam como necessidade, outras coisas já deixou até de ter a importância que tinha antes, mais ou menos isso.

PESQUISADORA: E antes de participar dessa associação a senhora já tinha alguma experiência de participar de outras, de movimento social?

ENTREVISTADO XV: Não, de associação não, de movimento social sim, na verdade eu venho do terceiro setor, então, meu expertise era mesmo em administrar instituição de sociedade civil organizada, e quando eu vim foi uma experiência muito diferente, porque uma coisa é você tá no terceiro setor constituído, mas que você tem condições de buscar parceiras e desenvolver atividades, independente do poder político, do poder público. Já na associação de moradores, ele tem esse outro

caminho, né, você não faz absolutamente nada, você não executa, você apresenta apenas a demanda para que o Executivo, né, o poder público realize. Então, para mim foi uma experiência também diferente.

PESQUISADORA: E essa experiência nessa articulação, nesses debates, teve alguma repercussão para senhora enquanto cidadã, enquanto pessoa?

ENTREVISTADO XV: Nossa, maravilhoso. Eu tinha antes de entrar para associação de moradores um preconceito muito grande com relação ao setor público, e como eu falei, né, porque ele é composto de político, né, e aí eu tinha realmente um preconceito muito grande. Quando eu comecei, então, a participar e a ouvir aquilo que estava acontecendo, e a ouvir também outros colegas de bairro né, eu comecei a ter uma visão mais geral do que é que é possível o cidadão fazer quando ele se levanta e começa a participar, autonomia né, você começa a entender que você é o protagonista né, e pode contribuir batendo na porta e sendo persistente, é o que precisa, perseverança.

PESQUISADORA: E quais são as etapas desse orçamento participativo? Depois que vocês levam as demandas, para eles chegarem até o final para selecionarem as obras, a senhora sabe?

ENTREVISTADO XV: Então, não nos cabe como colaboradores da apresentação da demanda, dizer em grau de necessidade aquilo que a gente prioriza, não é assim. E isso, então, por exemplo, vamos colocar vinte necessidades, se o Prefeito escolher três, quatro, já está bom. Na minha concepção, isso é completamente equivocada, não, eu não quero colocar vinte coisas para o bairro ficar mais bonito, melhor. Não, eu quero colocar apenas aquilo que a gente realmente necessita e que essa escolha tenha que ser do Prefeito, por ordem de importância para o bairro. Só que não é desse jeito, você coloca, então, todos ficaram muito tempo dentro desse processo, fazendo assim, eu coloco quarenta e aí o Prefeito escolhe.

PESQUISADORA: E vocês sabem como é feita essa seleção? Qual é a prioridade, o critério que eles utilizam, não é?

ENTREVISTADO XV: Não tenho noção do critério.

PESQUISADORA: Não fica claro?

ENTREVISTADO XV: Já aconteceu numa determinada reunião, que eu mesma apresentei a possibilidade para os Secretários, vamos colocar em ordem, né, de necessidade, vamos pontuar de 1 a 5, o que é que você considera emergencial, o

que é que você considera urgente, o que é que você considera, para gente poder ter também uma noção de quando e como vai poder ser realizada, mas isso não rolou.

PESQUISADORA: Não tem como saber, não fica claro?

ENTREVISTADO XV: Não.

PESQUISADORA: Na verdade eles selecionam depois, não necessariamente tudo o que vocês pedem, não é?

ENTREVISTADO XV: Exato, não. Eles é que escolhem, aí talvez com os valores de obra ou com interesse político, eu não sei, porque sim, também tem essa questão dos bairros, qual bairro vai ser atendido primeiro, e essa era sempre uma preocupação minha, porque olha só, eu estou representante do bairro Conforto, então, assim, o que acontece nos outros bairros os outros representantes deveriam falar, só que uma preocupação minha era exatamente essa, porque eu já tive proposta de vereadores, vamos colocar no orçamento e eu endosso, trocar a iluminação toda da Rua 4. Assim, eu não quero trocar a iluminação eu quero, na verdade, que o orçamento me dê condições de cuidar da segurança, por exemplo, e aí eu acho que havia também um interesse meio político, qual bairro aceita aquilo que está sendo proposto, e aí ele é atendido naquilo, entendeu. Então, assim, é complexo.

PESQUISADORA: Ah, entendi. Vocês não participavam da construção dessa metodologia, não é, era um critério da Prefeitura e vocês ficavam aguardando a resposta?

ENTREVISTADO XV: Exato, é isso aí, isso, e eu achava que tinha que ser mais transparente o critério adotado. Então, eu não sei se era às vezes o vereador pedindo, se era realmente uma constituição do próprio e aí o Lincoln provavelmente deve saber e falar como que eles escolhem, mas isso nunca foi transparente, pelo menos para mim, em todas as reuniões que eu fui, nunca vi dizer o motivo pelo qual aquilo foi elencado.

PESQUISADORA: Mas eles costumam implementar algumas obras, chegou a ser feito, o que a senhora acha?

ENTREVISTADO XV: Sim, não, várias obras são feitas, entendeu, não vou dizer que não são feitas, mas o nível dessa importância é que às vezes fica subjetivo mesmo.

PESQUISADORA: Eu sei, vocês só ficam sabendo depois quais são as obras?

ENTREVISTADO XV: É, que vai ser feita.

PESQUISADORA: E olha, na reunião, antes de selecionar a obra, eles dão um parâmetro para vocês do valor que vai ser destinado ao orçamento participativo? Por que tem alguns lugares que informa, alguns municípios, olha, esse ano é o valor x, até para vocês terem uma noção de quantas obras pedir, você não tem?

ENTREVISTADO XV: Não, não tem, falho isso.

PESQUISADORA: Eles não informam antes?

ENTREVISTADO XV: Acho que poderia ser assim, até mesmo, nossa, ficaria cada vez melhor se pudesse ser desse jeito, eu cheguei até na época a falar assim, porque o orçamento participativo ele acaba sendo pressuposto, pelo menos aqui em Volta Redonda, pelo meu olhar, minha opinião, de que ele só pode ser obras, ele só pode ser coisas desse tipo, sabe assim, é trocar uma lâmpada, é fechar um buraco, e era uma coisa que eu acabava discutindo muito, porque assim, se o meu bairro é de passagem, e aí teve uma vez que eu levantei a mão, não, presidente do bairro não é pra isso, porque pra isso tem funcionário público pra poder fazer manutenção, não quero ficar discutindo com o poder público a necessidade de manutenção, porque na minha cabeça isso já teria, eles é que teriam que apresentar um processo de como fazer a manutenção, por exemplo, do trânsito né, de pintar faixas, essas questões, é manutenção da higienização do bairro. Então, eu achava que a Prefeitura deveria me mostrar um cronograma disso, e aí eu poderia, junto com os moradores, fortalecer outras melhorias pro bairro, daquilo que a gente tá sentindo, porque é que eu estou falando isso, porque numa das últimas reuniões de orçamento que eu fui, eu não pedi, eu já tinha conversado com o Lincoln e com a própria Fátima, eu não pedi, eu não queria nenhuma obra, eu não queria nenhuma melhoria física, o que eu estava solicitando era a questão da segurança, porque aí eu expliquei, eu tenho dentro do bairro três escolas que trabalham com adolescentes, essas três escolas elas acabam gerando no bairro um problema muito sério, porque os jovens quando saem irritados, etc, eles brigam. Então, rotineiramente, eu tinha brigas dentro do bairro, e o bairro olha para esses alunos como se não fazem parte da vida deles, porque são usuários do aparelho público, mas não são moradores do bairro. Então, não tenho como chegar na mãe desse adolescente e falar, oi, cuida do teu filho que ele está aprontando na rua, não, porque eles não são nossos.

PESQUISADORA: Não tem vínculo?

ENTREVISTADO XV: Exato, e nem do bairro. Então, esse bairro fica às vezes refém desse monte de aparelhos públicos que são usados por outras pessoas, e aí o meu desejo era, eu quero que o recurso que venha de um projeto, Crack é possível vencer, por exemplo, e outros projetos com o viés da educação, com o viés de coordenação de políticas para droga e álcool e etc, que eu pudesse no orçamento participativo solicitar. Na verdade, eu já queria entrar num outro estágio do orçamento, o orçamento começou com essa questão de obra, e para os bairros que são centrais e que já são mais consolidados, e que não precisa disso, é como se o orçamento não me interessa mais, não me atende.

PESQUISADORA: A senhora sente falta de algum segmento social, assim, representativo nessas reuniões, para pedir essas questões?

ENTREVISTADO XV: Sim, porque assim, quem que ia nas reuniões do orçamento participativo, as pessoas mais vinculadas em obra, então, não tinha ali o Secretário de Educação, a Secretária de Cultura, a Secretária de Meio Ambiente, sabe.

PESQUISADORA: O pessoal da sociedade mesmo de movimento?

ENTREVISTADO XV: Social?

PESQUISADORA: É, para representar alguma classe, entendeste, vulnerável, eles participam ou não?

ENTREVISTADO XV: Vou ser muito sincera, eu nunca pensei sobre isso.

PESQUISADORA: Porque essa questão que tu estás falando, eu estou perguntando, por exemplo, já com relação a adolescente, se tivesse alguém defendendo essa questão?

ENTREVISTADO XV: Por exemplo, o Conselho da Criança e Adolescentes.

PESQUISADORA: É, questão de mulheres, se tivesse algum setor lá também. Não tem? Não há essa participação?

ENTREVISTADO XV: Entendi. Não há. Só tem o Presidente da Associação de Moradores, nunca houve, que eu saiba, um convite especial para esse público.

PESQUISADORA: Essas pessoas assim?

ENTREVISTADO XV: Talvez por isso eu tenha me sentido, então, mas quando eu fiz a fala, eu não fui compreendida, nem pelo Prefeito, ele não me acolheu, ele não fez uma leitura daquilo que eu estava solicitando, é como se na cabeça dele, eu não tivesse compreendido o que é o orçamento participativo. Então, assim, eu acho que é um empoderamento mesmo, que já houve, no momento em que eu como presidente, o povo de associação de moradores, começam a querer saber desses

outros recursos que vem para essas outras pastas, é um momento de dizer então, já está feito, o meu bairro já está construído, eu quero avançar para essas outras políticas, acho que seria mais isso.

PESQUISADORA: E olha, o bairro daqui eles demonstram interesse de participar dessas reuniões quando é para escolher a demanda?

ENTREVISTADO XV: O morador?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XV: Não, é assim muito pontual e de maneira muito egoísta, vamos dizer assim, quando um morador tem um problema específico, aí ele te procura, mas quando você faz uma reunião e que vai atender uma melhoria comum, é como se ele delegasse, “você resolve”, é isso. Então, tem dificuldade de participação, e eu acho que até esse processo, com o passar do tempo, quando não tem renovação, o próprio presidente ele se acomoda, né, acho que é a lei do menor esforço, isso também começa a acontecer e a gente também fica quase que num processo de ressentimento, eu já fiz tanto esforço para todo mundo participar, e as pessoas não se interessaram, então, tá, então, eu vou com a minha opinião mesmo, entendeu. Então, eu acho que é um ciclo que começa a acontecer, e talvez até por não ter o resultado específico, entendeu.

PESQUISADORA: E a senhora recorda quando iniciou, a senhora já não participava dessa época, logo quando iniciou a senhora recorda?

ENTREVISTADO XV: Não, eu não fazia parte da associação de moradores.

PESQUISADORA: A senhora não lembra mais ou menos como foi? Se existia em todos os anos ou se parou?

ENTREVISTADO XV: Não, eu só tenho histórico do que me contam, de que era muito bom. Enfim, de que teve resultados muito bons.

PESQUISADORA: A participação social era maior antes, a senhora sabe?

ENTREVISTADO XV: Ah, eles dizem que sim, que era maior, mas mesmo hoje eu vejo, ah, tá, dois moradores do bairro, então.

PESQUISADORA: Eles participavam mais?

ENTREVISTADO XV: Ah, eu não se dizer, porque eu não fazia parte ainda.

PESQUISADORA: E tu acreditas que tenha alguma força política contrária ou favorável ao orçamento participativo? Por exemplo, a Câmara de Vereadores eles sempre aprovam o que foi escolhido ou não?

ENTREVISTADO XV: Então, é essa metodologia que eu não sei, porque assim, pra mim, quando a gente coloca eu não estou nem pensando nos vereadores aprovando a obra para o bairro, né, nem sei se existe essa...

PESQUISADORA: Se eles se opõem ou não a aprovar?

ENTREVISTADO XV: E se existe isso, existe? Eu não sei, se tem que ser colocado, né, no plano da secretaria.

PESQUISADORA: Tem que incluir no orçamento, né?

ENTREVISTADO XV: É, eu não sei.

PESQUISADORA: Eles não repassam para vocês se está havendo alguma dificuldade ou não?

ENTREVISTADO XV: Com o vereador?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XV: Não, não repassam.

PESQUISADORA: Vocês só sabem o que foi incluído no projeto, não é, o que vai ser feito?

ENTREVISTADO XV: Exato, e assim, eu não sou também avisada, previamente, do que foi incluído, depois é que eu fico sabendo se aquilo tudo que eu solicitei, se foi tudo aquilo incluído, para poder fazer a aprovação do orçamento.

PESQUISADORA: E tem alguma pergunta que eu não fiz que a senhora acha importante, com relação ao orçamento participativo?

ENTREVISTADO XV: Colocar?

PESQUISADORA: É

ENTREVISTADO XV: Ah, deixa eu ver. Bom, é isso né que eu falei dessa minha angústia, né, porque as outras carteiras não participam, é... deixa eu ver, eu acho que é só, não tem mais muita coisa pra falar não.

PESQUISADORA: Eu sei. Ah, então, tá, eu te agradeço. Deixa só eu finalizar aqui.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 15:30 (DURAÇÃO 13 MINUTOS E 4 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XVI, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Então, tu sabes como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população?

ENTREVISTADO XVI: Como é que faz a metodologia pra?

PESQUISADORA: Para conseguir saber o que é que a população (intervenção externa), para eles conseguirem saber o que é que a população quer, como é que eles fazem as reuniões?

ENTREVISTADO XVI: No orçamento participativo?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XVI: Então, em geral, eles fazem o seguinte, eles enviam uma carta pra todos os representantes da sociedade civil né, são presidentes de associação de moradores, presidente de movimentos sociais, de todas essas entidades, a gente se encontra, aonde eles passam os tópicos, as diretrizes tudo, a gente senta, discute sobre os assuntos né, e cada um desses presidentes, líderes, são ouvidos pra saber a opinião, se concorda, se quer acrescentar alguma coisa ou se não concorda, ver se precisa de algum tempo pra consultar a população que faz parte, pra ver o que ela acha também, trazer as sugestões, geralmente, é dessa forma que é feito.

PESQUISADORA: E quem é que fixa essas datas desse calendário de reunião?

ENTREVISTADO XVI: Olha, a princípio, é a Secretaria de Planejamento, juntamente com o Prefeito, tem a série de obras, urbanismo, umas coisas todas, uma série, tem até o Plano Diretor, eu não trouxe não, eu não trouxe.

PESQUISADORA: Eu sei. E o senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XVI: Aqui, estou há um ano, só que eu milito, assim, em movimentos sociais tem mais de dez anos.

PESQUISADORA: O senhor antigamente já tinha experiência?

ENTREVISTADO XVI: Já, já.

PESQUISADORA: O senhor fazia o quê? Era associação, sindicato?

ENTREVISTADO XVI: Não, eu tenho um grupo chamado SSPoliciais, é uma Ong de defesa dos direitos humanos dos policiais, aí eu trabalho com cerca de 700 policiais aqui em Volta Redonda, eu sempre participei dessas discussões, mesmo antes de eu estar aqui na Associação de Moradores, sendo que antes de eu estar aqui nessa associação, eu fiz parte de outra associação, onde fui diretor jurídico, entendeu.

PESQUISADORA: E o que foi que te motivou a entrar na associação e também a participar desses debates, o que é que te motiva?

ENTREVISTADO XVI: São duas coisas diferentes, né, entrar na associação e participar dos debates.

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XVI: A participação nos debates é em consequência de ser uma liderança da associação dos moradores, agora o fato de ter entrado nessa questão social, de presidência e tudo, foi por ver a desigualdade que existe né, e por eu ser uma figura que pelo fato de ser policial há 16 anos né, exerço certa influência na sociedade, né. Assim, tratando de uma parte, assim, que ninguém quer (interferência externa), porque a polícia trata daquilo que ninguém quer tratar, a parte ruim do ser humano, né, porque quando acontece alguma coisa com a população, chama-se quem, a polícia, quando acontece alguma coisa com bombeiro, chama a polícia, quando acontece algum problema com o professor, chama a polícia. Então, a polícia trata disso, (interferência externa). Então, por querer ter esse senso de querer mudar e ajudar as pessoas que eu entrei nessa, desde pequeno, eu fui presidente de grêmio desde pequeno, entendeu, participei daquela época do movimento Fora Collor, eu fazia parte do grêmio.

PESQUISADORA: E essa experiência de participar do orçamento participativo está sendo como para ti, está trazendo algum conhecimento novo? Como é que está sendo?

ENTREVISTADO XVI: É, lógico que você adquire experiência, né. Embora, nesse governo atual que vai sair dia 31 de dezembro, né, embora a gente tenha uma participação na elaboração, não é uma participação assim que na minha opinião seja tão eficaz, porque a gente é ouvido, mas é ouvido entre aspas, porque a bem dizer, já vem tudo pronto, é mais passado para gente, o que já está feito e aprovado, por isso que eu espero que nesse novo governo tenha uma nova, assim, uma nova forma de participação né, bem mais eficaz do que foi esse anterior.

PESQUISADORA: Por que não chegou a ser selecionado esse ano ainda, não é?

ENTREVISTADO XVI: Olha, ainda não, ainda não, ainda não.

PESQUISADORA: Tu não sabes qual é o critério que eles usam para selecionar?

ENTREVISTADO XVI: Quem vai participar?

PESQUISADORA: Não, selecionar as obras depois que vocês indicam, eles selecionam como?

ENTREVISTADO XVI: Então, tem o plano diretor que foi criado em 2008 no governo Gothardo, né, que é uma série de obras e diretrizes que visa o progresso de Volta

Redonda, entendeu. Na área de urbanismo, na área de revitalização de praças, de calçadas, serviços públicos. Então, é uma série de coisas que eles precisam fazer para o progresso de Volta Redonda, então, isso foi acertado já há algum tempo para estar sendo feitas essas obras, mobilidade urbana. Só que paralelo a isso, tem as dificuldades de cada bairro, né.

PESQUISADORA: Então, aí, vocês levam as demandas?

ENTREVISTADO XVI: Isso, a gente leva, isso.

PESQUISADORA: E aí eles costumam atender essas demandas?

ENTREVISTADO XVI: Costumam, aqui eu sempre fui bem atendido. Nesse ano foi umas quinhentas obras mais ou menos aqui no bairro que nós conseguimos.

PESQUISADORA: Por causa do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVI: Não, porque as obras do orçamento participativo é uma, entendeu, porque vamos supor, o orçamento de 2017 é feito esse ano, entendeu, é deliberada a quantidade de verba, de recurso que precisa para obra x que vai ser feito ano que vem. Aí quando chegar ano que vem, vamos supor se acontecer de ter um buraco na rua, entendeu, aí é verba da própria Prefeitura (interferência externa), quer dizer, tem um buraco na rua, alguma coisa de encosta, isso não precisa sair no orçamento que já está pré-aprovado no ano anterior, entendeu.

PESQUISADORA: Mas eles costumam, assim, na tua prática, no orçamento participativo vocês tem sido atendidos ou fica alguma coisa pendente?

ENTREVISTADO XVI: Não, tem bastante coisa ainda, aqui tem bastante coisa pendente.

PESQUISADORA: Aguardando?

ENTREVISTADO XVI: Isso, tem a pista de skate aqui no Morro do Urubu, que já está aprovado e tudo, tem até o projeto já, eles não fizeram ainda, tem três anos.

PESQUISADORA: E nas reuniões vocês ficam sabendo qual é o valor que vai ser destinado ao orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVI: Fica, fica, fica. Eu tenho acesso a todos os valores.

PESQUISADORA: Mas antes de escolher as obras ou depois?

ENTREVISTADO XVI: Não, assim, a gente passa para eles as obras, ou as obras vem deles, e já vem o orçamento previsto para realização, entendeu. Aí, sendo aprovado, se precisar de licitação, é feita uma licitação e tudo, só que aí, tem um valor estipulado já.

PESQUISADORA: Mas além de vocês indicarem eles também indicam obras para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVI: Indicam, indicam obras, indicam.

PESQUISADORA: Mas aí vocês decidem se vai ocorrer ou não?

ENTREVISTADO XVI: Não, a gente conversa, né, mas foi como eu disse, a bem dizer já está tudo, né, definido por eles. Eles vão construir um viaduto ali, sabe onde fica o Batalhão da Polícia? A gente indo daqui para lá, eles vão construir um viaduto ali, esse viaduto, você vai passar por cima daquele trevo, entendeu. Aí, vai ter uma caída para direita, [trecho incompreensível]. Retiro, aquela mão vai ser uma mão única para lá, vai ter outra caída direto para radial leste, e isso não foi escolhido pela gente, foi feito projeto, foi apresentado o projeto, não foi discutido, porque essas questões técnicas de mobilidade urbana, tem vários líderes de associação de moradores que não tem conhecimento técnico para estar opinando, nem pra tá opinando sobre isso. Eu sou policial há 16 anos, eu conheço de trânsito, eu conheço de mobilidade urbana, para poder está falando sobre isso, mas não são todos que têm condições de dar esse tipo de opinião, né, em questões assim mais delicadas. Então, nesses casos, já vem projeto pronto, entendeu, aí é apresentado para nós o projeto, não é nem discutido, entendeu, [inaudível]. Não, é o viaduto ali naquele trevo e vai ter duas saídas, uma saída pra Sávio Gama, que vai ser mão única, e a outra vai para radial leste, e a outra vai continuar, a do meio vai ser um elevado, entendeu.

PESQUISADORA: E tu recordas quando foi, qual foi a origem desse orçamento participativo? Qual foi o governo?

ENTREVISTADO XVI: Foi em 1993, 93, é.

PESQUISADORA: E depois que começou, sempre teve todos os anos ou foi interrompido? Nenhum governo parou de fazer as reuniões?

ENTREVISTADO XVI: Sempre teve, sempre teve, é porque é previsão orçamentária do ano seguinte, aí eles têm que ter essa previsão, aprovada na Câmara e tudo.

PESQUISADORA: Eu sei. E lá nessas reuniões, percebe se tem algum segmento social que é representado, além dessas associações?

ENTREVISTADO XVI: Eu vi, eu vi vários.

PESQUISADORA: Quais são, mais ou menos?

ENTREVISTADO XVI: Que eu me recorde o pessoal do Mep está, do Movimento pela ética na política, tem o pessoal da Apae acho que também está.

PESQUISADORA: Aí eles participam das reuniões, eles opinam?

ENTREVISTADO XVI: Participam. Opinam também, opinam, é aberto lá, democrático. Embora como eu disse, tem obras que são apresentadas para nós, entendeu.

PESQUISADORA: Mas também tem a de vocês que eles recebem?

ENTREVISTADO XVI: Tem, tem, isso.

PESQUISADORA: E tu achas que tem alguma força política contrária ou a favor desse orçamento participativo, tem algum obstáculo?

ENTREVISTADO XVI: O obstáculo que a Prefeitura encontra, na minha opinião, é assim, vamos supor, o novo Prefeito assumindo, o Samuca, entendeu, aí ele vai assumir no dia primeiro, então, ele vai ter que tratar do orçamento participativo de 2018, entendeu. Vai ser um conjunto de obras né, sendo que ele já vai ter as obras não realizadas pelo governo anterior, entendeu, sendo que está liberado no orçamento dinheiro, aí tudo bem, isso aqui é uma coisa, aí as próximas obras que ele vai fazer ele vai ter que contar com a aprovação da maioria da Câmara, talvez o obstáculo maior seja isso, é está passando pela Câmara né.

PESQUISADORA: E na Câmara, tu percebes se eles se opõem a aprovar esse orçamento participativo que é decidido?

ENTREVISTADO XVI: É muita negociação né, tem que ter um poder político que venha a convencer os vereadores a estar votando a favor, né, mas geralmente se consegue sim, embora os obstáculos tudo, se tem alguma emenda, se tiver emenda tem que voltar para o Prefeito né, pra ver se aceita a emenda ou não, aceitando, aí volta pra Câmara de novo, pra ser aprovado, mas geralmente consegue.

PESQUISADORA: E a população tem demonstrado interesse quando vocês se reúnem para falar?

ENTREVISTADO XVI: Tem, tem.

PESQUISADORA: Eles participam?

ENTREVISTADO XVI: Geralmente eu levo assim membros da diretoria, para estar indo comigo pessoas mais influentes do bairro aqui para estar indo também, mas (interferência externa).

PESQUISADORA: Mas vocês se reúnem antes, não é, para levar as demandas, eles participam também?

ENTREVISTADO XVI: Participam, participam, participam também.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não te perguntei que tu achas importante sobre o orçamento participativo, alguma coisa que tu achas importante falar dessa tua participação?

ENTREVISTADO XVI: Então, o que eu, o grande problema é que ficaram muita obra para trás do governo para o outro, né, tem muitas obras para ser feita aqui, que não foi feita ainda e vai trocar o governo, né. Aí tomara que a prioridade do novo governo seja né, fazer as obras que não foram feitas e aceitar as novas que vão apresentar, porque vou apresentar bastante, bastante coisa para ser feito para o bairro.

PESQUISADORA: E tu enquanto cidadão, tu percebes se teve alguma melhora, interferiu em alguma coisa o fato de estar participando dessas reuniões, dessas reivindicações no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVI: Interferiu, interferiu, interferiu porque a partir do momento que eu participo, entendeu, desse tipo de reunião, de orçamento participativo, aí o que é que a população vê, ah, o presidente tá participando, tá buscando, tá se interessando a estar incluindo, né, nas previsões das obras coisas do bairro, entendeu, porque a única forma de ser feito as obras necessárias aqui no bairro é assim, tendo a Prefeitura como parceira, entendeu, colocando as obras nessa previsão, porque é de um ano para o outro, né, e cobrando principalmente. Mas mesmo cobrando, às vezes, a gente não é atendido, então, né, mas tem que manter essa cobrança. Fora aquilo que te falei, as outras obras, tem obra que não precisa do orçamento. Vamos supor, se amanhã ou depois acontece uma chuva muito grande e caí a encosta, entendeu, aí é do cofre do governo não tem como (interferência externa), e a gente precisa, porque a gente tem muito programa social com os jovens daqui e a gente precisa (interferência externa).

PESQUISADORA: Então, eu te agradeço por passar essa experiência.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:30 (DURAÇÃO 14 MINUTOS E 46 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XVII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, a senhora sabe me dizer como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população, o pessoal da Prefeitura?

ENTREVISTADO XVII: Bom, a Prefeitura ela faz uma solicitação, né, ela convida as associações de moradores para estar participando e qual o orçamento participativo que nós convidamos a população do bairro, eles comparecem, né, às assembleias, e eles indicam as obras que eles avaliam que é mais necessário dentro daquele bairro, não sei se preencheu seu pedido.

PESQUISADORA: Mas aí como é que ocorrem as reuniões lá, eles fixam um calendário? Por que depois vai para Prefeitura, não é?

ENTREVISTADO XVII: Isso, o calendário a Prefeitura primeiro ela faz o convite, ela explica que vai fazer o orçamento participativo na data tal. Nesse período, que eles armaram, organizaram o orçamento participativo, as associações vão se mobilizando para montar o seu orçamento.

PESQUISADORA: No seu bairro a população tem demonstrado interesse?

ENTREVISTADO XVII: Por um período, assim, eles ficaram um pouco afastados, mas hoje, a presença deles tem sido a participação muito boa, porque eles, a gente faz uma ampla divulgação nas redes sociais, nós usamos as rádios para fazer convite para a população e a gente deixa claro, se a população não participar, a obra não vai vir para o bairro. Então, se você quer uma melhoria, melhorar a condição de vida do seu bairro você tem que, né, conscientizar o morador que a presença dele é importante.

PESQUISADORA: A senhora está há quantos anos aqui na associação?

ENTREVISTADO XVII: À frente da associação estou desde o período de 2008.

PESQUISADORA: A senhora sempre participou dessas reuniões do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVII: Todos, participei de todos, inclusive, eu tenho arquivo com todos que eu fui, as datas das reuniões que foi solicitada, quais são as obras que foram feitas, quais as que não foram feitas, quais as que estão pendentes, tudo isso eu faço um acompanhamento.

PESQUISADORA: E a senhora tomou conhecimento do orçamento participativo como? Assim que a senhora entrou?

ENTREVISTADO XVII: Assim que eu assumi, logo em seguida a Prefeitura já encaminha para a associação de moradores informando que o orçamento participativo vai acontecer naquela data e a gente se organiza.

PESQUISADORA: E o que é que motivou o seu interesse em continuar trabalhando nessa área? Qual é a sua motivação?

ENTREVISTADO XVII: Na verdade, assim, quando eu fui eleita em 2008, período de dois anos, então, fui convocando as eleições e não foram aparecendo interessado, aí, eu acabei permanecendo, como agora, vai acontecer agora dia dezoito de dezembro, vai acontecer uma...

PESQUISADORA: Nova eleição?

ENTREVISTADO XVII: Uma nova eleição. É a mesma forma, se não aparecer uma chapa, eu tenho que continuar, até porque eu posso destituir a associação, se não for do meu interesse continuar, mas eu não quero que amanhã alguém venha falar, assim, que eu acabei com a associação de moradores do meu bairro. Não, então, enquanto não aparecer ninguém eu com certeza vou permanecer, para que ela não feche as portas.

PESQUISADORA: E antes dessa experiência a senhora já tinha participado de outra, algum movimento social?

ENTREVISTADO XVII: Não, nunca.

PESQUISADORA: É o primeiro?

ENTREVISTADO XVII: É o primeiro, eu fui convidada por uma reunião, por eu ter outro trabalho social aqui dentro no bairro, a pessoa me conheceu e me convidou para uma reunião, e nessa reunião o grupo já tinha decidido que eu seria indicada à Presidente de Associação. Eu nunca sabia nem como funcionava uma associação de moradores.

PESQUISADORA: Então, em razão dessa sua experiência, participação nesses debates, a senhora avalia que teve alguma repercussão para senhora enquanto cidadã, teve alguma mudança?

ENTREVISTADO XVII: Sim, teve muita, muita mudança, para melhor, entendeu, eu tenho, procuro participar sempre de debates, tudo que é interesse do bairro, do todo aqui, eu tento participar.

PESQUISADORA: Mas a senhora modificou em algum setor, teve alguma repercussão na senhora enquanto cidadã, enquanto pessoa mesmo, por participar?

ENTREVISTADO XVII: Sim, porque eu aprendi coisas que às vezes não chegam no nosso conhecimento, né. Então, assim, eu falei assim, poxa, tem coisas tão boas que a gente podia estar aproveitando, coisa melhor, muita coisa boa a gente consegue trazer para o bairro a partir do momento que você participa, que você busca esses interesses para a comunidade, porque eu não tenho que pensar na associação, ela não é minha, ela é do bairro. Então, não tenho que pensar no

individual, eu tenho que pensar no coletivo. O que é que eu quero? Hoje eu moro aqui, meus filhos casaram, compraram residência aqui, apartamento aqui, então, eu tenho que melhorar a condição de vida da minha família, porque eu penso assim, então eu tenho que trabalhar no coletivo, eu não tenho que trabalhar no individual.

PESQUISADORA: E eles convocam de que forma a sociedade civil? Eles chegam até vocês como?

ENTREVISTADO XVII: Através de telefone ou carta, quando eles não conseguem falar pelo telefone eles mandam ofício, vem um mensageiro traz a correspondência convidando.

PESQUISADORA: E a sociedade civil, a população, quem entra em contato é a própria associação, não é? Cada associação que vai entrar em contato com o pessoal?

ENTREVISTADO XVII: Isso, as reuniões são feitas por setor, por exemplo, o meu setor é o três, então, eles mandam a convocação, falam por telefone, falam pelas redes sociais, ou quando não consegue falar, eles mandam um documento por escrito. Então, você participa, aí a gente aparece, vai lá, faz e debate o que é que é melhor, o Prefeito vai, no caso, a equipe, né, do Prefeito que foi nomeada, eles vão falar assim, olha, essa obra aqui é possível, essa é, essa não é, então, a gente vai. Já aconteceu de eu chegar lá e o Prefeito, o próprio Prefeito falar assim, “olha, você vai selecionar”. Eu tinha dezenove obras no orçamento, que eu tinha pedido, “você vai selecionar, você vai selecionar três que você quer, que eu vou poder fazer”, aí eu falei para ele, olha, eu não vou selecionar três, porque as dezenove que tem aqui são prioridades, então, deixo nas suas mãos, aí ele acabou fazendo as dezenove obras naquele período.

PESQUISADORA: E como é que eles selecionam, normalmente, as obras? Nesse período eles fizeram tudo, mas a senhora sabe quais são as etapas para eles decidirem qual é a obra, depois que vocês entregam?

ENTREVISTADO XVII: Depende da verba, né, que o Município tem disponível. Então, eu tenho até um controle de quais foram as obras que foram feitas dentro do bairro na minha gestão toda, eu tenho relação das obras, com valores, o que é que foi aplicado, o que é que não foi, entendeu.

PESQUISADORA: E eles explicam porque eles escolheram aquela obra ou não? Vocês sabem quais são as obras?

ENTREVISTADO XVII: Isso aí eu já não sei, assim, porque o Município ele vai de encontro com aquilo que a verba está disponível para fazer essa obra, se ela é prioridade, no caso, vou te dar um exemplo aqui, uma ponte que tem aqui, aqui ao lado, ela transbordava sempre que chovia, então, morro tem enchente, com mortes. Então, o que é que aconteceu, priorizou ela, aí não só ela como a outra, as duas pontes que tem aqui.

PESQUISADORA: A Prefeitura que achou melhor priorizar?

ENTREVISTADO XVII: Priorizou aquelas duas pontes porque viu que o problema estava se tornando sério, mas sempre procurou atender.

PESQUISADORA: Mas eles têm implementado os pedidos ou fica alguma coisa pendente?

ENTREVISTADO XVII: Não, nos dois últimos anos, porque é assim, o orçamento quando a obra não é feita neste ano, automaticamente, ela vai para o orçamento do ano que vem, entendeu. O nosso maior problema hoje, vou ser sincera com você, que eu vejo, é assim, que quando você faz o seu orçamento, quando chega lá na Câmara de Vereadores, eles começam a colocar emendas, então, aquilo que você fez, se você não ficar atento, não ficar de olho, você acaba perdendo aquela obra, porque o vereador tirou ela, ele achou que não era prioridade para colocar uma outra, entendeu. Então, isso a gente tem que ficar atenta a isso, a gente tem procurado ficar atenta a isso aí.

PESQUISADORA: É verdade. E eles informam na reunião o valor que vai ser destinado ao orçamento participativo? Antes de selecionar as obras, vocês têm uma noção de quanto vai poder gastar, até para pedir?

ENTREVISTADO XVII: Não.

PESQUISADORA: Não tem?

ENTREVISTADO XVII: Essa informação não é passada.

PESQUISADORA: Só depois, não é, que vocês sabem quais são as obras?

ENTREVISTADO XVII: Eu consigo fazer o levantamento do que foi gasto de obra, dentro do meu bairro, porque eu procuro acompanhar as licitações, porque quando aquela obra vai para licitar, para Comissão de Licitação, eu costumo acompanhar, poxa, essa obra, essa ponte vai ficar em tanto, tal, tal, entendeu. Então, eu procuro, eu anoto os valores de quanto vai ficar, por isso, mas essa informação não é passada para população.

PESQUISADORA: E a senhora recorda como é que iniciou aqui em Volta Redonda o Orçamento Participativo?

ENTREVISTADO XVII: Não, assim, vou ser sincera com você, porque quando eu assumi, em 2008, é aquilo que eu te falei, embora eu seja funcionária pública há trinta e cinco anos, eu nunca me interessei por essas coisas, nem participava de reunião, eu nunca vim participar de uma reunião de associação do meu bairro.

PESQUISADORA: Ah, tá, foi só agora, não é?

ENTREVISTADO XVII: Foi só mesmo naquele período que eles me convidaram eu acabei...

PESQUISADORA: E depois que a senhora assumiu sempre eles continuaram com essas reuniões ou teve algum momento que parou?

ENTREVISTADO XVII: Sempre, sempre continuou.

PESQUISADORA: Sempre teve?

ENTREVISTADO XVII: Isso. Por exemplo, eu faço assembleia aqui mensal, uma vez por mês, é agora estou querendo mudar, né, não sei, se não vier ninguém, eu vou ter que ficar, mas eu vou mudar, vou colocar a cada dois meses, porque é muito cansativo, não dá tempo até nem de você mandar seus ofícios já está chegando outra assembleia. Então, eu costumo fazer assembleia uma vez por mês, e quando as pessoas vão pedindo, “ah, tem que fazer isso, fazer aquilo”, aí eu já sei, tem coisa ali que vai ter que ir para o orçamento, entendeu, então, eu já oriento a pessoa, para este ano isso aqui não vai poder ser feito, porque tem que entrar no orçamento participativo, que é uma obra do valor x, entendeu, então eu já oriento as pessoas.

PESQUISADORA: E nessas reuniões lá na Prefeitura tem algum segmento social que vai, além de vocês? Alguém representando a sociedade, alguma coisa assim, outro movimento social?

ENTREVISTADO XVII: Até onde eu sei não, porque quando é reunião do orçamento participativo só vai mesmo as associações de moradores, e as instituições, no caso as Secretarias que são responsáveis por cada tipo de obra que terá que ser feita. Por exemplo, uma reforma para ação de um CRAS, aí tem que ter ali naquela assembleia, naquela reunião lá na Prefeitura, um representante, no caso vai o Secretário, próprio Secretário. Eu estou precisando de uma pintura na minha rua, uma reforma de sinalização no bairro, então, vai o representante da Suser. Então, é assim que funciona.

PESQUISADORA: E a senhora percebe se tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo? Tem alguma barreira para aprovar?

ENTREVISTADO XVII: Eu acho que sim, eu percebo que sim, porque a gente é tão, não sei, eu principalmente vejo tão descrente da política, né, que quando você vê que o orçamento, aquilo que você pediu pro seu bairro, se você vive dentro dele, se você viu que é uma prioridade, um vereador ele não tem o direito de retirar aquela obra, porque ele não acompanhou você dentro das suas assembleias, embora ele tenha sido convidado, eu tenho o cuidado de convidar a Câmara de Vereadores para participar do orçamento participativo, aqui dentro do bairro, não aparece, eles não vêm, entendeu. Então, ele não tem o direito no meu ponto de vista, e isso foi deixando até um pouco a desejar, no caso, do orçamento.

PESQUISADORA: Já aconteceu de modificarem? Eles sempre modificam?

ENTREVISTADO XVII: Eles sempre modificam, entendeu, quando chega lá eles tiram aqui, põe uma emenda aqui, outra daqui, como quem diz, não, isso aqui, o bairro pediu, mas como a emenda foi minha, vai sair no meu nome, entendeu?

PESQUISADORA: Ah, ele coloca como se fosse, saiu dele a ideia?

ENTREVISTADO XVII: Isso, é onde eu não concordo, porque ele não participou.

PESQUISADORA: Não foi uma decisão da população?

ENTREVISTADO XVII: Não foi, ele não participou.

PESQUISADORA: Dos debates, não é?

ENTREVISTADO XVII: Dos debates, não participou. Já aconteceu aqui comigo dentro do bairro, uma praça foi feita sem o conhecimento da associação, sendo que eu tinha outras prioridades, mas por quê? Foi indicação de vereador que teve audácia de modificar o orçamento que eu tinha feito.

PESQUISADORA: E a Prefeitura como é que ela faz com relação a isso? Eles informam vocês que...

ENTREVISTADO XVII: Informam? Não, eles não informam. Às vezes, assim, quando você fica sabendo, é que você vai buscar essa informação, é que eles são obrigados a te passar, mas assim, que é passado para comunidade, não.

PESQUISADORA: Ah, tá. E tem alguma coisa que eu não perguntei que a senhora acha importante falar, algo que eu não perguntei à senhora?

ENTREVISTADO XVII: Olha, eu acho que sim, é muito bonito seu trabalho, você está de parabéns com o seu trabalho, eu espero que você vá ajudar e muito, principalmente, até quem sabe pode resgatar esse orçamento participativo que não

tem sido feito como assim, há uns quatro anos atrás, de uns três anos para cá, ele não está sendo feito.

PESQUISADORA: Como era antigamente?

ENTREVISTADO XVII: Antigamente, era feito o que você pedia era feito, era atendido.

PESQUISADORA: Era cumprido?

ENTREVISTADO XVII: Era cumprido. Hoje, não cumpre, nada é feito.

PESQUISADORA: A senhora acha que por qual razão diminuiu essa execução?

ENTREVISTADO XVII: Não sei, foi desinteresse político né, ou interferência política, não sei, alguma coisa parecida.

PESQUISADORA: Antigamente, os vereadores faziam também isso de interferir ou começou depois?

ENTREVISTADO XVII: Começou depois, assim, uns dois, três anos depois que eu já estava à frente da associação que eu comecei a perceber que isso estava acontecendo, então, a gente tenta convocar os nossos parceiros, né, de outras associações, nós temos a Fam, que é a Federação (interferência externa). Então, tem outros parceiros que nós temos, a Fam que é a Federação que apoia a gente, também, a Fam procura estar sempre do nosso lado, entendeu, a Federação das Associações de Moradores aqui de Volta Redonda. Então, a gente tem esse apoio dela, graças à Deus nós temos o apoio da Fam, porque quando isso acontece a gente vai até a Presidente da Fam, ela procura articular e ver o que pode estar sendo feito.

PESQUISADORA: Ah, então, obrigada.

ENTREVISTADO XVII: Espero que tenha te ajudado.

PESQUISADORA: Ah, ajudou sim.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 (DURAÇÃO 14 MINUTOS E 14 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XVIII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, como é que a Prefeitura faz para conseguir captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVIII: Isso aí eu não sei te dizer.

PESQUISADORA: Não? Eles fazem reuniões?

ENTREVISTADO XVIII: Bom, para isso aí eu nunca participei desse tipo de reuniões.

PESQUISADORA: Do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVIII: Assim, reuniões para conseguir verba.

PESQUISADORA: Não, eu digo o orçamento participativo que vocês da comunidade indicam qual é a obra que vocês querem.

ENTREVISTADO XVIII: Sim, sim.

PESQUISADORA: E como é que ocorre? Isso que eu estou perguntando, essas reuniões como é que elas ocorrem?

ENTREVISTADO XVIII: Olha, eles convidam a gente, marcam as reuniões, entendeu, a gente vai, aí eles passam para gente uns boletos para gente fazer o pedido de obra, leva para eles, entendeu, aí aquelas obras que eles podem aprovar, eles passam para gente qual é a obra aprovada, entendeu.

PESQUISADORA: Mas antes de escolher a obra vocês fazem reunião aqui na associação para comunidade?

ENTREVISTADO XVIII: Olha só, olha só, eu não tenho sede de associação, eu faço na minha casa mesmo reuniões, aí é dois, três, porque o povo não participa disso, entendeu. Os moradores do bairro ele acha que você por ser um presidente da associação a sua obrigação é verificar tudo para eles, é problema de esgoto entupido, é uma lâmpada queimada, é uma cesta básica, é um remédio para eles, uma conta de luz que está atrasada, eles acham que você tem que pagar, então, para eles a função da associação é isso aí, entendeu.

PESQUISADORA: Mas na Prefeitura tem um calendário para chamar vocês, eles colocam umas datas? Como é feito isso?

ENTREVISTADO XVIII: Tem, tem calendário sim.

PESQUISADORA: Normalmente é quando que ocorrem as reuniões lá, para decidir as obras?

ENTREVISTADO XVIII: De mês em mês, entendeu, porque tem o dia certo que é do lado de cá e do lado de lá, entendeu.

PESQUISADORA: E quem é que convoca vocês? Quem é que chama?

ENTREVISTADO XVIII: Às vezes é... como é que eu falo pra você... é o Prefeito Neto mesmo, é o Prefeito Neto, ele convoca esse tipo de reuniões.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XVIII: Vou fazer cinco anos.

PESQUISADORA: E como foi que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo, que ele existia?

ENTREVISTADO XVIII: Porque olha só, quando, eu já faço parte de associação tem mais ou menos uns quinze anos, no total, porque quando era o outro presidente [inaudível] que fundou isso aqui, eu já era Secretário de Esportes, entendeu, eu já era Secretário de Esportes masculino deles, na associação, aí depois veio duas vezes, terceira vez, aí passou, depois eu fui convocado para sair a presidente do bairro, aí foi a partir do momento que eu comecei a participar do orçamento participativo.

PESQUISADORA: Eu sei. Então, o senhor tinha essa experiência? O senhor tinha outra experiência em associação antes?

ENTREVISTADO XVIII: Tinha, tinha, como estava te falando, eu tinha aprendido com esse primeiro presidente de associação, entendeu.

PESQUISADORA: E o que é que motiva seu interesse em participar? Qual a sua motivação?

ENTREVISTADO XVIII: Olha só, eu sou morador do bairro há vinte e quatro a vinte e cinco anos, um negócio assim, mais ou menos, eu não tenho bem a lembrança, acho que vinte e quatro anos. Eu sempre me preocupei com o local onde eu moro, o bairro, com o povo, com as crianças, entendeu. Porque aqui é um lugar assim muito, tipo assim, tipo assim abandonado, vamos dizer assim, abandonado. A gente não tem ninguém, nós não temos ninguém por nós aqui dentro, a gente pede a obra, demora a vim. Aliás, não estou criticando o Prefeito porque também não é tudo que a gente quer que vai mandar na hora, né, ele manda, mas demora, lógico. Então, aí eu vejo assim, poxa, a gente não tinha um campo de futebol, a gente não tinha uma praça de esportes, a gente não tinha uma quadra, a gente não tinha nada, entendeu. Então, poxa, eu ficava assim, no dia que for presidente de associação achei que seria fácil, achei que seria muito fácil, é só pedir que vinha, mas não funciona assim, aí eu falei assim, um dia eu vou ser presidente do bairro e vou correr atrás desse tipo de coisa, até quando eu falei que ia sair, o povo gostou, entendeu, e falou “vai mesmo, vai mesmo porque você é morador velho do bairro, antigo já aqui do bairro, a gente sabe que você vai lutar por nós”. Eu falei, beleza, só que eu achei nesse negócio quando eles falaram assim, eles vão me ajudar, só que entrei, acabou o

peçoal, o próprio peçoal que participou que são oito peçoas, eles são da associação comigo, eles mesmos virou as costas, entendeu, eles falam mesmo, “a gente não ganha nada, isso aí não ganha, não reembolsa a gente”, a gente é chamado pra fazer obras, voluntário, entendeu. Eu trabalho, eu tenho família para tratar, entendeu, eu não sou aposentado, como é que eu vou fazer algo voluntário no bairro assim? Lá para fora, porque aqui também não, voluntário não ganha nada. Então, foi aonde eu cheguei a sair para associação, presidente de associação do bairro.

PESQUISADORA: E essa sua participação nessas reuniões lá, o senhor acha que repercutiu, o senhor melhorou enquanto cidadão? Teve alguma diferença depois que o senhor começou a participar?

ENTREVISTADO XVIII: É, assim, como no bairro, você quer dizer?

PESQUISADORA: Como cidadão mesmo, em razão dessa participação nessas reuniões, nesses debates lá na Prefeitura?

ENTREVISTADO XVIII: Olha, eu creio que sim, eu conheci muita gente, conheci, fiz muita amizade, aprendi muitas coisas lá dentro, entendeu, sobre obra, entendeu, a saber como pedir, como esperar, entendeu, já aprendi a ouvir o sim e o não. Foi quando eu comecei a ouvir não, aquilo me deixava irado, entendeu, ficava puxa vida, fui com uma sede nisso aqui, contanto que eu ia consegui e deu errado, aí eu trazia aquela resposta para o povo, entendeu, ouvir lá um não, entendeu, recebi a notícia que não, então, vou ter que esperar, mas não vou desistir, vou insistir de novo.

PESQUISADORA: E como é que eles entram em contato para marcar essas reuniões da Prefeitura com vocês? Eles chegam como?

ENTREVISTADO XVIII: Eles me ligam.

PESQUISADORA: Eles ligam?

ENTREVISTADO XVIII: Ligam. Às vezes a Fátima [inaudível] me liga para reunião, entendeu, do orçamento participativo, a pedido de alguém, lógico, né, quando não, é o peçoal do Sae, às vezes é o secretário do Prefeito. Então [inaudível].

PESQUISADORA: E o senhor sabe quais são as etapas, depois que o senhor vai lá entregar as demandas, como é que eles fazem para decidir qual são as obras que vocês? Vocês ficam sabendo quais são as obras que vão ser executadas?

ENTREVISTADO XVIII: Sim, eles retornam o papel para gente, por exemplo, a gente faz assim, no caso, dez pedidos, aí vem um, aí eles dão o boleto para gente do que foi aprovado no orçamento.

PESQUISADORA: Mas aí eles explicam porque escolheram aquela obra? O senhor sabe?

ENTREVISTADO XVIII: Eles colocam assim, às vezes no papel também, quando você faz um pedido, você coloca prioridade.

PESQUISADORA: Ah, tá.

ENTREVISTADO XVIII: Entendeu, aí aquela prioridade como assim, de acordo, né, aí ele vai e libera para gente o serviço. Igual aqui, por exemplo, vestuário do campo, é uma prioridade porque o povo trocava de roupa em frente à casa dos outros, né, então, foi prioridade, a gente conseguiu, graças a Deus. É...o lombrado do campo do Parque Vitória, a gente fez o pedido do orçamento participativo, graças à Deus foi feito, tá aí. O campo do colorado também foi uma obra que a gente entrou no orçamento participativo, a gente conseguiu também, uma obra grande, boa, graças a Deus, está lá, entendeu. Então, esse tipo de coisas aí, rede de esgoto, algumas que tem que fazer, eles faz.

PESQUISADORA: E teve alguma que ficou aguardo no banco de dados?

ENTREVISTADO XVIII: Tem, tem.

PESQUISADORA: Essas que ficam, eles fazer e as outras ficam aguardando?

ENTREVISTADO XVIII: Isso, isso. Aquelas que ficou, eles chamam a gente depois e procuram saber se ainda preciso daquela obra, se tem prioridade dela, entendeu.

PESQUISADORA: O senhor sabe quando é que começou esse orçamento participativo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XVIII: Olha, eu vou te dizer a verdade, eu só fiquei sabendo desse orçamento participativo depois de cinco anos para cá.

PESQUISADORA: Ah, tá. Mas depois que o senhor começou a ir, teve todos os anos ou parou?

ENTREVISTADO XVIII: O orçamento participativo? Tem, todo ano tem.

PESQUISADORA: Sempre ocorrem as reuniões?

ENTREVISTADO XVIII: Tem, tem sim. É igual te falei, só não posso participar de todas, mas que tem, tem. Porque às vezes, igual te falei, eu pego de sete às sete, às vezes de sete às cinco, aí eles me ligam, tem reunião amanhã, quatro horas da tarde, eu não posso ir, né, até porque meu patrão não libera de jeito nenhum, então,

eu perco essa reunião. Aí eu peço para o meu secretário se ele pode ir, ele fala que não pode, ele é advogado, ele está com cliente lá no Fórum, então, não pode ir.

PESQUISADORA: Quando o senhor vai nessas reuniões, o senhor percebe se tem algum segmento social representado, além das associações? Tem algum movimento social, alguém da comunidade, além vocês?

ENTREVISTADO XVIII: Tem, tem.

PESQUISADORA: Quem é que vai?

ENTREVISTADO XVIII: Ah, vai muitos. Assim, de outros lugares, né.

PESQUISADORA: Não, outro segmento social, além das associações?

ENTREVISTADO XVIII: Olha, eu não tenho [inaudível].

PESQUISADORA: Normalmente vão as associações e mais quem? O pessoal da Prefeitura?

ENTREVISTADO XVIII: Vai, vai, o pessoal da Prefeitura vai, por exemplo, vai o pessoal do Sae, alguns administradores lá dentro, vai administrador da guarda municipal, entendeu, vai da Polícia Militar, vai Secretário de Esporte, entendeu, vai da Smac, e o Prefeito sempre está presente, o Paulo Barenco que é presidente, diretor da Suser, entendeu, eles tudo vai.

PESQUISADORA: O senhor percebe se tem alguma força política contrária ou favorável a esse Orçamento Participativo? Por exemplo, quando vocês decidem, a Câmara tem que aprovar, não é, sempre eles aprovam ou tem dificuldade?

ENTREVISTADO XVIII: Olha, eu não sei te dizer se lá dentro com eles, se há essa dificuldade, não.

PESQUISADORA: Eles não repassam para vocês?

ENTREVISTADO XVIII: Não, isso eu não sei não, sobre essa dificuldade [inaudível].

PESQUISADORA: E tem alguma pergunta que eu não lhe fiz, que o senhor queira falar do orçamento participativo, que o senhor acha importante?

ENTREVISTADO XVIII: Não, as perguntas que você fez está tudo tranquilo, tem nada a mais a declarar não, sobre o orçamento participativo, não. A única coisa que a gente às vezes fica, igual eu falei com a minha esposa, e ela também já, a gente de vez em quando discute, porque ela é doida que eu saia fora da associação, entendeu, porque é muita crítica, não sei se você já conversou com alguém sobre isso, é muita crítica, e você não ganha nada por isso, entendeu. Nessa semana passada a gente até [inaudível], porque eles esquentaram o terreno de uma senhora aí, mas não arrumou documento, e tem mais ou menos uns oito anos, por aí,

[inaudível], só que não foi no Furban regularizar. Agora, o Furban para poder legalizar esse terreno que as pessoas moram, tem que procurar a associação, tem que procurar o conselheiro do Furban, tá, o que é que acontece, pra você fazer esse tipo documento, pra dar pra eles uma carta de declaração, você gasta do seu bolso, entendeu, você gasta do seu bolso, você tem que pagar Lan House, às vezes eles exigem, cobram de você reconhecer firma, entendeu. Então, isso tudo você paga, aí para mim fazer isso eu tenho que perder dia de serviço, porque na hora que eu saio do serviço o cartório está fechado.

PESQUISADORA: A comunidade não lhe dá muito apoio?

ENTREVISTADO XVIII: Não dá, não dá não. Não conta com eles não, porque oh, se você precisar de um real para você pagar um documento lá, inclusive eu fiz um nessa semana aí, está lá para pagar.

PESQUISADORA: Mas o senhor tenta chamar para essas reuniões?

ENTREVISTADO XVIII: Tento, ih, não adianta, não vai nada.

PESQUISADORA: A participação é pouca?

ENTREVISTADO XVIII: Se você quiser saber, não tem ninguém, nem o vice-presidente participa. Semana passada teve a inauguração de um gramado sintético aqui embaixo, no final de Três Poços, aí o Prefeito teve aí. Chamei o pessoal, gente, vamos lá, vai ser inaugurado o gramado sintético lá embaixo, marcar uma presença com o Prefeito. Se foi lá umas trinta pessoas foram muito, para você ver, tem mais de três mil moradores aqui, entendeu, são coisas para os jovens que faz. O Prefeito é assim, você pediu negócio de esporte, é rápido, ele não nega não, faz mesmo, só que, poxa, às vezes, eu dou razão para o Prefeito, assim, por outro lado, porque você vê, eu vou em reunião do orçamento participativo, a gente vai em reunião, outros tipos de reunião para poder falar de bairro, falar como é que está a cidade, Volta Redonda, você convida o povo pra ir, ele diz assim, “vai ter o que comer, ter o que beber de graça? Você vai pagar minha passagem?” Então, é esse tipo de pergunta que eles fazem para gente. Eu acho, assim, incrível aquilo, entendeu, aquilo chega a doer, porque você vê, eu tiro do meu bolso, não ganho nada, estou lutando pelo bairro, aí você vê um negócio desse, umas palavrinhas dessa machuca a gente. Então, de vez em quando eu falo com a minha mulher, ela fala sai fora disso, você é um bobo, eu falo para minha mulher, oh, estou aqui, tenho o meu netinho, eu procuro trazer melhoria para o bairro, porque amanhã ou depois eu vou morrer, minha netinha está grande, para os que estão vendo que eu estou correndo

atrás para fazer, amanhã vai falar, eu vi seu vô, ele fez isso aí. Então, é legal, eu não estou aqui para ouvir isso, mas tem muita gente que vai ouvir, entendeu. Então, tem que pensar lá na frente, entendeu, esquece o passado, deixa para lá, vamos para frente. Então, é o que eu falo com ela, mas tem horas que a gente discute feio mesmo por isso, porque é doído né, você já vive de salariozinho, né, nosso país aí, salariozinho pequeno, baixinho, aí você tem que gastar com associação.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 16:00 (DURAÇÃO 14 MINUTOS E 07 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XIX, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde, como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Então, eles marcam uma reunião né, geralmente o ano que vem já marcaria esse ano, só que não marcaram esse ano, ano eleitoral, né. Mas, geralmente, funciona assim, eles marcam uma reunião prévia para ver, eles dão uma reunião dizendo como vai ser o processo, e dão uma folha, né, para gente colocar a demanda do bairro, o que precisa ser mudado, e nessa reunião a gente discute. Primeiro, é feito um planejamento, aí depois eles marcam uma reunião prévia com o Secretariado, e de acordo com... eles fazem um bloco assim, é um bloco com várias associações, acho que eu creio que é por letra né, Açude, Aero, [inaudível]. Então, eles fazem por bloco, então, é dividido por bloco, se não me engano são 7 ou 8 blocos. Aí a gente marca reunião com o Secretariado e com o Prefeito, né, e a gente, e a demanda previamente o que a gente quer, manda para o Planejamento, e nessa reunião eles dão resposta do que vai fazer, do que não vai, do que vai ser feito, discute ali, aí é mais político né.

PESQUISADORA: E como é que eles fazem essa convocação para população participar?

ENTREVISTADO XIX: Eles ligam, para gente aqui no caso?

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XIX: Como já tem esse circuito, porque o orçamento participativo foi é um projeto que já está há mais de... ele está uns doze anos, mais ou menos, em funcionamento, aí eles já comunicam, eles ligam, hoje já tem uma, como falta,

uma rede, né, e a Fátima que é gestora das Associações, ela manda através de e-mail ou liga mesmo confirmando se você vai ou não vai, usa esses meios de comunicações;

PESQUISADORA: E as demandas, é o bairro que decide antes?

ENTREVISTADO XIX: Então, a gente faz a reunião na associação, na reunião eles decidem quais são as demandas que está precisando nesse momento, mas há anos já que está repetindo as mesmas coisas.

PESQUISADORA: E tu achas que a população demonstra interesse em participar?

ENTREVISTADO XIX: Na associação sim, na associação sim. A gente faz uma reunião anual, assim, do que está precisando fazer com todo mundo, é meio estressante isso, as pessoas acham, é uma confusão, as pessoas acham que a associação de moradores é um condomínio e não é, né. Então, o que é que a gente faz, a maioria das associações fazem isso, tem uma reunião prévia, mas faz só com a Diretoria da associação, quando a gente abre, reunião aberta, aí tem discussão de coisas que não tem nada a ver com a associação, que eles acham que é um condomínio e é diferente. Então, a gente faz mais com a diretoria, e com a demanda que a gente tem reclamações, a gente mora no ambiente, sabe quais são as reclamações. Então, a gente vai e separa quais são as prioridades e manda para o orçamento participativo.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XIX: Então, essa é minha quarta eleição, vou fazer já uns oito anos.

PESQUISADORA: E o que é que motivou seu interesse em participar?

ENTREVISTADO XIX: Então, na época, como eu te expliquei, aqui no meu bairro, meu bairro é muito grande, aqui pertencia a Jardim Amália, e por ele ser um bloco meio escondido assim, e lá na época, antes que se formou esse residencial aqui, a própria associação está um pouco abandonada no Jardim Amália. Então, nós pedimos para separar essa associação aqui, nós conseguimos quebrar ela, foi uma briga, a gente foi junto com a Fátima e a gente quebrou, porque aqui dentro não estava sendo atendido direito, entendeu.

PESQUISADORA: E antes dessa participação o senhor já tinha outra experiência em associação ou sindicato?

ENTREVISTADO XIX: Não.

PESQUISADORA: Foi a primeira?

ENTREVISTADO XIX: Foi a primeira vez.

PESQUISADORA: E qual foi a diferença, o senhor sentiu alguma repercussão enquanto cidadão, em razão de participar nessa associação?

ENTREVISTADO XIX: Não, só trabalho, só trabalha mais, a gente tem uma disponibilidade meio complicada, mas acaba criando um vínculo com as pessoas e tal, o maior trabalho foi essa divisão mesmo, do que é associação aqui e o que é condomínio, [inaudível] a lâmpada do poste queima eles vinham para mim, para mim ligar. Aí, eu eduquei o pessoal, liguem para o telefone tal, aí acabou que hoje, praticamente zero isso, cada um já sabe muito bem quais as demandas.

PESQUISADORA: E quais são as etapas, depois que ocorrem essas reuniões, como é que eles fazem para selecionar?

ENTREVISTADO XIX: Então, assim, geralmente, cada Secretariado acompanha, um exemplo, né, “ah, nós estamos querendo fazer uma cobertura do ponto de ônibus”, aí quem faz isso aí está ligado ou à Suser ou ao órgão que [inaudível], a gente cobra desse órgão, o órgão vem aqui, só que com oito anos, de uns quatro, seis anos para cá, não está funcionando.

PESQUISADORA: Mas eles já chegaram a fazer algumas obras?

ENTREVISTADO XIX: Chegaram a fazer, mas tem bastante coisa ainda, isso é no geral sabe.

PESQUISADORA: Pendente?

ENTREVISTADO XIX: Pendente, é. É muito político sabe, acho que em todos os lugares é bem político a questão.

PESQUISADORA: E tu sabes quais são os critérios que eles utilizam para selecionar quais são as obras?

ENTREVISTADO XIX: Não sei.

PESQUISADORA: Eles não indicam isso?

ENTREVISTADO XIX: Não indicam, não.

PESQUISADORA: Mas vocês sabem só o resultando, o que vai ser feito?

ENTREVISTADO XIX: Só o resultado, só o resultado, se vier fazer, geralmente, a maioria fizeram aqui, a única coisa que funcionou para gente foi a praça, mas quem fez foi outro Prefeito sabe.

PESQUISADORA: Mas foi do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Foi, orçamento participativo, isso foi bem participativo mesmo, a interação, depois que o Prefeito Neto voltou, os oito anos de gestão dele.

PESQUISADORA: Mas o antigo que tu estás falando?

ENTREVISTADO XIX: Do Gothardo.

PESQUISADORA: Ah, tá.

ENTREVISTADO XIX: Foi o Prefeito Gothardo, ele foi bem bacana para gente aqui.

PESQUISADORA: E olha, nessas reuniões, antes de selecionar as obras, vocês ficam sabendo qual é o valor que está destinado?

ENTREVISTADO XIX: Sim, sim, não sei se chegaram a mostrar para você, o orçamento ele tem uma previsão, a cobertura da praça aqui, há oito anos atrás estava duzentos mil reais, foi cotado na época, aprovaram e tudo, não fizeram até hoje.

PESQUISADORA: Não, mas aí vocês ficam sabendo quando a obra é escolhida, não é?

ENTREVISTADO XIX: Ela é escolhida e já é orçamentada.

PESQUISADORA: Mas antes de selecionar, eles não indicam, olha, esse ano é o valor x, até para vocês terem uma ideia?

ENTREVISTADO XIX: Não, não, isso não.

PESQUISADORA: Antes vocês não têm uma ideia de quanto pode ser?

ENTREVISTADO XIX: Não sei, eu não sei quanto está disponibilizado pela estrutura política do município para poder...

PESQUISADORA: Vocês só sabem quando a obra vai ser feita?

ENTREVISTADO XIX: Então, eles já fazem, quando a gente manda para o IPPU o orçamento participativo, a gente manda uma listagem das obras que a gente quer que seja executada, quando é a reunião para entrega do orçamento, aí vira uma coisa política. Faz a reunião dos blocos, é chamado por bloco, lá vai está o Secretariado, e fala, isso aqui vai ser executado, isso aqui não.

PESQUISADORA: E o senhor recorda como é que começou o orçamento participativo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XIX: Não, começou assim, na época, quando eu entrei [inaudível]. Não, quando entrei já estava já. Eu não sei, eu não acompanhei a fundação do orçamento participativo.

PESQUISADORA: O senhor entrou já estava em qual governo?

ENTREVISTADO XIX: Acho que foi do Neto mesmo, que ele saiu e entrou Gothardo, aí voltou de novo.

PESQUISADORA: E nesse período teve todos os anos ou teve alguma interrupção?

ENTREVISTADO XIX: Todos os anos tem, é assim, deu uma rateada, né, nos três, quatro anos para cá, está bem complicado, assim, para mim aqui para gente está complicado.

PESQUISADORA: Para fazer as obras?

ENTREVISTADO XIX: É, todo mundo está reclamando, sabe. Nessa última, nesses quatro últimos anos foi horrível né, tem a questão da Petrobrás, o governo do Estado.

PESQUISADORA: Diminuiu os recursos?

ENTREVISTADO XIX: Muito, muito.

PESQUISADORA: E a população fica cobrando, como é que ela reage?

ENTREVISTADO XIX: Fica, assim, dentro das associações, a gente tem um grupo né, como te falei, é bem, as reclamações são muito iguais, assim, [inaudível].

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social que é representado, além das associações?

ENTREVISTADO XIX: Que eu saiba, não.

PESQUISADORA: Não tem representatividade da sociedade de outros setores?

ENTREVISTADO XIX: Pelo menos eu desconheço, se tiver, eu desconheço.

PESQUISADORA: E tu acreditas que tenha alguma força política que seja contrária ou favorável a esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Não sei.

PESQUISADORA: O senhor não percebe?

ENTREVISTADO XIX: Acho que é assim, eles devem no montante das obras, ele deve já ter um pré-orçamento, né, aí eles selecionam as obras, eu creio que seja assim, não estou colocando que seja isso não, ele deve fazer já um, o próprio IPPU junto com a Prefeitura, o Secretariado do IPPU, vê as demandas dos bairros, dentro das verbas que eles têm, tanto é que a cobertura da praça, há oito anos atrás ele aprovou, há quatro anos atrás, oh, nem pensar agora [inaudível].

PESQUISADORA: Mas eles justificam o motivo?

ENTREVISTADO XIX: Não, não tinha verba né, foi curto e grosso.

PESQUISADORA: Ah, não tinha verba?

ENTREVISTADO XIX: Não tinha verba, é. Então, [inaudível], está aprovado o valor e tudo, não são todos.

PESQUISADORA: Ah, sim. Mas fica aguardando num banco de dados? Como é que eles fazem?

ENTREVISTADO XIX: Não, aí todo ano você tem que está pedindo de novo, daqui da Praça nós estamos oito anos pedido para todos os orçamentos e retorna, “vamos fazer, vamos fazer”, quatro anos para cá. Na época, vamos fazer, já soltou a... fizeram o orçamento, deu o valor e ele executou, é política mesmo, é política.

PESQUISADORA: Tu sabes se também, o que vocês decidem e entra no orçamento, normalmente a Câmara aprova?

ENTREVISTADO XIX: Não, nem tudo, nem tudo.

PESQUISADORA: Nem tudo?

ENTREVISTADO XIX: Porque é política, a gente pede e é assim, não entrega, eles aprovam, mas nem sempre vai ser cumprido, nós temos cinco projetos aqui, até hoje, nesses oito anos não foi feito, mas todo ano a gente está pedindo e tal.

PESQUISADORA: Mas eles fazem só o que vocês indicam ou eles também indicam alguma obra no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Não, geralmente a gente indica.

PESQUISADORA: Aí, são vocês que decidem?

ENTREVISTADO XIX: É, os moradores que indicam, a associação que indica.

PESQUISADORA: E tem alguma pergunta que eu não te fiz que tu achas importante, com relação ao orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Como assim?

PESQUISADORA: Com relação a essa participação. Alguma coisa que eu não perguntei e que o senhor acha que é importante, caso eu não tenha falado?

ENTREVISTADO XIX: Não, assim, o que eu acho que eu vejo a reclamação das pessoas, num todo, aquilo que você falou, a gente não sabe a questão da verba, pelo menos no tempo que eu entrei desconheço como funciona esse mecanismo, né, assim, de como é elaborada a verba para isso, né, a legalidade da promessa de ser cumprida e porque não é cumprida, também a gente não sabe. Às vezes, [inaudível] isso aqui eu posso fazer, é muito o Prefeito sabe, isso eu vou fazer, isso aqui não vou fazer.

PESQUISADORA: Ele que decide?

ENTREVISTADO XIX: Ele que decide. O secretariado não tem esse poder não, não tem essa autonomia não, o que eu vejo lá é isso, a gente leva para o Prefeito e na hora que ele vai olhar, [inaudível] que ele é tão centralizador que quando ele pega, ele pega cada associação e chama mesmo, Vale da Colina, aí vou lá, ele pega lá, isso aqui sem chance, isso aqui vou fazer, isso não vou fazer.

PESQUISADORA: Mas aí ele fala?

ENTREVISTADO XIX: Fala assim, [inaudível].

PESQUISADORA: Não, mas ele fala por quê?

ENTREVISTADO XIX: Não, ele fala sem verba não dá para fazer, não dá para fazer, só isso. Assim que funciona, entendeu. Não há um estudo, não há uma questão assim de..., Eu acho que no momento que o IPPU já selecionou, deveria fazer, né. Agora, esse cronograma, mas eu acho que tem muita centralização que é meio complexa, nem o próprio IPPU tem controle, porque não depende do IPPU, ele não tem essa autonomia de fazer isso, tem essa hierarquia de poderes. Vamos ver agora essa nova gestão, como é que vai ser.

PESQUISADORA: Tu achas que vai continuar?

ENTREVISTADO XIX: Oi?

PESQUISADORA: Tu achas que vai continuar o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XIX: Vai, vai, eu creio que sim, é um modelo que já incorporou dentro do processo político da cidade, e junto às associações né, eu acho que deveria mudar essa estrutura, né, ou seja, o próprio secretariado já ter essa...

PESQUISADORA: Autonomia?

ENTREVISTADO XIX: Não só autonomia, não, mas essa distribuição desse, deveria ter uma reunião entre eles lá para discutir todas obras que nós temos solicitado, não chegar para gente e falar, “oh, vai ser feito, não vai ser feito”, entendeu. Eu acho que no momento que você coloca, eles deveriam dar a cada Secretaria falar o porquê que naquele momento não vai poder ser feito.

PESQUISADORA: Ah, explicar, fundamentar?

ENTREVISTADO XIX: Isso aí, fundamentação, isso mesmo, [inaudível]. “Ah, isso pode, isso não pode”, é um jogo, hoje é um jogo bem político assim de fazer ou não fazer sabe, lógico que tem os critérios, de ter critério de associações que deve ter mais voto, por exemplo, não sei como funciona isso, não deveria ser assim, porque eu acho que no momento que todo contribuinte paga né, eu acho que deveria ser uma coisa bem, mas não é assim. A gente vê que associações que são o carro-chefe, aí funciona tudo, as que demandam muito poder político fica nesse favor, sabe, aguardando. Nós aqui, então, é complicado, tem que ficar em cima mesmo, [inaudível], ir lá solicitar reunião e mesmo assim não foi cumprido. Foi prometido fazer um negócio, uma calçada que [inaudível], um exemplo, na reunião prometeu, e depois de um ano, dois, nada, falei pô, vou lá. “Não, vou fazer”, aí pediu para o

Secretário vir aqui, o Secretário não veio, [inaudível], em quatro anos o cara não veio, então, assim, essa questão. O projeto, em si, é muito bacana, mas ele está mal elaborado sabe, eu acho que está mal elaborado, eu não sou político, sou leigo e tal, mas percebe que é isso mesmo.

PESQUISADORA: Então, está bom. Obrigada.

ENTREVISTADO XIX: Nada, tranquilo.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 10:00 (DURAÇÃO 11 MINUTOS E 09 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XX, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia. Como é que eles fazem essa metodologia para captar essa vontade da população no orçamento participativo? Como são feitas essas reuniões?

ENTREVISTADO XX: São feitas através da Secretaria Municipal de Planejamento [inaudível]. Depois que está tudo montado, eles chamam a gente para participar do orçamento participativo.

PESQUISADORA: Quem é que fixa essa data das discussões?

ENTREVISTADO XX: É lá no Planejamento.

PESQUISADORA: Eles que fixam?

ENTREVISTADO XX: Fixam, no Planejamento também.

PESQUISADORA: E o senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XX: Participando eu estou, assim, desde 86, ela foi fundada em 84.

PESQUISADORA: Ah, o senhor está desde a fundação?

ENTREVISTADO XX: Não, a fundação foi em 84, eu comecei na associação em 86, representante de rua, depois eu fui presidente em 91, 92, saí, voltei, [inaudível]. Agora, estou como presidente novamente.

PESQUISADORA: E como é que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo que ele estava ocorrendo?

ENTREVISTADO XX: Através da Prefeitura, mesmo.

PESQUISADORA: Através da Prefeitura?

ENTREVISTADO XX: A Prefeitura que manda convite para gente participar.

PESQUISADORA: E o que é que motivou seu interesse em participar dessa associação e participar do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XX: Porque é muito importante para gente que as obras venham através do orçamento, se a gente não participar do orçamento, talvez nem ganhe a obra, porque a gente indica as obras, a gente indica, precisa disso, disso, e depois eles fazem a avaliação, aprovam ou não aprovam. Tem muita obra aprovada, outras ficam para o outro ano, mas tudo obra que está lá, uns quatro ou cinco anos, vai sendo aos pouquinhos.

PESQUISADORA: É, mas aí vocês se reúnem antes para decidir quais são as obras?

ENTREVISTADO XX: Reunimos, reunimos. Cada um dá a opinião [inaudível], faz um consenso e leva para o orçamento.

PESQUISADORA: E a população tem demonstrado interesse em participar do bairro?

ENTREVISTADO XX: No início era muito interesse, se interessava muito, tinha muita obra, depois as obras foram chegando, chegando, de acordo com que as obras vinham, eles iam afastando, porque ganhou a obra né, era uma dificuldade tremenda, mas agora [inaudível].

PESQUISADORA: E antes de participar dessa associação, o senhor já tinha outra experiência, o senhor já participou de algum sindicato, algum movimento social antes?

ENTREVISTADO XX: Eu participei de outra associação.

PESQUISADORA: Ah, outras?

ENTREVISTADO XX: Quando eu morava eu participava em Barra Mansa, de lá que eu vim para cá.

PESQUISADORA: O senhor já participava, então, lá em Barra Mansa?

ENTREVISTADO XX: Porque antes de acertar divisa, onde eu moro hoje era Barra Mansa.

PESQUISADORA: E essa sua atuação nesses debates, nesse orçamento participativo, o senhor acha que teve alguma melhora enquanto cidadão? Melhorou a sua participação política, o que é que o senhor acredita?

ENTREVISTADO XX: Melhorou, a gente aprende muito participando do movimento, aprendi muito, cada obra que sai, que sai é um aprendizado para gente.

PESQUISADORA: E como está sendo essa experiência para o senhor, durante esse tempo?

ENTREVISTADO XX: Muito bom, muito bom, tenho passado para o meu povo aqui, [inaudível].

PESQUISADORA: E quais são as etapas depois que eles chamam vocês, como é que eles fazem para decidir qual é a obra que vai ser selecionada?

ENTREVISTADO XX: É escolhido, por exemplo, tem obra através de licitação, eles licitam, por exemplo, nós temos um de uns quatro, cinco anos atrás, que está saindo agora, no final do ano. Então, nós vamos lá, pedimos, o Prefeito faz reunião.

PESQUISADORA: Tem outra reunião depois que vocês decidem?

ENTREVISTADO XX: Tem, tem reunião para aprovação das obras, do pedido né, da demanda, aí ele mostra para gente o que pode fazer e o que vai ficar para o ano que vem, a gente ou não, a maioria a gente aceita, né, porque sabe (inaudível).

PESQUISADORA: E como é que eles convocam vocês? Como é que eles chamam para participar dessas reuniões?

ENTREVISTADO XX: Eles telefonam, mandam carta, o convite né, a maioria das vezes, não dá para fazer o convite, eles telefonam, tem o telefone da gente lá.

PESQUISADORA: Mas o senhor sabe como eles decidem as obras, o senhor sabe qual é o motivo, qual é o critério que eles usam para escolher?

ENTREVISTADO XX: Eu acho que eles usam mais o critério da necessidade.

PESQUISADORA: Da necessidade?

ENTREVISTADO XX: Do dinheiro também né.

PESQUISADORA: Do dinheiro?

ENTREVISTADO XX: Porque tem obra [inaudível], é mais pela necessidade mesmo.

PESQUISADORA: Eu sei. E vocês têm recebido? Tem sido feito alguma obra, o que é que o senhor acredita?

ENTREVISTADO XX: Tem, bastante obra, o esgoto, asfalto, ainda está asfaltando, está falto o asfalto ainda, mas tem recebido.

PESQUISADORA: E algumas ficam aguardado?

ENTREVISTADO XX: Fica aguardando, tem algumas obras que fica no banco, banco de dados, aí quando há oportunidade eles apresentam para gente, a gente tira aquela do banco.

PESQUISADORA: Sim. E nas reuniões lá do orçamento participativo, vocês têm uma ideia de quanto pode ser gasto, eles informam para vocês, “olha, esse ano, tem um valor x”?

ENTREVISTADO XX: Informam.

PESQUISADORA: Mas antes de escolher a obra?

ENTREVISTADO XX: Não, depois da obra escolhida.

PESQUISADORA: Ah, depois?

ENTREVISTADO XX: Depois da obra escolhida [inaudível], “ah, essa aqui dá para fazer esse ano”, se não der é porque às vezes a obra é meio cara né, [inaudível], esgoto, água, asfalto, [trecho incompreensível].

PESQUISADORA: E o senhor lembra como é que começou esse orçamento participativo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XX: Esse orçamento, na verdade, começou no governo do Baltazar.

PESQUISADORA: O senhor já estava na associação?

ENTREVISTADO XX: Já estava sim, já estava na associação. Aí, foi no governo Baltazar, mas não era tão participativo, depois o pessoal foi conhecendo, foi participando, aí sim.

PESQUISADORA: O senhor acha que em qual governo aumentou a participação?

ENTREVISTADO XX: No governo Neto, no governo Neto.

PESQUISADORA: Mas desde que começou no Baltazar teve interrupção ou ocorreram todos os anos?

ENTREVISTADO XX: Não. Foi direto.

PESQUISADORA: Foi direto?

ENTREVISTADO XX: Maneirou um pouco, né, não foi aquele entusiasmo, mas continuou, não parou não.

PESQUISADORA: E o senhor sabe se nessas reuniões tem algum segmento social representado, além da associação, vão outras pessoas de algum movimento social?

ENTREVISTADO XX: Tem, por exemplo, tem de sindicato, construção civil, sindicato das mulheres, tem Igreja.

PESQUISADORA: Eles participam?

ENTREVISTADO XX: Tem participante de Igreja, outras religiões também, né. Evangélico, espírita, vários segmentos ali, ali não tem discriminação não, ali dentro.

PESQUISADORA: Mas eles são representantes de bairro ou eles ficam?

ENTREVISTADO XX: [Inaudível] e representando bairro também, porque não é só presidente de bairro que pode participar, várias pessoas, eu posso ir e levar cinco ou seis pessoas comigo, não tem assim, discriminação com a pessoa.

PESQUISADORA: E o senhor, nesse orçamento participativo de Volta Redonda, o senhor acredita que tem alguma força política favorável ou contrária a essa política?

ENTREVISTADO XX: Não tem não, [trecho incompreensível], no nosso orçamento não participa vereadores, pode ir algum deles.

PESQUISADORA: Mas depois que aprova o orçamento, o senhor sabe se a Câmara de Vereadores sempre aprova o que vocês decidem ou tem dificuldade?

ENTREVISTADO XX: O orçamento quando chega setembro ele vai pra Câmara, pra Câmara aprovar, alguma coisa [inaudível], eles emendam, mas não é tanta coisa não, [inaudível], eles sabem como fazer o orçamento pra Câmara, porque se não, se a Câmara não aprovar esse orçamento não tem jeito.

PESQUISADORA: Então, ela sempre aprovou ou teve algum período que ela...?

ENTREVISTADO XX: Já teve um período bem... [inaudível].

PESQUISADORA: O senhor não lembra o ano que foi?

ENTREVISTADO XX: Foi no Gothardo.

PESQUISADORA: Gothardo?

ENTREVISTADO XX: [trecho incompreensível].

PESQUISADORA: E tem alguma pergunta que eu não lhe fiz que o senhor acha importante com relação ao orçamento participativo? O que é que o senhor acha importante falar que eu não perguntei?

ENTREVISTADO XX: Em si, o orçamento é isso mesmo, basicamente, isso que nós conversamos, não tem outro, não tem outro ponto que, o importante é que se encerra o orçamento em agosto. No caso, nossa assembleia é em agosto, em setembro tem que está na Câmara. Então, não pode faltar, 30 de setembro tem que está na Câmara, aí entrega para eles, eles vão discutir, vão brigar, mexe um pouquinho aqui, mexe um pouquinho ali, mas no final, né.

PESQUISADORA: E a população do bairro ela se movimenta cobrando o que foi decidido? O que é que o senhor acredita?

ENTREVISTADO XX: Às vezes vem, às vezes vem, quando acontece reunião aqui toda primeira terça do mês, por exemplo hoje, vem “ah, aquele assunto passou, passou?” [inaudível], tá faltando na rua lá em cima, algumas coisinhas aí, eu falei está no orçamento, está aprovado, agora eu não sei quando é que vai começar.

PESQUISADORA: Ah, vocês não têm como saber quando vai ser feito, isso eles não passam?

ENTREVISTADO XX: Quando vai ser feito eles avisam para gente.

PESQUISADORA: Eles avisam antes?

ENTREVISTADO XX: [inaudível] o Secretário de Obras, Meio-ambiente, eles avisam, “ah, vai começar tal dia assim, assim”. Nós temos ali, nosso Cras está saindo, está para ser inaugurado, já foi avisado, vai começar tal dia [inaudível].

PESQUISADORA: Qual é a obra?

ENTREVISTADO XX: O Cras.

PESQUISADORA: Ah, o Cras.

ENTREVISTADO XX: Centro de Referência de Assistência Social.

PESQUISADORA: Sei, eu sei.

ENTREVISTADO XX: Então, trabalhamos assim, só através do orçamento. Fora do orçamento, só manutenção, rede de esgoto, uma lâmpada queimada, lâmpada não precisa, só manutenção fora do orçamento, o resto tudo dentro do orçamento, o que vai gastar, o que não vai gastar. Essa obra do campo ali demorou cinco anos [inaudível], estão melhorando.

PESQUISADORA: Então, está bom, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 11:30 (DURAÇÃO 12 MINUTOS E 10 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXI, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Então, como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXI: O orçamento participativo ele ocorre uma vez por ano, ele é só uma vez por ano, antecipadamente, a Secretaria de Planejamento do Município manda para as associações de moradores, para que a gente faça uma reunião com os moradores, e dentro dessas reuniões a gente tire as obras de prioridade para o bairro. Dessas obras que são tiradas de prioridade é voltada para o Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano, e depois ela é apreciada pela Câmara Municipal de Volta Redonda, e depois eles liberam. Volta e dá o retorno para gente, para gente dá o retorno para comunidade.

PESQUISADORA: E quem é que fixa esse calendário de discussão, essas datas das reuniões?

ENTREVISTADO XXI: Essas datas?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XXI: Essas datas são elaboradas pelo próprio departamento lá, que é o Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano, que é o IPPU, eles que fazem esse calendário e manda para gente.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XXI: Fiz dois anos. São dois anos de mandato, né.

PESQUISADORA: Eu sei, e o que é que motivou seu interesse, essa sua motivação em participar?

ENTREVISTADO XXI: Primeiramente, porque a gente sendo morador, a gente tem que se preocupar um pouco com o nosso bairro. Segundo, quando a gente é convidado, a gente é voluntário, sendo voluntário, a gente é motivado pela vontade de crescimento do nosso bairro. Então, a gente junta um número de pessoas e aquelas pessoas vão nos ajudando, e a gente vai contribuindo da maneira que pode, e todas as associações de morador, quando ela é eleita, ela tem o compromisso com a comunidade e ela é os olhos da, no caso do órgão da Prefeitura, ela que busca o que é que precisa no bairro, mas isso motivou a gente a cada vez mais trazer crescimento para o bairro, o bairro tem crescido muito, né.

PESQUISADORA: E eles têm demonstrado interesse? Eles participam dessas reuniões?

ENTREVISTADO XXI: Os moradores participam, vão nas reuniões, a gente tem um livro de assinaturas da participação deles, as reivindicações são feitas e são enviadas para os órgãos competentes.

PESQUISADORA: Antes dessa participação, o senhor já tinha outra experiência em associação, em algum movimento?

ENTREVISTADO XXI: É, eu estou, eu já fui voluntário da Cruz Vermelha brasileira em 2001, foi 98 a 2001, em 2000 eu entrei para associação de moradores, como diretor social, foi três mandatos consecutivos, depois ganhei para presidente de associação e estou hoje atuando como presidente.

PESQUISADORA: E essa atuação, o senhor acha que teve alguma repercussão, como cidadão, dessa participação política?

ENTREVISTADO XXI: Teve, teve repercussão, sim, é a única associação de moradores de Volta Redonda hoje que tem uma cadeira no Conselho Municipal de Saúde e também temos representatividade no conselho de escola, a gente tem as reuniões, a gente busca os pais que são responsáveis, faz parte dessa comissão, para que a gente possa ter o atendimento melhor na rede pública, né, escolar. Está tudo difícil? Está. Mas a gente não para não, a gente busca.

PESQUISADORA: Eu sei. E como é que a Prefeitura convoca vocês para essas reuniões, como é feita essa convocação?

ENTREVISTADO XXI: Ela manda através de e-mail ou através de telefone mesmo, telefona para nós e a gente faz o contato, tivemos uma reunião agora, recentemente, com o presidente da Furban, que é o Marco Antônio, representa essas áreas de posse dos altos do morro, né, e nós tivemos reunião em relação a algumas, alguns tipos de posse que se comprometeram de passar, ano passado, até agora no momento não tivemos retorno, acredito que só ano que vem, está terminando mandato né.

PESQUISADORA: E o senhor pode me dizer como são as etapas do orçamento participativo, até escolher as obras, depois que ocorrem essas reuniões?

ENTREVISTADO XXI: Quais são as etapas? Como é que é feita? O que é que é escolhido? É isso que você quer saber?

PESQUISADORA: Sim, é.

ENTREVISTADO XXI: Olha, no Santo Agostinho a gente tinha de prioridade a entrada do bairro de Santo Agostinho, melhorar aquela nossa entrada ali, porque houve já vários acidentes. Nós temos uma obra, também, pedindo em frente ao Upa aqui, ali no caso é mais manutenção, que é redutor de velocidade. E as etapas são feitas o seguinte, cada órgão é competente para uma coisa, o Suser faz a parte do trânsito, né, a gente procura ela, e muitas vezes a gente procura a Secretaria de

Obras, tem alguns desvios, muitos locais tivemos que fazer mão única, por causa do bairro cresceu muito, então, não tem condições de ter mais mão dupla, e isso causa algum desconforto para alguns, mas na verdade está evoluindo, a gente tem que buscar uma alternativa, a alternativa é essa. Hoje, nós estamos aguardando agora a resposta, nós temos um problema muito grande na rua principal aqui, Rua Porto Alegre, que liga Volta Redonda até Santo Agostinho, ali o trânsito de ida e vinda, a gente está precisando de uma mão única para poder trazer uma solução, porque quando dá um fluxo de carro maior, num movimento de pique, a gente não consegue passar nada. Então, a gente tem as etapas assim, as etapas são elaboradas, convida o morador para participar.

PESQUISADORA: E o senhor sabe como é que eles selecionam quais são as obras que vão ser feitas, tem algum critério que a Prefeitura usa?

ENTREVISTADO XXI: Olha, esse orçamento participativo vem para nossa mão, é uma escolha de prioridade, a comunidade que pede, tem a reunião, quem faz a escolha é a parte da Câmara Municipal de Volta Redonda, são os vereadores, eles priorizam lá, né.

PESQUISADORA: Mas antes na Prefeitura eles não escolhem? Eles fazem todas? Como é que é feito?

ENTREVISTADO XXI: Se eles fazem todas? Não, há uma peneirada, né, eles escolhem lá.

PESQUISADORA: Então, mas o senhor sabe qual é o motivo? O que é que eles estabelecem como critério para escolher?

ENTREVISTADO XXI: Muitas vezes é que não tem verba, outras vezes dizem que a prioridade, tem bairro que tem necessidade maior. Então, depende muito dos representantes que estão lá, né. A associação faz a parte dela, encaminha e aguarda.

PESQUISADORA: Eu sei. E nessas reuniões, vocês ficam sabendo antes qual é o valor que está destinado para o orçamento participativo ou só depois?

ENTREVISTADO XXI: Para cada obra? Só depois.

PESQUISADORA: Só depois?

ENTREVISTADO XXI: Só depois, eles só mandam para nós depois que está orçado, aprovado, aí que há uma segunda reunião com os presidentes de associações, lá no auditório da Prefeitura, para que a gente fique sabendo o valor exato e qual foi firma que foi, como fala, desculpa, foi na licitação, aí que a gente fica sabendo quem é a

empresa, o valor e tudo, e a gente pede para mudar aquela placa, né, de início de obra, valor e em quanto tempo a obra vai ser concluída.

PESQUISADORA: O senhor recorda quando é que começou esse orçamento participativo aqui em Volta Redonda?

ENTREVISTADO XXI: Recordo, o orçamento participativo começou em 96, é 96 mais ou menos, no governo do Baltazar, foi o Baltazar que foi a época que mais atendeu as associações foi o governo Baltazar, sempre tinha reuniões. Agora, é até bom você lembrar, muitas vezes agora tudo que você manda para lá não vem não, quando você espera, não sei se outros presidentes afirmaram a mesma coisa, mas o orçamento participativo do ano passado não foi, tipo assim, estou sem verba, não vou fazer, não posso fazer, e a gente ficou amarrado, né, então. Mas o orçamento participativo funcionou bem foi na época do governo do Baltazar.

PESQUISADORA: E depois que iniciou, no governo do Baltazar, teve todos os anos ou parou em algum momento?

ENTREVISTADO XXI: Não, aí teve uma continuidade de mais aí uns quatro anos, depois enfraqueceu.

PESQUISADORA: Mas continuou as reuniões, mas só que não fez tudo?

ENTREVISTADO XXI: Continua as reuniões, só que não é feito.

PESQUISADORA: As obras, né, não são implementadas?

ENTREVISTADO XXI: As obras não, o que eles fazem é mais manutenção, né. Mas obras mesmo que você necessita, nós temos, por exemplo, nós temos já há quatro anos pedindo, com abaixo-assinado, já tiveram a topografia, pedindo uma rua que ligue o Santo Agostinho ao alto do Morro na Vila Americana, aonde fazendo essa rua, assim que for concluída essa rua, a gente vai ter uma alternativa de transporte coletivo, que ônibus pode vim até no final, pegar o pessoal e a gente pode, também, todo mundo sair para o lado do Aterrado. Essa obra também, até hoje nada, não foi, nós mandamos para o orçamento participativo, não foi aprovada, porque é uma obra de alto porte, né, alto custo.

PESQUISADORA: Mas eles falam porque não foi aprovado? Tem retorno?

ENTREVISTADO XXI: Não. Não dão um retorno para gente, não. Aí fizeram foi um escadão com um número maior de degraus, isso aí dificulta, né, o acesso aos moradores, tanto para o bairro de lá, quanto para o bairro de cá, mas é tanto Presidente de Associação de lá, como nós daqui, aprovamos essa alternativa que

seria uma estrada né, uma rua ligando Vila Americana ao bairro de Santo Agostinho, e até hoje ficamos só na esperança.

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social representado, além das associações?

ENTREVISTADO XXI: Tem, a gente convida as Igrejas para participar, tem atividades de alguns Centros Espíritas, a gente pede também para o pessoal do AA que participa, vai algumas escolas, sempre tem.

PESQUISADORA: E eles participam? Eles falam alguma coisa?

ENTREVISTADO XXI: Participam, falam. Tem direito à fala, a gente fazemos uma reunião, fala dos assuntos gerais, depois a gente deixa cada um falar a sua parte.

PESQUISADORA: Aqui na associação?

ENTREVISTADO XXI: Aqui na associação. E fazemos reuniões também setoriais, reuniões locais.

PESQUISADORA: E lá na Prefeitura eles também chamam esses segmentos ou não?

ENTREVISTADO XXI: Não, não chamam não.

PESQUISADORA: Na Prefeitura não?

ENTREVISTADO XXI: A última reunião que eu tive com a secretária de educação, devido ao número de alunos que estava em excesso nas salas de aulas, e algumas salas estavam precisando de reforma, estava faltando material, inclusive uniforme para as crianças, tivemos, eu tive que convidar o pessoal do Conselho Escolar para poder participar, diz eles que foi a primeira vez que eles participaram de uma reunião na qual tiveram direito à fala, e a Secretária da Saúde chegou até a se alterar, eu falei pra ela que aquilo era um dinheiro não dela, era um dinheiro público, que ela tinha que dar uma satisfação, foi aonde ela melhorou mais o atendimento pra nós e deu um retorno, chegou assim, deram uma melhorada em algumas escolas aí, mas ainda falta muito.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que tem alguma força política contrária ou favorável ao orçamento participativo? Tem alguma resistência?

ENTREVISTADO XXI: Olha, na verdade, seria muito bom se cada um, fica difícil uma situação sobre essa, porque cada um quer puxar para o seu lado, né, e se você tiver uma representatividade maior dentro da Câmara Municipal da Prefeitura, com certeza eles vão ver isso com maior carinho, mas hoje, está fugindo o verdadeiro compromisso dos senhores eleitos vereador, é cuidar da comunidade, mas só

procura a comunidade de quatro em quatro anos, depois eles esquecem do compromisso.

PESQUISADORA: Na época eleitoral?

ENTREVISTADO XXI: Então, com certeza, tem sim, tem coisas que dificultam para depois o povo ficar na mão deles e não hora que eles precisar já angariar votos, a verdade é essa.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não lhe perguntei que o senhor acha importante do orçamento participativo? Alguma coisa que eu possa...

ENTREVISTADO XXI: Olha, Volta Redonda, Santo Agostinho, por exemplo, como eu estava te falando cresceu muito, a questão de transporte coletivo a gente está ainda, está pendente ainda né, os ônibus vêm super lotados, nós temos alguns cadeirantes, ainda falta ainda se adequar ao número de ônibus para poder atender esses cadeirantes. Estamos passando agora por uma situação muito complicada, que é a questão dos idosos né, porque os idosos eles estão sendo obrigados a frequentar uma fila enorme pra tirar uma carteira, sendo que a lei, a lei dá o direito que a partir do momento que ele tem a idade de sessenta anos, ele tem o direito de usar trânsito livre dentro do transporte coletivo, isso aí que você não perguntou, mas eu estou te passando, e a associação ela tá participando, nós tivemos reunião com o Dr. Júlio, Dr. Júlio é o Procurador da República, do Ministério da República aí, e a gente está tentando ver se a gente consegue liberar essa situação aí.

PESQUISADORA: Ah, então tá.

ENTREVISTADO XXI: E a associação ela foi fundada em 10 de outubro de 1993.

PESQUISADORA: Ah, sim. Então, eu agradeço.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14:00 (DURAÇÃO 13 MINUTOS), COM ENTREVISTADO XXII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde, como é que eles fazem no orçamento participativo essa metodologia para captar a vontade da população?

ENTREVISTADO XXII: Olha só, para nós, primeiramente, como Presidente de Associação, nós fazemos uma pesquisa no bairro, com suas necessidades que está, né, para ser feito no bairro, algumas obras, tudo assim, mas a gente trabalha em

cima de obras, né, benfeitorias para o bairro, e depois nós fazemos o, colocamos, né, tudo, já vem no cronograma lá da Prefeitura para gente preencher e tudo, às vezes a gente tem reunião, também, com o pessoal lá da [inaudível], a gente faz a reunião com eles. Então, aí a gente passa tudo para eles, entendeu, aí eles veem o que pode fazer para gente, o não pode fazer pela gente, mas graças à Deus tem sido bem atendido.

PESQUISADORA: E essas reuniões que ocorrem na Prefeitura, quem é que fixa as datas?

ENTREVISTADO XXII: Vem tudo do orçamento participativo, a maioria é com eles.

PESQUISADORA: Mas aí quem é que dá a data para vocês?

ENTREVISTADO XXII: Olha, o Juarez, o Tim, o Vinícius.

PESQUISADORA: Eles trabalham na...?

ENTREVISTADO XXII: Eles trabalham na... nossa saiu da minha cabeça agora, no Orçamento Participativo mesmo.

PESQUISADORA: Ah, tá. A senhora está há quanto tempo como presidente de associação?

ENTREVISTADO XXII: Vai fazer um ano agora dia 9 de abril.

PESQUISADORA: E a senhora participa dessas reuniões faz quanto tempo? Do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXII: Todo ano a gente tem que fazer o orçamento participativo, tem que entregar entre abril, março, por aí.

PESQUISADORA: Mas a senhora já participou desde quanto tempo?

ENTREVISTADO XXII: Desde que eu entrei na associação.

PESQUISADORA: Quando foi?

ENTREVISTADO XXII: Desde que eu tomei posse na associação.

PESQUISADORA: Mas quando foi que a senhora tomou posse?

ENTREVISTADO XXII: Em abril de 2007.

PESQUISADORA: Ah, sim. E antes de participar dessa associação a senhora já tinha alguma experiência anterior, algum movimento social, alguma coisa assim?

ENTREVISTADO XXII: Olha, eu tenho cinquenta e dois anos que eu moro aqui, eu vim para cá eu estava com dezessete anos, quando eu casei, e meu marido sempre foi um homem muito povo, nós tínhamos uma escola de samba, a gente tinha, ele tinha um negócio de time de futebol aí, e ele era espírita, dava muita festa de Cosme

e Damião, entendeu. Então, a gente sempre tivemos uma vida muito, assim, participativa com o povo.

PESQUISADORA: E essas participações nas reuniões, a senhora entende que teve alguma repercussão enquanto cidadã, dessa participação política?

ENTREVISTADO XXII: Como assim?

PESQUISADORA: Essa participação política nas reuniões que a senhora frequenta, esses debates, a senhora acha que teve alguma melhora enquanto cidadã?

ENTREVISTADO XXII: Você está dizendo, assim, você está dizendo sobre eleição?

PESQUISADORA: Não, a senhora enquanto cidadã mesmo, se teve alguma repercussão o fato de participar dessas reuniões?

ENTREVISTADO XXII: Olha, é o que te falei, anterior, foi aquilo que eu falei pra você, eu não tenho nada a reclamar, entendeu, graças a Deus fui muito bem atendida, tinha obra que tinha anos aqui, mais de quarenta anos aqui, não era feito uma galeria que eu tenho hoje no fundo da minha casa, que caiu e derrubou até um pedaço da minha casa, foi por causa disso que eu entrei na associação, porque o nosso bairro estava sem associação, né, e aí quando deu aquele problema aqui na minha casa, eu peguei, procurei a associação, não achei, aí fui na Prefeitura, a Prefeitura falou que tinha que ser resolvido com a associação de moradores, aí eu procurei, mas não achei ninguém, aí eu achei um senhor que conhecia o ex-presidente de associação e que ele tinha toda a documentação da associação, né, aí eu falei ah, seu Barreto, então, não tem jeito mesmo, o pessoal ninguém quer, tá tudo jogando nas minhas costas, eu falei esse negócio deve ser muito ruim, porque ninguém quer, né. Ninguém queria mesmo, ofereci ao bairro inteiro, se queria ser presidente de associação, aí eu falei para o seu Barreto, eu também vou entrar, porque não tem jeito, eu vou fazer minha obra lá, né, então, eu vou entrar. Aí pronto, aí foi tudo tranquilo, eu fiz a minha chapa, a Dona Fátima veio, tudo, aí fui eleita presidente da associação. Aí depois dessa época não apareceu ninguém, eu já quis passar a associação, mas ninguém quer, né, e é uma coisa que é um trabalho, assim, que exige muito da gente né, tem que está presente nas reuniões, tem que participar de tudo, do que é feito, do que não é feito, do que foi feito, entendeu, do que a gente gostou, do que a gente não gostou. Então, essa parte é muito cansativo mesmo, vou falar para você, é uma coisa que você não ganha nada, né, às vezes nem muito obrigado você ganha. O único Prefeito que, o Neto é um ótimo Prefeito, tá, eu gosto muito dele, mas ele é assim uma pessoa, assim, muito seca, ele não dá

abertura pra gente, não tem diálogo com ele. Agora eu tive muito bem com o Prefeito foi com o Gothardo, com o Gothardo eu tive assim, ele dá muita abertura para gente, ele conversa com a gente, está entendendo, e aonde ele for, assim, em qualquer inauguração que ele vai fazer, qualquer festividade ele convidava a gente para participar, chegava lá apresentava a gente, mas o Neto nunca fez isso [inaudível].

PESQUISADORA: E de que forma a Prefeitura convoca vocês para participar da reunião lá, como é que eles entram em contato?

ENTREVISTADO XXII: As reuniões, olha só, sempre é pelo telefone, entendeu, a Fátima liga para mim, ou o Tim liga ou o Juarez, qualquer um da Prefeitura liga.

PESQUISADORA: E essas reuniões na associação, o bairro frequenta? Eles demonstram interesse quando é para selecionar a obra?

ENTREVISTADO XXII: Olha, vou te falar com toda a sinceridade, a comunidade ela não é muito participativa, não. Os membros da associação também entram, mas acham que vai dar dinheiro, que é para ganhar dinheiro, mas aí vê que não tem dinheiro e eles também sentam e fica todo mundo quieto, né. Você fala, quer levar um ofício para mim? Pode ir numa reunião para mim? Aí ninguém nunca pode, fica [trecho incompreensível].

PESQUISADORA: E quais são as etapas, depois que ocorrem essas reuniões, como é que eles fazem até chega o finalmente para selecionar a obra?

ENTREVISTADO XXII: Eles inauguram a obra, marca um dia, né, vem inaugura tudo.

PESQUISADORA: Não, mas antes de inaugurar eles selecionam, não é, quais vão ser feitas?

ENTREVISTADO XXII: Não, isso com certeza.

PESQUISADORA: Mas aí, a senhora sabe como é que eles selecionam? Com base em quê?

ENTREVISTADO XXII: Não, isso aí não é com a gente não, isso é lá mesmo com a Prefeitura.

PESQUISADORA: Vocês só ficam sabendo depois?

ENTREVISTADO XXII: Não, no nosso, no meu bairro, no caso, né, eu fico sabendo, o Prefeito liga “essa obra vai ser inaugurada dia tal, no bairro da senhora”, vai ser a creche, ali, né, que foi feita, a quadra ali, aquela pracinha de lá também, a renovação do posto de saúde ali, também, foi feita, a galeria aqui que foi feita, o

calçamento da Carlos Chagas com a Fernando Tedesco também, e alguns muros aí que essas obras de contenção também, tudo eles participam a gente.

PESQUISADORA: Tudo que vocês pediram nas demandas não ficou nada pendente?

ENTREVISTADO XXII: Geralmente, alguma coisa fica pendente, porque Volta Redonda é muito grande, né, então, algumas coisas fica pendente, sim, mas nem tudo. Agora, a seleção desse final agora, com a saída do nosso Prefeito, aí que ficou alguma coisa pendente, ficou esse ponto de ônibus aí que eu estou com todos os ofícios, mas não vieram arrumar, o ponto de ônibus lá da Carlos Chagas, também não vieram arrumar, e essa rua suja que eu queria que fosse limpada para o Natal, todo Natal mandam limpar tudo, né, e esse ano ainda não veio.

PESQUISADORA: E nessas reuniões vocês têm como saber qual é o valor que está destinado, cada ano, para o orçamento participativo? Antes de fazer a obra vocês têm uma ideia de quanto pode pedir, de quanto está destinado?

ENTREVISTADO XXII: Olha, nós temos a reunião é com o Prefeito, ele passa tudo lá no quadro, que foi gasto em x, foi gasto em x, gasto em x, aí passa tudo para gente.

PESQUISADORA: Mas depois que já fez o gasto?

ENTREVISTADO XXII: É, entendeu, ele passa tudo, a obra, todas, tudo, de tudo, passa de todos os bairros, o que foi gasto nas obras, nos colégios, nas creches, entendeu, na assistência.

PESQUISADORA: E a senhora lembra como é que começou aqui em Volta Redonda, o orçamento participativo? A senhora lembra qual foi a época?

ENTREVISTADO XXII: Olha, eu não posso falar para você não porque, no meu caso, em comecei em 2007.

PESQUISADORA: Já existia?

ENTREVISTADO XXII: Certo. Então, já existia esse orçamento participativo, aí eu não sei. Agora, a associação ela foi fundada em 84.

PESQUISADORA: E depois que a senhora entrou em 2007, né, todos os anos teve ou teve algum momento que interrompeu, depois que a senhora já estava fazendo parte?

ENTREVISTADO XXII: Interrompeu como?

PESQUISADORA: Assim, todos os anos teve a reunião do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXII: Todos anos, todos os anos tem.

PESQUISADORA: Continuou?

ENTREVISTADO XXII: Continuou.

PESQUISADORA: E nessas reuniões tem algum segmento social que é representado, além de vocês? Eles convidam algum outro setor da sociedade?

ENTREVISTADO XXII: Eles convidam, o pessoal lá da Prefeitura mesmo, que faz parte, eles vêm nas reuniões, dá direito também à fala dos moradores também, se você quiser falar alguma coisa, ou pedir alguma coisa, se tiver insatisfeito com alguma coisa, se não tiver satisfeito com alguma coisa, tudo também eles [inaudível].

PESQUISADORA: E a senhora, nesse orçamento participativo, a senhora percebe se teve alguma força política que é contrária ou a favor dele? Tem algum obstáculo?

ENTREVISTADO XXII: Olha só, eu nunca percebi nada, não. Nunca percebi nada não, porque os Prefeitos que eu trabalhei com eles até agora, quer dizer, eu entrei no final do Neto, peguei o início do Gothardo, né, e depois no final do Gothardo, depois veio o Neto de novo, e eu estou muito feliz com todos os dois.

PESQUISADORA: É? A senhora acha que teve alguma diferença durante esse período?

ENTREVISTADO XXII: Entre o Gothardo com o Neto?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XXII: A única diferença que teve é aquela que falei com você, o Neto ele é mais comunicativo, mais presente, mais amigo.

PESQUISADORA: Mas a metodologia era a mesma de fazer as reuniões?

ENTREVISTADO XXII: As reuniões era a mesma, entendeu.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não lhe perguntei que a senhora acha importante, com relação ao orçamento participativo? Algo que eu não tenha perguntado?

ENTREVISTADO XXII: Olha, vou te dizer com toda sinceridade, porque nós fazemos o orçamento né.

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XXII: Eles nunca, assim, deram negativa daquilo que que não pode fazer, eu só tive um problema que, ah, só tive um problema, eu tenho um ponto de ônibus ali, que ele era ali, perto do estacionamento do Royal, aí eles trouxeram ele para cá, botaram ele do lado ali, mas ali tinha um já, já era existente, só que eles tiraram de lá. Aí, quando eu botei o ofício que eu pedi para colocar, repor o ônibus

lá, por causa, assim, o pessoal desce, gosta de comprar no Royal, porque o Royal é um mercado muito bom da gente comprar, eu gosto muito [inaudível], e aí eles responderam para mim tudo direitinho, muito educadamente, né, que a associação de lá era outra né, que é a Minerlândia, só isso.

PESQUISADORA: Ah, entendi, vocês só pedem a demanda do bairro?

ENTREVISTADO XXII: Do meu bairro, do meu bairro, você pega a 208 que é a Fernando Tedesco, com a antiga 207 que é a Carlos Chagas.

PESQUISADORA: Tá bom, então, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:30 (DURAÇÃO 12 MINUTOS E 3 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXIII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, como é que a Prefeitura faz essa metodologia para captar a vontade da população, no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Não entendi a sua pergunta.

PESQUISADORA: A Prefeitura como é que ela faz para conseguir captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Motivar a popular?

PESQUISADORA: Não, como é que ela faz para saber o que é que a população quer, quais são que são indicadas?

ENTREVISTADO XXIII: No caso aqui de Volta Redonda o Prefeito convida, né, os Presidentes de associação para discutir isso, né. Apresentar o orçamento, né, e pede né, aos presidentes de associação para colocar lá as obras necessárias para o povo. Antes, nesse convite também, antes também, vem o anúncio no jornal, nos jornais.

PESQUISADORA: Como é que eles convocam vocês para participar?

ENTREVISTADO XXIII: Pessoalmente, no meu caso, foi pessoalmente. Não convoca, assim, tudo não, porque acho que não é interessante, né.

PESQUISADORA: Mas o senhor sabe quem é que fixa essas datas desse calendário para discutir?

ENTREVISTADO XXIII: Na verdade, essas datas já são determinadas já, né, por lei, o orçamento participativo é uma lei e ela tem os seus prazos, né, para ser cumprida.

PESQUISADORA: Mas eu digo a data da reunião na Prefeitura?

ENTREVISTADO XXIII: Então, essas datas aí são eles que determinam.

PESQUISADORA: Eles que informam?

ENTREVISTADO XXIII: Se tem o prazo até o dia 30, então, eles têm até o dia 29 para convocar essa reunião, tem que provar, né.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XXIII: Um ano e meio.

PESQUISADORA: E o senhor tomou conhecimento como do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Eu tenho conhecimento pelo curso que eu estou fazendo, né.

PESQUISADORA: E o que é que motivou o seu interesse, qual foi a sua motivação para participar desses debates, dessa questão do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Mais a questão do bem comum, eu sempre fui envolvido em querer ajudar o próximo né, e está fazendo alguma coisa pela sociedade, né, entrei para o curso, né, para cursar Administração Pública, né, e me convidaram para associação de moradores, a gente está envolvido, bastante envolvido com essas coisas né, mais com essa participação social.

PESQUISADORA: E antes dessa o senhor já tinha alguma experiência em associação ou movimento social?

ENTREVISTADO XXIII: Já, já tinha, sempre participei de alguma coisa, né, da sociedade, com os moradores mesmo, né, a gente sempre fez alguma coisa, em prol deles, né.

PESQUISADORA: Mas o senhor já participou de algum movimento social alguma associação, fora essa?

ENTREVISTADO XXIII: Sim, já.

PESQUISADORA: Quais?

ENTREVISTADO XXIII: Já fui Secretário da associação de moradores das Águas Limpa, por exemplo, né.

PESQUISADORA: Ah, de outros bairros?

ENTREVISTADO XXIII: De outros bairros, né.

PESQUISADORA: E o senhor avalia essa sua participação política, depois dessa participação o senhor acha que teve alguma influência, repercutiu enquanto cidadão?

ENTREVISTADO XXIII: No orçamento?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XXIII: É ajudou né, ajudou porque eu levei os anseios da comunidade né, da comunidade do bairro, agreguei o meu conhecimento até agora adquirido, o conhecimento em administração pública, em gestão pública, deu para mim, né, dá um... como se diz, colocar mais as coisas no trilho. Quando o secretário viu minha exigência, né, o Prefeito viu minha exigência, quer dizer, não questionou tanto, não pediu muita coisa, não pôs muito empecilho, entende. Pelo que eu senti, eles viram que estava conversando com alguém que conhece, né.

PESQUISADORA: E no bairro eles demonstram interesse em participar, quando o senhor vai selecionar a obra, indicar a obra?

ENTREVISTADO XXIII: Sim, essas obras, esses pedidos, são do... parte tudo deles né, eu para mim ter um argumento mais forte, eu tenho que falar assim, isso aí partiu deles, né, dos moradores, né. Eu faço questão de mostrar para o morador, também, que foi o fulano que indicou, que foi o ciclano que pediu, né, que foi a dona que exigiu, né, eu deixo isso bem claro para os outros moradores também para eles se sentirem, né, que eles estão, para dizer assim, confiando em mim né, dando oportunidade para eles confiar na gente também, né. E eu levo isso para o secretário, através, conversando com eles, através de documentos, de ofício mesmo, né, eu deixo bem claro, isso é de morador, não partiu de mim, né, individual.

PESQUISADORA: E quais são as etapas do orçamento participativo? Depois que eles fazem essa reunião, o senhor sabe como é que eles fazem para selecionar qual é a obra que vai ser feita?

ENTREVISTADO XXIII: Isso aí é um problema, né. Ainda é um problema né, eu acredito agora com a mudança do Prefeito isso aí vai melhorar, mas o que eu senti, pelo conhecimento que eu tenho, em Administração Pública que adquiri até agora, né, eles entendem muito pouco disso, de orçamento participativo, entendeu. Acho

que a preocupação maior é colocar os dados ali, mandar embora, né, acho que não tem aquele compromisso, né, como profissional.

PESQUISADORA: Eles costumam implementar as obras? Vocês já conseguiram alguma coisa para o bairro?

ENTREVISTADO XXIII: Porque foi agora em setembro, né, em setembro até o final de outubro né, que foi entre a primeira reunião e a segunda né, que eles fizeram, e sim, eles fizeram coisa, nem sei ainda, não tem ainda que eles garantiram para mim que as minhas obras entraram, não sei como.

PESQUISADORA: Mas eles explicam qual é o critério que eles usam para selecionar, porque eles não fazem, não devem fazer tudo, não é? Mas vocês ficam sabendo o que é que vai ser feito ou não?

ENTREVISTADO XXIII: Não, eu não sei, não sei.

PESQUISADORA: Não sabe?

ENTREVISTADO XXIII: Não tenho como comprovar.

PESQUISADORA: Não tem como saber?

ENTREVISTADO XXIII: Eles falaram para mim que entraram, mas aonde está, entendeu, então é uma coisa assim meio...sabe.

PESQUISADORA: E nessas reuniões eles informam para vocês qual é o valor que está disponível para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Isso aí eles deixaram claro para gente, o Secretário mostrou para gente lá, né.

PESQUISADORA: Vocês sabem qual é o valor que vocês podem, que está disponível?

ENTREVISTADO XXIII: Geral.

PESQUISADORA: No geral?

ENTREVISTADO XXIII: No orçamento, orçamento participativo de novecentos e sessenta e cinco milhões esse ano, né, segundo o Secretário.

PESQUISADORA: Na reunião, não é?

ENTREVISTADO XXIII: E agora saiu uma reportagem ontem à noite, praticamente oficializando isso, né.

PESQUISADORA: Entendi. E o senhor recorda como é que começou aqui em Volta Redonda o orçamento participativo? O senhor lembra da origem?

ENTREVISTADO XXIII: Em Volta Redonda?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XXIII: Não.

PESQUISADORA: Nessa época o senhor não estava atuando?

ENTREVISTADO XXIII: Não, o orçamento participativo é novo, se tiver, não lembro a data correta, mas não deve ter nem cinco anos.

PESQUISADORA: Mas não teve em outros governos anteriores?

ENTREVISTADO XXIII: Oi?

PESQUISADORA: Antes do Neto não teve em governos anteriores?

ENTREVISTADO XXIII: Teve, o Neto ficou vinte anos né. Antigamente ele que implantou, né.

PESQUISADORA: E o senhor percebe se tem algum segmento social que é representado nessas reuniões? Participa mais alguém, além dessas associações?

ENTREVISTADO XXIII: Não, eu não posso, não tenho certeza não.

PESQUISADORA: Só vocês mesmo?

ENTREVISTADO XXIII: Não lembro de gente de fora da associação, os convites são só para presidente de associação, né, eu não lembro se apareceu alguém lá.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo daqui? Tem alguma resistência da Câmara em aprovar, o que o senhor acha?

ENTREVISTADO XXIII: Não, não acredito que tenha não. Eu não percebi isso, não.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não perguntei que o senhor acha importante do orçamento participativo? Alguma coisa que eu não falei, mas que o senhor acha importante dessas reuniões? Dessa sua experiência, o que é que o senhor acha importante?

ENTREVISTADO XXIII: É, quanto aos vereadores, no caso você não falou sobre o caso dos vereadores, os vereadores agora eles podem colocar, né, eles têm direito a colocar eu acho que é 1,5%, eles podem exigir, os Presidentes de associação não têm mais 100% de exigência, né, só 88,5%, 1,5% é indicação deles, isso você não comentou.

PESQUISADORA: Mas aí inclui no orçamento?

ENTREVISTADO XXIII: É o orçamento impositivo.

PESQUISADORA: Ah, tá, o impositivo? Mas não é o participativo, eles não entram no participativo?

ENTREVISTADO XXIII: Não, o orçamento impositivo inclui no participativo.

PESQUISADORA: Ah, sim, das emendas parlamentares?

ENTREVISTADO XXIII: Que é indicação deles, dos vereadores, né.

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XXIII: 2%, não é 1,5%, 2%, tá, isso você não comentou.

PESQUISADORA: Ah, sim. Então, eu agradeço sua disponibilidade, tá.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 (DURAÇÃO 14 MINUTOS E 15 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXIV, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, o senhor pode me dizer como é essa metodologia que eles fazem para captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: O orçamento participativo ele vem através do orçamento, como diz né, ele é uma participação popular, aonde todas comunidade é composta por uma associação de moradores, e o presidente das associações de moradores é que leva as reivindicações até o Prefeito, até o Legislativo, representa os três poderes, a comunidade, em si, no total.

PESQUISADORA: E como é que eles fazem para conseguir, tem reunião, como é que é?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, a gente sempre somos recebidos quando pedimos, um Deputado, um Vereador, um Prefeito sempre nos atende para saber das demandas.

PESQUISADORA: E como eles fazem esse calendário de reunião, o senhor sabe quem é que fixa essas datas? Tem algum calendário?

ENTREVISTADO XXIV: Nós temos calendário, o calendário na realidade, é porque nós temos a FAM, a FAM é a Federação da Associação de Moradores que representa todos as associações de moradores, nós temos algumas reuniões anuais do orçamento participativo.

PESQUISADORA: Mas aí quem é que fixa a data é a Federação ou a Prefeitura?

ENTREVISTADO XXIV: Quando é para todos os bairros, aí divide porque é muita, a quantidade é muito grande, aí divide por etapas, entendeu, por núcleos, aí atende um lado desse bairro, depois atende outro lado, mas é a FAM que determina e que marca para nós.

PESQUISADORA: E o senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XXIV: Tem dezesseis anos de associação, agora estou presidente.

PESQUISADORA: Eu sei. E como foi que o senhor tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: O orçamento participativo vem desde o governo Baltazar, que foi uma forma da reivindicação da comunidade ser atendida, através de um representante.

PESQUISADORA: E o senhor sempre tem participado desde que?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, sempre tenho participado, ativamente, apesar de muitas coisas a gente não conquistar, não ter a conquista, mas a gente na maioria das situações a gente consegue.

PESQUISADORA: E antes o senhor já tinha alguma experiência em algum movimento social ou alguma associação anterior?

ENTREVISTADO XXIV: Não, no início foi quando eu trabalhava em algumas empresas, como eu trabalhei dentro da CSN, empreiteiras, em já fui cipista, eu gosto do movimento, e quando eu me mudei aqui para o bairro eu tive o convite do atual presidente da época para entrar numa chapa de associação aqui para representar a comunidade, para pedir as demandas, melhoria da comunidade. Aí comecei nessa chapa e estou até hoje.

PESQUISADORA: E qual foi sua motivação para participar?

ENTREVISTADO XXIV: A motivação maior de uma pessoa ser representante da comunidade, ser presidente da associação de moradores, é o intuito de ajudar a sua comunidade, em todos os sentidos, na área da educação, na área da saúde, na área do esporte, nas manutenções, nas obras necessárias, no geral, para melhorar a comunidade, a vida do morador da sua comunidade.

PESQUISADORA: E o senhor avaliação que essa sua participação política, como cidadão, em razão dessa participação nas reuniões do orçamento participativo, o senhor acha que teve alguma influência, melhorou alguma coisa?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, se nós não tivermos essas pessoas para representar a comunidade, que eu acho importante ter a associação de moradores, porque é nós que levamos as demandas e nós cobramos e vamos cobrando, até que ela aconteça, em todos os sentidos.

PESQUISADORA: E o senhor sabe me explicar como é que eles convocam as pessoas para participar do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: Convoca porque é obrigado a ter orçamento participativo porque ele não virou lei ainda, na realidade nós temos a vontade que ele vire lei, pra que ele seja pelo menos cumprido de uma forma melhor, porque esse orçamento ele não tem vindo, mesmo nos governos anteriores, são quatro governos do prefeito que tá saindo. Ele, no começo, foi um governo muito bom em relação a fazer melhorias a pedido da associação de moradores, só que agora, né, também por causa da queda de arrecadação, tem feito muito pouco.

PESQUISADORA: E eles convocam como? Como é que eles chamam vocês, eles entram em contato?

ENTREVISTADO XXIV: Nós temos um calendário da FAM, que representa todas as associações. Depois dessas reuniões que a FAM nos convida para ir até o Prefeito, ou que sai na Câmara dos Vereadores.

PESQUISADORA: Mas é por telefone?

ENTREVISTADO XXIV: Por telefone, por telefone. Aí nós vamos, aí depois nós mesmo, que representamos a comunidade, começamos a cobrar nossas demandas, nós levamos as demandas e depois começamos a cobrá-las. Levamos até as secretarias, até os secretários, porque cada uma demanda cabe a algum secretário, Secretário de Obras, Secretário de Serviço Público, então, tem as demandas para cada um, elétrica.

PESQUISADORA: E o senhor sabe quais são as etapas até chegar na fase de selecionar qual é a obra que vai ser feita, depois que tem essa reunião?

ENTREVISTADO XXIV: Essa etapa que prioriza a obra da comunidade, a necessidade, a prioridade né, porque muitas vezes você tem o muro de contenção que você está pedindo, mas você tem uma visão que pode esperar mais um pouco, e talvez você tem muro de contenção que se você demorar você vai perder a acessibilidade do morador, talvez é um muro que precise fazer pra conter uma passarela, aí se esse muro vier a esbarrancar, o barro cair, a passarela já não vai existir mais e vai perder a acessibilidade do morador. Então, são novas prioridades,

a gente vai definindo, nós definimos a prioridade, a associação define uma prioridade, nem sempre é cumprida da forma que pedimos.

PESQUISADORA: Mas a Prefeitura ela costuma aceitar, acatar ou ela decide depois?

ENTREVISTADO XXIV: A maioria das vezes sim, quando não entra politicagem no meio, porque nosso país também. Então a gente mostramos a necessidade e a prioridade da forma que tem que ser, e muitas vezes não vem daquela forma, não é feito daquela forma.

PESQUISADORA: E vocês têm conseguido obra, tem sido implementada alguma do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, nós tivemos, sempre tivemos bastante obra, né, a comunidade sempre tem muita obra, muita manutenção, por causa da geografia do bairro, o bairro tem muito barranco, tem muito morro, mas sempre, assim, sempre conquistamos muitas obras, no último governo agora que eu estou relatando que foi um pouco fraco porque caiu muita a arrecadação, o município está passando por períodos de dificuldades financeiras.

PESQUISADORA: E nas reuniões, eles informam na Prefeitura, qual o valor que está disponível para o orçamento participativo? Vocês têm essa noção de quanto vai poder gastar?

ENTREVISTADO XXIV: Olha só, não, essa noção é muito difícil, porque o orçamento participativo ele é votado né, a LDO do município, ela é votada pelos vereadores, e nós colocamos lá, suponhamos que eu coloque trinta demandas, em todos os tipos de demandas, essas demandas elas vão ser, eles pegam o valor, mais ou menos assim, porque eu já estou há muito tempo, e o orçamento é aprovado, e essas demandas são aprovadas dentro daquele orçamento, para cada secretaria. Suponhamos que a secretaria de obras eu mandei cinco ofícios para lá pedindo cinco obras, no caso da minha comunidade, vai juntar toda a cidade, vai ter muitas obras, quer dizer, eles fazem uma estimativa orçamentária em cima daquelas demandas, depois que vai ver se vai fazer, talvez aparecem novas, mas as demandas são dessa forma, o gasto, tem que ser dessa forma, mas a maioria das vezes não é dessa forma que é feito.

PESQUISADORA: Eu sei. O senhor falou que o orçamento participativo começou no governo do Baltazar, não é?

ENTREVISTADO XXIV: Com a participação popular.

PESQUISADORA: O senhor lembra se depois que iniciou teve algum momento que foi interrompida ou ocorreu todos os anos?

ENTREVISTADO XXIV: O orçamento participativo ele é uma forma de integrar, integração das comunidades com o Prefeito, através de seus presidentes, né, dos seus líderes, mas ele nunca foi interrompido, ele teve um momento mais forte porque o orçamento participativo em Volta Redonda ele não é lei, ele é um orçamento que, tipo assim, não foi pra Câmara, não foi aprovado como lei, ainda. Ele é respeitado? Sim, mas não é respeitado integralmente, porque não sendo lei, você não tem como cobrar uma obra que não foi feita, que estava estimada dentro do orçamento. Se eu coloco cinco obras lá e ela estava estimada no orçamento, de valores, ela deveria ser feita, na maioria das vezes eu coloco dez obras é feita três, cadê o dinheiro das sete obras, se estava estimado? Isso é uma briga de muito tempo que a gente sempre discute com o Prefeito é essa, eu vou lá.

PESQUISADORA: E eles falam o que?

ENTREVISTADO XXIV: “É porque tivemos alguma situação grave, tivemos que desviar o dinheiro da secretaria tal, para secretaria tal”, e a gente fica meio, né, chateado, porque você coloca dez, você consegue 20%, 30% da demanda. Agora, porque mais tempo atrás a gente conseguiria, a gente conseguia mais de 50% das obras realizadas, 60%. Agora, o lance aqui no orçamento é quarenta obras, estou conquistando dez, em um ano. A gente fica muito chateado muitas vezes com o governo, da forma, assim, não é lei, se estimou que iria fazer quarenta obras e deixou ser aprovada pela Câmara, então, deveria tentar fazer pelo menos 80%, porque se estimou porque a estimativa que quase não sai fora. A estimativa do orçamento de Volta Redonda, muitas vezes tem erro de 8%, de 5%, para você ver que para o ano de 2017 está quase novecentos e sessenta e cinco milhões, quase 1 bilhão de reais, eles dividem essa fatura para cada uma fatia, para cada secretaria.

PESQUISADORA: Eu sei, e nessas reuniões tem algum segmento social representado, além das associações?

ENTREVISTADO XXIV: O sindicato tem representatividade, o Sindicato da construção civil, Sindicato do comércio.

PESQUISADORA: Eles participam?

ENTREVISTADO XXIV: Participam também, entendeu, seus representantes.

PESQUISADORA: Mas eles falam? Pode falar alguma coisa?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, tem voz, tem sim, participam, são várias entidades, Igrejas também participam.

PESQUISADORA: E o senhor acredita que tenha alguma força política que é contrária ou favorável a esse orçamento de Volta Redonda, orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: Não, não, na realidade, a força política ela até quer, ela quer manter as associações de moradores, porque as associações de moradores ela trabalha voluntário, eu sou, eu trabalho voluntário para mandar minhas demandas para lá e não ganho nada, eu sou voluntário, então, eu não onero o município. Então, é muito importante para um Prefeito ter Associação de Moradores.

PESQUISADORA: Por que vocês já mandam as demandas prontas?

ENTREVISTADO XXIV: Levo as demandas para lá, falo das prioridades e eu sou voluntário, não ganho para isso,

PESQUISADORA: Entendi.

ENTREVISTADO XXIV: Entendeu?

PESQUISADORA: E o senhor sabe se a Câmara de Vereadores ela sempre aprova o que vocês decidem ou eles se opõem algumas vezes?

ENTREVISTADO XXIV: Não, muitas das vezes mais é por causa do orçamento no geral, né, porque se eu mando quarenta obras, mas isso está em relação só a minha comunidade, se pegar todas as comunidades da cidade, talvez vão ter que tirar algumas da minha, algumas de outro bairro, porque eu não vou só aprovar um orçamento em cima da demanda da Vila Brasília, porque eu tenho noventa e tantos bairros precisando, oitenta suponhamos. Então, talvez tenha que tirar as minhas, o que eles talvez consideram prioridades, muitas vezes é valores que talvez uma obra de dez mil reais, tenha obra de cem mil, duzentos mil, e aí? Eu vou de deixar a de dez mil, muitas vezes a de duzentos mil reais, seria muito prioridade, tem que procurar saber, entendeu.

PESQUISADORA: E a população ela demonstra interesse quando vocês fazem essa reunião para indicar a obra, eles cobram?

ENTREVISTADO XXIV: Olha só, a associação de moradores ela passa por uma situação, é todas tá, em relação a cidade inteira, as pessoas, o ser humano, ele cobra muito, mas quando é chamado para participar, mais ou menos quase todos pulam fora, quando você chama a comunidade pra uma reunião, que estão cobrando um certo tipo de serviço, você convida cem, vai dois, eles querem cobrar, mas não querem participar da cobrança, entendeu. A gente muitas vezes fica

chateado, porque você luta, luta, luta, e as pessoas não participam, só sabem cobrar, quando não é feito, te cobram, “oh, presidente, minha água tá vazando, oh, presidente, meu esgoto lá que você não pediu e não veio arrumar ainda, oh, presidente, o poste, oh, presidente, meu muro de contenção caiu um pouco de barranco, lá, daqui a pouco vai quebrar minha casa”, entendeu, “e você falou que ia pedir lá”, mas eu te chamei na reunião, “ah, mas não deu pra ir”, e aí nunca dá, você chama nunca vai, você tá ali lutando sozinho praticamente, muitas vezes, com a sua diretoria.

PESQUISADORA: E tem alguma coisa que eu não perguntei que o senhor acha importante falar do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXIV: Não, não, você perguntou praticamente tudo, o que eu acho mais importante, já que é que você está fazendo um trabalho, é que o orçamento participativo possa virar lei, isso aí é até uma luta junto com a representante da FAM, a presidente nossa, que é a Fátima Martins, que a gente sempre fala para ela, nós temos que fazer isso virar lei, porque o orçamento tem que levar mais a sério.

PESQUISADORA: Para não interromper também no outro governo, não é?

ENTREVISTADO XXIV: Para não interromper, exatamente, também por causa disso.

PESQUISADORA: O senhor acha que vai continuar agora no novo governo?

ENTREVISTADO XXIV: Sim, o orçamento participativo não acaba com ele, da participação popular, não, de presidente de associação de moradores, não acabam porque as próprias entidades não deixam né, porque sempre a gente tem um presidente, um presidente da federação, entendeu, que representada todas as associações.

PESQUISADORA: Então, está bom, obrigada.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 14:30 (DURAÇÃO 37 MINUTOS E 17 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXV, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde.

ENTREVISTADO XXV: Boa tarde.

PESQUISADORA: A senhora sabe como é que eles fazem essa metodologia para captar a vontade da população, nessas reuniões do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXV: É, eles pedem aos Presidentes de bairro, dão um formulário para gente, que a gente pega e coloca as necessidades do bairro, né, as prioridades, depois disso, aí tem uma data, a gente entrega, geralmente é abril, a gente entrega isso lá no Planejamento, aí eles vão analisar, aí a Prefeitura analisa, junto com IPPU, junto com o Planejamento, a obra, e vai analisar né, o que ela tem condições de fazer e o que é que não tem. Nesses últimos quatro anos, no meu bairro aqui não foi beneficiado com nada, nada que eu pedi, aí agora uns seis meses atrás chegou para mim um documento que ia sair uma obra no campo de São Luiz ali, e que essa obra era para escoar a água da chuva, como igual essa chuva de ontem, enche muito ali, mas essa obra nem sequer começou.

PESQUISADORA: E esse calendário de discussão, essas reuniões, quem é que fixa essas datas?

ENTREVISTADO XXV: Geralmente, é o Planejamento, entendeu,

PESQUISADORA: É o Planejamento?

ENTREVISTADO XXV: Aí, ele pega faz essas reuniões temáticas.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam vocês?

ENTREVISTADO XXV: Ah, eles convocam por telefone, né, eles ligam, porque eles têm todos os dados da gente. Então, eles ligam para gente, aí fala, porque é por setor, o meu é o 2, aí fala, oh, reunião do setor 2, dia tal, hora tal, discussão tal, mas aí você chega lá, discute, fala, não sai nada, esses oito últimos anos de mandato do Prefeito foi uma calamidade pública, alguns bairros ele fez muitos e outros nada foi feito. Aí depois vem aquele negócio, “ah, você está pedindo isso e aquilo, mas o seu bairro não é prioridade”. Na concepção de presidente de bairro, não existe prioridade, na nossa concepção existe o seguinte, meu bairro precisa disso, ele precisa ser feito, certo, São Luiz não é lá um bairro lá da Vila Brasília, do Verde Vale, uma periferia que realmente precisa de muito mais coisa, mas todo bairro precisa de obra, a praça aqui do São Luiz ela tá joga às traças, não é falta de pedido, as telhas estão quebradas, vai cair uma cantoneira que se cair e cair em cima de alguém vai matar essa cantoneira, não adianta pedir, não adianta ligar, não adianta falar com a obra, não adianta nada, que nada foi feito, não é obra cara e não foi feito. Aí quando resolveram vir mexer na praça, arrumaram toda a cerca dela, pintaram, e as telhas estão lá para todo mundo ver, cantoneiras estão lá que vai cair.

Outra prioridade aqui do bairro seria mudar algumas ruas, porque aqui tem muito acidente, muito atropelamento, com morte, com... assim, deixando as pessoas às vezes até inválidas, entendeu, de crianças. Eu tenho aqui a rua principal, você tá vendo, você tá, eu moro numa rua abaixo da principal, essa rua principal já foi pedido aqui pra subida dos Fontes Torres, um sinal, esse sinal, né, o Prefeito mandou comprar e eu nunca vi esse sinal, tem mais de doze anos, esse sinal nunca veio pra cá, aí resolveram botar uma câmara lá em baixo e uma outra lá, aí puseram a câmara, do que é que adianta, os atropelamentos continuam. Sinalização, você vai pra Suser pedir uma sinalização, não tem tinta, porque tem que pedir pro Prefeito, para o Prefeito fazer, como é que chama aquele negócio que eles fazem, eu esqueço aquilo, ah, fazer, como é, Jesus esqueci o nome, aí o Prefeito vai ver se pode, se não pode, pra você ver, se pedir uma sinalização, pra sinalizar as ruas e dizer que não tem tinta, [inaudível] houve também, eu fiz lá com o presidente mesmo, o secretário da Suser, fizemos um mapa do bairro, trocando algumas ruas, principalmente a minha esquina aqui que carro bate quase voa dentro da casa dos outros, aí foi feito, essa rua, então, vai ser só descida, essa aqui vai ser só ida, essa aqui, tá no papel, nunca saiu.

PESQUISADORA: E a senhora está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XXV: Estou desde... se eu não me engano estou desde 2009.

PESQUISADORA: E qual foi sua motivação para participar dessas reuniões, qual foi sua motivação?

ENTREVISTADO XXV: Não, qual tipo de reunião? Para entrar na associação?

PESQUISADORA: É.

ENTREVISTADO XXV: Eu peguei, a primeira vez que peguei a associação em 2000, então, quando eu peguei ela em 2000, o Neto, assim, aquilo tudo que precisava dentro do bairro, assim, que era urgentíssimo, o Neto fez, foi feito, e daí eu fiquei de 2000 a 2002, saí, aí entrava o outro, aí o outro ficava 2 anos, saia, eu entrava novamente. A última eleição que foi a de 2007, parece que foi 2007, não, menos, menos porque o Gothardo já era, o Gothardo entrou em 2004 né, 5, 6, 7, 8, é, foi de 2004, então, eu nem vim como presidente, eu vim como vice, porque o rapaz que vinha não tinha, assim, experiência nenhuma e como eu trabalhava na área da saúde, aí ele falou, não, entra comigo, seja vice, para você me ajudar a me orientar, aí eu peguei, tá, eu não ia mais pegar a associação, aí eu falei tá, então, vou entrar. Aí acabou que ele largou a associação, sem chamar a diretoria, foi

embora, largou, jogou, aí eu tive que assumir a associação. Então, na realidade, eu estou na associação mesmo, desde 2005, né.

PESQUISADORA: E antes, a senhora já tinha experiência em algum movimento social em outra associação?

ENTREVISTADO XXV: Não, em outra associação não, eu era, eu já fui do conselho gestor do Cras, já fui do Conselho Gestor da saúde, entendeu. Não, da saúde não é gestor, da saúde é Conselho Municipal, né, eu fiquei, eu fui Conselheira eu acho que oito anos, entendeu, a gente conseguiu muita coisa, mas do Cras também, que é pela Smac, né, a gente conseguiu muita coisa, muito benefício, esses dois Conselhos, eu fui mesmo, depois eu não quis entrar mais em nenhum, não.

PESQUISADORA: E a senhora acredita, como cidadã, a sua participação política, em razão dessas reuniões, desses debates do orçamento participativo, mudou alguma coisa, teve alguma contribuição, enquanto cidadã, em razão dessa sua participação, o que é que a senhora acredita?

ENTREVISTADO XXV: Olha, dizer para você que mudou muita coisa, não, mas o Neto ele tem uma coisa boa, ele qualquer coisa que ele esteja planejando fazer para cidade, né, assim, vou falar assim diretamente para você, ah, ele está com uma ideia aí de fazer isso, realmente ele, para os presidentes de bairros ele foi bom, não faz nada na cidade que não esteja, que os presidentes de bairro não estejam a par, até a gente está esperando que o novo prefeito também faça isso. Porque na realidade, se você for analisar, nós somos os prefeitos, porque somos nós que levamos tudo a eles, porque eles não saem, o secretariado não sai para vir em bairro ver nada, o Prefeito também não.

PESQUISADORA: E a população demonstra interesse no bairro de participar?

ENTREVISTADO XXV: Olha, no início, quando o bairro precisava, você podia fazer reunião que ia, deve ter, se eu estou aqui desde 2007, então, eu estou com nove anos, né, dia 15 agora faz nove anos, se eu falar para você que a última reunião foi em janeiro de 2008 você não vai acreditar, porque o bairro, como ele não tem prioridade, ele tem é manutenção, mas prioridade ele não tem, a comunidade, o bairro, nada, a população não vai a nada.

PESQUISADORA: E como a senhora faz para indicar as obras que necessitam?

ENTREVISTADO XXV: Eu faço sozinha, eu vejo o que é que precisa, pego os orçamentos antigos, equiparo, vejo o que é que saiu, o que é que não saiu, o que é que ainda está pendente, a última obra grande foi uma obra de vinte anos depois

que foi o Juarez Antunes, que também saiu na minha gestão, o Fontes Torres também saiu na minha gestão.

PESQUISADORA: Mas ninguém participa, nem demonstra interesse?

ENTREVISTADO XXV: Não, ninguém participa. Aí vem, aí a população reclama muito que nós estamos que nós temos um problema aqui de ônibus, e a empresa, ela precisa entender que quem lota os ônibus é o pessoal do São Luiz, se você pegar, se você quiser fazer uma pesquisa com os ônibus você pega, aqui dentro passa Dom Bosco porque eles tiraram nosso ônibus, a gente pega carona. Na época, eu tenho a ata aí, a ata da época, a associação de moradores não foi participada disso, não falaram nada que iam tirar o ônibus do São Luiz, não ia ter mais ônibus, ele ia atravessar por debaixo da ponte e ia ser o ponto final no Dom Bosco, não falaram nada, não tem nada em ata, o presidente na época nem sabia. Então, eles tiraram, deixa eu ver a minha filha tá com, tem 33 anos que eles tiraram o ônibus daqui, então, a gente anda de carona, o ônibus vem lotado do Dom Bosco, passa no São Luiz, acaba de encher, chega ali pelo Detran já não cabe mais ninguém, aí logo depois vem o São Sebastião, que não vem lotado, quem lota é o São Luiz, aí já tá no fim da serra, já tá entrando já pelo ladrão, aí vem Candelária, aí puseram o Candelária, tiraram o Candelária do Aero e puseram aqui, o Candelária ele desce vazio, sobe vazio, porque é o São Luiz que enche, e temos o São Luiz da Barra que ele é só em horários de pico, quem enche é o São Luiz, a empresa e a Suser precisam criar vergonha, porque você pode divulgar isso, precisa criar vergonha e vir pra cá e olhar mesmo se é realmente Dom Bosco, São Sebastião, Candelária ou o São Luiz da Barra que enche o ônibus ou é o pessoal do São Luiz. Não vamos colocar ônibus no São Luiz, por quê? Porque é bairro de classe média e nós fizemos um levantamento toda garagem tem um carro, eu tenho um carro, meu senhor, não dirijo, ando de ônibus, então, não significa nada. Fiz uma pesquisa, vigiei os horários de ônibus, os horários de ônibus se diz de quinze em quinze minutos, não existe horário de ônibus de quinze em quinze minutos, se vocês também quiserem fazer uma pesquisa pode fazer, a hora que vem Dom Bosco, São Sebastião, Candelária, quando é hora de pico São Luiz da Barra, aí eles vem todos emparelhados juntos e depois você fica quarenta e cinco, cinquenta minutos sem ônibus, cansei de falar isso na Suser, não, mas aqui eles passam na hora certa, não me interessam se eles passam na hora certa, pra nós eles não passam, se lá fora eles trocam lá o negocinho lá e passam na hora certa pra provar que tá passando,

ninguém tem nada com isso. Agora, a questão do ônibus aqui é uma vergonha, porque nós temos a praça ali em baixo perto do Juarez Antunes, que pode muito bem deixar, dizem que correm sete, oito ônibus, mentira, porque se corresse sete, oito ônibus eles correriam nos horários certos.

PESQUISADORA: E a senhora sabe como é que eles selecionam as obras, depois que ocorrem as reuniões, quais são as etapas para selecionar o que é que eles irão fazer?

ENTREVISTADO XXV: Não, as etapas vêm, assim, pelas reuniões temáticas, que são as reuniões de setores, depois dessas reuniões, aí eles vão tirar as obras mais de prioridade, aí vai para mão do Prefeito, aí lá o Prefeito vai falar, “vou fazer, não vou fazer”. Depois tem uma outra reunião, onde tudo já foi decidido, aí o Prefeito vem, vai e chama os presidentes de bairro, chama e fala assim, “oh, essa aqui eu faço, essa aqui eu não faço, essa não é prioridade, essa é, essa eu posso fazer”, e assim vai.

PESQUISADORA: Mas eles explicam o motivo, ele justifica?

ENTREVISTADO XXV: Não, não, a justificativa sempre é a mesma coisa não tenho dinheiro para fazer tudo isso.

PESQUISADORA: E nas reuniões eles informam para vocês o valor que está destinado ao orçamento participativo? Vocês têm essa ideia?

ENTREVISTADO XXV: Não, não tem a ideia, assim, diretamente de quanto não, porque eles não fazem, porque eles têm que fazer, ai meu Deus do céu, como é que chama esse negócio?

PESQUISADORA: Licitação?

ENTREVISTADO XXV: Isso, não fazem por quê? Porque eles têm que fazer a licitação, então, é lógico que a obra que for mais barata é que eles vão fazer, aí quando, vamos dizer que ele fale assim, “eu vou botar sua praça no chão, levantar ela de novo, arrumar, fazer outra, então, vou fazer uma licitação”, ah tá. Aí, a empresa ganhou, né, a firma ganhou, aí sim, aí vem o número da licitação para gente, aí a gente começa a dar em cima lá na Prefeitura, para sair, mas isso às vezes demora dois, três, quatro anos, demora muito tempo. Então, o problema é isso, não adianta ele, igual o Neto, o Neto não foi um mau Prefeito para cidade, mas os últimos oito anos dele, que isso chegue lá no ouvido dele, foi péssimo, os quatros últimos, então, foi vergonhoso. Eu, olha, sinceramente, eu sempre apoiei ele, sempre gostei dele, sempre fui nas reuniões, tem uma coisa, sempre foi sincero,

faço, não faço, posso, não posso, mas, assim, deixou muito a desejar os últimos quatro anos, ele falou que ele ia fechar Volta Redonda com chave de ouro, ele tá fechando com chave de urina, porque os bairros, tiveram vários bairros, se você fez levantamento, os presidentes devem ter reclamado a mesma coisa, vários bairros sem obra nenhuma, sem nem manutenção, para você conseguir que o serviço público faça uma capina, você, a gente hoje em dia a gente nem manda mais ofício, porque eles quase, acho que eles engavetam, esquecem, então, você fica ali no telefone, entendeu. Então, pra pedir um, oh, essa praça minha, ontem, deu uma chuva aí, você viu a chuva, né, não sei como ela não apagou, porque ela apaga e tem criança nós temos todo dia né, de segunda a sexta, tem as crianças que praticam futsal e os adolescentes, “ah, vamos tirar os adolescentes da rua”, vamos, aí bota pra praticar o futsal, a praça fica uma semana sem luz, aí você liga lá pro serviço público de luz, pelo amor de Deus, as crianças jogam futsal, vem ver a praça, “mas senhora, tem gente”, mas não pode ter gente na frente, ou tem outros bairro prioridade que precisa, tem, mas vocês tem que ter a manutenção das praças, “ah, então tá, a gente vai ver aqui o que é que faz”. Ultimamente, até que de tanto eu aporrinhar eles, quando ela perde, assim, apaga, fica um breu, a última vez que ela apagou aí, arrombaram a sorveteria ali, levaram tudo, porque está tudo escuro, nem o trailer da praça abre, porque está escuro. Assalto aqui, policiamento aqui está uma vergonha, assalto está tendo de dia, de madrugada, arrancam câmeras para poderem assaltar, cadê o policiamento? Estamos na época do Natal (interferência externa).

PESQUISADORA: E a senhora recorda como iniciou aqui em Volta Redonda esse orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXV: Olha, acho que foi em mil, ah, foi no governo do Baltazar, nos anos 90, quando ele foi Prefeito, ele que começou, a iniciativa.

PESQUISADORA: E depois que ele começou teve alguma interrupção?

ENTREVISTADO XXV: Não, não.

PESQUISADORA: Teve todos os anos?

ENTREVISTADO XXV: Ele começou, só que nessa época eu não mexia ainda com política, né, nem mexia com presidente de bairro. Então, eu sei que ele começou porque eu conhecia a presidente do bairro na época, e ela saiu, estava andando na rua, Dona Francinete, para ver o que é que precisava, ele iniciou no governo

Baltazar e de lá para cá não foi interrompido porque de lá para cá só deu Neto, deu Gothardo.

PESQUISADORA: E o Gothardo fez também?

ENTREVISTADO XXV: O Gothardo fez também, só não conseguiu fazer porque estava uma briga, né, entre o Neto e a Siderúrgica, a Siderúrgica estava sem pagar o, como é que é, o ICMS, e depois de dois anos que o Gothardo conseguiu, aí o orçamento participativo começou a ser feito, em alguns bairros de prioridade, assim, com coisas que tinham que ser feita, como foi feita a Beira Rio e tudo, aí ele deu prioridade a esses bairros, mas o meu bairro não, meu bairro tem muitos anos que não ganha nada, desde que arrumaram o Colégio, o Colégio não, o Colégio saiu tem acho que uns 3 anos pra trás, mas assim, dizer pra você que o São Luiz ele recebeu obras que teriam que ter sido feitas mesmo, ah, já deve ter bem uns doze anos, três anos, uns doze pra lá.

PESQUISADORA: E para senhora nessas reuniões tem algum segmento social representado, além das associações vai mais alguém?

ENTREVISTADO XXV: Depende, vai muito o pessoal que representa as comunidades, como é que eu vou falar para você, de posse, né, de posse. Mas, ultimamente, quase ninguém tem ido às reuniões, eu mesmo, tem um ano que não vou a reunião nenhuma, porque eu sei que eu vou chegar lá eu vou receber não. Então, para mim chegar lá e falar assim, “ah, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”.

PESQUISADORA: E eles convocam como vocês?

ENTREVISTADO XXV: Por telefone.

PESQUISADORA: Por telefone?

ENTREVISTADO XXV: É, por telefone, eles chamam por telefone, ou às vezes, estão passando num bairro aí, aproveita e para na casa do presidente e tal, eu, geralmente sou por telefone, sou mais por telefone.

PESQUISADORA: E a senhora acredita que tenha alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo? A Câmara sempre aprova o que foi decidido?

ENTREVISTADO XXV: É, a Câmara nunca foi, assim, de dizer que ela é contra o orçamento participativo, não, nunca vi, por mais briga que já teve entre as associações de moradores com a Câmara, assim, nunca foi, assim, diretamente uma briga por esse motivo, não, geralmente era briga por orçamento, mas era orçamento

do Prefeito, da Câmara, aí porque as associações, o Neto deu um poder de força muito grande para as associações, eu fico até pensando agora o Samuca entrando, se ele vai continuar com isso, porque se ele não continuar com isso ele não vai governar Volta Redonda, porque o movimento das associações de moradores, nós temos uma Federação, e esse movimento, minha filha, ele é grande demais. Se o Prefeito criar uma inimidade com as Associação de Moradores, ele vai perder muita coisa, ele não vai conseguir governar Volta Redonda.

PESQUISADORA: E a senhora acredita que ele vai continuar o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXV: Ah, vai, vai pelas reuniões que ele fez com a gente.

PESQUISADORA: Ah, ele chegou a falar com a senhora?

ENTREVISTADO XXV: Ah, os presidentes que apoiaram ele, nós fomos nas reuniões, ele falou que o orçamento participativo vai continuar. Primeiro, porque ele precisa, né, e segundo é a fórmula que ele tem de saber as prioridades do bairro, porque o Neto sempre falou isso para gente, e o Samuca falou nesse dia, nessa reunião, vocês são os Prefeitinhos, porque são vocês que vão trazer pra mim as necessidades dos bairros pra ver o que é que eu posso suprir ou não, e o Neto também, ele sempre falou isso, se eu não, se não fosse vocês, eu não saberia como administrar a cidade, porque nem o secretariado ele não sai pra isso, entendeu. Então, você pode ver, Volta Redonda, por pior que seja, ela é uma cidade bem administrada pelo Prefeito, ele pode ter os defeitos dele, mas é uma cidade bem, saúde, da redondeza, ainda é a melhor, por pior que ela seja, ela não está no patamar que ela tem que estar, mas ela é a melhor. Aí, a gente se revolta porque, a gente sabe muito bem, igual eu fui do Conselho Municipal, a gente sabe muito bem que o Sus não pode negar assistência, né, mas a gente sabe, também, que Volta Redonda ela fica numa situação praticamente carente, porque se você chegar hoje no Hospital do Retiro e no São João Batista, que são hospitais que estão funcionando, porque o Santa Margarida fechou, São Camilo fechou, São José fechou, então, se você chegar, você conta, um, dois, de Volta Redonda e o resto tudo os leitos estão ocupados pela cidade vizinha, pra eles está saindo o Regional, né, e a gente, nós os moradores de Volta Redonda que dependem do SUS, a gente fica numa carência total, entendeu, se você não tiver um conhecimento, se você não tiver, você infartou, uma pessoa da sua família infartou, se você não tiver conhecimento ela morre, porque não tem como botar, “ah, mas o corredor tá cheio”,

tem que tá, porque as pessoas de fora estão ocupando nossos leitos, e o Hospital Regional é justamente pra atender essa demanda, pra ficar o São João Batista e o Retiro para nós, porque o Regional é alta complexidade. Então, o São João Batista e o Retiro vai ficar pra média complexidade. Nós de Volta Redonda não vamos utilizar o Hospital Regional, a não ser para média, para alta complexidade, que são aquelas doenças, aquela cirurgia do coração, do pulmão ou dependendo do baleado, dependendo, pegou na Dutra, né, ali está mais perto, aí a gente vai usar, rins, essas coisas, esses tipos de cirurgias de alta complexidade, o resto vai ficar no São João Batista, entendeu. O que não saiu aqui, que era para ter saído que a gente espera muito antes do Neto terminar, seria o Hospital da Criança que não foi feito.

PESQUISADORA: Vocês pediram pelo orçamento participativo? Mas estava no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXV: Ah, tinha muito, tinha muitos presidentes, eu nunca pedi não, mas tinha muitos presidentes que pediu, e no Conselho Municipal, quando a gente era do Conselho Municipal, nós pedimos muito aos secretários que passaram por lá, que fizesse esse hospital, aí o Conselho, esse Conselho que eu participei durante oito anos, foi o Conselho mais rígido que teve na cidade, era prestação de conta, a gente olhava os hospitais, os postos, os Cras, a gente já era chamada até de [trecho incompreensível], porque aí lutamos pra ter o nosso carro, porque se não, a gente precisava pra fazer essas visitas, aí tinha que agendar o carro da secretaria, sendo que nós temos um orçamento de quase R\$ 200.000,00 (duzentos mil) do Conselho, tem nada a ver com Prefeitura, nem com saúde, com nada, do Conselho, e esse dinheiro se você não utilizar ele volta, entendeu, aí depois ano que vem, no outro ano começa tudo de novo. Então, foi uma luta de mais de quinze anos para conseguir esse carro do Conselho, quando eu saí do Conselho, graças a Deus conseguiram o carro, fizeram o carro, eu na época eu representava minha associação e representava a Federação. Então, eu fiquei quatro anos pela minha associação e quatro anos pela Federação, mas aí começou aquele negócio, o Conselho, porque ele é regido, a maior parte ele é regido pelo usuário, então é 50% do usuário, 25% de trabalhadores da saúde e 25% dos gestores, né, então, a maior parte quem manda é o usuário, aí nós conseguimos uma proeza que foi colocar um usuário na presidência, porque sempre o presidente do Conselho era o gestor, e não pode, no Estatuto está claro, não pode, tem que ser ou o trabalhador da saúde ou o usuário, muita luta, oh, muito custo. Então, graças a Deus, foi um Conselho assim

muita coisa que se foi conseguindo em Volta Redonda, nos postos, nos Cras, na Upa, nos hospitais, foi graças a esse Conselho, porque a gente cobrava, exigia, a gente deixava aquele Secretário quase doido, a doutora. Sueli foi uma das piores, uma das piores [inaudível], foi uma das piores secretárias que teve dentro dessa prefeitura, porque nada ela podia fazer, tudo, “o Prefeito não deixa, o Prefeito não deixa”, e às vezes o Prefeito não tava nem sabendo, era má vontade, [trecho incompreensível], então a gente começou a se afastar. Então hoje, não estou dizendo para você que hoje as pessoas que estão lá são ruim.

PESQUISADORA: E para finalizar, tem alguma coisa que eu não perguntei, sobre o orçamento participativo, que a senhora acha importante?

ENTREVISTADO XXV: Não, não, o orçamento participativo você fez tudo, o orçamento participativo é tudo que a gente precisa no bairro que é lançado lá, em geral, geral de todas as secretarias, entendeu. Então, eu preciso da Suser, eu vou lançar o que eu quero da Suser, da Obra, da Saúde. Aqui no bairro, muito cobrado educação, eu cobro muito educação e saúde, e a Suser, são as três que eu mais cobro, porque a obra não tem. Realmente, não tem obra pesada para fazer, a obra pesada, nem é pesada, uma revitalização é da Praça, mas assim, é quando, na época, que era até esse vereador Jerônimo que estava na obra, foi o melhor secretário que existiu aqui em Volta Redonda, isso você pode perguntar pra qualquer um, se você já entrevistou alguns, alguns deve ter citado ele, mas foi o melhor Secretário de Obra, porque quando a gente estava realmente numa situação com problema, que ele, como engenheiro, porque eu acho que quem tem que tá lá é um engenheiro, porque é ele que vai entender as obras [trecho incompreensível]. A gente chegava lá, igual eu fui várias vezes, expliquei para ele, Jerônimo, olha, o córrego que passa ali na rua principal, aqui na Chico Torres, pelo amor de Deus, vai lá olhar, aquilo quando chove alaga, desce aquela água assim. Menina, aquilo ali, não passava carro, os ônibus para passar era um dilema. Aí ele veio, olhou, o problema era que para manilhar esse córrego, passava dentro de uma chácara e é particular, né. Aí ele virou e falou assim: [inaudível], “eu não posso fazer essa obra aí dentro, sem o Prefeito deixar, a obra aqui na rua, manilhar aqui a rua eu posso, mas aqui dentro, não”. Mas o Neto foi muito bom com isso, tá, ele foi muito bom com isso, ele via a situação, porque ele frequentava muito o morro do [inaudível] aqui, então, ele via a situação, ele deixou fazer. Foi uma obra, assim, sabe, inclusive, o córrego.

PESQUISADORA: Essa obra ela fez parte do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXV: Ela entrou, ela sempre entrou no orçamento participativo.

PESQUISADORA: Ficava aguardando?

ENTREVISTADO XXV: É, o problema era que a maior parte da obra era dentro da casa, né, no terreno na pessoa, então, não pode. O Prefeito não pode fazer obra no terreno dos outros, mas com a gravidade da situação que ficou, aí o terreno deles estava cedendo, as casas estavam rachando, então, a qualquer momento ia cair ali e dá um desastre, aí ele veio, Jerônimo veio e olhou, viu a situação, aí chegou para ele e deixou fazer a obra. Hoje, é uma beleza, acabou aquele problema, aí do outro lado da pista, de quem vai lá pra fora, o que foi feito fica do lado direito, de quem vai lá pra fora fica do lado esquerdo, tem um córregozinho, fica assim, fica até a Granil e o córrego, aí sai lá de cima da Candelária, desce, vem por de baixo da manilha lá e vai embora pro Paraíba, mas mesmo assim, aonde falou que ia sair a obra, que não saiu, que era no campo, tem uma correnteza que ainda vem lá de cima, igual aquela chuva de ontem, que vem lá de cima, ela cai dentro do campo, que não tem manilhamento, aí eles puseram assim, fora do campo, sabe esses canos pequenininho só pra escoar a água, mas pra escoar uma água pouca, né, aí eles puseram, quando a chuva é pouca não atrapalha, mas igual a chuva de ontem inundou tudo, inundou de uma tal forma que parecia um rio, sabe. Aí, os ônibus já não têm horário, você viu a hora que choveu já era horário de pico, aí para tudo ali, aí os carros não passam, aí essa obra ficou de sair e não saiu, essa também é uma obra grande, porque é uma obra que vai vir lá de cima, vai manilhar né, lá de cima, para ela vir por dentro para não dar esse problema, mas no orçamento participativo (intervenção externa). Aí, o orçamento participativo, realmente, é uma coisa muito boa, tá, porque é a forma que você tem mais direta de explicar pro prefeito a situação do seu bairro. Nesses últimos dezesseis anos do Neto, com quatro do Baltazar, vinte anos, nesses últimos vinte anos não foi interrompido em momento nenhum, obras, sim, não foram feitas.

PESQUISADORA: Ficou pendente?

ENTREVISTADO XXV: É, ficaram, tem muita obra pendente de muitos bairros, mas o Neto ainda fez um trabalho bom, que através do orçamento participativo pelos bairros que têm, assim, população pobre, né, como para lá para o lado da Vila Brasília, Verde Vale, Belo Horizonte, Coqueiro, Mariana Torres, a própria Vila Brasília, Fazendinha, essas coisas, ele fez muita obra de contenção. Então, muita

das vezes ele explicava para gente, assim, que os bairros, igual meu bairro não tem problema, ele é plano, né, então, ele não tem esse tipo de problema. Então, ele explica, “gente, olha, o bairro está começando, olha, olha como é que tá caindo as barreiras, matando gente, então, eu vou fazer essas obras lá”, às vezes ele conversava com a gente, a gente trocava, deixava até a obra da gente pra trás, pra ele. Então, essas obras foram feitas, ele trabalhou muito em Volta Redonda com essas obras de contenção, através do orçamento participativo, entendeu. Então, tudo que foi construído no governo, tanto no Baltazar, quanto no governo do Neto, foi através do orçamento participativo.

PESQUISADORA: Do que a população pedia?

ENTREVISTADO XXV: Do que a população pedia, porque, igual, você está com uma obra pendente no bairro, quando a associação marca uma assembleia vai todo mundo, aí teu bairro não precisa de mais nada, você pode morrer de marcar assembleia que não vai, se for dez, você bate palma. Você não pode chegar para dez pessoas para tomar atitude se não tem 50% mais um, né. Então, você acaba não fazendo mais assembleia, eu não faço mais assembleia, o que eu tenho que decidir eu decido, eu vou lá e resolvo e para eles, oh, tá nem aí. Agora, sim, eu fui em muitas reuniões, com a Federação, né, com a Fátima Martins, que é presidente da Federação, fui em muitas reuniões, vi muita situação dos bairros e, realmente, o governo do Neto nisso ele está de parabéns, porque você não vê desabamento, né, você não vê condições críticas, pessoas morrendo e desabando. Ele foi maravilhoso para cidade, para isso, ele realmente, ele furou a cidade inteira, ele manilhou tudo. Aqui o meu bairro, a última, para você ver eu era criança, mexeram nesse bairro aqui, quem mexeu foi o Dr. Nelson, pai do Dr. Nelson Filho, ele foi o último Prefeito que fez alguma coisa aqui, se eu era criança e não me lembro, eu já estou com sessenta anos, você imagina quantos anos ficou esse bairro jogado. Quando o Neto veio, aí o Neto abriu tudo. Eu não sei, você não deve se lembrar, no Pinto da Serra hoje é reto, mas mesmo assim você ainda vê uma lombadinha um pouquinho ali, aquilo era uma lombada grande, que era desastre, acidente, um atrás do outro, com a ajuda e com o Presidente de lá, com a ajuda do Candelária, do Dom Bosco, do São Luiz, nós fizemos um documento e pedimos pra ele, já que ele estava fazendo, porque foi ele que asfaltou tudo, né, que estava fazendo isso, que ele tirasse aquela lombada dali, porque aquilo ali era um perigo, porque você subia e você não via o que vinha lá, entendeu, e a mesma forma de lá pra cá, ele tirou, ele foi um excelente

prefeito pra isso, ali no Pinto da Serra é muito difícil cair barreira, porque você vê, você passa ali você vê que tem muito mato, tem muitas falhas também. Agora, se chover quatro, cinco dias, igual está chovendo agora, lógico que o que está desmatado vai cair, mas aí a Prefeitura vem, limpa e tal, mas ele fez muita coisa boa, tudo através do orçamento participativo, porque aí ele foi descobrindo, né, os problemas, realmente problemas graves, de cada bairro. Foi em muita assembleia, inaugurou muita coisa, ele inaugurou muitas obras no governo dele, ele fez muita coisa, aquele, você conhece o Retiro, aquele córrego?

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XXV: Aquele córrego hoje que tem, subindo pra Vila Brasília, foi uma das obras melhores que ele fez lá para cima, não mais para baixo transbordava era uma coisa de doido. Eu acho que saiu uma obra também pelo orçamento participativo no Retiro, que começava lá no Açude, um problema também de água que vinha, era um assoreamento não sei do que, se era de um córrego, não sei, mas eu acho se você entrevistou o Wanderley do Retiro ou se ainda vai entrevistar, ele vai te falar. Então, ele fez muita coisa boa, através do orçamento, entendeu, e a gente reza para que o novo prefeito continue, porque é a forma que a gente tem de manifestar os problemas do bairro, se não ele não vai conseguir governar, porque o secretariado não faz isso não, mas no resto tem nada que reclamar, não.

PESQUISADORA: Tá bom, eu lhe agradeço.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 09:00 (DURAÇÃO 10 MINUTOS E 3 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXVI, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Bom dia, o sabe como é que a Prefeitura faz para captar a vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: É, ela faz o seguinte, ela manda, me liga, né, aí manda eu fazer uma reunião com o pessoal da Casa de Pedra, para ver o que está precisando, aí depois eu repasso para eles, só que isso não vem acontecendo.

PESQUISADORA: Não?

ENTREVISTADO XXVI: Não.

PESQUISADORA: Há quanto tempo, mais ou menos?

ENTREVISTADO XXVI: Ah, já tem uns dois, três anos que ele me liga em cima da hora, [inaudível] o orçamento participativo, aí eu mesmo coloco o que está precisando no bairro e mando para eles, mando para lá.

PESQUISADORA: Mas antes aconteciam as reuniões?

ENTREVISTADO XXVI: Antes acontecia.

PESQUISADORA: Mas por que parou, o pessoal não tem interesse?

ENTREVISTADO XXVI: Não sei, foi o pessoal lá do IPPU que não manda, manda em cima da hora, sempre quando manda, manda em cima da hora e também tem o seguinte, eu não era presidente, eu era vice, então, às vezes mandam para o Presidente, o presidente não trabalha aqui, até ele entrar em contato comigo também, pode acontecer isso também.

PESQUISADORA: Eles demoram?

ENTREVISTADO XXVI: Aí demora.

PESQUISADORA: E como é que eles montam esse calendário de discussão, quem é que fixa as datas, o senhor sabe, dessas reuniões?

ENTREVISTADO XXVI: Quando ele manda para mim quem fixa a data é a associação, a gente fixa com o pessoal aqui do bairro.

PESQUISADORA: Sim. E lá na Prefeitura, tem reunião lá também?

ENTREVISTADO XXVI: Tem.

PESQUISADORA: E aí essas datas também eles informam?

ENTREVISTADO XXVI: Eles informam, eles informam.

PESQUISADORA: O senhor está há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XXVI: Dez anos.

PESQUISADORA: E o senhor tomou conhecimento como do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: Porque ele me ligou, ele me ligou, só que esse ano não teve, essa briga aí que Neto ia sair, ia ficar, essa crise todinha, ele ligou, tem que fazer, aí eu fui lá e fiz, muitas coisas eu repeti, né, porque o bairro nosso aqui é pequeno, ele precisa mais é de maquiagem. Não precisa, o que está precisando está saindo agora, que é a ponte ali, eu tenho desde 2013 que eu pedi aquela ponte ali, aí esse ano que ela caiu de vez eles estão fazendo agora ela, que era para inaugurar ontem.

PESQUISADORA: E antes dessa experiência, o senhor já tinha outra em algum movimento social, em associação?

ENTREVISTADO XXVI: Não, essa... não, não tinha não, essa só mesmo.

PESQUISADORA: O senhor não tinha?

ENTREVISTADO XXVI: Não, já tinha participado de associação em outra diretoria, aí depois eu voltei.

PESQUISADORA: E o senhor acredita como cidadão, essa participação política tem alguma influência, o senhor melhorou em alguma coisa, teve alguma interferência?

ENTREVISTADO XXVI: Em questão de associação?

PESQUISADORA: Como cidadão mesmo, essa participação no orçamento participativo, como foi essa experiência?

ENTREVISTADO XXVI: No orçamento teve coisa que melhorou, teve coisa que nem foi feita, entendeu, aí depende muito, aí depende de dinheiro, porque é obra grande, aí é difícil, lidar com isso aí é difícil.

PESQUISADORA: E o senhor sabe quais são as etapas como é que eles fazem, depois que tem essas reuniões, como é que eles fazem para selecionar qual é a obra que vai ser feita?

ENTREVISTADO XXVI: Ah, não, depois eles mandam pra gente, aí eles vão, vai orçar, né, fazer o valor, e no outro ano a gente vai ficar sabendo o que foi liberado, o que é que não foi, o que depende de terceiro, depende de dinheiro federal, estadual, aí, depois que eles mandam pra gente, a gente tem outra reunião, eles marcam a reunião, a reunião é marcada por setores, aqui é o setor 4, então, as associações do bairro todinha vai, aí fala, mas muitas coisas também que eles falam que vão fazer, mas não fazem.

PESQUISADORA: Mas como é que eles selecionam? Eles falam para vocês qual é o critério que eles usam, porque eles fazem todas as obras, não né? Quando eles escolhem, eles justificam?

ENTREVISTADO XXVI: Não, eles chamam e falam que é de acordo com o dinheiro arrecadado pela Prefeitura. Então, tem coisas que nem tudo eles fazem.

PESQUISADORA: E nas reuniões eles avisam para vocês qual é o valor que está destinado para o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: Tá, avisam, fazem a reunião, avisam tudo, pra tudo, pra saúde, pra educação, pra segurança.

PESQUISADORA: Vocês sabem quanto pode gastar?

ENTREVISTADO XXVI: É.

PESQUISADORA: E eles chegaram a fazer alguma obra aqui para o bairro?

ENTREVISTADO XXVI: Fizeram, estão fazendo a ponte ali agora, estão construindo. Fizeram, reformaram, a obra assim, é mais reforma, reformaram a praça, o bairro é pequeno.

PESQUISADORA: Mas isso foi pedido da associação?

ENTREVISTADO XXVI: Foi pedido da associação.

PESQUISADORA: Chegou a ter reunião com os moradores?

ENTREVISTADO XXVI: Teve. A única coisa que a gente não consegue aqui é um posto de saúde, porque aqui já teve um posto de saúde, os moradores deixaram sair o posto, aí não voltou mais. Mas aqui o pessoal pede é asfalto, é iluminação, é melhora da praça, e pede também umas coisas abusivas, que não tem como a Prefeitura fazer, quer policiamento 24 horas, já pensou você botar uma polícia para cada cidadão, então, não tem, então, não vai ter polícia, não vai ter né, mas algumas coisas eu ainda consigo, assim, na política, né, a gente conversa com um, conversa com outro, a gente consegue muita coisa.

PESQUISADORA: E o senhor lembra como é que começou aqui em Volta Redonda o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: Não, aí eu não lembro.

PESQUISADORA: Quando o senhor chegou na associação já tinha?

ENTREVISTADO XXVI: Já tinha.

PESQUISADORA: E o senhor está há dez anos na associação, não é? Teve todos esses anos ou foi interrompido, em algum momento, essas reuniões?

ENTREVISTADO XXVI: De que?

PESQUISADORA: Na Prefeitura, do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: Não, todo ano tem.

PESQUISADORA: Só esses últimos anos...?

ENTREVISTADO XXVI: Esses dois anos agora que não teve, um ou dois anos que não teve.

PESQUISADORA: Não teve?

ENTREVISTADO XXVI: Teve, teve, a gente foi lá, mas assim, foi em cima da hora.

PESQUISADORA: Não escolheram obra?

ENTREVISTADO XXVI: Não. Aí, eu coloquei as obras, coloquei o que o bairro precisa, mas assim, eu não consegui pegar com os moradores, mas é o que mais o morador reclama, aí eu repeti, tem coisas que eu repeti.

PESQUISADORA: Ah, o que já tinha sido pedido por eles?

ENTREVISTADO XXVI: Eu repeti e incluí mais algumas coisas.

PESQUISADORA: Mas a população desse bairro eles demonstram interesse em participar ou não?

ENTREVISTADO XXVI: Não.

PESQUISADORA: Não? Mas no início, há dez anos atrás eles participavam?

ENTREVISTADO XXVI: Era diferente, mas sabe o que foi, a associação, ela ficou um pouco desacreditada (interferência externa), a associação, a diretoria, o pessoal ficou meio desacreditado, não sei o que é que houve, aí o interesse é mínimo.

PESQUISADORA: E nessas reuniões quando tem na Prefeitura, tem outro segmento social representado ou é só a associação?

ENTREVISTADO XXVI: Não, quando faz com a associação, é só a associação.

PESQUISADORA: Não vão outras pessoas da sociedade?

ENTREVISTADO XXVI: Não, só a associação, só a associação e o Prefeito, e a turma dele lá.

PESQUISADORA: E o senhor acha que tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo de Volta Redonda?

ENTREVISTADO XXVI: Nunca vi esse movimento não, teve uma vez foi o pessoal da... acho que Uerj, não, acho que aquela faculdade que tem ali na Beira Rio ali, no Aterrado ali, perto da Vila Americana, na...

PESQUISADORA: UFF?

ENTREVISTADO XXVI: Não sei, teve um pessoal, uma vez eles tiveram um movimento contra, não sei, por causa de gasto, coisa que eles não queriam fazer, não era nem aqui para o bairro, acabou que a obra nem saiu [inaudível].

PESQUISADORA: Mas, assim, tudo que vocês decidem a Câmara de Vereadores normalmente eles aprovam?

ENTREVISTADO XXVI: Não, a gente não trabalha com a Câmara, só com o Prefeito, direto com o Prefeito.

PESQUISADORA: Não, mas depois vai para o orçamento?

ENTREVISTADO XXVI: Depois vai para o orçamento.

PESQUISADORA: E quando vai o orçamento a Câmara não tem que aprovar?

ENTREVISTADO XXVI: Tem, mas nem tudo é aprovado, nem tudo é aprovado, porque tem obra que é grande, essa ponte mesmo ela ficou desde 2013, antes disso foi pedido, todo ano cai, deu chuva cai. Aí ela foi aprovada, mas acho que não veio dinheiro, não sei, quando foi agora não teve jeito, aí teve que arrumar, aí tem a

contenção do rio que tem para fazer ali, dizem que a verba já foi liberada desde o ano passado, mas até agora a obra não começou, não sei se isso continua depois da ponte.

PESQUISADORA: Mas nesses dez anos o senhor acha que no início funcionava melhor o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XXVI: Agora não sei em questão dos outros bairros, porque o nosso, que nem te falei, meu bairro é pequeno, então é pouca coisa para se fazer, é uma pracinha que eles fizeram, fizeram outra ali, é a reforma no asfalto, uma iluminação, aqui é coisa pouca, não é como o bairro ali do Roma, que já é mais periferia, tem mais coisa para fazer, bairro novo, ainda tem lugar para asfaltar. Então, aqui é fácil, aqui faz, tenho política com eles lá, tem coisa que eu nem ponho no orçamento, já vou direto e peço, aí o cara vem e resolve, que nem a parte da iluminação, eu não mando ofício, eu conheço o chefe da elétrica lá, ele me deu o telefone, precisando eu ligo para ele, oh, estou sem luz em tal rua, ele no outro dia resolve, então, [inaudível].

PESQUISADORA: E o senhor acha que o novo governo vai continuar, o que é que o senhor acredita?

ENTREVISTADO XXVI: Pelo menos o novo governo falou que vai melhorar né, agora vamos ver.

PESQUISADORA: E essas reuniões o senhor acha que vai retomar ou não?

ENTREVISTADO XXVI: Eles dizem que vai.

PESQUISADORA: Mas daqui da associação, o que é que o senhor acredita? Para população do bairro daqui?

ENTREVISTADO XXVI: Aqui ele foi bem votado, né.

PESQUISADORA: Não, eu digo a associação, porque parou de ter a reunião que o senhor disse, não é?

ENTREVISTADO XXVI: É, parou, agora em janeiro, depois do carnaval, porque agora é época de festa, eu já vou marcar uma nova eleição, aí não sei se eu vou continuar, para mudar isso aqui, que eu já estou, estou esgotando já.

ENTREVISTADO XXVI: Eu sei. Ah, então, tá bom, obrigada. Deixa só eu finalizar.

[FIM DA ENTREVISTA]

ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2016, ÀS 18:15 (DURAÇÃO 22 MINUTOS E 7 SEGUNDOS), COM ENTREVISTADO XXVII, PRESIDENTE DE ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VOLTA REDONDA.

PESQUISADORA: Boa tarde, qual é a metodologia que eles fazem para captar essa vontade da população no orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVII: Bom, a comunidade em si ou o povo da Prefeitura?

PESQUISADORA: Dos dois, como é que ocorre?

ENTREVISTADO XVII: A comunidade, a gente vê a necessidade que tem de organizar, né, de ter um respaldo perante o poder público, e gente descobriu através do bairro que uma voz pode ser ouvida, mas muitas vozes falando a mesma coisa, tem uma representatividade maior. Então, é por isso que a associação lá ficou desativada há um bom tempo, ficou mais ou menos uns dezesseis anos, aí entrou, depois, com o seu Pedro Firmino que já era ex-presidente aqui do Aterrado, que já vinha fazendo um movimento nesse sentido, indo para lá e nós reativamos a associação de moradores. Ele ficou lá uns dez meses como morador, mas ele teve que se afastar porque ele passou mal, teve problema de saúde, nós fizemos uma nova eleição, onde eu fui escolhida como presidente do bairro, representando a vontade da comunidade. Nós nunca misturamos associação com política, nunca fomos atrelados a nenhum poder político de partido nenhum, porque até essa é uma orientação que eu faço através dos outros, vamos dizer, assim, que eu tive uns cursos preparatórios através de outros tipos de associações, que eu fazia parte da associação de artesanato do Estado do Rio. Então, através desses cursos da associação de artesanato, eu descobri algumas regras, algumas formas de você apresentar, fazer livro caixa, livro de movimento, livro de patrimônio, através disso. Então, a gente também tem essa orientação, passando tudo isso, também, para outras gerações que vem aí, outras que vem por aí, e como a gente não tem ligação nenhuma política a gente fica bem mais solto, bem mais à vontade para está fazendo o que realmente é melhor para comunidade, a gente sempre está de ouvidos em pé e sempre fazendo, exercendo uma vontade da comunidade, e não da associação em si, a associação é só uma representação e nada mais.

PESQUISADORA: E na Prefeitura como é que eles fazem as reuniões?

ENTREVISTADO XVII: A gente pode marcar, quando a gente tem uma necessidade como secretário, a gente perde para marcar, liga, telefona, e a gente apresenta o

que está acontecendo na comunidade, a gente verifica qual o problema que tá acontecendo na comunidade, e conforme a necessidade de cada comunidade, de cada problema da comunidade, a gente leva pra dependendo do secretário, se é Secretário de Obra, se é Secretário de Serviço Público, depende do que for necessário. Então, a gente busca os caminhos dentro da sua necessidade, e eles também fazem o orçamento participativo pra saber quanto que eles gastam, aí vai pra Câmara dos Vereadores, vai ser votado dentro do orçamento pra ver se a Prefeitura tem esse dinheiro, entendeu, mas se transforma em leis, conforme a necessidade, se é uma coisa maior que é de todas as associações, vamos dizer que é uma necessidade que todas as associações tem, aí se transforma em leis, os vereadores buscam também ajudar nesse sentido, é sempre saindo da comunidade para a Prefeitura.

PESQUISADORA: E tem um calendário de discussão da Prefeitura? Quem é que fixa as datas?

ENTREVISTADO XVII: Tem. Geralmente é a Secretaria de Planejamento Público, lá é o IPPU, é o Furban.

PESQUISADORA: E como é que eles convocam vocês?

ENTREVISTADO XVII: Oi?

PESQUISADORA: Como é que eles convocam vocês?

ENTREVISTADO XVII: Através do Secretariado deles [trecho incompreensível] eles que nos convocam, telefonam, marcam, conforme o orçamento participativo, reunião tal, reunião das políticas públicas para Segurança, então, eles marcam, então isso parte deles, também, mas isso não quer dizer que também quando você tenha uma necessidade, também não saia da comunidade para eles também, entendeu.

PESQUISADORA: E tu estás há quanto tempo na associação?

ENTREVISTADO XVII: Eu já estou há sete anos.

PESQUISADORA: E como a senhora tomou conhecimento do orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVII: Algumas coisas resolvem outras coisas não, depende muito, porque também igual eu falei esses dias, eu comuniquei lá dentro do zap da Federação. Depende, porque às vezes surge, surgiu uma intempérie, uma tempestade, caiu [inaudível], caiu barreira, aí você tem dinheiro para arrumar, vamos dizer, um ponto de ônibus, aí seria Furban, aí caiu, aconteceu uma tempestade, vai ter que tirar dinheiro de algum lugar, você não estava contanto com aquilo, às vezes

o orçamento que você tem que é mais apertado e você precisa de um volume maior. Então, aquilo que foi orçado no ponto de ônibus para arrumar alguma coisa que era importante, você vai ter que tirar recurso de algum lugar para jogar para outro. Então, é uma coisa que não é fixa, mas, assim, você orça, porém, ela é flexível, entendeu.

PESQUISADORA: E qual é sua motivação de participar?

ENTREVISTADO XVII: Pra gente ter um bairro melhor, mais seguro e assim, eu sempre falo pra comunidade, se você tiver um bairro bom, seguro, limpo, que não tenha lixo, que não tenha nada, sua casa vai valorizar, todo mundo vai querer morar ali, então, você vai ganhar o poder de venda, né. Então, eu acho que o maior interesse de um morador, é você fazer da sua casa melhor, da sua rua, do seu bairro, e da sua cidade. Então, eu acho que não é só o governo, é você, é você interagir, entendeu, cuidando do seu bairro. O maior interessado em seu bairro ser o melhor é você mesmo, porque você que mora ali, então, você não tem que esperar o governo só fazer, você tem que fazer mais para o governo, você tem que interagir com seus vizinhos, interagir com tua rua, limpar um bueiro, solicitar, tem uma lâmpada queimada, se ali não está seguro, a árvore está grande, se você pode podar, você poda, se não pode, chama o poder público para fazer. Então, eu acho que depende muito do que você quer.

PESQUISADORA: E a senhora já tinha alguma experiência anterior em associação, movimento social?

ENTREVISTADO XVII: Sim, eu fui coordenadora do projeto artesão, pelo Estado do Rio de Janeiro, pela região sul-fluminense. Então, comecei como, vamos dizer assim, artesã solta, né, dentro de uma reunião que chamava, aí eu fui pra uma direção de uma faculdade, que era uma faculdade de extensão, e ali nós tivemos uns treinamentos, o que era uma associação, como você colocar o seu produto no mercado, como você fazer o produto externo, e nisso nós abrimos associações e eu fiquei como coordenadora e ia pra todas as cidades sul-fluminense fazendo esse trabalho de geração de renda, depois para levar esses trabalhos pra dentro do Rio de Janeiro, da cidade pra vendas, entendeu, mas também organizando. Então, eu aprendi como é que se organiza, como é que se faz, como é que se monta, como é que é, você não pode estar atrelado com nenhum poder público, nesse sentido, para você não ficar bloqueada. Você tem que estar conversando, mas você não pode estar atrelado a nenhum poder político, você não pode ser PMDB ou PSDB ou PT,

você não tem que ser, você é neutro, você trabalha para uma comunidade, então, você é neutro, você está ali para representar uma comunidade, não a sua vontade.

PESQUISADORA: Ah, tá. E a senhora acredita que nessas reuniões do orçamento participativo, essa sua participação mudou algo como cidadã?

ENTREVISTADO XVII: Sempre muda, porque quando nós fizemos o Plano Diretor da Cidade, nós fizemos uma reunião durante acho que uns dois meses, assim, todo sábado, era de manhã até a tarde, e a gente vê, assim, muita coisa dentro de Volta Redonda mudar através do Plano Diretor que as associações, junto com outras sociedades organizadas, todas as entidades organizadas, não foi só as associações, que tem realmente o dedo da gente ali. Dentro do meu bairro, asfalto, posto de saúde, semáforo, que atropelava muita gente, para entrar não tinha semáforo para entrar dentro do meu bairro, então, era uma autoestrada que você tinha que esperar a boa vontade dos carros pararem, para você entrar, tinha atropelamento, morte, batida de carro, então, melhorou muito. Então, isso foi tudo apontamento da comunidade, tá, para Prefeitura. Então, a gente tinha que mostrar a necessidade, às vezes com os números, com acidente, com isso, com aquilo, para mostrar para Prefeitura a necessidade, e buscar leis, também, porque tem leis vigentes dentro do município, que fortalece, como o Posto de Saúde, acima de seis mil morador você tem que ter um posto de saúde dentro da sua comunidade. Então, também tem lei, então você tem que ter conhecimento de leis, junto à vontade da população, porque também não adianta se a população infringir a lei vigente do município, então, você tem que ter um pouquinho de conhecimento de leis dentro do seu município, também. É uma das coisas que eu acho que toda escola de primeira à quarta até a oitava deveria colocar leis vigentes dos seus municípios, que não põe, acho que aí nós seríamos cidadãos mais plenos dos nossos direitos e dos nossos deveres, que não o fazem, não sei, saber a gente sabe, mas que deveria fazer, né. Então, acho que é uma das coisas, assim, e sempre tem, a gente sempre vê coisas que a Prefeitura está contemplando, dentro daquilo que nós pedimos.

PESQUISADORA: E quais são as etapas até conseguir selecionar a obra, a senhora sabe quais são os critérios que eles utilizam?

ENTREVISTADO XVII: Sim, a gente faz as reuniões dentro da comunidade, e ali a gente pede para que as pessoas, a gente tem representante de rua, todas nossas ruas tem um representante, que conversam com todos seus vizinhos, e que ele sempre está de olho, dentro, se as árvores estão precisando de poda, se os bueiros

estão entupidos, se as lâmpadas estão precisando de troca, se elas estão muito sujas, então, a gente tem representante de cada rua. Esses representantes, isso não quer dizer que os outros vizinhos não possam ir na reunião, mas a maior parte vai o representante ou manda um vizinho que possa representar, e ali ele leva todas as propostas daquela rua, e também a gente faz um apanhado e vê o que é que dá para fazer, o que é que não dá, o que é viável, porque também não dá para gente pegar, vamos dizer, trezentas e cinquenta propostas e colocar trezentas e cinquenta para Prefeitura. Então, a gente vê o que é mais viável, o que realmente é necessário naquele momento de boom, aquele boom, aqui tem a rede pluvial dessa rua não escoar, então, eu tenho água para dentro das casas, então, é necessidade de imediato, então, aquilo ali vai para orçar para poder melhorar. Vamos dizer, o bairro é muito grande, cada residencial tem uma necessidade, a gente contempla dois por ano, então, a gente vai trocando, entendeu, para não contemplar só um residencial e o outro não. Então, a gente vai trocando, mas isso é tudo acordado ali, escrito, tem a ata de reunião, tem tudo.

PESQUISADORA: E a Prefeitura para aprovar alguma obra ela seleciona com qual critério?

ENTREVISTADO XVII: Ela seleciona assim também, eles veem o que é que eles fizeram dentro daquele bairro lá e vão lá vê o estudo, conforme a necessidade, isso também depende muito, também, do respaldo do presidente, a gente fala que o presidente não pode pedir coisas absurdas também não, porque aí ele não fica muito bem visto na reunião, isso não quer dizer que ele não vai ser contemplado, mas eu acho que ele tem que ter argumento bom, e tem que ter critério. Então, se ele não tem critério, realmente fica difícil para ele conseguir as coisas, não que a pessoa não queira fazer, mas eu acho que é igual você está assim, é igual uma mãe, tem quatro, cinco filhos, aí você está vendo que tem um filho que realmente está com fome, outro não está com fome, outro comeu, geralmente, você vai atender aquele que tem mais necessidade, entendeu, então, vamos dizer que a Prefeitura é mais ou menos isso, atender o quem tem mais necessidade no momento.

PESQUISADORA: E essas obras que vocês pedem tem sido implementadas? Vocês têm conseguido algumas obras?

ENTREVISTADO XVII: Nos últimos anos, não, assim, está muito escasso, mas assim, nos dois primeiros anos, sim, igual estou te falando, depende muito do que você orçou, se você orçou, vamos dizer, igual eu falei, o ponto de ônibus, aí

aconteceu uma intempérie da natureza, precisou tirar algum dinheiro de algum lugar, aí vai ter que tirar dali. Então, depende muito, porque o dinheiro não é uma coisa, assim, rígida, é flexível, dentro da Prefeitura, né. Então, a gente também tem que entender isso aí, aí a gente orça ele de novo, ele vai para o orçamento de novo, vem o dinheiro, porque a Câmara aprova, a gente sabe que a Câmara aprovou, aí você vai lá e orça, mas acontece algum problema, alguma coisa, aquilo não vai ser feito, mas aí você vai batendo na tecla, a gente é brasileiro, água mola em pedra dura, bate que fura mesmo, entendeu.

PESQUISADORA: E olha, nessas reuniões, a Prefeitura informa qual é o valor que está destinado para o orçamento participativo? Antes das obras, vocês têm uma noção?

ENTREVISTADO XVII: Não, isso aí deveria fazer detalhado, isso é direito de todo o cidadão, pedir, Secretaria de Cultura, tudo que ela gastou, minuciosamente, é direito do cidadão.

PESQUISADORA: Mas na reunião ele não?

ENTREVISTADO XVII: Eles fazem só o orçamento geral.

PESQUISADORA: Geral, não é?

ENTREVISTADO XVII: Geral, aí faz o balanço patrimonial geral, mas nada assim minucioso não, mas aí a gente tem que pedir, se a associação pedir, aí de repente, vem, mas, assim, sei lá, tem umas coisas, assim, que as pessoas não aconselham muito a gente pedir, não, porque fica, a gente não devia ser assim, o ser humano não devia ser assim, o ser humano devia separar, o lado profissional e o lado pessoal, mas tem gente que enrola o lado pessoal e o profissional, então, eu acho que tudo que é profissional não deveria intercalar no pessoal, mas o brasileiro é meio complicado pra isso aí, entendeu.

PESQUISADORA: E a senhora recorda como é que iniciou aqui em Volta Redonda o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVII: Através do Paulo Baltazar, foi o primeiro prefeito que implementou o orçamento participativo, acho que foi em 92, 94, um negócio assim.

PESQUISADORA: E depois que começou teve alguma interrupção?

ENTREVISTADO XVII: Não lembro, não, não lembro não, sempre foi, não, ele implementou isso, foi uma coisa muito legal e sempre foi, assim, sempre foi legalzinho, sempre foi feito. No ano passado que eles quiseram tirar um pouquinho

da força da associação, porque falaram que o orçamento podia ser qualquer cidadão ligando, telefone, que não é uma entidade organizada.

PESQUISADORA: Tipo uma ouvidora?

ENTREVISTADO XVII: É, mas não é organizada, é onde que eu não entendo, se você faz todo um trabalho de uma organização que é uma entidade que tem mais força porque tem uma representatividade, por que que você faz de uma pessoa individual? Então, não precisa de associação.

PESQUISADORA: E como foi solucionado isso?

ENTREVISTADO XVII: Oi?

PESQUISADORA: E como foi solucionada essa questão?

ENTREVISTADO XVII: Os presidentes começaram a brigar, e a gente sabe que isso não acontece, porque nem toda vez que você reclama lá, é realmente o que a comunidade quer de mais primordial para aquele momento, é a sua necessidade, não é uma necessidade de um conjunto. A associação ela faz a peneira, ela faz isso, o trabalho quando ela é séria, é uma entidade séria, ela faz isso, até para ficar mais barato, por que quem paga isso? Somos nós mesmos, não é dinheiro dado de graça, quem paga somos nós contribuintes, então, tem que ser bem aplicado, então, a gente faz é um trabalho disso aí também, é um trabalho de formiguinha, mas é um trabalho que eu acho que eu vou falar, é um trabalho muito importante pra Prefeitura, porque se não todo mundo começa a ligar, já pensou, todo mundo ligando, “ah, eu quero lâmpada queimada, tem um bueiro entupido, tem uma árvore, não sei o que lá”, pô, fala sério, aí será que é necessidade primária daquele bairro ali? Será que a água voltando, a água pluvial, esgoto entrando para dentro das casas não seria mais importante que uma lâmpada queimada, naquele momento? Então, eu acho que tem que ter critério, a associação tem critério.

PESQUISADORA: E olha, nessa reunião tem algum segmento social representando, além de vocês, vai outro setor da sociedade?

ENTREVISTADO XVII: Às vezes vai da Igreja.

PESQUISADORA: Vai? E eles participam?

ENTREVISTADO XVII: Participam.

PESQUISADORA: Eles costumam fazer o quê? Dar opinião?

ENTREVISTADO XVII: Sim, além deles participarem dentro da área deles de perímetro deles, às vezes de segurança também, estacionamento, perturbação de voz, aquele negócio, sabe como é Pastor, fala muito alto, sai fora, tal. Aí tem vários

deles, é uma coisa, é festa, festa-junina, festa na praça, então, tem várias coisas, aí a gente também pede a tolerância, conversa, porque cada um também tem o direito dentro da comunidade. As Igrejas estão inseridas dentro de uma comunidade, não é a comunidade que está inserida na Igreja, então, a gente sempre coloca isso, a representatividade de uma associação, ela é dentro de uma comunidade, não é a comunidade que está inserida dentro de uma associação não, a associação está inserida dentro de uma comunidade. Então, a comunidade é o foco, sempre ela tem que ser o foco e não a associação de moradores, apesar que ela faz esse trabalho de peneirar, ela é os olhos da Prefeitura, vou falar assim para você, a associação são os olhos da Prefeitura.

PESQUISADORA: E tu acreditas que tem alguma força política contrária ou favorável a esse orçamento participativo? A Câmara sempre aprova o que vocês...

ENTREVISTADO XVII: Não, não tem nada contrário, não tem não, há uns dois anos atrás que eu senti que teve esse negócio aí de querer enfraquecer a associação, que todo mundo reclamou e eu senti isso, eu não via um propósito, a gente como presidente de associação a sete anos à frente, eu não vi esse propósito, porque isso, entendeu, para atrapalhar, para ajudar não foi. Então, eu não senti um pouco, mas também morreu, isso também, a gente não deu a importância devida ao fato, entendeu, então, eu acho que deu uma murçada, e também, eu vou falar pra você, brasileiro é acomodado, eu nunca vi brasileiro participar tanto assim, a não ser esses atos assim que é de chamamento, mas eu nunca vi o brasileiro, tem uma lâmpada queimada na frente dele, ele liga pro presidente pra resolver a lâmpada queimada na frente da casa dele, é brincadeira né, mas fazem, então, acho que pra ele reclamar pra Prefeitura eu não acredito também.

PESQUISADORA: E para finalizar, tem alguma pergunta que eu não fiz que a senhora acha importante sobre o orçamento participativo?

ENTREVISTADO XVII: Do orçamento participativo, o que eu acho que a Prefeitura deveria melhorar essa comunicação, que eu acho que às vezes é meio moroso demais.

PESQUISADORA: O retorno?

ENTREVISTADO XVII: O retorno. Porque tem necessidade que é gritante, tem certas comunidades que a necessidade é gritante, e isso é um problema sério, e esse retorno às vezes demora muito, entendeu, para acontecer. Lógico que quando, eu não gostaria de falar, mas eu vou falar, sim, quando é um curral eleitoral,

acontece mais rápido, porque tem um interesse muito grande de eleitorado, vamos falar assim. Outros bairros que não tem esse curral eleitoral, a gente sente que é mais moroso, entendeu. Então, eu acho assim que uma sociedade, na minha opinião, uma sociedade se faz como um todo, ela não se faz em parte, porque se você é uma área de posse, a minha que não é uma área de posse, ela paga imposto que mantém a sua, então, eu acho que deveria ser igual, igualitário para todos. Eu acho que não tem mais importante ou menos importante, e isso em Volta Redonda a gente sente, “ah, o teu bairro é um bairro de elite, você não precisa”, e quem é que faz essa avaliação? Diz que precisa e não precisa, perante a lei nós somos todos iguais, e perante nossos deveres também, então, perante nossos direitos nós deveríamos ser todos iguais, e a gente já está dividindo uma classe, dentro de uma Prefeitura, que não era para trabalhar dessa forma, entendeu. Então, aí você já começa a criar estereótipos de coisas que você não deveria ter, pessoas que trabalham dentro de uma liderança não têm que haver estereótipos, quem é, quem não é, deveria ser igual para todos, aí isso é que às vezes eu reclamo, eu reclamo bastante.

PESQUISADORA: E enquanto cidadã como foi essa sua experiência, como pessoa?

ENTREVISTADO XVII: Muito bom. Como voluntária?

PESQUISADORA: Sim.

ENTREVISTADO XVII: Muito show, eu acho que todo mundo tem que acrescentar, eu acho que todo mundo tem, no pessoal a gente aprende a ser mais paciente, a ser mais tolerante, a ouvir mais, falar menos, aprende a discernir coisas que as pessoas pedem como carência pessoal, do que realmente é uma carência verdadeira, você conhece todos os seus vizinhos, porque você passa realmente andando no bairro, você é conhecido, você conversa com todo mundo, e você passa a ajudar algumas coisas, assim, que você vê que é primordial pra dentro do bairro, começa a brigar, realmente. Tipo, tem um verdureiro lá no meu bairro, ele chega lá às 06:00 horas da manhã, meu bairro não tem mercado, não tem feira, tem muito idoso. Então, para eles, são essenciais que o carinha vá lá levar as verdurinhas fresquinhas, que pega lá em Santa Rita, e é no preço de feira, pra eles são essenciais, porque o ônibus custa muito pra passar no meu bairro, leva quarenta minutos, cinquenta minutos pra passar o ônibus. Então, tendo verdurinha, podendo comprar na sacolinha, fresquinhas, levar para casa todos os dias, é melhor do que comprar uma verdura

que fica uma semana na geladeira. Aí, passou um rapaz, um abestalhado, vamos falar assim, que sempre tem em todos os bairros, não achou bonito a estrutura da barraca do menino e denunciou pra guarda municipal, pra fiscalização, que o menino estava expondo a mercadoria dele, e o menino varre a calçada, ele acaba de fazer a feirinha dele, ele varre, o cara não perguntou, nem se preocupou se aquele rapaz que tá trabalhando lá desde, levanta às 04:30 da manhã, com esse desemprego total, geral, se ele estava servindo a comunidade, ele pensou só na estética do bairro, que pra mim, desculpa eu falar, à altura dessa porcaria desse país do jeito que tá é uma babaquice, uma palhaçada. Eu como presidente, ainda, graças a Deus, eu fico indignada, com uma postura babaca de um cara morador do meu bairro, entendeu, eu acho que devia dar, bater palma pra um garoto jovem de 18 anos que tá indo trabalhar toda manhã, servindo a comunidade com verdura fresquinha pra todo mundo, e eu estou apoiando esse menino, eu acho que o papel da associação é esse, é apoiar o que tá correto, é apoiar o que não faz mal pra comunidade, entendeu, o que é maléfico, o que é droga, nós temos que combater, agora coisas boas você tem que ajudar, entendeu, quanto mais tá servindo a comunidade.

PESQUISADORA: Então, está bom, te agradeço, deixa só eu finalizar.

[FIM DA ENTREVISTA]

APÊNDICE D – Termos de consentimento livre e esclarecido utilizado com membros do governo municipal

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa ***Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro***, realizada por Urá Lobato Martins, sob orientação do professor Dr. Theotônio dos Santos, do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ.

Você foi selecionado (a) por fazer parte do processo de implantação do orçamento participativo em Volta Redonda e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é identificar limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo, adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade de se conhecer o processo de participação na elaboração de políticas públicas, via orçamento participativo.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em ser entrevistado (a) por uma pesquisadora, sendo a entrevista gravada e transcrita. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço eletrônico da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Urá Lobato Martins

Endereço eletrônico e telefone da Pesquisadora:
uramartins@ig.com / Celular: 021 – 97291-8764.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome
RG

Ciente dos propósitos da pesquisa da qual participo livremente, manifesto a minha concordância com a identificação do meu nome em eventuais citações realizadas no texto da tese ou de artigos científicos que dela resultem.

Nome
RG

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido utilizado com membros da sociedade civil.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa ***Cidadania e democracia participativa: um estudo do orçamento participativo adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro***, realizada por Urá Lobato Martins, sob orientação do professor Dr. Theotônio dos Santos, do Programa de Pós-graduação de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ.

Você foi selecionado (a) por ser fazer parte da sociedade civil de Volta Redonda e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é identificar limites e possibilidades de a política de elaboração do orçamento participativo, adotado por municípios do Estado do Rio de Janeiro, contribuir para a formação de sujeitos políticos.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se à possibilidade de se conhecer o processo de participação na elaboração de políticas públicas, via orçamento participativo.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em ser entrevistado (a) por uma pesquisadora, sendo a entrevista gravada e transcrita. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço eletrônico da pesquisadora responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Urá Lobato Martins

Endereço eletrônico e telefone da Pesquisadora:
uramartins@ig.com / Celular: 021 – 97291-8764.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome
RG

Ciente dos propósitos da pesquisa da qual participo livremente, manifesto a minha concordância com a identificação do meu nome em eventuais citações realizadas no texto da tese ou de artigos científicos que dela resultem.

Nome
RG